JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Colíder 5
Camara Municipal de Confresa 5
Camara Municipal de Diamantino 5
Camara Municipal de Dom Aquino 6
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento 7
Camara Municipal de Porto Esperidião 7
Camara Municipal de Tangará da Serra 7
Camara Municipal de Várzea Grande 8
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 8
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 8
Prefeitura Municipal de Água Boa 9
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 9
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 10
Prefeitura Municipal de Araguainha 18
Prefeitura Municipal de Araputanga 18
Prefeitura Municipal de Arenápolis 18
Prefeitura Municipal de Aripuanã 28
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 37
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 41
Prefeitura Municipal de Cáceres 50
Prefeitura Municipal de Campinápolis 59
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 60
Prefeitura Municipal de Campo Verde 68
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 71
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 72
Prefeitura Municipal de Canarana 74
Prefeitura Municipal de Carlinda 82
Prefeitura Municipal de Castanheira 83
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 83
Prefeitura Municipal de Cláudia 86
Prefeitura Municipal de Cocalinho 87
Prefeitura Municipal de Colíder 87
Prefeitura Municipal de Colniza 88
Prefeitura Municipal de Comodoro 94
Prefeitura Municipal de Confresa 96
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 120
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 121
Prefeitura Municipal de Cuiabá 124
Prefeitura Municipal de Curvelândia 124
Prefeitura Municipal de Diamantino 133
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 133
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 137
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 137
Prefeitura Municipal de General Carneiro 138
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 138
Prefeitura Municipal de Itanhangá 139
Prefeitura Municipal de Itiquira 139
Prefeitura Municipal de Jangada 140

Prefeitura Municipal de Jauru 141
Prefeitura Municipal de Juara 141
Prefeitura Municipal de Juína 142
Prefeitura Municipal de Juruena 146
Prefeitura Municipal de Juscimeira 148
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 150
Prefeitura Municipal de Luciara 151
Prefeitura Municipal de Marcelândia 175
Prefeitura Municipal de Matupá 176
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 183
Prefeitura Municipal de Nobres 185
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 187
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 187
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 189
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 190
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 193
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 195
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 196
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 197
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 198
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 199
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 199
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 199
Prefeitura Municipal de Paranatinga 204
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 205
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 208
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 211
Prefeitura Municipal de Poconé 212
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 239
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 239
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 240
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 243
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 243
Prefeitura Municipal de Poxoréu 243
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 245
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 247
Prefeitura Municipal de Rio Branco 248
Prefeitura Municipal de Rondolândia 248
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 249
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 249
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 259
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 260
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 261
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 278
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 287
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 288
Prefeitura Municipal de São José do Povo 290
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 291
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 317
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 319
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 322
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 322
Prefeitura Municipal de Tabaporã 322
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 335
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 337
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 338
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 343
Prefeitura Municipal de Vila Rica 345

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 011/2021 SRP 007/2021

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 011/2021 SRP 007/2021

A Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM torna público para conhecimento dos interessados do Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL 011/2021 SRP 007/2021, cujo objeto é a **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E IMPRESSÕES EM GRANDE FORMATO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, descritas no anexo I deste Edital"**, que Declara como vencedor para o LOTE 01 a empresa **MLR PAPELARIA E INFORMATICA LTDA CNPJ 36.625.743/0001-02** e para o item 02 aempresa **PLOT SERVIÇOS GRAFICOS LTDA-ME CNPJ 43.264.767/0001-30**.

Cuiabá (MT), 22 de outubro de 2021.

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente comissão permanente licitação

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais regimentais.

C O N V O C A, nos termos dos artigos 23 e 24, inciso I, alínea "s" c/c art. 123, inc. IV, *parágrafo único*, art. 129, todos do Regimento Interno, à **Sessão Solene** da Câmara Municipal de Cáceres-MT, para o dia **25 de outubro de 2021 (segunda-feira), às 18h50min**, com a finalidade de realizar a **CERIMÔNIA DE POSSE** do Suplente de Vereador, Senhor **THOMAS CANELLAS DELUQUE**, Diplomado aos 16/12/2020 (TRE/MT), portador do RG. nº 227****6, e inscrito no CPF nº 044.***.***-76, e Título Eleitoral nº 032******805.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 22 de outubro de 2021.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres-MT

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 25 de outubro de 2021, com início às 15h:

Projeto de Lei nº 63/2021

De 31 de agosto de 2021.

Estima a receita fixa a despesa do município de Canarana/MT, para o exercício de 2022.

Autoria: Executivo

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Economia e Finanças.

Projeto de Lei nº 72/2021

8 de outubro de 2021

Dispõe sobre a normatização e fiscalização de equipamentos de lazer de playgrounds do município de Canarana, estado de Mato Grosso, de acordo com as normas da ABNT.

Autoria: Legislativo

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social e Esporte.

Projeto de Lei nº 73/2021

8 de outubro de 2021

Dispõe sobre a criação do fundo municipal de segurança pública - FUMSEP e do conselho municipal de segurança pública - COMSEP na cidade de Canarana, estado de Mato Grosso e dá outras providencias.

Autoria: Executivo

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Ø **Projeto de Lei nº 74/2021.**

8 de outubro de 2021

Dispõe sobre a desafetação de bem imóvel público, e dá outras providencias.

Autoria: Executivo

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça, Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio e Obras Públicas, Transportes, Comunicações e Serviços.

Projeto de Lei nº 75/2021.

De 08 de outubro de 2021.

Dispõe sobre a permissão de uso de bem público municipal e dá outras providencias.

Autoria: Executivo

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça, Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio e Obras Públicas, Transportes, Comunicações e Serviços.

Gabinete da Presidência, 22 de outubro de 2021.

Paulo José Gonçalves

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA ESTADO DE MATO GROSSO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2021, REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS -

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2021, REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS - CONTRATANTE: Câmara Municipal de Cláudia, CNPJ: 01.311.778/0001-84 e CONTRATADA: PLC - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ- 03.642.984/0001-00 - DO OBJETO**:** 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos itens previstos na tabela abaixo:

Item	Descrição	Valor Unitário Atual
01	**GASOLINA COMUM** devidamente certificada e registrada na ANP (Agência Nacional de Petróleo).	R$ 6,12
02	**ALCOOL/ETANOL** devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	R$ 4,42

DO VALOR: O valor para o referido item passa a ser de:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO ATUAL	AUMENTO	PREÇO REEQUILIBRADO
01	**GASOLINA COMUM** devidamente certificada e registrada na ANP (Agência Nacional de Petróleo).	R$ 6,12	R$ 0,32	**R$ 6,44**
02	**ALCOOL/ETANOL** devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	R$ 4,42	R$ 0,19	**R$ 4,61**

§1º - A justificativa do aumento ocorre em face da elevação sobre os valores dos combustíveis, conforme demonstrado através de Notas Fiscais anexadas no requerimento. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento próprio. DISPOSIÇÕES FINAIS: Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato, celebrado entre as partes em data de 28/05/2021. LEONIR RIZZI - Presidente. Cláudia - MT, 22 de outubro de 2021.

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 072/2021

A Vereadora **ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO** Presidente da Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Súmula n° 05 do Conselho Federal da OAB que prevê ser vedado o controle de ponto de jornada, inclusive eletrônico ao advogado de entidade estatal e garantida a flexibilidade de horário obedecido, de qualquer forma, os períodos de descanso mínimo previsto em leis;

CONSIDERANDO a Súmula n° 09 da Comissão Nacional da Advocacia Pública, do Conselho Federal da OAB que prevê que o controle de ponto é incompatível com as atividades do Advogado Público, cuja atividade intelectual exige flexibilidade de horário;

CONSIDERANDO a Súmula n° 10 da Comissão Nacional da Advocacia Pública, do Conselho Federal da OAB que prevê que Os Advogados Públicos têm os direitos e prerrogativas insertos no Estatuto da OAB;

CONSIDERANDO que o controle de ponto é incompatível com o exercício da função de Advogado Público já que se trata de atividade intelectual de pesquisa e produção de manifestações técnicas;

CONSIDERANDO que o trabalho do advogado público é essencial para o funcionamento da máquina administrativa, pois emitem Pareceres Jurídicos, dando conformidade e garantia jurídica aos atos administrativos, além de atuarem em Juízo em todas assistências na defesa dos interesses das Entidades Autárquicas e Fundacionais de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que em diversas ações judiciais como na decisão exarada pelo juízo da 5ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT, no Mandado de Segurança n° 310003-76.2014.811.0041, tem sido determinado a suspensão de controle de ponto eletrônico de frequência dos advogados;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam dispensados de controle de jornada de trabalho os Advogados Públicos da Câmara Municipal de Colíder.

Parágrafo único. Exercem Advocacia Pública perante a Câmara os ocupantes do cargo em Comissão de Assessor Jurídico na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Colíder, do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos da Câmara Municipal de Colíder, instituído pela Resolução 006/2009.

Art. 2º. A presente portaria dispensa de controle de jornada dos advogados públicos da Câmara, cabendo aos mesmos cumprir todos os requisitos impostos pelo art. 5º, da Resolução 006/2009, sendo sua frequência baseada na produtividade e qualidade de serviços.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Colíder-MT, 22 de outubro de 2021

Verª. ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº.54/2021 TRANSFERE A SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04/11/2021 PARA O DIA 11/11/2021.

PORTARIA Nº.54/2021

TRANSFERE A SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04/11/2021 PARA O DIA 11/11/2021.

CRISTIANO LORCHEISTER ROCHA, presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

CONSIDERANDO que o Feriado Nacional do dia 02/11/2021, na mesma semana da realização da sessão;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica transferido a Sessão Ordinária que seria realizada no dia 04/11/2021, para o dia 11/11/2021 às 9 h.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Confresa - MT, 21 de Outubro de 2021.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DA CPI 02/2021 - ASSOCIAÇÃO SANTA MADRE PAULINA

Câmara Municipal de Diamantino

Conclusão do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2021 - Associação Santa Madre Paulina

11 - DA CONCLUSÃO:

Ao todo o exposto, após análise de todo conjunto probatório existente no processo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Relatora que ao final subscreve, apresenta o presente relatório concluindo e requerendo o seguinte:

1) Com relação ao não recolhimento de ISSQN e Taxas, tendo em vista que a Fazenda Pública Municipal deixou de arrecadar o ISSQN e as taxas de funcionamento e de Verificação Fiscal, o que causou prejuízo ao erário, recomenda-se ao Sr. Prefeito Municipal, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar a conduta do servidor Ademir Benedito Saldanha da Silva, com o afastamento imediato das suas funções, com remuneração, por ter procedido à referida alteração no Cadastro da Associação Santa Madre Paulina, em 03/02/2021, sem qualquer determinação e/ou solicitação dos seus Superiores e fora das hipóteses legais, o que fez com que não houvesse recolhimento do ISSQN e Taxas por parte da referida Associação; Que a Administração Pública Municipal apure os prejuízos sofridos, inicie o processo administrativo tributário para a regular cobrança dos tributos e, caso entenda necessário, ajuíze ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, que causou danos ao erário, em desfavor das pessoas que deram causa ao prejuízo.

2) Outrossim, tendo em vista que o Município de Diamantino/MT repassava à Associação Santa Madre Paulina o valor integral pactuado, sem descontar os valores nos meses em que não havia o atingimento de metas e, em desacordo com a produção realizada, sem a correta avaliação dos indicadores, contrariando as expressas previsões contratuais, causando prejuízo aos cofres públicos e eventual enriquecimento ilícito, recomenda-se o envio do presente relatório ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que adote as medidas que entender necessárias contra quem de direito, notadamente, a ex Secretária Municipal de Saúde, Sra. Cleide Maria Anzil (ordenadora de despesa), o ex prefeito, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira, e os ex Presidentes da Associação Santa Madre Paulina nos anos de 2019/2020 e abertura de PAD contra Cleide Maria Anzil, bem como que durante o processo de responsabilização esta fique impedida de assumir qualquer cargo de D.A.S. no Município de Diamantino.

3) Considerando a existência de repasses de valores oriundos do Estado de Mato Grosso, assim como da União, recomenda-se o envio do presente relatório ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, a fim de que seja apurado possíveis atos de improbidade administrativa e até mesmo, possível prática de crime contra a Administração Pública.

4) Com relação aos Recursos Recebidos e Serviços Prestados em virtude da Pandemia Mundial do COVID-19, não existindo grande celeuma acerca do recebimento do auxílio emergencial e do não atendimento de pacientes com COVID-19, pela Associação Santa Madre Paulina, recomenda-se seja encaminhada cópia do presente relatório ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que adote as medidas que entender pertinentes. Recomenda-se, ainda, remeta-se cópia ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, considerando que as verbas repassadas são de origem federal, para que verifique a regularidade na aplicação dos recursos públicos repassados à Associação, bem como a possível prática de improbidade administrativa e, até mesmo, crime contra a Administração Pública.

5) Recomenda-se o envio ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para que se verifique a regularidade na aquisição de oxigênio da empresa White Martins Gases Inds do Norte Ltda pela Associação Santa Madre Paulina, diante da demanda do hospital, uma vez que, aparentemente, não há justificativa para tais gastos, pois o hospital não prestou atendimento direto à pacientes COVID/PÓS COVID.

6) Considerando que a renda da Associação tem origem predominante de recursos públicos, recomenda-se o envio ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para que se verifique a regularidade das contratações da CLÍNICA EXCELÊNCIA MÉDICA PORTO SEGURO EIRELI e LABORATÓRIO SÃO JOÃO BATISTA EIRELI, pela Associação Santa Madre Paulina, uma vez que, aparentemente, pertencem a parentes dos associados/fundadores, Sra. Alexandra Aparecida Ribeiro Gil e Valdemar Airto Pissolato. Ademais, diante dos indícios de irregularidades nas contratações outrora mencionadas, recomenda-se ao Sr. Prefeito Municipal que suspenda os pagamentos efetuados à Associação Santa Madre Paulina **até que Alexandra Aparecida Ribeiro Gil, Reinaldo Almeida Gil e Valdemar Airto Pissolato sejam afastados da direção dos trabalhos do Hospital**.

7) Em virtude do não atingimento de metas e as constantes negativas de recebimento de pacientes, recomenda-se o envio do presente relatório ao Chefe do Poder Executivo, a fim de que determine a realização de auditoria para verificar se houve irregularidade/ilegalidade/descumprimento de cláusula contratual na **negativa de aceitação de pacientes pelo hospital**, notadamente acerca dos números levantados pela enfermeira Adelita Aguiar (fls. 3660/3662), apurando a responsabilidade das pessoas envolvidas (servidores públicos municipais, funcionários do hospital, associados).

8) Requer com fundamento no art.30, §3º da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 75, §6º, do Regimento Interno Camarário, que seja colocado em deliberação dos membros e, caso aprovado, seja realizado o encaminhamento de cópia do relatório ao Presidente da Câmara Municipal de Diamantino -MT para que este: 1) Dê ciência imediata ao Plenário; 2) Remeta, em cinco dias, cópia de inteiro teor ao Prefeito; 3) Encaminhe, em cinco dias, ao Ministério Público , cópia do inteiro teor do relatório; 4) Providencie, em cinco dias, a publicação das conclusões do relatório no órgão oficial, com a transcrição de encaminhamento ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

Diamantino – MT, 08 de outubro de 2021.

Michele Cristina Carrasco Mauriz

Vereadora/Relatora

OF. Nº. 165/2021/GP Diamantino, 22 de outubro de 2021

Assunto: Encaminhar ao Prefeito Municipal de Diamantino, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União referente Relatório Conclusivo da CPI Nº. 002/2021 - Associação Santa Madre Paulina

Cumprimentando-os, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar cópia do Relatório Conclusivo, bem como cópia integral dos autos da investigação em mídia gravada realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito nº. 02/2021 às Vossas Excelências, uma vez que concluiu -se pela possível prática de crime, cuja a apuração é de vossa competência.

Colho do ensejo, para externar votos de estima e consideração e colocome a disposição no que se fizer necessário, assim como a esta Casa de Leis.

Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ERRATA À PORTARIA Nº. 068/2021

Fica retificada a publicação da portaria nº 68/2021, realizada no dia 22 de Outubro de 2021 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Gross, ANO XVI, N° 3.840 - Página 5

Onde se lê: (...)Diamantino, 21 de novembro de 2021,

Leia-se: Diamantino, 21 de outubro de 2021.

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N. º 026/2021

Portaria N. º 026/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

“EXONERAR ASSESSOR JURÍDICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO”.

MARIA DE SOUZA OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar do cargo em comissão de ”Assessor Jurídico” o Senhor **JÚLIO CÉSAR MOREIRA SILVA JUNIOR, inscrito na OAB MT sob n.º 9709/O,** desta Casa de Leis.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 26/10/2021.

Artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete da Presidência em 22 de outubro de 2.021.

MARIA SOUZA OLIVEIRA

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT AVISO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE

AVISO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE

A Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, através de sua Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que conforme determina Parecer Jurídico, fica DESCLASSIFICADO do Pregão Presencial Nº 03/2021 a empresa BRUNO GARCIA DE ARRUDA – ME, CNPJ: 10.961.091/0001-85, situada à rua Governador Pedro Pedrossian, 989, apto 302, bl D, Centro Sul Várzea Grande-MT, que tem por objeto: Prestação de serviços de Assessoria de imprensa, para a divulgação de matérias relacionadas à missão institucional desta Casa de Leis em redes sociais, internet, Google, sites, portais de notícias, blogs, entre outros, inclusive do site próprio e página do Facebook da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, pelo período de 12 (doze) meses, antes declarado vencedora do referido certame, por motivos de ordem técnico-jurídico, em estrita observância aos princípios da legalidade (descumprimento do item 9.22 do Edital n. 003/2021) e da eficiência, bem como em decorrência das justificativas fundamentadas no processo.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Comissão Permanente de Licitação.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de outubro de 2.021.

CARLINDA FELIPA DE CAMPOS TRIGUEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO 01/2021, de 18 de outubro de 2021.

“AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL A PROCEDER À DOAÇÃO/DEVOLUÇÃO DE BENS MÓVEIS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.”

AGUINALDO MOURA DA SILVA – Presidente da Câmara Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, **FAZ SABER** que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal **APROVOU** e Ele **PROMULGA** a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º - Fica autorizada a Câmara Municipal proceder com alienação mediante doação/devolução do automóvel VW-NOVO VOYAGE TREND 1.6, 5P/104CV, COR PRETA, ANO/MODELO 2013/2014, RENAVAN 00565714481, PLACA OBR3738, CHASSI 9BWDR45USET035881, com inscrição no patrimônio da Câmara Municipal n° 256, para prefeitura do Município de Porto Esperidião - MT.

Art. 2º - A alienação mediante doação será concretizada através da assinatura do termo de doação e entrega/transferência do veículo que passa a fazer parte integrante desta resolução.

Parágrafo Único. O Recibo para transferência deverá ser assinado no ato da entrega/transferência do veículo.

Art. 3º - O veículo será destinado para uso exclusivo Secretaria Administraçãoda prefeitura do Município de Porto Esperidião - MT.

Art. 4º - As despesas decorrentes da transferência do veículo, tributos e sua manutenção, correrão à conta do Poder Executivo.

Art. 5º - Em decorrência da doação de que trata esta resolução, o Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal deverá promover a respectiva baixa do presente patrimônio.

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente

Câmara Municipal de Porto Esperidião

Em 18 de outubro de 2021

Aguinaldo Moura Da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/PP/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/PP/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio do pregoeiro designado pela Portaria nº 41, de 03 de março de 2.021, torna público à sociedade e aos demais interessados a abertura do Processo Licitatório 21/2021 da Câmara Municipal de Tangará da Serra, que será realizado **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES.**

A sessão em que serão recebidos os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação será realizada no **dia 11 de novembro de 2021 às 8h**, no Plenário Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra.

O edital na íntegra estará disponível no site **http://138.118.177.78:8010/portaltransparencia/Lic...** ou na Câmara Municipal, sito à Rua Julio Martinez Benevides nº 195-S, centro, em Tangará da Serra-MT, no horário de atendimento ao público, das 7:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h.

Tangará da Serra-MT 22 de outubro de 2021.

MARCELO FERNANDES ROSA

Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PP/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PP/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio do pregoeiro designado pela Portaria nº 41, de 03 de março de 2.021, torna público à sociedade e aos demais interessados a abertura do Processo Licitatório 23/2021 da Câmara Municipal de Tangará da Serra, que será realizado **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS DE FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES, NO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETO POR PREÇO UNITÁRIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL.**

A sessão em que serão recebidos os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação será realizada no **dia 18 de novembro de 2021 às**

8h, no Plenário Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra.

O edital na íntegra estará disponível no site **http://138.118.177.78:8010/portaltransparencia/Lic...** ou na Câmara Municipal, sito à Rua Julio Martinez Benevides nº 195-S, centro, em Tangará da Serra-MT, no horário de atendimento ao público, das 7:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h.

Tangará da Serra-MT 22 de outubro de 2021.

MARCELO FERNANDES ROSA

Pregoeiro

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE PORTARIA Nº 120/2021

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Resolução nº 11/2021

R E S O L V E:

Art.1º - Designar os seguintes vereadores para compor a Comissão Parlamentar Temporária de Assuntos Relevantes para “Acompanhamento, estudo e fiscalização do serviço de remoção, guarda e depósito de veículos no município de Várzea Grande-MT”:

Vereador Rogério França Martins – Presidente

Vereador Ivan dos Santos Oliveira – Membro

Vereador Jerônimo de Carvalho Neto – Membro

Art. 2º- A Comissão deverá apresentar relatório de suas atividades e funcionar até o dia 31/12/2021.

REGISTRA-SE.

CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência, 21 de outubro de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE PORTARIA Nº 110/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor João Bosco de Faria, Auxiliar Legislativo, 30 dias de férias regulamentares, a que tem direito, com período de gozo abrangendo 16/11/2021 a 15/12/2021, referente ao período aquisitivo de 01/06/2019 a 31/05/2020, consoante disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registrado, publicado, cumpre-se.

Gabinete da Presidência, 25 de Outubro de 2021.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Lins Rios

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL – PORTAL DO ARAGUAIA, torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor Preço Global, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS COM APLICAÇÃO DE MICRO REVESTIMENTO NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE TORIXORÉU - MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO SINFRA Nº 0390/2021 E DE ACORDO COM OS PROJETOS; PLANILHA ORÇAMENTÁRIA; ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTE EDITAL.

As propostas e documentações deverão ser entregues no CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL – PORTAL DO ARAGUAIA à Rua Bruno Pereira Valoes, 61A, no **dia 10/11/2021, às 08h00min (horário de Brasília)**,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3407-2923, via e-mail: cidesapa@gmail.com.

Pontal do Araguaia - MT, 20 de Outubro de 2021.

Alessandro dos Santos Oliveira

Presidente CPL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

RESULTADO DE JULGAMENTO

CARTA CONVITE Nº 001/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PERSONALIZADOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CISOMT.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado as empresas:

1- RENATO FERREIRA BLANO- MEI – CNPJ:31.912.290/0001-73;

2- L. C. DE SOUZA FREITAS -ME – CNPJ:11.630.847/0001-76 e

3- MACIEL DA SILVA & CIA LTDA –ME – CNPJ: 00.822.126.0001/41;

Do resultado do julgamento sagrou-se vencedora por decisão unânime da CPL a empresa:

MACIEL DA SILVA & CIA LTDA –ME – CNPJ: 00.822.126.0001/41

Proposta no Valor Total do R$ 124.450,00 (cento e vinte e quatro mil e quatrocentos e cinquenta reais)

Informa ainda que o prazo de recurso fica declarado aberto a partir da data deste expediente, ficando os autos dos certames à disposição de qualquer interessado que queira examiná-los.

Maiores informações com a CPL.

DANILO DOS SANTOS BASTOS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

SETOR DE CONSELHOS
RESOLUÇÃO N.012 , DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

RESOLUÇÃO Nº 012/2021, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre aprovação e aquisição de lanches para 40 pessoas que participarão da Capacitação do SIPIA, ofertado pelo Estado de Mato Grosso, aos Conselheiros de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Querência, Ribeirão Cascalheira e Santo Antônio do Leste nos dias 26,27,28,29, nas dependências da Universidade Aberta de Água Boa. UAB. Deliberada e aprovada pelo Colegiado da Comissão do Fundo da Criança, em reunião ordinária do CMDCA no dia 14/10/2021, as 8:00hmin.nas dependências da Secretaria Executiva dos Conselhos, o custeio dos lanches, sucos refrigerantes e café, que serão pagos com recursos do fundo.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA BOA-MT- no uso de suas competências legais e regimentais;

CONSIDERANDO que a Comissão Analisadora do Fundo através do CMDCA possui a competência de decidir sobre a destinação da aplicação dos recursos em plenária e por meio de plano de ação e de aplicação determinando os recursos e definindo quais projetos e programas de interesse que serão contemplados de acordo com as prioridades estabelecidas pela Lei do Conanda 137 e a RESOLUÇÃO N° 194 DE 10 DE JULHO DE 2017.

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho da Criança e do Adolescente financiar projetos que atendem diretamente crianças e adolescentes, elaborando e deliberando sobre uma política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no âmbito da ação.

RESOLVE:

Art. 1º – Emitir a presente Resolução com parecer favorável **para aquisição dos lanches para o Capacitação do SIPIA" ofertada pelo Estado de Mato Grosso-MT**, "em parceria com o CMDCA, sendo custeados pelo FUNCRIANÇA, para realização dessa ações lúdicas como proposta de participação e de um momento de valorização de integração da criança, da família e sociedade, será financiada via Fundo da Criança .

Art. 2º – A corrente resolução terá vigência logo após a sua publicação revogando disposições contrarias.

Água Boa, 20 de Outubro de 2021

_____

DANIELLY SELKE DA LUZ

Presidente do CMDCA

SETOR DE CONSELHOS
RESOLUÇÃO Nº 011/ 2021, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

RESOLUÇÃO Nº 011/ 2021, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

*Dispõe sobre aprovação da ação do Conselho da Criança e do Adolescente em parceria com a Secretaria de Assistência Social, com recursos financiados pelo FIA - Fundos para Infância e Adolescente, passando pela Comissão Analisadora do FUNCRIANÇA, para realização do "**Projeto,** **Ações Inclusivas Com Foco Na Estimulação e Cuidado Das Crianças e Adolescentes Com Deficiência**.*

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA BOA-MT - no uso de suas competências legais e regimentais;

CONSIDERANDO que a Comissão Analisadora do Fundo através do CMDCA possui a competência de decidir sobre a destinação da aplicação dos recursos em plenária e por meio de plano de ação e de aplicação determinando os recursos e definindo quais projetos e programas de interesse que serão contemplados de acordo com as prioridades estabelecidas pela Lei do Conanda 137 e a RESOLUÇÃO N° 194 DE 10 DE JULHO DE 2017.

CONSIDERANDO que o Conselho da Criança e do Adolescente deve garantir o direito da criança e do adolescente, bem como para as suas famílias e comunidades.

CONSIDERANDO A captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

CONSIDERANDO O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente fixará percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho da Criança e do Adolescente financiar projetos que atendem diretamente crianças e adolescentes, elaborando e deliberando sobre uma política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no âmbito da ação.

CONSIDERANDO que o Conselho da Criança e do Adolescente deve garantir o direito da criança e do adolescente, bem como para as suas famílias e comunidades.

RESOLVE:

Art. 1º – Emitir a presente Resolução com parecer favorável para as ações do "*PROJETO AÇÕES INCLUSIVAS COM FOCO NA ESTIMULAÇÃO E CUIDADO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA*.

Art. 2º – A corrente resolução terá vigência logo após a sua publicação, revogando disposições contrarias.

Água Boa, 14 de outubro de 2021

_____

DANIELLY SELKE DA LUZ

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 325/2021

PORTARIA 325/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Art. 1º– EXONERA A PEDIDO a Servidora publica municipal a Sra. **KAPLICE DE ARAUJO MACHADO**, portadora do RG N° 19721285 SSP/MT e do CPF N°022.654.101.01, Titular do Cargo Efetiva de **SERVIÇO DE APOIO I,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 16 de Setembro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITACAO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2021

Em vista das razões apresentadas pela Secreatária de Infra Estrutura, bem como a justificativa de preço apresentado no termo de referencia,

considerando o valor da prestação de serviços ser oferecido a um valor bem a baixo se comparado aos orçamentos apresentados, para a administração publica e aprovação do orçamento disponivel para contratação, **RATIFICO** a dispensa de Licitação, para o objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALISTA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICO DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO E PROJETO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA O MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI/MT** – Empresa: **MARCIO SOUZA FARIA EIRELI – CNPJ: 20151.547/0001-03,** VALOR OFERTADO: **R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**. Verifica-se a justificativa no processo, a prestação do serviço preve melhorias e ampliação no sistema de abastecimento de agua no municipio de Alto Paraguai. Consta no processo a comprovação de que a contratada preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Por estas razões, justifica-se a formalização do processo e contratação da empresa, Dispensando a Licitação enquadrada no Art. 72, Inciso I, V, VII e VIII e Art. 75 Inciso I da LEI 14.133/2021, bem como a Orientação Normativa AGU nº 69, de 13/09/2021.

Publique-se.

Alto Paraguai/MT, 22 de outubro de 2021**.**

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal de Alto Paraguai /MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PORTARIA Nº 365/2021

“Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 087/2021 oriundo da Tomada de Preço nº 012/2021”

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. ROSA MARIA PAGLIUSO SIQUEIRA, servidora pública de provimentos no cargo de engenheira civil, matrícula funcional nº 002886 lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 087/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. PAULO HENRIQUE ALVES ZOLIN, servidor em cargo comissionado como diretor do dept. de acomp. de proces matrícula funcional nº 004760 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 087/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 087/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 087/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 20 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 355/2021

“Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 066/2021 oriundo da Adesão nº 010/2021”

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. Rosa Maria Pagliuso Siqueira, servidora pública de provimentos no cargo de engenheira civil, matrícula funcional nº 002886 lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 066/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Paulo Henrique Alves Zolin, servidor em cargo comissionado como diretor do dept. de acomp. de proces matrícula funcional nº 004760 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 066/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 066/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 066/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 15 de Setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 244/2021

DECRETO Nº 244/2021

Institui A Atualização Obrigatória De Dados Cadastrais E A Qualificação Cadastral De Servidores Ativos Da Administração Direta E Indireta E Dá Outras Providências.

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofolo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos servidores remunerados pelo Município e a obrigatoriedade de efetuar o levantamento de novas informações para efeito e adequação do Sistema de Recursos Humanos com o Sistema de Escrituração Fiscal, Previdenciário e Trabalhista (e-Social), instituído pelo Decreto Federal nº 8.373, 11 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de utilização do sistema do e-Social por todos os órgãos públicos a partir de 08 de julho de 2021, senso escalonadas as referidas obrigações por fases, sendo a quarta e última fase em 11 de julho de 2022, conforme Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

CONSIDERANDO a implantação dos Exames Periódicos de Saúde; da implantação do Serviço Especializado em engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; e da efetiva implantação do Ponto Eletrônico em todos os órgãos municipais;

DECRETA:

Art. 1º. A atualização e qualificação cadastral obrigatória observarão as disposições deste Decreto e os procedimentos são de caráter obrigatório para os servidores públicos, temporários e estagiários da administração direta e indireta.

Art. 2º. Para fins de melhor entendimento deste Decreto considera-se:

I – Servidor público é toda pessoa física que, legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, presta serviço remunerado à Administração Pública Municipal;

II – Servidor Temporário é aquele admitido por teste seletivo para atender a necessidade temporária excepcional de interesse público, em que sua contratação é por tempo determinado;

III – Estagiário é o educando em ato educativo escolar supervisionado desenvolvido em ambiente de trabalho e remunerado;

IV – Dependente Econômico é o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 (vinte e hum) anos de idade, o menor de 21 (vinte e hum) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e a expensas do servidor, ou do inativo, a mãe e o pai sem economia própria.

Art. 3º. A qualificação cadastral tem por finalidade identificar divergências associadas à documentação pessoal e dos dependentes, sendo obrigatória para todos os mencionados no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º. A atualização cadastral visa atender a necessidade de adequação dos dados pessoais dos servidores e contemplada as considerações acima, bem como, efetuar o levantamento de novas informações para adaptação ao Sistema de Recursos Humanos do Município com o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social), instituído pelo Decreto Federal n. 8.373, de 01 de dezembro de 2.014.

Parágrafo único. As informações devem, necessariamente, coincidir com o cadastro da Receita Federal (nome, data de nascimento e CPF) e com o constante no Ministério da Previdência.

Art. 5º. Os documentos para o recadastramento dos Servidores Públicos Municipais de Alto Taquari-MT, deverão ser entregues na Secretaria ao qual o servidor é lotado e a apresentação dos documentos e cópias constantes do ANEXO I, e preenchimento do formulário do ANEXO II e as Declarações anexas.

§1º. Os servidores ativos que se encontrarem cedidos e afastados por Licenças, na data de publicação deste Decreto, deverão recadastrar-se diretamente na Coordenadoria de Recursos Humanos, localizado no Paço Municipal.

§2º. Para os servidores municipais ocupantes de cargos em comissão, é obrigatória a apresentação de cópia da Declaração de Imposto de Renda – DIRPF se for declarante.

§3º. A atualização dos dados deverá, obrigatoriamente, ser renovada anualmente, a partir do ano de 2022, no mês de aniversário dos servidores relacionados no art. 1°.

§4º. Para servidores públicos concursados com mais de um vínculo, os procedimentos efetuados em relação a um vínculo serão aproveitados para o outro.

Art. 6º. O recadastramento de que trata este Decreto será coordenado pelo Departamento de Recursos Humanos.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos, ficará encarregada pela atualização de dados no sistema da folha de pagamento e no e-social.

Art. 8º. No período de 22.10.2021 à 15.11.2021, todos os servidores especificados no artigo 1° deste Decreto deverão se submeter ao recadastramento, juntamente com a documentação constante do ANEXO I, por cópia simples, desde que, acompanhada do documento original ou cópia autenticada em cartório.

§1º. Verificada qualquer irregularidade na conferência das cópias dos documentos apresentados referente aos dados declarados no cadastro, o servidor será convocado pela Coordenadoria de Recursos Humanos para regularizar a pendência no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§2º. As pendências relativas ao recadastramento serão sanadas, impreterivelmente, até o dia 15.11.2021.

§3º. O formulário de recadastramento do Servidor Público Municipal, é o constante do ANEXO II que deverá, necessariamente, conter a data e a assinatura do servidor recadastrado.

§4º. O servidor que não apresentar a documentação completa ou apresentar de forma diferente da estipulada neste Decreto não terá o seu cadastro atualizado.

Art. 9º. Expirado o prazo estabelecido no artigo 8°, a partir do mês posterior, os servidores públicos elencados neste Decreto que não tiverem efetuado a atualização obrigatória dos dados cadastrais ou providenciado a correção das informações inclusive para efeito da qualificação cadastral, estarão sujeitos a aplicação de penalidade de advertência por escrito.

Parágrafo único. A inobservância dos prazos fixados neste Decreto possibilita a aplicação de sansões disciplinares aos agentes políticos e servidores públicos concursados, comissionados e contratados.

Art. 10º. O Servidor Público Municipal ativo e de funções temporárias responderão civilmente e administrativamente pelas informações falsas ou incorretas, que prestarem no ato do recadastramento, conforme "Declaração" para esse fim a ser prestada na forma do Anexo III.

Art. 11º. Se algum servidor estiver impossibilitado de comparecer ao posto de recadastramento no período previsto no cronograma, seja por motivo de doença grave, internação ou impossibilidade de locomoção, deverá entrar em contato com a sua Secretaria e solicitar o agendamento de visita domiciliar.

Parágrafo único. Os casos de servidores que se encontrarem em gozo de férias ou de licenças, deverão realizar a atualização cadastral na Coordenadoria de Recursos Humanos, no horário das 7h30min às 13h30min impreterivelmente até o dia 15 de novembro de 2021.

Art. 12º. Caberá a Equipe Técnica de Recadastramento, validar, comprovar e emitir o protocolo de entrega do recadastramento somente se:

I - Todas as informações contidas nos formulários e anexos estiverem de acordo com as exigências deste Decreto;

II - Todas as informações constantes do formulário estiverem devidamente comprovadas;

III - As cópias de todo os documentos obrigatórios forem entregues.

Art. 13º. Compete a Secretaria responsável pelo Recadastramento:

I - Zelar pelo cumprimento das normas estipuladas neste Decreto, especificamente no que se refere ao ato de recadastramento;

II - Verificar a documentação apresentada e sua regularidade;

III - Exigir a comprovação documental, quando constatada divergência entre o informado e o que consta no cadastro;

IV - Utilizar o sistema informatizado apropriado para proceder às atualizações dos dados cadastrais.

Art. 14º. Este Decreto entra e vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 20 de outubro de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

I – Para servidores ativos, cedidos ou em licença:

a) Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia (RG);

b) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou quitação eleitoral;

c) Cadastro nacional de pessoa física (CPF), conforme estado civil;

d) Carteira de Trabalho e número do PIS/PASEP;

e) Carteira de habilitação;

f) CPF dos pais;

g) Certificado de reservista ou dispensa de incorporação, se do sexo masculino com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade;

h) Comprovante de residência atualizado em nome do servidor;

i) Comprovante de registro em órgão de classe quando se tratar de profissão regulamentada;

j) Certidão de nascimento ou casamento quando for o caso;

k) Documentos do cônjuge;

l) Certidão de nascimento dos filhos e CPF, quando houver menor de 14 anos;

m) Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia, ou certidão de nascimento dos dependentes legais, se houver, e documento que comprove legalmente a condição de dependência para manutenção e abatimento no IRRF.

n) Cartão de vacinação atualizado;

o) Apresentar 01 (uma) foto 3x4;

p) Preencher e assinar o Formulário de Recadastramento do Servidor Público Municipal, conforme Anexo II deste decreto.

q) Preencher e assinar a Declaração de Não Acumulação de Cargos, conforme modelo Anexo III deste decreto;

r) Preencher e assinar a Declaração de Bens, conforme modelo Anexo IV deste decreto.

s) Preencher e assinar a Declaração de Endereço conforme anexo V;

t) Preencher e assinar a Declaração de Dependentes conforme Anexo VI;

u) Para os ocupantes em cargos em comissão, apresentar cópia da Declaração de Imposto de Renda - DIRPF.

v) Endereço de e-mail eletrônico pessoal;

x) Número de telefones móvel e/ou fixo;

y) Certificados de formação acadêmica (Diploma com histórico escolar e/ou declaração escolar);

II – Dos Dependentes Econômicos para fins de Imposto de Renda (IR):

a) Cônjuge ou Companheiro (a) com quem tenha filho ou viva há mais de 5 anos;

b) filhos ou enteados, até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

c) irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a), sem arrimo dos pais, de quem o servidor detenha a guarda judicial, até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

d) pais, avós e bisavós que tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, até o limite de isenção do imposto;

e) menor até 21 anos que o servidor crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;

f) pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

III – Estagiários:

a) Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia (RG);

b) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou quitação eleitoral;

c) Cadastro nacional de pessoa física (CPF), conforme estado civil;

d) Carteira de Trabalho e número do PIS;

e) CPF dos pais;

f) Certificado de reservista ou dispensa de incorporação, se do sexo masculino com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade;

g) Comprovante de residência atualizado em nome do servidor;

h) Certidão de nascimento dos filhos e CPF, quando houver menor de 14 anos;

i) Apresentar 01 (uma) foto 3x4;

j) Endereço de e-mail eletrônico pessoal;

k) Número de telefones móvel e fixo.

l) Certidão de nascimento ou casamento quando for o caso;

m) Declaração de frequência escolar assinada pelo diretor da instituição escolar;

n) Preencher e assinar o Formulário de Recadastramento constante do Anexo II;

p) Certificados de formação acadêmica (Diploma com histórico escolar e/ou declaração escolar);

q) Diplomas de cursos de formação técnica e complementares.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE RECADASTRAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DADOS PESSOAIS						
MATRÍCULA:	**NOME:**					
DATA DE NASCIMENTO:	**NATURALIDADE**			**NACIONALIDADE:**		
DOADOR DE SANGUE: ( ) SIM ( ) NÃO	**SEXO: ( ) SIM ( ) NÃO**	**POSSUI DEFICIÊNCIA: ( ) SIM ( ) NÃO**	**TIPO DE DEFICIÊNCIA:**			
DOCUMENTOS						
CPF:	**RG:**	**ORGÃO EMISSOR:**	**DATA DE EMISSÃO:**	**PIS/PASEP:**		
TÍTULO DE ELEITOR:	**ZONA/SEÇÃO:**	**CTPS/SERIE:**	**DATA DE EMISSÃO:**	**NÚMERO DA CNH:**	**CATEGORIA:**	
RESERVISTA:	**ORGÃO RESERVISTA E DATA DE EMISSÃO:**					
ENDEREÇO						
LOGRADOURO:				**NÚMERO:**		
COMPLEMENTO:		**BAIRRO:**			**CEP:**	
CIDADE:	**UF:**	**CELULAR:**	**E-MAIL:**			
DEPENDENTES						
NOME DO CONJUNGE:			**DATA DE NASCIMENTO:**		**CPF:**	
DEPENDENTE:			**DATA DE NASCIMENTO:**		**CPF:**	
DEPENDENTE:			**DATA DE NASCIMENTO:**		**CPF:**	
DEPENDENTE:			**DATA DE NASCIMENTO:**		**CPF:**	
DEPENDENTE:			**DATA DE NASCIMENTO:**		**CPF:**	
DEPENDENTE:			**DATA DE NASCIMENTO:**		**CPF:**	

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO MOMENTO DO RECADASTRAMENTO:

ü **Formulário de Recadastramento do Servidor Público Municipal (Anexo II) devidamente preenchido;** ü **Declaração de não acúmulo de cargo, função ou emprego público;** ü **Declaração de Bens;** ü **Fotocópia dos documentos constantes no Anexo I;** ü **01 (uma) foto 3X4 recente;** ü **Declaração de pendência de entrega de documento (quando for o caso).**

O SERVIDOR RESPONDERÁ CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVAMENTE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.		**DATA DO RECADASTRAMENTO: _____/_____/_____**
_____ ASSINATURA DO SERVIDOR PÚBLICO DECLARANTE		**_____ Assinatura do Servidor responsável pelo cadastro**
USO EXCLUSIVO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
SERVIDOR EM DESVIO DE FUNÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO	**SERVIDOR EM DESVIO DE LOTAÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO**	**LOTAÇÃO DE CADASTRO:**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

Eu_____, inscrito(a) no CPF_____, **DECLARO**, que:

( ) **NÃO** exerço qualquer outro cargo público (função ou emprego público Federal, Estadual ou Municipal, bem como Autarquias, Empresas públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas.

( ) **EXERÇO** o(s) cargo (s) público (s) ou emprego(s) abaixo:

a) De _____ no _____, cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais das _____ às ____ horas.

b) De _____ no _____, cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais das _____ às ____ horas.

c) De _____ no _____, cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais das _____ às ____ horas.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das normas relacionada à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos conforme norteia o inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal; do Art. 11 da Emenda Constitucional nº20 de 15/12/1998 e §§ 8º e 9º do Art. 26 da Lei N° 140/2011 Estatuto do Servidor Público do Município de Canabrava do Norte-MT, e que estou ciente de que estarei sujeito ás penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal de cargo, durante exercício do cargo para qual fui nomeado.

Alto Taquari -MT, ____de _____de 2021.

_____

ASSINATURA DO SERVIDOR

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Declaro para finalidade de atualização cadastral, de acordo com o disposto na Lei e estabelecido no Art. 23 da Lei Complementar 034/2005 e Art. 24 da Lei Complementar 029/2005, que eu, _____, brasileiro(a), maior, CPF _____, RG _____, sou residente e domiciliado na _____ na cidade de _____.

1) BENS MÓVEIS

Item Descrição do Bem Valor – R$

01 _____ _____

02 _____ _____

03 _____ _____

04 _____ _____

2) BENS IMÓVEIS

Item Descrição do Bem Valor – R$

01 _____ _____

02 _____ _____

03 _____ _____

04 _____ _____

3) VALOR TOTAL DDOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

TOTAL GERAL – R$ _____

DECLARO sob as penas da lei que as informações constantes das 2 (duas) vias que fazem parte desta declaração são verdadeiras.

Alto Taquari -MT, ____de _____de 2021.

_____

ASSINATURA DO SERVIDOR

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

Declaro para fins de comprovação de endereço que eu,_____, brasileiro(a), inscrito no CPF_____, RG _____, sou residente e domiciliado na _____, bairro _____na cidade de _____, CEP _____.

Por ser verdadeira, firmo presente declaração para todos os efeitos legais de direito.

Alto Taquari -MT, ____de _____de 2021.

_____

ASSINATURA DO SERVIDOR

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

Fonte Pagadora:	Prefeitura Municipal de Alto Taquari – MT
CNPJ da Fonte:	01.362.680/0001-56
Endereço:	Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari-MT. CEP: 78.785-000

Declarante:	
CPF do Declarante:	

Relação de Dependentes e Finalidade

Nome	Data de Nascimento	CPF	Grau de Parentesco

Alto Taquari -MT, ____de _____de 2021.

_____

ASSINATURA DO SERVIDOR

PORTARIA Nº 361/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 085/2021 oriundo da Pregão Eletrônico nº 021/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. Ricardo Alves da Silva, servidor público de provimentos comissionado no cargo de Coordenador de Controle de Frota e Oficinas, matrícula funcional nº 4795 lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 085/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Miguel Ângelo Froes, servidor público de provimentos comissionado no cargo de Coordenador de Gerencia de Cidade, matrícula funcional nº 3655 lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 085/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 085/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 085/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 16 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 354/2021

“Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 084/2021 oriundo da Carta Convite 003/2021”

MARILDA GAROFALO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de Setembro de 2019, Decreto Federal nº 3.555 de 8 de agosto de 2.000, e o Decreto Municipal nº 028/2020 de 7 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. Rosa Maria Pagliuso Siqueira, servidora pública de provimentos no cargo de engenheira civil, matrícula funcional nº 002886 lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 084/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Henrique Mesquita Gonçalves, servidor público de provimentos comissionado no cargo de Coordenador de Planejamento, matrícula funcional nº 4478 lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 084/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 084/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 084/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 13 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFALO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 366/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 086/2021 oriundo da Processo Admistrativo para Contratação Direta 58/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. Dhayane Negrao Ferreira Cremonizi de Souza, servidora pública de provimentos no cargo de coordenador de assistência social, matrícula funcional nº 004763 lotado na fundo municipal promoção e assist. social, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 086/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Leandro Alves de Almeida, servidor em cargo comissionado como secretário municipal de administração e fazenda matrícula funcional nº 004756 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 086/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 086/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 086/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta "habite-se", emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 23 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 358/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 063/2021 oriundo da Dispensa de Licitação nº 037/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. Marcos Antônio aparecido Moraes, servidor público de provimentos no cargo de professor de coordenador de esporte e lazer, matrícula funcional nº 002814 lotado na Secretaria Municipal secretaria municipal educação e cultura, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 063/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sra. Andreia Rosa de Oliveira, servidora em cargo como de telefonista/recepcionista matrícula funcional nº 001633 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 063/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 063/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 063/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 15 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

LEI Nº 935/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SUMULA *– Dispõe sobre alteração de dispositivos da* ***Lei nº 907/2020****, que Estima a Receita e Fixa Despesa do Município de Araguainha - MT, para o Exercício de 2021, é dá outras providências.*

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal de Araguainha sancionou a seguinte lei:

Art. 1º- Fica alterado o **art. 6º da Lei Municipal nº 907/2020**, de 31/12/2020, que passará a viger com a seguinte redação:

I- *Abrir créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da Despesa fixada no art. 1º, observado o disposto no parágrafo 1º, incisos I, II e IV, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1. 964.*

Art. 2º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

FRANSCISCO GONÇALVES NAVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE SERVIDOR

2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 185/2020 - De acordo com a Lei Municipal nº 699/2006 de 18/10/2006

Termo Aditivo de Contrato, que fazem a Prefeitura Municipal de Araputanga, com sede à Rua Antenor Mamedes, 911, inscrita no CGC-MT sob o n.º 15.023.914.0001-45, neste ato representado pelo seu agente político e prefeito municipal **ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, brasileiro, casado, portador do RG n. 0555344-0 SJ/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 383.499.061-20, residente e domiciliado à Rua Limiro Rosa Pereira, nº. 846 no Bairro Centro do Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. **MARINES SOARES SILVA SANTOS,** brasileira, portadora do RG sob o nº 095381-6 SESP/MT e CPF de nº 567.724.081-87, residente e domiciliada a Rua dos Canários, 197, São Lucas - Município de **Araputanga/MT**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO (A).**

Cláusula Primeira – O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência estabelecido na cláusula segunda do CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 185/2020 celebrado em 23/10/2020.

Cláusula Segunda – Fica prorrogado o prazo de vigência iniciando-se em **24/10/2021**e findando em**22/12/2021.**

Cláusula Terceira – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo Contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Araputanga/MT, 22 de outubro de 2021.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MARINES SOARES SILVA SANTOS

CONTRATADA

CPF: 567.724.081-87

TESTEMUNHAS:

1ª OVÍDIO DE FREITAS GODOY 2ª BEATRIZ VAZ DA SILVA

CPF: 284.563.511-72 CPF: 068.828.831-65

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N° 052/2021

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia **09 DE NOVEMBRO DE 2021, às 08h00min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Rua Presidente Costa e Silva nº 105/E, equina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 052/2021, Menor Preço por Item,** com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, CONFORME A PROPOSTA Nº 11344.687000/1200-30/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO ANEXO I DO EDITAL.** O edital completo esta disponível no site **www.arenapolis.mt.gov.br**. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis-MT, 22 de Outubro de 2021.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL N° 1.520/2021

LEI MUNICIPAL N° 1.520/2021

“ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AOS ARTIGOS 1º DAS LEIS Nº 1.466/2.021, 1.477/2.021, 1.479/2021, 1.481/2021, 1.483/2.021, 1.486/

2021 E 1.487/2.021 PARA DAR COMPATIBILIDADE DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DE 2021".

EDERSON FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte projeto de Lei:

Art. 1º - Os arts. 1º das Leis nº 1.466/2.021, 1.477/2.021, 1.483/2.021 e 1. 487/2.021, passam a vigorar acrescidos do seguinte parágrafo único:

"Art. 1º.....

***Parágrafo Único** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na Lei Orçamentária Anual – LOA, do corrente exercício Lei nº 1.456/2020, o Crédito Adicional Suplementar, conforme descrito no Art. 1º. Ficando, ainda, incluído na Lei nº 1.311/2017 - Plano Plurianual (PPA) e na Lei nº 1. 440/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a ação, a natureza da despesa e a fonte de recursos, conforme especificação descrita no Art. 1º".*

Art. 2º - Os arts. 1º das Leis nº 1.479/2.021, 1.481/2.021 e 1.486/2.021, passam a vigorar acrescidos do seguinte parágrafo único:

"Art. 1º.....

***Parágrafo Único** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na Lei Orçamentária Anual – LOA, do corrente exercício Lei nº 1.456/2020 , o Crédito Especial, conforme descrito no Art. 1º. Ficando, ainda, incluído na Lei nº 1.311/2017 - Plano Plurianual (PPA) e na Lei nº 1.440/2020- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a ação, a natureza da despesa e a fonte de recursos, conforme especificação descrita no Art. 1º.*

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 22 dias do mês de outubro de 2021.

_____

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL N° 1.521/2021

LEI MUNICIPAL N° 1.521/2021

EMENTA: *DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT PARA O EXERCÍCIO 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*."

O Exmo. Prefeito Municipal de Arenápolis estado de Mato Grosso, Sr. **EDERSON FIGUEIREDO** , no uso de suas atribuições legais, atendendo os dispostos do artigo 167 inciso VI da Constituição Federal, e nos termos do artigo 42 e 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, faz saber e a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos do artigo 42 e 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, fica aberto o Crédito Adicional suplementar no valor de R$120. 527,56 (cento e vinte mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos), para o custeio das ações e serviços de saúde ao fundo municipal de saúde de Arenápolis, conforme abaixo discriminados:

UNIDADE: – 021- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
FUNÇÃO: 10 – SAUDE	
SUB-FUNÇÃO: 302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
PROGRAMA: 0016- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
PROJETO ATIVIDADE: 2065 – MUNUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
ELEMENTO DE DESPESA: 33.50.43.00.00- Subvenções Sociais Fonte – 146 - Transf.Fundo a Fundo do SUS proveniente do Governo Federal	**120. 527,56**

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos abertos no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 42 e 43, § 1º, inciso II (os provenientes de excesso de arrecadação) da Lei Federal 4.320/64, dos recursos financeiros da atenção à saúde da População para procedimentos do MAC, para o município de Arenápolis.

Art. 3º - Este Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 22 dias do mês de outubro de 2021.

_____

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO Nº 059/2021

DECRETO Nº 059/2021

"DISPÕE SOBRE HÓSPEDE OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Cidadão Senhor **ÉDERSOM FIGUEIREDO,** Prefeito Municipal de Arenápolis - MT, no uso e gozo de suas atribuições legais, e com fulcro no artigo 69, incisos VI e XIII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º - Fica considerado **HÓSPEDE OFICIAL,** enquanto perdurar a sua presença no território do Município de Arenápolis Estado de Mato Grosso o Excelentíssimo Governador do Rotary Internacional do Distrito 4.440, Mato Grosso, Senhor, **ZOZOEL DE PAULA**.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE–SE, PUBLIQUE–SE, COMUNIQUE–SE E CUMPRA–SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS–MT, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

_____

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS–MT

Registrado e Publicado, na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL N° 1.519/2021

LEI MUNICIPAL N° 1.519/2021

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR".

EDERSON FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte projeto de Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro do Exercício Anterior, atendendo os dispostos nos artigos 166, § 4º, nos termos dos artigos 42 e 43 § 1, inciso I da Lei federal 4.320/64 e Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, no montante de R$.211.256,00 (duzentos e onze mil, duzentos e cinquenta e seis reais), conforme discriminado:

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Gestão da Educação	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 122- Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 1012- Aquis.Equip.Mat.Permanente-Gestão Educacional	

ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 116- 4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Fonte – 3.01	14. 256,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Gestão da Educação	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 122- Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2029– Manut. do Depto de Gestão Educacional	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 124- 3390.30.00.00- Material de Consumo Fonte – 3.01	16. 000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 1016- Investimentos em Unidades Escolares de Ens. Fundamental	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 143- 4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Fonte – 3.01	30. 000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365- Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 1013 – Investimentos Unidades Escolares de Ensino Infantil – Pré Escola	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 167 - 44.90.52.00.00 –Equipamentos e Material Permanente Fonte – 3.01	1 15. 000,00

FONTE 3.01 – TOTAL.....75.256,00

ORGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Gestão	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento Administrativo	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 122- Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2011 – Manut.do Departamento Administrativo	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 52- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 44- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais Cod.Reduzido- 46- 3390.14.00.00 – Diárias – Civil Cod.Reduzido- 47 – 3390.30.00.00- Material de Consumo Cod.Reduzido- 49 - 3390.36.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Física Cod.Reduzido- 50 - 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica Fonte – 3.00-	34. 950,00 6. 767,00 2. 000,00 6. 100,00 10. 500,00 5. 683,00

FONTE 3.00 – TOTAL.....66.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Profis.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 2034 – Remuneração Profissionais do Ens.Fundamental 70%	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 192- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Fonte -3.18	136. 000,00

FONTE 3.18 – TOTAL.....136.000,00

Art. 2º- Para dar cobertura ao artigo 1º desta lei será utilizado recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício anterior da fonte de Recursos: 3.01 no valor de R$ 75.256,00 (setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais, na fonte 3.00 – R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais, na fonte 3.18 – R$ 136.000,00 (trinta e seis mil reais), arrecadados no exercício de 2020.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 22 dias do mês de outubro de 2021.

_____

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL N° 1.518/2021

LEI MUNICIPAL N° 1.518/2021

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE UM CREDITO ESPECIAL PARA INCLUSÃO NO PPA, LDO E LOA DO EXERCÍCIO DE 2021. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Exmo. Prefeito Municipal de Arenápolis estado de Mato Grosso, Sr. **EDERSON FIGUEIREDO** , no uso de suas atribuições legais, atendendo os dispostos no artigo 167 inciso VI da Constituição Federal, e nos termos do artigo 42 e 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, faz saber e a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos do artigo 42 e 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4. 320/64, fica aberto um Crédito Especial no valor de R$71.148,00 (setenta e um mil, cento e quarenta e oito reais), para o custeio da Portaria 2373, de 21 de setembro de 2021, conforme abaixo discriminados:

ORGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E AGROPECUARIO	VALOR
UNIDADE: – 002 - DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO RURAL	
FUNÇÃO: 20– AGRICULTURA	
SUB-FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	
PROGRAMA: 0005- Semeando um futuro melhor	
PROJETO ATIVIDADE: 2114 - Manutenção Emergência - Zona Rural	
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00.00-Material de Consumo 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica **Total**	18. 648,00 52. 500,00 **71. 148,00**

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos abertos no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 42 e 43, § 1º, inciso II (os provenientes de excesso de arrecadação) da Lei Federal 4.320/64, dos recursos financeiros recebidos da portaria Nº 2373 de 21 de setembro de 2021 do Ministério do Desenvolvimento Regional- Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para o município de Arenápolis.

Art. 3º - Este Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 22 dias do mês de outubro de 2021.

_____

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL N° 1.517/2021

LEI MUNICIPAL N° 1.517/2021

'EMENTA: ***DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT PARA O EXERCÍCIO 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*****".**

O Exmo. Prefeito Municipal de Arenápolis estado de Mato Grosso, Sr. **EDERSON FIGUEIREDO** , no uso de suas atribuições legais, atendendo os dispostos no artigo 167 inciso VI da Constituição Federal, e nos termos do artigo 42 e 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, faz saber e a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos do § 3º, do art. 167 da Constituição Federal e, nos termos do inciso II, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, fica aberto o Crédito Adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$60. 000,00 (sessenta mil reais), recursos recebidos do Ministério da Saúde para Enfrentamento da Emergência Decorrente do Coronavírus.

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	VALOR
UNIDADE: – 021- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
FUNÇÃO: 10 – SAUDE	
SUB-FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA	
PROGRAMA: 0034- **COVID 19 - Enfrentamento da Emergência Decorrente do Coronavírus.**	
PROJETO ATIVIDADE: 2113- COVID-19 – Medida Provisória N. 1.062 - SAPS	
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00.00-Material de Consumo 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica Fonte- **0.1.46.074 –** SUS União – Ações de Saúde para Enfrentamento do Coronavírus **Total**	30. 000,00 30. 000,00 **60. 000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos abertos no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 42 e 43, § 1º, inciso II (os provenientes de excesso de arrecadação) da Lei Federal 4.320/64, dos recursos financeiros recebidos do SUS- Ação do CVFO- COVID-19 – MEDIDA PROVISÓRIA N.1.062 de 09/08/2021 – SAPS e PORTARIA GM/MS Nº 2. 010, DE 18 DE AGOSTO DE 2021, para o município de Arenápolis - MT.

Art. 3º - Este Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 22 dias do mês de outubro de 2021.

_____

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DO CONTRATO N° 291 ATE 313 /2021 E ADITIVOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 291 /2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA SCARPAT E NUNES MOREIRA LTDA EPP-MERCADO PANTANAL

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 11.453,74

PERIODO DE VIGÊNCIA: 09/09/2021 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:09/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 292/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA ELETRO TARTARI LTDA

OBJETO: O OBJETO DESTE CONTRATO É A EXECUÇÃO PELA CONTRATADA, SOB REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DA OBRA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE MICROGERAÇÃO FOTOVOLTAICA NA ESCOLA MUNICIPAL DUILIO RIBEIRO BRAGA, DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 731.572,54

PERIODO DE VIGÊNCIA: 13/09/2021 ATÉ 30/03/2022

DATA DA ASSINATURA:13/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 293/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA ISOPAV SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE

PESSOA JURÍDICA NA ELABORAÇÕ PROJETO E PLANILHA PARA A CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE BASQUETE STREET BALL, NO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

VALOR: R$ 9.995,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 13/09/2021 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 13/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 294/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 2.137,13

PERIODO DE VIGÊNCIA: 17/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:17/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 295/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 438,64

PERIODO DE VIGÊNCIA: 17/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:17/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 296/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA M.S. OLIVEIRA EIRELI EPP

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É O FORNECIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA OS VEICULOS, ONIBUS, CAMINHÕES E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT

VALOR: R$ 25.910,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 20/09/2021 ATÉ 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 297/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA GOLDENPLUS –COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 3.825,40

PERIODO DE VIGÊNCIA: 20/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:20/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 298/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: JOSEANI CRISTINA TAURA DOS SANTOS

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE

PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DURANTE A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS NO EXERCICIO DE 2021.

VALOR: R$ 8.000,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 22/09/2021 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 22/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 299/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA FABRICIO RONQUE & CIA LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS COM FORNECIMENTO DE URNAS E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA FAMILIAS CARENTES DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 36.100,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 22/09/2021 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:22/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 300/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CPS – CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SUPRA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA CABECEIRA DA PONTE DO RIO AREIA E VIAS LOCAIS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 110.737,15

PERIODO DE VIGÊNCIA: 22/09/2021 ATÉ 22/02/ 2022

DATA DA ASSINATURA:22/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 301/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 11.871,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 23/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:23/09/2021 até 31/12/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 302/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CIRURGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 3.172,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 23/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:23/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 303/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA INOVAMED HOSPITALAR LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 21.253,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 23/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:23/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 304/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 9.440,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 23/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:23/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 305/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 4.359,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 23/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:23/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 306/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENCE LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 14.900,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 23/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:23/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 307/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI-ME,

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 20.220,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 27/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:27/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 308/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 17.356,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 27/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:27/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 309/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 11.958,50

PERIODO DE VIGÊNCIA: 27/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:27/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 310/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CIRURGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 21.112,10

PERIODO DE VIGÊNCIA: 27/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:27/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 311/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENCE LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 17.164,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 27/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:27/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 312/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA INOVAMED HOSPITALAR LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

VALOR: R$ 33.162,10

PERIODO DE VIGÊNCIA: 27/09/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:27/09/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 313/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELLI-EPP

OBJETO: O OBJETO DESTE CONTRATO É A EXECUÇÃO PELA CONTRATADA, SOB REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DA OBRA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA EM VIA URBANA DO MUNICIPIO, CONFORME DETALHADO NO PLANO DE TRABALHO DO CONVÊNIO SICONV Nº 886554/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DA DEFESA E O MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT

VALOR: R$ 489.999,04

PERIODO DE VIGÊNCIA: 30/09/2021 ATÉ 30/09/2022

DATA DA ASSINATURA:30/09/2021

EXTRATO 7 ADITIVO DO CONTRATO N° 107/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA NOBRE SOFTWARE DE GESTÃO INTEGRADA LTDA

OBJETO: ADITIVO DE VALOR E PRAZO

VALOR: R$- 5.800,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01/09/2021 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:

EXTRATO DO 7 ADITIVO AO CONTRATO N° 064/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA INSTITUTO SOCIAL DE SAUDE SÃO LUCAS

OBJETO: ADITIVO DE VALOR E PRAZO

VALOR: R$ 2.897.599,60

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/08/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA:31/08/2021

PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL N° 1.516/2021

LEI MUNICIPAL N° 1.516/2021

"*INSTITUI O DIA 26 DE NOVEMBRO COMO DIA MUNICIPAL DE CONSICENTIZAÇAO AO COMBATE A VIOLÊNCIA FÍSICA, SEXUAL, MORAL, PSICOLÓGICA E OS MAUS TRATOS, PRATICADOS CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT*".

O Exmo. Prefeito Municipal de Arenápolis estado de Mato Grosso, Sr. **EDERSON FIGUEIREDO** , no uso de suas atribuições legais, atendendo os dispostos Constituição Federal, Constituição Estadual, a Lei Federal n° 8. 069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente, e, Lei Orgânica do Município de Arenápolis/MT, faz saber que a Câmara Municipal de Arenápolis/MT e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído do âmbito do Município de Arenápolis/MT, o **Dia 26 de novembro** como sendo o dia Municipal de Conscientização ao Combate da Violência Física, Sexual, Moral, Psicológica e aos Maus Tratos praticados contra a Criança e Adolescente.

Art. 2° - Fica determinado aos Órgãos e Secretarias do âmbito municipal de Arenápolis – MT, a prover ou promover políticas públicas e ações repressivas à Violência Física, Sexual, Moral, Psicológica, e aos Maus Tratos praticados contra a Criança e Adolescente.

§1° - As políticas públicas e ações repressivas determinadas no "*caput*" deste artigo, devem ser de caráter permanente e atemporal, na tentativa e estancar às práticas abusivas e prevenir os crimes.

§2° - Fica autorizado ao Poder Executivo receber apoio e/ou auxílio do Poder Judiciário, através de convênios ou parcerias, para a prática repressiva à prática violenta contra Criança e Adolescente.

Art. 3° - Esta Lei, tem como fundamento a repressão ao Crime de Abuso Sexual, Violência Física, Moral, Psicológica, e aos Maus tratos praticados contra a Criança e Adolescente, bem como homenagear a Criança "**DAVI GUSTAVO MARQUES DE SOUZA**" assassinado brutalmente em 26 de novembro de 2019.

Art. 4° - Fica autorizado ao Poder Executivo de Arenápolis/MT, a tomar todas às medidas financeiras e orçamentárias no que couber para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º - Este Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 22 dias do mês de outubro de 2021.

_____

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL N° 1.515/2021

LEI MUNICIPAL N° 1.515/2021

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$938.441,00 (novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais) do orçamento vigente e dá outras providências.

EDERSON FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no artigo 42 e 43 da lei Federal 4320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Arenápolis aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a, abrir crédito suplementar no valor R$**.938.441,00 (novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais)** para suplementar dotações dentro da Lei Orçamentária Anual vigente, conforme abaixo descriminado:

ORGÃO: 02 – Secretaria Municipal de Governo	VALOR
UNIDADE: 001 – Gabinete do Prefeito	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 122- Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2005 – Manut.das Ações de Governo e do Gabinete do Prefeito	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 23 – 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 24- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais Cod.Reduzido- 28 – 3390.14.00.00- Diária -Civil	52.082,00 7.600,00 3.000,00

ORGÃO: 02 – Secretaria Municipal de Governo	VALOR
UNIDADE: 002- Controladoria Geral do Município	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 124- Controle Interno	
PROJETO ATIVIDADE: 1039 – Aquis.Equip.Mat.Permanente para Controladoria e Procuradoria	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 34- 4490.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente	2.500,00

ORGÃO: 02 – Secretaria Municipal de Governo	VALOR
UNIDADE: 001- Gabinete do Prefeito	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 124- Controle Interno	
PROJETO ATIVIDADE: 2006 – Manut.Ações Controladoria e Procur.Mun.	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 35- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 36- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais	7.154,00 3.000,00

ORGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Gestão	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento Administrativo	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 122- Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 1005 – Aquis.Equip.Mat.Permanente – Sec. Gestão	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 42- 4490.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente	12.500,00

ORGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Gestão	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento Administrativo	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 122- Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2011 – Manut.do Departamento Administrativo	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 50 - 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	9.817,00

ORGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Gestão	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento Financeiro	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 123- Administração Financeira	
PROJETO ATIVIDADE: 2012 – Manut.do Departamento Financeiro	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 55- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 56- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais Cod.Reduzido- 61- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica Cod.Reduzido- 62- 3390.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação	13.000,00 2.000,00 5.000,00 3.295,00

ORGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Gestão	VALOR
UNIDADE: 002 – Departamento Financeiro	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 123 – Administração Financeira	
PROJETO ATIVIDADE: 1038 – Aquis.Equip.Mat.Permanente – Depto Financeiro	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 53- 4490.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente	1.500,00

ORGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Gestão	VALOR
UNIDADE:004 – Departamento de Compras e Licitações	
FUNÇÃO: 04- Administração	
SUB-FUNÇÃO:122- Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE:2009 – Manut. Departamento de Compras e Licitações	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 77 – 33.90.14.00.00 – Diárias - Civil	900,00

ORGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Gestão	VALOR
UNIDADE: 003- Departamento Planejamento/Acompanhamento e Programas	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 121- Planejamento e Orçamento	
PROJETO ATIVIDADE: 2013 – Manut.do Depto de Planejamento/Acompanhamento e Programas	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 68- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 69- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais	19.118,00 5.308,00

ORGÃO: 04 – Secretaria Mun. Desenvolvimento Econômico e Agropecuário	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Expansão Urbana	
FUNÇÃO: 23 – Comércio e Serviços	
SUB-FUNÇÃO: 122- Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2020– Manut.do Departamento Expansão Urbana	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 96- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	6.840,00

ORGÃO: 04 – Sec.Mun.Desenvolvimento Econômico e Agropecuário	VALOR
UNIDADE: 002 – Departamento de Expansão Rural	
FUNÇÃO: 20 – Agricultura	
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2021 – Manutenção do Departamento de Expansão Rural	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 108 – 3390.30.00.00- Material de Consumo Cod.Reduzido- 110- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	10.000,00 13.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 2035 – Manut.de unidades escolares de ensino fundamental	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 149 - 33.90.30.00.00 –Material de Consumo	3.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Profis.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 2033 – Manutenção Unidades Escolares de Ens.Fundamental 30%	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 183- 3190.04.00.00- Contratação por Tempo Determinado	5.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Profis.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 2030 – Manut.de Unidades Escolares de Ens.Infantil 30%	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 198- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 199- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais	11.000,00 4.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Profis.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365- Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 2083 – Remuneração Profissionais do Ensino Infantil 70% -Creche	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 211- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	55.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Profis.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 2031 – Remuneração de Profissionais do Ensino Infantil 60%	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 207- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	63.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Profis.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 2034 – Remuneração Profissionais do Ens.Fundamental 70%	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 192- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	13.000,00

ORGÃO: 05 – Sec. Mun.Educação , Cultura, Desporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 006 – Escola Superior	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 364- Ensino Superior	
PROJETO ATIVIDADE: 2051 – Manut.da Universidade Aberta do Brasil-UAB	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 253- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	7.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 001- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2053 – Manutenção da Secretaria de Saúde	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 266- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 267- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais Cod.Reduzido -269 -3390.14.00.00 – Diárias- Civil	26.000,00 4.600,00 10.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção Básica	
PROJETO ATIVIDADE: 2056 – Manutenção das Unidades de PSF`S	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 282- 3190.04.00.00- Contratação por Tempo Determinado Cod.Reduzido- 283- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	6.900,00 113.400,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção Básica	
PROJETO ATIVIDADE: 2061 – Manutenção Atend. Odontológico -Saúde Bucal	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 297- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 298- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais	12.000,00 2.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
PROJETO ATIVIDADE: 2072 – Manutenção do Laboratório	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 338- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido –343 – 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	23.000,00 15.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
PROJETO ATIVIDADE: 2059 – Manutenção do Raio-X	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 316 - 33.90.30.00.00 –Material de Consumo	3.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
PROJETO ATIVIDADE: 2065 – Manutenção da Média e Alta Complexidade	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 334 - 33.90.30.00.00 –Material de Consumo Cod.Reduzido –336 – 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	23.000,00 15.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico	
PROJETO ATIVIDADE: 2057– Manutenção da Farmácia Municipal	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 345- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	10.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 304 – Vigilância Sanitária	

PROJETO ATIVIDADE: 2067– Manutenção da Vigilância Sanitária	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 353- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	2. 000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 305 – Vigilância Epidemiológica	
PROJETO ATIVIDADE: 2068 – Manutenção Vigilância Epidemiológica e Ambiental	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 359- 3190.04.00.00- Contratação por Tempo Determinado	18. 000,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 021 – Departamento de Serviços e Benefícios	
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social	
SUB-FUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária	
PROJETO ATIVIDADE: 2073 – Manut.CRAS de Ações de Atend.Integrado a Família	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 382- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 383- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais Cod.Reduzido –389 – 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	64. 700,00 14. 700,00 31. 400,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 021 – Departamento de Serviços e Benefícios	
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social	
SUB-FUNÇÃO: 241 – Assistência ao Idoso	
PROJETO ATIVIDADE:1042 –Aquis. Equip. e Material Permanente- CRAS	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 376 -4490.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente	7. 327,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 001 – Depto de Gestão de Políticas Públicas Sociais	
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social	
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2107 – Ações de Combate COVID 19	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 469 -4490.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente	14. 500,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 030 – Fundo Mun.dos Direitos das Crianças e Adolescentes	
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social	
SUB-FUNÇÃO: 242 – Assistência ao Portador de Deficiência	
PROJETO ATIVIDADE: 2077 – Manutenção Descentralizada do FMDCA	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 390- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	4. 000,00

ORGÃO: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Transportes, Estradas e Rodagens	
FUNÇÃO: 26 – Transporte	
SUB-FUNÇÃO: 782 – Transporte Rodoviário	
PROJETO ATIVIDADE: 2088 – Manut.do Depto de Transportes, Estradas e Rodagens	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod,Reduzido- 409- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	10. 000,00

ORGÃO: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Transportes, Estradas e Rodagens	
FUNÇÃO: 26 – Transporte	
SUB-FUNÇÃO: 782 – Transporte Rodoviário	
PROJETO ATIVIDADE: 2086 – Manut.do Depto de Transportes, Estradas e Rodagens -FETHAB	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod,Reduzido- 414- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	12. 000,00

ORGÃO: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Transportes, Estradas e Rodagens	
FUNÇÃO: 26 – Transporte	
SUB-FUNÇÃO: 782 – Transporte Rodoviário	
PROJETO ATIVIDADE: 2091 – Manut.de Estradas Vicinais	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 410- 3390.30.00.00- Material de Consumo	49. 000,00

ORGÃO: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes	VALOR
UNIDADE: 002- Departamento de Obras e Serviços Públicos	
FUNÇÃO: 15 – Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO: 452 – Serviços Urbanos	
PROJETO ATIVIDADE: 2090 – Manutenção de Serviços Públicos	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 429- 3190.04.00.00- Contratação por tempo determinado Cod.Reduzido- 431- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais Cod.Reduzido -432 -3390.14.00.00 – Diárias- Civil Cod.Reduzido –435 – 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	31. 800,00 5. 000,00 2. 000,00 69. 500,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, os resultantes da Anulação Total ou parcial de dotações do orçamento corrente, **-**através de Decretos específicos, indicando as unidades orçamentárias, os projetos e ou atividades, as naturezas de despesas, as fontes de recursos e os valores a serem alocados e reduzidos, no valor de R$**.938. 441,00 (novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais)**, conforme discriminação abaixo:

ORGÃO: 02 – Secretaria Municipal de Governo	VALOR
UNIDADE: 001 – Gabinete do Prefeito	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2005 – Manut.Ações de Governo e do Gab.Prefeito	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 25- 3190.91.00.00 – Sentenças Judiciais Cod.Reduzido- 32- 3390.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação	2. 300,00 60,00

ORGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Gestão	VALOR
UNIDADE:005 – Departamento de Recursos humanos	
FUNÇÃO: 04- Administração	
SUB-FUNÇÃO:128- Formação de Recursos humanos	
PROJETO ATIVIDADE:2010 – Manut. Departamento Recursos humanos	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod. Reduzido – 89 – 3390.30.00.00 – Material de Consumo	999,00

ORGÃO: 04 – Sec.Mun.Desenvolvimento Econômico e Agropecuário	VALOR
UNIDADE: 002 – Departamento de Expansão Rural	
FUNÇÃO: 20 – Agricultura	
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2066 – Contribuição a Cons.Intermunicipal Desenvolvimento Econômico Social	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 94- 3371.70.00.00- Rateio pela Participação em Consórcio Público	52,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Gestão da Educação	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 122- Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2029– Manut.do Depto de Gestão Educacional	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 125- 3390.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação	6. 000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Gestão da Educação	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 128- Formação de Recursos Humanos	
PROJETO ATIVIDADE: 2036– Atualização e Capacitação de Profis.da Educação	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod. Reduzido – 127– 33.90.39.00.00- Outros Serv.Terceiros – Pessoa Jurídica	1. 000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 2037– Manutenção Transporte Escolar -Fundamental	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 138 - 33.90.30.00.00 –Material de Consumo Cod.Reduzido- 139- 3390.36.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Física Cod.Reduzido- 140- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	10.000,00 2.499,00 10.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 2035 – Manut.de unidades escolares de ensino fundamental	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido - 150- 3390.36.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa física Cod. Reduzido–151–33.90.39.00.00- Outros Serv.Terceiros – Pessoa Jurídica Cod.Reduzido- 152- 3390.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação	4.000,00 20.000,00 1.999,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365- Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 2017– Manutenção Transporte Escolar - Educação Infantil	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 157 - 33.90.30.00.00 –Material de Consumo Cod.Reduzido- 158- 3390.36.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Física Cod.Reduzido- 159- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	15.000,00 999,00 20.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365- Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 2081– Manutenção de Ensino infantil - Creche	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 163 - 33.90.30.00.00 –Material de Consumo Cod.Reduzido- 164- 3390.36.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Física Cod.Reduzido- 165- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica Cod.Reduzido- 166- 3390.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação	10.000,00 999,00 10.000,00 999,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Mun. Educação, Cultura, Deporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365- Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 2032– Manutenção de Unidades Escolares de Ensino Infantl	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 172 - 33.90.30.00.00 –Material de Consumo Cod.Reduzido- 173- 3390.36.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Física Cod.Reduzido- 174- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	5.000,00 3.000,00 15.000,00

ORGÃO: 05 – Sec. Mun.Educação , Cultura, Desporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Prof.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 2033- Manut. Unidades Escolares de Ens.Fundamental 30%	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 184-3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido – 187 - 33.90.14.00.00 –Diária Civil Cod.Reduzido – 188 - 33.90.30.00.00 –Material de Consumo Cod.Reduzido- 189- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica Cod.Reduzido – 190 – 3390.40.00.00- Serviços de Tecnologia da Informática	11.000,00 999,00 397,00 9.900,00 70,00

ORGÃO: 05 – Sec. Mun.Educação , Cultura, Desporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Prof.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 2034- Remuneração Profissionais do Ens.Fundamental 70%	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 191 – 31.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado Cod.Reduzido- 194 – 31.90.94.00.00 – Indenizações Restituições Trabalhistas	40.000,00 27,00

ORGÃO: 05 – Sec. Mun.Educação , Cultura, Desporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Prof.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365- Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 2030- Manut. Unidades Escolares de Ens.Intantil 30%	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 197 – 31.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado Cod.Reduzido- 204- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica Cod.Reduzido – 205 – 3390.40.00.00- Serviços de Tecnologia da Informática	10.000,00 959,00 61,00

ORGÃO: 05 – Sec. Mun.Educação , Cultura, Desporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Prof.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365- Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 2031- Remuneração de Profissionais do Ens.Infantil 70%	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 206 – 31.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado Cod.Reduzido-208- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais	50.000,00 8.000,00

ORGÃO: 05 – Sec. Mun.Educação , Cultura, Desporto e Lazer	VALOR
UNIDADE: 003- Fundeb- Fundo Desenv. Ensino Básico e Valoriz.Prof.	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365- Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 2084- Manutenção no Ensino Infantil -30% Creche	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 215 – 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 216 - 3190.13.00.00- Obrigações Patronais	180.000,00 50.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 001- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2053 – Manutenção da Secretaria de Saúde	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 270- 3390.30.00.00- Material de consumo Cod.Reduzido- 271 – 3390.36.00.00- Outros Serv. Terceiros- Pessoa Física	10.000,00 506,80

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção Básica	
PROJETO ATIVIDADE: 2056 – Manutenção das Unidades de PSF`S	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 287- 3390.30.00.00- Material de consumo Cod.Reduzido- 288- 3390.32.00.00- Material de Distribuição Gratuita Cod.Reduzido- 289 – 3390.36.00.00- Outros Serv. Terceiros- Pessoa Física	8.131,00 10.000,00 10.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção Básica	
PROJETO ATIVIDADE: 2061 – Manutenção Atend. Odontológico -Saúde Bucal	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 296- 3190.04.00.00- Contratação por Tempo Determinado	13.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	

SUB-FUNÇÃO: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
PROJETO ATIVIDADE: 2059 – Manutenção de Raio-X	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 313- 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Cod.Reduzido- 314- 3190.13.00.00- Obrigações Patronais	5.000,00 1.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
PROJETO ATIVIDADE: 2062 – Manutenção do Centro de Referência- PA	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 319 – 3390.36.00.00- Outros Serv. Terceiros- Pessoa Física Cod.Reduzido- 320- 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	10. 433,42 186. 000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 303 – Suporte Profilático e Terapeutico	
PROJETO ATIVIDADE: 2057– Manutenção da Farmácia Municipal	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 349 – 3390.32.00.00- Material de Distribuição Gratuita	10. 028,78

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 021- Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 305 – Vigilância Epidemiológica	
PROJETO ATIVIDADE: 2068– Manutenção Vigilância Epidemiológica e Ambiental	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 360 – 3190.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas	19. 800,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 001 – Depto de Gestão de Políticas Públicas Sociais	
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social	
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 1037– Aquis.Equip.e Mat.Permanente – Gestão Politicas	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 368 -4490.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente	2. 999,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 001 – Depto de Gestão de Políticas Públicas Sociais	
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social	
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2070 – Manut.Depto de Gestão Políticas Pub.Sociais	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 372 -3390.30.00.00- Material de Consumo Cod.Reduzido – 374 – 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica Cod.Reduzido – 375 – 3390.40.00.00- Serviços de Tecnologia da Informática	15. 000,00 10. 000,00 3. 000,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 021 – Depto de Serviços e Beneficios – Fundo Municipal	
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social	
SUB-FUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária	
PROJETO ATIVIDADE: 2044 – Manut.do Beneficio eventual	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 377 -3390.30.00.00- Material de Consumo Cod.Reduzido – 378 – 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	2. 000,00 5. 000,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 021 – Depto de Serviços e Beneficios – Fundo Municipal	
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social	
SUB-FUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária	
PROJETO ATIVIDADE: 2082 – Auxilio Funeral	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 379 -3390.30.00.00- Material de Consumo Cod.Reduzido – 380 – 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	24. 999,00 6. 000,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 021 – Departamento de Serviços e Benefícios	
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social	
SUB-FUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária	
PROJETO ATIVIDADE: 2073 – Manut.CRAS de Ações de Atend.Integrado a Família	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 386 -3390.30.00.00- Material de Consumo Cod.Reduzido- 387 -3390.32.00.00- Material de Distribuição Gratuita	5. 000,00 4. 999,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun.de Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 040 – FMH -Fundo Municipal de Habitação	
FUNÇÃO: 16 – Habitação	
SUB-FUNÇÃO: 482 – Habitação Urbana	
PROJETO ATIVIDADE: 2089 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido – 396 – 3390.39.00.00- Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica	2. 119,00

ORGÃO: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Transportes, Estradas e Rodagens	
FUNÇÃO: 26 – Transporte	
SUB-FUNÇÃO: 782 – Transporte Rodoviário	
PROJETO ATIVIDADE: 2088 – Manut.do Depto de Transportes, Estradas e Rodagens	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 407 – 3390.30.00.00- Material de Consumo	7. 489,00

ORGÃO: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Transportes, Estradas e Rodagens	
FUNÇÃO: 26 – Transporte	
SUB-FUNÇÃO: 782 – Transporte Rodoviário	
PROJETO ATIVIDADE: 2086 – Manut.do Depto de Transportes, Estradas e Rodagens -FETHAB	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 412 – 3390.30.00.00- Material de Consumo Cod.Reduzido- 413 – 3390.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física	40. 000,00 1. 999,00

ORGÃO: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes	VALOR
UNIDADE: 002- Departamento de Obras e Serviços Públicos	
FUNÇÃO: 15 – Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO: 452 – Serviços Públicos	
PROJETO ATIVIDADE: 2092– Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
ELEMENTO DE DESPESA: Cod.Reduzido- 436– 3390.30.00.00- Material de Consumo Cod.Reduzido- 437 – 3390.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física	20. 000,00 2. 618,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 22 dias do mês de outubro de 2021.

_____

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS -MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 343/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **LUCILENE ALVES DE SOUZA**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; TÉCNICA DE ENFERMAGEM COVID-19 NO HOSPITAL MUNICIPAL**;** VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 4.316/2021

SÚMULA:

"ATUALIZA MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO, ESTABELECENDO CRITÉRIOS DE ASSIDUIDADE E RETORNO DE TODOS OS ESTUDANTES DAS REDES DE ENSINO NO AMBITO DO MUNICIPIO DE ARIPUANÃ-MT".

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual n.º 11.367 de 10 de maio de 2021, em que reconhece as atividades educacionais, escolares e afins como essenciais para o Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa n.º 07/2021/SEPLAG de 23 de setembro de 2021 que altera e acrescenta dispositivos da Instrução Normativa n.º 17/2020/SEPLAG de 15 de outubro de 2020, que estabelece as diretrizes gerais, de caráter temporário, para o cumprimento da jornada de trabalho dos servidores e empregados públicos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, com o retorno do regime presencial e a manutenção temporária do regime de teletrabalho, bem como outras medidas para a redução dos riscos de disseminação do Coronavírus.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 1134 de 01 de outubro de 2021 que revoga os Decretos Estaduais que menciona, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das medidas de prevenção para evitar a disseminação da Covid-19, sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido diretrizes de organização e assiduidade dos profissionais da educação no Município de Aripuanã, o cumprimento de jornada de regime **PRESENCIAL**, bem como o **retorno dos estudantes** de creche, em idade de 3 anos, Pré-escola 4 e 5 anos, e Ensino Fundamental da Rede de Ensino Pública a partir do dia 03 de novembro de 2021.

§1º Excepcionalmente, poderá ser concedido o regime diferenciado de teletrabalho.

§2º Para os estudantes que estiverem em isolamento ou quarentena devido ao COVID-19, bem como para aqueles com comorbidade, ou a critério médico, será garantida a oferta da modalidade não presencial, sem prejuízo do seu aprendizado.

§3º O pai ou o responsável legal, que não concordar com o retorno de seu filho para a escola, deverá protocolar requerimento junto à unidade escolar e se responsabilizar pela retirada e devolutivas das atividades pedagógicas.

§4º Os alunos de 1 e 2 anos (creche) permanecerão em atividades remotas, devido à dificuldade de adaptação e para evitar uma possível contaminação silenciosa do Covid 19.

Art. 2º Fica vedado o cumprimento de jornada em regime de teletrabalho pelos servidores pertencentes ao grupo de risco que já tenham sido incluídos, pelo município, no rol de imunização mediante vacina contra a Covid-19.

Art. 3º Os servidores que, excepcionalmente necessitarem permanecer em regime de teletrabalho, deverão apresentar, no prazo de 03 (três) dias, a contar da publicação desta Portaria, requerimento formal ao Secretário Municipal de Educação, anexando obrigatoriamente, documento que comprove:

I - o aguardo de complementação das doses recomendadas para a imunização;

II - o aguardo do transcurso do prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da segunda dose ou dose única da vacina;

III - laudo médico específico que ateste justificadamente a contraindicação da imunização;

IV - laudo médico específico que ateste justificadamente a impossibilidade médica do retorno ao trabalho presencial após a imunização completa e que não se enquadre em situação de licença médica.

V- atestado de gestação;

Parágrafo único: O laudo médico específico que trata os incisos III e IV do caput deste artigo, deve ter sido emitido, pelo menos, até 30 (trinta) dias antes da apresentação do requerimento formal.

Art. 4º. º Os servidores que já tenham sido incluídos no rol de imunização mediante vacina contra a Covid-19 e optaram pela não imunização deverão:

I - preencher e assinar Declaração de Responsabilidade, conforme ANEXO I deste Decreto, e protocolá-la junto Secretária Municipal de Educação;

II - retornar, imediatamente, ao trabalho presencial, aqueles que ainda não estavam.

Art. 5º Será considerada como falta injustificada, a ausência do cumprimento da jornada de trabalho PRESENCIAL no órgão ou entidade de lotação, dos servidores pertencentes ao grupo de risco, que não apresentarem os documentos exigidos nos art. 3º ou art. 4º deste Decreto.

Parágrafo único. As faltas injustificadas, de que trata o caput, serão consideradas para fins de configuração de abandono de cargo ou de inassiduidade habitual, sujeitando o servidor às perdas remuneratórias, abertura de procedimento disciplinar e demais consequências funcionais previstas em lei.

Art. 6º Para os servidores com casos confirmados de COVID-19, será observado o procedimento de afastamento por licença médica, devendo o atestado ser sempre superior ao período de 03 (três) dias.

Art. 7º A substituição de professor, será realizada nas hipóteses de casos confirmados precedido de atestado médico ou caso previsto no art. 3º.

Parágrafo único. O chefe imediato da unidade de lotação do profissional deverá encaminhar plano de atividade a ser cumprido para os servidores em teletrabalho.

Art. 8º Para a implementação do regime de teletrabalho, a unidade administrativa deverá observar as seguintes diretrizes:

I - o regime de teletrabalho será implementado, excepcionalmente, aos servidores amparados pelos artigos 3º e 6º e, que realizem atividades que permitam a mensuração da produtividade e do desempenho, bem como outras atividades que a chefia imediata julgar necessárias para a manutenção da prestação dos serviços da sua unidade administrativa;

II - a chefia imediata será responsável por:

a) estabelecer atividades compatíveis para o teletrabalho a serem exercidas pelo servidor, definindo entregas e prazos a serem cumpridos, bem como manter o monitoramento das atividades a serem executadas, por meio de telefone, e-mail institucional, aplicativos de mensagens instantâneas ou outras ferramentas de tecnologia da informação;

b) estabelecer um Plano de Atividades, por meio de e-mail institucional conjuntamente com o servidor ou empregado público, que poderá ser reajustado a qualquer tempo pelos interessados e;

c) manter controle das atividades desenvolvidas pelos servidores, nas unidades desconcentradas, por meio do relatório de atividades.

III - o servidor público deverá:

a) estar acessível durante toda sua jornada de trabalho, respeitando o isolamento social estabelecido pelos órgãos governamentais de saúde pública;

b) manter telefone de contato atualizado e ativo, bem como aplicativos de mensagens instantâneas ou outras ferramentas de tecnologia da informação, de forma a garantir a comunicação sempre que necessária com a chefia imediata;

c) submeter-se ao acompanhamento para apresentação do cumprimento das metas de desempenho;

d) dar ciência à chefia imediata do andamento dos trabalhos e apontar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o cumprimento das atividades sob sua responsabilidade;

e) preservar o sigilo e a restrição de acesso dos dados acessados de forma remota.

§ 1º O descumprimento do inciso III será considerado como falta injustificada do servidor, acarretando desconto salarial.

§ 2º Excepcionalmente, a chefia imediata poderá convocar o servidor ou empregado público para execução de atividade específica na forma presencial.

Art. 9º A jornada de trabalho do servidor lotado na unidade escolar será da seguinte forma:

I - a secretaria escolar deverá funcionar de maneira que atenda aos turnos de funcionamento da unidade escolar e conforme legislação vigente;

II - o professor cumprirá jornada de trabalho de acordo com o horário de aula/hora atividades instituída pela unidade escolar e conforme legislação vigente.

III - o servidor de apoio cumprirá sua carga horária a ele atribuída de acordo com a orientação da chefia imediata.

Art. 10 Somente será permitida a circulação e permanência de pessoas nos ambientes pertencentes as unidades escolares do Município, mediante a utilização de máscara facial, ainda que artesanal, inclusive no posto de trabalho.

Art. 11 As unidades escolares devem intensificar as medidas de biossegurança, tais como: uso de máscara, aferição de temperatura, disponibilização de álcool em gel e desinfecção periódica dos espaços.

Parágrafo único: O servidor que eventualmente descumprir o previsto no caput deste artigo será responsabilizado, nos termos do estatuto do servidor.

Art. 12 A inobservância do disposto nesse Decreto acarretará em responsabilização funcional do servidor que a ela deu causa.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor nesta data, excepcionalmente mediante afixação no Mural da Prefeitura, e posterior publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de outubro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO

“ANEXO I”

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

(Somente para os servidores públicos dispostos no art. 4º desta Portaria)

Eu,

_____, CPF nº _____, matrícula nº _____, exercendo o cargo de _____, lotado(a) na unidade _____, declaro, para todos os fins de direito, que tenho ciência de todos os riscos em relação ao contágio do Coronavírus SARS-CoV2 e dos problemas causados pela Covid-19.

Declaro para os devidos fins, que tendo sido a mim disponibilizado, pelo Plano Municipal de Vacinação, a ministração da vacina contra o vírus SARS-CoV 2; que embora tenha sido orientado pela Unidade de Gestão de Pessoas do órgão ou entidade em que sou lotado, a ser vacinado, e de estar ciente dos benefícios da imunização, assim como dos riscos a que estarei exposto pela minha decisão em não me vacinar.

Por minha responsabilidade estou deixando de ser imunizado e isento o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e o órgão ou entidade em que presto labor, de quaisquer problemas que a falta de imunização possa vir a trazer para minha saúde ocupacional.

Outrossim, comprometo-me a desempenhar minhas atividades mediante a utilização dos equipamentos de proteção e a adoção de todos os cuidados necessários à preservação da minha própria saúde e da saúde daqueles com quem tiver contato.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

_____/MT, ____, de_____ de _____.

_____

Assinatura do servidor

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 344/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **LUIZA LENA ONORA DOS SANTOS**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; COZINHEIRA NO HOSPITAL MUNICIPAL; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 345/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **LAIS VANESSA ASSUNÇÃO OLIVEIRA**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; ENFERMEIRA COVID-19 NO HOSPITAL MUNICIPAL**;** VALOR R$ 6.607,30 (SEIS MIL, SEISCENTOS E SETE REAIS, TRINTA CENTAVOS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 346/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **MARCOS VINICIUS DE PAULA**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; FISCAL SANITARIO COVID-19 NA USF VILA OPERARIA; VALOR R$ 1.243,02 (MI, DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS, DOIS CENTAVOS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 347/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ROSIANE BEZERRA DA SILVA SANTOS**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; TÉCNICA DE ENFERMAGEM COVID-19 NA USF DO DISTRITO DE CONSELVAN; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 348/2021

CONTRATO Nº 348/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **SANDRA DA SILVA PONTES DOS SANTOS**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; TÉCNICA DE ENFERMAGEM COVID-19 NA USF VILA OPERARIA; VALOR R$ 1. 816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 349/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ADIEL RODRIGUES LEAL*;* REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021**;** ASSISTENTE EM SAUDE EM CUIABÁ; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 350/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: GABRIELA MACIEL DA SILVA; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; AGENTE OPERACIONAL; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS); VIGÊNCIA: 06 DE OUTUBRO DE 2021 A 05 DE OUTUBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 351/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: *ASIEL DA SILVA FERNANDES;* REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; AGENTE OPERACIONAL; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS); VIGÊNCIA: 06 DE OUTUBRO DE 2021 A 05 DE OUTUBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 352/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **HELIENE WANDEL REI DE JESUS**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; MERENDEIRA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSE ARY DA COSTA; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 06 DE OUTUBRO DE 2021 A 01 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 353/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ROSA IVÂNE MORETTO BOSHOLN**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; ASSISTENTE EM SAUDE NA CASA LAR DO IDOSO; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS); VIGÊNCIA: 07 DE OUTUBRO DE 2021 A 06 DE OUTUBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 354/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ZENILDA MEURER**; REFERENTE À CADASTRO DE RESERVA DE PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA N.º 001/2020; PROFESSORA NA ESCOLA DEOCLIDES DE MACEDO; VALOR R$ 2.711,00 (DOIS MIL, SETECENTOS E ONZE REAIS); VIGÊNCIA: 07 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 355/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ALANDIA MAYRA DE FIGUEIREDO**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA NO C.E.I. RAIO DE SOL; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS)**;**VIGÊNCIA: 11 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 356/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **TEREZA GONÇALVES DE OLIVEIRA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA NA ESCOLA MUNICIPAL DELCIDES DE MACEDO; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 11 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 357/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **MARIA DAS GRAÇAS VERGE**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; ZELADORA NA CASA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL

DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 11 DE OUTUBRO DE 2021 A 10 DE OUTUBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 358/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **LUIZ FELIPE GALVAN ANACLETO**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2020; TÉCNICO DA TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL PROF. WILMA CALVI BATTISTI; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGÊNCIA: 13 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 360/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **WALDIR EGIDIO RAMOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADOR DE PÁTIO NA BIBLIOTECA MUNICIPAL ERICO VERISSIMO; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGÊNCIA: 14 DE OUTUBRO DE 2021 A 07 DE FEVEREIRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 361/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **JOSÉ BARBOSA DA MOTA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADOR DE PÁTIO NO GINASIO DE ESPORTE KAYO DA SILVA PORTO GOMES; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGÊNCIA: 14 DE OUTUBRO DE 2021 A 07 DE FEVEREIRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 362/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **MARIA HELENA DA SILVA SILVESTRE**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA COVID-19 NO HOSPITAL MUNICIPAL; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 15 DE OUTUBRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 363/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **KEILA MARIA DO NASCIMENTO**; REFERENTE À CADASTRO DE RESERVA DE PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA N.º 001/2020; PROFESSORA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JARI EDGAR ZAMBIASI; VALOR R$ 2.711,00 (DOIS MIL, SETECENTOS E ONZE REAIS); VIGÊNCIA: 18 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 364/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **MARIA IDELZUITE DA SILVA LIMA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; MERENDEIRA NO C.E.I. RAIO DE SOL; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 18 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 365/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **GRACIELI BARBOLINO CELESTINO**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; MERENDEIRA NA ESCOLA MUNICIPAL DEOCLIDES DE MACEDO; VALOR R$ 1. 002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 18 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 12/2021

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aripuanã/MT, designada através de Portaria 13.396/2021, torna público que estará realizando Licitação na modalidade **Tomada de Preços**, regida pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra referente à colocação de revestimento cerâmico e reforma de banheiros na Escola Municipal José de Alencar (Lontra), incluindo mão-de-obra e materiais necessários de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer deste Município de Aripuanã/MT.

Data de abertura dos envelopes: 17/11/2021 horário: 08h00min (oito) horário local.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Aripuanã, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 128, CEP: 78.325-000 - Aripuanã/MT.

O Edital contendo as regras do certame encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço de segunda a sexta-feira das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e também através do site http://www.aripuana.mt.gov.br, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 22 de outubro de 2021.

Elen Cristina Soares Macedo

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 104/2021 AO CONTRATO N.º 28/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **NAIR MAGALHAES DA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 105/2021 AO CONTRATO N.º 296/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **MIRIAN LEIA CELLARIUS RODRIGUES DOS SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 126/2021 AO CONTRATO N.º 173/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **CICERO DANTAS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 125/2021 AO CONTRATO N.º 249/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **HELIENE WANDEL REI DE JESUS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 05/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 106/2021 AO CONTRATO N.º 91/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **GENEDITE ALVES DOS SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 124/2021 AO CONTRATO N.º 168/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **GABRIELA MACIEL DA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 06/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 107/2021 AO CONTRATO N.º 199/2020

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **KARINA SANTANA DOS SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2019; RESCISÃO A PARTIR DE 02/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 108/2021 AO CONTRATO N.º 236/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **MARLI APARECIDA DA SILVA DE JESUS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 109/2021 AO CONTRATO N.º 170/2021TERMO DE RESCISÃO N.º 109/2021 AO CONTRATO N.º 170/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **NATIELLY BORGES DA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 111/2021 AO CONTRATO N.º 7/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **FRANCIENE MARQUES DOS SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 123/2021 AO CONTRATO N.º 9/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **SARA LADISLAU BRAGA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 112/2021 AO CONTRATO N.º 108/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **XISTO FURLANETO**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 2/2020; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 122/2021 AO CONTRATO N.º 208/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **SANDRA DA SILVA PONTES DOS SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 121/2021 AO CONTRATO N.º 209/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **ROSIANE BEZERRA DA SILVA SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 113/2021 AO CONTRATO N.º 255/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **GIOVANE SOUZA CARVALHO**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 120/2021 AO CONTRATO N.º 143/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **MARCOS VINICIUS DE PAULA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 114/2021 AO CONTRATO N.º 36/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **ASIEL DA SILVA FERNANDES**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 115/2021 AO CONTRATO N.º 147/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **BEATRIZ ALMEIDA GOMES**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 119/2021 AO CONTRATO N.º 15/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **LUIZA LENA ONORA DOS SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 118/2021 AO CONTRATO N.º 20/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **JOSELI MOISES**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 1172021 AO CONTRATO N.º 16/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **GISELE SILVEIRA DE ARAUJO**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 116/2021 AO CONTRATO N.º 90/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **ELIANE DE OLIVEIRA MUNIZ**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 110/2021 AO CONTRATO N.º 92/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **CLAUDETE CONTE FRANCISCO DE OLIVEIRA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 141/2021 AO CONTRATO N.º 166/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **EVERSON FERREIRA DA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 15/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 140/2021 AO CONTRATO N.º 145/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **JOSÉ BARBOSA DA MOTA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 14/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 139/2021 AO CONTRATO N.º 144/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **WALDIR EGIDIO RAMOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 14/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 138/2021 AO CONTRATO N.º 270/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **MARISTELA TONELLO GUERRA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 14/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 137/2021 AO CONTRATO N.º 241/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **ELIDA LEILA DE ARAUJO DOS REIS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 13/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 136/2021 AO CONTRATO N.º 272/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **KEZIA SUDRÉ GARCIA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 07/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 135/2021 AO CONTRATO N.º 284/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **CLAUDENIR GUAREZ**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 13/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 134/2021 AO CONTRATO N.º 123/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **JUCILENE DE ALMEIDA CAETANO**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 319/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **NAIR MAGALHÃES DA SILVA**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 1/2021; ZELADORA DESTA PREFEITURA; VALOR MENSAL R$ 1.002,74 (MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS); VIGENCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 320/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **FRANCIENE MARQUES DOS SANTOS**; REFERENTE À CONTRATA-

ÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 1/2021; ZELADORA NA CASA DO IDOSO; VALOR MENSAL R$ 1.002,74 (MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS); VIGENCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º133/2021 AO CONTRATO N.º 24/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **LUCILENE ALVES DE SOUZA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 321/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **GENEDITE ALVES DOS SANTOS**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 1/2021; CUIDADORA NA CASA DO IDOSO; VALOR MENSAL R$ 1.462,38 (MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS REIAS, TRINTA E OITO CENTAVOS); VIGENCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 322/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **EZEQUIEL VIEIRA DE SOUZA**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 1/2021**; MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR;** VALOR R$ 2.220,54 (DOIS MIL, DUZENTOS E VINTE REAIS, CINQUENTA E QUATRO REAIS);VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 01 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 323/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ**; REFERENTE À CADASTRO DE RESERVA DE PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA N.º 001/2020; PROFESSORA NA ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES; VALOR R$ 2.711,00 (DOIS MIL, SETECENTOS E ONZE REAIS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 324/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **GLAUCIENE DE ASSUNÇÃO PREVIATTI**; REFERENTE À CADASTRO DE RESERVA DE PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA N.º 001/2020; PROFESSORANA ESCOLA MUNICIPAL MARIA LUIZA DO NASCIMENTO; VALOR R$ 2.711,00 (DOIS MIL, SETECENTOS E ONZE REAIS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 325/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ANA DO CARMOS ALVES**; REFERENTE À CADASTRO DE RESERVA DE PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA N.º 001/2020; PROFESSORA; VALOR R$ 2.711,00 (DOIS MIL, SETECENTOS E ONZE REAIS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 326/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **FERNANDO VINICIUS DE SOUZA ANDRZEJEWSKI**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021; ZELADOR DE PÁTIO NO CENTRO DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E LAZER; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 01 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 327/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **MARLI APARECIDA DA SILVA DE JESUS**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021; MERENDEIRA NA ESCOLA MUNICIPAL WILMA CALVI BATTISTI; VALOR MENSAL R$ 1.002,74 (MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS); VIGENCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 328/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **NATIELLY BORGES DA SILVA**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021; ZELADOR NA ESCOLA MUNICIPAL WILMA CALVI BATTISTA; VALOR MENSAL R$ 1.002,74 (MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS); VIGENCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 329/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **SEBASTIÃO BATISTA BRAZ**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADOR DE PATIO NA ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES; VALOR R$ 1.816,24 (MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 132/2021 AO CONTRATO N.º 27/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **JESIANA MOURA DOS SANTOS LIMA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 330/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **CATIA CRISTINA DE OLIVEIRA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JARI EDGAR ZAMBIASI; VALOR MENSAL R$ 1.002,74 (MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1. 100,00 (MIL E CEM REAIS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 331/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **SIRLEI LOPES DOS REIS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA NO C.E.I. ALBERTINA FELICIO DOS SANTOS; VALOR MENSAL R$ 1.002,74 (MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 131/2021 AO CONTRATO N.º 202/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **AGADA RABELO DE OLIVEIRA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 332/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **TAYNÃ SANTOS MESSIAS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; MERENDEIRA NA ESCOLA MUNICIPAL WILMA CALVI BATTISTI; VALOR MENSAL R$ 1. 002,74 (MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 130/2021 AO CONTRATO N.º 231/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **VANESSA RODRIGUES DAS DORES**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 11/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 333/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **EDNA FERREIRA FERNANDES**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; MERENDEIRA NO C. E.I. RAIO DE SOL; VALOR MENSAL R$ 1.002,74 (MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 334/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ENAIRE FERREIRA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA NA ESCOLA MUNICIPAL DEOCLIDES DE MACEDO; VALOR MENSAL R$ 1. 002,74 (MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 129/2021 AO CONTRATO N.º 290/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **VANDERLICE DOS REIS SILVA MUNIZ**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 05/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 128/2021 AO CONTRATO N.º 45/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **ROSA IVÂNE MORETTO BOSHOLN**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 06/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 335/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ALEXSANDRA VORTMANN FABRIN**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; PROCURADORA NA PREFEITURA MUNICIPAL; VALOR R$ 5.946,84 (CINCO MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS, OITENTA E QUATRO CENTAVOS); VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 336/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **BEATRIZ ALMEIDA GOMES**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; ZELADORA NO HOSPITAL MUNICIPAL; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 337/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ELIANE DE OLIVEIRA MUNIZ;** REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; RECEPCIONISTA CO-

VID-19, NA USF VILA OPERÁRIA; VALOR R$ 1.096,78 (MIL, NOVECENTA E SEIS REAIS, SETENTA E OITO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS)**;**VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 338/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **EVA RIBEIRO DA SILVA**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; ZELADORA NA USF DO DISTRITO DE CONSELVAN; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO N.º 127/2021 AO CONTRATO N.º 156/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **MANOEL CONCEIÇÃO BEZERRA DA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 07/10/2021.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 339/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **GISELE SILVEIRA DE ARAUJO**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; TÉCNICA DE ENFERMAGEM COVID-19; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 340/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **JOSELI MOISES**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; RECEPCIONISTA HOSPITAL MUNICIPAL; VALOR R$ 1.096,78 (MIL, NOVECENTA E SEIS REAIS, SETENTA E OITO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 341/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **JESIANA MOURA DOS SANTOS LIMA**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; ZELADORA NA USF CIDADE ALTA; VALOR R$ 1.002,74 (UM MIL, DOIS REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS)**;**VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 342/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **JAMILE MACHADO FERREIRA DE LIMA**; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021; RECEPCIONISTA HOSPITAL MUNICIPAL; VALOR R$ 1.096,78 (MIL, NOVECENTA E SEIS REAIS, SETENTA E OITO CENTAVOS); PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS)**;**VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 A 30 DE SETEMBRO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

COVID-19: EXTRATO DO 2° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 058/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **CARDIO INTEGRATIVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ Nº 38.446.044/0001-12.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 52 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$4.250,00, LOTE 53 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098. 2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$29.380,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2021

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2021

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 18.025/2021, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, Lei Complementar nº. 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 044/2021.

OBJETO: Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento do combustível combustíveis GASOLINA COMUM – AUTOMOTIVA, ALCOOL ETILICO – ETANOL, OLEO DIESEL BS – 500 e OLEO DIESEL BS10, para atender a demanda dos veículos, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal, com entrega em Barra do Garças. Conforme termo de referência.

REALIZAÇÃO: **11/11/2021**.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: **08h00min**

INICIO DO CERTAME: **08h30min (**Horário de Brasília).

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, no horário das 07h00-min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no site da prefeitura https://www.barradogarcas.mt.gov.br/ e no e-mail: pregao@barradogarcas.mt.gov.br; licitacao@barradogarcas.mt.gov.br.

BARRA DO GARÇAS - MT, 22 de outubro de 2021.

Danilson Pereira Brito Pregoeiro Substituto

AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº 004/2021.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, torna público o *RESULTADO* do julgamento dos **recursos** apresentados para a Tomada de Preços supra mencionada, considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal, fica retificada a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, assim ficam CLASSIFICADAS as empresas da seguinte forma:

PROPOSTA TÉCNICA 04 – CLASSIFICADA 1ª colocada com 89,00 pontos;

Empresa: DIVINA FILOMENA GONÇALVES GOMES - ME

PROPOSTA TÉCNICA 01 – CLASSIFICADA 2ª colocada com 84,00 pontos;

Empresa: IDEAL AGÊNCIA DE PUBLICIDADES EIRELI – ME

PROPOSTA TÉCNICA 05 – CLASSIFICADA 3ª colocada com 82,67 pontos;

Empresa: DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING - LTDA

PROPOSTA TÉCNICA 03 – CLASSIFICADA 4ª colocada com 81,00 pontos;

Empresa: E A DA SILVA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI - ME

PROPOSTA TÉCNICA 02 – CLASSIFICADA 5ª colocada com 80,33 pontos;

Empresa: AGÊNCIA TRADICIONAL E DIGITAL EIRELI - EPP

PROPOSTA TÉCNICA 06 – CLASSIFICADA 6 colocada com 80,00 pontos.

Empresa: J.V. FERMINO DA SILVA – ME

OBJETO: serviços de publicidade, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT. Difundir ideias informando e conscientizando o público em geral; elaboração e registro de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como programação visual; Execução de serviços complementares aos trabalhos especializados pertinentes: I – planejamento, execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação, geração de conhecimento sobre o público-alvo, dos meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas; II – produção, execução técnica das peças e de projetos publicitários criados; III - criação e o desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT.

Ficam desde já convocado os interessados para a abertura dos Envelopes 04 – Propostas de Preços.

ABERTURA DO ENVELOPE 04 PROPOSTA DE PREÇOS:

Data 26/10/2021.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário de Brasília.

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

Antônio Da Silva Neto

Presidente da Comissão de Licitação

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 016/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **A C DE PAULA SERVIÇOS MEDICOS EIRELI, CNPJ Nº 35.932.115/0001-07.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$6.250,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 017/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **THAIS MIRANDA LEAL, CNPJ Nº 37.505.382/0001-15.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$12.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 027/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **CHARLENE RODRIGUES VILELA LTDA - ME, CNPJ Nº 35.623.278/0001-08.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$41.250,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 034/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **ELIS DAIANA FERREIRA SOARES, CNPJ Nº 39.531.250/0001-93.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$13.750,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 038/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **JULYANNA MARTINS OLIVEIRA, CNPJ Nº 31.136.232/0001-03.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$15.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 053/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **H ROJAS ZAYAS, CNPJ Nº 31.109.747/0001-61.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$3.750,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 2° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 056/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **TMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI, CNPJ Nº 35.407.722/0001-40.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 52 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$12.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 2° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 057/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **C BRAGA ALVES, CNPJ Nº 02.013.351/0001-62.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 52 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$15.300,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 110/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **C MACIEL FERREIRA CLINICA, CNPJ Nº 35.785.870/0001-06.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$3.750,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 2° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 224/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **DIEGO RODRIGUES ALVES MORAIS LTDA, CNPJ Nº 37.313.938/0001-71.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 52 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$34.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 226/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **CHARLES RODRIGUES FILHO LTDA, CNPJ Nº 41.340.405/0001-56.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$25.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 230/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **H ROJAS ZAYAS, CNPJ Nº 31.109.746/0001-61.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 01 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$15.300,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 231/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **LEBEU AUGUSTO ALVES DE SOUZA, CNPJ Nº 35.439.295/0001-81.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 01 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$12.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 239/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **WAGNER DE FREITAS NERY ALVES, CNPJ Nº 37.424.351/0001-30.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 01 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$20.400,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 240/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **WAGNER DE FREITAS NERY ALVES, CNPJ Nº 37.424.351/0001-30.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 E LOTE 35 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$8.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 243/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **FREDERICO ROSA FONSECA, CNPJ Nº 34.082.327/0001-71.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 E LOTE 35 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$5.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 243/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **FREDERICO ROSA FONSECA, CNPJ Nº 34.082.327/0001-71.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 01 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$15.300,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 245/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **RAFAEL JOVIANO SOUZA DE BARROS, CNPJ Nº 34.701.356/0001-74.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 01 E LOTE 02 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$38.500,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 246/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **W R LEITE MEDICINA DO TRABALHO, CNPJ Nº 19.611.864/0001-78.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 01 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$5.100,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 2° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 247/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **RHAYMYSOM JASMY GOMES ABREU, CNPJ Nº 28.801.705/0001-27.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 52 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$5.100,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 293/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **CLINICA PEDRO MORENO MD LTDA, CNPJ Nº 40.431.939/0001-89.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 01 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$26.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 298/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **CLINICA MEDICA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA, CNPJ Nº 18.478.075/0001-48.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 01 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$6.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 320/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **JEFERSON ELIAS VARGAS REZENDE LTDA, CNPJ Nº 40.674.419/0001-43.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 52 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$27.200,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 321/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **GARDENE MENDES DA SILVA, CNPJ Nº 41.886.397/0001-48.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$17.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 326/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **TAIANE RUFO DA SILVA, CNPJ Nº 43.227.622/0001-74.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 E LO-

TE 35 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$30.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 332/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **GRAZIELE INES SILVA LOPO LTDA, CNPJ Nº 43.629.425/0001-77.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$5.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 333/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **ROGER DONIZETE CARVALHO DE MEDEIROS, CNPJ Nº 43.528.597/0001-54.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 E LOTE 35 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$10.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 334/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **LUANA LIMA MELO, CNPJ Nº 42.437.397/0001-23.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 34 E LOTE 35 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$20.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

COVID-19: EXTRATO DO 1° TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 244/2021

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratado: **RAFAEL JOVIANO SOUZA DE BARROS, CNPJ Nº 34.701.356/0001-74.** O presente termo aditivo tem por objetivo a inclusão da dotação orçamentária suplementar da Cláusula XIV: LOTE 24 FONTE 146 - 07.01.10.302.0098.2173.33.9039.00 - CC: 106.677-3 - R$10.000,00**.** As demais cláusulas e condições do contrato que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo**.**

Barra do Garças - MT, 22 de outubro de 2021.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública o termo de COOPERAÇÃO TÉCNICA conforme abaixo:

Contratada**: PSAINFO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA**, Cnpj: n° 21.935.427/0001-51 **Objeto: DIREITOS DE USO, EM REGIME DE COMODATO, DO SISTEMA ARTEMIS PLATAFORMA DE GESTÃO DE CONSIGNADO PARA ADMINISTRAÇÃO DE MARGEM FINANCEIRA CONSIGNÁVEL EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO COMODATÁRIO, EM CONSONÂNCIA COM A LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA, FORNECENDO SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA INFORMATIZADA PARA GERAÇÃO AUTOMÁTICA DE RESERVA DE MARGEM, AVERBAÇÕES E MANUTENÇÃO DE LANÇAMENTOS PARA O SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO DO COMODATÁRIO .**

Barra do Garças - MT, 22 de Outubro de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 73/2021

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 73

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, **HOMOLOGA** nos termos do Inciso VI do Art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.*

Fornecedor : FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 40.724.582/0001-73

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
2	2.000,00	UN	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG+SULFATO DE CONDROITINA 400MG CPR	MOMENTA	CPR	R$ 2,01	R$ 4.020,00	R$ 2,05	R$ 4.100,00	1,95	R$ 0,04
4	2.000,00	UN	PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADO COM TRAMADOL CLORIDATO, DOSAGEM 325 MG +37,5 MG	MOMENTA	CPR	R$ 2,80	R$ 5.600,00	R$ 2,82	R$ 5.640,00	0,71	R$ 0,02
6	2.000,00	UN	ACIDO VALPRÓIDO, DOSAGEM:300 MG	TORRENT	CPR	R$ 0,85	R$ 1.700,00	R$ 0,93	R$ 1.860,00	8,60	R$ 0,08
13	2.000,00	UN	IVABRADINA 5 MG CPR	SERVIER	CPR	R$ 2,69	R$ 5.380,00	R$ 2,83	R$ 5.660,00	4,95	R$ 0,14
15	2.000,00	UN	ROSUVASTATINA, COMPOSIÇÃO: CÁLCIA, CONCENTRAÇÃO: 20 MG	ALTHAIA	CPR	R$ 0,42	R$ 840,00	R$ 2,70	R$ 5.400,00	84,44	R$ 2,28
22	3.000,00	UN	SULFASSALAZINA 500MG CPR	APSEN	CPR	R$ 1,66	R$ 4.980,00	R$ 1,72	R$ 5.160,00	3,49	R$ 0,06
45	40,00	CX	AZATIOPRINA 50MG CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	BRAICE PHARMA	CAIXA	R$ 125,00	R$ 5.000,00	R$ 235,49	R$ 9.419,60	46,92	R$ 110,49

47	1.000,00	UN	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG CPR	APSEN	CPR	R$ 4,25	R$ 4.250,00	R$ 4,25	R$ 4.250,00	0,00	R$ 0,00
48	1.000,00	UN	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG CPR	CRISTALIA	CPR	R$ 3,59	R$ 3.590,00	R$ 3,92	R$ 3.920,00	8,42	R$ 0,33
Subtotal Adjudicado R$ 35.360,00								Subtotal Orçado: R$ 45.409,60		22,13%	R$ 10.049,60

Fornecedor : INOVAMED HOSPITALAR LTDA - 12.889.035/0001-02

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
3	2.000,00	UN	DIOSMANA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA A HESPERIDINA, CONCENTRAÇÃO: 450 MG +50MG	Cimed	Waryz	R$ 0,43	R$ 860,00	R$ 0,75	R$ 1.500,00	42,67	R$ 0,32
16	2.000,00	UN	ATORVASTATINA CÁLCIA, DOSAGEM 40 MG	Cimed	Cimed	R$ 0,40	R$ 800,00	R$ 0,85	R$ 1.700,00	52,94	R$ 0,45
19	1.000,00	UN	CABERGOLINA 0,5MG CPR	Prati Donaduzzi	Cabergolina	R$ 5,88	R$ 5.880,00	R$ 11,26	R$ 11.260,00	47,78	R$ 5,38
37	500,00	UN	LORATADINA 1MG/ML XPE PL 100ML	Cimed	Loratamed	R$ 2,18	R$ 1.090,00	R$ 3,55	R$ 1.775,00	38,59	R$ 1,37
49	1.000,00	UN	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG CPR	Zydus Nikkho	Zydus Nikkho	R$ 0,27	R$ 270,00	R$ 1,77	R$ 1.770,00	84,75	R$ 1,50
Subtotal Adjudicado R$ 8.900,00								Subtotal Orçado: R$ 18.005,00		50,57%	R$ 9.105,00

Fornecedor : MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA - 39.241.426/0001-72

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
5	2.000,00	UN	NALTREXONA CLORIDATO, CONCENTRAÇÃO: 50 MG	uniaoq	UN	R$ 4,16	R$ 8.320,00	R$ 4,84	R$ 9.680,00	14,05	R$ 0,68
9	2.000,00	UN	IRBESARTANA, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO COM HIDROCLORITIAZIDA, DOSAGEM 300 MG + 12,5 MG	eurofarma	UN	R$ 2,25	R$ 4.500,00	R$ 2,49	R$ 4.980,00	9,64	R$ 0,24
10	2.000,00	UN	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO PROTECT 100MG CPR	imec	UN	R$ 0,58	R$ 1.160,00	R$ 0,62	R$ 1.240,00	6,45	R$ 0,04
14	2.000,00	UN	CLORTALIDONA 12,5 MG CPR	e.m.s	UN	R$ 0,25	R$ 500,00	R$ 0,27	R$ 540,00	7,41	R$ 0,02
29	2.000,00	UN	TRILEPTAL 600MG CPR	ranbaxy	UN	R$ 1,53	R$ 3.060,00	R$ 1,55	R$ 3.100,00	1,29	R$ 0,02
42	600,00	AMP	TERBUTALINA SULFATO 0,5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 1ML	greenpharma	UN	R$ 1,72	R$ 1.032,00	R$ 2,71	R$ 1.626,00	36,53	R$ 0,99
44	300,00	BLS	SORO MANITOL 20% 250ML	fresenius	UN	R$ 5,60	R$ 1.680,00	R$ 7,52	R$ 2.256,00	25,53	R$ 1,92
Subtotal Adjudicado R$ 20.252,00								Subtotal Orçado: R$ 23.422,00		13,53%	R$ 3.170,00

Fornecedor : SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI - 06.065.614/0001-38

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
7	2.000,00	UN	LAMOTRIGINA 100MG CPR	UNICHEM	UNICHEM	R$ 0,44	R$ 880,00	R$ 0,62	R$ 1.240,00	29,03	R$ 0,18
28	1.000,00	UN	GARDENAL 100MG CPR	UNIAO QUIMICA	UNIAO QUIMICA	R$ 0,20	R$ 200,00	R$ 0,32	R$ 320,00	37,50	R$ 0,12
31	500,00	UN	CEDILANIDE 0,2MG/ML	UNIAO QUIMICA	UNIAO QUIMICA	R$ 2,34	R$ 1.170,00	R$ 7,98	R$ 3.990,00	70,68	R$ 5,64
33	500,00	UN	CLORIDRATO DE NALBUFINA 10MG/ML SOL. INJ.	HIPOLABOR	HIPOLABOR	R$ 11,80	R$ 5.900,00	R$ 12,73	R$ 6.365,00	7,31	R$ 0,93
38	1.200,00	UN	PROMETAZINA CLORIDRATO 50 MG/ 2ML INJ 2 ML	SANVAL	SANVAL	R$ 2,21	R$ 2.652,00	R$ 2,75	R$ 3.300,00	19,64	R$ 0,54
40	2.500,00	UN	CEFADROXILA 500MG	EMS	EMS	R$ 1,52	R$ 3.800,00	R$ 3,01	R$ 7.525,00	49,50	R$ 1,49
Subtotal Adjudicado R$ 14.602,00								Subtotal Orçado: R$ 22.740,00		35,79%	R$ 8.138,00

Fornecedor : CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 03.652.030/0001-70

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
11	2.000,00	UN	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG CPR	ACCORD	GENERICO	R$ 1,25	R$ 2.500,00	R$ 1,58	R$ 3.160,00	20,89	R$ 0,33
41	2.000,00	UN	LOPERAMIDA 2MG CPR	GLOBO	GENERICO	R$ 0,08	R$ 160,00	R$ 0,19	R$ 380,00	57,89	R$ 0,11
Subtotal Adjudicado R$ 2.660,00								Subtotal Orçado: R$ 3.540,00		24,86%	R$ 880,00

Fornecedor : PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - 37.374.797/0001-05

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
12	2.000,00	UN	GLICINATO DE MAGNESIO+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA B6 CPR	KLEY HERTS	CPR	R$ 2,93	R$ 5.860,00	R$ 3,08	R$ 6.160,00	4,87	R$ 0,15
36	500,00	UN	AMINOFILINA INJ 24MG/ML 10ML	FARMACE	AMP	R$ 40,33	R$ 20.165,00	R$ 40,34	R$ 20.170,00	0,02	R$ 0,01
43	50,00	FR	TIMOLOL 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	TEUTO	FR	R$ 4,00	R$ 200,00	R$ 12,51	R$ 625,50	68,03	R$ 8,51
Subtotal Adjudicado R$ 26.225,00								Subtotal Orçado: R$ 26.955,50		2,71%	R$ 730,50

Fornecedor : HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A (FILIAL) - 26.921.908/0002-02

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
18	2.000,00	UN	RIVAROXABANA 10MG CPR	EMS	RIVAROXABANA 10MG CX/30CPR (G)	R$ 2,98	R$ 5.960,00	R$ 2,98	R$ 5.960,00	0,00	R$ 0,00
26	100,00	UN	INSULINA TIPO GLARGINA CONCENTRAÇÃO 100 UNI.MI INJETAVEL	BIOMM S.A	GLARGILIN 100UI/ML SOL INJ CT CAR VD TRANS 3 ML FRA	R$ 43,24	R$ 4.324,00	R$ 43,24	R$ 4.324,00	0,00	R$ 0,00
Subtotal Adjudicado R$ 10.284,00								Subtotal Orçado: R$ 10.284,00		0,00%	R$ 0,00

Fornecedor : EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - 14.905.502/0001-76

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
24	1.000,00	UN	QUETIAPINA 100MG CPR	GEOLAB	CX C/ 30	R$ 0,73	R$ 730,00	R$ 2,09	R$ 2.090,00	65,07	R$ 1,36
34	1.200,00	UN	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP, SOLUÇÃO INJETÁVEL	HYPOFARMA	CX C/ 100	R$ 1,14	R$ 1.368,00	R$ 3,28	R$ 3.936,00	65,24	R$ 2,14
35	1.200,00	UN	ESCOPOLAMINA 4MG - DIPIRONA SÓDICA 500MG - AMPOLA	PHARLAB	CX C/ 250	R$ 5,39	R$ 6.468,00	R$ 11,14	R$ 13.368,00	51,62	R$ 5,75
39	2.000,00	UN	CETOPROFENO 150MG	GERMED	CX C/ 10	R$ 1,14	R$ 2.280,00	R$ 1,53	R$ 3.060,00	25,49	R$ 0,39
46	1.000,00	UN	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG CPR	NOVA QUIMICA	CX C/ 30	R$ 1,59	R$ 1.590,00	R$ 1,79	R$ 1.790,00	11,17	R$ 0,20
Subtotal Adjudicado R$ 12.436,00								Subtotal Orçado: R$ 24.244,00		48,70%	R$ 11.808,00

Fornecedor : MEDIC VET DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - 20.637.873/0001-17

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
25	1.000,00	UN	RILUZOL 50MG CPR	RILUZOL 500 MG - CRISTÁLIA	NÃO SE APLICA	R$ 14,12	R$ 14.120,00	R$ 14,12	R$ 14.120,00	0,00	R$ 0,00
Subtotal Adjudicado R$ 14.120,00								Subtotal Orçado: R$ 14.120,00		0,00%	R$ 0,00

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 144.839,00	R$ 188.720,10	23,25%	43.881,10

Nos termos do Parecer Jurídico, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Araguaia-MT , 22 de Outubro de 2021

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N. 27/2021
PROCESSO 73/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2021

Pelo presente instrumento O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa na Avenida Marco Aurelio Fullin, S/N, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 4022620 SSP/GO e CPF 96915862153, com endereço na Rua José Humárcio, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar os preços das empresas

FORNECEDOR	CNPJ	ITENS	TOTAL
FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	40.724.582/0001-73	2 - 4 - 6 - 13 - 15 - 22 - 45 - 47 - 48	R$35.360,00
FORNECEDOR	**CNPJ**	**ITENS**	**TOTAL**
INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	3 - 16 - 19 - 37 - 49	R$8.900,00
FORNECEDOR	**CNPJ**	**ITENS**	**TOTAL**
MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA	39.241.426/0001-72	5 - 9 - 10 - 14 - 29 - 42 - 44	R$20.252,00
FORNECEDOR	**CNPJ**	**ITENS**	**TOTAL**
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI	06.065.614/0001-38	7 - 28 - 31 - 33 - 38 - 40	R$14.602,00
FORNECEDOR	**CNPJ**	**ITENS**	**TOTAL**
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	11 - 41	R$2.660,00
FORNECEDOR	**CNPJ**	**ITENS**	**TOTAL**
PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	37.374.797/0001-05	12 - 36 - 43	R$26.225,00
FORNECEDOR	**CNPJ**	**ITENS**	**TOTAL**
HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A (FILIAL)	26.921.908/0002-02	18 - 26	R$10.284,00
FORNECEDOR	**CNPJ**	**ITENS**	**TOTAL**
EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	14.905.502/0001-76	24 - 34 - 35 - 39 - 46	R$12.436,00
FORNECEDOR	**CNPJ**	**ITENS**	**TOTAL**
MEDIC VET DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI	20.637.873/0001-17	25	R$14.120,00

Ficando negociado o valor total de R$ 144.839,00 (Cento e quarenta e quatro mil e oitocentos e trinta e nove reais).

nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no Decreto. 10.024/19 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Federal 7.892/13, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Fundamenta-se a presente ARP nos termos da Lei nº 8.666/93 bem como no Decreto Federal 7.892/13, que foi devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA e conforme parecer jurídico anexo, os quais constam nos autos do processo.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DE FORNECIMENTO E ENTREGA

3.1. A Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e, em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico 27/2021 e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas do Decreto 10.024/19 e Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.1.1 Os materiais/instrumentos deverão ser entregues de acordo com as especificações e normas em vigor (sujeitas a exames de qualidade) pela licitante vencedora, sendo que o Município poderá também examiná-las durante o recebimento. **O prazo de fornecimento será de 10 dias após recebimento da NPC (Nota de Pedido de Compra)** sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas neste Termo;

3.1.2. Nos casos em que o prazo acima não seja suficiente para entrega do objeto, a empresa contratada deverá formalizar por meio de justificativa a necessidade de maior prazo, bem como estipular qual seria o prazo adequado e o porquê;

3.1.3. **Todos os custos de entrega e de possíveis devoluções, tais como fretes, embalagens, taxas, etc, correrão por conta exclusiva do fornecedor;**

3.1.4. Os produtos entregues e que não satisfaçam as especificações, serão imediatamente devolvidos e substituídos por outros que preencham as condições de qualidade exigida, sendo que todos os custos envolvidos nas operações de trocas ou substituições correrão a expensas da empresa responsável pelo fornecimento.

3.2. O objeto solicitado deverá ser entregue conforme especificações apresentadas neste Termo de Referência. Caso apresente algum objeto fora da validade/fabricação ou com embalagem violada ou com material inferior as especificações apresentadas, deverá ser imediatamente trocado, sem ônus para a CONTRATANTE.

3.3. Caso seja verificada alguma falha no fornecimento será feito registro formal e informado a CONTRATADA, para que proceda a substituição, no **prazo de 05 (Cinco) dias corridos**.

3.4. Os objetos que apresentarem defeito de fabricação, ou quaisquer defeitos que impossibilitem seu uso, deverão ser substituídos, no prazo **máximo de até 05 (Cinco) dias** corridos, a partir da data de comunicação feita pela Unidade Requisitante.

3.5. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades descritas na Nota de Pedido de Compra e deverão estar acondicionados adequadamente.

3.6. Nos preços cotados **deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.**

3.7. Os custos de retirada e devolução do(s) objeto(s) recusado(s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

3.13. Os produtos deverão ser entregues no Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, sendo que o local de entrega será definido no pedido. Caso não conste a menção do local de entrega, esta ocorrerá na Farmácia Municipal de Saúde (Rua Manoel Garces, nº 325, Centro, Bom Jesus do Araguaia – MT, CEP 78678-000).

4. DAS EMPRESAS VENCEDORAS E DOS PREÇOS CONTRATADOS

4.1. Empresas Vencedoras:

Item	1559 Código	SUPERMEDICA DIST HOSPITALAR EIRELI ME CNPJ: 06.065.614/0001-38 RUA C-159, 674 QD297 LT20 - JARDIM AMERICA, GOIANIA - GO, CEP: 74255-140 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	010.001.594	LAMOTRIGINA 100MG CPR Marca: UNICHEM	UN	2000	0,44	880,00
28	010.001.604	GARDENAL 100MG CPR Marca: UNIAOQUIMICA	UN	1000	0,20	200,00
31	097.002.050	CEDILANIDE 0,2MG/ML Marca: UNIAOQUIMICA	UN	500	2,34	1.170,00
33	010.001.607	CLORIDRATO DE NALBUFINA 10MG/ML SOL. INJ. Marca: HIPOLABOR	UN	500	11,80	5.900,00
38	097.002.187	PROMETAZINA CLORIDRATO 50 MG/2ML INJ 2 ML Marca: SANVAL	UN	1200	2,21	2.652,00

40	097.003.303	CEFADROXILA 500MG Marca: EMS	UN	2500	1,52	3.800,00
		Total do Proponente				14.602,00
Item	8584 Código	INOVAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ: 12.889.035/0001-02 R DOUTOR JOAO CARUSO, 2115 ******** - INDUSTRIAL, ERECHIM - RS, CEP: 99706-250 Telefone: (54) 2106-7930 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	097.003.322	DIOSMANA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA A HESPERIDINA, CONCENTRAÇÃO: 450 MG +50MG Marca: Cimed	UN	2000	0,43	860,00
16	010.001.584	ATORVASTATINA CÁLCIA, DOSAGEM 40 MG Marca: Cimed	UN	2000	0,40	800,00
19	010.001.399	CABERGOLINA 0,5MG CPR Marca: PratiDonaduzzi	UN	1000	5,88	5.880,00
37	010.001.221	LORATADINA 1MG/ML XPE PL 100ML Marca: Cimed	UN	500	2,18	1.090,00
49	010.001.615	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG CPR Marca: ZydusNikkho	UN	1000	0,27	270,00
		Total do Proponente				8.900,00
Item	8868 Código	MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITAL CNPJ: 39.241.426/0001-72 AV BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, 1238 SALA 02 - CENTRO, GOIOERE - PR, CEP: 87360-000 Telefone: (44) 9732-0468 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	010.001.592	NALTREXONA CLORIDATO, CONCENTRAÇÃO: 50 MG Marca: uniaoq	UN	2000	4,16	8.320,00
9	010.001.586	IRBESARTANA, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO COM HIDROCLORITIAZIDA, DOSAGEM 300 MG + 12,5 MG Marca: eurofarma	UN	2000	2,25	4.500,00
10	010.001.587	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO PROTECT 100MG CPR Marca: imec	UN	2000	0,58	1.160,00
14	010.001.415	CLORTALIDONA 12,5 MG CPR Marca: e.m.s	UN	2000	0,25	500,00
29	010.001.605	TRILEPTAL 600MG CPR Marca: ranbaxy	UN	2000	1,53	3.060,00
42	010.001.552	TERBUTALINA SULFATO 0,5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 1ML Marca: greenpharma	AMP	600	1,72	1.032,00
44	097.003.107	SORO MANITOL 20% 250ML Marca: fresenius	BLS	300	5,60	1.680,00
		Total do Proponente				20.252,00
Item	8885 Código	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 03.652.030/0001-70 ROD BR-480, 795 ******** - CENTRO, BARAO DE COTEGIPE - RS, CEP: 99740-000 Telefone: (54) 3522-3081 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11	010.001.588	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG CPR Marca: ACCORD	UN	2000	1,25	2.500,00
41	010.001.458	LOPERAMIDA 2MG CPR Marca: GLOBO	UN	2000	0,08	160,00
		Total do Proponente				2.660,00
Item	8886 Código	PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 37.374.797/0001-05 R QUADRA 13 ORLA OESTE, LOTE15 ******** - VILA LUZIMANGUES, PORTO NACIONAL - TO, CEP: 77500-000 Telefone: (54) 9627-9079 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	010.001.589	GLICINATO DE MAGNESIO+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA B6 CPR Marca: KLEYHERTS	UN	2000	2,93	5.860,00
36	010.001.010	AMINOFILINA INJ 24MG/ML 10ML Marca: FARMACE	UN	500	40,33	20.165,00
43	010.003.130	TIMOLOL 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA Marca: TEUTO	FR	50	4,00	200,00
		Total do Proponente				26.225,00
Item	8887 Código	HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA CNPJ: 26.921.908/0002-02 TR SIA TRECHO 3 LOTES 1700/1710, S/N ******** - ZONA INDUSTRIAL (GUARA), BRASILIA - DF, CEP: 71200-030 Telefone: (61) 3403-3500 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18	010.001.583	RIVAROXABANA 10MG CPR Marca: EMS	UN	2000	2,98	5.960,00
26	010.001.602	INSULINA TIPO GLARGINA CONCENTRAÇÃO 100 UNI.MI INJETAVEL Marca: BIOMMS.A	UN	100	43,24	4.324,00
		Total do Proponente				10.284,00
Item	8888 Código	MEDIC VET DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ: 20.637.873/0001-17 R USILIO TONETTO, 760 SALA 01 - IMIGRANTES, TURVO - SC, CEP: 88930-000 Telefone: (48) 3525-0404 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
25	010.001.601	RILUZOL 50MG CPR Marca: RILUZOL500MG-CRISTÃLIA	UN	1000	14,12	14.120,00
		Total do Proponente				14.120,00

Item	8889 Código	EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 14.905.502/0001-76 R SERGIPE, 1645 ******** - BELA VISTA, ERECHIM - RS, CEP: 99704-228 Telefone: (54) 2106-8627 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24	010.001.600	QUETIAPINA 100MG CPR Marca: GEOLAB	UN	1000	0,73	730,00
34	010.001.316	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP, SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: HYPOFARMA	UN	1200	1,14	1.368,00
35	010.001.310	ESCOPOLAMINA 4MG - DIPIRONA SÓDICA 500MG - AMPOLA Marca: PHARLAB	UN	1200	5,39	6.468,00
39	010.001.401	CETOPROFENO 150MG Marca: GERMED	UN	2000	1,14	2.280,00
46	010.001.616	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG CPR Marca: NOVAQUIIMICA	UN	1000	1,59	1.590,00
		Total do Proponente				12.436,00
Item	8890 Código	FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 40.724.582/0001-73 AV GUAIAPO, 912 ******** - JARDIM CAMPOS ELISIOS, MARINGA - PR, CEP: 87043-393 Telefone: (44) 3801-1228 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	010.001.595	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG+SULFATO DE CONDROITINA 400MG CPR Marca: MOMENTA	UN	2000	2,01	4.020,00
4	010.001.591	PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADO COM TRAMADOL CLORIDATO, DOSAGEM 325 MG +37,5 MG Marca: MOMENTA	UN	2000	2,80	5.600,00
6	010.001.593	ACIDO VALPRÓIDO, DOSAGEM:300 MG Marca: TORRENT	UN	2000	0,85	1.700,00
13	010.001.416	IVABRADINA 5 MG CPR Marca: SERVIER	UN	2000	2,69	5.380,00
15	010.001.585	ROSUVASTATINA, COMPOSIÇÃO: CÁLCIA, CONCENTRAÇÃO: 20 MG Marca: ALTHAIA	UN	2000	0,42	840,00
22	010.001.598	SULFASSALAZINA 500MG CPR Marca: APSEN	UN	3000	1,66	4.980,00
45	010.001.617	AZATIOPRINA 50MG CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS Marca: BRAICEPHARMA	CX	40	125,00	5.000,00
47	010.001.613	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG CPR Marca: APSEN	UN	1000	4,25	4.250,00
48	010.001.614	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG CPR Marca: CRISTALIA	UN	1000	3,59	3.590,00
		Total do Proponente				35.360,00

Ficando negociado o valor total de R$ 144.839,00 (Cento e quarenta e quatro mil e oitocentos e trinta e nove reais).

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes das contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2021/2022.

Ficha: **189**

Unidade: **020602** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Funcional: **10.302.0106.2118.0000** MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA

Catec. Econ.: **3.3.90.30.09** MATERIAL FARMACOLÓGICO

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Entregar os objetos no **prazo de até 10 (dez) dias** após a solicitação através da NPC – Nota de Pedido de Compra, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas nesta Ata.

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Eletrônico n. 27/2021, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, **poderá contratar** concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa Sicredi, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de Bom Jesus do Araguaia/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

11.8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

13.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas no Decreto 1024/19, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 27/2021 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17 – USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Federal nº 7.892/2013, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

17.2. As Contratações por órgãos ou entidades "caronas" **não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, cabendo ao fornecedor adjudicatário da Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

17.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013, art. 22, § 4º, **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, em 22 de Outubro de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

40.724.582/0001-73

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

12.889.035/0001-02

_____

MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA

39.241.426/0001-72

_____

SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI

06.065.614/0001-38

_____

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

03.652.030/0001-70

Esta folha faz parte da Ata de Registro de Preços nº 37/2021 (pg. 16)

_____

PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

37.374.797/0001-05

_____

HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A (FILIAL) 26.921.908/0002-02

_____

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

14.905.502/0001-76

_____

MEDIC VET DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

20.637.873/0001-17

Esta folha faz parte da Ata de Registro de Preços nº 37/2021 (pg. 17)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2021 - SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021 - SMS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS - EDITAL N° 002/2021

EDITAL COMPLEMENTAR 016

A Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres – MT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art.37, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, na Lei Orgânica do Município, na Lei 1931/2005, na Resolução de consulta nº 59/2011 (DOE,26/09/2011) onde dispõe sobre as contratações temporárias no item: "**3.** Na contratação temporária não há necessidade de criação ou preexistência de cargos, exige-se sim a definição do quantitativo de vagas/funções, por meio da lei, que autorizou a contratação, sendo dispensável para os casos de substituição de servidor", e demais Leis que criaram os cargos.

RESOLVE:

I – CONVOCAR candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021, para comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde, situadas na Avenida Getúlio Vargas – S/Nº, bairro Santa Isabel na sala do RH, setor de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde, nos dias **25/10 e 26/10/2021 das 08:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00** horas para apresentar as documentações para a devida contratação nos termos do **Edital 002/2021 do Processo Seletivo Simplificado de Títulos**, conforme **Anexo I** deste edital;

II – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II.**

Cáceres-MT, 22 de outubro de 2021.

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

CARGO: TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM – SMS

CL.	NOME	SITUAÇÃO
64	YAMILE BARBERI RAMOS	CLASSIFICADO (A)

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

ITEM	DOCUMENTOS	ENTREGUE
01	Cópia dos documentos: RG E CPF	
02	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento	
03	Cópia do Título de Eleitor	
04	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais	
05	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)	
06	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)	
07	Cópia CNH (em caso do cargo especifico verificar a categoria exigida)	
08	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP	
09	Cópia do Diploma/Comprovante de escolaridade **(autenticado)**	
10	1 Foto 3X4 Atualizada	
11	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão Regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade.	
12	Número CPF Pai, Mãe, cônjuge quando for casado, filhos/Dependentes, se os pais forem falecidos apresentar atestado de óbito (autenticado) ou declaração de não convivência com os pais (autenticado)	
13	Cópia da Certidão de Nascimentos dos Filhos	

14	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos	
15	**Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)**	
	DEMAIS DOCUMENTAÇÕES	
16	Comprovante de Residência atual (copia conta de água, luz, telefone ou contrato de locação imóvel	
17	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, **com firma reconhecida.**	
18	Atestados Médicos Admissional emitido pelo médico do trabalho, indicando se o candidato está apto ou	
	não para o exercício das atribuições próprias do cargo.	
19	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Estado de Mato Grosso 1º e 2º Grau	
20	Certidão Criminal Federal 1º e 2º Grau	
21	Declaração de Bens/Imposto de Renda, **com firma reconhecida.**	
22	Telefone e E-mail	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 308/2021 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 005/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARTA NORBERTA DA SILVA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua AV Tancredo Neves , nº N/S – Bairro: Jardim Padre Paulo, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1486979-9 SSP-MT e CPF n.º980.588.001-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da CF Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARTA NORBERTA DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal I CAIC, com **carga horária de trabalho de 20(vinte) horas semanais**, em substituição ao professora Eunice de Oliveira Silva, que está de atestado médico de acompanhante.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **15 de Outubro de 2021 e término em 30 de Dezembro de 2021.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.164,64 (Dois mil centos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	365	1004	2069	3	1	90	04	00	0	1	18	077046

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 15 de outubro de 2021

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 856 DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.

Institui o Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde Municipal – CIEVS, suas competências e estrutura organizacional.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO:

A Lei Federal Nº 6.259 de 30 de Outubro de 1975 que estabelece como dever de todo cidadão comunicar a autoridade sanitária local sobre a ocorrência de fato comprovado, ou presumível, de caso envolvendo doença transmissível;

A Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a execução de ações de vigilância epidemiológica como uma das atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS) e define Vigilância Epidemiológica (VIEP) como o conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança dos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual e coletiva com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos;

O Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI-2005), que institui mecanismo de verificação das emergências em saúde pública de importância internacional visando prevenir, proteger, controlar e dar resposta contra a propagação internacional de doenças;

A Portaria SVS n° 30, de 07 de julho de 2005, que institui o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde - CIEVS, no âmbito federal, e definiu suas atribuições, composição e coordenação;

A Portaria n°494, de 06 de julho de 2009, que define instalação de Comitê de Enfrentamento de Emergência de Saúde Pública de Interesse Nacional e Internacional;

A Portaria MS n° 1271, de 06 de junho de 2014, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências;

Que o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde - CIEVS possui caráter técnico-gerencial para articulação de informações estratégicas que compõem os objetos de trabalho da Vigilância em Saúde - VISA, com a missão de detectar, interpretar, analisar, monitorar e responder às informações interinstitucionais, com a finalidade de prevenir e/ou minimizar riscos à saúde individual ou coletiva da população em eventos de importância em saúde pública e eventos de massa, definindo estratégias que subsidiem a tomada de decisões pelas esferas competentes.

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 28.996 de 15 de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Cáceres, o Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde – CIEVS, vinculado a Vigilância em Saúde – VISA, da Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º Compete ao Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) as seguintes atividades:

I - Detectar eventos que possam constituir ameaça, risco ou efetiva emergência à saúde pública, procedendo, junto a área técnica responsável, a verificação/investigação dos eventos de importância em saúde pública, alteração no padrão epidemiológico das doenças/agravos conhecidas e/ou óbitos em determinado tempo e local, no âmbito do Município de Cáceres, assim como nos eventos de massa e nos desastres naturais e antropogênicos;

II - Manter disponíveis e em pleno funcionamento os meios de comunicação permanente (telefone, e-mail), para recebimento das notificações de eventos de importância municipal, estadual, nacional e internacional, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano;

III - Articular os processos de verificação, dos eventos capturados nas fontes não oficiais de informação, e resposta em parceria com os setores da Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde, no âmbito municipal, estadual e nacional, se necessário;

IV - Aperfeiçoar, de modo contínuo e sistemático, os mecanismos de disseminação da informação, alerta e monitoramento dos eventos detectados;

V - Notificar ao CIEVS Estadual e/ou Nacional todo evento de saúde pública de importância nacional e internacional, no prazo de 24 horas a partir de sua detecção;

VI - Disponibilizar equipe técnica, meios de comunicação e insumos necessários para detecção, monitoramento e resposta, durante 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados.

Art. 3º A equipe do CIEVS será composta, no mínimo, por 04 (quatro) membros, sendo 01 (um) coordenador, 02 (dois) técnicos da Vigilância Epidemiológica e 01 (um) administrativo.

Art. 4º O CIEVS funcionará 24 horas, diariamente, inclusive feriados e finais de semana, em regime de plantão de 12 horas, com equipe presencial no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e de prontidão por meio de telefone, nos demais períodos.

Art. 5º Todas as atividades executadas pelo CIEVS e sua equipe, bem como para atender aos seus objetivos e finalidades, deverão observar as disposições do seu Regimento Interno, na forma do Anexo Único deste Decreto, que entrará em vigor a partir da publicação do presente ato.

Parágrafo Único. A competência para dispor sobre o Regimento Interno do CIEVS é da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de outubro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ANEXO ÚNICO

DO REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – CIEVS, DO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Capítulo I

Da Missão e Objetivos

Seção I

Da Missão

Art. 1° - O Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde - CIEVS é um centro com caráter técnico-gerencial para articulação de informações estratégicas que compõem os objetos de trabalho da Vigilância em Saúde, com a missão de detectar, interpretar, analisar, monitorar e responder às informações interinstitucionais, com a finalidade de prevenir e/ou minimizar riscos à saúde individual ou coletiva da população em eventos de importância em saúde pública e eventos de massa, definindo estratégias que subsidiem a tomada de decisões pelas esferas competentes.

Seção II Dos Objetivos

Art. 2° – O Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde tem como principais objetivos:

I – Detectar, oportunamente, eventos que possam constituir ameaça, risco ou emergência de relevância à saúde pública; II – Proceder, junto à área técnica responsável, a verificação/ investigação dos eventos de saúde que apresentem níveis acima do limite esperado de doença, alteração no padrão epidemiológico das doenças conhecidas e/ou óbito em determinado tempo e local de âmbito estadual, assim como nos eventos de massa e nos desastres naturais e antropogênicos; III – Monitorar os eventos em vigência no âmbito estadual e eventos de massa por meio de instrumentos desenvolvidos para acompanhamento das ações dos setores envolvidos, da análise sistemática dos dados e indicadores, as medidas de controle adotadas, assim como as recomendações para a contenção do evento no território;

IV – Fortalecer a articulação entre as três esferas de gestão do SUS na resposta coordenada às emergências em saúde pública;

V – Prestar apoio técnico local ou remoto nas respostas às emergências em saúde pública, quando superada as capacidades das unidades técnicas gestoras, nos aspectos de epidemiologia, vigilância e saúde pública.

Capítulo II

Da Definição e Finalidade

Seção I

Da Definição

Art. 3° – O CIEVS Municipal de Cáceres é o centro de referência para as informações de vigilância em saúde no âmbito municipal, articulando os diversos setores da saúde pública para o monitoramento contínuo dos eventos de importância em saúde pública, redução/minimização de riscos em emergências como desastres, surtos e epidemias, ou ainda no monitoramento e resposta aos eventos de massa.

Seção II

Da Finalidade

Art. 4° – O CIEVS tem como finalidade:

I – Fomentar a captação de notificações, busca de notícias, manejo e análise de dados e informações estratégicas relevantes à prática da vigilância em saúde, bem como congregar mecanismos de comunicação avançados;

II – Dar uma resposta rápida e coordenada para toda a Rede Municipal de Saúde;

III – Identificar as notícias captadas na mídia que possam constituir uma emergência em saúde pública, para encaminhamento à área técnica com a finalidade de verificar a veracidade da informação;

IV – Avaliar os eventos quanto ao seu potencial de se tornar uma Emergência de Saúde Pública de Importância Municipal, Estadual ou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional;

V – Apoiar e monitorar as respostas referentes ao evento até o seu encerramento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 019/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE AO EDITAL 03/ 2021 PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 2021.

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com os Decretos nº 609/2021 e 392/2021.

Informa a convocação da candidata classificada no Processo Seletivo Simplificado 03/2021.

A candidata classificada deverá comparecer a Secretaria Municipal de Assistência Social para entrega de documentação para compor o quadro de vagas nas datas de 25, 26 e 27/10/2021.

CANDIDATO CONVOCADO

Cargo: Assistente Social		
Ordem	**Nome**	**RG**
2	Amanda da Silva Teotonio	20347537

Isso é que nos cabe informar

Cáceres - MT, 22 de outubro de 2021.

Paulo Henrique Procópio Moreira

Presidente da Comissão

Fabiola Campos Lucas

Secretária de Assistência Social

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/ 2021 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de computador específico de uso em engenharia, visando atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e a Assessoria Técnica I.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 217/2021

EMPRESA: **MAPPE BRASIL LTDA CNPJ Nº 13.266.239/0001-50, perfazendo um valor total de R$80.000,00 (Oitenta mil reais)**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	**Computador** -Processador Intel i7 - 9º geração ou superior - Memória RAM – no mínimo 16gb - com no mínimo 2666mhz de frequência – HD MECÂNICO SATA de 1TB – SSD M2 OU NVME de no mínimo 256gb - Placa de vídeo 6gb GDDR5 ou superior, com sistema operacional Windows 10 pros 64 bits, licença vitalícia, fonte para a o equipamento no mínimo 500W Real, garantias dos equipamentos mínimo 12 meses.	UNIDADE	**10**	GPGOLD	R$8. 000,00	R$80. 000,00

Cáceres - MT, 22 de Outubro de 2021.

CONTRATANTE: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretária Municipal de Infraestrutura e Logistica

RG nº 1286662 CPF nº 002.188.401-36

CONTRATADA:

_____

EMPRESA: MAPPE BRASIL LTDA

CNPJ Nº 13.266.239/0001-50

Representante: MARGARIDA DO ROCIO

HOLMANN DE ANDRADE

CPF 652.207.579-20

RG 4.413.071-8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 679 DE 21 DE SETEMBRO DE 2021

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando nº 29.660 de 21 de setembro de 2021;

R E S O L V E:

ART. 1º- Excluir da Portaria nº. 624 de 08 de setembro de 2021, o nome do servidor **GREGÓRIO GARCIA LOBATO LOPES**, lotado na Secretaria de Saúde referente a 30 (dias) Licença Prêmio.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de setembro de 2021.

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Secretária Municipal Interina de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 879 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Altera e prorroga o Decreto Municipal nº 723, de 27 de setembro de 2021, anteriormente prorrogado e alterado pelos Decretos nº 765, 794 e 829/2021."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 32.951, de 20 de Outubro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam prorrogados os efeitos do Decreto Municipal nº 723, de 27 de agosto de 2021, que "*" Estabelece medidas de prevenção ao contágio da COVID-19, em consonância com o Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021 e dá outras providências"*, prorrogado e alterado pelos Decretos nº 765, 794 e 829/2021.

Parágrafo único. Os efeitos do Decreto mencionado no *caput* deste artigo poderão ser novamente prorrogados em caso de necessidade devidamente justificada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de outubro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 309/2021 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor(a) **GIRLANE CEZARIO CORREA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Santa Maria , S/N, QD: 13, Bairro Jardim Marajoara, Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 1579895-0 SSP-MT e CPF n.º023.138.761-01, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **GIRLANE CEZARIO CORREA** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Irene Coelho Cruz, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais**, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da CF, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **15 de Outubro de 2021 e término em 30 de Dezembro de 2021.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	03	12	365	1004	2071	3	1	90	04	00	00	1	19	077057

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 15 de Outubro de 2021.

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 40/2020-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 40/2020-SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo da execução da obra do Contrato Administrativo nº 40/2020 SSAAP, por mais 80 (oitenta) dias.

FISCALIZAÇÃO: A fiscalização da execução do objeto contratado será exercida pela Comissão Especial de Fiscalização, nomeada pela Portaria nº 026/2021, aos quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
32.04.18	17.512.1011.1206	4.4.90.51.00	(100) - Recurso Ordinário

Cáceres - MT, 15 de outubro de 2021.

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS SANTOS SILVA

Diretora Executiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 818 DE 29 DE SETEMBRO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 30.296, de 27 de setembro de 2021;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à senhora **ANAIR VIANA RAMOS VENANCIO -** cargo deAuxiliar deServiços Gerais**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime Previdenciário/INSS, pelo período de 14 de setembro de 2021 a 12 de março de 2022.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 855 DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando nº 31.674 de 07 de outubro de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a servidora **JOSIELIS ORTIZ GERALDES**, para responder pelo cargo em Comissão de Gerência de Pesquisa e Produção da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico em substituição a titular **Jesuína Benedita de Almeida**, que se encontrará em gozo de férias pelo período de 13 de outubro a 12 de novembro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de Outubro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

VILSON SATO

Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

RESOLUÇÃO Nº 054 DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES - SMS

Resolução nº 054/2021 de 13 de setembro de 2021.

***Dispõe sobre a aprovação da formação* da comissão de conselheiros para analisar o RAG 2021.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACERES-MT, no uso e gozo das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 2006 de 09 de junho de 2006, e fulcro no seu Regimento Interno, e.

CONSIDERANDO, as normas constitucionais estabelecidas nas Leis Orgânicas da Saúde, Lei 8.080 de 19/09/1990 e a Lei N° 8.142, de 28 /12/ 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde,

CONSIDERANDO, as diretrizes para fortalecimento do controle social, instituídas pela Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de maio de 2012;

CONSIDERANDO a ata de reunião nº 80 do dia 13 de setembro de 2021 a qual aprovou a comissão que irá analisar o RAG 2021 composta pelos conselheiros: Camila Ferrer Antunes Maciel, Benice Benedita de Oliveira, Evanilda Costa do Nascimento, Stephanie Sommerfeld de Lara, Eunathan Soares da Silva.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão para analise do RAG 2021, são eles: Camila Ferrer Antunes Maciel, Benice Benedita de Oliveira, Evanilda Costa do Nascimento,

Stephanie Sommerfeld de Lara, Eunathan Soares da Silva.

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 13 de setembro de 2021.

_____

Evanilda Costa do Nascimento

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Cáceres

Homologada:

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal de Cáceres-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE MAIO A AGOSTO DO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE E UM EM ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR NÚMERO CENTO E UM, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Aos vinte e nove dias do mês setembro de dois mil e vinte e um, às nove horas do período matutino, no plenário da sede da Câmara Municipal de Cáceres Mato Grosso, localizada na Rua General Osório, esquina com a Rua Coronel José Dulce, sem número, centro, está sendo realizada a Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao segundo quadrimestre do ano de dois mil e vinte e um, convocada pela Prefeitura Municipal de Cáceres, com a finalidade de prestar contas aos munícipes quanto à execução Orçamentária e Financeira do Município, efetuada nos meses de janeiro a agosto do exercício de dois mil e vinte e um, em atendimento ao princípio da Transparência previsto pela Lei de Responsabilidades Fiscal, em conformidade com os artigos nono, Parágrafo quarto e artigo quarenta e oito, no Parágrafo Único. Devido à quarentena e isolamento social determinado em decorrência da pandemia do Covid-19 estão presentes apenas, o Secretário Municipal Interino de Planejamento, um servidor municipal para auxiliar e foram convidados os Representantes da Câmara Municipal que compõem a Comissão de Economia Finanças e Planejamento, para que não houvesse aglomeração de pessoas a referida audiência foi realizada fechada ao público de forma presencial, sendo a mesma transmitida em tempo real (LIVE) através do canal oficial de imprensa da Prefeitura Municipal de Cáceres pela plataforma de mídia online Youtube, acessando seguinte link: https://www.youtube.com/channel/UCTfzYuOBEgyQmL7j. De pronto, foi passada a lista de presença onde foi referenciada a finalidade do ato e coletadas as assinaturas dos presentes. O senhor Jerônimo Gonçalves Pereira, então Secretário Municipal de Planejamento deu início a Audiência Pública, se apresentando e cumprimentando a todos, anunciou a realização desta audiência através do canal da Prefeitura Municipal de Cáceres no youtube, deixando aberta a participação de todos através do chat da transmissão para envio de perguntas ou mensagens a cerca desta audiência, agradeceu em nome da prefeita Eliene Liberato e do vice-prefeito Dr. Odenilson a todos que contribuíram para a realização desta apresentação, bem como agradeceu ao presidente da Câmara Municipal de Cáceres o vereador Domingos e a todos os outros vereadores a todo o legislativo pelo apoio prestado para esta audiência, agradeceu a equipe da Secretaria Municipal de Planejamento pelo apoio e desenvolvimento dos trabalhos. O secretário de planejamento então deu inicio a apresentação, que é uma obrigação do executivo a realização desta prestação de conta devendo ser realizada na Câmara Municipal do município, iniciando as falas já sobre o tema da audiência apresentou a logística da gestão fiscal responsável que trata das peças orçamentárias o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, aborda as regras e limites na Lei de Responsabilidade Fiscal, os mecanismos de compensação e correção de desvios, da transparência e controle e também sobre as sanções institucionais e pessoais, dando prosseguimento, o secretário explanou sobre o controle da Lei de Responsabilidade Fiscal, no âmbito interno realizado pela Controladoria Geral do Município e no externo realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Tribunal de Contas do Estado – TCE e pelo legislativo, que juntos trabalham para que o dinheiro público possa ser investido com mais transparência e segurança. O senhor Jerônimo então indica o artigo nono da Lei de Responsabilidade Fiscal que garante a realização dessa prestação de contas em audiência pública junto a comissão responsável, disse ainda que a gestão tem buscado fazê-lo com bastante eficácia. O secretário inicia então a apresentação do orçamento da Prefeitura de Cáceres do presente exercício de dois mil e vinte e um, conforme a Lei dois mil novecentos e dezesseis de dezembro de dois mil e vinte que fixou a despesa e estimou a receita para o exercício de dois mil e vinte um, prosseguiu apresentando os valores orçados para a administração direta e indireta, continuando apresentou também as receitas do município até o presente período, ressaltou que os dados desta apresentação ficam disponíveis no portal da transparência da prefeitura, o secretário de planejamento pontua que a gestão tem o compromisso de investir com segurança e dar esse retorno aos munícipes através dos serviços prestados, prosseguindo encerrou a apresentação das receitas e suas deduções, ainda demonstrando alguns gráficos comparativos das receitas comparando o que foi orçado, realizado e o que ainda será realizado. A seguir iniciou a apresentação das despesas, explicando que existem as previsões que na maioria das vezes podem ser atingidas ou não, mas que tudo isso tem a finalidade de investir com qualidade o dinheiro público, prosseguindo o secretário Jerônimo apresentou o comparativo da despesa até o segundo quadrimestre do exercício de dois mil e vinte e um, demonstrando através de gráficos os comparativos da despesa fixada, empenhada, liquidada e paga. Encerrada a fala sobre as despesas, o secretário então explanou sobre os limites de despesas obrigatórias até agosto de dois mil e vinte e um, primeiramente o percentual de gastos com a saúde que atingiram vinte e um virgula setenta e um por cento, em seguida os gastos com a educação que atingiram vinte e três virgula quarenta e sete por cento, ressaltou que mesmo ainda não atingindo os vinte e cinco por cento tão logo alcançaremos o percentual obrigatório considerando o retorno das aulas de forma presencial bem como ações de reformas e investimentos na infraestrutura, continuando o senhor Jerônimo apresentou os gastos com pessoal, inicialmente pela remuneração do magistério e em seguida apresentando os demais gastos com pessoal do executivo para os quais a prefeitura ficou dentro dos limites legais atingindo cinquenta virgula setenta e dois por cento, o que é importante para a gestão trabalhando com certa tranquilidade quanto aos limites legais. O secretário de planejamento então agradecendo a todos que participaram, lembrando a todos que a apresentação ficará salva no canal da imprensa da Prefeitura Municipal de Cáceres para posterior acesso e que caso queiram solicitar informações ou tenham algum questionamento podem estar entrando em contato com a Secretaria Municipal de Planejamento e prontamente serão atendidos. E Eu, Mateus Gonçalves de Sá, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e apensa a esta a lista assinada pelos presentes, constante de uma folha. Mateus Gonçalves de Sá. Assino.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 720 DE 29 DE SETEMBRO DE 2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 10.275, de 18 de março de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, designada pela Portaria nº 639, de 10.09.21, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 492 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRª. **DANIELE LORRANI CARDOSO DA SILVA,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o teor do Oficio nº 482/2021GPM;

RESOLVE: I – Nomear a senhora DANIELE LORRANI CARDOSO DA SILVA, para exercer o cargo em comissão, de PREGOEIRO OFICIAL, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO desta Prefeitura Municipal.

II – Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo supracitado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 22 de outubro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nª 008/2021

A Comissão nomeada através da Portaria nº 475/2021 da Chamada Pública define através da avaliação realizada por análise curricular e documentos comprobatórios para pleito do seguinte cargo:

Cargo: ENFERMEIRO	
Distrito: São José do Couto	
Nome do candidato	**Resultado**
Niewton Mendes de Souza	Aprovado
Francileide Fernandes Alves	Classificado

Bruna Rodrigues Consoli

Membro

Mônica Aparecida Rodrigues

Membro

Suélen Cequinel Rosa

Membro

Data: 21/10/2021

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: DECRETO Nº 3.736 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

DECRETO Nº 3.736 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DOS CONTRATOS DOS APROVADOS NAS CHAMADAS PÚBLICAS N. 04, 05, 06 E 07 DE 2020."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que, é de conhecimento de todos o reconhecimento da pandemia do COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde é sem dúvida nenhuma, o principal tema de debate atualmente, tornando-se o centro da preocupação de toda a população brasileira e mundial.

CONSIDERANDO que, nos moldes dos demais entes federativos, no âmbito do Município de Campinápolis - MT foram editadas diversas medidas emergenciais e temporárias, com o fito de impedir a proliferação da doença, com base primordialmente na questão do isolamento social, como a medida mais efetiva de proteção e prevenção da contaminação da população local pelo COVID-19.

CONSIDERANDO que a pandemia ainda perdura por tempo indeterminado;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público, no ensinamento de Diogo de Figueiredo Moreira Neto (Curso de D. Administrativo, Forense7I ed., p. 368), que apregoa: "*para que o interesse coletivo esteja perfeitamente atendido, o serviço deve ser permanente, mantido a qualquer transe; nenhum problema. Nenhum interesse individual ou consideração conjuntural justificam sua paralisação, pois a comunidade conta com eles*";

CONSIDERANDO que os contratos das chamadas públicas n. 04, 05, 06 e 07 de 2020 possuem validade até 25/10/2021;

CONSIDERANDO que há necessidade de que os profissionais continuem prestando os serviços para qual foram contratados até que a nova gestão municipal realize novos editais para contratação ou realização de concurso público;

CONSIDERANDO o Ofício 204/2021 SMS-GAB;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo dos contratos dos convocados nas **chamadas públicas nº 04, 05, 06 e 07 de 2020 até o dia 24/12/2021**, podendo ser rescindidos a qualquer momento caso haja interesse da administração pública.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, emCampinápolis-MT, 22 de outubro de 2021.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.730 DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

DECRETO Nº 3.730 DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

"Altera os Membros que compõe a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT e dá outras Providências, revoga-se o Decreto nº 3.723/2021."

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o art. 51, da Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993, a qual estabelece que "a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento e as propostas serão processadas e julgadas por Comissão Permanente ou Especial ";

Considerando a necessidade de instituição de Comissão Permanente de Licitação;

Considerando que a nomeação da Comissão Permanente de Licitação no âmbito do Poder Executivo é prerrogativa do Prefeito Municipal;

DECRETA

Art. 1º - A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT será composta pelos seguintes membros:

I- ***IVONE DOS SANTOS CARDOSO*** **– Presidente;**

II- KALIU INÁCIO DA COSTA - 1º Secretário;

III – RENIA DE OLIVEIRA DE PAULO — 2º Secretária;

IV - WANDERLEY PEREIRA DE LIMA - ***membro;***

V- HALISSON ANDRADE COSTA**– membro;**

Art. 2º – Os membros nomeados por meio deste decreto exercerão mandato pelo período de 01 (um) ano, nos termos da legislação correlata.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4°. Fica revogado o Decreto n° 3.723 de 01 de outubro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal, Campinápolis-MT, 22 de outubro de 2.021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 320, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre a definição de critérios para o Processo de Remoção de Professor e de Agente Educacional Infantil, Efetivos e Estáveis na Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Campo Novo do Parecis – MT.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de fixar critérios na Secretaria Municipal de Educação para o processo de remoção de Professor e de Agente Educacional Infantil na Rede Pública Municipal de Ensino, nos termos dos artigos 91 a 93 da Lei Municipal n°. 2.084, de 23 de dezembro de 2019,

CONSIDERANDO a necessidade administrativa e o interesse público,

DECRETA

Art. 1º. Remoção é a movimentação dos integrantes do Quadro dos Profissionais da Educação entre as Unidades Escolares da Secretaria Municipal responsável pela gestão da Educação, em acordo com o Professor ou o Agente Educacional Infantil, doravante também denominados Profissionais da Educação, e a Secretaria Municipal responsável pela gestão da Educação e poderá ser realizada:

I – de ofício, no interesse da Secretaria Municipal de Educação;

II - a pedido, desde que respeitada a discricionariedade administrativa da Secretaria Municipal de Educação e a lotação de destino;

III – por permuta, precedida de requerimento dos servidores interessados, de cargos idênticos e que não estejam em processo de readaptação temporária ou de aposentadoria.

Art. 2º. A remoção de servidor já lotado precede a lotação.

Art. 3º. A remoção é o ato pelo qual o Professor ou o Agente Educacional Infantil é deslocado para o exercício de suas funções em outra Unidade Escolar, sem que se modifique sua situação funcional.

Art. 4º. A remoção ocorrerá anualmente, desde que haja disponibilidade de vagas e a critério da Secretaria Municipal de Educação e obedecerá às normas dispostas em Decreto, segundo cronograma anual, conforme Anexo I, definido pela Comissão de Remoção da Secretaria Municipal de Educação, nomeada por meio de portaria, que conduzirá todas as etapas do processo de Remoção.

§ 1º. A remoção do Professor e do Agente Educacional Infantil será realizada nos meses de outubro e novembro, e será efetivada no início do ano letivo seguinte.

§ 2º. O Professor e o Agente Educacional Infantil deverão protocolar o Requerimento, segundo modelo padrão contido no Anexo II, na sede da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º. O Professor ou o Agente Educacional Infantil que for removido, entrará em efetivo exercício na unidade escolar na qual requereu, no início do próximo ano letivo e deverá permanecer, por no mínimo, 01 (um) ano letivo, sob pena de ser revogada a remoção e o Profissional da Educação ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. O Processo de Remoção a pedido será constituído por duas fases distintas, conforme abaixo descrito:

I – A primeira fase, precedida de Requerimento do Profissional da Educação, para a modalidade de remoção "a pedido", com todas as vagas disponíveis nas Unidades Escolares, desde que preenchidos os requisitos legais;

II – A segunda fase ocorrerá caso haja vagas disponíveis da primeira fase, **precedida de novo Requerimento do PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO QUE JÁ PARTICIPOU DA PRIMEIRA FASE** e não houve movimentação por sua desistência da vaga ou pelo preenchimento, por outro candidato, da vaga pleiteada na primeira fase. Nesta fase, as vagas a serem ocupadas serão as disponibilizadas pelos que foram removidos na primeira fase e as que restaram, não preenchidas.

Art. 6º. No momento da assinatura do Termo de Remoção, emitido em 3 vias: a 1ª para o candidato, a 2ª para a Secretaria Municipal de Educação e a 3ª para a unidade escolar pretendida, o próprio Profissional da Educação deverá estar presente, não podendo ser representado por outrem, exceto em caso de impossibilidade por motivo de saúde, desde que apresente Atestado Médico e representado por Procuração, com firma reconhecida, conforme Anexo IV deste Decreto;

Parágrafo Único Os demais casos de impossibilidade serão avaliados pela Comissão de Remoção da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º. As inscrições serão realizadas na sede da Secretaria Municipal de Educação, devendo o candidato fazer uma única inscrição por fase, através de Requerimento, e a contagem de tempo de serviço será computada pela Comissão de Remoção, através do Relatório de Data de Admissão no Cargo do Concurso Atual, expedido pela Coordenadoria de Recursos Humanos.

§ 1º. O Profissional da Educação removido em processo anterior deverá comprovar o efetivo exercício de, no mínimo, 01 (um) ano, na Escola para qual removeu, a contar da data do início do ano letivo.

§ 2º. O Requerimento de pedido de remoção é de inteira responsabilidade do Profissional da Educação, conforme modelo do Anexo II.

Art. 8º. Na contagem de pontos dos Profissionais da Educação, para as 02 (duas) fases serão adotados os seguintes critérios:

I – para o professor o critério será o tempo de serviço de efetivo exercício na docência ou em cargos previstos na Lei Municipal de Gestão Democrática, no cargo atual do concurso, sendo computado 01(um) ponto para cada ano computado, considerando-se a data da publicação deste Decreto para a contagem dos meses fechados com no máximo 2 (duas) casas decimais;

II – para o agente educacional infantil de sérvio de efetivo exercício como auxiliar em sala de aula, no cargo atual do concurso, sendo computado 01(um) ponto para cada ano computado, considerando-se a data da publicação deste Decreto para a contagem dos meses fechados com no máximo 2 (duas) casas decimais.

§ 1º. A classificação será realizada pela ordem decrescente da pontuação atribuída, com listas específicas para cada cargo de concurso.

§ 2º. Ocorrendo o empate, será utilizado o critério de maior idade.

Art. 9º. A quantidade de vagas será divulgada pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – Para efeito do cômputo das vagas, fica estabelecida a data limite de 21 de outubro de 2021.As vagas surgidas a partir desta data serão computadas no ano subsequente.

Art. 10. A remoção por permuta deverá ser requerida mediante protocolo junto à sede da Secretaria Municipal de Educação até 26 de novembro de 2021, anterior a contagem de pontos e atribuição de aulas e ocorrerá quando precedida:

I - de requerimento de dois Professores, com a mesma graduação e desempenho na mesma etapa de ensino, manifestando sua intenção de permutarem seus locais de lotação:

II - de requerimento de dois Agentes Educacionais Infantis, com a mesma formação e desempenho na mesma etapa de ensino, manifestando sua intenção de permutarem seus locais de lotação.

Art. 11. Sendo verificado o anseio de ambos em permutar, estes deverão contar seus pontos nas unidades almejadas e atribuir aulas já nestas, devendo permanecer em efetivo exercício na unidade que se encontra lotado até o final do calendário letivo em vigência.

Parágrafo Único. Os Profissionais da Educação que permutarem deverão entrar em efetivo exercício nas unidades escolares nas quais requereram, no início do próximo ano letivo e permanecer nesta por pelo menos 01 (um) ano letivo, sob pena de ser revogada a permuta e os Profissionais da Educação ficarem à disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12. Os Profissionais da Educação que estiverem cedidos para outras Secretarias e/ou em outras funções, os em Licença para Trato de Interesse Particular, os que se encontram em "Função Readaptada", prescrita por Laudo Médico, os em Auxílio Doença há mais de 06 (seis) meses e os que protocolaram pedido de aposentadoria junto ao FUNSEM não poderão ser inscritos no processo de remoção.

Parágrafo Único. Para o Profissional da Educação que pretende requerer a remoção, o mesmo deverá iniciar o ano letivo atuando na pasta da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13. Nos Editais do Processo de Remoção constarão todas as informações referentes à quantidade de vagas, ao período de inscrições, da classificação, dos recursos e a publicação do resultado final.

Parágrafo Único. Todas as publicações que se referem ao Processo de Remoção serão amplamente divulgadas nos locais de costume da Secretaria Municipal de Educação e das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 14. Os casos omissos e que não tenham sido expressamente previstos no presente Decreto serão analisados, pela Comissão de Remoção da Secretaria Municipal de Educação, observando a Lei Orgânica Municipal.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Executivo Nº 251, de 16 de novembro e a Portaria Nº 910, de 13 de novembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias do mês de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I
DO CRONOGRAMA DO PROCESSO DE REMOÇÃO A PEDIDO

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
PRIMEIRA FASE			
28/10/2021	15h	Publicação das vagas disponíveis	Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares
08/11/2021 a 10/11/2021	7h às 11h e 13h às 17h	Período de inscrições	Secretaria Municipal de Educação
11/11/2021	15h	Divulgação dos inscritos	Secretaria Municipal de Educação
12/11/2021	7h às 11h e 13h às 17h	Realização da Primeira Fase com a chamada de todos os inscritos	Secretaria Municipal de Educação
16/11/2021	9h	Publicação do resultado preliminar	Secretaria Municipal de Educação
17/11/2021	7h às 11h e 13h às 17h	Prazo para recursos sobre o Resultado Preliminar	Secretaria Municipal de Educação
18/11/2021	9h	Publicação do Resultado Final	Secretaria Municipal de Educação
SEGUNDA FASE			
18/11/2021	15h	Publicação das vagas disponíveis	Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares
19/11/2021	7h às 11h e 13h às17h	Período de inscrições da Segunda Fase	Secretaria Municipal de Educação
22/11/2021	15h	Divulgação dos inscritos	Secretaria Municipal de Educação
23/11/2021	7h às 11h e 13h às 17h	Realização da Segunda Fase com a chamada de todos os inscritos	Secretaria Municipal de Educação
24/11/2021	9h	Publicação do Resultado Preliminar	Secretaria Municipal de Educação
25/11/2021	7h às 11h e 13h às17h	Prazo para recursos sobre o Resultado Preliminar	Secretaria Municipal de Educação
26/11/2021	9h	Publicação do Resultado Final	Secretaria Municipal de Educação

ANEXO II

À

Comissão de Remoção da Secretaria Municipal de Educação

( ) 1ª Fase

( ) 2ª Fase

REQUERIMENTO

Eu, **_____,** brasileiro (a), Servidor(a) Público(a) Municipal, portador(a) do RG nº. _____/SSP/__ e inscrito(a) no CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____ - N_, Bairro _____, no Município de Campo Novo do Parecis – MT, exercendo as atividades funcionais na Escola Municipal _____, (constar o cargo) _____, venho requerer remoção para a Escola Municipal _____, conforme consta nos artigos 91 a 93 da Lei Municipal nº 2.084, de 23 de dezembro de 2019 e no Decreto Executivo nº ___, de __ de _____ de 2020, sendo que ingressei no quadro funcional do Município em ____ de _____ de _____.

Campo Novo do Parecis - MT, ___ de _____ de 2021.

Nome

Requerente

ANEXO III

DO MODELO DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

_____, ___ de _____ de 2021.

À

Comissão de Remoção da Secretaria Municipal de Educação

Ref: Recurso - Processo de Remoção/2020

( ) 1ª Fase

( ) 2ª Fase

Prezados Senhores,

Eu,

_____

_____, candidato (a) à vaga de remoção para a Escola Municipal _____, portador (a) do CPF nº _____, venho através deste solicitar:

Carimbo com nº de protocolo da Prefeitura
Carimbo com nº de protocolo da Prefeitura

Atenciosamente,

_____

assinatura do (a) candidato(a)

ANEXO IV

DO MODELO DE FORMULÁRIO PARA PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Outorgante: ***Sr (a).*** **_____,** brasileiro (a), (constar o cargo) _____exercendo as atividades funcionais na Escola Municipal _____, Matrícula n°._____ , portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____/SSP/MT e inscrito (a) no CPF sob nº. _____, residente e domiciliado (a) na Rua _____, nº._____, Bairro _____ no Município de Campo Novo do Parecis - MT, nomeia e constitui seu bastante procurador (a) **Sr(a).** _____, brasileiro (a), Profissão, portador (a) da Cédula de Identidade nº. e inscrito (a) no CPF nº. _____, residente e domiciliado (a) na Rua _____, Nº ____ , Bairro_____, no Município de Campo Novo do Parecis - MT, conferindo poderes para fim especial de representá-lo (a) junto à Comissão de Remoção da Secretaria Municipal de Educação, podendo para tanto, o procurador, assinar, apresentar e retirar documentos referentes ao processo de remoção do Ano Letivo de 2021, em conformidade com o Decreto Nº _____, de _____ de 2021.

Campo Novo do Parecis - MT,___ de _____ de 2021.

_____

Outorgante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 03 ao Contrato 07/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x E. F. SCHNEIDER CORREA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 14.319.458/0001-12

Objeto: Prorroga-se o prazo da execução da obra pelo período de 06 (seis) meses, contados a partir de 12 de outubro de 2021 a 11 de abril de 2022.

Prorroga-se o prazo da vigência do contrato pelo período de 06 (seis) meses, contados a partir de 20 de novembro de 2021 a 19 de maio de 2022.

Adita-se o valor total do contrato de R$ 281.291,81 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e um reais, e oitenta e um centavos), que correspondem ao total de 11,25 % (onze, virgula vinte e cinco por cento) já realizado neste contrato. O valor apresentado é referente alteração qualitativa do objeto licitado, que foi apresentada pela empresa, e atestada pelo fiscal de obras, de acordo com a planilha orçamentária de Agosto de 2021, sendo na ocasião respeitado o desconto previsto na proposta da licitação

Valor:R$ 281.291,81

Dotação Orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 006 – Fundo Municipal Pró Pavimentação Ásfaltica

Programática: 07.004.15.451.0005.10018.4.4.90.51.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.37.000000

Fonte de Recurso: 0.3.00.000000

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000

Procedimento Licitatório: Concorrência Pública Nº 004/2020

Secretaria: Secretaria de Infraestrutura

Data: 22/10/2021

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2021 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004

RESULTADO PRELIMINAR DO PEDIDO DE COTA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis – MT, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, o Resultado Preliminar do pedido de cota para pessoa com deficiência (PcD):

Inscrição	Nome	Situação	Motivo	Função
227000701	ANA PAULA DA SILVA MARTINS	DEFERIDO		Nível Médio - Agente Educacional - Área Urbana
227000199	EVA MOREIRA DE SOUZA	DEFERIDO		Nível Médio - Agente Educacional - Área Urbana
227000020	GRACIELY CONCEICAO DE ABREU	DEFERIDO		Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - Área Urbana
227000820	JALILLE BICHARA MARIM	INDEFERIDO	Não enviou a documentação (upload) de acordo com o edital.	Nível Médio - Agente Educacional - Área Urbana
227000025	JUNIOR DE SOUZA COSTA	INDEFERIDO	Não enviou a documentação (upload) de acordo com o edital.	Nível Superior - Professor/Licenciatura Plena em Arte. - Área Urbana
227001076	KAMILA DOS SANTOS FERREIRA	DEFERIDO		Nível Médio - Agente Educacional - Área Urbana
227000210	MARIA APARECIDA DE JESUS	DEFERIDO		Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - Área Urbana
227001062	MERIAN SOARES DE SANTANA	INDEFERIDO	Não enviou a documentação (upload) de acordo com o edital.	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - Área Urbana

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Novo do Parecis - MT, 22 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal Campo Novo do Parecis – MT	**CÁSSIA SILVA MATIOLEVITCZ** Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado n° 004/2021 Portaria 733/2021

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 1226/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR TECIDOS CAMPO NOVO, CNPJ: 04.685. 901/0001-15, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Avenida Brasil, quadra 80, lote 14, Centro, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências.

Art. 37.(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei. Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/ 2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 22 de outubro de 2021

Edna Mara Saibert Mallmann

Agente de fiscalização sanitária

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/ 2021

PORTARIA Nº 446, de 10 de junho de 2021

EMPRESA: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A

Trata-se de Processo Administrativo em face da empresa Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A por, em tese, haver descumprido cláusulas contratuais durante a execução do contrato.

Às fls. 005/006 consta o Memorando CAF. CNP nº 045/2021, onde a fiscal de contrato solicita abertura de processo administrativo pelo fato de a empresa não cumprir com o prazo de entrega de medicamentos estipulado no Pregão Eletrônico nº 90/2020 e Registrado sob nº de Ata 334/2020 desta Prefeitura. As notas de empenho estão juntadas às fls. 07/10.

No decurso de prazo do processo, houve a substituição de membros da Comissão de Processo Administrativo, bem como pedido de Prorrogação de Prazo para finalização dos trabalhos da Comissão.

A empresa foi devidamente citada, conforme faz prova a publicação dos editais juntados às fls. 48/50 e recebeu cópia integral do presente Processo Administrativo por e-mail, conforme faz prova o e-mail juntado às fls.46 (verso).

Antes da oitiva da fiscal do contrato, a mesma encaminhou o Memorando nº CAF. CNP nº 083/2021, solicitando o cancelamento do processo administrativo, em virtude de a empresa haver entregado todos os itens que estavam pendentes.

A Comissão, às fls. 87/92 recomendou o arquivamento do processo.

É o breve relato dos fatos.

Passamos a análise jurídica e Decisão.

Analisando a legislação municipal, encontramos no artigo 51 da Lei Municipal nº 1.458, de 30 de novembro de 2011, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal a possibilidade de o interessado em desistir total ou parcialmente do pedido formulado:

Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

Diante do exposto, e por tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo, **ACOLHO A RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DESTE PROCESSO** e **DECIDO PELA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.**

Por fim, determino que seja publicada a presente decisão e intimado o representante legal da empresa. Aguarde-se o trânsito em julgado, em caso de não haver interposição de recurso, arquive-se os autos.

Cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT 21 de outubro de 2021

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/ 2021

PORTARIA Nº 465, de 09 de junho de 2021-10-20

EMPRESA: Embratop Geotecnologias Ltda

Trata-se de Processo Administrativo em face da empresa Embratop Geotecnologias Ltda por, em tese, ter descumprido cláusula contratual, prevista inclusive em edital, de manter sua regularidade fiscal durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 226/2020, Pregão Eletrônico nº 63/2020, o que motivou a Administração Pública a suspender temporariamente o pagamento do equipamento adquirido.

Às fls. 92 consta a Nota Fiscal nº 55575, sendo que em seu verso é atestado o recebimento da mercadoria pela Administração Pública no dia 04/ 11/2020, às fls. 22 encontra-se o Ofício nº 389/2020-GP, datado de 30 de novembro de 2020, documento em que a Administração Pública solicita à empresa que apresente a Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos no prazo de 15 (quinze) sob pena de acarretar sanções administrativas.

Aos 15 dias do mês de dezembro de 2020 a empresa solicitou dilação de prazo para apresentação da certidão, afirmando que estava tomando as providências necessárias para apresentar referida certidão ao município.

No dia 06/04/2021 o Departamento de Contabilidade informou à Secretaria de Administração, através do Memorando nº 45/2021/CONTABILIDADE a respeito da situação que se estendia até aquele momento, com a informação adicional de que no mesmo dia a empresa haveria encaminhado e-mail informando que executou todas as providências cabíveis, porém não conseguiu efetuar o agendamento para solicitar a certidão, bem como solicitando a resolução do problema e conseqüentemente o pagamento.

Às fls. 14 a 20 constam a Decisão Administrativa da Secretária de Administração determinando o pagamento dos valores devidos à empresa, a Rescisão Unilateral do contrato, bem como a abertura imediata de Processo Administrativo.

Às fls. 64 consta o Ofício nº 02/2021 – Processo Administrativo 005/2021 com a citação da empresa, que se deu através de e-mail, conforme consta a Certidão constante às fls. 65, sendo apresentada a defesa, tempestivamente, juntada às fls. 68 a 73, a qual alegou, em resumo, que a Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos não poderia ser exigida, vez que não tem relação com a regularidade fiscal, pelo motivo de tratar-se de débitos tributários não inscritos em dívida ativa e, portanto, somente após a inscrição em dívida ativa pode-se presumir a exigibilidade e liquidez do crédito tributário.

A recomendação da Comissão do Processo Administrativo, às fls. 125 a 130, foi pela aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com esse órgão por 2 (dois) anos.

É o breve relato dos fatos.

Passamos a análise jurídica e Decisão.

Em primeira análise, verificamos que a origem de toda a questão é o suposto descumprimento de obrigação assumido pela empresa na contratação com esta Administração Pública, motivo pelo qual se impele verificar qual é efetivamente a obrigação descumprida.

Às fls. 111 (verso) podemos verificar o inciso XX, do item 6.2, da Cláusula Sexta – Das Obrigações do Fornecedor:

A empresa deverá manter, durante toda a execução desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, **todas as condições de habilitação** (tributos federais: INSS, PGFN, FGTS, Tributos Estaduais, Municipais e outras solicitadas) e qualificação exigidas na licitação de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93.

Já às fls. 113 (verso), consta o item 10.2 da Cláusula Décima – Do Pagamento:

Para a realização do pagamento, **o fornecedor deverá apresentar as certidões negativas** do INSS, FGTS, Trabalhistas e **das Fazendas Federal, Estadual e Municipal**.

Conforme podemos verificar, a obrigação da empresa era a de manter as condições de habilitação exigidas no momento do certame e, inclusive, apresentar tais certidões no momento do pagamento.

Portanto, para saber se a empresa descumpriu cláusula contratual, faz-se necessárias duas análises: 1) Se a empresa manteve todas as condições

de habilitação; e 2) se a empresa apresentou as certidões negativas exigidas para a realização do pagamento.

A certidão cuja ausência originou o processo administrativo é a Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos, expedida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Em consulta aos autos do processo licitatório, verifiquei que no momento do certame, a empresa não apresentou referida certidão, razão pela qual, fica dispensada de apresentá-la durante a execução, estando assim sanado o primeiro questionamento.

Passemos à análise do segundo questionamento, e para isto trazemos a baila o disposto no artigo 204, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios:

Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

E também o disposto no artigo 3º da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências:

Art. 3º - A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

Parágrafo Único - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

E por fim, haja vista que a certidão objeto desta demanda é emitida pelo estado de São Paulo, vejamos o disposto na Portaria CAT nº 20, de 1º de abril de 1998, do estado de São Paulo, que estabelece procedimentos para pedido, emissão e obtenção de certidão negativa e fixa prazo de validade para os documentos expedidos:

O Coordenador da Administração Tributária, considerando o que dispõem os artigos 205 e 206 do Código Tributário Nacional; **considerando que somente o débito inscrito na dívida ativa, nos termos dos artigos 204 do Código Tributário Nacional e 3º da Lei Federal nº 6.830/80, tem presunção de certeza e liquidez que possa ser oposta aos pretendentes de certidões negativas**; considerando a necessidade de uniformizar procedimentos a serem observados pelas repartições fiscais e para facilitar o atendimento ao público em geral, expede a seguinte Portaria:

Art. 1º O interessado poderá solicitar a expedição de certidão negativa nos seguintes casos:

I - para participação em licitação pública;

II - para simples conferência ou outra finalidade.

§ 1º - Na hipótese do inciso I, serão pesquisados e informados somente os débitos inscritos na dívida ativa.

(...)

Superada a fase das previsões legais, passemos à consulta de súmulas e jurisprudências a fim de verificarmos quais são os entendimentos a respeito do assunto:

Licitação. Habilitação. Regularidade fiscal. Certidão de quitação ou inexistência de débitos fiscais. Restrição à competitividade.

1) Para fins de habilitação em processo licitatório, a Administração Pública não deve exigir dos licitantes a apresentação de certidão específica que ateste a quitação ou inexistência de débitos fiscais, mas, sim, certidão que comprove a regularidade fiscal, nos termos do art. 29, III, da Lei nº 8.666/93. 2) A comprovação de regularidade fiscal referenciada na Lei nº 8.666/1993 não se confunde com a prova de quitação de tributos, podendo aquela ser demonstrada mediante apresentação da certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, não implicando necessariamente em quitação com a Fazenda Pública, vez que poderia haver parcelamento de débito em vigência, o que mesmo assim acarretaria regularidade perante a Fazenda.

ACÓRDÃO 267/2017 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: DOMINGOS NETO. REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA).

Licitação. Habilitação. Regularidade fiscal. Certidão que ateste quitação ou inexistência de débitos fiscais.

Para fins de habilitação em processo licitatório, a Administração Pública não deve exigir dos licitantes a apresentação de certidão específica que ateste a quitação ou inexistência de débitos fiscais, mas, sim, certidão que comprove a regularidade fiscal – art. 29, III, Lei nº 8.666/93. **Enquanto a certidão negativa que comprova a quitação ou inexistência de débitos alcança apenas os contribuintes que não possuem débito algum, a prova de regularidade fiscal pode abranger a existência de débito consentido e sob o controle do credor,** como nos casos de parcelamento.

ACÓRDÃO 35/2015 - 2ª CAMARA. RELATOR: LUIZ HENRIQUE LIMA. CONTAS ANUAIS DE GESTAO MUNICIPAL.

Licitação. Habilitação. Regularidade Fiscal. Certidão de quitação de tributos federais.

1) Para fins de habilitação, a exigência de certidão de quitação de tributos federais contraria a Lei 8.666/93, que, em seu art. 29, inciso III, impõe prova da regularidade fiscal e não comprovação de quitação de tributos junto à Fazenda Pública. 2) A regularidade fiscal não implica, necessariamente, na prova de quitação total de tributos com a Fazenda Pública, uma vez que pode haver regularidade perante o Fisco após o parcelamento de débitos, que suspende a exigibilidade do crédito tributário, conforme disposto no art. 151, inciso VI, da Lei 5. 172/1966 (Código Tributário Nacional). 3) A comprovação de regularidade fiscal pode ser realizada mediante apresentação da certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, que possuem o mesmo caráter, nos termos da Lei 5.172/1966 (artigos 205 e 206).

ACÓRDÃO 82/2019 - 1ª CAMARA. RELATOR: JAQUELINE JACOBSEN MARQUES. REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA).

SÚMULA Nº 283 TCU

Para fim de habilitação, a Administração Pública não deve exigir dos licitantes a apresentação de certidão de quitação de obrigações fiscais, e sim prova de sua regularidade.

Por toda a legislação, jurisprudência e súmula acima transcritos podemos verificar que existe diferença entre a regularidade fiscal e a ausência de débitos tributários, razão pela qual, os débitos não inscritos em dívida ativa não podem ser contemplados na regularidade fiscal da empresa, por não terem presunção de certeza e liquidez, e até porque seria um contra censo exigir tal certidão no momento do pagamento, quando a mesma nem se quer foi exigida na habilitação do processo licitatório.

Diante do exposto, e por tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo, **DEIXO DE ACOLHER A RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DESTE PROCESSO** e **DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA DA EXIGÊNCIA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRITOS E, CONSEQUENTEMENTE, PELA INAPLICABILIDADE DE QUALQUER PENA À EMPRESA.**

Por fim, determino que seja publicada a presente decisão e intimado o representante legal da empresa. Aguarde-se o trânsito em julgado, em caso de não haver interposição de recurso, arquive-se os autos.

Cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT 21 de outubro de 2021

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EDITAL DE PRORROGAÇÃO

RETIFICAÇÃO NO EDITAL DE PRORROGAÇÃO Nº 002/2021

A Comissão Eleitoral do FUNSEM/MT, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando um erro material na data do edital de prorrogação das eleições nº 002/2021, a Comissão Eleitoral do FUNSEM/MT, designada pela Portaria nº 71/2021, retifica o Edital de Prorrogação nº 002/2021, cuja a alteração é a seguir elencada:

Onde se lê:

"Campo Novo do Parecis/MT, 20 de dezembro de 2021." **Leia-se:** "Campo Novo do Parecis/MT, 20 de outubro de 2021." Campo Novo do Parecis/MT, 21 de outubro de 2021.

VÂNIA DE ARAÚJO POMPERMAYER

Presidente da Comissão Eleitoral

JOÃO CARDOSO LUCAS SADI ROBERTO PEDROSO DA SILVA

Membro Membro Membro Membro

TERESINHA EWERLING VIVIANE A. FERNANDES DIAS PETRY

1° Suplente 2° Suplente

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 932, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

AUTORIZA A SERVIDORA **ELISANGELA BORGES DE FREITAS FORESTIERI** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 23/2021

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para repasse de recursos financeiros à Associação Abrigo Peludos de Campo Novo do Parecis - AAPCNP para apoio financeiro ao projeto de "ESTERILIZAÇÃO COM FINALIDADE DE CONTROLE POPULACIONAL COMBINADO COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E GUARDA RESPONSÁVEL.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, *in verbis*:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de **fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais** e os acordos de cooperação **serão celebrados sem chamamento público.**

Considerando a exposição dos motivos exarados pela ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, no Ofício nº 018/2021, em conformidade com o artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com a Associação ABRIGO PELUDOS de Campo Novo do Parecis para apoio financeiro ao projeto "ESTERILIZAÇÃO COM FINALIDADE DE CONTROLE POPULACIONAL COMBINADO COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E GUARDA RESPONSÁVEL", que será destinado a instituição no valor total de R$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), a serem pagos em uma única parcela.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no artigo 29 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 22 dias do mês de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 014 /2021 - CMAS - CAMPO NOVO DO PARECIS, 18 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sob a certificação e credenciamento de instituição perante CMAS de Campo Novo do Parecis. e dá outras providências.

Através de sua presidente legal Mariane Costa Moreira, com atribuições conferida pela Lei 382/94, de 20.12.1994,do Conselho Municipal de Assistência Social e seus conselheiros, a RESOLUÇÃO de Nº 014/2021 , a qual delibera o credenciamento e certificação da entidade ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENSE CELEIRO DO FUTEBOL, realizada em reunião Ordinária sob a Ata de Nº 09 em 20 setembro de 2021. Favor informar em D. O.

RESOLVE:

Certificar e credenciar a inscrição da entidade ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENSE CELEIRO DO FUTEBOL, com sede em Campo Novo do Parecis /MT, na Rua Pica Pau, Nº1776 NW, Bairro Jardim das Palmeiras, entidade beneficente sem fins econômicos, com duração de tempo indeterminado, âmbito Municipal,fundada em 25/04/2019, portadora do CNPJ –34. 088.986/0001-15, Código Nacional de Atividade Principal: 9312300, Secundária: 9329899,9319199 e acha-se INSCRITO neste conselho sob o número 034/2021.

Este COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO tem o prazo de validade 03(três) anos a contar desta data.

Por ser expressão da verdade firmamos o presente para que produza os devidos efeitos.

Campo Novo do Parecis,18 de outubro de 2021.

Mariana Costa Moreira - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Portaria de Nº 269, de 24 de março de 2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 934, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

AUTORIZA O SERVIDOR **JHONATAN IRANCHE SOARES** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

PORTARIA Nº 931, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

DELEGA À SERVIDORA **SIMONE VISINESKI** A FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE TESOURARIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

o Memorando nº 123/2021, expedido pela Secretaria Municipal de Finanças;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Delegar à servidora **Simone Visineski,** Diretora do Departamento Financeiro, matrícula nº 2621, as funções e responsabilidades técnicas do cargo de Diretora do Departamento de Tesouraria, **pelo período de 22/10/2021 a 21/11/2021**, em substituição à servidora **Eleni Teixeira Belai** que se encontra em gozo de férias.

Art. **2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 20 dias do mês de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2021

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.437, de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021.

CONSIDERANDO: O Memorando nº 1092/2021 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde;

C O N V O C A

O abaixo relacionado aprovado no Processo Seletivo Simplificado 002/2021, que deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação deste edital na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2021.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
07°	KAMILA FREITAS SOMERA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 933, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

AUTORIZA A SERVIDORA **ELZA CASTORINA DE CARVALHO** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

PORTARIA Nº 930, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

RETIFICA A ESCALA DE SOBREAVISO PARA ATENDIMENTO PSICOLÓGICO E ASSISTENCIAL DA CASA LAR, REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Memorando nº 556/2021, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

a Portaria nº 888/2021;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Escala de sobreaviso para atendimento psicológico e assistencial da Casa Lar, no mês de outubro de 2021:

Diego da Silva Barros – Assistente Social						
Início 21h Sexta	Término 21h Sábado	Início 21h Sábado	Término 21h Domingo	Início 21h Domingo	Termino 07h Segunda	
08/10/2021	**09/10/2021**	**09/10/2021**	**10/10/2021**	**10/10/2021**	**11/10/2021**	
Início 21h Segunda	Término 21h Terça	Início 21h Terça	Término 07h Quarta	Início 21h Sexta	Término 21h Sábado	
11/10/2021	**12/10/2021**	**12/10/2021**	**13/10/2021**	**15/10/2021**	**16/10/2021**	
Início 21h Sábado	Término 21h Domingo	Início 21h Domingo	Termino 07h Segunda	Início 21h Sexta	Término 21h Sábado	
16/10/2021	**17/10/2021**	**17/10/2021**	**18/10/2021**	**22/10/2021**	**23/10/2021**	
Início 21h Sábado	Término 21h Domingo	Início 21h Domingo	Termino 07h Segunda			
23/10/2021	**24/10/2021**	**24/10/2021**	**25/10/2021**			

Naysi Angelica de Oliveira – Psicóloga					
Início 21h Sexta	Término 21h Sábado	Início 21h Sábado	Término 21h Domingo	Início 21h Domingo	Termino 07h Segunda
01/10/2021	**02/10/2021**	**02/10/2021**	**03/10/2021**	**03/10/2021**	**04/10/2021**
Início 21h Quinta	Término 21h Sexta	Início 21h Sexta	Término 21h Sábado	Início 21h Sábado	Término 21h Domingo
28/10/2021	**29/10/2021**	**29/10/2021**	**30/10/2021**	**30/10/2021**	**31/10/2021**
Início 21h Domingo	Término 21h Segunda	Início 21h Segunda	Termino 21h Terça	Início 21h Terça	Término 07h Quarta
31/10/2021	**01/11/2021**	**01/11/2021**	**02/11/2021**	**02/11/2021**	**03/11/2021**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 20 dias do mês de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 053 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 053

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, homologado em 07 de Janeiro de 2020, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A (s) contratação(ões) do(s) candidato(s) convocado(s) abaixo terá(ão) prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado (s) por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 21.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 21.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 25 de Outubro de 2021.

Cargo: **DENTISTA**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
437820	LAYS OHLWEILER	07/12/1995	62,5	6

Cargo: **PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL II - CIÊNCIAS**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
437831	CLEUSA PIZOLOTTO NOGUEIRA	10/03/1967	60,5	7

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 113/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2021 - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, que teve como vencedoras as empresas: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 01.016.616/0001-13, lote 01 (R$ 132.000,00) e lote 02 (R$ 73.290,00); e SAINT EMILION AUTOMOVEIS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 12.579.490/0001-01, lote 05 (R$ 209.800,00). Campo Verde, 22 de outubro de 2021. Fabrícia R. Zago – Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 1137, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE GESTORA DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 003/2021, FIRMADO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Designar, com fulcro no artigo 2°, inciso VI e artigo 61 da Lei 13.019/2014 de 31 de julho de 2014, a servidora **SILVIA CRISTHINA DE QUEIROZ DANTAS**, matrícula 4844, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de gestora da execução e da prestação de contas do Acordo de Cooperação n° 003/2021, firmado com o Sindicato Rural de Campo Verde.

ARTIGO 2º - Na ausência da servidora supra designada, fica nomeada como suplente a servidora **JAQUELINE DE CAMPOS SILVA**, matrícula nº **7671**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 21 dias do mês de Outubro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SILVIA CRISTHINA DE QUEIROZ DANTAS

Gestora da Parceria

JAQUELINE DE CAMPOS SILVA

Suplente

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 351/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 01.016.616/000-13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 22/10/2021 À 22/10/2022

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA/MOD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO AUTOMOTOR PASSEIO NOVO, TIPO HATCH, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VEÍCULO DE PASSEIO TIPO HATCH, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.0:	02 UND	FIAT MOBI 1.0 4P FLEX 75 CV COR BRANCA ANO/MODELO: 2021/2022	R$ 66.000,00	R$ 132.000,00
- NOVO (ZERO QUILÔMETRO); - PINTURA NA COR BRANCA; - ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2021/2021 OU SUPERIOR; - COM MOTORIZAÇÃO MÍNIMA DE 1.0; - CÂMBIO/TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA, DE NO MÍNIMO 5 VELOCIDADES A FRENTE E 1 A RÉ; - POTÊNCIA MÍNIMA DE 70CV E 1.0 CM3 DE CILINDRADAS; - CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS; - AIR BAG FRONTAL DUPLO - BICOMBUSTÍVEL/FLEX; - DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; - ALARME E TRAVA ELÉTRICA; - LIMPADOR E LAVADOR DE PARA-BRISAS; - DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; - AR CONDICIONADO; - CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIRO 3 PONTOS - RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM INTERNA; - COM 04 PORTAS LATERAIS; - COM TAPETE DE BORRACHA; - COM RÁDIO AM/FM E ENTRADA USB; - COM 02 (DUAS) CHAVES; - PROTETOR DE CÁRTER; - ALÇA DE TETO (PEGA MÃO) LADO PASSAGEIRO; - PNEUS DE AÇO OU LIGA LEVE, COM NO MÍNIMO ARO 14", ESTEPE RODA EM AÇO COM MESMA MEDIDA DO ARO; - PARA-CHOQUE NA COR DO VEÍCULO; - TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN; - COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM; - REGISTRADO E EMPLACADO NO DETRAN; -COM CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO VEICULAR (CRLV) EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE; - COM MANUAIS DO PROPRIETÁRIO, DE MANUTENÇÃO E DE GARANTIA.				
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 132.000,00 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL REAIS).					

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA/MOD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	VEÍCULO AUTOMOTOR PASSEIO NOVO, TIPO SEDAN, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VEÍCULO PASSEIO TIPO SEDAN, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4:	01 UND	FIAT GRAN SIENA 1.4 ANO/MOD: 2021/21 COR BRANCA 88CV	R$ 73.290,00	R$ 73.290,00
- NOVO (ZERO QUILÔMETRO); - PINTURA NA COR BRANCA; - ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2021/2021 OU SUPERIOR; - COM MOTORIZAÇÃO MÍNIMA DE 1.4; - CÂMBIO/TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA, DE NO MÍNIMO 5 VELOCIDADES A FRENTE E 1 A RÉ; - POTÊNCIA MÍNIMA DE 80CV E 1.4 CM3 DE CILINDRADAS; - CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS; - FREIO ABS; - TRAVAS ELETRICAS - AIR BAG FRONTAL DUPLO - BICOMBUSTÍVEL/FLEX; - DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; - ALARME E TRAVA ELÉTRICA; - LIMPADOR E LAVADOR DE PARA-BRISAS; - DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; - AR CONDICIONADO; - CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIRO 3 PONTOS - RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM INTERNA; - COM 04 PORTAS LATERAIS; - COM TAPETE DE BORRACHA; - COM RÁDIO AM/FM E ENTRADA USB; - COM 02 (DUAS) CHAVES; - PROTETOR DE CÁRTER; - ALÇA DE TETO (PEGA MÃO) LADO PASSAGEIRO; - PNEUS DE AÇO OU LIGA LEVE, COM NO MÍNIMO ARO 14", ESTEPE RODA EM AÇO COM MESMA MEDIDA DO ARO; - PARA-CHOQUE NA COR DO VEÍCULO; - TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN; - COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM; - REGISTRADO E EMPLACADO NO DETRAN; -COM CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO VEICULAR (CRLV) EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE; - COM MANUAIS DO PROPRIETÁRIO, DE MANUTENÇÃO E DE GARANTIA.				
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 73.290,00 (SETENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E NOVENTA REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 205.290,00 (DUZENTOS E CINCO MIL, DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTPS://NOVO.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, homologado em 29 de Julho de 2021, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A (s) contratação(ões) do(s) candidato(s) convocado(s) abaixo terá(ão) prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado (s) por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 18.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 18.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 25 de Outubro de 2021.

Cargo: **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
492961	ANA JULIA QUEIROZ ALVES	29/10/1999	55,0	28
493737	LUCAS DJHAN LOPES BRESSAN	08/12/1998	55,0	29

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 352/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: SAINT EMILION AUTOMÓVEIS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 22/10/2021 À 22/10/2022

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA/MOD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO TIPO FURGÃO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO FURGÃO, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 2.0:	01 UND	RENAULT MASTER 2.3 L1H1 2021/2022	R$ 209.800,00	R$ 209.800,00
- NOVO (ZERO QUILÔMETRO); - ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2021/2021 OU SUPERIOR; - NA COR BRANCA; - MOTOR DIESEL DIANTEIRO DE 4 (QUATRO) CILINDROS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 120CV, TURBO ALIMENTADO COM MOTORIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 2.0 CILINDRADAS; - TRAÇÃO DIANTEIRA COM RODADOS SIMPLES; - TRANSMISSÃO/CÂMBIO MANUAL OU SUPERIOR; - DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; - AIR BAG PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO ORIGINAL DE FÁBRICA; - AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA NA CABINE; - FREIOS A DISCO NAS 4 (QUATRO) RODAS COM SISTEMA ANTIBLOCANTE (ABS) E FREIO DE ESTACIONAMENTO; - DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 3.000MM; - COMPRIMENTO EXTERNO MÍNIMO DE 5.000MM; - CARROCERIA TOTALMENTE EM AÇO; - CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 1.200KG; - COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 6M³; - PORTA TRASEIRA COM ABERTURA HORIZONTAL QUE PERMITA AMPLA ABERTURA, - PORTA LATERAL CORREDIÇA COM DEGRAUS DE ACESSO, COM SISTEMA DE TRILHO CORREDIÇO, COM SISTEMA DE SUPORTE DA PORTA RESISTENTE DE FORMA A SUPORTAR AS RÍGIDAS MANOBRAS DE ABERTURA E FECHAMENTO DA PORTA, IMPEDINDO A QUEDA DA PORTA, - VIDROS RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS COM CONTROLE DE FÁCIL ACESSO AO MOTORISTA; - VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, COM ACIONAMENTO NO PAINEL OU CONSOLE DAS PORTAS E CONTROLE ÚNICO DOS DOIS VIDROS PARA O MOTORISTA; - TRAVAS ELÉTRICAS; - ALARME COM ACIONAMENTO A DISTÂNCIA COM CONTROLE NA CHAVE; - VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA; - FARÓIS DE NEBLINA ORIGINAIS DE FÁBRICA; - PROTETOR DE CAÇAMBA; - COM TAPETE DE BORRACHA; - CINTOS DE SEGURANÇA COM REGULAGEM DE ALTURA PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO; - SISTEMA DE SOM COM RÁDIO E ENTRADA USB COM ALTO-FALANTES E ANTENA; - GARANTIA DE FÁBRICA MÍNIMA DE 12 MESES; - COM 02 (DUAS) CHAVES; - ALÇA DE TETO (PEGA MÃO) LADO PASSAGEIRO; - REGISTRADO E EMPLACADO NO DETRAN; - COM CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO VEICULAR (CRLV) EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE; - COM MANUAIS DO PROPRIETÁRIO, DE MANUTENÇÃO E DE GARANTIA.				

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 205.290,00 (DUZENTOS E CINCO MIL, DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 205.290,00 (DUZENTOS E CINCO MIL, DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTPS://NOVO.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 95/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 95/2021

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Portaria nº 73/2021, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente a Dispensa de Licitação para aquisição de materiais e equipamento de uso hospitalar para atender a Secretaria de Educação e Secretaria Municipal de Administração.

Contratado: Norte Equipamento de Proteção Individual LTDA – ME**. CNPJ/MF nº.** 34.294.791/0001-21**.**

Valor Global: R$ 3.982,20 (três mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação;

Unidade: 1 – Departamento de Educação;

Centro de Custo: 8.100 – Secretaria Municipal de Educação;

Despesa: 843/2021 – 08.01.2.074.3.390.30.36.00.00.00

Despesa: 876/2021 – 08.01.2.074.3.390.30.36.00.00.00

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Federal 9.412/18.

Dispensa de Licitação: 95/2021, Processo Administrativo nº 167/2021 e Processo de Compra nº 163/2021.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 21 de outubro de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 97/2021.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 97/2021.

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Portaria nº 73/2021, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de internet por meio de Link com acesso via fibra óptica, para a Secretaria Municipal de Administração

Contratado: **AGILE SEGURANCA ELETRONICA E INFORMATICA EIREL, CNPJ/MF nº 22.845.900/0001-72**

Valor Global: R$ 17.820,00 (dezessete mil e oitocentos e vinte reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Administração;

Unidade: 1 – Departamento de Administração;

Centro de Custo: 3.100– Secretaria de Administração;

Despesa: 820/2021 – 03.01.2.009.3.3.90.40.04.00.00.00– Comunicação de Dados;

Fundamento Legal: Art. 75, inc. II, combinado com o § 1º, incisos I e II e art. 191 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dispensa de Licitação: 97/2021, Processo Administrativo nº 169/2021 e Processo de Compra nº 165/2021.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 75. § 3º da Lei Federal n° 14.133/2021.

Campos de Júlio - MT, 22 de outubro de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 18/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 18/2021.

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Portaria Municipal nº 73/2021, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Inexigibilidade de Licitação por inviabilidade de competição para Contratação dos serviços Notarias e Registrais de Cartório, para atos de Registros essenciais à Prefeitura Municipal de Campos de Júlio.

Contratado: Rogerio Vilela Victor de Oliveira, CNPJ/MF nº 06.212.664/0001-09.

Fundamento Legal: Art. 24, caput, da Lei 8.666/93.

Inexigibilidade de Licitação: 18/2021, Processo Administrativo n° 171/2021, Processo de Compra n°167/2021.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a inexigibilidade de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 22 de outubro de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 94/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 94/2021

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Portaria nº 73/2021, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente Aquisição de materialHospitalar para a campanha do outubro rosa nas unidades de saúde.

Contratado: Carmo Distribuidora Hospitalar Eireli – ME**. CNPJ/MF nº.** 22.684.331/0001-20**.**

Valor Global: R$ 1.571,64 (um mil quinhentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Saúde;

Unidade: 1 – Fundo Municipal de Saúde;

Centro de Custo: 6.131 – Material Hospitalar – ESF I;

Centro de Custo: 6.1119 – Material Hospitalar – ESF II;

Despesa: 383/2021 – 06.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Federal 9.412/18.

Dispensa de Licitação: 94/2021, Processo Administrativo nº 166/2021 e Processo de Compra nº 162/2021.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 21 de outubro de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 96/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 96/2021

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Portaria nº 73/2021, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente aquisição de materiais para manutenção na escola Municipal 15 de Outubro.

Contratado: SWA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI **CNPJ/MF nº.** 17.962.288/0001-88**.**

Valor Global: R$ 1.674,40 (um mil seiscentos e sete e quatro reais e quarenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação;

Unidade: 1 – Departamento de Educação;

Centro de Custo: 8.100 – Secretaria Municipal de Educação;

Despesa: 590/2021 – 08.01.2.081.3.3.90.30.24.00.00.00

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Federal 9.412/18.

Dispensa de Licitação: 96/2021, Processo Administrativo nº 168/2021 e Processo de Compra nº 164/2021.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 22 de outubro de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

RH/GABINETE
PORTARIA N.517/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N.517/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal, a **Sra. RENATA DIAS DOS SANTOS,** matrícula n.515, ocupante do cargo de Coordenadora do CRÁS, lotada na Secretaria Municipal habitação, trabalho e assistência Social.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
24/02/2012 Á 23/02/2017
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
05/11/2021 Á 02/02/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N.515/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N.515/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Servidora Pública Municipal, Sra. **VANESSA LUCAS PEREIRA SANTOS,** matrícula n.1840 ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
15/05/2017 Á 14/05/2018
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 514/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N. 514/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **ALCEU FERNANDES DA SILVA,** matrícula n.1751 ocupante do cargo de Encanador, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, serviços e Urbanismo.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/08/2018 Á 31/07/2019
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 512/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N. 512/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **OZEIAS TRINDADE VALVERDE,** matrícula n.2080 ocupante do cargo Gerente de Arrecadação e Fiscalização Tributaria, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finança.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
22/01/2020 Á 21/01/2021
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.837, do Diário Oficial dos Municípios no dia 19 de outubro de 2021,

ONDE SE LÊ: 01/11/2021 Á 30/11/2021, **LEIA-SE**: **03/11/2021 Á 02/12/2021,** passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA N.506/2021, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **RAIMUNDO SOUZA LUZ,** matrícula n. 0350 ocupante do cargo de Vigilante, lotado na Secretaria de Infra- Estrutura, serviços e Urbanismo.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
02/03/2019 Á 01/03/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 18 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 513/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N. 513/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **ADRIELMO PEDROSA GIL,** matrícula n.1810 ocupante do cargo de **Coordenador da Agência Municipal de Trânsito**, lotado na Secretaria Municipal de Transito e Modalidade Urbana.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
06/02/2019 Á 05/02/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N.516/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N.516/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto ao Servidor Público Municipal, Sr. **JOSA FÁ DE SOUZA RAMOS,** matrícula n. 1757, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

PERÍODO AQUISITIVO DE LICENÇA
01/08/2019 Á 31/07/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 518/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N. 518/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS Á SERVIDORA E EXCEPCIONALMENTE CONVERTE 15 (QUINZE) DIAS EM PECÚNIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas

*"**Art. 110º.** É vedada a conversão de férias ou licenças em dinheiro, ressalvados os casos previstos na legislação federal".*

CONSIDERANDO que o § 3º, do artigo 57º, da Lei Municipal n. 672/2016 30 de maio de 2016, que "*dispõe Sobre a estruturação do Plano de Carreiras Geral da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, e dá Outras Providencias*", autoriza converter 15 (quinze) dias de férias em abono pecuniário, no interesse da administração;

"Art. 57º. O servidor gozará 30 (trinta) dias consecutivo de férias por ano, de acordo com a escala organizada pelo chefe da repartição, com exceção aos servidores que possuem garantia em Lei Federal especifica que regulamenta a profissão em âmbito nacional.

[...]

§3º. O servidor, no interesse da administração, poderá converter 15 (quinze) dias de férias em abono pecuniário, salvo no caso de aposentadoria, que serão convertidos os períodos não gozados.

[...] ".

CONSIDERANDO o despacho, de minha autoria, expedido no dia 22 de outubro de 2021, que esboça a seguinte determinação:

"Teoricamente, nenhuma lei municipal poderia contrapor a determinação contida na Lei Orgânica Municipal, que seria, em tese, a Lei Maior de nosso município.

*Todavia, como se trata de caso excepcional, de notório interesse publico, em decorrência da escassez de servidores no quadro de servidores públicos municipais, bem como, a impossibilidade de se efetuar contratações públicas, em decorrência da Lei Complementar Federal n. 173/2020, e por se tratar de servidora pública, ocupante do cargo de Coordenadora de Pesquisa de Mercado, atuando na realização de processos licitatórios, sendo de extrema importância para a equipe e para a montagem dos processos licitatórios, com base na previsão legal entabulada no Art. 57º, §3º, da Lei Municipal n. 672/2016, de forma excepcional, **DEVERÁ SER CONVERTIDA OS 15 (QUINZE) DIAS, EM PECÚNIA**, devendo esta Coordenadoria de Recursos Humanos, se atentar para a vedação, do ora solicitado, com base no Art. 110º, da Lei Orgânica Municipal".*

CONSIDERANDO na esfera **municipal**, não existe uma Constituição, mas sim uma **lei orgânica**, que tem a "aparência" de uma Constituição para o município, já que é a **norma própria de maior importância política, mas formalmente considerada simplesmente uma lei.**

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias á servidora **HELEM DA SILVA NUNES**, matrícula funcional n. 1767, relativas ao período aquisitivo de 02/08/2019 a 31/07/2020, tendo como período do gozo de férias a data de 03/11/2021 a 17/11/2021.

Art. 2º Converter 15 (quinze) dias das férias em pecúnia, do período compreendido de 18/11/2021 a 02/12/2021, em conformidade com o que dispõe o § 3º, do artigo 57º, da Lei Municipal n. 672/2016, 30 de maio de 2016, que "*dispõe Sobre a estruturação do Plano de Carreiras Geral da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, e dá Outras Providencias*".

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Canabrava do Norte-MT, 22 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 063-2021

REGISTRO DE PREÇOS

'' EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP ''

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.796/2017

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços como instrutor de futsal feminino, voleibol e hadebol masculino e feminino para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer** de acordo com as especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **08/11/2021 às 13h30min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será

regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacao.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT, 22 de Outubro de 2021.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 180/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 180/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT** E A EMPRESA**EMAM EMULSÕES E TRANSPORTE LTDA.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **EMAM EMULSÕES E TRANSPORTE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.420.916/0003-13, estabelecida na Rodovia dos Imigrantes S/Nº, KM 8,6, Capela Pissarão, Cidade de Vargea Grande-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal Sr. **LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº MG 5.738.021-PC-MG e CPF nº 001.481.006-9, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 044/2020**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo:

a) prorrogação da vigência do contrato originário, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.20;

b) acréscimo no fornecimento de material betuminoso para aplicação de lama asfáltica em vias publicas urbanas da sede do município de Canarana-MT, a Cláusula Primeira – Do Objeto;

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e **Vigência**, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 24/04/2022,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

2.2 - Acréscimo de 25% no fornecimento de emulsão asfáltica RL-1C, que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Licit.	Quant Adit	Unid	Especificação detalhada do objeto	R$ Unit	R$ Total
01	132,69	33,18	Ton	Emulsão Asfáltica RL – 1C	3.374,61	111.969,55

2.1 – Com o aditivo acima mencionado o contrato original sofrerá um acréscimo no montante de **R$ 111.969,55 (cento e onze mil, novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)** que passa a fazer parte integrante do processo.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º e Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência dos preços estarem vantajosos para a administração e ainda por vários fatores administrativos, onde justificamos que desta forma o município não ficará sem o fornecimento de emulsão asfáltica para a manutenção de ruas e avenidas em cumprimento ao termo de convenio firmado através da Proposta SIGCON nº 0474/2020, justificando assim a prorrogação e o acréscimo pretendidos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário e seus respectivos termos de apostila.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original para o exercício de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 181/2020 e seus respectivos termos de apostila,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 21 de Outubro de 2021.

CONTRATANTE **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**	**CONTRATADA** **EMAM EMULSÕES E TRANSPORTE LTDA**	
..... **FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA** Prefeito Municipal	..... **LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA** Representante legal	
FISCAL DO CONTRATO ..... **DIEGO FERREIRA DA SILVA**		**FISCAL DO CONTRATO SUPLENTE** ..... **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

8º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 081/2019

8º TERMO ADITIVOao Contrato Nº 081/2019, firmado com a empresa **CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI** para a execução de **AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE** no Município de Canarana-MT.

Pelo presente instrumento contratual, **O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448. 461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 31.873.661/ 0001-55, com sede à Rua Maringá nº 57 - Lote 01 e 02 - Quadra K, Bairro Cidade Jardim, na Cidade de Canarana-MT, neste ato representada por **IVO DALLPIZZOL**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 939886 SSP RS e inscrita no CPF sob nº 310.219.050-20, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS nº 003/2019**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 081/2019** para a **AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE**no Município de Canarana-MT, conforme proposta de convenio nº 913978/17-004 (ministério da Saúde), Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra e Vigência do Contrato.

1.2 – Fica acrescido o total de **270 (duzentos e setenta) dias estendendo-se o prazo de vigência até 18/07/2022.**

CLAUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.6366 de 21 de junho de 1993.

2.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de prorrogar o prazo de vigência do contrato por interesse da Administração e por acordo com a **CONTRATADA**, onde, diante da pandemia do covid-19 o prazo de execução foi prorrogado **até 28/02/2022**, sendo necessário prorrogar a vigência do contrato para futuras medições e pagamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário e os **termos aditivos**.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 15 de outubro de 2021.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI

IVO DALLPIZZOL

CONTRATADA

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

Portaria nº 189/2021

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PORTARIA N.º 922/2021

Portaria n.º 922/2021

De 22 de outubro de 2021

"Dispõe sobre a aprovação de projeto de pavimentação em TSD, drenagem e sinalização de trechos das ruas três de maio, lagoa vermelha, planalto e iucumã no bairro nova canarana, no município de Canarana – MT."

Fábio Marcos Pereira de Faria, prefeito municipal de Canarana – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público a aprovação do projeto de pavimentação em tratamento superficial duplo, drenagem e sinalização de trechos das Ruas Três de Maio, Lagoa Vermelha, Planalto e Iucumã, no Bairro Nova Canarana, área urbana do município, totalizando 10.048,08m² de pavimentação e si-

nalização e 1.265,29m de drenagem, na área urbana do município, conforme descrição abaixo.

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DE PROJETO	PAVIMENTAÇÃO EM TSD, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DE TRECHOS DAS RUAS TRÊS DE MAIO, LAGOA VERMELHA, PLANALTO E IUCUMÃ, NO BAIRRO NOVA CANARANA	EMPRESA - DIEGO ROBERTO SBITKOWSKI CHAMMA - EIRELI
		ENGENHEIRO CIVIL DIEGO ROBERTO SBITKOWSKI CHAMMA
		CREA RNP 2511178010

Profissional Responsável pela Aprovação do Projeto.

Gustavo Henrique Machado Alves

CREA MT Rn 1214282563

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 22 de outubro de 2021.

Gustavo Henrique Machado Alves

CREA MT Rn 1214282563

Engenheiro Civil

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal de Cana

19º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 160/2017

19º TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 160/2017, firmado com a empresa **J. P. BARBOSA** para a conclusão de **Escolas Indígenas Padrão FNDE** no Município de Canarana-MT.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa **J. P. BARBOSA**, inscrita no CNPJ nº. 28.257. 664/0001-50, localizada à Rua Planalto nº 923, Bairro Nova Canarana-MT, na cidade de Canarana-MT, por intermédio de seu representante legal, o **Sr. JEFFERSON PEREIRA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, mestre de Obras, portador da Cédula de Identidade RG nº 1308395-3 SESP/MT e do CPF nº. 905.323.921-91, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 160/2017**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 005/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 005/2017,** o contrato originário e todos os termos aditivos.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de execução**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, inciso 4.1, para a **conclusão de Escolas Indígenas Padrão FNDE no Município de Canarana-MT,** apenas para os itens **ITEM 01 – CONCLUSÃO DA ESCOLA ALDEIA REATA – 01 SALA; ITEM 02 – CONCLUSÃO DA EMEB TANGURO - ALDEIA ATSERERE – 01 SALA e ITEM 03 – CONCLUSÃO DA EMEB AGUA BRANCA - ALDEIA BELEM – 02 SALAS.**

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta, inciso 4.1 **do contrato originário o total de 270 (duzentos e setenta) dias, ficando o prazo de execução estendido até o dia 18/07/2021.**

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Incisos II e III da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 – A presente prorrogação se justifica pelo fato de que o governo federal não vem repassando os recursos para a efetivação de medições, e diante disso houve a paralisação de ordem de serviços que somente foi reemitida posteriormente e logo em seguida iniciou-se a pandemia do covid-19 o que foi obrigado a diminuir o ritmo das obras, justificando assim a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº. 160/2017 e respectivos termos aditivos**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 15 de Outubro de 2021.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

J. P. BARBOSA

Jefferson Pereira Barbosa

CPF nº 905.323.921-91

CONTRATADO

MANOEL MESSIAS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Portaria nº 631/2017 de 05/09/2017

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PORTARIA Nº909/2021

Portaria Nº909/2021

De 19 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Erica Costa Dos Santos** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora**Erica Costa Dos Santos,** ocupante do cargo de **Agente Comunitária de Saúde,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 24 de novembro de 2021 a 23 de dezembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 09/03/2020 a 08/03/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº910/2021

Portaria Nº910/2021

De 19 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Natalina de Jesus** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora**Natalina de Jesus,** ocupante do cargo de **Agente Comunitária de Saúde,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 24 de novembro de 2021 a 23 de dezembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 02/01/2020 a 02/01/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº911/2021

Portaria Nº911/2021

De 19 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Taiza Pereira Dos Santos Coelho** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Taiza Pereira Dos Santos Coelho**, ocupante do cargo de **Técnica de Enfermagem** por um período de 30 dias, a serem gozadas nos seguintes períodos:

O primeiro período, 15 dias, de 22 de novembro de 2021 a 06 de dezembro de 2021.

O último período, 15 dias, de 07 de fevereiro de 2022 a 21 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 14/01/2020 a 14/01/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº915/2021

Portaria Nº915/2021

De 19 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Nilce Iedi Koester** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Nilce Iedi Koester,** ocupante do cargo de **Agente Administrativo** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período abaixo discriminado, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 07 de fevereiro de 2022 a 26 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 10/08/2019 a 10/08/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 014-2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHEARIA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 9. 412/2018 de 18/06/2018.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 014/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para a **Reforma e Pequenos Reparos nas UBSI – Unidades Básicas de Saúde Indígenas ao atendimento às necessidades do DSEI XINGU no enfrentamento ao COVID-19 conforme termo de Compromisso nº 190/2020 firmado com a SES – Secretaria de Estado de Saúde**, conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, especificações técnicas ede acordo com os anexos do Edital.

REALIZAÇÃO: 09/11/2021.

HORAS: 13:30 hs (Horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário das 12:00 às 18:00 horas, pelo e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou ainda **www.canarana.mt.gov.br** até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 22 de Outubro de 2021.

_____

KARINA DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PORTARIA Nº 903/2021

Portaria nº 903/2021

De 18 de outubro de 2021.

Dispõe sobre Pecúnia de Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 172/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Pecúnia de Licença Prêmio** a **Marizelia da Cruz Rodrigues**, ocupante do cargo de **Atendente de Recepção Hospitalar**, matricula n°4833 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de outubro a dezembro de 2021, conforme dispõe legislação supramencionada.

Relativo ao quinquênio 2013 a 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, em 18 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº907/2021

Portaria Nº907/2021

De 18 de outubro de 2021.

Altera Período de férias da servidora **Ivani Maria Robaert Hauschil** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o período de férias da servidora, **Ivani Maria Robaert Hauschil,** ocupante do cargo de **Técnica de Enfermagem** agendada por meio da portaria n°738/2020 de 02 de dezembro de 2020, para 10 de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º já foi pago 1/3 a mais da sua remuneração no mês de dezembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou a fixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 18 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº913/2021

Portaria Nº913/2021

De 19 de outubro de 2021.

Altera Período de férias da servidora **Suzana Almeida Cordeiro Ribeiro** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o período de férias da servidora, **Suzana Almeida Cordeiro Ribeiro,** ocupante do cargo de **Mensageiro Arquivista** agendada por meio da portaria n°875/2021 de 06 de outubro de 2021, para 06 de dezembro de 2021 a 20 de dezembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º já foi pago 1/3 a mais da sua remuneração no mês de outubro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou a fixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 19 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 914/2021

Portaria nº 914/2021

De 19 de outubro de 2021.

Dispõe sobre Pecúnia de Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 172/2018.

RESOLVE:

Art. Conceder **Pecúnia de Licença Prêmio** a **Renata de Souza**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Administração**, matricula n°1154 lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de outubro a dezembro de 2021, conforme dispõe legislação supramencionada.

Relativo ao quinquênio 2014 a 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, em 19 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº912/2021

Portaria Nº912/2021

De 19 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Adriana Alves Ribeiro** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora**Adriana Alves Ribeiro,** ocupante do cargo de **Auxiliar de Administração em Saúde,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 22 de novembro de 2021 a 21 de dezembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 16/09/2020 a 15/09/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº908/2021

Portaria Nº908/2021

De 18 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Nair Evane Bernardi** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora**Nair Evane Bernardi,** ocupante do cargo de **Técnica em Enfermagem,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 18 de outubro de 2021 a 16 de novembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 19/10/2018 a 18/10/2019.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 062/2021

Processo nº 171/2021

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 062/2021

RATIFICO o ato da Comissão de Contratação, que dispensou licitação com fundamento no **art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93** corrigida e atualizada pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, a favor da **ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.368.399/0001-38, estabelecida na Rua Mirim nº 05, QD 43, LT 05, Bairro Setor Vila Alzira na Cidade de Aparecida de Goiania-GO, **para o fornecimento do medicamento misoprostol ao custo total de R$ 10.997,92 (dez mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos)** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**,** face ao disposto no Artigo 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2021 nas seguintes classificações: 3.3.90.30.

Publique-se.

Canarana-MT, 22 de Outubro de 2021.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº904/2021

Portaria Nº904/2021

De 18 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Sebastiana Ferreira de Freitas** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora**Sebastiana Ferreira de Freitas,** ocupante do cargo de **Médica,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 16 de novembro de 2021 a 15 de dezembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 02/02/2019 a 01/02/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº906/2021

Portaria Nº906/2021

De 18 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal **Rone Clay Ribeiro** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor**Rone Clay Ribeiro,** ocupante do cargo de **Vigilante Escolar**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 08 de novembro de 2021 a 07 de dezembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/02/2020 01/02/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº905/2021

Portaria Nº905/2021

De 18 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Marli Inês Londero** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Marli Inês Londero,** ocupante do cargo de **Agente Administrativo** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período abaixo discriminado, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 02 de dezembro de 2021 a 21 de dezembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 26/02/2020 a 25/02/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº902/2021

Portaria Nº902/2021

De 18 de outubro de 2021.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Abadia Pereira da Silva** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Abadia Pereira da Silva,** ocupante do cargo de **Agente de Serviços Gerais** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período abaixo discriminado, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 08 de novembro de 2021 a 26 de novembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/01/2019 a 01/01/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de outubro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 181/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 181/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT** E A EMPRESA**EMAM LOGISTICA LTDA.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **EMAM LOGISTICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.105.987/0003-97, estabelecida na Rodovia dos Imigrantes S/Nº, KM 8,6, Capela Pissarão, Cidade de Varzea Grande-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal Sr. **LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº MG 5.738.021-PC-MG e CPF nº 001.481.006-9, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 044/2020**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo:

a) prorrogação da vigência do contrato originário, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.20;

b) acréscimo na prestação de serviços de transporte de material betuminoso para aplicação de lama asfáltica em vias publicas urbanas da sede do município de Canarana-MT, a Cláusula Primeira – Do Objeto;

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e **Vigência**, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 24/04/2022,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

2.2 - Acréscimo de 25% nos serviços de transporte de material betuminoso, que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Licit.	Quant Adit	Unid	Especificação detalhada do objeto	R$ Unit	R$ Total
01	83.591,55	20.897,89	Ton/km	Transporte de material asfáltico, com caminhão com capacidade de 30.000L em rodovia pavimentada para distancias médicas de transporte superiores à 100 KM. AF 02/2016 (RL-1C)	0,54	11.284,86

2.1 – Com o aditivo acima mencionado o contrato original sofrerá um acrescimo no montante de **R$ 11.284,86 (onze mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)** que passa a fazer parte integrante do processo.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º e Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência dos preços estarem vantajosos para a administração e ainda por vários fatores administrativos, onde justificamos que desta forma o município não ficará sem o transporte de emulsão asfáltica para a manutenção de ruas e avenidas em cumprimento ao termo de convenio firmado através da Proposta SIGCON nº 0474/2020, justificando assim a prorrogação e o acréscimo pretendidos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário e seus respectivos termos de apostila.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original para o exercício de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 180/2020 e seus respectivos termos de apostila,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 21 de Outubro de 2021.

CONTRATANTE **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA** ..... **FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA** Prefeito Municipal	**CONTRATADA** **EMAM LOGISTICA LTDA** ..... **LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA** Representante legal	
FISCAL DO CONTRATO ..... **DIEGO FERREIRA DA SILVA**		**FISCAL DO CONTRATO SUPLENTE** ..... **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº. 1.297/2021

LEI MUNICIPAL Nº. 1.297/2021

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA VIGENTE LOA 2021, LEI 1241/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS APROVOU, E EU, CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado à Secretaria Municipal de Saúde.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA.		
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.		
Função: 10 – Saúde		
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 0011 – Gestão da Saúde.		
Ação: 2064 – Programa de Cirurgias Eletivas do Município de Paranaíta (PCEMP)		
Natureza da Despesa:		
3342.39 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Fonte: **0.1.02** – Receita de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	R$ R$	100.000,00 100.000,00

Artigo 2º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária.

Código Reduzido: **289**		
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA.		
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.		
Função: 10 – Saúde		
Subfunção: 301 – Atenção Básica		
Programa: 0025 –Blocos de Financiamentos do SUS		
Ação: 1025– Bloco de Investimentos na Rede de Saúde		
Natureza da Despesa:		
4490.52.00 – Equipamentos e Material Permanente Fonte: 01.47.00 transferências Fundo a Fundo de recursos do SUS	R$	100.000,00

Artigo 3º - Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº 1239 de 23 de novembro de 2020 - LDO 2021 e Lei Municipal nº 1045 de 27 de outubro de 2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 22 de outubro de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 018/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: SETA CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI sob CNPJ 31.591.593/0001-31

OBJETO: CONSTRUÇÃO DO CENTRO PARA TRATAMENTO AQUÁTICO NO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até **25 de Novembro de 2021.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: até **24 de Janeiro de 2022.**

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

GABINETE DO PREFEITO - DECISÃO

GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO

REFERENTE: SOLICITAÇÃO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO

REQUERENTE: RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA NOVO....

Assim, conheço do pedido de reequilíbrio econômico, uma vez que preenchidas as condições de admissibilidade e, no mérito, ainda que o pedido de reeequilibrio esteja fundamentado, em razão do impeditivo acima mencionado, julgo pelo não provimento.

Por fim, determino que sejam tomadas as providências necessárias, na forma da legislação vigente, em especial, a publicação do extrato resumido do presente Termo de Julgamento no Diário Oficial e a notificação pessoal ou via e-mail da Recorrente, com cópia do inteiro teor da presente decisão.

Castanheira/MT, 18 de outubro de 2021.

JAKSON OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 66/2021

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 66/2021

A Pregoeira torna público que fará licitação do **PREGÃO PRESENCIAL N° 66/2021,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, objetivando: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ÉLETRICOS EM MÁQUINAS PESADAS, VEICULOS LEVES E PESADOS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** com sessão marcada para o dia 08/11/2021 às 08hr:00min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 22 de outubro de 2021.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°249/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS/Nº 002/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS/Nº 002/2021 - PROCESSO ADM Nº 5085/2021

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação/cpl, Sr. **MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM** e respectivos membros, nomeados pela Portaria no 085/2021, de 02 de agosto de 2021, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 45, § 1º, inciso I, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Inciso VI do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93, **ADJUDICA** o procedimento Licitatório - modalidade **TOMADA DE PREÇOS/Nº 002/2021,** cujo objeto é a **"Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Pavimentação e Drenagem das vias: Rua Mirantinho, Av. Brasil, Rua F, Rua João de Barro (Rua 17), Rua 18, Rua A, Rua B, Rua E e Rua D. Todas situadas no Bairro Nova Chapada, localizada no Município de Chapada dos Guimarães/MT"**, foi declarada vencedora do certame a empresa **ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA/CNPJ: 15.319.010/0001-61**,no valor global de **R$ 1.916.477,54 (hum milhão, novecentos e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos),** conforme Relatório da ata da Sessão. **Chapada dos Guimarães-MT, 08 de outubro de 2021.**

MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM

Presidente da CPL

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL N.º 118/2021

DECRETO MUNICIPAL N.º 118/2021

"DECLARA PONTO FACULTATIVO, PARA OS ÓRGÃOS E AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTÁRQUICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o feriado do dia 02 de novembro (terça-feira), Dia de Finados – Feriado Nacional;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo no dia 01 de novembro de 2021 (segunda-feira), para os órgãos e as entidades da Administração Direta, Indireta e Autárquica do Poder Executivo Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às unidades e aos serviços considerados essenciais que, por sua natureza, não possam ser paralisados ou interrompidos.

Art. 2º. Fica mantido o feriado do dia 28 de outubro de (quinta-feira), Dia do servidor público;

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 20 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL N.º 119/2021

DECRETO MUNICIPAL N.º 119/2021

CRIA E NOMEIA O CONSELHO PROVISÓRIO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a necessidade de implantar o Conselho Municipal de Educação, no Município de Chapada dos Guimarães-MT;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 206 seguintes da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º. Nomear para integrar a Conselho Municipal de Educação com o objetivo de implantar o Sistema Municipal de Educação os seguintes membros dos seguimentos da sociedade:

I. Ernesto Oliveira Borba – Secretaria Municipal de Educação;

II. Victor Augusto Melo Freitas – Secretaria Municipal de Educação;

III. Sebastião Raldinei de Oliveira Neves – Sindicato dos Servidores públicos;

IV. Oilza de Pinho Costa Pereira – Presidente do Conselho FUNDEB;

V. Hudson Benedito da Silva – Escola Particular;

VI. Luiz Paulo Pereira da Silva – Lions Clube.

Artigo 2° - O Conselho terá a incumbência de coordenar os trabalhos, analisar a legislação pertinente e elaborar os documentos necessários para a implantação do Conselho Municipal de Educação, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 20 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI N.º 1.907 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

LEI N.º 1.907 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Autoria: Vereadora Professora ROSA LISBOA - PL

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA S.O.S RIOS, CÓRREGOS E LAGOS DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais: faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Chapada dos Guimarães MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Chapada dos Guimarães o Programa S.O.S Rios, Córregos e Lagos cujo objetivo será a despoluição e revitalização e preservação dos mesmos.

Art. 2º. Para concretização da presente Lei, o Município de Chapada dos Guimarães, poderá proteger, preservar, conservar, incentivar e fiscalizar:

I. toda a forma de lançamento de dejetos líquidos ou sólidos nos rios e lagos, tais como: esgotos domésticos, industriais e hospitalares; lixos domésticos e industriais; pneus; materiais plásticos; produtos tóxicos e químicos, bem como quaisquer outros rejeitos não devidamente tratados;

II. o cadastramento de todas as indústrias, hotéis, pousadas, restaurantes e empresas nas margens dos rios e lagos, potencialmente poluidoras, bem como as empresas de mineração que extraem areia ou quaisquer outros minérios e produtos dos rios e lagos, localizadas nas proximidades das margens e na área de influência das bacias hidrográficas;

III. a construção de estações de tratamento de efluentes, a melhoria das unidades de captação e tratamento de águas brutas e das redes de coleta de esgoto e distribuição de água tratada, principalmente nas comunidades de baixa renda;

IV. incentivar todos os órgãos ambientais nas diversas esferas de governo, as fundações públicas, ONGs e demais entidades públicas ou privadas controladas direta ou indiretamente, que desenvolverem políticas ambientais auto sustentáveis, estendendo os incentivos aos órgãos nacionais e estrangeiros;

V. os projetos de despoluição e limpeza dos rios, córregos e lagos chapadenses, através do incentivo a empresas que adotem a medida de compra e tratamento de esgotos na forma "in natura";

VI. estudos de preservação e conservação ambiental dos rios, córregos e lagos e suas respectivas bacias, com monitoramento periódicos da qualidade das águas e exame semestral com laudo técnico, emitido pelos órgãos ambientais responsáveis, do município;

VII. contenção do processo erosivo nas bacias e seu consequente assoreamento através da implantação de práticas conservacionistas tais como o combate à erosão do solo e da vegetação ciliar;

VIII. elaborar projetos de reflorestamento da mata ciliar de rios e lagos, seus afluentes e defluentes, como também das áreas nas bacias protegidos pelo código florestal, conforme Lei Federal nº 4771/65, confirmada pela Lei Federal nº 7803/89.

IX. a utilização dos rios, córregos e lagos de Chapada dos Guimarães-MT para fins de Educação Ambiental, promovendo cursos, palestras, excursões, concursos literários e atividades correlatas, incentivando o ecoturismo em suas diversas modalidades;

X. realizar o cadastramento de todos os tipos de edificações que se instalaram indevidamente nas faixas marginais dos rios de Chapada dos Guimarães-MT., visando sua posterior remoção;

XI. incentivar a prática de esportes náuticos, através de competições de remo, Jet-sky, e outras modalidades;

XII. realizar cadastramento de todos os pontos de emissão de efluentes, quantificando sua vazão;

XIII. fomentar em todos os rios e lagos, trabalhos de pesquisas visando o melhoramento genético e sanitários para a criação de alevinos de várias espécies, incentivando a piscicultura e outros cultivos aquáticos, para melhor aproveitamento ao longo do leito do rio e lago da diversidade de espécies nativas existentes no local, como meio de subsistência social, econômica e turística;

XIV. promover congressos, simpósios e encontros técnicos e científicos sobre os rios, córregos e lagos chapadense, com mostra de trabalhos e discussões sobre projetos desenvolvidos, seus sucessos e problemas, buscando o apontamento das soluções e ações a serem implementadas;

XV. recuperação e organização de todo o acervo disponível sobre os rios, córregos e lagos chapadense com informações como a série histórica das grandes enchentes, das obras hidráulicas realizadas, tais como comportas, pontes e outros afins;

XVI. o reflorestamento das margens dos rios, lagos e represas com plantio de árvores frutíferas e, espécies nativas em locais adequados para seu desenvolvimento das plantas e sementes, para fins de revitalização da fauna e flora de Chapada dos Guimarães, MT.

Art. 3º. A fiscalização e aplicação de sanções, bem como os recursos financeiros para implementação e realização do presente projeto será de responsabilidade do Município por intermédio da secretaria municipal competente.

§ 2º. Poderá ser criado o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Programa S.O.S Rios, Córregos e Lagos de Chapada dos Guimarães, MT, cujos membros serão designados pelo Poder Executivo Municipal, Câmara Municipal e Associação de Classe, com atribuição de opinar sobre as políticas, diretrizes e prioridades sobre o Programa S.O.S Rios, córregos e Lagos de Chapada dos Guimarães, MT.

§ 3º. Ato de Poder Executivo regulamentará a composição e o funcionamento do Conselho de que trata este artigo, assegurada a representação da sociedade civil.

Art. 4º. O Município de Chapada dos Guimarães, MT deverá executar e regulamentar a presente Lei, dando conhecimento imediata a esta Casa de Leis.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º. Estra lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 21 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 006/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 006/2021

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 006/2021**, tendo por objeto o **"Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos para atendimento e manutenção da Farmácia Central Básica e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Chapada dos Guimarães-MT",** onde foram vencedoras:

1.**PRO SAUDE DISTRIBUIDORA EIRELI/CNPJ: 34.849.278/0001-50** para os Lotes/Itens: 1,2,3,6,8,9,10,11,12,13,14,18,19,21,22,23,24,26,27,28,30,31,32,33,34,35,36,37,40,44,45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,57,58,59,60,61,62,63,65,66,67,69,70,71,73,75,76,77,78,80,81,82,83,84,88,89,90,92,93,94,95,96,97,101,102,103,104,105,106,107,108,109,110,111,112,113,115,116,117,120,121,122,123,124,126,127,128,129,131,132,133,134,135,136,137,138,139,140,141,142,143,144,145,148,149,150,151,152,153,154,155,156,157,158,159,160,162,164,165,166,172,173,175,177,178,179,180,181,182,183,184,185,186,187,188,189,190,191,192,193,194,195,196,197,198,203,204,205,206,207,208,209,210,211,212,214,215,216,217,218,219,220,221,222,223,224,225,226,227,228,229,230,231,232,233,234,235,236,237,238,239,240,244,245,246,247,248,249,250,251,252,253,254,255,256,257,258,259,260,261,262,263,264,266,268,271,272,273,274,275,276,277,278,279,280,281,282,283,284,286,287,288,290,291,292,293,294,295,299,300,301,302,303,304,307,309,311,312,316 e 317 no valor total de **R$ 474.956,32 (quatrocentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos)**; **2.FLYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES/CNPJ: 25.034.906/0001-58** para os Lotes/Itens: 4 no valor total de **R$ 3.648,00 (três mil, seiscentos e quarenta e oito reais); 3.ESTRELA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI/CNPJ: 33.744.332/0001-30** para os Lotes/Itens: 7,29, e 39 no valor total de **R$ 3.601,70 (três mil, seiscentos e um reais e setenta centavos); 4.RITA DE CÁSSIA COSTA CAMPOS PEPATRO/CNPJ: 34.066.877/0001-05** para os Lotes/Itens: 15,68,87,99,200,201,202,213,269,270,285,297 e 310 no valor total de **R$ 22.108,75 (vinte e dois mil, cento e oito reais e setenta e cinco centavos); 5.ASSUM PRETO PRODUÇÕES CULTURAIS E COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI/CNPJ: 10.462.477/0001-42** para os Lotes/Itens: 16,17,125,147,161,167,168,169,170,171,174,298,305,306,308,313,314 e 315no valor total de **R$ 34.209,70 (trinta e quatro mil, duzentos e nove reais e setenta centavos); 6.RIO FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI/CNPJ: 24.484.451/0001-00** para os Lotes/Itens:20,25,74,85,86,91,118,130,241,242,265 e 267 no valor total de **R$ 17.896,00 (dezessete mil, oitocentos e noventa e seis reais); 7.PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI/CNPJ: 29.700.587/0001-23** para os Lotes/Itens:38,41,42,43 e 243 no valor total de **R$ 616,60 (seiscentos e dezesseis reais e sessenta centavos); 8.SUÉRMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI/CNPJ: 06.065.614/0001-38** para os Lotes/Itens: 56,64,72,114,119,289 e 296 no valor total de **R$ 6.276,00 (seis mil, duzentos e setenta e seis reais); 9.URSA COMERCIAL LTDA/CNPJ: 26.628.908/0001-38** para os Lotes/Itens: 79 e 176 no valor total de **R$ 1.256,00 (Hum mil, duzentos e cinquenta e seis reais); 10. CIRÚRGICA AL-STYN LTDA/CNPJ: 23.141.314/0001-00** para os Lotes/Itens: 98 e 100 no valor total de **R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais): 11.CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA/CNPJ: 02.248.312/0001-44** para o Lote/Item:163 no valor total de **R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).** Conforme Relatório Geral de Sessões. Chapada dos Guimarães-MT, 19 de outubro de 2021.

MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM

Pregoeiro Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS/Nº 002/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS/Nº 002/2021 - PROCESSO ADM Nº 5085/2021

O Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, Sr. **OSMAR FRONER DE MELLO**, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 45, § 1º, inciso I, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Inciso VI do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93, **HOMOLÓGA a Adjudicação d**o procedimento Licitatório - modalidade **TOMADA DE PREÇOS/Nº 002/2021**, cujo objeto é a **"Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Pavimentação e Drenagem das vias: Rua Mirantinho, Av. Brasil, Rua F, Rua João de Barro (Rua 17), Rua 18, Rua A, Rua B, Rua E e Rua D. Todas situadas no Bairro Nova Chapada, localizada no Município de Chapada dos Guimarães/MT"**, foi declarada vencedora

do certame a empresa **ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA/ CNPJ: 15.319.010/0001-61**,no valor global de **R$ 1.916.477,54 (hum milhão, novecentos e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos),** conforme Relatório da Ata da Sessão. **Chapada dos Guimarães-MT, 08 de outubro de 2021.**

OSMAR FRONER DE MELO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DEPARTAMENTO PESSOAL
PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL Nº 006/2021/CMDCA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cláudia - MT, Sr. **ISAIAS CAVALCANTE DA SILVA**, através da Comissão Especial de Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares, nomeada pela Resolução 001/2021, torna público o Edital Complementar nº 002 ao Edital nº 006/2021/CMDCA.

Art. 1º - Alteram os itens 12.2, 12.3 12.8, 12.9, 12.18 do Edital nº 006/2021 CMDCA, a saber:

12.2. A Avaliação de Conhecimento Específico, de caráter eliminatório, será constituída de:

12.2.1. Prova compreendendo matéria da Lei Federal n° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e conhecimentos gerais, contendo 30 (trinta) questões objetivas, de múltipla escolha com 04 (quatro) alternativas para cada enunciado, sendo uma única delas a correta; cada questão valerá 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) pontos e a pontuação máxima da prova será 75 (setenta e cinco) pontos.

12.2.2. Redação em língua portuguesa, com pontuação máxima de 25 (vinte e cinco) pontos.

12.2.3. Será atribuída nota 0 (zero) à(s) questão(ões) objetiva(s):

a) cuja resposta indicar alternativa que não corresponda ao enunciado;

b) que contiver emenda, rasura, ainda que legível, no cartão resposta;

c) que contiver mais de uma opção assinalada no cartão resposta;

d) que não tiver alternativa alguma assinalada no cartão resposta;

12.2.4. Será atribuída nota 0 (zero) à Redação que:

a) não atender à proposta solicitada, o que configurará "Fuga ao tema";

b) não apresente texto escrito, que será considerada "Em Branco";

c) apresente parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto, o que configurará "Anulada";

d) apresente nome, assinatura, rubrica ou qualquer outra forma de identificação no espaço destinado exclusivamente ao texto da redação, o que configurará "Anulada";

12.3. Será automaticamente eliminado(a) o(a) candidato(a) que:

a) não alcançar no mínimo 50 (cinquenta) pontos na Avaliação de Conhecimento Específico;

b) obtiver nota 0 (zero) na Redação;

12.8. O candidato deverá comparecer ao local da realização da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada com material transparente, documento com foto, que deverá ser colocado sobre a mesa no ato da prova;

12.9. O ingresso do candidato na sala onde realizará a prova será permitido mediante a apresentação de documento original de identidade ou outro de igual valor, desde que contenha, no mínimo, fotografia, assinatura e filiação, preferencialmente o mesmo apresentado no ato da inscrição;

12.18. A avaliação psicológica será de caráter eliminatório, e será aplicada por um profissional devidamente qualificado na área de Psicologia. A avaliação psicológica será aplicada no dia 23/10/2021, nas dependências da Clínica Interagi – Rua Floriano Peixoto n° 882, Centro;

12.18.1. O(a) candidato(a) deverá comparecer no dia 23/10/2021, às 13h, no local indicado no item anterior.

12.18.2. O resultado final da avaliação psicológica, com parecer de habilitação ou não habilitação do(a) candidato(a) será disponibilizado publicamente na data de 27/10/2021.

Cláudia – MT, 22 de Outubro de 2021.

_____

_____ ISAIAS CAVALCANTE DA SILVASILVIA SCHMEING

Presidente do CMDCA Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha dos Candidatos ao Cargo de

Conselheiro Tutelar

DEPARTAMENTO PESSOAL
PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL Nº 006/2021/CMDCA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cláudia - MT, Sr. **ISAIAS CAVALCANTE DA SILVA**, através da Comissão Especial de Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares, nomeada pela Resolução 001/2021, torna público o Edital Complementar nº 002 ao Edital nº 006/2021/CMDCA.

Art. 1º - Alteram os itens 12.2, 12.3 12.8, 12.9, 12.18 do Edital nº 006/2021 CMDCA, a saber:

12.2. A Avaliação de Conhecimento Específico, de caráter eliminatório, será constituída de:

12.2.1. Prova compreendendo matéria da Lei Federal n° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e conhecimentos gerais, contendo 30 (trinta) questões objetivas, de múltipla escolha com 04 (quatro) alternativas para cada enunciado, sendo uma única delas a correta; cada questão valerá 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) pontos e a pontuação máxima da prova será 75 (setenta e cinco) pontos.

12.2.2. Redação em língua portuguesa, com pontuação máxima de 25 (vinte e cinco) pontos.

12.2.3. Será atribuída nota 0 (zero) à(s) questão(ões) objetiva(s):

a) cuja resposta indicar alternativa que não corresponda ao enunciado;

b) que contiver emenda, rasura, ainda que legível, no cartão resposta;

c) que contiver mais de uma opção assinalada no cartão resposta;

d) que não tiver alternativa alguma assinalada no cartão resposta;

12.2.4. Será atribuída nota 0 (zero) à Redação que:

a) não atender à proposta solicitada, o que configurará "Fuga ao tema";

b) não apresente texto escrito, que será considerada "Em Branco";

c) apresente parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto, o que configurará "Anulada";

d) apresente nome, assinatura, rubrica ou qualquer outra forma de identificação no espaço destinado exclusivamente ao texto da redação, o que configurará "Anulada";

12.3. Será automaticamente eliminado(a) o(a) candidato(a) que:

a) não alcançar no mínimo 50 (cinquenta) pontos na Avaliação de Conhecimento Específico;

b) obtiver nota 0 (zero) na Redação;

12.8. O candidato deverá comparecer ao local da realização da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada com material transparente, documento com foto, que deverá ser colocado sobre a mesa no ato da prova;

12.9. O ingresso do candidato na sala onde realizará a prova será permitido mediante a apresentação de documento original de identidade ou outro de igual valor, desde que contenha, no mínimo, fotografia, assinatura e filiação, preferencialmente o mesmo apresentado no ato da inscrição;

12.18. A avaliação psicológica será de caráter eliminatório, e será aplicada por um profissional devidamente qualificado na área de Psicologia. A avaliação psicológica será aplicada no dia 23/10/2021, nas dependências da Clínica Interagi – Rua Floriano Peixoto n° 882, Centro;

12.18.1. O(a) candidato(a) deverá comparecer no dia 23/10/2021, às 13h, no local indicado no item anterior.

12.18.2. O resultado final da avaliação psicológica, com parecer de habilitação ou não habilitação do(a) candidato(a) será disponibilizado publicamente na data de 27/10/2021.

Cláudia – MT, 22 de Outubro de 2021.

_____

_____ **ISAIAS CAVALCANTE DA SILVASILVIA SCHMEING**

Presidente do CMDCA Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha dos Candidatos ao Cargo de

Conselheiro Tutelar

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.074/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.074/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO”.

O Prefeito Municipl de Cocalinho**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo artigo 3º, 5º e artigo 64, II, IX, XII da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica transferida do dia 28 (quinta feira) para o dia 29 de outubro de 2021 (sexta feira), a comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público, declarando-se nessa data, ponto facultativo em todas repartições públicas municipais.

Art. 2º Fica decretado ponto facultativo em todos os órgãos Públicos Municipais de Cocalinho, dia 01 de novembro de 2021, segunda feira.

Art. 3º O disposto nos artigos anteriores, não se aplica aos servidores dos órgãos da Administração Pública Municipal, que pela natureza das funções do seu cargo, exigam regime de plantão permanente, tais como saúde, limpeza pública e etc.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.073/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.073/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

Extingue restrições e mantem o uso de máscaras no Município de Cocalinho.

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 1º, 3°, 5° e 64 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a redução do número óbitos e de casos confirmados para COVID-19 no território estadual, conforme informações do painel epidemiológico nº 572, de 30 de setembro de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde;

CONSIDERANDO os dados contidos no painel epidemiológico nº 572 CORONAVIRUS/COVID-19, de 30 de setembro de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, que indicam a redução na taxa de ocupação dos leitos públicos de UTI’s e de enfermaria no Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a ampliação da vacinação contra a COVID-19 e o aumento na distribuição de doses imunizantes por todo o território matogrossense, conforme dados extraídos do painel de informações fornecido pelo Ministério da Saúde,

Considerando a publicação do Decreto Estadual nº 1.134 de 1º de outubro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica mantida a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual em espaços públicos e privados, inclusive para pessoas que já estejam devidamente imunizadas.

Art. 2º Todas as demais restrições ficam extintas, e por consequente fica determinada a volta das aulas presenciais em toda a rede de ensino do Município de Cocalinho, a partir do dia 25 de outubro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE ADENDO “I” AO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2021

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, nomeada através da Portaria nº 1113/2021, de 15/09/2021, visando prestigiar a competitividade do certame, torna público para o conhecimento dos interessados que decidiu inserir o ADENDO Nº I ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 053/2021, cujo objeto trata-se do registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, software e serviços necessários a implementação de Sistema de Controle de Registro de Frequência por relógio de ponto para o município de Colider/MT e ainda prorrogar a data de abertura da licitação para o dia 08/11/2021 as 14:30 horas/minutos (Horário de Brasília/DF) no site www.portaldecompraspublicas.com.br, mantendo inalteradas as demais cláusulas do Edital que não colidirem com as do mencionado ADENDO. As alterações constantes no Adendo I encontram-se disponíveis no site da Prefeitura: www.colider.mt.gov.br e no portal de compras públicas www.portaldecompraspublicas.com.br

Colider/MT, 22 de outubro de 2021

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREVILIDER
PORTARIA N.º 030/2021 "DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DA INATIVA SRA. ELVIRA KARAZIAKI DE SANTANA".

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER**, Fundo de Previdência Social dos servidores Públicos Municipais de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal n.º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Cancelar o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, por motivo de falecimento da inativa Sra. ELVIRA KARAZIAKI DE SANTANA, aposentada no cargo de Professora, Classe "I", Nível "C", Referencia "III", conforme Acórdão TCE-MT n.º 2.051/2006, processo do **PREVI-LIDER n.º 022/2006, portaria do Previ-líder nº 041/2006, Certidão de Óbito Matrícula n.º 146910 01 55 2021 4 00019 272 0006612 92.**

Art. 2º Considerando o art. 1º desta portaria e **Certidão de Óbito Matrícula n.º 146910 01 55 2021 4 00019 272 0006612 92,** cancela-se definitivamente o pagamento do benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição,

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 13 de outubro de 2021, data de óbito do inativo.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder - MT, 22 de outubro de 2021.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2021 – SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 034/2021, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares e acessórios para serem distribuídos aos alunos e professores da rede pública municipal de Colider/MT**. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESAS	LOTES	VL. TOTAL (R$)
AQUARELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI EPP	02, 04, 05, 07 e 08	1.327.687,00
TK2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES EIRELI ME	01	532.980,00
TKS COMERCIO DE MATERIAIS DIDATICOS E ESCOLARES EIRELI	06	382.500,00
VTPRINT OUTDOOR E GRAFICA EIRELI EPP	03	80.000,00

Colider/MT, 22 de outubro de 2021.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
RESPOSTA RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP 18/2021

RESPOSTA AO RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL SRP: 018/2021

PROCEDIMENTO: 4.472 /2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS PERMANENTES, SUPRIMENTOS, PERIFERICOS E PEÇAS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA-MT, POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES.

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Impugnação interposta pela empresa FERRARI CELL LTDA, CN**PJ: 11.350.664/0001-05,** por meio de seu representante legal, conforme termos do artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02 e da lei 8.666/1993.

1.2. Não obstante, será analisado e respondido o questionamento em respeito ao direito de petição.

2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO:

2.1. A impugnante contesta o seguinte fato:

II – DOS FATOS SUBJACENTES;
Atendendo *à* convocação dessa Instituição para o certame licitacional supramencionado, veio a recorrente dele participar com outras licitantes, pelo que apresentou proposta almejando ser contratada;
Sucede que, depois de ter sido realizada a abertura do envelope de proposta, teve a sua *proposta desclassificada,* sob *alegação de que a* mesma *não apresentava* o *folder para todos* os *itens como solicitado.*
Ocorre que, tal assertiva encontra-se despida de qualquer veracidade e, pelo próprio fato, a aludida desclassificação afigura-se como ato nitidamente ilegal, como à *frente ficará demonstrado.*
III- DAS RAZÕES DA REFORMA
A decisão sob comento, merece ser reformada, por que:
• A Comissão de Licitação realizou abertura dos envelopes de proposta, e antes da etapa de lances decidiu que um Técnico de T.I da prefeitura analisasse as propostas das empresas ora participantes, descaracterizando dessa forma o pregão presencial conforme Lei 8666/93.
• A desclassificação de praticamente todos os itens apresentados na proposta da empresa ora recorrente, devido ao simples equívoco na apresentação de folder. Tal situação/esclarecimento poderia ser solicitado pela comissão, porém isso não ocorreu, a verificação também poderia ser feita através de visita ao site dos equipamentos ofertados ou através de solicitação de amostra.
• A Comissão de Licitação não convocou a empresa FERRARI CELL LTDA para quaisquer esclarecimentos referentes aos catálogos e produtos ora cotados.
• Diante da imposição do pregoeiro de que as empresas desclassificadas não poderiam semanifestar durante a sessão afirmando de que nada adiantaria as tentativas e solicitações deesclarecimentos, pois tais manifestos só poderiam ocorrer através da interposição de recurso.
Sobre a relevância deste tema, convém citarmos explanação sem retoques elaborada por ToshioMukai, a disputa entre os proponentes é tão essencial na matéria que, se num procedimentolicitatório , faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá aprópria licitação , inexistirá o instituto mesmo".i
E justamente por possuir tal finalidade (obtenção da proposta mais vantajosa), a licitação não poderá, em hipótese alguma, ser atravancada por exigências desarrazoadas e inconsentâneas que desfavoreçam a competição sob a égide de obtenção de "garantias " à Administração Pública.
Fica claro, portanto, que a míngua da indicação de qualquer dado concreto que pudesse sustentar a imaginada incoerência contidos na proposta da recorrente, esta não poderia ser alijada da disputa por meras conjecturas.
Aliás, é sabido de todos que os atos administrativos devem ser devidamente motivados,
sob pena de invalidar aquilo que foi praticado .
Mais pode o órgão exigir a apresentação de amostra/catalogo antes da entrega dos envelopes?
Inexiste dispositivo na 10.520102 ou na 8.666193 que regulamenta a exigência de amostra/catalogo do objeto a ser contratado. Não há previsão legal.
Todavia, a sua utilização deve ser tida como parcimônia/comedida, a fim de não restringir
a competitividade .
A súmula n° 19 do TCE estabelece que a data de apresentação das amostras deverá ser em conjunto com a data da entrega da proposta :
SUMULA N° 19- Em procedimento licitatório, o prazo para apresentação das amostras deve coincidir com a data da entrega das propostas.
Entretanto, já nas licitações realizadas pela modalidade pregão, tanto presencial como eletrônica , o entendimento doutrinário e jurisprudencial é de que a amostra/catalogo deve ser exigida tão somente do primeiro colocado, a saber:
"Se for o caso de apresentação de amostras/catalogo. afigura-se evidente o descabimento de impor-se a exigência em relação a todos os licitantes. A única alternativa será determinar que o licitante cuja oferta sagrar-se vencedora deverá apresentar a amostra/catalogo antes da assinatura do contrato. Ou seja, os licitantes terão conhecimento de que. se saírem vencedores do certame,
terão de encaminhar Imediatamente a amostra/catalogo do objeto ofertado" (cf.
Marçal Justen Filho in Pregão- Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 2a ed., Dialética, São Paulo, 2003, p. 116).

3. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Em face do exposto e tendo na devida conta que a recorrente poderia oferecer preços efetivamente menores e, por conseguinte, os mais vantajosos para a Administração, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para:

com fundamento do art. 49, da Lei no 8666193, declarar-se nulo o julgamento das propostas em todos os seus termos; *determinar-se* à Comissão de Licitação que profira tal julgamento, considerando a proposta da recorrente para alcançar o competente resultado classificatório. o qual, por certo, resultará na adjudicação do objeto licitado à subscrevente, visto que os *equipamentos ofertados apresentam alta tecnologia e preços bastante competitivos* . **outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que *essa Comissão* de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4 °, do art. 109, da Lei 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim *o desejarem, conforme previsto no §* 3°, do mesmo artigo do Estatuto.**

4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

4.1. O impugnante encaminhou em tempo hábil, sua intenção de impugnação, portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares.

4.2. Entendemos que um dos princípios da licitação é a garantia da ampla concorrência, entretanto, tal princípio não pode ser tomado isoladamente, antes, deve ser interpretado e pesado conjuntamente com outros importantes princípios, tais como a legalidade, impessoalidade ou igualdade, moralidade ou probidade administrativa, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade, da vinculação ao instrumento convocatório;

4.4. Após análise do referido recurso interposto pela empresa FERRARRI CELL e análise das contrarrazões, referente ao que consta no edital no item **6.0 DA PROPOSTA DE PREÇO**, e *subitem **6.12**. O licitante deverá anexar juntamente com a proposta folders/ficha técnica dos itens para analise dos componentes técnicos;*

4.5. Destacamos a importância da vinculação ao instrumento convocatório. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Como bem destaca Fernanda Marinela:

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei."

No mesmo sentido, ensinam Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo:

"A vinculação da Administração aos estritos termos do edital de convocação da licitação é exigência expressa do art. 41 da Lei nº 8.666/1993. Esse artigo veda à Administração o descumprimento das normas e condições do edital, "ao qual se acha estritamente vinculada".

Logo em seguida, a Lei assegura a qualquer cidadão o direito de impugnar o edital de licitação por motivo de ilegalidade.

Segundo Hely Lopes Meirelles, o edital "é lei interna da licitação" e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. [grifos acrescidos]

4.6 Demais disso, as Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório.

.

5. DECISÃO

5.1. Vale salientar que a empresa recorrente também apresentou alguns folders referente a alguns itens, cumprindo a norma do Edital, e restou vencedora do item 97 NOTEBOOK COM PROCESSADOR MINIMO DE 10° GERAÇÃO, demonstrando a lisura do procedimento.

5.2. Diante do Exposto e Considerando os fatos narrados acima e em atenção ao pedido de recurso interposto pelo Requerente **JULGO IMPROCEDENTE O RECURSO** interposto pela empresa **FERRARI CELL.**

E decidimos pela ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do referido certame.

Colniza – MT, 22 de Outubro de 2021.

Marcilene dos Santos **Pregoeira oficial**
Katia Campos Canonico **Membro**

ILMA. SRA.

PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSO CONTRA A DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

Ilustríssima Senhora, Pregoeira, da Prefeitura Municipal de Colniza. Ref.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL No 01812021.

***FERRAR/ CELL LTOA,** pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ n° 11.350.66410001-05, localizada na Av. Mato Grosso, n° 539-N, Centro, Juina-MT, por sua representante legal infra-assinado, tempestivamente , vem, com fulcro na alfnea " b n, do inciso I, do art. 109, da Lei n° 8666 I 93, à presença de Vossa Senhoria,* a *fim de interpor*

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que desclassificou a recorrente, o que faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir.

1- DOS FATOS SUBJACENTES

Atendendo à convocação dessa Instituição para o certame licitacional supramencionado, veio a recorrente dele participar com outras licitantes, pelo que apresentou proposta almejando ser contratada.

Sucede que, depois de ter sido realizada a abertura do envelope de proposta, teve a sua *proposta desclassificada ,* sob *aa/egação de que a* mesma *não apresentava* o *fo/der para todos* os *itens como solicitado .*

Ocorre que, tal assertiva encontra-se despida de qualquer veracidade e, pelo próprio fato, a aludidadesclassificação afigura-se como ato nitidamente ilegal, como à *frente ficará demonstrado.*

11- DAS RAZÕES DA REFORMA

A decisão sob comento, merece ser reformada, porque:

• *A* Comissão *de Licitação realizou abertura* dos *envelopes de proposta, e antes daetapa de lances decidiu que um Técnico de T.I da prefeitura* anaHsasse as *propostas*das *empresas ora participantes, descaracterizando* dessa *forma* o *pregão presencialconforme Lei 8666/93.*

• *A desclassificação de praticamente todos* os *itens apresentados na proposta daempresa ora recorrente, devido* ao *simples equívoco na apresentação de folder.Ta/situação/esclarecimento poderia ser solicitado pela comissão,porém* isso *nãoocorreu, a verificação também poderia ser feita* através *de visita* ao *sitedosequipamentos ofertados ou* através *de solicitação de amostra.*

• *A* Comissão *de Licitação não convocou a empresa FERRAR/ CELL LTOA para quaisquer esclarecimentosreferentes* aos *catálogos e produtos ora cotados.*

• *Diante da imposição do pregoeiro de que* as *empresas desclassificadas não poderiam semanifestar durante a* sessão *afirmando de que nada adiantaria* as *tentativas e solicitações deesclarecimentos, pois tais manifestos* só *poderiam ocorrer* através *da interposição de recurso.*

Sobre a relevância deste tema, convém citarmos explanação sem *retoques elaborada por ToshioMukai,* ***11a disputa entre os proponentes é tão essencial na matéria que, se num procedimentolicitatório , faltar a competição (ou oposição) entre osconcorrentes, falecerá aprópria licitação , inexistirá o instituto mesmo".i***

E justamente por possuir tal finalidade (obtenção da proposta mais vantajosa), a licitação não poderá, em hipótese alguma, ser atravancada por exigências desarrazoadas e inconsentâneas que desfavoreçam a competição sob a égide de obtenção de "garantias " à Administração Pública.

Fica claro, portanto, que a míngua da indicação de qualquer dado concreto que pudessesustentar a *imaginada incoerência contidos na proposta da recorrente, esta não poderia*ser *alijada da disputa por meras conjecturas.*

Aliás, é sabido de todos que os atos *administrativos devem* ser *devidamente motivados,*

sob *pena de invalidar aquilo que foi praticado .*

Mais pode o *órgão exigir a apresentação de amostra/catalogo antes da entrega dosenvelopes?*

Inexiste dispositivo na 10.520102 ou na 8.666193 que regulamenta a exigência deamostra/catalogo do objeto a ser contratado. Não há previsão legal.

Todavia, a sua *utilização deve ser tida como parcimônia/comedida , a fim de não restringir*

a competitividade .

A *súmula n° 19 do TCE estabelece que a data de apresentação* das amostras *deverá ser em conjunto com a data da entrega da proposta :*

SÚMULA N° 19- Em procedimento licítatórlo, o prazo para apresentação das amostras deve coincidir com a data da entrega das propostas.

Entretanto, já nas licitações realizadas pela modalidade pregão, tanto presencial como eletrônica , o entendimento doutrinário e jurisprudencial é de que a amostra/catalogo deve ser exigida tão somente do primeiro colocado, a saber:

"Se for o caso de apresentação de amostras/catalogo. afigura-se evidente o descabimento de impor-se a exigência em relação a todos os licitantes. A única alternativa será determinar que o licitante cuja oferta sagrar-se vencedora deverá apresentar a amostra/catalogo antes da assinatura do contrato. Ou seja, os licitantes terão conhecimento de que. se saírem vencedores do certame,

terão de encaminhar Imediatamente a amostra/catalogo do objeto ofertado" (cf.

Marçal Justen Filho in Pregão- Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 2a ed., Dialética, São Paulo, 2003, p. 116).

A Corte de Contas da União manifestou-se :

A exigência de apresentação de amostras/catalogo em pregão presencial é admitida apenas na fase de classificação das propostas e somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar

Representação de empresa acusou supostas irregularidades na condução do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 20/SME/ DME/2012, realizado pela Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, com aporte de recursos federais e que tinha por objeto a aquisição de suco de laranja Integral

pasteurizado congelado e de néctar de frutas congelado. Além da realização de

pregão presencial em vez de sua forma eletrônica e a ausência de especificação de quantitativos dos itens a serem adquiridos, detectou-se suposta irregularidade consistente na "exigência de amostras de todas as licitantes" . Quanto a esse quesito do edital, a unidade técnica informou que "A jurisprudência consolidada do TCU é no sentido de que a exigência de apresentação de amostras/catalogo é admitida apenas na fase de classificação das propostas , somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e desde que de forma previamente disciplfnada e detalhada no instrumento convocatório". Mencionou, em seguida1 deliberações que

respaldam esse entendimento: Acórdãos 1.291/2011-Pienário, 2. 780120112"

Câmara, 4.278/2009-1• Câmara, 1.33212007-Pienário, 3.13012007-1" Câmara e

3.39512007-1 • Câmara. O relator, em face desse e dos demais indícios de irregularidades apontados na representação determinou a suspensão cautelar do certame e a oitiva daquele órgão, decisão essa que mereceu o endosso do Plenário. Após a análise das respostas à oitiva realizada, ressaltou a unidade técnica que: "A exigência de amostras/catalogo a todos os licitantes, na fase de habilitação ou de classificação, além de ser ilegal, pode impor ônus excessivo aos licitantes, encarecer o custo de participação na licitação e deses timular a presença de potenciais interessados". Potenciais interessados de cidades próximas a São Paulo ou em outros Estados seriam submetidos a ônus maior, dada a necessidade de envio de representante para apresentar amostra, "quando sequer sabem se sua proposta será classificada em primeiro lugar". Propôs, ao final, em razão dessa e das outras irregularidades Identificadas no

edital, a anulação do certame. O relator endossou a análise e as conclusões da

unidade técnica. O Tribunal, então, em face dessa e de outras ocorrências, decidiu: a) assinar prazo para que a Secretaria Municipal da Educação do Município de São Paulo adote providências com o intuito de anular o Pregão Presencial para Registro de Preços n°20/SMEIDME/2012; b) determinar a esse

órgão também que, caso opte por promover nova licitação em substituição ao Pregão Presencial para Registro de Preços n° 20/SME/DME/2012: "(.. .)observe que a exigência de apresentação de amostras é admitida apenas na fase de classificação das propostas, somente do licitante provisoriamente classificado

em primeiro lugar e desde que de forma previamente disciplinada e detalhada

no instrumento convocatório ". Precedentes mencionados : Acórdãos no 1.291/2011-Pienário , n° 2.780/201121) Câmara, n° 4.278120091• Câmara, no 1.33212007-Pienário, n° 3.130/ 2007-1• Câmara e n° 3.395/ 2007-1• Câmara. Acórdão n°326912012-Pienário, TC-035.35812012-2, rei. Min. Raimundo Carreira,

28.11.2012.

Mais de Outro acórdão:

"AMOSTRAS . DOU de 13.06.2008, S. 1, p. 106. Ementa: o TC sendo o caso, poderá U determinou ao Gabinete do Comandante do Exército que, em certames licitatórios, se limitasse a exigir a apresentação de amostras, catalogas ou protótipos dos bens a serem adquiridos ao licitante provisoriamente em primeiro lugar, nos termos dos incisos XII e XIII, art. 4° da Lei n° 10.52012002 ele art. 30 da Lei n° 8.66611993, observando, no Instrumento convocatório, os principias da publicidade dos atos, da transparência, do

contraditório e da ampla defesa (item 9.2.1, TC-017.24612006-5, Acórdão n° 1.11312008-TCU-Pienário)".

"12. De fato, não há que se falar em exigência de amostras/ catalogas de todos os participantes do pregão. Nesse sentido, cabe novamente transcrever trecho do Voto do Ministro Walton Alencar Rodrigues no TC 001. 10312001-0, condutor do Acórdão n. 1.23712002-Pienário-TCU, que bem elucidou esta questão:

'A exigência de amostraslcatalogos, na fase de habilitação , ou de classificação, feita a todos os licitantes, além de ilegal, poderia ser pouco razoável, porquanto imporia ónus que. a depender do obj eto, seria excessivo , a todos os licitantes, encarecendo o custo de participação na licitação e desestimulando a presença de potenciais licitantes .

A solicitação de amostra/catalogo na fase de classificação apenas ao licitante que se apresenta provisoriamente em primeiro lugar, ao contrário, não onera o licitante, porquanto confirmada a propriedade do objeto, tem ele de estar proparado para entregá-lo. nem restringe a competitiv ldade do certame, além de prevenir a ocorr ência de inúmeros problemas para a administração."

O Edital de licitações determina no Item 4.11.2, a necessidad e de apresentarjuntamente com a Proposta de Preço, catálogo, folder, prospecto e ou ficha técnica, detalhando

devidamente as especificações , visando satisfazer a *Administração Pública na busca de um objeto que atenda as especificações do Edital, conforme descrito abaixo:*

6.12. O licitante deverá anexar juntamente com *a proposta folders/ficha tecnica*

dos *itens para analise dos componentes técnicos;*

Porém fica duvidoso o *real motivo da desclassificação da empresa ora recorrente, pois em momento alguns do edital diz que* a *não apresentação de folders gera desclassificação , pelo contrário* o *edital é claro no item* 7. *Subitem* 7.*12,* o *que gera desclassificação da proposta :*

7.12. Serão *desclassificadas as propostas que:*

I. Contiverem cotação de objeto diverso do requerido nesta *licitação.*

11. Não atendam as exigências do Edital e seus anexos, *que* sejam *omissas ou apresentem irregular idades Insanáveis ou defeitos capazes de dificultar* o *seu julgamento.*

111.Apresentarem preços excessivos, incompatíveis com os *valores de mercado*

ou manifes tamente Inexequfveis.

IV. Contiverem valores superiores aos preços máximos eventualmente fixados no Termo de Referência. (quando descrito).

V. Ofertarem alternativas de preço e marca, em um mesmo *item.*

O *edital ainda traz* a *seguinte situação que se* o *proponente apresentar na proposta de preços marca do produto que seja diferente das marcas colocadas como referência, seria necessária apresentação do folder para* a *comprovação que* o *produto ofertado condiz*

com o *requisitado, porém se apresentado um produto da mesma marca usada como*

referência inexiste a *necessidade de apresentação de folders, conforme entendimento*

da recorrente no que tange ao *item 3., subitem 3.2 do TERMO DE REFERENCIA.*

3.2. Foi considerado o *custo/beneficio para administração ao informar a marcade referencia e requerer que os equipamentos,suprimentos e insumos originaise novos e de primeira linha: evitando problemas* e *transtornos provocados porprodutos de baixa qualidade, ou seja, prejuízos financeiros além de incorr erdiretamente na produtividade de trabalho, refletindo interrupções e/ou*

ombaraços nos setores dessa *administracão.*

Esclarecemos que o *parque de informática da prefeitura Municipal de Colniza*

abrange em torno de 90% pertencentes à mar ca de referencia;

1

Nesse contexto, os equipamentos e suprimentos a serem adquiridos devem observar e atender o perfeito funcionamento e desempenho, independente da marca a ser fornecida pela licitante, porém, dentro das condições deste termo de referencia, salientando que as marcas de referencia informadas foram testadas e aprovadas por essa administração. Nesse sentido, não a preferencla por marca nem tampouco restrição do caráter competitivo entre os interessados.

Deste modo, a aceitabilidade da proposta fica condicionada a marca de

referência ou equivalente.

Para o produto equivalente, devera ser demonstrado o desempenho, qualidade e produtividade mediante especificações técnicas dos componentes e folders dos equipamentos; o mesmo será avaliado por equipe técnica da T.I(setor de tecnologia da informação).

Nesse sentido, poderá ser desclassificada a proposta do licitante se os produtos não demonstrar qualidade, eficiência e compatibilidade com as marcas de referencia ou equivalente exigida neste termo.

E mais, a documentação exigida, é fornecida pelo Fabricante e ou disponibilizada através de seu Stte, e por esta razão, nem sempre esgota ou contempla todas as especificações do !Edital, constantes no Termo do Referência.

Desta forma, com intuito de sanar as *dúvidas frente* as *características contempladas pelos objetos ofertados,* a *Sra. Pregoeira deveria por intermédio de diligência,oportunizar* a *empresa* ***RECORRENTE,*** a *possibilidade de apresentar Declaraçãocomplementar* das *especificações ou qualquer outro meio que comprovasse* a *qualidadee que provasse que o produto/ marca apresentada atende o requisitado.*

Fato que foi arguido durante a seção, *onde foi constatado* as *informações pertinentes ao objeto, visto que algumas* empresas *classificadas e julgadas arrematantes* dos *objetos, ofertaram* os mesmos *produtos, com* as mesmas *características, modelo e fabricante.*

A empresa ***RECORRENTE,*** *antes de Cadastrar sua Proposta de Preço analisou*

minuciosamente os *termos do Edital e acatou participar da licitação pois detinhacondições de cumpri-lo, atenaendo* as *regras de propo:ste , habilitcrr:;eo, <: tambémofertando produtos compatíveis com* as *especificações do Termo de Referência.*

Ou seja, a exigência de fazer constar todas as especificações do objeto do Termo de Referência no Folder é excessivo, pois a empresa que analisa o Edital bem como as especificações dos objetos, irá participar da licitação, e cadastrar sua proposta apenas com segurança de ofertar produto que atende as características e ao Interesse Público, caso contrário estará sujeita a aplicação de penalidades severas.

No caso *em tela podemos invocar* excesso *de formalismo, eis qu,e foge do intuito daInstituição ao instaurar Processo Administrativo de Compra/Licitação qual* seja, *MENORPREÇO, ou seja, vantagem econômica, devendo determinar como fator decisivo dalicitação o "PREÇO" .*

Conforme Julgamento do Tribunal de Justiça do Maranhão- São *Luís- Apelação: APL0024522012 MA 0025578-02.2006.8 .10.0001, síntese descrita abaixo:*

TJ-MA - Apelação APL 0024522012 MA 0025578-02.2006.8 .10.0001 (TJ-MA)

Data de publicação• 17107/2012

Ementa: E M E N T A APELAÇÃO CIVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CORREÇÃO DE PROPOSTA PELA COMISSÃO. ERRO FORMAL. PREVISÃO EDITALíCIA. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO NA

ESCOLHA DA MELHOR PROPOSTA. I • Constatado que a incorreção na

proposta do licitante se constituí em mero erro formal passlvel de ser corrigido pela comissão de licítação, em conformidade com o edital, a desclassificação do concorrente por esse motivo mostra-se desproporcional. 11 • Havendo a

licitante do pregão presencial atendido aos requisitos do edital, deve ser declarada classificada, e consequentemente, vencedora aquela que oferecer o menor preço. 111- Afronta a razoabilidade e a finalidade do processo de ficitação a exigência de excessiva formalidade realizada pela administração.

Outro julgamento que sustenta a teoria do "excesso de formalismo' é o Julgamento do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, conforme síntese abaixo:

TJMT- Mandado de Segurança MS 00797632420108110000797631201O (TJ-MT)

Data de publicação: 1010612011

DESCLASSIFICAÇAO INADMISSIBILIDADE - PRINCIPIO DA fSONOMCA ELEIÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA CONTINUAÇÃO DO CERTAME

ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. Erro de digitação não autoriza a

desclassificação do licitante, por configurar mera irregularidade formal e

tratamento de rigor extremo, incompatível com os objetivos da licitação.

Devendo, assim, a impetrante continuar no certame, obedecendo as disposições da Lei no 8 66611993 (MS 79763/2010, DES. JOSÉ TADEU CURY, TURMA DE CAMARAS CIVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLtCO E COLETIVO,

Julgado em 02106/2011, Publicado no DJE 1010612011.

Pelas razões acima, a razão de desclassificação da empresa RECORRENTE é excessiva, eis que a ausência das especificações, pode ser diligenciada, e ainda, não existe exatidão acerca do seu descumprimento, pois se contempla o Edital deve ser acatado pelo licitante

Vale ressaltar que, Proposta Vantajosa, engloba custo baixo equânime ao praticado no mercado, bem como produto de qualidade, que atende as *especificações do Edital, sendo que* a *empresa RECORRENTE atende* aos *critérios e princípios do Art. 30 da Lei Federal 8.666193, descrito abaixo:*

Art. 32 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da jsonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolv imento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da Impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Cabe frisar que, a proposta desclassificada, detinha condições suficiente de ofertar

custos *mais vantajosos para a Instituição.*

Pelo acima exposto, por interméd io da Discricionariedade , a Sra. *Pregoeira deve modificar* sua *decisão e reclassificar* a *empresa RECORRENTE* aos *Itens, eis que é detentora de Proposta Vantajosa, e o motivo da sua desclassificação não condiz com o Princípio da Proporcionalidade , conforme dizeres de Marçal Justen Filho, em Comentários* a *Lei de Licitações e Contratos Administrativos , Pg. 71:*

Não há referência explícita no texto constitucional acerca do princípio da proporcionalidade, mas isso é irrelevante. Não há necessidade de sua consagração explicita. Sua natureza é instrumental, eis que se destina a

norlonr, ol'iontsu o *controlar :J a.olicacão e a interpretação do Direito,*

assegurando a supremacia dos valores e princípios fundamentais - entre os quais avultam os da dignidade da pessoa humana e da República. O Principi o da proporcionalidade disciplina a realização conjunta, harmônica e concomitante dos (demais) princípios jurídicos. A interpretação não

proporci onada infringe indevidamente um valor ou principio consagrado pela

ordem ju rldica.

Ou seja, ao Processo Licitatório - Pregão Presencial 01812021, o interesse supremo é conquistar um Proposta de Menor Preço, sendo que a decisão, não contribui para um resultado eficiente e buscado, pois desclassificar a proposta da empresa RECORRENTE em praticamente todos os ítens ofertados, seria excesso de formalismo e um ato contra ao Erário Público, pois possui condições suficiente de competir com as empresas arrematantes .

Ass im, para relação harmônica entre os *princípios , deve reclassificar a Proposta da empresa RECORRENTE, em consideração ao Princípio da Proposta Vantajosa.*

Sendo assim, solicitamos modificar a decisão da licitação e reclassi ficar a Proposta de Preço mais vantajosa para a instituição, eis que a decisão está eivada de excessos "excesso de formalismo ", sendo irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouc a relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3° do art. 43 da Lei 8. *66611993. ... 58, inciso 11, da Lei 8.44311992.*

111- DO PEDIDO

Em face do exposto e tendo na devida conta que a recorrente poderia oferecer preços efetivamente menores e, por conseguinte, os mais vantajosos para a Administração , requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para:

• com fundamento do art. 49, da Lei no *8666193, declarar-se nulo o julgamento das propostas em todos os seus termos;*

• determinar-se à *Comissão de Licitação que profira tal julgamento, considerando apropo:sta da n;;oorrente para alcançar* o *competente resultado classificatório.* o *qual, porcerto, resultará na adjudicação do objeto licitado* à *subscrevente, visto que osequipamentos ofertados apresentam alta tecnologia e preços bastante competitivos .*

. .

• outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir

à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4 °, *do art. 109, da Lei* no

8666193, comunicando-se aos *demais licitantes para* as *devidas impugnações,* se assim

o desejarem, conforme previsto no § 3°, *do* mesmo *artigo do Estatuto .*

• e na hipótese, ainda que remota, do não acolhimento do referido recurso, ***TAL DECISÃO CERTAMENTE NÃO PROSPERARA PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS***

DO ESTADO DE MATO GROSSO - TCEIMT, sem *prejufzo ainda de* se *valer do Poder*

Judiciário , para restabelecer a ordem.

Nestes termos pede deferimento .

Colniza-MT, 19 de Outubro de 2021.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 449/ADM/2021

PORTARIA Nº 449/ADM/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Darliane Alves Gomes Matias,** lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, matricula nº 7253, partir do dia **22 de outubro a 20 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 22 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 22 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 450/ADM/2021

PORTARIA Nº 450/ADM/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Camila Marciano de Oliveira,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 7252, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 22 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 22 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 451/ADM/2021

PORTARIA Nº 451/ADM/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES, Secretário Municipal de Administração, com fundamento no artigo inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso III, na Lei Municipal nº. 697/2017que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT e no § 2º do art. 169 da Lei Municipal nº 499/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar parcialmente o Artigo 2º da Portaria nº. 405/ADM/2021, de 29 de setembro de 2021, que dispõe sobre abertura de PAD – Processo Administrativo Disciplinar nº. 005/2021, substituindo a Servidora Girlene Silva Lima, matrícula nº. 1350-2, pela Servidora **Sandra Maria Barbosa da Silva,** Matrícula nº. 3143-2 – efetiva no Cargo de Agente de Saúde Ambiental.

Art. 2º - O teor e demais disposições da Portaria nº. 405/ADM/2021, de 29 de setembro de 2021, permanecem inalterados

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 22 de outubro**de 2021.**

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 22 de outubro de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 452/ADM/2021

PORTARIA Nº 452/ADM/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Elvira Mund da Costa,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, matricula nº 1087, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, sendo que os primeiros 10 (dez) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 22 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 22 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 453/ADM/2021

PORTARIA Nº 453/ADM/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Maria de Fatima Floriano Lira,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2391, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 22 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 22 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PORTARIA Nº. 788/2021 DE: 20.10.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR as pessoas abaixo relacionadas para comporem o **CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL,** nesta municipalidade, em conformidade com a Lei nº. 1.033/2007.

NOME	**ENTIDADE QUE REPRESENTA**		
	NOME DA ENTIDADE	***SEGUIMENTO***	
		GOV	***NÃO GOV***
Titular: Cristiana Preuss **Suplente: Wilma Rickli**	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania	X	
Titular: Geysivania de Oliveira Costa **Suplente**: Rosangela Aparecida da Silva	Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	X	
Titular: Marli Blanck Benites Suplente: Alcione C. M. Castro	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	X	
Titular: Rudy Antônio Manfroi Suplente: Roseilane dos Santos	Secretaria Municipal de Obras	X	
Titular: Paulo Sergio Bezerra Suplente: Zacarias Gonçalves da Silva	Câmara Municipal de Vereadores	X	
Titular: Edson Otaviano de Oliveira **Suplente: Hélio Laercio Kutschenko**	Conselho da Comunidade da Comarca de Comodoro		X
Titular: Eliane Francisca de Alencar Suplente: Rosicler Gonçalves da Silva	APAE - Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais de Comodoro/MT		X
Titular: Marina dos Reis Barbosa Suplente: Jusciene Castilho L. Albertasse	Paróquia Nossa Senhora da Guia		X
Titular: Ivani Domingos dos Santos Suplente: Nildo Mendes da Silva	Sindicato dos Trabalhadores Rurais		X
Titular: Luceni Aparecida Felix Cardoso Suplente: Cicero P. da Silva	Associação de Pequenos Produtores e Moradores de Nova Alvorada		X

Art. 2º. A presidência do Conselho será escolhida entre os membros, devendo ser substituído nas suas ausências e impedimentos pelo vice-presidente.

Art. 3º. O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitindo a recondução.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 268, de 22 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de outubro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 045/2021

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados sobre a realização do referido Pregão Eletrônico que tem como objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, EDITAL n° 045/2021**,**cuja abertura ocorreria às 08:00 horas (HORARIO DE BRASÍLIA) do dia 25/10/2021. Tendo em vista assim sendo alvo de pedidos de esclarecimentos e impugnações de empresas interessadas no devido Pregão, e para que não haja qualquer prejuízo nos futuros procedimentos do certame, hei por bem **SUSPENDER** *sine die* o Pregão Eletrônico nº 045/2021. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 22 de Outubro de 2021.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 076/2021

PORTARIA Nº 076/2021

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2021/2022, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e;

Considerando a notória queda de energia elétrica na data de 18/10/2021 às 19:00 horas;

R E S O L V E

Art. 1º *TRANSFERIR PARA O DIA* 25 DE OUTUBRO DE 2021 (SEGUNDA-FEIRA), A 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º SEMESTRE DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO (2021), a ser realizada às 09:00 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES - **Presidente Biênio 2021/2022**

Registre-se e Publique-se.

***Wender Bier de Souza* -** 1º Secretário

PORTARIA Nº. 789/2021DE: 20.10.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR os servidores **estáveis** abaixo relacionados para comporem a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 001/2021**, para apurar os fatos em desfavor **da empresa Adriano dos Reis EIRELI-ME – CNPJ n. 26.766.947/0001-00**, devido ao descumprimento de cláusulas contratuais e falhas na execução do Contrato de Prestação de Serviços n. 039/2020, conforme dispõe o art. 66, 77, 78 e seguintes da Lei n. 8.666/93, assim como segue:

Ø **Adriano Neves de Sousa – Presidente;**

Ø **Josivaldo Almeida Miranda – Membro, e**

Ø **Edilton Cavalcanti da Silva Júnior – Membro.**

Art. 2º. Os Servidores ora designados não perceberão remuneração pelos trabalhos que trata esta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de outubro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 789/2021DE: 20.10.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR os servidores **estáveis** abaixo relacionados para comporem a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 001/2021**, para apurar os fatos em desfavor **da empresa Adriano dos Reis EIRELI-ME – CNPJ n. 26.766.947/0001-00**, devido ao descumprimento de cláusulas contratuais e falhas na execução do Contrato de Prestação de Serviços n. 039/2020, conforme dispõe o art. 66, 77, 78 e seguintes da Lei n. 8.666/93, assim como segue:

Ø **Adriano Neves de Sousa – Presidente;**

Ø **Josivaldo Almeida Miranda – Membro, e**

Ø **Edilton Cavalcanti da Silva Júnior – Membro.**

Art. 2º. Os Servidores ora designados não perceberão remuneração pelos trabalhos que trata esta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de outubro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 147/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000147/21 de 4 de Outubro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 001019/21 de 12 de Julho de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(12) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.004-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	2.625,00
(15) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.004-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.400,00
(11) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.004-0000 - DIARIAS - CIVIL	1.341,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
(40) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	93.000,00
(31) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.007-0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.995,00
(44) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.007-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.000,00
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	14.590,00
04.02 - ENCARGOS ESPECIAIS	
(116) 4.6.90.71.00.00.00.00.2.031-0000 - PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	70.087,02
(115) 3.2.90.21.00.00.00.00.2.031-0000 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	37.553,00
(119) 3.3.90.91.00.00.00.00.2.035-0000 - SENTENCAS JUDICIAIS	14.309,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.01 - SETOR DE EDUCAÇÃO	
(159) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.046-0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.865,20
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
(187) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.047-0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	500,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(267) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.042-0000 - DIARIAS - CIVIL	1.828,00
(201) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.063-0001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
(276) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.042-0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	130.976,00
05.10 - INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	
(368) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.049-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.800,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(498) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.029-0000 - DIARIAS - CIVIL	1.200,00
(505) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.029-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.450,00
(506) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.029-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.000,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(773) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.110-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.300,00
(764) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.110-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	3.105,01
(686) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.017-0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.300,00
(677) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.017-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	8.700,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
(802) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.027-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.420,01
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(1027) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.111-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.920,00
(965) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.022-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	547,00
(903) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31.345,00
(894) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.019-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	115.935,00

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000147/21 de 4 de Outubro de 2021

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(882) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.019-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.600,00
(829) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.031-0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.052,00
06.07 - VISA	
(1063) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.025-0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.500,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.02 - URBANISMO	
(1238) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.052-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	90.000,00
(1235) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.052-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	163.000,00
07.03 - EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	
(1258) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.120-0017 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
(1256) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.120-0017 - MATERIAL DE CONSUMO	35.713,00
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
(1359) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.113-1112 - MATERIAL DE CONSUMO	190.000,00
(1362) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.113-1112 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000,00
08 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
08.01 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
(1619) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.050-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.500,00
(1616) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.050-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	268,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1758) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.117-0043 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.810,00
(1715) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.072-0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.000,00
(1712) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.072-0029 - MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
(1697) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.071-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.000,00
(1691) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.071-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	18.387,00
09.09 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
(1911) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.122-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	200,00
(1909) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.122-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	8.500,00
11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
(2005) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.012-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.545,00
(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.660,00
Total Suplementação:	**1.235.826,24**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(10) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.004-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	13.304,00
(8) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.004-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	6.984,00
(7) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.004-0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.995,00
(6) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.004-0000 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	27.000,00

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000147/21 de 4 de Outubro de 2021

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

(49) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.084-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	5.740,00
(48) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.084-0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.128,00
(36) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.007-0000 - DIARIAS - CIVIL	14.654,00
(35) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.007-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	13.800,00

03.02 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

(74) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.013-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.800,00

04 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS

(106) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.030-0000 - DIARIAS - CIVIL	7.169,00
(105) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.030-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	15.036,00
(103) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.030-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	7.578,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR

(186) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.047-0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	17.446,00
(180) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.047-0201 - MATERIAL DE CONSUMO	31.590,00
(181) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.047-1112 - MATERIAL DE CONSUMO	34.580,00
(189) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.047-1112 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	11.409,00
(188) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.047-0201 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.471,00

05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL

(281) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.042-0001 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.392,00
(272) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.042-0001 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.099,00
(268) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.042-0001 - DIARIAS - CIVIL	8.633,00
(265) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.042-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	28.222,00
(259) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.042-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	9.989,00
(258) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.042-0001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	18.639,00
(257) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.042-0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.774,00
(256) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.042-0001 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	6.176,00
(206) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.064-0092 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	999,00

05.06 - FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO

(306) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.057-0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	30.663,00
(303) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.057-0015 - MATERIAL DE CONSUMO	30.445,00

05.08 - MERENDA ESCOLAR

(335) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.127-0015 - MATERIAL DE CONSUMO	5.031,00
(334) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.127-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.662,00
(331) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.048-0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
(329) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.048-0015 - MATERIAL DE CONSUMO	12.073,00

05.10 - INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO

(369) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.049-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.870,00
(366) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.049-0000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.250,00
(363) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.049-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	4.353,00
(362) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.049-0000 - DIARIAS - CIVIL	4.392,00
(361) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.049-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	14.531,00
(360) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.049-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	7.812,00
(359) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.049-0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.582,00

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000147/21 de 4 de Outubro de 2021

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.10 - INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	
(358) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.049-0000 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1.495,00
05.11 - FUNDEB	
(415) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.070-0018 - OBRIGACOES PATRONAIS	20.447,44
(414) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.070-0018 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	114.367,00
(413) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.070-0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	196.567,00
(410) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.069-0018 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.109,00
(409) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.069-0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	2.390,00
(400) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.067-0019 - OBRIGACOES PATRONAIS	68.671,00
(399) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.067-0019 - OBRIGACOES PATRONAIS	7.687,00
(398) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.067-0019 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.077,00
(397) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.067-0019 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	24.343,00
(386) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.065-0019 - OBRIGACOES PATRONAIS	70.741,00
(385) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.065-0019 - OBRIGACOES PATRONAIS	56.119,00
(384) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.065-0019 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	73.337,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(635) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.016-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	43.204,80
Total Anulação:	**1.235.826,24**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

Página: 4/4

MÁRCIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 275/2021 ADM DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal, como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	WALTER RAMOS TELES	GRACIETE FERREIRA DA SILVA	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MARIA DE JESUS B. SETUBA	LORENA CARVALHO S. SILVA	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	LUCIENE FERREIRA V. GUIMARÃES	CARLOS LOYSE ALVES LUZ	ELAINE DA SILVA

Art. 2º - Os servidores designados ficaram responsáveis pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	260/2021	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	36.909.380/0001-29	R$ 25.016,53
OBJETO	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES (INTERMUNICIPAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	22/10/2021 A 28/07/2022.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações

Disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 22 de outubro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipale 22 de Outubro de 2021.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 188/2021

NA EDIÇÃO Nº 3.789, do Jornal Oficial dos Municípios no dia 10 de Agosto de 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2021

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.789, Páginas 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do dia 10 de Agosto de 2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Sistema de Via Web/App integrada na Prestação de Serviços de Gestão Administrativa em Saúde, com Gerenciamento e Fornecimento em Rede Credenciada de Medicamentos em geral, Insumos Médicos, Hospitalares e Correlatos, Serviços em Monitoramento, Controle de Estoques de Medicamentos, Insumos Hospitalares e Dispensação, em Manutenção e Reparos de Aparelho e Equipamentos Médicos, Hospitalares e Odontológico Corretiva e Preventiva, com Monitoramento de Aparelhos, Equipamentos Médicos, Hospitalares e Solicitações de Exames e Consultas, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Confresa-MT.

ONDE LÊ SE: empresa PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº18.009.871/0001-50.

LER -SE: empresa PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no **CNPJ sob nº18.009.871/0001-31.**

Confresa-MT, 22 de Outubro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°148, DE 05 DE OUTUBRO DE 2021.

DECRETO N°148, DE 05 DE OUTUBRO DE 2021.

Prorroga o prazo dos trabalhos da *Comissão Especial para Enfrentamento da Crise Hídrica e Novo Marco de Saneamento Básico*do município deConfresa, e dá outras providências correlatas.

O PREFEITO DE CONFRESA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fulcro no Decreto nº 160, 05 de outubro de 2020,

CONSIDERANDO, a relevância da Comissão Especial para Enfrentamento da Crise Hídrica e Novo Marco de Saneamento Básico nas ações coordenadas para mitigar os problemas relacionados a questão hídrica no município de Confresa;

CONSIDERANDO, a complexidade dos trabalhos a serem executados, inclusive, da atualização e adequação ao Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico nos termos da Lei 14.026/2020;

CONSIDERANDO, por fim, que a comissão tem avançado nas resoluções das demandas que lhe compete restando a parte de finalização de suas atribuições.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o prazo dos trabalhos da Comissão Especial para Enfrentamento da Crise Hídrica e Novo Marco da Saneamento Básico, criada pelo Decreto nº 160, de 05 de outubro de 202, prorrogado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Único – As reuniões serão mantidas conforme disposto no Decreto nº 67-A, de 05 de abril de 2021.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Confresa, aos 05 dias do mês de outubro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito de Confresa

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 144/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000144/21 de 30 de Setembro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 001019/21 de 12 de Julho de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(15) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.004-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
(11) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.004-0000 - DIARIAS - CIVIL	3.500,00
(15) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.004-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	110.709,96
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
(40) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	97.553,20
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31.291,44
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(276) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.042-0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.218,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(522) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.107-0002 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	550,00
(506) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.029-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	568.617,36
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(773) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.110-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	171.426,06
(764) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.110-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	2.423,00
(772) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.110-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	246.192,70
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(894) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.019-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	6.286,00
(892) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.019-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	5.302,00
(926) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.020-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	26.218,82
(901) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.405.056,45
06.07 - VISA	
(1062) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.025-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	41.604,92
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.02 - URBANISMO	
(1238) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.052-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	11.690,00
(1238) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.052-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	353.521,27
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
(1345) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.063-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	161.691,71
(1362) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.113-1112 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	42.000,00
07.05 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAES	
(1413) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.114-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	18.923,25
08 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
08.01 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
(1619) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.050-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	39.230,93
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1697) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.071-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	112.269,67
(1736) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.078-0029 - MATERIAL DE CONSUMO	3.400,00

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000144/21 de 30 de Setembro de 2021

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	157.137,23
Total Suplementação:	**4.627.813,97**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.01 - SETOR DE EDUCAÇÃO	
(140) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.162-0001 - OBRAS E INSTALACOES	1.771.727,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(238) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.169-0001 - OBRAS E INSTALACOES	1.649.963,70
(232) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.140-0001 - OBRAS E INSTALACOES	276.840,00
(196) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.054-0001 - OBRAS E INSTALACOES	665.361,00
(273) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.042-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	86.369,00
05.11 - FUNDEB	
(414) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.070-0018 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(635) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.016-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	23.453,27
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(903) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	89.100,00
06.07 - VISA	
(1081) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.026-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	35.000,00
Total Anulação:	**4.627.813,97**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 013/2001 DE 02 DE AGOSTO DE 2001

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 013/2001 DE 02 DE AGOSTO DE 2001

DR. IRON MARQUES PARREIRA, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º- Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, órgão permanente, deliberativo e consultivo, com a finalidade especifica de coordenar a implantação da Politica Municipal do Idoso, em Confresa, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º- A presente Lei visa assegurar de direitos sociais do cidadão idoso, estabelecendo formas que promovam sua autonomia, integração e participação afetiva na sociedade, em conformidade com a Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1.994, que determina a Política Nacional do idoso, e do Decreto Lei nº 1.948, de 03 de julho de 1996, que regulamenta.

Art. 3º- Para os efeitos desta Lei, considera- se idoso o indivíduo – homem ou mulher – maior de sessenta anos de idade.

CAPITULO II

PRINCÍPIOS VISADOS

Art. 4º - A Política Municipal do idoso deve reger-se pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o Estado tem o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantido sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e deve ser objeto de conhecimento, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem – estar e o direito a vida.

II - o processo de envelhecimento diz respeito a toda sociedade e deve ser objeto de conhecimento e ampla informação para o público.

III - A pessoa idosa não deve sofrer discriminação de qualquer natureza e constitui o principal agente e destinatário das transformações efetivadas através desta política, observadas as diferenças sociais, culturais e econômicas existentes nos planos locais regionais.

CAPITULO III

ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

Art. 5º - O Conselho Municipal do Idoso será composto por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, que se vinculam à área de atenções à velhice, cabendo – lhes as seguintes funções:

I - implantar a Política Municipal do idoso no Município, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual especificas, que atendam as transformações que ocasionem mudanças nas sua aplicação:

II - Avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a Política Municipal do idoso nos tópicos da Lei orgânica do Município, através de emendas que atualizem.

III - Assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovam eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público, na conformidade desta Lei.

IV - Colaborar para a melhor integração dos órgãos e instituições públicas ou privadas no âmbito local, em todas as ações voltadas para terceira idade.

V – Assessorar o governo municipal ou entidades possuidoras, quando solicitado, na conscientização sobre o envelhecimento e qualidade de vida do indivíduo idoso.

Art. 6º - O Conselho será composto por:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS: *Representante da Secretaria Municipal de Saúde: *Representante da Ação Social (Promoção Social): *Representante da Câmara Municipal (Cabe ao Legislativo relevante papel. arts. 30 e 182 da Constituição Federal, enfocando legislação e planejamentos locais): * Representante do MPS - SAS (de atuação importante à aposentadoria, habitação, reajustamento laboral): * Representante do Conselho TUTELAR

II - NA ÁREA DOS ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS (é no mesmo número dos representantes dos órgãos públicos) podem ser:

* Representante do Clube da 3ª idade: * Representante da Igrejas: , * Representante das Associações: * Representante do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais: * Representante do MOPS (movimento Popular de Saúde)

(OBS. O Conselho terá 10 membros, com composição paritária, como estipula o artigo 6º da Lei nº 8.842).

Art. 7 º - A presidência do Conselho Municipal do Idoso caberá alternadamente a representantes dos setores públicos e não – governamentais.

Art. 8º - Os membros do Conselho Municipal do idoso devem contar com suplentes igualmente destinados pelos órgãos públicos e entidades da sociedade Civil que indicarem, sendo as nomeações efetivadas pelo Prefeito Municipal.

§1º. O mandato dos Conselheiros e respectivos suplentes será de 02 (dois) anos, admitindo-se sua recondução por igual período.

§2º A função dos integrantes do Conselho será exercida gratuitamente e considerada como serviço público relevante.

§3º Os integrantes do CMI (Conselhos Municipal do Idoso), funcionários públicos municipais, estaduais ou federais, não receberão qualquer abono ou gratificação pela participação no órgão.

Art. 9º- Imediatamente após sua posse os membros do Conselho Municipal do idoso devem escolher o presidente do grupo de trabalho, um vice-presidente, dois secretários, estabelecendo a rotina de suas atividades, com reuniões mensais ordinárias.

Parágrafo Único: poderão ser realizadas reuniões extraordinária, convocadas pelo presidente do Conselho ou pelo menos por dois terços do grupo titular, especialmente para exame, debates e decisões em torno de assuntos relevantes, pertinentes as atividades do Colegiado.

Art. 10º- O Conselho Municipal do Idoso poderá manifestar – se publicamente sobre assuntos de sua orbita de ação, de acordo com decisão da maioria de seus integrantes.

Art. 11º- Mediante articulação com organismos e instituições da comunidade, o Conselho Municipal do Idoso deve organizar um calendário anual de atividades, significativas para sua linha de trabalho e objetivos estabelecidos.

Parágrafo Único- a promoção de eventos e campanhas pode ser efetivadas com o apoio e a parceria de entidades gerontológicas nacionais ou internacionais

CAPITULO IV

DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 12- Caberá ao Conselho Municipal do Idoso no plano da comunidade executar as determinações e propostas da Politicas Municipais do Idoso, através das seguintes medidas.

I- Examinar e viabilizar alternativas de participação e convivência do idoso para integra-los a outras gerações: II- Promover a participação do idoso, através das organizações e entidades que o representam. Colaborando na formulação, aplicação e avaliação das políticas, planos, projetos e programas a serem desenvolvidos e que lhe digam respeito. III- Estimular a convivência e atendimento do cidadão idoso por suas próprias famílias, evitando sua colocação em asilos, salvo quando não tenham condições que garantam sua sobrevivência. IV- Atuar na capacitação, formação e reciclagem de recursos humanos nas áreas de gerontologia social e da geriatria, visando a melhoria das ações de entidades e serviços do setor: V- Colaborar na divulgação dos programas, serviços e atividades do interesse do cidadão idoso, através do meio de comunicação, (rádio, televisão e jornais).

Art.13- considerar na implantação da Política Municipal do idoso as características e diversidade da população idosa, adequando as ações as peculiaridades dos grupos identificados.

NA ÁREA DA PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) estimular o funcionamento de serviços e ações que atendam às necessidades básicos do idoso, com a participação de suas famílias e das entidades governamentais e não governamentais. b) Identificar processos alternativos de atenções ao idoso desabrigado e sem parentes que proporcionem cobertura quanto ao alojamento, alimentação e saúde. c) Animar a abertura e funcionamento de centros de convivências social, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho e atendimentos domiciliares. d) Promover cursos, seminários e encontros que ajudem a esclarecer, orientar e formar pessoal capacitado a trabalhar como indivíduo idoso, em serviços, obras, igrejas, sindicatos, sociedades de bairros e outros setores interessados na questão. e) Estimular a preparação de cuidadores de idosos, para atender particularmente em domicílios, onde familiares não estejam aptos ou tenham de se ausentar por motivos de trabalho; f) Planejar, coordenar, supervisionar a financiar estudos, levantamentos de situação, pesquisas e publicações sobre as condições do idoso na comunidade, estimulando parcerias que permitam concretizar essas medidas.

NA ÁREA DA SAÚDE

a) garantir à pessoa idosos, através de campanhas de promoção, proteção e recuperação do bem-estar físico e mental, em trabalho articulado com setores locais vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS; b) Adotar a aplicar em nível local normas do Ministério da Saúde concernentes ao funcionamento de asilos e instruções similares, inclusive hospitais que oferecem serviços geriátricos, fiscalizando a humanização de atendimento e combatendo a existência de abrigos clandestino: c) estimular o treinamento de pessoal técnico e a integração de equipes multiprofissionais gerontológicas, e a cooperação ampla dos órgãos de saúde locais, Estaduais e Federais. d) Atuar junto aos órgãos da administração para que os concursos públicos sejam abertos aos profissionais do campo gerontólogicos, especialmente em serviços dedicados aos idosos. e) Colaborar na realização de estuados que permitam detectar o caráter epidemiológico de doenças peculiares ao idoso, visando as ações preventivas, tratamento e reabilitação. f) Descentralizar o sistema de cuidados ao idoso, dotando postos (ou centros) de saúde da periferia de profissionais aptos aos cuidados primários e encaminhamentos necessários a serviços locais capacitados.

NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

a) proporcionar à criança, através da rede municipal de ensino, informações sobre o envelhecimento, estimulando consideração respeito ao idoso, com reflexos na atitude da família e influência em sua formação por toda a vida, até a velhice. b) criar, em horários e locais adequados, classes especiais para a alfabetização e novas aprendizagens do idoso, em esquema que reforce a auto-estima e preserve sua autonomia e dignidade animando formas de novos conhecimentos, atualização e reprofissionalização.

NA ÁREA DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

a) estimular o funcionamento de mecanismos que impeçam a discriminação e desvalorização do idoso e sua participação no mercado de trabalho, adaptando o trabalho ao indivíduo. b) (Recomendação 162 da Organização Internacional do Trabalho). c) apoiar programas de reiserção da pessoa idosa a vida econômica da comunidade com apoio da Universidade, centros de treinamento comunitário e aproveitamento de seus talentos, habilidades e experiências. d) orientar a formação de grupos de trabalho e informação para projetos capazes de obter financiamento do Programa de Geração de Emprego e Renda/PROGER, do Ministério do Trabalho, que possibilitem atividades rentáveis do idoso e seus familiares no próprio lar.

NA ÁREA DA HABITAÇÃO URBANISMO E TRANSPORTES;

a) estimular processos de orientação e aconselhamento visando a permanência do idoso em família, evitando seu isolamento e medo de viver. b) incluir nos programas de assistência ao idoso a melhoria das suas condições habitacionais e adaptações da moradia, considerando seu estado físico e capacidade de locomoção. c) promover a funcionamento, através de órgão competentes da administração e cooperação da comunidade, de estudo que proporcionem bem-estar e segurança a habilitação da pessoa idosa. d) buscar alternativas habitacionais adequadas, facilitando a convivência e sociabilidade estimulando pessoas mais velhas e sozinhas a viverem juntas, compartilhando espaços, trabalhos domésticos e despesas. e) Criar um serviço, coordenado por voluntários, aproximando pessoas do sexo feminino para organização de casas-lares, que aproveitem cômodos disponíveis em residências, ajudando a solucionar o alojamento de viúvas e solteiras idosas. f) Destinar nos programas habitacionais do Município unidades especialmente projetadas, no regime de comodato, que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular, utilizando sistema de financiamento acordado pelo governo federal junto à rede bancária oficial e privada. g) Estimular, através da legislação vigente, a redução de taxas, emolumentos e custas cartoriais relativas à morada do idoso com renda mensal comprovada até três salários mínimos. h) Estabelecer normas para construções e sedes de serviços públicos eliminem as barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso, mobilidade e circulação do indivíduo idoso. i) Organizar a infra-estrutura urbana e equipamentos às condições físicas e livre movimentação da população mais velha, com nas vias públicas e no trânsito, e sinalização bem visível e localizada: j) Coibir o desrespeito ao idoso na utilização dos transportes coletivos urbanos, penalizando as empresas concessionárias por riscos à integridade física das passageiras em caso de excesso de velocidade: descaso na sua subida e descida dos veículos e recusa à parada para apanhá-lo em pontos dos percursos.

NA ÁREA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA

a) promover e defender os direitos da pessoa idosa, proporcionando-lhe atendimento a serviços de melhor qualidade através dos órgãos de justiça da segurança pública. b) divulgar informações que esclarecam e orientem o cidadão idosos, seus familiares, a comunidade e instituições sobre a legislação que garante direitos de cidadania e proteção aos integrantes da terceira idade: c) promover entendimentos entres o Conselho Municipal do Idoso e os órgãos do Poder Judiciário (ministério Público) para examinar e acompanhar as denúncias de maus tratos, violências e agressões contra a gente mais velha, mobilizando também o dispositivo policial da cidade, quando necessário: d) ampliar as possibilidades de assistência e orientação sobre os direitos do cidadão idoso, buscando apoio da sessão local da OAB- Ordem dos Advogados do Brasil, de associações de advogados e profissionais voluntários motivados para essa causa.

NA ÁREA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

a) incentivar o idoso e os movimentos que o congregam a desenvolverem atividades culturais, produzindo, pesquisando, elaborando e usufruindo dos bens e recursos culturais existentes ou que venham a ser criados na comunidade: b) estimular de informações, habilidades e experiências a jovens, em favor de atendimento entre gerações e garantia da cultura e tradições: c) incentivar e criar programas de lazer, esportes e atividades físicas que proporcionam melhor qualidade de vida e hábitos que estimulem a participação comunitária, animando outros cidadãos veteranos para práticas sadias e agradáveis: d) garantir o acesso gratuito ao idoso às promoções e espetáculos, esportivos e educativos patrocinados com recursos públicos, e procurar obter entrada franca ou preços reduzidos, quando a promoção for entidades não governamentais e as atividades animarem o lazer e desenvolvimento pessoal.

CAPITULO V

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À POLÍTICA DO IDOSO

Art. 14 - Para a aplicação dos objetos da Política Municipal do idoso, coordenada pelo Conselho Municipal do Idoso, fica instituído o Fundo Muni-

cipal de Apoio a Política do Idoso (FUMAPI). Órgão da administração Municipal, responsáveis pela gestão dos recursos destinados à cobertura de planos, programas, projetos e promoções específicos deste setor.

§ 1º - Cabe à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, gerir o Fundo Municipal de Apoio a Política do idoso (FUMAPI), sob a orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Apoio à Política do idoso integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 15 - Constituirão Receitas do Fundo

I - Recursos provenientes de órgão da União ou Estado vinculado a Política Nacional do Idoso.

II - Transferências do Município

III - Receitas resultantes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas:

IV - Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis:

V - Transferências do exterior. VI - Dotações orçamentárias da União e dos Estados, conseguidos especificamente para atendimento desta lei; VII - Receitas de acordos e convênios: VIII - Outras receitas.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 16 - As entidades representantes da sociedade civil, no prazo de trinta dias a contar da data de publicação desta Lei, indicarão a à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, os nomes dos membros escolhidos para integrarem o Conselho Municipal do Idoso.

Art. 17 - O Poder Executivo Municipal tomará as providências necessárias, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da publicação desta Lei, para instalação efetiva e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, nomeando seus integrantes.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, de Confresa-MT, em 02 de agosto de 2011

DR. IRON MARQUES PARREIRA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 276/2021 ADM DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal, MARIA CELIA RODRIGUES, CPF nº. 555.114.571-91 como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

	FISCAL	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
EDUCAÇÃO	MARIA CELIA RODRIGUES CPF.: 555.114.571-91	WILSON DIAS FERREIRA CPF.: 581.952.461-68	

Art. 2º - O servidor designado ficar responsável pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	**259/2021**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	02.416.362/0001-93	**R$ 555.000,00**
OBJETO	**PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO DO TIPO COMBOIO - ZERO KM, ANO 2021, MODELO 2021, EQUIPADO COM LUBRIFICAÇÃO E ABASTECIMENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.**		
VIGÊNCIA	12 MESES – 22/10/2021 A 22/10/2022.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações

Disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 22 de outubro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 259/2021

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de Dois Mil e Vinte e Um, o **MUNICÍPIO DE CONFRESA**, **Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 194/2021** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 053/2021** da Prefeitura Mu-

nicipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 21/10/2021** , cujo objetivo é **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO DO TIPO COMBOIO - ZERO KM, ANO 2021, MODELO 2021, EQUIPADO COM LUBRIFICAÇÃO E ABASTECIMENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009,Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021, segundo as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO DO TIPO COMBOIO - ZERO KM, ANO 2021, MODELO 2021, EQUIPADO COM LUBRIFICAÇÃO E ABASTECIMENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o (s) serviço (s) solicitado (s) nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar o (s) serviços (s) solicitado (s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o (s) fornecedor (es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **22 de outubro de 2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.**

CNPJ: **02.416.362/0001-93**

Inscrição Estadual: 13.180.411-1

Telefone: (65)3632-7700 ou (65) 3682 - 7213

Endereço: AV. ULISSES POMPEU DE CAMPOS, Nº 656, BAIRRO ZERO QUILOMETRO.

Cidade: VÁRZEA GRANDE-MT.

CEP: 78110-600

Representante Legal: Douglas Alberto Luz Barros

CPF nº. 734.085.571-87

OAB/MT nº.: 24649

EMAIL: **licitacao@albertobarrosadvocacia.com.br**

Dados Bancários: Banco do Brasil (001) – Agência nº. 7139-0, C/C: 13980-7

Vencedora do único item do certame no valor global de R$ 555.000,00 (Quinhentos e Cinquenta e Cinco Mil Reais).

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	TCE	BETHA	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VAL. UNITARIO	VAL. TOTAL
01	00057280	133125500	01	UND	CAMINHÃO DO TIPO COMBOIO - ZERO KM, ANO 2021, MODELO 2021, 4 CILINDROS, COM MÍNIMO DE 185CV, SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA TRANSMISÃO DE NO MINIMO 6 MARCHAS À FRENTE E 01 À RÉ COM ACIONAMENTO MANUAL E TRAÇÃO 4X2, CABINE FRONTAL, BASCULAVEL, REVESTIDA EM CHAPA DE AÇO, FREIOS A AR NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS, FREIO MOTOR COM VALVULA TIPO BORBOLETA E FREIO MOTOR DE CABEÇOTE, DIREÇÃO HIDRAULICA DE SERIE, PBT MINIMO DE 14.000KG, CAPACIDADE MAXIMA DE TRAÇÃO 23.000KG, TANQUE DE COMBUSTIVEL COM CAPACIDADE MINIMA DE 270 LTS, AR CONDICIONADO, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4800MM, DIREÇÃO HIDRAULICA EQUIPADO COM COMBOIO PARA ABASTECIMENTO E LUBRIFICAÇÃO (PERSSURIZADO, PNEUMATICO, HIDRAULICO), TANQUE COM CAPACIDADE PARA 5.000LTS DIVIDIDO EM DUAS PARTES DE 2.500LTS. **MARCA: Iveco 150E21**	R$ 555.000,00	R$ 555.000,00
VALOR TOTAL: R$ 555.00,00							

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo (a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNID: 04 – ENSINO FUNDAMENTAL

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.00.00.0001

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE -

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE -

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal de nº 276/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
EDUCAÇÃO	MARIA CELIA RODRIGUES CPF.: 555.114.571-91	WILSON DIAS FERREIRA CPF.: 581.952.461-68	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico** nº **053/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Confresa – MT, 22 de Outubro de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ n°. 02.416.362/0001-93

Representante Legal: Douglas Alberto Luz Barros

CPF n°. 734.085.571-87 – OAB/MT nº.: 24649

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 260/2021

Aos 22 dias do mês de Outubro do ano de dois mil e Vinte e Um, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 159/2021** na modalidade **Pregão Presencial nº 061/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 26/07/2021**, cujo objetivo é a eventual e futuraPregão Presencial de Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES (INTERMUNICIPAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, Decreto Municipal n° 030/2021, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a eventual e futura **AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES (INTERMUNICIPAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de Maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo imediato após solicitação, com as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 28 de julho de **2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA**.

CNPJ: 36.909.380/0001-29 TELEFONE/FAX: (62) 3636-0766

END.: RUA BORORÓS, Nº 309, SETOR SUL II

CIDADE: BARRA DO GARÇAS – MT CEP: 78.600-000

EMAIL: rionovotransporte@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: LUCIANA PEREIRA PENA PIEROBON

CPF:479.089.201-87

DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRADESCO, AG: 3292-1 C/C 007665-1.

ITENS: 08, 10, 11, 15 E 16.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD SISTEMA	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	00028092	1496	PASSAGEM RODOVIARIA DE CONFRESA – MT/ BARRA DO GARÇAS-MT.	UNI	256	R$ 19,29	R$ 4.938,24
2	00028093	1497	PASSAGEM RODOVIARIA DE BARRA DO GARÇAS – MT/ CONFRESA – MT.	UNI	262	R$ 24,39	R$ 6.390,18
3	00028094	1498	PASSAGEM RODOVIARIA DE BARRA DO GARÇAS – MT/ CUIABA – MT.	UNI	229	R$ 19,79	R$ 4.531,91
4	00028095	1499	PASSAGEM RODOVIARIA DE CUIABA -MT/ BARRA DO GARÇAS – MT.	UNI	237	R$ 19,95	R$ 4.728,15
5	00028096	33120904	PASSAGEM RODOVIARIA DE CONFRESA - MT/ LUCAS DO RIO VERDE – MT.	UNI	12	R$ 140,00	R$ 1.680,00
6	00028097	33120905	PASSAGEM RODOVIARIA DE LUCAS DO RIO VERDE – MT/ CONFRESA – MT.	UNI	12	R$ 144,90	R$ 1.738,80
7	00020182	133125151	PASSAGEM DE CONFRESA- MT / SÃO FELIX DO ARAGUAIA -MT	UNI	05	R$ 11,95	R$ 59,75
9	0028236	133125153	PASSAGEM DE CONFRESA-MT/ PARA ÁGUA BOA-MT	UNI	05	R$ 17,30	R$ 86,50
12	00019504	133125156	PASSAGEM DE CONFRESA-MT/ PARA SINOP-MT	UNI	05	R$ 74,80	R$ 374,00
13	00035029	133125157	PASSAGEM DE CONFRESA-MT/ PEIXOTO DO AZEVEDO-MT	UNI	05	R$ 53,90	R$ 269,50
14	00028226	133125158	PASSAGEM DE CONFRESA-MT/ PARA PRIMAVERA DO LESTE-MT	UNI	05	R$ 43,90	R$ 219,50
						TOTAL	**R$ 25.016,53**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E S. PÚBLICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, os fornecedores e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal n°275/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	FISCAL	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	WALTER RAMOS TELES	GRACIETE FERREIRA DA SILVA	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MARIA DE JESUS B. SETUBA	LORENA CARVALHO S. SILVA	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	LUCIENE FERREIRA V. GUIMARÃES	CARLOS LOYSE ALVES LUZ	ELAINE DA SILVA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial** Nº **061/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial das FORNECEDORAS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Confresa – MT, 22 de Outubro de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

CNPJ: 36.909.380/0001-29

Representante Legal: Luciana Pereira Pena Pierobon

CPF:479.089.201-87

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 145/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000145/21 de 1 de Outubro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 001019/21 de 12 de Julho de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(15) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.004-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.690,00
(18) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.004-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.000,00
(12) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.004-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	3.980,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
(40) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	13.300,00
(44) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.007-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.000,00
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
(114) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.030-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.500,00
(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	22.000,00
04.02 - ENCARGOS ESPECIAIS	
(116) 4.6.90.71.00.00.00.00.2.031-0000 - PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	6.400,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(276) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.042-0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	27.000,00
(275) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.042-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
05.11 - FUNDEB	
(410) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.069-0018 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.484,23
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(507) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.029-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.500,00
(500) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.029-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	11.500,00
(512) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.029-0002 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.500,00
(501) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.029-0002 - MATERIAL DE CONSUMO	1.100,00
(522) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.107-0002 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	650,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(783) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.123-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.103,81
(632) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.016-0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1.243,09
(576) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.014-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.902,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(1021) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.111-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	1.375,00
(909) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.020-0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.555,41
(903) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	112.108,30
(902) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	22.000,00
(901) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.680,00
(894) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.019-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	26.100,00
(882) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.019-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.846,00
06.07 - VISA	
(1095) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.028-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	2.800,00
(1078) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.026-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	11.300,00
(1050) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.025-0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.815,00

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000145/21 de 1 de Outubro de 2021

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.02 - URBANISMO	
(1235) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.052-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	2.970,00
07.03 - EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	
(1256) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.120-0017 - MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00
08 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
08.01 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
(1622) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.050-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.500,00
(1616) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.050-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	78.500,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1755) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.117-0043 - MATERIAL DE CONSUMO	630,00
09.09 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
(1911) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.122-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.127,95
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	
(1948) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.038-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.500,00
11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
(2005) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.012-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.000,00
(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.000,00
(1999) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.012-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	15.240,00
Total Suplementação:	**466.900,79**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(753) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.110-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	37.900,79
(665) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.017-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
(641) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.016-0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	15.000,00
(612) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.015-0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	38.000,00
(611) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.015-0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	6.000,00
(607) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.015-0042 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
(664) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.017-0042 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
(606) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.015-0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35.000,00

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000145/21 de 1 de Outubro de 2021

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

07.07 - FUNDO MUN DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CONFRESA

(1416) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.129-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
Total Anulação:	**466.900,79**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIA

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 150/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000150/21 de 11 de Outubro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 001019/21 de 12 de Julho de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(12) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.004-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	1.900,00
(12) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.004-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	500,00
(2) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.007-0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.000,00
(15) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.004-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.186,38
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
(31) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.007-0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.384,00
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
(102) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.030-0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	85,55
(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	59,80
04.02 - ENCARGOS ESPECIAIS	
(116) 4.6.90.71.00.00.00.00.2.031-0000 - PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	118.338,61
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(267) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.042-0000 - DIARIAS - CIVIL	482,68
(269) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.042-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(522) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.107-0002 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	500,00
(522) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.107-0002 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.100,00
(511) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.029-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	24.000,00
(507) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.029-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
(522) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.107-0002 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	800,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(587) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.014-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	105,00
(596) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.014-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.000,00
(587) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.014-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	325,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(892) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.019-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	800,00
(903) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	180,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.02 - URBANISMO	
(1235) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.052-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	3.200,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1712) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.072-0029 - MATERIAL DE CONSUMO	2.993,60
(1757) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.117-0043 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.100,00
09.06 - ATENÇÃO E INTEGRAÇÃO DO IDOSO	
(1800) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.081-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	304,15
09.08 - ATENÇÃO À CRIANÇA, ADOLESC E ATIV CONSELHO TUTELAR	
(1845) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.082-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	717,53

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000150/21 de 11 de Outubro de 2021

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.565,00
(1988) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.016-0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.350,00
(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	61,02
(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.920,00
Total Suplementação:	**225.958,32**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL

(273) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.042-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	19.298,60
(273) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.042-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	128.500,00
(266) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.042-0001 - OBRIGACOES PATRONAIS	4.000,00
(258) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.042-0001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
05.10 - INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	
(359) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.049-0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
05.11 - FUNDEB	
(384) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.065-0019 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	29.159,72
Total Anulação:	**225.958,32**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Confresa-MT, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do crédito	Conta	Origem	Aplicação	Valor (R$)

21/10/2021	104/3437/006/624076-7	FNS	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	13.523,04
			Confresa - MT, 22 outubro de 2021.	
			Departamento de Tesouraria	
			Secretaria de Finanças	

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 274/2021 ADM DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE OBRA DE ARTE CORRENTE NO MUNICÍPIO DE Confresa/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Ronio Condão Barros Milhomem, PREFEITO MUNICIPAL, DE Confresa/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Confresa/MT, tornar público a APROVAÇÃO do **Projeto de Obra de Arte Corrente**, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	PROJETO DE OBRA DE ARTE CORRENTE	ADALBERTO DE A. B. PAGIOLLI ENGENHEIRO CIVIL CREA: MT033807

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL: Jeverson Pereira Borges

CREA: 1016143150DGO

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrária.

Confresa, 22 de outubro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

JEVERSON PEREIRA BORGES

Engenheiro Civil

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 220/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP -

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira, torna público que fará realizar no dia **16 de novembro de 2021, às 09:00 hs (horário local)**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua 13 de Maio, S/N, Centro, na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 074/2021, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818, Ramal 30, ainda pelo e-mail: licitaconfresa@hotmail.com

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.

CONFRESA-MT, **22 de OUTUBRO de 2021**.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA Nº 126/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.080/2021

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 210/2020

TOMADA DE PREÇOS nº. 015/2020

DO OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Obras e Engenharia na Construção da Feira do Produtor Rural, conforme contratos de Repasses abaixo Descritos, MAPA/CAIXA/ Prefeitura Municipal de Confresa, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, sendo contrato de Repasse Nº882294/2018 BLOCO C.

OBJETO DO ADITIVO: Constitui objeto do presente termo aditivo ao Contrato nº 080/2021, as alterações nas seguintes Cláusulas: 4.2 alterando o Valor Unitário e Valor Global para **R$ 674.614,67** (Seiscentos e Setenta e Quatro Mil, Seiscentos e Quatorze Reais e Sessenta e Sete Centavos), Cláusula 5.1 a Prorrogação de Prazo de Execução para 180 dias e na Cláusula Décima Segunda na Dotação Orçamentária de Recurso Próprio (Cód. Red. 1505) alterar o valor para **R$ 70.805,15 (Setenta Mil, Oitocentos e Cinco Reais e Quinze Centavos).**

Justificativa: Conforme Ofício nº 473/ENG/SEPLAC/PMC/2021, solicitando a elaboração de aditivo contratual, em razão da Necessidade de Alteração, para compatibilização de valores da Planilha Orçamentária com valor aprovado pela Caixa Econômica Federal, tendo vistas ajustes necessários em valores de Macroserviços do Orçamento.

DATA: Confresa, 22 de Outubro de 2021.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA**: **CADTEC 3D TREINAMENTOS PROJETOS E OBRAS LTDA**, inscrita no CNPJ com o n. **11.291.278/0001-81.**

FORO: Porto Alegre do Norte – MT.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 344/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

Portaria 344/2021 de 20 de Outubro de 2021.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O Oficio 927/SMDST de 20/10/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal SANDRA FLAVIA FERREIRA NEVES, matricula 013705, comissionada no cargo de COORDENADOR, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 20 de Outubro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 343/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

Portaria 343/2021 de 20 de Outubro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O oficio 3356/SMS de 18/10/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 01/12/2021 a 02/04/2022 referente ao período aquisitivo 11/06/2012 a 10/06/2017 a Servidora Pública Municipal JACIRA MENDES DA LUZ E SILVA, matricula 012022, ocupante do cargo efetivo de PNSS - ASSISTENTE SOCIAL - 30 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/CAPS- Centro de Atenção Psicossocial

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 20 de Outubro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 342/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

Portaria 342/2021 de 20 de Outubro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O oficio 34000/SMS de 19/10/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 01/12/2021 a 28/02/2022 referente ao período aquisitivo 31/01/2015 a 30/01/2020 a Servidora Pública Municipal ELIANE OLIVEIRA DE ARAUJO ALVES, matricula 010103, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 20 de Outubro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 341/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

Portaria 341/2021 de 20 de Outubro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O oficio 989/SMEEL/2021 de 18/10/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 19/10/2021 a 16/01/2022 referente ao período aquisitivo 31/07/2016 a 30/07/2021 a Servidora Pública Municipal MARIA ELZA DE FREITAS MARINHO, matricula 010401, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Vida Esperança.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 20 de Outubro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
DECRETO Nº. 077, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"Decreta ponto facultativo nos órgãos públicos municipais de Conquista D'oeste no dia que menciona".

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido o ponto facultativo do dia 28 de outubro de 2021 (quinta-feira), em comemoração ao Dia do Servidor Público, **para o dia 01 de novembro de 2021 (segunda-feira)**.

Parágrafo Único – Os serviços públicos considerados essenciais funcionarão mediante plantão, a ser fixado pelos Secretários das respectivas pastas.

Art. 2º Fica instituído o horário de expediente normal no dia 28 de outubro de 2021 (quinta-feira), em todas as Unidades da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Os servidores cedidos à POLITEC, INDEA, SEFAZ e DETRAN deverão observar as medidas estabelecidas pelos respectivos órgãos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 22 de outubro de 2021.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 006/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D´Oeste/MT, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Leis Complementares que regulamentam a investidura no Serviço Público Municipal, **CONVOCA** o Candidato abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo Simplificado desta Prefeitura, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado 002/2021, devidamente homologado, para apresentar os documentos exigidos para o processo de nomeação e posse no respectivo cargo.

A posse ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do ato de nomeação.

Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo.

CARGO: MOTORISTA – 40 HORAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA NASC.	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000190	**RENATO DE SOUZA**	16/02/1988	81,00	6º

Gabinete da Prefeita, Conquista D'Oeste - MT, 22 de outubro de 2021.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 162/2021

"Promove a exclusão da Folha de Pagamento mensal de Conselheiro Tutelar que menciona."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a exclusão da Conselheira **ROCICLEY SOUZA DE LIMA ALVES**, portadora do CPF: 004.718.061-70 e da Cédula de Identidade nº 1558444-5, expedida pela SSP/MT, por força da Lei Federal nº 12.696/2012, da folha de pagamento de pessoal do município, a partir de 01 de outubro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 22 de outubro de 2021.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 073/2021-PMCO/MT

Proc. adm. n° 993/2021

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO 029/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA COM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

BASE LEGAL: O presente contrato administrativo tem como fundamento legal a Lei nº 8.666/1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT.

CONTRATADA: HUMANAMENTE SAUDE MENTAL LTDA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.007.12.361.0017.2026.339039000000

VALOR CONTRATADO: O valor total contratado é de **R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), valor este que será de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) mensais, por um período de 02 (dois) meses.**

DA FISCALIZAÇÃO: Como fiscal a servidora CELIA ROMUALDO DA COSTA REIS.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 02 (dois) meses.

E ASSINATURA: 21 de outubro de 2021

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e CAROLAINE SILVA MORAIS pela CONTRATADA.

LICITAÇÃO
ABERTURA DE PREGAO PRESENCIAL 040/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2021 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1036/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, AMBIENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL DE DECORAÇÃO NATALINA, DE ACORDO COM CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.

Credenciamento e Abertura: 10/11/2021- Horário de Cuiabá às 08:00 (oito) horas

Maiores Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 e no e-mail: licitacao@conquistadoeste.mt.gov.br . O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br.

Conquista D'Oeste, 22 de outubro de 2021.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 052/2021 PROCESSO Nº 142/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 050/2021, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**:"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - ITENS FRACASSADOS, QUE SE FAZEM NECESSÁRIOS PARA SERVIR AS REFEIÇÕES DA MERENDA ESCOLAR NA ESCOLA ALDOVANDRO ROCHA DA SILVA EM NOVA ESPERANÇA, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO"**. Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **12 de novembro de 2021 às 08h30-min,** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser acessado pelos interessados através do site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência, os links de acesso direto são: Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/. Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações destinadas ao Covid-19: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Covid-19/Pregao/. Para

esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247. Cotriguaçu-MT, 22 de outubro de 2021.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

TERMOS DE APOSTILAMENTOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PREGÃO PRESENCIAL 162021 PROCESSO 0382021, PREGÃO PRESENCIAL 262021 PROCESSO 0602021, PREGÃO PRESENCIAL 1042020 PROCESSO 1742020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT, CNPJ 37.465.309/0001-67, com sede e foro nesta Cidade de Cotriguaçu/MT, doravante denominada simplesmente "CONTRATANTE", neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, portador(a) da RG nº **9034**SSP/MT, e inscrito no CPF/MF nº ***.202.302.**, resolve ACRESCENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS nos **Processos N° 038/2021 referente ao Pregão Presencial 16/2021**, **Processo 060/2021 referente ao Pregão Presencial 26/2021**, **Processo 174/2020 referente ao Pregão Presencial 104/2020**, pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PEDIDO

A inclusão foi solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme os ofícios Nº 099/COMPRAS/SMS/2021, 100/COMPRAS/SMS/2021, 101/COMPRAS/SMS/2021, para suprir as suas demandas da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES

As dotações orçamentarias inclusas tem por código.

Cod.Red.	UN.Orç.	Proj./Ativ.	ElementoDespesa
263	2.042	2.128	3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Diário Oficial dos Municípios consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93.

Cotriguaçu/MT, 22 de outubro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

1º TERMO DE REEQUILIBRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°11/2021

PRIMEIRO TERMO DE REEQUILIBRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 11/2021, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT E A EMPRESA: COTRIGUAÇU ALIMENTOS e COMERCIO EIRELI ME, CNPJ 24.602.606/0001-65.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, com sede administrativa na Av. 20 de Dezembro Centro, cidade Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica/CNPJ sob o n° 37.465.309.0001-67, neste ato representada pelo Prefeito Srº: OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Vidal Queiroz, S/N° Bairro: Jardim Botânico, na cidade de Cotriguaçu – MT, Portador de C. I. RG nº **9034*-* SSP/MT e a empresa: **COTRIGUAÇU ALIMENTOS e COMERCIO EIRELI ME, CNPJ 24.602.606/0001-65,** doravante denominada **"CONTRATADA",** celebram entre si, ajustado o PRIMEIRO TERMO DE REEQUILIBRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2021 celebrado entre as partes em 19 do mês de março do ano de 2021, cujo objeto é: **"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÁS DE COZINHA E MATERIAIS QUE SE FAZEM NECESSÁRIOS PARA SERVIR AS REFEIÇÕES, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS".**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

1.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: "2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação".

CLÁUSULA SEGUNDA- DO REEQUILIBRIO:

2.1. O presente Termo de reequilíbrio tem por objeto o reajuste de valor, conforme apresentação de Notas Fiscais anteriores e posteriores no aumento do valor unitário do item, do qual a empresa solicitou reajuste para os valores dos itens abaixo.

Item 129: MACARRAO - MASSA ALIMENTICIA 500G MASSA ALIMENTICIA - TIPO SECA PARA SOPA, FORMATO PADRE NOSSO, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE

TRIGO ESPECIAL, OVOS E DEMAIS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES (500G), **Reequilibrase o valor de R$ 4,72 para R$5,47.**

Item 136: SALSICHA-VIENA, COMPOSTA DE CARNE BOVINA E KG ESTRELA 110,000 14,0800 1.548,80

TOUCINHO, FRESCA C/CONDIMENTOS TRITURADOS, MISTURADOS, COXIDOS, A GRANEL, PESANDO APROXIMADAMENTE 50G POR UNIDADE, **Reequilibra-se o valor de R$ 14,08 para R$ 16,89.**

Item 60: LEITE EM PO INTEGRAL - GORDURAS TOTAIS 6,9 A 8,0 G, PCT PIRACANJUB 685,000 16,8900 11.569,65 GORDURAS SATURADAS 4,0 A 5,0 G, GORDURA TRANS 0 LEITE EM PO INTEGRAL - GORDURAS TOTAIS 6,9 A 8,0 G, PCT PIRACANJUB 685,000 16,8900 11. 569,65 GORDURAS SATURADAS 4,0 A 5,0 G, GORDURA TRANS 0 G,FIBRA ALIMENTAR 0G, CALCIO 239MG A 239,2 MG, SODIO 85MG A 111MG, VALOR ENERGETICO DE 129 A 150 KCAL, CARBOIDRATO DE 9,6 A 12G, PROTEÍNA DE 6,7 A 12G, EMBALADO EM PACOTE ALUMINIZADO, **Reequilibra-se o valor de R$ 16,89 para R$ 19,59.**

Item 127: FRANGO SEMI PROCESSADO-INTEIRO, CONGELADO, SEM KG SEARA 2.700,000 13,2500 35.775,00 PARTES FALTOSAS, QUEIMADURAS POR CONGELAMENTO, COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIO, COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, SEM MANCHAS, PELE COMPLETA AUSENCIA DE PENAS E PENUGEM, PERFURAÇÕES, COAGULOS, OSSOS QUEBRADOS, ACONDICIONADO EM SACO

PLASTICO ATOXICO, PESO EM MEDIA 2KG POR UNIDADE. **Reequilibra-se o valor de R$ 13,25 para R$ 17,09.**

Item 77: MORTADELA - CONSTITUIDA DA MISTURA DE CARNES UNI PEPERI 175,000 13,6000 2.380,00 BOVINA, COMPOSTA DE CONDIMENTOS, APRESENTANDO NO MAXIMO 10 % DE CUBOS DE TOUCINHO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS ISENTA DE SUJIDADES E CORPOS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTES E ATOXICO, PESANDO1 KG, INPECIONADA PELO SIF, **reequilibra-se o valor de R$ 13,60 para R$ 15,36.**

Item 20: MARGARINA VEGETAL COM SAL COMPOSTO DE 80% PT QUALY 1.304,000 14,4900 18.894,96 GORDURA E LEITE(LIPIDEOS), PODENDO CONTER VITAMINA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, COM ASPECTO COR, CHEIRO, E SABOR PROPRIO, ACONDICIONADO EM POTE

CONTENDO 500 GRS EMBALADO EM POTE INDIVIDUAL DE 500 GRS. **Reequilibra-se o valor de R$ 14,49 para R$ 16,51.**

Item 62: TOMATE - MADURO, BOA QUALIDADE, GRAUDA, DE POLPA KG VERDURAO 1.780,000 10,7900 19.206,20 FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESIDUOS E FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O SEU MANUSEIO,VENDA POR PESO. **Reequilibra-se o valor de R$ 10,79 para R$ 14,90.**

Item 107: FRANGO SEMI-PROCESSADO - INTEIRO, RESFRIADO, SEM KG MAROMBI 1.660,000 10,7700 17.878,20 PES, PESCOCO E VISCERAS, COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, PESO POR QUILO. **Reequilibra-se o valor de R$ 10,77 para R$ 14,00.**

Item 39: MACA VERMELHA GRANDE NACIONALDE PRIMEIRA KG VERDURAO 120,000 13,9200 1.670,40 APRESENTADO TAMANHO COR E CONFORMACAO UNIFORME DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA INTACTA E FIRME SEM DANOS FISICOS E MECANICOS

ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE ACONDICIONADOS EM CX PAPELAO ONDULADO. **Reequilibra-se o valor de R$ 13,92 para R$ 16,14.**

Item 15: LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, TEOR DE MATERIA GORDA LT PIRANCAJUB 6.290,000 5,6000 35.224,00 COMPOSTO DE CARBONATOS, PROTEÍNAS, GORDURAS TOTAIS E SATURADAS, GORDURAS, TRANS OG, FIBRA OG, SODIO E CALCIO, RECIPIENTE HERMETICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VAL DE NO MIN 90 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA.

Reequilibra-se o valor de R$ 5,60 para R$ 6,55.

Item 63: CARNE BOVINA - TIPO PALETA DE SEGUNDA SEM OSSO KG PAG POUCO 1.420,000 29,8200 42.344,40 (DIANTEIRA), EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EMBALADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, SEM SUJIDADES, INSPECIONADA PELO SIF. **Reequilibra-se o valor de R$ 29,82 para R$ 35,78.**

Item 64: CARNE BOVINA - TIPO ALCATRA SEM PELANCA, EM BIFE KG PAG POUCO 800,000 44,0200 35.216,00 AMACIADO, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NOMAXIMO 10% DE SEBO OU GORDURA, EMBALADA EM EMBALAGEM PROPRIA, INSPECIONADA PELO SIF. **Reequilibra-se o valor de R$ 44,02 para R$ 52,82.**

Item 65: CARNE BOVINA SALGADA - PRODUTO PREPARADO COM KG PAULISTA 130,000 40,5700 5.274,10 CARNE BOVINA TIPO CHARQUE DIANTEIRA 1 QUALIDADE, DESSECADA, DE CONSISTENCIA FIRME DE CONSISTENCIA FIRME C/COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PROPRIA. **Reequilibra-se o valor de R$ 40,57 para R$ 48,68.**

Item 140: CARNE BOVINA TIPO BOVINA, TIPO MAMINHA, EM PEÇA KG PAG POUCO 680,000 44,7800 30.450,40 DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NOMAXIMO 10% DE

SEBO OU GORDURA, EMBALADA EM EMBALAGEM PROPRIA, PESANDO SEM SUGIDADES E AÇÃO DE MICROBIOS, INSPECIONADA PELO SIF. **Reequilibra-se o valor de R$ 44,78 para R$ 53,73.**

Item 29: CARNE BOVINA TIPO ACEM, SEM OSSO, EM PECA INT. KG PAG POUCO 1.580,000 31,9900 50.544,20 CONGELADA, E NO MINIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NO MAX 10% DE SEBO OU GORDURA, EMB EM EMBALAGEM EM SACO

PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, INSPECIONADA PELO SIF. **Reequilibra-se o valor de R$ 31,99 para R$ 38,38.**

Item 99: LINGUICA - DEFUMADA, TIPO SALAME ARTESANAL, KG PAULISTA 120,000 33,1200 3.974,40

PREPARADA COM CARNE MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NÃO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA AMBIENTE ADEQUADA. **Reequilibra-se o valor de R$ 33,12 para R$ 39,74.**

Item 43: CARNE BOVINA TIPO COSTELA CARNE BOVINA - TIPO KG PAG POUCO 1.390,000 24,6700 34.291,30 COSTELA, EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NOMAXIMO 10% DE SEBO OU GORDURA., EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO, INSPECIONADA

PELO SIF. **Reequilibra-se o valor de R$ 24,67 para R$ 29,60.**

Item 145: LINGUIÇA DEFUMADA TIPO CALABRESA, PREPARADA COM KG EXCELENCIA 135,000 31,8500 4.299,75 CARNE NAO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NÃO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, ´PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERAÇÃO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO.

Reequilibra-se o valor de R$ 31,85 para R$ 44,59.

Item 146: MARGARINA VEGETAL- SEM SAL, COMPOSTO DE 82% DE PT QUALY 215,000 10,5400 2.266,10 GORDURA E LEITE, PODENDO CONTER VITAMINA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, ACONDICIONADO EM POTE PLASTICO, ATOXICO, EMABLADO EM CAIXA DE PAPELÃO 500G**. Reequilibra-se o valor de R$ 10,54 para R$ 11,70.**

Item 137: SALSICHA VIENA- COMPOSTA DE CARNE SUINA E TOUCINHO, KG ESTRELA 330,000 14,0000 4.620,00 FRESCA COM CONDICIONAMENTOS TRITURADOS, MISTUARDOS, COZIDOS, ACONDICIONADA EM SISTEMA CRY-O-VAC, PESANDO APROXIMADAMENTE 50G POR UNIDADES.

Reequilibra-se o valor de R$ 14,00 para R$ 17,08.

CLAUSULA TERCEIRA- DO PRAZO: O reequilíbrio se aplica a partir da assinatura, as aquisições a partir da data de assinatura a seguir.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO- fica ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente reequilíbrio.

4.1. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinaram as partes e as testemunhas abaixo.

Cotriguaçu-MT, 20 de outubro de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

CONTRATANTE

_____

COTRIGUAÇU ALIMENTOS e COMERCIO EIRELI ME

CNPJ 24.602.606/0001-65

CONTRATADO

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP º 035/2021 PROCESSO Nº 132/2021

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico- SRP nº 035/2021.

A empresa: G D C DA SILVA COSTA & COSTA LTDA CNPJ 09.721.729/0001-21 foi vencedora da licitação dos itens: 1. Com o valor global de **R$ 4.755,00 reais.**

Da homologação:

O Prefeito Municipal, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

a) Processo Nr.: 132/2021

b) Licitação Nr.: 035/2021

c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

d) Data Homologação:22/10/2021

e) Objeto da Licitação: "AQUISIÇÃO DE EPIs PARA ATENDER A DEMANDA DE TRABALHOS DOS PROFISSIONAIS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) DAS UNIDADES BASICA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU".

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 040/2021/PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD, neste ato representada pela Pregoeira designada pela Portaria SMGE nº 231/2021 torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2021/PMC,** processo administrativo nº 032.349/2021, que tem por objeto ***"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO OPERACIONAL A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO ASSISTENCIAL, QUE FAZEM PARTE DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (CRAS, CREAS, CCI'S, CASA DOS CONSELHOS, CONSELHOS TUTELARES, CASAS DE ABRIGAMENTO, PROGRAMA SIMININA, CENTRO DE CONVIVÊNCIA) E SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA"***, foi **SUSPENSA** para responder os **QUESTIONAMENTOS** e **RETIFICAÇÕES** do **EDITAL E SEUS ANEXOS .**

A nova data para reabertura do certame será divulgada oportunamente.

CONTATO: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe, Tel. (65) 3645-6156 E-mail: pregoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 as 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá, 22 de outubro de 2021.

Carlene de Paula Silva

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2021, do tipo "Menor Preço por Item". Objeto: Aquisição de Caminhão 3/4, conforme CONVÊNIO PLATAFORMA + BRASIL Nº 910533/2021, firmado entre a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e o Município de Curvelândia/MT. Recebimento das propostas: das 09:00 horas do dia 26/10/2021 às 09:00 horas do dia 10/11/2021. Início da sessão de disputa: dia 10/11/2021 às 10:00 horas. Referência de Tempo: Horário de Brasília/DF. Endereço eletrônico: http://bllcompras.com. O edital completo está à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia/MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br e http://bllcompras.com. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia/MT, 22 de outubro de 2021.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 07/2021 – AO EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2021 TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA/MT, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 277/2021, ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo, **Resolve**:

I. Divulgar **NOVO** Cronograma quanto as etapas e atividades a serem realizadas.

ANEXO II – CRONOGRAMA

ATIVIDADE/ETAPA	DATA/PERÍODO
APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS	
Nível Superior	07/11/2021 – 08h00min
Nível Médio (completo e incompleto)	07/11/2021 - 14h00min
Nível Fundamental (completo e incompleto)	07/11/2021 – 14h00min
Divulgação dos Gabaritos Preliminar (para todos os níveis)	Até dia 09.11.2021
Divulgação da Prova de Títulos	Até dia 09.11.2021
Prazo de recurso contra o Gabarito Preliminar e Prova de Títulos	24hs após divulgação do gabarito
Divulgação do resultado da análise dos recursos	11.11.2021
Divulgação definitiva do gabarito e da prova de títulos	11.11.2021
Divulgação do resultado da Prova Objetiva	16.11.2021
Prazo de recurso contra o resultado da Prova Objetiva	24hs após a divulgação do Resultado
Divulgação do Resultado dos recursos	Até dia 19.11.2021
Divulgação do resultado final do Seletivo (exceto para os cargos que realizarão provas práticas).	19.11.2021
DATA DAS PROVAS PRÁTICAS	21.11.2021
Divulgação do resultado das provas práticas	22.11.2021
Prazo de recurso contra o resultado da Prova Prática	24hs após divulgação do Resultado
Divulgação do resultado da análise dos recursos	24.11.2021
RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO	**25.11.2021**
Publicação do Resultado no Diário Oficial	**25.11.2021**
Homologação do Seletivo no Diário Oficial	**26.11.2021**

**** O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações por decisão da Comissão Organizadora, conforme o número recursos interpostos e/ou intempéries, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar as publicações pertinentes nos seguintes endereços : www.curvelandia.mt.gov.br e https://portal.jg.selecao.site.***

Curvelândia – MT, 22 de Outubro de 2021.

Simone Gaio dos Santos

Pres. Comissão Processo Seletivo Port. Nº 277/2021

RECURSOS HUMANOS
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006

Divulga Inscrições Homologadas, Local, data, horário de prova e dá Outras Providências.

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, no exercicio de suas atribuições legais, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

RESOLVE:

I – Fica divulgada a lista de inscrições homologadas para o processo seletivo público nº 001/2021, conforme anexo I deste edital complementar.

II – Fica divulgado o local da prova escrita:

II.I A prova será realizada no dia 07/11/2021 (domingo), no período matutino as 08h00, e vespertino, as 14h00, horário oficial de MT, Escola Estadual Boa Esperança, Localizada na Av. Mariana, s/nº, Centro, Curvelândia-mt:

II.I.I - ATENÇÃO: O Candidato deverá comparecer ao local de prova escrita, com antecedência de 1h (uma hora) do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original com foto e caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul ou preta, conforme estabelece o subitem 6.15.4 do Edital de Abertura;

II.I.II - O Candidato deverá ainda, se atentar para as disposições do Item XVI do Edital de Abertura nº 01/2021.

A integra de todos os editais referente a esse processo seletivo, estão disponíveis no site da prefeitura municipal de Curvelândia-MT www.curvelandia.mt.gov.br e no site da Empresa responsável pela organização do processo seletivo https://portal.jg.selecao.site

Curvelândia – MT, 22 de Outubro de 2021.

Simone Gaio dos Santos

Pres. Comissão Processo Seletivo

Port. Nº 277/2021

ANEXO I

LISTA DE INSCRITOS – DEFERIDOS

AGENTE ADMINISTRATIVO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
760	ALESSANDRA SOUZA FERRAZ DOS SANTOS	913.256.331-00	AGENTE ADMINISTRATIVO
708	ANA PAULA DE CASTRO MELO	052.586.861-59	AGENTE ADMINISTRATIVO
623	VANESSA BEATRIZ SOUZA LEITE	063.010.591-07	AGENTE ADMINISTRATIVO
610	ESTER KAROLYNE VIGILATO NAGY	052.387.831-16	AGENTE ADMINISTRATIVO
384	KEMILLY FERREIRA DE SOUZA	061.684.701-74	AGENTE ADMINISTRATIVO
804	LUCAS VINICIUS DE OLIVEIRA AGUIAR	005.319.592-28	AGENTE ADMINISTRATIVO
619	MAICON ITALO DE OLIVEIRA SILVA	061.755.641-54	AGENTE ADMINISTRATIVO
780	MARIA CRISTINA DOS SANTOS	923.369.141-15	AGENTE ADMINISTRATIVO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
440	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	051.762.411-70	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
539	ALESSANDRA MARA DO PRADO	892.695.601-63	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
544	ALINE RODRIGUES SIQUEIRA	053.259.521-10	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
801	CLEIDE MARIA VICENSOTTI	593.939.551-15	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
690	DANIEL PICON ZUZA DOS SANTOS	061.991.141-75	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
833	EDNA RODRIGUES DOS SANTOS	931.996.431-91	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
634	ELIAN ROCHA ANTUNES	036.910.151-07	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
650	ELIANE DA SILVA PRUDENCIO	040.495.441-30	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
666	ELISANGELA FARIA DA SILVA	707.103.841-49	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
404	ELISÂNGELA LEANDRA SILVA BATISTA	021.159.621-33	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
459	ELLEN CAROLINE DA SILVA SOARES	054.548.471-51	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
439	FERNANDA DE SOUZA DUARTE	062.800.871-66	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
342	HELENIZE MARIA DA SILVA	021.776.101-17	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
696	ISADORA BEATRIZ SOUZA BERGAMO	063.116.841-95	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
670	ITALO INÁCIO DE MORAES SOUZA	063.262.151-61	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
665	JACKELINE DA SILVA ANNUNCIATTO	064.895.601-60	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

570	JANAINA DA COSTA DOS SANTOS	072.541.651-30	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
479	JANICE MARIA RODRIGUES PRADO	496.122.471-53	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
392	JOYCE ARIANE FAUSTINO RODRIGUES	063.440.901-89	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
762	KARINA ELLEN FERREIRA DA SILVA	067.604.521-94	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
652	LECIANE PRUDENCIO DA SILVA	006.235.971-10	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
863	LETICIA FERREIRA DE CARVALHO	048.223.271-40	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
480	LOUSIANNA REIS DE ARRUDA	012.038.671-23	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
830	LUCAS BRENO JACOB DE LIMA	062.626.951-25	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
332	MAIKELLY APARECIDA DE SOUZA BORGES	062.801.161-07	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
643	MÁRCIA SILVA BARELLA	029.637.831-32	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
354	MARCILEI XAVIER FERREIRA	046.933.471-16	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
694	MARIA VANICLEIDE DA SILVA PEREIRA	001.191.731-82	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
605	MARIZETE DO ESPIRITO SANTO	019.276.381-43	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
522	NEIDE MARIANA DOS SANTOS LARANJEIRA	773.713.481-68	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
476	OZEIAS LEMES DA GUIA JUNIOR	059.494.721-95	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
838	ROSANA PESSOA RAMOS	040.017.931-80	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
811	ROSILENE SILVA SOUSA	022.713.741-89	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
868	SAMUEL PATRICIO ILIDIO LADEIA	062.903.901-12	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
360	SARA RODRIGUES LEITE DA SILVA	027.498.171-88	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
669	SARAH CRISTINA GONÇALVES PIRES	704.000.131-42	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
778	TAYNA ARAUJO DOS SANTOS	047.903.291-27	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
614	THAIS REGINA DA SILVA	061.821.791-63	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
591	THAYSSA ARRUDA DE OLIVEIRA	045.274.831-37	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
856	VALDILEIA DA CRUZ SIMAO	013.086.821-31	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
541	WALISON APARECIDO GONÇALVES DA SILVA	063.096.511-02	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
337	WANDERLEI FERNANDES DO PRADO	854.797.801-15	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
741	ANESSA DA SILVA MOREIRA	703.969.991-58	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
423	BETHANIA MARIA FERREIRA MOURA	048.490.421-39	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
848	DANIELLY CORTE MARIM	055.576.301-39	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
486	ELENICE BORGES DE CARVALHO	019.713.971-05	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
710	JOÃO PAULO DA SILVA	060.585.931-07	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
418	LETICIA NAIARA DE SOUZA DA SILVA	049.641.301-50	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
626	MARCOS WINÍCIOS BATISTA SOARES	046.484.361-80	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
681	MONIQUI ESTEFÂNIA MONEZI	024.844.701-77	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
726	RENALVA LUIZA MARTINS RODRIGUES	015.069.691-43	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
513	VANILTON MARTINS DE MELO	005.311.911-84	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
834	WELLINE SIQUEIRA SOUZA	062.587.931-77	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
447	WILDSON ALVES ANUNCIACAO	034.115.941-79	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
785	CLAUBER FERREIRA DE OLIVEIRA	026.649.851-59	AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
381	JOÃO PAULO SOUZA	407.236.268-98	AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
807	MARCOS FERNANDES CALAZANS DA SILVA	090.375.927-67	AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
419	ROSIANE	044.669.541-60	AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
697	ALESSANDRO SILVA OLIVEIRA	047.888.311-04	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
341	ANA PAULA DE ANDRADE BARBOSA	031.283.641-41	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
463	BARBARA ARRUDA GARCIA	016.758.101-50	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
427	CAROLINE PITANGA ARRUDA	037.463.611-76	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
546	CINTIA POLÊANEA MAGALHÃES	036.445.171-85	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
394	DARIO DOUGLAS DA SILVA	013.130.391-01	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
344	GABRIELA MARTINS DE OLIVEIRA	065.897.321-59	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
631	GILSON JOSÉ GOMES VIANA	976.518.851-04	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
488	HUDSON DE SOUSA NUNES	057.588.131-33	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
794	INACIO JUNHO PORANGABA	008.916.091-64	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
635	JONAS MARTINHO LOFFLER	903.498.819-87	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
466	LÍDIA RAYANI DE ASSIS VALIANI	035.334.421-44	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
333	MARCOS APARECIDO DOS REIS REZENDE	064.318.581-07	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
712	MICHAEL DOUGLAS OLIVEIRA SILVA	059.813.261-90	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
569	MURILO PAGANOTTI DA CONCEICAO	028.799.231-40	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
611	PRECILIA VERONICA BORGES	003.945.331-60	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
408	RAYSSA LIMA GALDINO DE SOUZA	040.703.461-71	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
428	REGIANE ALVES DE SOUZA	013.656.041-52	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
465	SILENE DA SILVA SANCHES	012.823.341-90	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
414	VERÔNICA ALVES ESPÍNDOLA	046.427.981-02	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE MANUT. E INFRA ESTRUTURA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
765	MARIA SILVIA JACINTO	907.971.911-00	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE MANUT. E INFRA ESTRUTURA
380	POENA JULIA LOMPIAS DOS SANTOS	077.414.311-88	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE MANUT. E INFRA ESTRUTURA
521	ROSANGELA PEREIRA DE BRITO DOS SANTOS TELES	935.633.101-49	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE MANUT. E INFRA ESTRUTURA

APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
429	CRISIANE ASSIS DA COSTA	711.785.541-04	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
602	EDIANE ANIBAL DE MENEZES SILVA	012.186.721-88	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
679	KARINA GRACIANO DA CRUZ	011.665.101-66	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
706	LILIANE APARECIDA VILA DO ESPÍRITO SANTO	002.577.201-54	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
782	LUCINEIA ROSA DA SILVA	735.497.971-68	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
754	MARIA JOSE DE MOURA	580.679.571-34	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR

753	MARLI ALVES DE MOURA	014.977.471-04	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
472	NATÁLIA RODRIGUES CEBALHO	084.444.831-17	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
581	NOELI ARAÚJO DE SOUZA	079.178.151-88	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
370	PYETRA CRISTINA LOMPIAS DOS SANTOS	054.149.001-08	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
520	SILMARA PEREIRA DE BRITO DOS SANTOS	000.426.871-79	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
562	THAISA DE OLIVEIRA SIMIÃO	062.185.011-08	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR
584	VANUZA BRITO DA SILVA	038.316.791-42	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE NUTRIÇÃO ESCOLAR

AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
451	BEATRIZ DAMACENA DA SILVA	048.622.971-88	AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO
603	CLEIDE ALVES DE BARROS	972.730.231-91	AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO
482	EVELYN SANTOS CRUZ	057.278.421-07	AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO
532	FRANCIELE MARTINS CARDOSO	048.165.091-19	AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO
737	GISLAINE SOARES DA SILVA	305.144.968-78	AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO
393	LUCAS CARDOSO SILVA	703.779.932-71	AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO
685	MARCELO MOREIRA RIGONI	061.130.491-08	AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO
687	PATRÍCIA FERREIRA RAMOS	047.902.681-52	AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
417	ANDRELUCIA APARECIDA DO NASCIMENTO	981.527.771-53	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
792	BEATRIZ MELINA MENDES DE CARVALHO	062.633.141-25	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
593	DAYANE APARECIDA RAMOS	416.632.608-26	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
784	KÉTURA RIZIA MORAIS DA SILVA	079.920.061-19	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
489	MARIA EDUARDA DE MORAIS TEIXEIRA	122.629.266-62	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
752	ROSILENE CUSTÓDIO DE OLIVEIRA	039.054.721-20	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
866	VIVIANI DOS SANTOS	020.588.581-07	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
775	WANGRESON ALVES DA SILVA	063.317.981-70	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

AUXILIAR DE SERV. GERAIS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
758	AMANDA MEDEIROS DA SILVA	707.911.691-03	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
374	ANA PAULA SURUBIM	059.941.751-02	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
661	AUREA BATISTA PINHEIRO	009.320.801-46	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
716	CLAUDILENE BARBOSA JOVIO	061.043.211-78	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
842	ELIZABETE PEDRO DE SOUZA	872.192.201-20	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
786	ELIZANGELA ALVES COSTA	023.993.731-70	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
725	GEANNE KARINE RODRIGUES DOS SANTOS	098.854.371-00	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
667	GENECI FERREIRA TIENGO	027.184.201-62	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
345	HEVELYN DE OLIVEIRA NEVES	004.748.101-35	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
627	IVANIZE OLIVEIRA NERIS	050.847.164-81	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
340	LORENA FERREIRA DE SOUZA	062.993.601-35	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
464	LUCELIA SILVA OLIVEIRA	025.226.251-44	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
416	LUCIANA ALVES MARTINS	012.105.461-67	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
555	MARCIA DE OLIVEIRA ADELINO	024.092.861-00	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
645	MARIA NOMELIA DE SOUZA	000.729.851-00	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
633	MARISLAINE BATISTA DE ANDRADE	054.056.552-01	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
764	NAGYLA GUARIM DOS SANTOS LIMA	062.204.321-85	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
351	NATHIELLY TIENGO CÂMARA	046.484.371-52	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
502	NEULIZIANE APARECIDA PRADO	016.578.891-73	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
728	ORLANDINO MARIANO DA SILVA	572.214.641-20	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
496	RAFAELA CANDELARIA CALEJON DE OLIVEIRA	041.787.861-30	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
812	ROSELI PIMENTEL DO NASCIMENTO GOMES	122.749.137-90	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
698	ROSICLEIA DA SILVA	013.072.181-64	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
487	ROSILAINE BATISTA DE OLIVEIRA	704.000.001-64	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
642	SILVANA SOUZA LUIZ	025.838.431-09	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
757	SILVANA VIEIRA DE JESUS	866.469.151-72	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
379	SIMARA JOANA	048.023.041-29	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
431	SIMONE SILVA SOUZA	021.902.391-33	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
432	TANIA CRISTINA SOUZA	032.015.281-29	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
798	THAMARA RAFAELA EMANOELA DE THAIS KENDES PEREIRA RIBEIRO	047.786.321-33	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
595	VANESSA VALADARES PICON	038.404.081-05	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
620	ZENAIDE MACHADO RIBEIRO	041.573.731-11	AUXILIAR DE SERV. GERAIS

ENFERMEIRO (A)

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
748	ALINE DOS SANTOS AVELINO	041.626.011-00	ENFERMEIRO (A)
656	ANA PAULA FERREIRA NEVES DA SILVA	035.996.671-36	ENFERMEIRO (A)
389	ANDERSON RAMOS NEGRINI	062.541.001-77	ENFERMEIRO (A)
616	DAIANE CAROLINE DA SILVA SEONACA	027.308.841-65	ENFERMEIRO (A)
566	DEYZE PINHEIRO AMADOR	057.159.311-93	ENFERMEIRO (A)
813	EDNALVA EGUES MENDES	018.745.461-26	ENFERMEIRO (A)

456	ERICA APARECIDA DE MOURA SILVA	029.295.751-31	ENFERMEIRO (A)
348	ÉRICA MARIA CAMARGO	059.286.571-10	ENFERMEIRO (A)
618	ESLAINE APARECIDA SOUZA BASTOS	054.084.651-10	ENFERMEIRO (A)
540	EVAIR MENDES BUFO DA SILVA	007.193.891-51	ENFERMEIRO (A)
362	GABRIELA DA SILVA ALVES	060.560.021-01	ENFERMEIRO (A)
331	GAELBE BARBOSA JUSTINO	059.023.131-63	ENFERMEIRO (A)
644	GEISEBEL CRISTINA VIANA COSTA	074.504.701-79	ENFERMEIRO (A)
361	JAQUELINE COELHO DA SILVA	061.750.181-50	ENFERMEIRO (A)
599	KEILA AUXILIADORA HURTADO FERREIRA DE OLIVEIRA	013.587.731-81	ENFERMEIRO (A)
529	LÚCIA VITÓRIA DA SILVA ASSUNÇÃO DE SOUZA	055.508.991-67	ENFERMEIRO (A)
356	MARCELA CRISTIANA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	459.156.101-10	ENFERMEIRO (A)
747	MARIANA DE AQUINO NUNES	061.408.481-48	ENFERMEIRO (A)
512	MARLENE DA CONCEIÇAO SIL MEIRA	905.471.281-34	ENFERMEIRO (A)
615	MAX PAULO ROCHA LEITE	054.240.931-32	ENFERMEIRO (A)
458	MERYAN BORGES DE ARAUJO	006.890.011-26	ENFERMEIRO (A)
450	PAULA SOUZA SANTOS	030.561.961-67	ENFERMEIRO (A)
571	POLIANA VASCONCELOS PEREIRA PORTO	022.124.381-09	ENFERMEIRO (A)
523	RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA	017.584.821-17	ENFERMEIRO (A)
588	ROSANGELA NOGUEIRA DA SILVA	028.167.911-81	ENFERMEIRO (A)
396	SANDRA DENIZ HORN	513.215.481-68	ENFERMEIRO (A)
854	SIDINEIA ANSELMO AZEREDO	015.126.961-02	ENFERMEIRO (A)
814	WILZA SOARES DOS SANTOS	736.392.061-34	ENFERMEIRO (A)

FISCAL DE OBRAS E POSTURA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
649	TARICK GOVEIA MIATELO	063.063.391-67	FISCAL DE OBRAS E POSTURA
779	VITOR ALVES DE OLIVEIRA	047.924.491-03	FISCAL DE OBRAS E POSTURA

FISCAL TRIBUTÁRIO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
773	GEISIELE OLIVEIRA DA COSTA	059.933.661-76	FISCAL TRIBUTÁRIO
363	RENATO LUIS MAXIMIANO	052.398.161-90	FISCAL TRIBUTÁRIO

MÉDICO CLINICO GERAL.

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
781	GILSON DA SILVA MIRANDA	070.788.056-40	MÉDICO CLINICO GERAL.

MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
858	ADÃO MANOEL BARBOSA	208.033.971-00	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
810	ANTONIO BENTO DE SOUZA NETO	935.308.621-34	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
328	CARLOS ROBERTO GREVE NETO	043.302.031-89	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
461	EDIMAR MOREIRA DE CARVALHO	630.203.271-72	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
709	EDSON MANOEL DA SILVA	121.675.214-13	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
597	GILBERTO QUIRINO CARDOSO	312.463.382-20	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
826	GILSON DA SILVA NOBRE	915.483.491-00	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
326	JHADD HAMMAD ALABI SOBRINHO	810.854.002-04	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
412	JULIANO CESAR SONODA	025.398.801-26	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
750	MARCOS AQUINO GOMES	214.374.528-17	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA
547	ODINIL COSTA NUNES	002.248.621-62	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA

MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
436	CLEITON TOMICHA LEMES	010.230.501-37	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE
442	ELZO APARECIDO DA SILVA	536.319.781-20	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE
434	ESTEVO CLYNTON NOGUEIRA DA SILVA	054.212.301-04	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE
382	MARCIO IZIDORIO	698.529.361-15	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE
437	VANILDO CARVALHO DA LUZ	926.303.241-68	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE
469	VITOR SATTTIN	047.785.271-86	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE
497	WELDER DA SILVA LANES	005.670.912-95	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
343	INGRISON BRENNO IDUINO MENEZES	037.477.182-05	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR
862	JOÃO LUIZ CARVALHO DE PAULA	869.700.201-00	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR
506	JUCIEL SANDRO DE BARROS	040.227.641-80	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR
770	MARCOS DE FIGUEREDO ALVES	013.295.491-55	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR
705	RENATO ALVES DOS SANTOS	049.057.751-24	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR
481	TIAGO BEZERRA DE MENEZES FAGIAN	038.327.371-46	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR
789	WALTER VERISSIMO DO NASCIMENTO	621.790.981-20	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

OPERADOR DE MÁQUINAS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
426	GENIVALDO GONÇALVES DE MACEDO	005.912.231-55	OPERADOR DE MÁQUINAS
695	IVONEI SILVA OLIVEIRA	038.911.571-18	OPERADOR DE MÁQUINAS
774	LUCAS PEREIRA DE OLIVEIRA	700.765.071-65	OPERADOR DE MÁQUINAS
676	LUIZ PAULA	122.998.748-79	OPERADOR DE MÁQUINAS
446	MARCOS ANTONIO MONEZZI	041.535.801-98	OPERADOR DE MÁQUINAS
721	MARCOS VINICIUS DE SOUZA DA SILVA	048.586.761-37	OPERADOR DE MÁQUINAS
759	ORIVALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA	531.343.971-53	OPERADOR DE MÁQUINAS

PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
422	ADRIANA CAVALCANTE	927.752.411-15	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
530	ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS	033.133.711-83	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
346	ALEXANDRA ROSA DE OLIVEIRA	001.669.641-74	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
508	ANA LUCIA GERMANO ROSA	003.363.281-25	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
485	ANDRÉIA FERNANDA GONÇALVES	006.851.341-05	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
358	ANDRESSA DIONIZIA DA SILVA	126.752.076-08	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
395	ANDRIELY FERREIRA FERRAZ	061.810.031-85	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
471	ANNE CAROLINE DOS SANTOS NASCIMENTO	042.223.091-09	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
824	AUDILEY CELESTINO PESSOA	000.539.901-70	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS

799	CLARA MUNIQUI ALVES SORATTO	049.509.161-81	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
609	DANIELLE DA SILVA MUNIZ	063.139.621-76	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
525	DARCI MARTINS	901.029.671-72	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
653	EIDA SANTOS DE OLIVEIRA	971.821.091-15	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
592	ELLEN SIMONE ALVES DE SOUZA	536.362.871-68	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
492	FERNANDA LACERDA RODRIGUES	036.775.001-50	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
808	FLAVIA PEREIRA DE MIRANDA	939.512.481-49	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
579	GEISA CRISTINA MARTINS DA SILVA NANTES	003.177.571-30	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
823	GELENA DE OLIVEIRA CORREA	026.480.761-82	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
658	GIRLENE GOMES DE AQUINO BALEEIRO	026.035.231-47	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
700	GUIOMAR DE MATOS SEQUEIRA	010.465.651-41	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
742	IVANETE PEDROSA DA SILVA	925.720.651-34	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
478	JOSÉ ERNANDO ALBUQUERQUE FERREIRA	014.594.891-95	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
435	JOYZIARA DA SILVA MORINIGA	046.735.551-71	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
548	JOZIANE GRACIANO DA SILVA	024.844.781-51	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
536	JULIANA RIBEIRO TEIXEIRA	046.061.421-54	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
334	KATYELLY EVANGELISTA DE PAULA	061.496.201-31	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
791	LANDERSON ORLANDO DIAS	051.165.131-73	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
674	LINDACI VIEIRA L DE CARVALHO	013.880.031-63	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
655	LUCIANA FRANCISCA DE SENA	018.514.921-94	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
499	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	007.903.881-62	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
501	MARCELO DANIEL DA SILVA	536.213.601-15	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
553	MARIA DAS DORES NUNES	603.995.201-63	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
401	MARIA DOMINGAS DA SILVA	912.467.681-00	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
739	MARINALVA PAULA DA SILVA	631.168.471-34	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
621	MARTA MATOS LIMA	019.071.491-39	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
612	MICHELLI CARLA DE SOUZA	012.668.311-50	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
500	MIRIAM DE SOUZA COSTA	041.573.721-40	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
407	NEUZA LEANDRO SILVA SANCHES	954.309.891-34	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
733	OZENI FERMINIO PRUDENCIO	630.742.651-91	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
364	PATRICIA DOS REIS SOARES	042.177.491-63	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
445	PEDROSA SURUBI DA SILVA	010.987.961-95	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
468	REGINA CENTURION GAMBARRA	366.322.101-63	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
467	RENATA CAROLINE DOS SANTOS LOPES	014.816.961-90	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
519	RENATA PORTO DE SOUZA	024.592.071-40	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
347	RITYELE CAMILA ALVES BRESSANI	046.317.891-23	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
577	ROSANA APARECIDA DAS CHAGAS	008.578.711-61	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
608	ROSENIL JOSE DIAS	000.085.091-82	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
411	ROSIANE APARECIDA MATIAS VALENCIO	024.947.121-30	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
564	SILVANA DA COSTA	973.342.861-20	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
809	SIMONE NUNES MOTA	028.505.691-35	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
403	TATIANE FRANCISCA HURTADO	032.388.091-64	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
324	VALDINEY FONSECA SALVIONI	028.676.071-16	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
740	VANESSA GLAUCIA PEREIRA BELISARIO	032.088.371-00	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
859	VILMA GERÔNIMO DA SILVA	532.176.321-68	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
636	VIVIANE CARDOSO DE ALMEIDA	020.613.811-38	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
543	ZILÁ DOS ANJOS FERREIRA	570.576.211-91	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS

PROFESSOR II - CIÊNCIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
413	KATIELLY CRISTINA CRUZ DE FRANÇA	010.283.391-51	PROFESSOR II - CIÊNCIA
355	KLEBER ARAUJO DA CRUZ	019.108.151-52	PROFESSOR II - CIÊNCIA
574	LUCILA CARVALHO FURLAN NOGUEIRA	216.679.068-28	PROFESSOR II - CIÊNCIA
376	RIVONETE COELHO DA SILVA	030.855.731-00	PROFESSOR II - CIÊNCIA

PROFESSOR II - FÍSICA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
699	ADRIEL HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA	033.382.541-13	PROFESSOR II - FÍSICA
864	ALEKSANDR FERRO	603.995.111-72	PROFESSOR II - FÍSICA
353	NATANAEL FERREIRA DIOGO JUNIOR	056.236.541-93	PROFESSOR II - FÍSICA
788	NORMA DOS SANTOS FEITOSA	482.266.371-04	PROFESSOR II - FÍSICA
542	PATRICIA ELIANE RODRIGUES DA SILVA	015.029.491-30	PROFESSOR II - FÍSICA

PROFESSOR II - GEOGRAFIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
795	DEISE MARA SIQUEIRA	027.175.601-22	PROFESSOR II - GEOGRAFIA
329	LETICIA BAZZI DO NASCIMENTO BALBUENA	034.271.771-57	PROFESSOR II - GEOGRAFIA
388	LETÍCIA DE MATOS DIAS	035.903.221-44	PROFESSOR II - GEOGRAFIA
648	MARIA APARECIDA RAMOS BARROS	062.607.141-06	PROFESSOR II - GEOGRAFIA
421	MARIA SIMONE DA SILVA	383.006.618-08	PROFESSOR II - GEOGRAFIA
692	MAXWEL DE SOUZA RODRIGUES	029.392.801-00	PROFESSOR II - GEOGRAFIA
827	SANDRA ALVES LUDGERIO	514.444.291-91	PROFESSOR II - GEOGRAFIA

PROFESSOR II - HISTÓRIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
385	EDUARDO BRUNO FERREIRA DA SILVA	062.048.681-36	PROFESSOR II - HISTÓRIA
847	ELICA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA	024.947.311-94	PROFESSOR II - HISTÓRIA
558	SARA MARIA DE MORAES	056.394.231-29	PROFESSOR II - HISTÓRIA
449	TIAGO GONCALVES BATISTA	332.805.318-29	PROFESSOR II - HISTÓRIA

PROFESSOR II - MATEMÁTICA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
767	ARGEMIRA SOUZA DA SILVA RAMOS	016.554.241-14	PROFESSOR II - MATEMÁTICA
688	CINTHIA CARDOSO DA SILVA COUTO	020.008.251-50	PROFESSOR II - MATEMÁTICA
503	CRISTIANO PEREIRA	054.971.191-07	PROFESSOR II - MATEMÁTICA
390	FABIANA GOUVÊA DIAS	734.911.791-49	PROFESSOR II - MATEMÁTICA
491	LAUANNE DE FÁTIMA MARQUES AGUILAR	050.099.051-40	PROFESSOR II - MATEMÁTICA
583	LAUDICÉIA DA SILVA CÂMARA CIRQUEIRA	041.538.261-03	PROFESSOR II - MATEMÁTICA

TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
703	ADRIANA DA SILVA AREDEZ BARROS	012.912.761-22	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
735	ALDILANY FARIA MELO	020.403.811-12	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
600	ALEF BELFI ECHEVERRIA	078.130.671-00	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
594	ALINE PEREIRA DA SILVA	027.367.261-46	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
738	ANA MARGARIDA DA SILVA MOREIRA	703.969.941-99	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
402	ANDRIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA	061.828.151-75	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
470	BEATRIZ ALVES DE SOUZA	074.085.771-14	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
711	CIRCILIANO PIRES PEREIRA	061.416.011-11	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
851	CLEIDIANE CRISTINA DA SILVA	029.713.531-76	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
369	CLEUDIA MOREIRA DOS SANTOS	020.111.371-60	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
766	DANIEL GERALDES DE PAULA	004.922.231-73	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
678	DANIELLY STEFANY MOREIRA RODRIGUES	063.621.961-55	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
460	ELIANA DE MENEZES SANTOS	013.764.301-26	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
582	ELISANGELA DE FATIMA DA SILVA	031.347.641-13	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
772	FABIO SOUZA FRANÇA	056.585.501-81	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
756	FERNANDA MENEZES ALVES	068.339.241-71	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
761	FLÁVIA JAQUELINE TRABUCO	062.371.211-37	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
538	FLAVIA MONTEIRO ROCHA	068.810.721-47	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
550	GEISILAINE GONÇALVES DA SILVA	073.495.611-80	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
454	GEOVANNA MARIA CORREA PETRONILHO	031.732.451-99	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
734	GISLAINE TELES DA SILVA	045.944.921-42	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
335	GUILHERME LAET MOREIRA	062.901.201-66	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
723	HENRIQUE ALVES DE JESUS	063.103.661-06	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
672	IAQUI BEATRIZ GALDINO DE SOUZA	059.113.901-40	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
625	JOANA DARC LOPES VIANA	008.834.511-40	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
573	JUCILENE FLORIANO BATISTA FEDERIGI	078.375.841-39	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
601	LARISSE DOS REIS LIMA	092.497.821-01	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
640	LORRAYNI KAMILA BARROS SOUSA CUNHA	061.857.851-02	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
552	LUCIANA PEREIRA XAVIER	047.818.731-97	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
677	MAÍRA JULIANA BASÍLIO SCHIAVO	060.693.371-90	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
391	MARCIA SOUZA RODRIGUES IZIDORIO	911.979.451-72	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
537	MARCILENE FERREIRA AGUES ABREU	797.574.991-53	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
606	MARCILENE SILVA BARELLA	028.146.671-81	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
714	MARIA LEDA HENRIQUES DA SILVA	755.447.504-59	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
629	MARILENE DE ARRUDA ALVES	022.719.931-64	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
805	MARILSON ALMEIDA FEITOSA	052.142.401-12	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
484	MATHEUS TOMAZ PESTANA	062.141.981-84	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
511	NAIARA DA SILVA MILLA	042.814.091-22	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
825	NILCELI PAMELA DA SILVA	040.781.661-56	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
671	RAIANE OLIVEIRA DOS SANTOS	061.240.291-62	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
673	SILMARA REGINA DA SILVA	003.374.321-55	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
675	TATIANA PAULA SANTOS DA SILVA MACENA	024.679.111-01	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
433	ANA THERCIA SILVA DUARTE	067.265.241-29	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
749	BENEDITA CRISTIANE MARTINS DA SILVA	020.912.171-82	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
352	CAMILA CRISTINA DOS SANTOS	036.769.911-76	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
654	CEZAR ELIAS DE OLIVEIRA	811.375.161-00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
556	CLAUDINA RAMOS DA CRUZ	002.104.111-39	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
803	INDIANA CRISTINA MARTINS DA SILVA	024.630.011-60	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
518	JHONATAN PINHEIRO SALLES	005.662.741-67	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
430	KELE BRASIL DE SOUZA	896.822.971-68	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
647	KLEBER ROGER DAMIÃO PARRA	007.988.061-41	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
561	LAURA BATISTA PINHEIRO	000.821.621-58	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
719	LUCIMAR ALVES DA SILVA	650.092.151-87	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
743	LUCINDA RODRIGUES DA BOA MORTE	698.799.741-15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
630	MARIA DAS DORES SOUZA	651.027.111-72	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
383	MARIA J DE OLIVEIRA NETA	006.080.201-41	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
524	MARLENE ALVES DE MOURA BASTOS	949.642.461-91	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
587	ROSARIA RODRIGUES VIEIRA	969.139.911-34	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
815	SANDRA CORNACINI	164.597.298-40	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
554	THAIS PINHEIRO FERREIRA	070.793.221-11	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

VIGIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
691	ADRIANA DA SILVA LEMES	031.639.671-08	VIGIA
853	ADRIANO SANTANA PIRINETTI	035.450.871-74	VIGIA
528	CELSO BARBOSA FONSECA	027.846.981-73	VIGIA
576	EZAIAS DE SOUZA VIEIRA	102.554.286-00	VIGIA
820	GILBERTO GOMES BRITO	059.341.041-60	VIGIA
586	JOEL CARLOS CIRQUEIRA	007.493.041-97	VIGIA
702	JOSE DE OLIVEIRA ALVES	797.563.441-72	VIGIA
400	JOSE LUIZ MARQUES	011.369.281-11	VIGIA
657	JOSE VANDERLEI DA SILVA	009.707.481-08	VIGIA
835	LAISON LUCAS DOS SANTOS	057.591.351-71	VIGIA
837	LEONILDO BAZZI DO NASCIMENTO	013.086.841-85	VIGIA
806	LUCAS CARLOS PEREIRA PONTES	704.927.251-52	VIGIA
832	MARIA GORETTI JACOB	769.416.121-34	VIGIA
563	MATHEUS MONTEIRO VALERO	050.612.911-07	VIGIA
865	RAFAEL BRUNO DOS SANTOS LINS	053.335.721-78	VIGIA

LISTA DE INSCRITOS – INDEFERIDOS

AGENTE ADMINISTRATIVO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
420	FABRICIO MORAES DE SOUZA	054.271.621-60	AGENTE ADMINISTRATIVO
860	LUIZ FERNANDO DA SILVA LARA	061.403.311-02	AGENTE ADMINISTRATIVO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
822	ANICLEIA SANTOS SOUZA	015.993.181-99	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
534	ELEN FRANCISCA BRITO SOARES	006.101.822-85	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
441	ERINEIDE SIE BRUNO	032.542.211-76	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
533	EVANINO GARCIA DE CAMPOS	021.872.761-55	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
839	FABIANA ALVES BATISTA	047.818.471-96	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
410	JAIRIAN DA SILVA SANTOS	049.645.881-73	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

855	JULIA DE CÁSSIA OLIVEIRA SOARES MAIA	061.977.111-92	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
327	TEREZINHA RODRIGUES DA COSTA	853.667.491-15	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
662	THAIS KAROLAYNE ZARZENAN DE SOUSA	048.692.861-65	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
841	BRUNO SANTOS MAGALHAES	060.535.241-07	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE
453	WALACI ALVES MARCELINO	408.775.948-21	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
850	EDNA CAETANO DE OLIVEIRA	697.383.191-53	AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
438	PAMELA CRISTINA CAMILO TUDEIA	054.002.091-57	AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
818	ADRIANA DE AMARAL FRIOSO	025.896.191-03	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
549	BRUNA CAROLINE DE CASTRO PEREIRA	062.803.691-45	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
365	CLAUDIR SANTOS DA ROCHA JUNIOR	040.243.331-94	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
607	ELIZA MARIA RODRIGUES DE MORAES	699.844.411-72	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
717	GABRIEL EDMUNDO CASSIOTTI DA SILVA	056.273.831-27	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
836	GONÇALINA GONÇALVES DO CARMO	486.955.051-20	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
444	JUNELIO SILVA DO ESPÍRITO SANTO	048.674.951-74	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
551	LUCAS DA CRUZ COSTA	038.430.432-05	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
443	MAGDA PEREIRA OGLIARI	045.125.951-39	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
373	MARCELA MARIA MAFRA FREITAS	014.175.471-03	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
578	PAULO HENRIQUE DA SILVA	027.880.441-19	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE MANUT. E INFRA ESTRUTURA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
777	ELVIS DA SILVA LANES	025.671.322-79	APOIO ADM. EDUCACIONAL – AUX. DE MANUT. E INFRA ESTRUTURA

AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
494	DENISE NUNES DE ASSUNÇÃO	045.173.751-29	AUX. DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
452	BEATRIZ DE PAULA OLIVEIRA	048.162.661-19	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
793	CAMILA APARECIDA DA SILVA BRITO	066.832.561-52	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
527	GIOVANNY DE SOUZA JUVINO	061.584.681-50	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
720	SAMIRA MIATELO RAMOS	066.335.861-24	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

AUXILIAR DE SERV. GERAIS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
425	ADRIELY MAELY DA SILVA DIAS	009.685.461-88	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
372	ANGELA DE FÁTIMA ARAÚJO LOPES	054.916.971-76	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
828	DAIANE SOUZA OLIVEIRA	062.158.471-19	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
829	JULIA DE OLIVEIRA DIAS	071.349.421-20	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
371	LUCIANA CONCEIÇÃO DA SILVA	052.834.491-90	AUXILIAR DE SERV. GERAIS
386	SUELY FERREIRA DE SOUZA	711.292.782-04	AUXILIAR DE SERV. GERAIS

ENFERMEIRO (A)

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
682	ANDREIA CARDOSO FALCIERI	901.490.842-34	ENFERMEIRO (A)
526	CAROLINE VICENSSOTT DOS SANTOS	016.400.251-03	ENFERMEIRO (A)
736	CRISTIANE DE LIMA	041.672.751-47	ENFERMEIRO (A)
336	DANIELA SANTOS	048.814.031-50	ENFERMEIRO (A)
639	DIEGO TERADA DE OLIVEIRA	039.511.091-22	ENFERMEIRO (A)
776	FABIO MICHEL SOARES TEIXEIRA	003.365.401-83	ENFERMEIRO (A)
589	JAIRO DE JESUS CAETANO DE SOUZA	469.030.462-91	ENFERMEIRO (A)
377	LETICIA SILVA COELHO	064.631.831-48	ENFERMEIRO (A)
797	MARIA DAS DORES DOS SANTOS	707.757.022-34	ENFERMEIRO (A)
545	MARINEIDE APARECIDA NUNES	429.401.331-15	ENFERMEIRO (A)
498	THALIA CARDOSO AMORIM	703.712.421-42	ENFERMEIRO (A)

FISCAL DE OBRAS E POSTURA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
861	JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA SOARES MAIA	061.977.321-90	FISCAL DE OBRAS E POSTURA

FISCAL TRIBUTÁRIO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
409	VALDEMIR DIAS DA CRUZ	004.802.351-55	FISCAL TRIBUTÁRIO

MÉDICO CLINICO GERAL.

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
664	MATEUS COSTA BRASIL	050.376.011-00	MÉDICO CLINICO GERAL.
819	SÉRGIO ANTÔNIO DE SOUSA SIROTHEAU CORRÊA	581.937.402-97	MÉDICO CLINICO GERAL.

MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
683	FABIO CARLOS GUEDES	002.020.321-75	MOTORISTA (I) AMBULÂNCIA

MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
817	CLODOALDO DE OLIVEIRA DIAS	065.386.311-00	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE
660	FRANCINALDO RODRIGUES DINIZ	047.022.294-86	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE
718	GUIDO ADÃO DA SILVA	060.634.321-08	MOTORISTA (III) VEÍCULO GRANDE

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
507	JANAICE TELES SOUSA	032.731.881-38	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR
387	SIMIAO MARIANO DE SOUZA	730.649.712-04	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

OPERADOR DE MÁQUINAS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
845	ERIKIS PINTO PINHEIRO	061.485.461-08	OPERADOR DE MÁQUINAS
535	JOSÉ CARLOS MENDONÇA DOS SANTOS JÚNIOR	047.784.781-18	OPERADOR DE MÁQUINAS
686	LETICIA FERNANDO DA SILVA	030.507.821-61	OPERADOR DE MÁQUINAS
359	LUIZ ADRIANO DA SILVA	901.182.941-72	OPERADOR DE MÁQUINAS
483	MARCIO DA SILVA BARBOZA DE SA	700.551.491-20	OPERADOR DE MÁQUINAS
473	RODRIGO MASSAHARU MATSUBARA	006.307.811-25	OPERADOR DE MÁQUINAS

PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
730	ANDREIA SOARES DE OLIVEIRA	061.874.661-79	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
424	ANTONIA ROSA DA SILVA	036.853.081-73	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
790	CRISTIANE EMANUELA DA SILVA BARBOSA	972.399.681-20	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
744	CRISTIANE PIRES SANTANA PENARIOL	001.474.021-40	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
768	ELAINE APARECIDA FERREIRA DE SOUZA	955.564.781-04	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
727	ELIENE SOARES DOS SANTOS MEGALHÃES	001.469.811-03	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
613	FLAVIA BEATRIZ TORRES DE SOUZA ALMEIDA	063.319.311-98	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
707	FRANCISLAINE VERSALLI	928.473.231-04	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
349	GÉSSICA APARECIDA DA HORA	061.589.441-06	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
330	JACILENE CHAVES DE MELO	020.875.442-39	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
572	LETICIA PEREIRA DOS SANTOS	044.411.431-92	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
704	LICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	915.658.471-72	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
596	LIDIANA DOS SANTOS SILVA	035.887.591-90	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
763	LUCIENE MANOELE ANSELMA LOPES PIVETTA	043.796.381-03	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
731	LUCIENE SOARES DOS SANTOS	899.603.431-20	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
821	LUZIA DE OLIVEIRA	716.033.521-04	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
796	MARCILENE MARIA VIANA	724.832.292-04	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
732	MARCOS FERNANDES PEREIRA	047.009.721-30	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
802	MARIA APARECIDA DE MIRANDA	031.984.251-74	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
846	MARILENE FERREIRA DE LAET MOREIRA	546.590.601-44	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
568	RAIMUNDO DE SOUSA FILHO	523.015.831-04	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
604	VANESSA DE BRITO DA SILVA	047.924.501-01	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
663	WILMA ELISANGELA VELARDE LEITE	784.348.661-53	PROFESSOR I - PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS

PROFESSOR II - CIÊNCIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
849	ALEXISANDRO PAULINO GOMES	593.556.031-34	PROFESSOR II - CIÊNCIA
751	MIRIAN DA SILVA ALMICI	040.066.471-23	PROFESSOR II - CIÊNCIA

PROFESSOR II - FÍSICA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
567	EDINALDO OLIVEIRA DA SILVA	986.086.731-34	PROFESSOR II - FÍSICA

PROFESSOR II - GEOGRAFIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
357	ALEXANDRO BASTOS	012.198.231-98	PROFESSOR II - GEOGRAFIA
769	FÁBIO RIBEIRO DE SOUZA	007.020.291-57	PROFESSOR II - GEOGRAFIA

PROFESSOR II - HISTÓRIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
713	ALEXANDER CARLOS DE ABREU PINHEIRO	038.342.751-74	PROFESSOR II - HISTÓRIA
816	ILMARA FERRARI	038.268.971-29	PROFESSOR II - HISTÓRIA
840	RONALDO RAMON SURUBI SOARES	950.336.021-87	PROFESSOR II - HISTÓRIA
575	SAMILA DE OLIVEIRA RAMOS PINTO	031.887.041-00	PROFESSOR II - HISTÓRIA

PROFESSOR II - MATEMÁTICA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
800	ANJULUMAR RODRIGUES DE SOUZA	047.011.211-50	PROFESSOR II - MATEMÁTICA
867	FÁBIO HENRIQUE DE SOUZA LACERDA	704.926.611-62	PROFESSOR II - MATEMÁTICA
504	GLEYCIANE URTADO LOPES	056.112.891-00	PROFESSOR II - MATEMÁTICA
869	JOÃO LUCAS VICENSOTTI	056.646.371-70	PROFESSOR II - MATEMÁTICA
771	MARIA APARECIDA PRIMO VIANA	378.437.101-91	PROFESSOR II - MATEMÁTICA

TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
684	CAMILA DUTRA DOS SANTOS	054.549.671-30	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
350	MARILAINE DE OLIVEIRA DE CAMPOS	056.701.961-63	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
715	MERIELEN MACHADO ALVES DOS SANTOS	087.671.137-96	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
325	ROSANA HELENA ARAUJO LOPES	706.082.441-39	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
367	ROSEMEIRY BOAVENTURA SILVA	018.053.951-57	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
722	ROSIALE SILVA DE LIMA	047.926.471-69	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL
852	SOLANGE CORREA NEVES	006.292.691-81	TÉC. ADM. EDUC. – TÉC. DESENVOLV. INFANTIL

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
378	BEATRIZ DE JESUS SOUZA	060.235.271-16	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
659	BRENDA LETICIA DE SOUZA	063.319.261-94	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
787	CLEIDE FERREIRA DE OLIVEIRA	055.601.351-43	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
559	CRISTIANY DE OLIVEIRA PEZA	016.157.431-97	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
323	ELIMARA GUEDES	062.189.531-81	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
509	EVA CRISTINA RIBEIRO RONDON	016.736.871-05	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
415	GABRIELLY FERNANDA DELMONDES DE SOUZA	040.413.141-78	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
405	KETYLLEN DA SILVA MENDES	059.731.721-63	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
505	MARCELA CRISTINA ALVES MAZALLI	023.111.581-47	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
598	NELZIRA MOREIRA DE SOUZA	980.264.291-68	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

VIGIA

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cargo
729	ANDRE SOARES DE OLIVEIRA	061.874.991-82	VIGIA
857	CLEVERSON FERNANDO VIEIRA DE SOUZA	044.396.771-77	VIGIA

493	EDNALDO ARCANJELO DA SILVA CEZARIO	035.380.051-17	VIGIA
585	RONE WEBER MEDEIROS CARDOSO	063.823.751-36	VIGIA

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2020

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2020

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: ENERGISA MATO GROSSO –DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 03.467.321/0001-99

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de energia elétrica de acordo com as normas regularizadoras da ANEEL, para atender as necessidades da Prefeitura e as Secretarias da Prefeitura Municipal do Município de Curvelândia - MT.

VALOR: R$ 131.450,00 (Cento e Trinta e Um Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais).

VIGÊNCIA: 22/09/2021 à 21/12/2021.

Dispensa de Licitação Nº 030/2020.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. RIBERTO JOSÉ BARBANERA, Representante Legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

TERMO DE SUSPENSÃO

O pregoeiro do município de Diamantino-MT, torna público aos interessados a **SUSPENSÃO** da licitação na modalidade **Pregão Presencial 033/2021**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.**Assim que feito as readequações será divulgado a nova data do mesmo.

Esta alteração será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original.

Diamantino, 22 de outubro de 2021.

SÉRGIO VINÍCIUS MASSAROLO DIAS

Pregoeiro Oficial

SETOR RH
DECRETO Nº 197/2021

DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICOS EFETIVO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 881/2013 E 1.340/2020.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica reenquadrado (a) servidor (a) efetivo (a) relacionado (a) na tabela abaixo, anexa de acordo com a Lei Nº 1.340/2020.

Art. 2º- - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/10/2021, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 22 de Outubro de 20211.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA							
MAT.	**SERVIDOR**	**CARGO**	**FUNÇÃO**	**CLASSE NV. ATUAL**	**REENQ.**	**SALÁRIO ATUAL**	**SALÁRIO ATUALIZADO**
3301-1	ALINE CRISTINA ORMOND GRANJA	DENTISTA	TECNICO NIVEL SUPERIOR	C-03	C-04	R$ 7.424,43	R$ 7.822,13

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 081/2020.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 081/2020.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECAPEAMENTO DE PAVIMENTO EM MICRORREVESTIMENTO DE RUAS E AVENIDAS ASFALTADAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT**.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS.

CONTRATADO: **MAGMA CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI**.

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO– PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 30 DE SETEMBRO DE 2021.

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 137/2021 - CONTRATADO(a): VERGINIA MARIA DA SILVA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO - MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 1.115,61 (Um Mil Cento e Quinze Reais Sessenta e Um Centavos), equivalentes à carga horária de 30 (Trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado. IV – Fonte do Recurso: FUNDEB. Diamantino/MT, **22 de Outubro de 2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 312/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 312/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A BELMIRO ALMEIDA ALVES FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico Operacional, no período aquisitivo de **01/07/2008 a 01/07/2013.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **BELMIRO ALMEIDA ALVES FILHO.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **21/10/2021 a 23/11/2021.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 21 de outubro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 309/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 309/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

AUTORIZA A SECRETARIA DE FINANÇAS CONCEDER ADIANTAMENTO AO SENHOR LUIZ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E

ART. 1º - Autoriza a Secretaria de Finanças a conceder adiantamento ao Servidor Sr. **LUIZ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS**, no valor de **R$ 1.000,00 (Um mil reais).**

ART. 2º - O adiantamento será para atender despesas previstas no artigo 4º da Lei nº 1158 de 17 de fevereiro de 2009.

ART. 3º - O recurso será destinado à aplicação no elemento da seguinte dotação orçamentária:

06.003.27.122.0003.2021 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM DIRETORIA ESPORTE E LAZER

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

Valor R$ 500,00 (Quinhentos reais)

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor R$ 500,00 (Quinhentos reais)

ART. 4º - Será obrigatório o cumprimento do disposto no parágrafo único da citada Lei.

ART. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ART. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 20 de Outubro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 308/2021 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 308/2021 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA ELIANE DA SILVA NEVES DE SOUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base no Parecer Administrativo nº 029/2021/AJ/LP de 15/10/2021 e Lei nº 1642/2020**.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder **Elevação de Classe** a Servidora:

- **ELIANE DA SILVA NEVES DE SOUSA – Cargo: Agente de Administração Pública – Classe "C" – Nível 03,**

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de outubro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 307/2021 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 307/2021 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA EUZIENE MARIA DA COSTA FARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base no Parecer Administrativo nº 028,/2021/AJ/LP de 15/10/2021 e Lei nº 1642/2020**.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder **Elevação de Classe** a Servidora:

- **EUZIENE MARIA DA COSTA FARIA – Cargo: Agente de Administração Pública – Classe "D" – Nível 06,**

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de outubro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO Nº 030/2021

ELETRÔNICO

Órgão: Secretaria de Saúde

Identificação: Pregão nº 030/2021 – Eletrônico

Objeto: *Registro de preços para futura e eventual "aquisição de MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, para atender a demanda da Secretaria de Saúde", de forma parcelada, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos*.

Data: 10/11/2021.

Hora: ÀS **09h30min - (**HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). e através do site www.domaquino.mt.bov.br, no PORTAL LICITANET – Licitações Eletrônicas – ***licitanet.com.br*.** Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 22 de outubro de 2021.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 306/2021 DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 306/2021 DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A MAMED SODRÉ SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Obras, no cargo de Técnico de Manutenção, no período aquisitivo de **01/08/2020 a 01/08/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **MAMED SODRÉ SILVA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **14/10/2021 a 12/11/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 13 de outubro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 092/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

DECRETO Nº 092/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO 2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, especialmente pela **Lei Municipal nº 1.702/2021 de 20 de outubro de 2021.**

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de R$ 306.600,00 (trezentos e seis mil seiscentos reais):

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

05.002.10.122.0083.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE

05.002.10.122.0083.1.032. Aquisição de veículos e ambulâncias para atender Secretaria de Saúde

4.4.90.52.00.00 01.47.021000 – EQUIPAMENTO E MATERIAL 225.000,00

PERMANENTE

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.002.10.301.0083.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE

05.002.10.301.0083.1.082. Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS)

4.4.90.51.00.00 01.47.008000 – OBRAS E INSTALAÇÕES 81.600,00

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação apurado nas fontes **01.47.021000 e 01.47.008000** dentre outras, as disposta no artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 310/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 310/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CELIA APARECIDA BEZERRA DE FARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **28/07/2019 a 28/07/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **CELIA APARECIDA BEZERRA DE FARIAS**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **21/10/2021 a 19/11/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de outubro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 311/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 311/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SILMA BARBOSA LUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período aquisitivo de **03/11/2019 a 03/11/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **SILMA BARBOSA LUZ**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **24/10/2021 a 22/11/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de outubro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 314/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 314/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE FÉRIAS A GIOVANNI JUSTINO DOS ANJOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Finanças, no cargo de Técnico de Fiscalização e Arrecadação, no período aquisitivo de **03/01/2018 a 03/01/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Férias a **GIOVANNI JUSTINO DOS ANJOS**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **27/10/2021 a 26/12/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de outubro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 313/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 313/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REMUNERADAS A SIRLENE VIEIRA DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Finanças, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **01/01/2017 a 01/01/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Férias a **SIRLENE VIEIRA DE JESUS.**

ART. 2º As Férias concedidas no art. 1º serão totalmente remuneradas.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 21 de outubro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete/Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

RETIFICAÇÃO - LEI MUNICIPAL N°768/2021.

DATA: 20 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: ATUALIZA O BRASÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica atualizado no Município de Feliz Natal o BRASÃO DE ARMAS, conforme descrições contidas no anexo I e II desta Lei.

Parágrafo Único - São parte integrantes desta Lei o descritivo simbólico (anexo I) e uma cópia do Brasão (anexo II).

Art. 2º - Fica autorizada a utilização do brasão de forma monocromática com versão de contorno e orientação, e temporariamente, conforme temas de campanhas educativas, simbólicas e orientativas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO - I

DESCRITIVO SIMBÓLICO DO BRASÃO

O Brasão de que trata o artigo 1º desta Lei, tem as seguintes características:

ESTRELA: Faz uma alusão ao nome do Município, mas também representa o Estado de Mato Grosso.

GADO: Simbolização da pecuária manifestada em todos os seus rebanhos.

ÁRVORE: Representando nosso enorme potencial madeireiro.

PEIXE: Representa o potencial piscoso de nosso município formado pelos rios Xingu, Ronuro, Von Den Steinen, Arraias, Ferro e Tartaruga.

SERINGUEIRA: Representa o respeito à uma das primeiras culturas do município que se perdura.

SOJA E MILHO: Representa nossa atualidade. Riqueza imensa de lavouras de soja e milho com poder de exportação.

12.08.1989: Data da fundação do nosso município.

17.11.1995: Data da efetiva Emancipação de nosso município.

No Listel leva o nome do município.

CORES: Azul, representando nosso céu. Verde representando nossas matas e Amarelo, representando nossas riquezas.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2021

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 07 de Outubro de 2021, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2021,** tendo como objeto o **PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NO ENVIO DOS DADOS DO APLIC, MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS, FECHAMENTO DE BALANÇOS E CONSOLIDAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DO MUNÍCIPIO DE FELIZ NATAL - MT**.

Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, Sendo que a empresa **BRUNIELLY DE CARVALHO PIRES 04178576160**, foi vencedora item 0001, com valor final de R$ 3.000,00 (três mil reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 007

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 007

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 001/2021

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL- SRP Nº 001/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 002/2021

Por meio do presente termo de apostila para reajuste de preços, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59 e a empresa **JOÃO MARINHO**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 02.378.934/0001-97, estabelecida na Avenida Brasil s/n, centro, na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato pelo empresário Sr. **João Marinho**, portador da cédula de identidade RG nº 143.865- SSP/MS e do CPF nº 367.140.971-15, resolvem firmar o presente **termo de apostila** nos termos abaixo descritos,

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude de autorização da **Agencia Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP**, órgãos Federal que regulamenta os preços do GÁS (GLP), ficam alterados os valores do Gás licitados no referido certame para o fornecimento do objeto mencionado, conforme comprovação por notas fiscais de aquisição.

PARÁGRAFO ÚNICO: Com o reajuste acima mencionado, serão alterados os valores unitários de preços constantes na Ata de Registro de Preços acima referenciados, ficando os novos preços, que serão praticados **a partir do dia 22 de outubro de 2021** do corrente ano e nos valores abaixo descritos:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	Valor Anterior	Valor Alterado
01	QUILO	GÁS LP BOTIJÃO DE 13 KG	8,50	9,94

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas com execução da presente Apostila de Reajuste de Preços correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

ADMINISTRAÇÃO

ORGAO: 03

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20007

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.01

COD REDUZIDO: 33

SEC SAUDE

ORGAO: 06

UNIDADE: 002

PROJ/ATIV: 20009.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.01

COD REDUZIDO: 89

SEC OBRAS

ORGAO: 09

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20042

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.01

COD REDUZIDO: 281

SEC FINANÇAS

ORGAO: 11

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20045

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.01

COD REDUZIDO: 389

SEC EDUCAÇÃO

ORGAO: 12

UNIDADE: 003

PROJ/ATIV: 20060

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.01

COD REDUZIDO: 504

ASSISTENCIA SOCIAL

ORGAO: 13

UNIDADE: 002

PROJ/ATIV: 20080

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.01

COD REDUZIDO: 652

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no artigo 65, II, d, e § 5º da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas na **ATA - SRP**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Gaúcha do Norte – MT, 22 de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE JOÃO MARINHO

VONEY RODRIGUES GOULART

CNPJ: 02.378.934/0001-97

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Testemunhas:

1)_____CPF: _____

2)_____CPF: _____

JOÃO MARINHO EPP

CNPJ nº 02.378.934/0001-97

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

AVISO DE REVOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N. 08/2021

Aviso de Revogação da Tomada de Preços n. 08/2021

A Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, torna público aos interessados que a Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 08/2021 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS EM LED DE 50W E 100W, AMBAS COM EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 120 LÚMENS POR WATT, E IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO ESPORTIVA COM IMPLANTAÇÃO DE POSTES DE CONCRETO E REFLETORES LED DE 200W NO CAMPO DO DISTRITO PAREDÃO GRANDE FORNECENDO OS MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E TUDO MAIS QUE SE FIZER NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E SEUS ANEXOS, MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT. , fica no presente ato anulada em todos os seus termos, para conhecimento dos licitantes e de quem mais possa interessar, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, conforme decisão circunstanciada no processo licitatório . A partir da publicação deste ato fica aberto o prazo recursal de 3 dias úteis. O auto processual encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Delson Rodrigues, s/n, Centro - General Carneiro - MT.

General Carneiro/MT, 22/10/2021.

NELMA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 038/2021 PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2021-SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, com endereço a Avenida dos Imigrantes, nº. 2.000, Centro, a qual goza de personalidade jurídica própria, de autonomia administrativa e financeira, de Direito Público, devidamente inscrita no **CNPJ** sob o nº. **37. 464.955/0001-00**, através da sua **COMISSÃO DE LICITAÇÃO,** que na inexistência de jornal local diário, e para cumprimento do disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, **ATESTA**, que o Edital Ficará publicada por afixação no mural da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, durante o período de 25/10/2021 à 04/11/2021. estando a disposição de todos os Munícipes.

DATA E LOCAL DA REALIZAÇÃO: Dia 04 de Novembro de 2021, na sede da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, situada na Av. dos Imigrantes, 2000 - Centro - CEP.: 78.293-000 - Glória D'Oeste – Mato Grosso.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARNES, BOVINA, SUINA, FRANGO CONGELADO EM CORTES, E EMBUTIDOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIOS DO MUNICIPIO DE GLORIA D´OESTE-MT.

CREDENCIAMENTO: Das 13h00min até às 13h15min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13h15min horas (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13:00hs as 17:00hs pelo telefone (65) 3275-1179, através do E-mail: licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br ou no site: gloriadoeste.mt.gov.br.

É a expressão da verdade e dou fé.

Glória D'Oeste - MT, 22 de Outubro de 2021.

SIDINEI DA SILVA

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 363/2021

DATA: 22 de outubro de 2021.

SÚMULA: *"Designar a Comissão de Recebimento de Bens Patrimoniais, para exercer a função de Fiscal de Contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Comissão de Recebimento de Bens Patrimoniais, composta pelos servidores Silvana Matter, João Carlos Souza de Oliveira, Genivaldo Rodrigues Malheiros e Dorival Gomes de Souza, designados através da **Portaria n° 095/2021**, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 073/2021**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº **07.838.209/0001-78**, que tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - A comissão acima designada será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 22 de outubro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 073/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI – CNPJ: 07.838.209/0001-78

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"

VALOR: R$ 338.000,00 (trezentos e trinta e oito mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 22/10/2021

VIGÊNCIA: 30/04/2022

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA GERAL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 051, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2021 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 092/2021 de 16 de setembro de 2021 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 012, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2021, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311, Centro – Itiquira/MT, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
1-	ANTONIO MARTINS NETO	QUÍMICO	ITIQUIRA	02º CANDIDATO CLASSIFICADO
2-	ERICA PATRICIA DA SILVA RODRIGUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	09º CANDIDATO CLASSIFICADO
3-	TAUANA RODRIGUES DE ALMEIDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	10º CANDIDATO CLASSIFICADO
4-	TATIELY JOSÉ DE JESUS MEIRE	SERVENTE	ITIQUIRA	03º CANDIDATO CLASSIFICADO
5-	WILLYAN RAMIRO SANTOS DOMINGOS	SERVENTE	ITIQUIRA	04º CANDIDATO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, e caso positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 21 de outubro 2021.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 039/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 039/2021

Data assinatura: 21/10/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: PEDRAGON AUTOS LTDA - CNPJ: 03.935.826/0001-30

Valor Global: R$ 362.600,00 (trezentos e sessenta e dois mil e seiscentos reais)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Data da vigência: 21/10/2022

Pregão Eletrônico nº 019/2021

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o qual subscreve, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2021**,na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada a Praça Frei Liberato Keterrer, 311, centro em Itiquira/MT, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021**, do tipo **MENOR PREÇO**, tendo por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PROFUNDA NO DISTRITO DE OURO BRANCO DO SUL.** Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, no endereço acima mencionado, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: https://www.itiquira.mt.gov.br/

Itiquira/MT, 22 de outubro de 2021.

LUCIANA GONÇALVES RIBEIRO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE REDESIGNADO DE SESSÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de seu pregoeiro, torna público aos interessados que, tendo em vista a apresentação da certidão de regularidade fiscal pela empresa **PESADAO AUTO PECAS EIRELI**, bem como, conforme constado em ata de sessão e julgamento *"fica acordado que qualquer manifestação do processo será devidamente publicada no Jornal Eletrônico do Município – AMM, sendo que posteriormente após os trâmites de praxe será publicado nova data para continuidade dos atos, podendo a licitante sanar suas dúvidas através do e-mail, sendo: "licitacao@itiquira.mt.gov.br"",* é que f**ica redesignado a data de 25 DE OUTUBRO DE 2021, ÁS 08H00MIN** na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT**, para continuidade dos atos processuais licitatórios.**

Itiquira/MT, 22 de outubro de 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Júnior

Pregoeiro Designado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO PARA COZINHA PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT.

VALOR: R$ 37.500,00 (TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS).

PRAZO: 21/10/2021 A 21/10/2022

CONTRATADO: JANGADA DISTRIBUIDORA EIRELI-ME

CNPJ Nº 27.151.450/0001-31

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JANGADA-MT, ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA / PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

AVISO DE RESULTADO

O Município de Jangada/MT com sede administrativa no Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/n, Centro, Jangada/ MT, através do Presidente e sua equipe de apoio torna público para quem possa interessar que a Carta Convite nº 002/2021, do tipo menor preço por Lote Global, objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA AREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E APRESENTAÇÃO DE AÇÕES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS JUNTO AOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA UNIÃO, DO ESTADO DESTINADOS A ATENDER O MUNICÍPIO DE JANGADA-MT, cuja data de abertura se deu no dia 22/10/2021 ás 10:00 horas, onde foi declarado como vencedora do certame a empresa SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA, CNPJ Nº 07.123.969/0001-07, com valor de R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Jangada/MT, 22 de Outubro de 2021.

Adilson Pereira Nunes - Presidente

PORTARIA Nº 021/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 021/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

"Exonera a servidora Cristina Souza Dantas"

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, Presidente da Câmara Municipal de Jangada, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1. Exonerar a pedido a servidora **CRISTINA SOUZA DANTAS**, CPF nº 797.175.781-68, Assessora Contábil da Câmara Municipal de Jangada, a partir de 20 de outubro de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete da Presidência, 20 de outubro de 2021

Ver. OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JÚNIOR

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA Nº319, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE RECONHECIMENTO DE DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA DE CANDIDATO EM CONCURSO PÚBLICO"

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o Decreto Municipal 096, de 19 de novembro de 2019, que homologa o resultado final do Concurso Público 001/2019,

Considerando o termo de renúncia do cargo de enfermeiro classificado, devidamente protocolado na data de 29 de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º- **DEFERIR** o pedido de **RENÚNCIA** do candidato classificado no 5º (quinto) lugar para o cargo de Enfermeiro referente ao concurso público 001/2019, homologado em 19 de novembro de 2019, conforme o termo de renúncia devidamente protocolado na data de 29 de setembro de 2021:

Classificação	Inscrição	Candidato	Cargo
5º	429737	Cleiton Pardinho Santos	Enfermeiro

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT., 22 de outubro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº320/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1° -DEFERIR, o pedido de **DESISTÊNCIA** da srª **IDENI PAULA DE OLIVEIRA,** nomeada conforme Decreto nº152/2021 de 14 de outubro de 2021 para exercer o cargo de Apoio Administrativo Educacional, referente ao processo Seletivo nº001/2021, conforme Termo de Desistência protocolado no dia 19 de outubro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru/MT, 22 de outubro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LDO 2022

LEI Nº 905/2021 de 27/05/2021

ANEXOS

OBS. Os anexos da LDO/2022 está publicado no site da Prefeitura Municipal no link :

http://177.222.236.248:5656/transparencia/

Escolha o exercício:2022/Planejamento Orçamentário/LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias

e

https://www.jauru.mt.gov.br/sic-legislacao/ldo

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 080/2021 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 075/2021, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 075/2021, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 080/2021, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 22/10/2021, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARACTER TEMPORÁRIO E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO EM CASOS AMPARADOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE,** em atendimento s Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **vencedora** a empresa: **KLC CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 11.761.650/0001-76, com valor Global de R$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais)

Juara –MT, 22 de outubro de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 026/2021 DE 21/10/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº003/2021 CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 3.782 DO DIA 30/07/2021.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado n°003/2021, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **30 (trinta)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Saúde, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 003/2021, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

ESPECIALISTA SAUDE/ODONTOLOGO:

Item	Nome	Classificação
01	KAROLINE MENDES SANTANA	03°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 21 de Outubro de 2021

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°001/2021 de 04/

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº556/2021.

PORTARIA Nº556/2021.

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL DA CIDADE DE JUARA – MT,** MUNICÍPIO DE JUARA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 14.661 de 22/10/2021.

RESOLVE:

Art. 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Juara- MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE **AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL DA CIDADE DE JUARA – MT** conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	**AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL DA CIDADE DE JUARA – MT**	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: JOÃO RICARDO ALVES MIRANDA CREA: **121241819-0**

Art. 2° A presente Portaria tem por finalidade atender ao Decreto n° 1.071 de 19/08/2021, Art. 3° inciso f.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Juara, 22 de outubro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA**
	Prefeito do Município

JOÃO RICARDO ALVES MIRANDA

Resp. Técnico pelo Projeto

CREA – RN 121241819-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DE DECISÃO FINAL - INFRAÇÃO SANITÁRIA - PA N.º 003/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 003/2021;

Autuado: A. J. da Silva Comercio Varejista e Atacadista de Alimentos

Nome Fantasia: Favorito Supermercado mód.6;

CNPJ ou CPF: 11.598.556/0002-29;

Auto de Infração nº: D- 1653 de 24/03/2021;

Localidade: Avenida Londrina, n.º 809-W, bairro módulo 06, Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 55, inciso I, art. 185, art. 59, inciso IV, art. 55, inciso V, art. 55, inciso XI, inciso XV, art. 300, inciso XLII, art. 59, inciso III, inciso II, art. 300, inciso XXVI, art. 55, inciso VIII, art. 186, art. 300, inciso XXIV, inciso XLIV, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$6.504,40 (seis mil e quinhentos e quatro reais e quarenta centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 15/09/2021

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DE DECISÃO FINAL - INFRAÇÃO SANITÁRIA- PA N.º 005/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 005/2021;

Autuado: A. J. DA SILVA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE ALIMENTOS – ME;

Nome Fantasia: Mercado Favorito;

CNPJ ou CPF: 11.598.556/0001-48;

Auto de Infração nº: D-1394 de 15/03/2021;

Localidade: Avenida Mato Grosso, n.º 1584-W, bairro módulo 05, Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV, art. 55, inciso IX, art. 186, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$3.716,80 (três mil e setecentos e dezesseis reais e oitenta centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 26/04/2021

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DE DECISÃO FINAL - INFRAÇÃO SANITÁRIA - PA N.º 007/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 007/2021;

Autuado: CONVENIÊNCIA E TABACARIA M5 LTDA

Nome Fantasia: O Mais Conveniência;

CNPJ ou CPF: 37.576.453/0002-51;

Auto de Infração nº: D- 1673/2021 de 25/03/2021;

Localidade: Avenida dos Jambos, n.º 778-N, bairro Eixo Comercial 1, Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 55, inciso IX, art. 300, inciso XXIV, art. 186, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ 5.575,20 (cinco mil e quinhentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 14/09/2021

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DE DECISÃO FINAL - INFRAÇÃO SANITÁRIA- PA Nº002/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 002/2020;

Autuado: MARIA DA GLORIA FERNANDES;

Nome Fantasia: Point Conveniência;

CNPJ ou CPF: 20.301.896/0001-56;

Auto de Infração nº: 0338/2021 de 31/03/2021;

Localidade: Avenida Londrina, bairro módulo 05, Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV, art. 186, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ 1.510,00 (um mil e quinhentos e dez reais), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 13/09/2021

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DE DECISÃO FINAL - INFRAÇÃO SANITÁRIA-PA Nº 012/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 012/2021;

Autuado: ANDRIELI RODRIGUES GUIMARÃES;

Nome Fantasia: Comercial Stival;

CNPJ ou CPF: 27.170.509/0001-39;

Auto de Infração nº: D-2288 de 11/05/2021;

Localidade: Avenida Olavo Inacio Henz, n.º 614-W, bairro módulo 05, Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV, art. 186, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$2.787,60 (dois mil e setecentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 14/09/2021

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DE DECISÃO FINAL - INFRAÇÃO SANITÁRIA - PA N.º 003/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 003/2020;

Autuado: EDVALDO DA SILVA CAMPOS - ME

Nome Fantasia: Odonto Press;

CNPJ ou CPF: 21.376.491/0001-40;

Auto de Infração nº: 0335/2021 de 18/03/2021;

Localidade: Avenida das Andorinhas, n.º 226, bairro módulo 04, Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ 4.530,00 (quatro mil e quinhentos e trinta reais), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 15/04/2021

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DE DECISÃO FINAL - INFRAÇÃO SANITÁRIA- PA N.º002/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 002/2019;

Autuado: A. J. DA SILVA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE ALIMENTOS

Nome Fantasia: Mercado Favorito;

CNPJ ou CPF: 11.598.556/0002-29;

Auto de Infração nº: 0533/2019 de 12/05/2019;

Localidade: Avenida Londrina, n.º 809- W, bairro módulo 06, Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ 420,69 (quatrocentos e vinte reais e sessenta e nove centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 06/04/2021

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
TERMO DE JULGAMENTO DO PREFEITO - INFRAÇÃO SANITÁRIA - PA N.º 002/2021

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE JULGAMENTO DO PREFEITO

Processo Administrativo n.º 002/2021

Auto de Infração n.º 0556/2021

Autuado: Adão da Silva

Interessada: Administração Pública Municipal

Processo Infracional da Vigilância Sanitária

Vistos etc...

Cuida-se de Recurso Administrativo protocolado pelo autuado, ADÃO DA SILVA, que se insurge contra a Decisão de 1.º instância da Secretária Municipal de Saúde, que julgou pela subsistência da autuação e fixou a infração como de natureza grave e, consequentemente, aplicou a multa em seu número mínimo legal de 51 UFM, equivalente ao valor de R$ 9.477,84 (nove mil e quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), nos termos da Lei Municipal n.º 1.528/2014.

Após recebimento do recurso os autos foram remetidos a Secretária Municipal de Saúde para efeitos de reconsideração da decisão ou não, nos termos do artigo 92, § 1.º da Lei Complementar n.º 1.188/2010, a qual manteve inalterada e remeteu ao Gabinete.

Assim, os autos retornaram ao gabinete para julgamento do recurso do autuado, o qual pleiteia o seguinte:

a) Sejam declaradas ilícitas e excluídas dos autos as provas obtidas com a violação do domicilio do recorrente, posto que ausentes os requisitos que excepcionalmente permitem a entrada de autoridades em residências sem autorização dos moradores sem mandado judicial;

b) Seja conhecido e provido o presente recurso, pugnando pela declaração de nulidade do Auto de Infração n.º 0556/2021 e do Termo de Apreensão n.º 2671, e consequentemente a extinção e arquivamento do presente processo;

c) Alternativamente, não sendo cancelada a aplicação da multa, seja efetivada sua readequação com a redução a advertência, ou que seja arbitrada de acordo com o artigo 295 e 296, parágrafo único, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014, atendendo-se assim o enquadramento legal como infração leve e aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

d) A inexigibilidade da multa até o julgamento do processo.

E sucinto o relatório.

De inicio, quanto ao pedido de inexigibilidade da multa até o julgamento do processo, consigno que nos termos do art. 320, da Lei Municipal n.º 1.528/2014, o pagamento da penalidade pecuniária está suspensa até a decisão de 2º instância.

No mais, a respeito da alegada ilicitude das provas obtidas com a violação do domicilio, declaro que tal alegação não prospera, conforme disposição do art. 16, da Lei Municipal n.º 1.528/2014, é competência da autoridade sanitária e dos fiscias exercerem o poder de polícia sanitário e o livre acesso aos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, para proceder com a vistoria, fiscalização, lavratura de autos e termos, interdição, execução de penalidade e apreensão de produtos.

É o que estabelece o art. 20, da Lei Municipal n.º 1.528/2014, o qual descreve que estão sujeitos ao controle sanitário os estabelecimentos de assistência à saúde e os estabelecimentos de interesse à saúde, esclarecendo que os estabelecimentos de interesse à saúde, são aqueles que exerçem atividade que, direta ou indiretamente, possa provocar danos ou agravos à saúde da população, conforme disposição dos incisos I e II:

I- os que produzem, beneficiam, manipulam, fracionam, embalam, reembalam, acondicionam, conservam, armazenam, transportam, distribuem, importam, exportam, vendem ou dispensam produtos e substâncias de interesse à saúde.

XII- outros estabelecimentos cuja atividade possa, direta ou indiretamente, provocar, danos ou agravos a saúde ou a qualidade de visa da população.

Outrossim, o ato administrativo praticado pelos Fiscais da Municipalidade gozam de presunção de legitimidade e veracidade. Nesse sentido, a doutrina administrativa, em sua grande maioria, apresenta o entendimento de que a impugnação da presunção de veracidade dos fatos narrados deverá sempre implicar a imputação do ônus da prova em desfavor do sujeito particular. Assim, caberá sempre ao indivíduo a comprovação da ilegalidade do ato administrativo a que foi submetido, o que a meu ver não foi afastadas nos presentes autos[1].

Com efeito, observa-se que não houve violação de domicilio, pois o próprio autuado recebeu e autorizou a entrada dos fiscais que estavam em cumprimento das disposições legais do Código Sanitário Municipal. Dessa forma, entendo pela inexistência de ilegalidade.

Pois bem. Analisando detidamente os autos, constato que de fato houve a desobediência ou inobservância ao disposto em normas legais, especialmente ao art. 300, incisos XLIV, LVI, LXII, da Lei Municipal n.º 1.528/2014, impondo-se a manutenção do Auto de Infração e da multa aplicada.

Entretanto, entendo que a gravidade da multa deve ser readequada, conforme previsão do art. 295, incisos III e V, da Lei Municipal nº 1.528/2014, ou seja, a imposição da pena de multa levará em conta os antecedentes do infrator e sua capacidade econômica.

O que transparece da leitura do art. 2.° da Lei que regula o Processo Administrativo da Administração Pública Federal, abaixo transcrito:

Art. 2° A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. (...)

Parágrafo único. **Nos processos administrativos serão observados**, entre outros, os critérios de: (...)

VI - adequação entre meios e fins, **vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público**.

Destarte, ainda que respeitadas as divergências hermenêuticas acerca do posicionamento do princípio da proporcionalidade no nosso ordenamento jurídico, ou mesmo da sua força normativa comparada aos princípios previstos expressamente na Constituição Federal, não há qualquer dúvida que ele é sim elemento forte norteador das decisões da administração pública.

Portanto, o ordenamento jurídico assegura a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade na dosimetria do percentual da multa aplicada, o que nos leva a aferir a gravidade do descumprimento das disposições sanitária.

Assim, entendo pela subsistência do auto de infração nº 0556/2021, todavia, mantenho o valor anteriormente aplicado em conformidade aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, em razão do autuado não possuir antecedente e ser aposentado e, nesse sentido, acolho as razões do recurso apresentado para reduzir o valor da multa ou enquadrar como multa de natureza leve e fixar em 12 UFM, correspondente ao montante de R$ 2.230,08 (dois mil e duzentos e trinta reais e oito centavos).

ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 295, incisos III e V, da Lei Municipal nº 1.528/2014 e nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o presente recurso, mantendo o auto de infração nº 0556/2021 e aplicando a multa de 12 UFM, que perfaz o montante de R$ 2.230,08 (dois mil e duzentos e trinta reais e oito centavos), a teor do Decreto Municipal n.º 011/2021 e, portanto, DETERMINO a Vigilância Sanitária Municipal o seguinte:

a) que notifique o autuado do inteiro teor da presente Decisão, com cópia do mesmo, para que prossiga com o pagamento da multa aplicada; e,

b) Outrossim, transcorrido o prazo sem o devido pagamento e certificado nos autos, faça remessa ao Departamento de Tributação para inscrição em Dívida Ativa e cobrança pela via administrativa e judicial.

Juína-MT, 24 de agosto de 2021.

Registre-se.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

Paulo Augusto Veronese

Prefeito Municipal

[1] Dentre esses doutrinadores estão Hely Lopes Meirelles, José dos Santos Carvalho Filho, Marcelo Alexandrino e Vicente de Paulo, e Diógenes Gasparini.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DE DECISÃO FINAL - INFRAÇÃO SANITÁRIA - PA N.º 006/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 006/2020;

Autuado: EDVALDO DA SILVA CAMPOS - ME

Nome Fantasia: Odonto Press;

CNPJ ou CPF: 21.376.491/0001-40;

Auto de Infração nº: 0555/2021 de 18/03/2021;

Localidade: Avenida das Andorinhas, n.º 226, bairro módulo 04, Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso III, inciso IV e inciso V da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: “JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ R$3.775,00 (três mil e setecentos e setenta e cinco reais),

com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 15/04/2021

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DE DECISÃO FINAL - INFRAÇÃO SANITÁRIA-PA Nº 001/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 001/2018;

Autuado: CASA DO PEIXE EIRELI;

Nome Fantasia: CASA DO PEIXE;

CNPJ ou CPF: 24.440.465/0001-21;

Auto de Infração nº: 0525 de 19/07/2018;

Localidade: Rua Francisco Beltrão, bairro módulo 05, Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ 1.963,95 (mil e novecentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 07/04/2021

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2021

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Inexigibilidade de Licitação nº 010/2021, Processo Administrativo n° 145/2021,** PARA CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇAO PREVENTIVA MOTONIVELADORA G 930 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS. Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena – MT, 22 de outubro de 2021.

Manoel Contijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal, MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Modalidade: Pregão Presencial SRP

Data da Homologação: /10/2021 Data da Adjudicação: /10/2021

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO GERAL EM MOLEJO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA E SUAS SECRETARIAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.

Fornecedores:

Vencedor: J. C RAMOS GARCIA & CIA.LTDA. – ME CNPJ: 04.458.590/0001-51 Total do Vencedor R$233.378,75		

VENCEDOR: E.S.M MECANICA DIESEL LTDA

CNPJ: 15.274.687/0001-94 Total do Vencedor R$5.216,70.

VENCEDOR: BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA- EPP

CNPJ: 17.274.687/001-56 Total do Vencedor R$276.176,95.

Vencedor: IDEAL COMERCIO DE AUTO PECAS EIRELI

CNPJ: 30.865.963/0001-19 Total do Vencedor R$267.745,06.

VENCEDOR: MD COMERCIO PECAS E SERVICOS PARA TRATORES E CAMINHOES

CNPJ: 30.855.519/0001-12 Total do Vencedor R$ 281.944,46.

VENCEDOR: SO PESADO COMERCIO DE PEÇA E ACESSORIOS LTDA

CNPJ: 34.925.161/0001-08 Total do Vencedor R$289.617,43.

Juruena – MT, de outubro de 2021.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGAO PRESENCIAL 41/2021

AVISO DE RESULTADO
Pregao Presencial 41/2021
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO GERAL EM MOLEJO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA E SUAS SECRETARIAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES. Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregao Presencial nº 41 / 2021, Registro de Preços nº, cuja abertura se deu em 08/10/2021 às 8:00, sagrou-se vencedora as empresas:
Com as propostas conforme segue: Fornecedores:
Vencedor: J. C RAMOS GARCIA & CIA.LTDA. – ME **CNPJ: 04.458.590/0001-51** **Total do Vencedor R$233.378,75**
Vencedor: MD COMERCIO PECAS E SERVICOS PARA TRATORES E CAMINHOES. **CNPJ: 30.855.519/0001-12.** **Total do Vencedor R$281.944,46.** **VENCEDOR: E.S.M MECANICA DIESEL LTDA** **CNPJ: 15.274.687/0001-94 Total do Vencedor R$5.216,70.** **VENCEDOR: BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA- EPP** **CNPJ: 17.274.687/001-56 Total do Vencedor R$276.176,95.** **Vencedor: IDEAL COMERCIO DE AUTO PECAS EIRELI** **CNPJ: 30.865.963/0001-19 Total do Vencedor R$267.745,06.** **VENCEDOR: MD COMERCIO PECAS E SERVICOS PARA TRATORES E CAMINHOES** **CNPJ: 30.855.519/0001-12 Total do Vencedor R$ 281.944,46.** **VENCEDOR: SO PESADO COMERCIO DE PEÇA E ACESSORIOS LTDA** **CNPJ: 34.925.161/0001-08 Total do Vencedor R$289.617,43.**

Fornecedores:

Vencedor: J. C RAMOS GARCIA & CIA.LTDA. – ME **CNPJ: 04.458.590/0001-51** **Total do Vencedor R$233.378,75**

VENCEDOR: E.S.M MECANICA DIESEL LTDA

CNPJ: 15.274.687/0001-94

Total do Vencedor R$5.216,70.

VENCEDOR: BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA- EPP

CNPJ: 17.274.687/001-56

Total do Vencedor R$276.176,95.

Vencedor: IDEAL COMERCIO DE AUTO PECAS EIRELI

CNPJ: 30.865.963/0001-19

Total do Vencedor R$267.745,06.

VENCEDOR: MD COMERCIO PECAS E SERVICOS PARA TRATORES E CAMINHOES

CNPJ: 30.855.519/0001-12

Total do Vencedor R$ 281.944,46.

VENCEDOR: SO PESADO COMERCIO DE PEÇA E ACESSORIOS LTDA

CNPJ: 34.925.161/0001-08

Total do Vencedor R$289.617,43.

Juruena MT de outubro de 2021.

_____

Robson Gomes Dias

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/ MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 173/2021, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. IV da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 046/2021, Processo Administrativo n° 143/2021.

DISPENSA PARA CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SONAR CARDIOFETAL E INSUMOS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE EM UM PERIODO DE 12 MESES.

FORNECEDOR:

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA -ME CNPJ – 021.368.399/0001-38.

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 7.300,32 (SETE MIL TREZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)

Juruena - MT, 22 de outubro 2021.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/ MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 173/2021, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. IV da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 046/2021, Processo Administrativo n° 143/2021.

DISPENSA PARA CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SONAR CARDIOFETAL E INSUMOS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE EM UM PERIODO DE 12 MESES.

FORNECEDOR:

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA -ME CNPJ – 021.368.399/0001-38.

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 8.347,22 (OITO MIL TREZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E VINTE DOIS CENTAVOS)

Juruena - MT, 22 de outubro 2021.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2021

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Dispensa de Licitação nº 046/2021, Processo Administrativo n° 143/2021,** DISPENSA PARA CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SONAR CARDIOFETAL E INSUMOS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE EM UM PERIODO DE 12 MESES.

Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena – MT, 22 de outubro de 2021.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 173/2021, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 25, parágrafo I, da Lei nº 8.666/93, realiza a Inexigibilidade de Licitação nº 010/2021, Processo Administrativo n° 145/2021, CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇAO PREVENTIVA MOTONIVELADORA G 930 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS., através da Pessoa Juridica TECNOESTE MAQUINAS E EQUPAMENTOS LTDA CNPJ 03.795.465/0002-55 , com valor total de R$6.975,08 (SEIS MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E OITO CENTAVOS).

Juruena - MT, 22 de outubro de 2021.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2021

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Dispensa de Licitação nº 047/2021, Processo Administrativo n° 144/2021,** DISPENSA PARA CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇOES ELETRICAS, LIMPEZA, MANUTENÇAO, EM APARELHO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL EM PERIODO DE 12 MESES. Amparado pela **Lei 8.866/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena – MT, 22 de outubro de 2021

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 173/2021, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 047/2021, Processo Administrativo n° 144/2021.

CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EM INSTALAÇOES ELETRICAS, LIMPEZA, MANUTENÇAO, EM APARELHO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL EM PERIODO DE 12 MESES.

FORNECEDOR:

ANDREIA APARECIDA DE FREITAS 62226517120 CNPJ – 34.045.771./0001-17.

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 4.070,60 (quatro mil e setenta reais e sessenta centavos)

Juruena - MT, 22 de outubro 2021.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO ADITIVO Nº 001 CONTRATO Nº 072/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Ronei Ferreira Ganda- ME

OBJETO: "Contratação De Empresa Em Prestação De Serviços Em Serralheria, Para Atender As Necessidades Deste Municipio".

PRAZO: 31/01/2022

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Ronei Ferreira Ganda – ME – CNPJ: 24.342.077/0001-08.

TOMADA DE PREÇOS N° 002/2021 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus – Juscimeira/MT, através de seu Presidente Comissão, nomeada pela Portaria nº 073/2021, torna público que realizará **ÀS 07:30 HORAS DO DIA 10 DE NOVEMBRO 2021**,na Prefeitura Municipal de Juscimeira situada a Avenida Joaquim Miguel Dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus - Juscimeira – MT, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a forma de **EXECUÇÃO INDIRETA,** tendo por objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO DISTRITO DE IRENOPOLIS, MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT, CONFORME CONVÊNIO DE Nº 0723-2021/SINFRA"**. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do e-mail licitacao@juscimeira.mt.gov.br.

JUSCIMEIRA – MT, 22 DE OUTUBRO 2021.

JOÃO PAULO BEZERRA SANTOS

Presidente da CPL

PORTARIA Nº 244/2021, 15 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre Nomeação e Autorização do Leiloeiro Publico Oficial do Estado de Mato Grosso Srº KLEIBER LEITE PEREIRA JUNIOR , e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

Considerando a necessidade do Município de alienar em leilão público oficial, bens móveis diversos e no estado em que se encontram, observando os princípios básicos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o Leiloeiro Público Oficial exerce uma função pública delegada pelo Estado através da Junta Comercial, possuindo competência

e experiência profissional para avaliar bens móveis diversos para alienação e realizar o leilão presencialmente e/ou on-line pela rede mundial de computadores na forma da Lei nº 13.138/2015, sem ônus ou custos financeiros para a administração;

Considerando os termos do Inciso III do Artigo 38 e Artigo 53 da Lei nº 8. 666/93 que trata das licitações e contratos administrativos;

Considerando que o Artigo 33, § 2º da Instrução Normativa nº 17/2013/ DREI prevê que o Leiloeiro Público Oficial pode ser de livre escolha do ente interessado;

Considerando que a alienação de bens móveis diversos atende ao relevante interesse público municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear e autorizar o Leiloeiro Público Oficial do Estado de Mato Grosso, **KLEIBER LEITE PEREIRA JUNIOR**, portador da Matricula nº 031/2015/Jucemat, com endereço a Avenida São Sebastião nº 1.447, Bairro Goiabeiras em Cuiabá/MT, para conduzir o leilão público em data a ser marcada conjuntamente.

Artigo 2º - O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da Lei das Licitações nº 8.666/93 e suas alterações, com a legislação profissional e demais pertinentes, e de acordo com o próprio Edital do certame.

Artigo 3º - Compete ao Leiloeiro Público Oficial, organizar/operacionalizar a realização do leilão, produzindo a relação dos bens disponibilizados em lotes individuais ou não, avaliar os bens móveis diversos e subordinar a avaliação à homologação da autoridade Municipal, e divulgar o leilão pela internet em site, e-mail´s e redes sociais, folder/panfletos para distribuição na região e demais recursos disponíveis.

Artigo 4º - Compete ainda ao leiloeiro, instalar escritório no local do leilão para expedir documentos referente as arrematações, produzir a Ata circunstanciada, prestar contas, realizando todos os procedimentos inerentes a sua função e objetivo fim da presente nomeação, inclusive, auxiliando a Comissão processante no que couber.

Artigo 5º - A Prefeitura Municipal fica isenta de pagamento de comissão ou reembolso de despesas com o Leiloeiro, que cobrará apenas do Arrematante Comprador a comissão estipulada em 10% (dez por cento) da venda dos bens móveis diversos.

Artigo 6º - A Comissão de Avaliação e Alienação em Leilão Público, nomeada pela Portaria nº 243/2021, será a Comissão processante do presente leilão cumprindo as formalidades administrativas e pertinentes.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Juscimeira/MT, 15 de Outubro de 2021

MOISES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 761, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre o retorno presencial das aulas na rede municipal de ensino.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA MATO GROSSO, **MOISÉS DOS SANTOS** no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO o Direito à Educação, assegurado nos artigos 205 e 208 da Constituição Federal e amparados no Parecer do Conselho Nacional da Educação CNE/MEC nº.05/2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº. 11.367, de 10 de maio de 2021, em que "reconhece as atividades educacionais, escolares e afins como essenciais para o Estado de Mato Grosso";

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 1.134, de 01 de outubro de 2021, que revoga decretos estaduais, e dá outras providências;

DECRETA

Art. 1º. O retorno presencial das aulas na Rede Municipal de Ensino, a partir do dia 25 de outubro de 2021.

§1º. Para os estudantes em quarentena decorrente da COVID-19, bem como para aqueles com comorbidade, ou a critério médico, será garantida a oferta da modalidade on-line (remota), sem prejuízo do seu aprendizado.

Art. 2º. O retorno às atividades presenciais deve respeitar as regras de biossegurança editadas pelos respectivos entes federados.

Art. 3º. As unidades escolares devem intensificar as medidas de biossegurança, tais como: uso de máscara, aferição de temperatura, disponibilização de álcool em gel 70%, bem como a desinfecção periódica dos espaços.

Art. 4º. Os casos excepcionais ou omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Juscimeira.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Moisés dos Santos

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243/2021, 15 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre Nomeação da Comissão de Avaliação e Alienação em Leilão Público no Município de Juscimeira-MT,e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

Considerando a necessidade de alienar, através de leilão público, com base na Lei das Licitações, os bens móveis diversos de propriedade do município e que se encontram em diferentes estado de conservação, antieconômicos, inservíveis, irrecuperáveis, sucateados e sucatas, medida esta de relevante interesse público;

RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir a Comissão de Avaliação e Alienação em Leilão Público, com seus membros abaixo nomeados, com a responsabilidade de administrar, corrigir dados, proceder transferência de propriedade de bens, enfim, realizar todos os atos e procedimentos necessários ao certame, visando obter o melhor resultado e aperfeiçoamento do leilão de bens de propriedade do município.

Presidente – Thiago Fernandes de Oliveira

Secretário - Daihane Xavier Marques

Membros – 1 Gracielle Martins Silva

2 Maiko Wilson Cunha de Almeida

3 Edjaime Ferreira da Silva

§ Único – Havendo dificuldade para a Comissão realizar a avaliação dos bens disponibilizados para leilão, esta poderá analisar e homologar a avaliação apresentada pelo leiloeiro, levando-se, em conta, principalmente, a experiência do mesmo nos leilões que realiza.

Artigo 2º - O leilão será realizado na forma da Lei nº 8.666/93 das Licitações e Contratos, suas alterações e pelo Edital completo, e será realizado de forma on-line pela rede mundial de computadores, sendo conduzido por Leiloeiro Público Oficial do Estado, devidamente nomeado por ato municipal para o objetivo fim da alienação.

Artigo 3º - A presente Portaria tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data, devendo a Comissão prestar contas do leilão e encerrar suas atividades.

Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 15 de Outubro de 2021.

MOISES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2021

Extrato do Contrato nº 063/2021

Objeto: Aquisição de veículo de transporte escolar diário de estudantes, denominado de ônibus rural escolar (ORE), em atendimento às entidades educacionais da rede pública de ensino no Município de Lambari d'Oeste/MT; **Licitação:** Adesão à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico FNDE nº 06/2021 – Processo Administrativo nº 23034.001405/2021-14; **Contratada:** MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA; **Prazo de vigência**: 280 (duzentos e oitenta) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, prorrogável na forma do Art. 57, §1º da Lei 8666/93; **Valor:** R$ 317.900,00 (trezentos e dezessete mil e novecentos reais).

PORTARIA Nº 290/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 290/2021, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

"Concede elevação de nível aos servidores públicos que menciona, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 1º, §2º, V da Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, aos servidores a seguir descritos:

GILSON BORGES

GUARDA MUNICIPAL

Vinculado/Lotado: 04/10/2006

Elevação de **Nível B 05** para **Nível B 06**

JOSUE FERREIRA

PROFESSOR LIC PLENA EM LETRAS

Vinculado/Lotado: 05/10/2006

Elevação de **Nível B 05** para **Nível B 06**

KESIA PAULA SANTOS COSTA DA SILVA

PROFESSOR LIC. PLENA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Vinculado/Lotado: 15/10/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

4º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2021/PMLDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 37/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2021- SRP

4º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2021/PMLDO.

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE – MT

FORNECEDORA: MARTA DELMONDES PEIXOTO EIRELI

CNPJ Nº 31.003.828/0001.27

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS, PARA ATENDER À DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LAMBARI D'OESTE-MT E GABINETE DO PREFEITO, conforme especificado NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

Aos 18 dias do mês outubro de 2021, na sede da Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste - MT, à Rua Cidrolândia, n.º 300 -N, Centro, foi lavrado o presente APOSTILAMENTO à Ata de Registro de Preços n° 07/2021/PMLDO, visando à fixação dos valores, conforme a apresentação de nota fiscal apresentada pela a empresa, mostrando a veracidade dos ajustes de preços.

Com base nas informações constantes nos autos do processo identificado no preâmbulo, e considerando-se as disposições contidas na **Cláusula Décima – REAJUSTES DE PREÇOS,** da Ata de Registro de Preços segue a aplicação de reajuste na tabela abaixo:

ITEM	PRODUTO	VALOR ATUAL	VALOR A ONERAR	VALOR COM REAJUSTE
01	Gasolina	6,48	0,20	6,68
02	Diesel s10	5,48	0,00	5,48

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

- PREFEITO -

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RREO 4º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A AGO	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.832.100,00	14.998.650,00	3.465.306,50	23,10	11.526.751,41	76,85	3.471.898,59
RECEITAS CORRENTES	14.822.100,00	14.988.650,00	3.465.306,50	23,12	11.524.484,53	76,89	3.464.165,47
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	508.200,00	508.200,00	497.248,27	97,84	1.046.704,03	205,96	-538.504,03
Impostos	486.200,00	486.200,00	489.553,20	100,69	1.031.097,52	212,07	-544.897,52
Taxas	3.000,00	3.000,00	3.788,57	126,29	8.771,14	292,37	-5.771,14
Contribuição de Melhoria	19.000,00	19.000,00	3.906,50	20,56	6.835,37	35,98	12.164,63
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	16.400,00	16.400,00	7.637,90	46,57	14.145,52	86,25	2.254,48
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	16.400,00	16.400,00	7.637,90	46,57	14.145,52	86,25	2.254,48
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.237.500,00	14.404.050,00	2.949.642,73	20,48	10.392.586,06	72,15	4.011.463,94
Transferências da União e de suas Entidades	9.658.000,00	9.824.550,00	1.676.476,28	17,06	5.985.149,27	60,92	3.839.400,73
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.764.500,00	3.764.500,00	1.073.073,99	28,51	3.710.818,45	98,57	53.681,55
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	815.000,00	815.000,00	200.092,46	24,55	696.618,34	85,47	118.381,66
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.000,00	34.000,00	10.777,60	31,70	71.048,92	208,97	-37.048,92
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.635,37	0,00	-1.635,37
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	34.000,00	34.000,00	10.777,60	31,70	69.413,55	204,16	-35.413,55
RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	2.266,88	22,67	7.733,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	2.266,88	22,67	7.733,12
Transferências da União e de suas Entidades	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	2.266,88	28,34	5.733,12
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.832.100,00	14.998.650,00	3.465.306,50	23,10	11.526.751,41	76,85	3.471.898,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A AGO	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	14.832.100,00	14.998.650,00	3.465.306,50	23,10	11.526.751,41	76,85	3.471.898,59
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	14.832.100,00	14.998.650,00	3.465.306,50	23,10	11.526.751,41	76,85	3.471.898,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	75.000,00			75.000,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		75.000,00			75.000,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[3] (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.532.300,00	14.922.150,00	3.569.109,36	11.068.532,12	3.853.617,88	3.298.619,75	10.295.077,45	4.627.072,55	9.435.169,03	0,00
DESPESAS CORRENTES	12.881.784,00	14.093.515,77	3.516.804,45	10.589.984,59	3.503.531,18	3.189.943,57	9.950.545,79	4.142.969,98	9.090.637,37	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.174.000,00	6.224.332,57	1.035.862,16	3.984.024,82	2.240.307,75	1.118.044,89	3.934.601,04	2.289.731,53	3.390.543,47	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.707.784,00	7.869.183,20	2.480.942,29	6.605.959,77	1.263.223,43	2.071.898,68	6.015.944,75	1.853.238,45	5.700.093,90	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.462.000,00	828.628,23	52.304,91	478.547,53	350.080,70	108.676,18	344.531,66	484.096,57	344.531,66	0,00
INVESTIMENTOS	1.432.000,00	618.628,23	52.304,91	269.239,20	349.389,03	48.384,91	254.339,20	364.289,03	254.339,20	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	30.000,00	210.000,00	0,00	209.308,33	691,67	60.291,27	90.192,46	119.807,54	90.192,46	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	188.516,00	6,00	0,00	0,00	6,00	0,00	0,00	6,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.532.300,00	14.922.150,00	3.569.109,36	11.068.532,12	3.853.617,88	3.298.619,75	10.295.077,45	4.627.072,55	9.435.169,03	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	14.532.300,00	14.922.150,00	3.569.109,36	11.068.532,12	3.853.617,88	3.298.619,75	10.295.077,45	4.627.072,55	9.435.169,03	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				458.219,29			1.231.673,96		2.091.582,38	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	14.532.300,00	14.922.150,00	3.569.109,36	11.526.751,41		3.298.619,75	11.526.751,41		11.526.751,41	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.833.300,00	15.074.850,00	3.569.109,36	11.220.869,45	100,00	3.853.980,55	3.298.619,75	10.447.414,78	100,00	4.627.435,22	0,00
Legislativa	815.360,00	815.360,00	0,00	0,00	0,00	815.360,00	0,00	0,00	0,00	815.360,00	0,00
Ação Legislativa	815.360,00	815.360,00	0,00	0,00	0,00	815.360,00	0,00	0,00	0,00	815.360,00	0,00
Administração	3.837.459,00	5.247.413,24	1.736.414,20	4.904.473,25	43,71	342.939,99	1.559.253,66	4.537.242,39	43,43	710.170,85	0,00
Administração Geral	3.837.459,00	5.247.413,24	1.736.414,20	4.904.473,25	43,71	342.939,99	1.559.253,66	4.537.242,39	43,43	710.170,85	0,00
Assistência Social	607.500,00	901.030,30	180.693,75	597.580,97	5,33	303.449,33	192.602,65	589.635,61	5,64	311.394,69	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	91.500,00	107.500,00	19.961,98	70.593,51	0,63	36.906,49	19.961,98	70.593,51	0,68	36.906,49	0,00
Assistência Comunitária	516.000,00	793.530,30	160.731,77	526.987,46	4,70	266.542,84	172.640,67	519.042,10	4,97	274.488,20	0,00
Saúde	3.308.000,00	3.925.240,48	875.956,62	3.040.078,32	27,09	885.162,16	760.000,58	2.848.102,16	27,26	1.077.138,32	0,00
Administração Geral	4.000,00	19.000,01	166,00	17.166,00	0,15	1.834,01	0,00	17.000,00	0,16	2.000,01	0,00
Atenção Básica	3.201.000,00	3.563.870,47	774.040,62	2.909.717,88	25,93	654.152,59	728.250,58	2.787.907,72	26,69	775.962,75	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	39.000,00	269.000,00	90.000,00	90.000,00	0,80	179.000,00	20.000,00	20.000,00	0,19	249.000,00	0,00
Vigilância Sanitária	64.000,00	73.370,00	11.750,00	23.194,44	0,21	50.175,56	11.750,00	23.194,44	0,22	50.175,56	0,00
Educação	3.540.000,00	2.859.085,15	575.866,27	1.708.611,97	15,23	1.150.473,18	525.469,61	1.621.944,09	15,52	1.237.141,06	0,00
Ensino Fundamental	3.394.000,00	2.504.009,85	490.908,61	1.354.097,82	12,07	1.149.912,03	440.511,95	1.269.429,94	12,15	1.234.579,91	0,00
Ensino Profissional	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	122.000,00	355.075,30	84.957,66	354.514,15	3,16	561,15	84.957,66	352.514,15	3,37	2.561,15	0,00
Educação Especial	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	491.000,00	148.499,01	28.247,36	107.055,15	0,95	41.443,86	29.347,36	106.813,15	1,02	41.685,86	0,00
Administração Geral	80.000,00	50.163,89	6.468,00	19.130,33	0,17	31.033,56	6.468,00	19.130,33	0,18	31.033,56	0,00
Difusão Cultural	411.000,00	98.335,12	21.779,36	87.924,82	0,78	10.410,30	22.879,36	87.682,82	0,84	10.652,30	0,00
Habitação	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Assistência Comunitária	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Saneamento	34.000,00	70.400,00	12.100,00	62.018,80	0,55	8.381,20	12.100,00	62.018,80	0,59	8.381,20	0,00
Administração Geral	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	24.000,00	70.400,00	12.100,00	62.018,80	0,55	8.381,20	12.100,00	62.018,80	0,59	8.381,20	0,00
Gestão Ambiental	147.000,00	87.700,00	26.144,37	76.649,96	0,68	11.050,04	26.144,37	76.649,96	0,73	11.050,04	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	147.000,00	87.700,00	26.144,37	76.649,96	0,68	11.050,04	26.144,37	76.649,96	0,73	11.050,04	0,00
Agricultura	232.000,00	226.800,00	27.195,79	105.251,12	0,94	121.548,88	27.195,79	105.251,12	1,01	121.548,88	0,00
Promoção da Produção Vegetal	106.000,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00
Promoção da Produção Animal	126.000,00	148.800,00	27.195,79	105.251,12	0,94	43.548,88	27.195,79	105.251,12	1,01	43.548,88	0,00
Transporte	1.346.465,00	426.215,82	68.837,82	319.234,95	2,85	106.980,87	68.837,82	319.234,95	3,06	106.980,87	0,00
Transporte Rodoviário	1.346.465,00	426.215,82	68.837,82	319.234,95	2,85	106.980,87	68.837,82	319.234,95	3,06	106.980,87	0,00
Desporto e Lazer	280.000,00	151.100,00	37.653,18	90.606,63	0,81	60.493,37	37.376,64	90.330,09	0,86	60.769,91	0,00
Desporto de Rendimento	101.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00
Desporto Comunitário	179.000,00	137.100,00	37.653,18	90.606,63	0,81	46.493,37	37.376,64	90.330,09	0,86	46.769,91	0,00
Encargos Especiais	0,00	210.000,00	0,00	209.308,33	1,87	691,67	60.291,27	90.192,46	0,86	119.807,54	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	210.000,00	0,00	209.308,33	1,87	691,67	60.291,27	90.192,46	0,86	119.807,54	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A AGO	%		BIMESTRE	JAN A AGO	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Reserva de Contingência	188.516,00	6,00	0,00	0,00	0,00	6,00	0,00	0,00	0,00	6,00	0,00
Reserva de Contingência	188.516,00	6,00	0,00	0,00	0,00	6,00	0,00	0,00	0,00	6,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.833.300,00	15.074.850,00	3.569.109,36	11.220.869,45	100,00	3.853.980,55	3.298.619,75	10.447.414,78	100,00	4.627.435,22	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SET/2020 A AGO/2021

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.408.496,60	1.432.490,30	1.342.169,50	1.913.910,75	1.444.744,49	1.633.158,40	1.834.167,27	1.431.963,11	1.533.188,72	1.573.063,69	2.183.158,63	1.766.769,87	19.497.281,33	17.212.050,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.291,03	65.248,67	23.329,74	71.715,21	54.207,99	15.385,88	276.325,87	43.413,30	50.462,90	109.659,82	407.941,24	89.307,03	1.216.288,68	508.200,00
IPTU	5.516,14	4.770,29	6.102,73	29.553,46	0,00	0,00	0,00	4.004,92	2.938,89	13.595,32	18.563,41	5.510,00	90.555,16	50.000,00
ISS	3.774,89	4.759,38	2.860,71	5.139,84	767,89	8.282,77	9.171,00	13.164,49	16.644,90	12.144,05	14.871,43	13.577,09	105.158,44	231.200,00
ITBI	0,00	55.719,00	14.366,30	37.021,91	53.320,02	1.401,81	252.301,46	7.354,28	13.597,89	64.880,37	359.410,83	55.681,61	915.055,48	20.000,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	120,08	5.701,30	14.853,41	16.822,19	15.560,74	14.916,54	11.532,79	10.406,04	89.913,09	185.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067,42	1.720,48	4.123,54	3.562,78	4.132,29	15.606,51	22.000,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	184,44	294,12	243,37	44,58	135,68	145,69	687,12	1.148,99	2.069,36	2.320,78	3.461,82	4.176,08	14.912,03	16.400,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	184,44	294,12	243,37	44,58	135,68	145,69	687,12	1.148,99	2.069,36	2.320,78	3.461,82	4.176,08	14.912,03	16.400,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	3.086,60	1.638,90	4.469,70	18.062,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.258,00	26.000,00
Transferências Correntes	1.395.934,53	1.365.308,61	1.313.477,41	1.824.088,16	1.379.305,48	1.610.586,37	1.536.077,57	1.381.577,19	1.472.846,12	1.453.658,25	1.764.069,74	1.670.194,99	18.167.124,42	16.627.450,00
Cota Parte do FPM	377.224,42	507.591,79	672.774,49	1.003.158,72	729.114,51	1.030.684,27	640.575,08	669.672,71	804.854,39	696.074,08	951.102,66	760.436,91	8.843.264,03	7.520.000,00
Cota Parte do ICMS	422.382,93	379.306,53	339.625,33	462.545,74	384.630,04	310.864,91	451.405,67	385.915,63	371.129,22	477.671,70	488.344,23	549.289,79	5.023.111,72	3.487.000,00
Cota Parte do IPVA	4.900,77	2.554,55	1.390,23	4.350,28	7.679,52	2.340,60	4.324,94	4.142,65	3.839,67	4.943,52	4.923,15	9.887,74	55.277,62	67.000,00
Cota Parte do ITR	12.641,62	84.182,44	39.490,25	31.840,70	17.437,21	16.800,56	1.746,48	12.593,05	739,41	1.361,55	682,38	2.550,65	222.066,30	47.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	2.674,06	2.283,10	2.413,09	2.734,51	2.372,98	2.475,48	2.680,82	2.139,20	19.773,24	0,00
Transferencias do FUNDEB	85.776,14	88.164,84	81.116,39	104.514,81	91.128,48	83.781,27	99.895,99	82.324,90	45.985,01	93.410,23	93.645,93	106.446,53	1.056.190,52	815.000,00
Outras Transferências Correntes	493.008,65	303.508,46	179.080,72	217.677,91	146.641,66	163.831,66	335.716,32	224.193,74	243.925,44	177.721,69	222.690,57	239.444,17	2.947.440,99	4.681.450,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	649,28	0,00	11.095,34	7.040,46	21.076,71	5.823,63	7.810,34	7.424,84	7.685,83	3.091,77	71.698,20	34.000,00
DEDUÇÕES (II)	163.429,83	194.726,98	210.655,98	240.773,40	227.772,16	257.137,96	219.610,30	214.464,72	236.112,45	236.010,06	220.189,10	264.432,90	2.685.315,84	2.222.200,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	163.429,83	194.726,98	210.655,98	240.773,40	227.772,16	257.137,96	219.610,30	214.464,72	236.112,45	236.010,06	220.189,10	264.432,90	2.685.315,84	2.222.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	1.245.066,77	1.237.763,32	1.131.513,52	1.673.137,35	1.216.972,33	1.376.020,44	1.614.556,97	1.217.498,39	1.297.076,27	1.337.053,63	1.962.969,53	1.502.336,97	16.811.965,49	14.989.850,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.245.066,77	1.237.763,32	1.131.513,52	1.673.137,35	1.216.972,33	1.376.020,44	1.614.556,97	1.217.498,39	1.297.076,27	1.337.053,63	1.962.969,53	1.502.336,97	16.811.965,49	14.989.850,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.245.066,77	1.237.763,32	1.131.513,52	1.673.137,35	1.216.972,33	1.376.020,44	1.614.556,97	1.217.498,39	1.297.076,27	1.337.053,63	1.962.969,53	1.502.336,97	16.811.965,49	14.989.850,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	486.200,00	486.200,00	1.031.097,52	212,07
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	50.000,00	50.000,00	44.612,54	89,23
IPTU	39.000,00	39.000,00	42.716,77	109,53
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	11.000,00	11.000,00	1.895,77	17,23
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	807.948,27	4.039,74
ITBI	19.000,00	19.000,00	807.948,27	4.252,36
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	231.200,00	231.200,00	88.623,62	38,33
ISS	230.200,00	230.200,00	85.300,10	37,05
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	3.323,52	332,35
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	185.000,00	185.000,00	89.913,09	48,60
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.111.000,00	11.111.000,00	8.866.429,46	79,80
Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	5.331.411,95	71,09
Cota-Parte ITR	47.000,00	47.000,00	53.911,29	114,70
Cota-Parte IPVA	67.000,00	67.000,00	42.081,79	62,81
Cota-Parte ICMS	3.487.000,00	3.487.000,00	3.419.251,19	98,06
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	19.773,24	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	11.597.200,00	11.597.200,00	9.897.526,98	85,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÓMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	0,00	0,00	0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	1.484.629,05	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	-1.484.629,05	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-1.484.629,05	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.484.629,05
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.484.629,05

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.390.900,00	1.390.900,00	762.246,19	54,80
Proveniente da União	1.360.600,00	1.360.600,00	476.846,99	35,05
Proveniente dos Estados	30.300,00	30.300,00	285.399,20	941,91
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	14.050,00	14.050,00	2.099,91	14,95
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.404.950,00	1.404.950,00	764.346,10	54,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.201.000,00	3.563.870,47	2.909.717,88	81,64	2.787.907,72	78,23	2.601.806,91	73,01	0,00
Despesas Correntes	2.578.000,00	3.408.513,44	2.883.347,56	84,59	2.761.537,40	81,02	2.575.436,59	75,56	0,00
Despesas de Capital	623.000,00	155.357,03	26.370,32	16,97	26.370,32	16,97	26.370,32	16,97	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	39.000,00	269.000,00	90.000,00	33,46	20.000,00	7,43	20.000,00	7,43	0,00
Despesas Correntes	39.000,00	269.000,00	90.000,00	33,46	20.000,00	7,43	20.000,00	7,43	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	64.000,00	73.370,00	23.194,44	31,61	23.194,44	31,61	20.404,44	27,81	0,00
Despesas Correntes	52.000,00	64.370,00	23.194,44	36,03	23.194,44	36,03	20.404,44	31,70	0,00
Despesas de Capital	12.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	4.000,00	19.000,01	17.166,00	90,35	17.000,00	89,47	17.000,00	89,47	0,00
Despesas Correntes	3.000,00	1.000,00	166,00	16,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	18.000,01	17.000,00	94,44	17.000,00	94,44	17.000,00	94,44	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.308.000,00	3.925.240,48	3.040.078,32	77,45	2.848.102,16	72,56	2.659.211,35	67,75	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.201.000,00	3.563.870,47	2.909.717,88	81,64	2.787.907,72	78,23	2.601.806,91	73,01	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	39.000,00	269.000,00	90.000,00	33,46	20.000,00	7,43	20.000,00	7,43	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	64.000,00	73.370,00	23.194,44	31,61	23.194,44	31,61	20.404,44	27,81	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	4.000,00	19.000,01	17.166,00	90,35	17.000,00	89,47	17.000,00	89,47	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	3.308.000,00	3.925.240,48	3.040.078,32	77,45	2.848.102,16	72,56	2.659.211,35	67,75	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	3.308.000,00	3.925.240,48	3.040.078,32	77,45	2.848.102,16	72,56	2.659.211,35	67,75	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ Milhares

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO
1- RECEITA DE IMPOSTOS	486.200,00	1.031.097,52
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	50.000,00	44.612,54
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	20.000,00	807.948,27
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	231.200,00	88.623,62
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	185.000,00	89.913,09
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.121.000,00	9.817.532,12
2.1- Cota-Parte FPM	7.520.000,00	6.282.514,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	7.500.000,00	5.331.411,95
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	20.000,00	951.102,66
2.2- Cota-Parte ICMS	3.487.000,00	3.419.251,19
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	19.773,24
2.4- Cota-Parte ITR	47.000,00	53.911,29
2.5- Cota-Parte IPVA	67.000,00	42.081,79
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.607.200,00	10.848.629,64
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	2.222.200,00	1.875.729,65
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	681.600,00	938.871,52

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	816.000,00	696.857,64
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	816.000,00	696.857,64
6.1.1 - Principal	815.000,00	696.618,34
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	1.000,00	239,30
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	-1.407.200,00	-1.179.111,31
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		16.430,68
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		16.430,68
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		713.288,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R$ Milhares

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Pré - Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11. OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1.2 - Pré - Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12. TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA DO FUNDEB RECEBIDA NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)
13 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT aplicadas na Educação Infar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT aplicadas em Despesa de Ca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	487.800,35	0,00	0,00	0,00
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMIT. (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)
22 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	69.685,76	696.857,64	696.857,64	100,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (q)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (r)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (s)	Valor Aplicado Até o 1º Quadrimestre Que Intregará o Limite Constitucional (t)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (u)	Valor Não Aplicado (v)
23 - Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			0,00	0,00	0,00	
23.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)			0,00	0,00	0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R$ Milhares

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
24. EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25. ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26. TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
27 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITAS DE IMPOSTOS) = (L14 (d ou e) + L26 (d ou e) + L23.1 (t))	0,00
28. (-) RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)	-1.179.111,31
29. (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS = (L14h)	0,00
30. (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
31. (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1(ac) + L3	0,00
32. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))	1.179.111,31

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33. APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.712.157,41	1.179.111,31	10,87

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCIAMENTO DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad)
34 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	662,52	97,02	0,00	0,00	662,52
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	662,52	97,02	0,00	0,00	662,52
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R$ Milhares

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
35 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	1.000,00	697,05
35.1 - Salário Educação	0,00	0,00
35.2 - PDDE	0,00	0,00
35.3 - PNAE	0,00	0,00
35.4 - PNATE	0,00	0,00
35.5 - Outras Transferências do FNDE	1.000,00	697,05
36 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
37 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
38 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
39 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	10.000,00	0,00
40 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	11.000,00	697,05

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41 - EDUCAÇÃO INFANTIL	355.075,30	354.514,15	352.514,15	309.949,77	0,00
41.1 - Creche	355.075,30	354.514,15	352.514,15	309.949,77	0,00
41.2 - Pré - Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42 - Ensino Fundamental	2.504.009,85	1.354.097,82	1.269.429,94	1.128.741,90	0,00
43 - Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 - Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45 - Ensino Profissional Não Integrado ao Ensino Regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	2.859.085,15	1.708.611,97	1.621.944,09	1.438.691,67	0,00

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	2.859.085,15	1.708.611,97	1.621.944,09	1.438.691,67	0,00
47.1 - Despesas Correntes	2.845.585,15	1.699.924,07	1.613.256,19	1.430.003,77	0,00
47.1.1 - Pessoal Ativo	2.368.830,74	1.230.445,16	1.220.585,82	1.076.927,68	0,00
47.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.4 - Outras Despesas Correntes	476.754,41	469.478,91	392.670,37	353.076,09	0,00
47.2 - Despesas de Capital	13.500,00	8.687,90	8.687,90	8.687,90	0,00
47.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2 - Outras Despesas de Capital	13.500,00	8.687,90	8.687,90	8.687,90	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R$ Milhares

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
48. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	16.430,68	0,00
49. (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	696.853,31	0,00
50. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.710,24	0,00
51. (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	707.573,75	0,00
52. (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
53. (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
54. (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	707.573,75	0,00

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	981.328,23	630.884,86	350.443,37
Investimentos	618.628,23	269.239,20	349.389,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	362.700,00	361.645,66	1.054,34
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	981.328,23	630.884,86	350.443,37

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	981.328,23 <(d - a)>	630.884,86 <(e - b)>	350.443,37 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
		Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2020 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2020 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	254.179,53	366.573,18	227.016,41	0,00	393.736,30	1.287.880,10	1.691,21	0,00	0,00	0,00	1.289.571,31	1.683.307,61
02	PODER EXECUTIVO	254.179,53	366.573,18	227.016,41	0,00	393.736,30	1.287.880,10	1.691,21	0,00	0,00	0,00	1.289.571,31	1.683.307,61
0202	GABINETE DO PREFEITO	549,74	27.360,04	13.234,67	0,00	14.675,11	167.076,15	0,00	0,00	0,00	0,00	167.076,15	181.751,26
0203	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	12.057,55	26.565,31	16.833,22	0,00	21.789,64	124.388,46	0,00	0,00	0,00	0,00	124.388,46	146.178,10
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	53.337,40	3.439,28	3.429,28	0,00	53.347,40	209.695,74	0,00	0,00	0,00	0,00	209.695,74	263.043,14
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	51.347,13	94.317,73	76.594,52	0,00	69.070,34	293.619,27	565,50	0,00	0,00	0,00	294.184,77	363.255,11
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	71.996,36	99.068,28	57.846,97	0,00	113.217,67	171.218,32	1.092,00	0,00	0,00	0,00	172.310,32	285.527,99
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊCIA SOCIAL	10.402,71	37.081,66	13.049,33	0,00	34.435,04	53.321,52	0,00	0,00	0,00	0,00	53.321,52	87.756,56
0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COM	23.840,54	2.954,65	2.954,65	0,00	23.840,54	109.760,61	0,00	0,00	0,00	0,00	109.760,61	133.601,15
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	16.553,78	57.087,75	24.375,29	0,00	49.266,24	86.683,82	33,71	0,00	0,00	0,00	86.717,53	135.983,77
0210	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	5.275,16	7.774,07	7.774,07	0,00	5.275,16	26.422,91	0,00	0,00	0,00	0,00	26.422,91	31.698,07
0211	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	2.384,49	10.924,41	10.924,41	0,00	2.384,49	5.573,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.573,33	7.957,82
0212	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	1.607,28	0,00	0,00	0,00	1.607,28	4.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.290,00	5.897,28
0213	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INDIGENS	4.827,39	0,00	0,00	0,00	4.827,39	35.829,97	0,00	0,00	0,00	0,00	35.829,97	40.657,36
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	254.179,53	366.573,18	227.016,41	0,00	393.736,30	1.287.880,10	1.691,21	0,00	0,00	0,00	1.289.571,31	1.683.307,61

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Ago/2021
RECEITAS CORRENTES (I)	14.988.650,00	11.524.484,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	508.200,00	1.046.704,03
IPTU	50.000,00	44.612,54
ISS	231.200,00	88.623,62
ITBI	20.000,00	807.948,27
IRRF	185.000,00	89.913,09
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.000,00	15.606,51
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	16.400,00	14.145,52
Aplicações Financeiras (II)	16.400,00	14.145,52
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	14.404.050,00	10.392.586,06
Cota Parte do FPM	6.018.800,00	5.109.833,18
Cota Parte do ICMS	2.789.600,00	2.735.401,12
Cota Parte do IPVA	53.600,00	33.665,82
Cota Parte do ITR	37.600,00	43.129,11
Transferências da LC 87/1996	8.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	19.773,24
Transferencias do FUNDEB	815.000,00	696.618,34
Outras Transferências Correntes	4.681.450,00	1.754.165,25
Demais Receitas Correntes	60.000,00	71.048,92
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	60.000,00	71.048,92
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	14.972.250,00	11.510.339,01
RECEITAS DE CAPITAL (V)	10.000,00	2.266,88
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	10.000,00	2.266,88
Convênios	4.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	6.000,00	2.266,88
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	10.000,00	2.266,88
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	14.982.250,00	11.512.605,89

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	14.093.515,77	10.589.984,59	9.950.545,79	9.090.637,37	227.016,41	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.224.332,57	3.984.024,82	3.934.601,04	3.390.543,47	221.616,41	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.869.183,20	6.605.959,77	6.015.944,75	5.700.093,90	5.400,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	14.093.515,77	10.589.984,59	9.950.545,79	9.090.637,37	227.016,41	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	981.328,23	630.884,86	496.868,99	496.868,99	0,00	0,00	0,00
Investimentos	618.628,23	269.239,20	254.339,20	254.339,20	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	362.700,00	361.645,66	242.529,79	242.529,79	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	618.628,23	269.239,20	254.339,20	254.339,20	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	14.712.150,00	10.859.223,79	10.204.884,99	9.344.976,57	227.016,41	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							1.940.612,91

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Ago/2021
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.940.612,91

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2020 (a)	Jan a Ago/2021 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	620.752,71	393.736,30
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Ago/2021
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	227.016,41
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-227.016,41
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	-227.016,41

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	75.000,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	75.000,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	14.832.100,00
Previsão Atualizada	14.998.650,00
Receitas Realizadas	11.526.751,41
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	75.000,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	14.532.300,00
Créditos Adicionais	389.850,00
Dotação Atualizada	14.922.150,00
Despesas Empenhadas	11.068.532,12
Despesas Liquidadas	10.295.077,45
Despesas Pagas	9.435.169,03
Superávit Orçamentário	1.231.673,96

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	11.220.869,45
Despesas Liquidadas	10.447.414,78

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	16.811.965,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	16.811.965,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	16.811.965,49

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	1.940.612,91	0,00
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	1.940.612,91	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	620.752,71	0,00	227.016,41	393.736,30
Poder Executivo	620.752,71	0,00	227.016,41	393.736,30
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.289.571,31	0,00	0,00	1.289.571,31
Poder Executivo	1.289.571,31	0,00	0,00	1.289.571,31
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.910.324,02	0,00	227.016,41	1.683.307,61

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.179.111,31	25,00	10,87
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70,00	0,00
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	630.884,86	350.443,37

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

RGF 2º QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

SET/2020 A AGO/2021

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	490.707,73	-261.258,65	507.599,03	477.604,26	416.912,28	447.719,34	387.068,71	560.767,39	456.177,43	547.911,00	563.468,21	554.576,68	5.149.253,41	-506,08
Pessoal Ativo	490.707,73	-261.258,65	507.599,03	477.604,26	416.912,28	447.719,34	387.068,71	560.767,39	456.177,43	547.911,00	563.468,21	554.576,68	5.149.253,41	-506,08
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	402.353,34	436.061,26	479.948,40	480.421,45	343.668,22	373.640,15	306.341,67	468.567,03	383.431,91	455.534,70	475.732,52	488.765,03	5.094.465,68	-506,08
Obrigações Patronais	88.354,39	-697.319,91	27.650,63	-2.817,19	73.244,06	74.079,19	80.727,04	92.200,36	72.745,52	92.376,30	87.735,69	65.811,65	54.787,73	0,00
Benefícios Previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.134,87	2.200,00	0,00	37.889,41	0,00	52.224,28	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.134,87	2.200,00	0,00	37.889,41	0,00	52.224,28	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	490.707,73	-261.258,65	507.599,03	477.604,26	416.912,28	447.719,34	387.068,71	548.632,52	453.977,43	547.911,00	525.578,80	554.576,68	5.097.029,13	-506,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.811.965,49	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	16.811.965,49	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	5.096.523,05	30,31
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.078.461,36	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.624.538,29	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.170.615,22	48,60

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO A DEZEMBRO /2021

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a-(b+c+d+e)-f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Contrato de Rateio (	2.142.478,42	393.373,28	949.895,86	1.288.788,49	2.157.317,29	0,00	-2.646.896,50	1.835.594,27	0,00	-4.482.490,77
Recursos Ordinários	1.704.122,40	141.614,66	949.895,86	35.861,67	2.157.317,29	0,00	-1.580.567,08	1.835.594,27	0,00	-3.416.161,35
Outros Recursos não Vinculados	438.356,02	251.758,62	0,00	1.252.926,82	0,00	0,00	-1.066.329,42	0,00	0,00	-1.066.329,42
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.204.122,68	580,34	0,00	565,50	-155.787,73	0,00	1.358.764,57	0,00	0,00	1.358.764,57
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	13.617,27	97,02	0,00	565,50	0,00	0,00	12.954,75	0,00	0,00	12.954,75
Transferências do FUNDEB	163.652,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.652,41	0,00	0,00	163.652,41
Outros Recursos Vinculados à Educação	40.380,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.380,36	0,00	0,00	40.380,36
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	137.801,04	483,32	0,00	0,00	211.871,04	0,00	-74.553,32	0,00	0,00	-74.553,32
Outros Recursos Vinculados à Saúde	198.744,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.744,66	0,00	0,00	198.744,66
Recursos Vinculados à Assistência Social	110.209,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.209,16	0,00	0,00	110.209,16
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	539.717,78	0,00	0,00	0,00	-367.658,77	0,00	907.376,55	0,00	0,00	907.376,55
TOTAL (III) = (I + II)	3.346.601,10	393.953,62	949.895,86	1.289.353,99	2.001.529,56	0,00	-1.288.131,93	1.835.594,27	0,00	-3.123.726,20

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2021 A AGOSTO/2021

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	204.996,13	204.996,13	324.112,00	0,00
Dívida Mobiliária	10.032,14	10.032,14	10.032,14	0,00
Dívida Contratual	194.963,99	194.963,99	314.079,86	0,00
Empréstimos	79.951,91	79.951,91	79.951,91	0,00
Internos	79.951,91	79.951,91	79.951,91	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	115.012,08	115.012,08	234.127,95	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	115.012,08	115.012,08	234.127,95	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	340.191,42	1.392.730,62	1.368.058,56	0,00
Disponibilidade de Caixa	340.191,42	1.392.730,62	1.368.058,56	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	960.944,13	1.864.136,22	1.761.794,86	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	620.752,71	471.405,60	393.736,30	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	-135.195,29	-1.187.734,49	-1.043.946,56	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.899.193,23	15.790.439,81	16.811.965,49	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	14.899.193,23	15.790.439,81	16.811.965,49	0,00
% da DC sobre a RCL (I/VI)	1,38	1,30	1,93	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/VI)	-0,91	-7,52	-6,21	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	17.879.031,88	18.948.527,77	20.174.358,59	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	16.091.128,69	17.053.674,99	18.156.922,73	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	2.093.056,65	1.985.307,40	1.992.493,69	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	1.289.571,31	1.289.571,31	1.289.571,31	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2021 A AGOSTO/2021

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	14.899.193,23	15.790.439,81	16.811.965,49	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	14.899.193,23	15.790.439,81	16.811.965,49	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	3.277.822,51	3.473.896,76	3.698.632,41	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	2.950.040,26	3.126.507,08	3.328.769,17	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2021 A AGOSTO/2021

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	16.811.965,49	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	16.811.965,49	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.689.914,48	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	2.420.923,03	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.176.837,58	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.662], PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2021 A AGOSTO/2021

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	16.811.965,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	16.811.965,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	16.811.965,49

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.096.523,05	30,31
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.078.461,36	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.624.538,29	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.170.615,22	48,60

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.043.946,56	-6,21
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.174.358,59	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.698.632,41	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.689.914,48	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.176.837,58	7,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AUTORIA: PODER LEGISLATIVO LEI MUNICIPAL Nº 1.070/2021

Súmula: "Dispõe sobre a execução do Hino Nacional e do Hino do Município de Marcelândia, na rede escolar do município, e dá outras providências".

Á CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CELSO LUIZ PADOVANI** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Torna obrigatória a execução do Hino Nacional, uma vez por semana, nas escolas públicas municipais e privadas.

Artigo 2º - Nas escolas públicas da rede municipal de ensino, além do disposto no artigo 1º, torna obrigatória a execução uma vez por semana, do Hino do Município de Marcelândia.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 18 de outubro de 2021.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AUTORIA: PODER EXECUTIVO LEI MUNICIPAL Nº 1.071/2021

Súmula: "Autoriza o Executivo Municipal a doar caminhões de terra para famílias carentes do Município de Marcelândia-MT".

Á CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CELSO LUIZ PADOVANI** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fazer doação de até três caminhões de terra no ano para famílias que desejem construir ou reformar sua única residência utilizada como moradia familiar que esteja em condições precárias, objetivando a erradicação da pobreza e o incentivo a moradia.

Art. 2º - Os interessados em receber o benefício da presente lei, deverão protocolar requerimento na SEDES Secretaria de Desenvolvimento Social Habitação e Economia Criativa.

Parágrafo Único - *O requerimento será atendido, obedecendo aos seguintes quesitos:*

I – Os beneficiários obrigatoriamente estrarão inscritos no CAD único que comprova a condição socioeconômica da família requerente.

Art. 3º - A Secretaria de Obras atenderá os requerimentos deferidos, uma vez por semana, preferencialmente as sextas feiras.

Parágrafo Único - *O prazo para atendimento será conforme disponibilidade da Secretaria de Obras.*

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 20 de outubro de 2021.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AUTORIA: PODER LEGISLATIVO LEI MUNICIPAL Nº 1.069/2021

Súmula: "Dispõe sobre a inclusão no calendário oficial de eventos do município de Marcelândia, Mato Grosso, as festividades dos Ciclistas no segundo final de semana do mês de junho de cada ano".

Á CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CELSO LUIZ PADOVANI** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Dispõe sobre a Inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Município de Marcelândia, Mato Grosso, "As festividades dos ciclistas", a ser comemorado no segundo final de semana do mês de junho de cada ano.

Art. 2º Nas festividades serão desenvolvidas ações educativas através de atividades culturais e de lazer.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 18 de outubro de 2021.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT, através de seu Departamento de Licitações, vem por meio deste, **NOTIFICAR** a empresa Construtora Kuluene EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº. 13.147.763/0001-01, a no prazo de 3 (três) dias uteis, apresentar certidão Negativa de Débitos do FGTS, por esta ser peça fundamental na elaboração da Peça Contratual.

Marcelândia/MT, 21 de outubro de 2021.

_____

Ricardo Roncolatto Mendes

Presidente da CPL

P U B L I Q U E – S E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI COMPLEMENTAR Nº 186 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

AUTOR DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 193/2021.

"INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, FIXA O LIMITE MÁXIMO PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES PELO REGIME DE PREVIDÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZA À ADESÃO A PLANO DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 1º- Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matupá, o Regime de Previdência Complementar – RPC, a que se referem os §§ 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS aos servidores públicos titulares de cargos efetivos e membros de quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público do Município de Matupá/MT a partir da data de início da vigência do RPC de que trata esta Lei Complementar, não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º - A Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matupá é o patrocinador do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei Complementar, sendo representado pelo Prefeito Municipal que poderá delegar esta competência.

Parágrafo único. A representação de que trata o caput deste artigo compreende poderes para a celebração de convênio de adesão e suas alterações, retirada de patrocínio, transferência de gerenciamento e para manifestação acerca da aprovação ou da alteração de plano de benefícios de que trata esta Lei e demais atos correlatos.

Art. 3º- O Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei Complementar terá vigência e será aplicado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos e membros de quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público a partir da data de:

I - publicação da autorização, pelo órgão fiscalizador de que trata a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, do convênio de adesão do patrocinador ao plano de benefícios previdenciário administrado pela entidade fechada de previdência complementar; ou

II – início de vigência convencionada no convênio de adesão firmado com a entidade aberta de previdência complementar.

Art. 4º- A partir do início de vigência do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei Complementar, independentemente da inscrição do servidor como participante no plano de benefícios oferecido, aplicar-se-á o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá/MT - PREVI-MUNI, aos segurados definidos no parágrafo único do art. 1º.

Art. 5º - Os servidores e membros definidos no parágrafo único do art. 1º desta Lei Complementar que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar poderão, mediante prévia e expressa opção, aderir ao RPC, na forma a

ser regulada por lei específica, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da vigência do Regime de Previdência Complementar.

Parágrafo único. O exercício da opção a que se refere o caput deste artigo é irrevogável e irretratável, devendo observar o disposto no art. 4º desta Lei Complementar.

Art. 6º- O Regime de Previdência Complementar de que trata o art. 1º será oferecido por meio de adesão a plano de benefícios já existente ou plano próprio em entidade de previdência complementar.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Seção I

Das Linhas Gerais do Plano de Benefícios

Art. 7º - O plano de benefícios previdenciário é descrito em regulamento, observadas as disposições das pertinentes Leis Complementares, e dos normativos decorrentes desses diplomas legais, e deverá ser oferecido, obrigatoriamente, a todos os servidores e membros da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matupá de que trata o art. 3º desta Lei Complementar.

Art. 8º- A Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matupá somente poderá ser patrocinador de plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, cujos benefícios programados tenham seu valor permanentemente ajustado à reserva constituída em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados, resgatados e/ou portados e os benefícios pagos.

§ 1º O plano de que trata o caput deste artigo deverá prever benefícios não programados que:

I - assegurem pelo menos, os benefícios decorrentes dos eventos invalidez e morte do participante; e

II - sejam estruturados unicamente com base em reserva acumulada em favor do participante.

§ 2º Na gestão dos benefícios de que trata o § 1º deste artigo, o plano de benefícios previdenciários pode prever a contratação de cobertura de risco adicional junto à sociedade seguradora, desde que tenha custeio específico.

§ 3º O plano de que trata o caput deste artigo pode prever cobertura de sobrevivência do assistido, desde que contratada junto à sociedade seguradora.

Seção II

Do Patrocinador

Art. 9º- A Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matupá é o responsável pelo aporte de contribuições e pelas transferências das contribuições descontadas dos seus servidores ao plano de benefícios previdenciário, observado o disposto nesta Lei Complementar, no convênio de adesão e no regulamento.

§ 1º As contribuições devidas pelos patrocinadores devem ser pagas, de forma centralizada, pelos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, e em hipótese alguma poderão ser superiores às contribuições normais dos participantes.

§ 2º A Administração Pública do Município de Matupá será considerado inadimplente em caso de descumprimento, por quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, de qualquer obrigação prevista no convênio de adesão e no regulamento do plano de benefícios.

Art. 10º - Devem estar previstas, expressamente, nos instrumentos jurídicos cabíveis ao plano de benefícios administrado pela entidade de previdência complementar, cláusulas que estabeleçam no mínimo:

I - a não existência de solidariedade do Ente Federativo, enquanto patrocinador, em relação a outros patrocinadores, instituidores, averbadores, planos de benefícios e entidade de previdência complementar;

II – os prazos de cumprimento das obrigações pelo patrocinador e das sanções previstas para os casos de atraso no envio de informações cadastrais de participantes e assistidos, de pagamento ou do repasse das contribuições;

III – que o valor correspondente à atualização monetária e aos juros suportados pelo patrocinador por atraso de pagamento ou de repasse de contribuições será revertido à conta individual do participante a que se referir a contribuição em atraso;

IV – eventual valor de aporte financeiro, a título de adiantamento de contribuições, a ser realizado pelo Ente Federativo;

V – as diretrizes com relação às condições de retirada de patrocínio ou rescisão contratual e transferência de gerenciamento da administração do plano de benefícios previdenciário;

VI – o compromisso da entidade de previdência complementar de informar a todos os patrocinadores vinculados ao plano de benefícios sobre o inadimplemento de patrocinador em prazo superior a 90 (noventa) dias no pagamento ou repasse de contribuições ou quaisquer obrigações, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

Seção III

Dos Participantes

Art. 11º - Podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios todos os servidores e membros da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matupá.

Art. 12º - Pode permanecer inscrito no respectivo plano de benefícios o participante que:

I – esteja cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista;

II – esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer dos entes da federação;

III – optar pelo benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, na forma do regulamento do plano de benefícios.

§ 1º O regulamento do plano de benefícios disciplina as regras para a manutenção do custeio do plano de benefícios, observada a legislação aplicável.

§ 2º Havendo cessão com ônus para o cessionário subsiste a responsabilidade do patrocinador em recolher junto ao cessionário e repassar a contribuição ao plano de benefícios, nos mesmos níveis e condições que seriam devidos pelo patrocinador, na forma definida no regulamento do respectivo plano.

§ 3º Havendo cessão com ônus para o cedente, o patrocinador arcará com a sua contribuição ao plano de benefícios.

§ 4º O patrocinador arcará com a sua contribuição, somente, quando o afastamento ou a licença do cargo efetivo se der sem prejuízo do recebimento da remuneração.

Art. 13º - Os servidores e membros referidos no art. 3º desta Lei Complementar, com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de benefícios de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

§ 1º É facultado aos servidores e membros referidos no caput deste artigo manifestar a ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios patrocinado pela Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matupá, sendo seu silêncio ou inércia, no prazo de 90 (noventa) dias após sua inscrição automática na forma do caput deste artigo reconhecida como aceitação tácita à inscrição.

§ 2º Na hipótese de a manifestação de que trata o § 1º deste artigo ocorrer no prazo de até noventa dias da data da inscrição automática, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até 60 (sessenta) dias do pedido de anulação atualizadas nos termos do regulamento.

§ 3º A anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo e a restituição prevista no § 2º deste artigo não constituem resgate.

§ 4º No caso de anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo, a contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.

§ 5º Sem prejuízo ao prazo para manifestação da ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios, fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

Seção IV

Das Contribuições

Art. 14º - As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a base de cálculo das contribuições ao RPPS estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 58, de 29 de abril de 2011 que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A alíquota da contribuição do participante será por ele definida, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios.

§ 2º Os participantes poderão realizar contribuições facultativas ou adicionais, de caráter voluntário, sem contrapartida do patrocinador, na forma do regulamento do plano de benefícios.

Art. 15º - O patrocinador somente se responsabiliza por realizar contribuições em contrapartida às contribuições normais dos participantes que atendam, concomitantemente, às seguintes condições:

I - sejam segurados do RPPS, na forma prevista no art. 1º ou art. 5º desta Lei Complementar; e

II - recebam subsídios ou remuneração que exceda o limite máximo a que se refere o art. 4º desta Lei Complementar, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A contribuição do patrocinador será paritária à do participante sobre a parcela que exceder o limite máximo a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta Lei Complementar.

§ 2º Observadas as condições previstas no § 1º deste artigo e no disposto no regulamento do plano de benefícios, a contribuição do patrocinador não poderá exceder ao percentual de 7,5 % (sete inteiros e cinco décimos por cento).

§ 3º Os participantes que não se enquadrem nas condições previstas nos incisos I e II do caput deste artigo não tem direito à contrapartida do patrocinador.

§ 4º Sem prejuízo ao disposto no caput deste artigo, o patrocinador deve realizar o repasse das contribuições descontadas diretamente da remuneração ou subsídio dos participantes a ele vinculados, inclusive daqueles que, embora não enquadrados no inciso II deste artigo, estejam inscritos no plano de benefícios.

§ 5º Sem prejuízo às demais penalidades e responsabilidades previstas nesta Lei Complementar e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com atraso estão sujeitas à atualização monetária e consectários de mora estabelecidos no convênio, regulamento e plano de custeio do respectivo plano de benefícios, ficando o patrocinador desde já autorizado a adotar as providências necessárias para o regular adimplemento de suas obrigações junto ao plano de benefícios.

Art. 16º - A entidade de previdência complementar administradora do plano de benefícios manterá controle individual das reservas constituídas em nome do participante e registro das contribuições deste e dos patrocinadores.

Seção V

Do Processo de Seleção da Entidade

Art. 17º - A escolha da entidade de previdência responsável pela administração do Plano de Benefícios será precedida de processo seletivo conduzido com impessoalidade, publicidade e transparência e que contemple requisitos de qualificação técnica e economicidade indispensáveis à garantia da boa gestão dos planos de benefícios.

§ 1º A relação jurídica com a entidade será formalizada por convênio de adesão, com vigência por prazo indeterminado.

§ 2º O processo seletivo poderá ser realizado em cooperação com outros Municípios desde que seja demonstrado o efetivo cumprimento dos requisitos estabelecidos no caput deste artigo.

Seção VI

Do Acompanhamento do Regime de Previdência Complementar

Art. 18º - O Poder Executivo poderá instituir um Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar (CAPC) nos termos da legislação vigente e na forma a ser regulamentada:

§ 1º O CAPC poderá acompanhar a gestão dos planos de previdência complementar, os resultados do plano de benefícios, recomendar a transferência de gerenciamento, manifestar-se sobre alterações no regulamento do plano, além de outras atribuições e responsabilidades definidas em regulamento na forma do caput.

§ 2º O Poder Executivo poderá, alternativamente ao comando do caput, delegar as competências descritas no § 1º deste artigo ao órgão ou conselho já devidamente instituído no âmbito do regime próprio de previdência social desde que assegure a representação dos participantes.

§ 3º O CAPC terá composição de no máximo 4 (quatro) membros e será paritária entre representantes dos participantes e assistidos, e do patrocinador, cabendo a este a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

§ 4º Os membros do CAPC deverão ter formação superior completa, e atender aos requisitos técnicos mínimos e experiência profissional definidos em regulamento na forma do caput.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19º - As nomeações de novos servidores de cargo efetivo que possuam o subsídio ou a remuneração do cargo acima dos valores do limite máximo estabelecido para os benefícios de aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social, ficam condicionadas ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar previsto na forma do art. 3º desta Lei Complementar, ressalvadas as nomeações das áreas de educação, saúde e segurança.

Art. 20º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1.234 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI Nº. 1.097/21

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO E CEDER SERVIDOR PÚBLICO À ASSOCIAÇÃO MATUPAENSE DE ATENÇÃO INTEGRAL AO IDOSO – AMAII, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BRUNO SANTOS MENA, *prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;*

FAÇO SABER*, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse mensal para a AMAII – Associação Matupaense de Atenção Integral ao Idoso, inscrita no CNPJ sob nº 28.382.889/0001-38, com sede na cidade de Matupá/MT, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais para manutenção com materiais de consumo, serviços e gastos com pessoal da instituição.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder um servidor público com ônus para o cedente para ajudar na administração da instituição.

Art. 3º - O serviço de monitoramento para manter o local seguro ficará sob responsabilidade da entidade receptora, devendo utilizar o valor do repasse mensal para custear essa despesa.

Art. 4º - A entidade beneficiada por esta lei deve prestar contas da efetiva aplicação do recurso à Administração Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias após o repasse de cada parcela.

Art. 5º - O Termo referente ao repasse será elaborado nas normas a serem estabelecidas pelo ente repassador, com vigência anual, podendo ser realizado nos anos subsequentes, desde que haja previsão orçamentária e financeira do exercício em curso.

Art. 6º - A despesa de que trata esta Lei, será suportada pela dotação orçamentária constantes na legislação orçamentária do Município.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3810 DE 06 DE OUTUBRO DE 2021

"REGULAMENTA A PAUTA FISCAL PARA COBRANÇA DE IMPOSTOS MENCIONADA NO ART. 91 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 030 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os Art. 65 a 74 que dispõe sobre a base de cálculo para cobrança do ISSQN;

CONSIDERANDO que o Art. 91 nos casos dos itens 31,32 e 33 da Lista de Serviços podem ser definidos por uma Pauta Fiscal;

CONSIDERANDO que serão utilizados parâmetros constantes na Lei Federal Nº 4591 de 16/12/1964 e NBR 12.721/2006.

DECRETA

Art. 1º. Fica regulamentada a Pauta Fiscal estabelecida nos Art. 65 a 74 e no Art. 91 da Lei Complementar Nº 030 de 15 de Dezembro de 2005, que *"INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS",* para fins de aplicação de cobrança do ISSQN dos itens 31,32 e 33 da Lista de Serviços.

Art. 2º. A Pauta Fiscal que trata o Art. 91 será instituída através do valor do **CUB/m²** (Custo Unitário Básico de Construção) emitido pelo **SINDUSCON - MT** (Sindicato das Indústrias da Construção do Estado de Mato Grosso) referente à Tabela do mês anterior ao da emissão da cobrança.

§ 1º: Serão utilizados como Pauta Fiscal para cobrança o os seguintes Projetos:

I – PROJETOS PADRÃO RESIDENCIAL

PADRÃO BAIXO: PIS

PADRÃO NORMAL: R – 16

PADRÃO ALTO: R – 16

II – PROJETOS PADRÃO COMERCIAL CAL (Comercial Andares Livres) e CSL (Comercial Salas e Lojas)

PADRÃO NORMAL: CAL/CSL – 8

PADRÃO ALTO: CAL/CSL – 8

III – PROJETOS PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL – GI E RESIDÊNCIA POPULAR (RP1Q)

PADRÃO NORMAL: GI

Art. 3º. Para fins de aplicação da alíquota constante para os itens referidos no Art. 1º, será utilizado o percentual de **30%** (trinta por cento) do valor total do orçamento ou da NF sobre a obra realizada referente à prestação de serviço (mão de obra).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 1851 de 19 de Março de 2014.

Gabinete do Prefeito, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se,

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá - MT

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 049/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 12 de novembro de 2021 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DOIS CAMINHÕES BASCULANTE NOVO, 0 KM, COM CAÇAMBA ACOPLADA E CAPACIDADE MINIMA DE 14 M³ EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até as 10:00 horas do dia 12/11/2021 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0115/2021, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 22 de outubro de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 125/2021

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente Termo de Rescisão do Contrato nº 125/2021, tendo como partes: **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 24. 772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19 nº 169 Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, denominado **CONTRATANTE;** e de outro lado a empresa **M SIGNOR TRANSPORTES EIRELI**devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 33.044.424/0001-07, Telefone (66) 9688-2293, com sede na Av. Sebastião Alves Junior nº 407, Bairro ZR-001, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representado pelo Srº **MARCELO SIGNOR**, portador do CPF nº 949.615. 901-00 e RG nº 7080808657 SJS/RS, doravante denominada **CONTRATADA**, conforme as cláusulas seguintes:

01 – O presente termo tem por objeto a RESCISÃO Unilateral do **contrato de serviço de Obras nº 125/2021**, com fulcro nos artigos 78, inc. XII c/c art. 79, I, ambos da Lei nº 8.666/1993.

02 – Justifica-se a rescisão do Contrato nº 125/2021 – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

É o foro da Comarca de Matupá, Estado de Mato Grosso, o competente para dirimir dúvidas do presente instrumento nos termos da cláusula décima sexta do contrato rescindido.

Matupá/MT, 18 de outubro de 2021

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ANULAÇÃO DE EMPENHO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 125/2021

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, foi celebrado o presente *TERMO DE ANULAÇÃO DE SALDO DE EMPENHO DE CONTRATO,* tendo como partes de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 24.772.188/0001-54, situada à Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, Bairro ZE - 022, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19 nº 169 Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, e de outro lado a empresa **M SIGNOR TRANSPORTES EIRELI**devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 33.044.424/0001-07, Telefone (66) 9688-2293, com sede na Av. Sebastião Alves Junior nº 407, Bairro ZR-001, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representado pelo Srº **MARCELO SIGNOR**, portador do CPF nº 949.615.901-00 e RG nº 7080808657 SJS/RS,denominada CONTRATADA:

Cláusula 1 **- Constitui objeto desta anulação parcial o "PREGÃO PRESENCIAL PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA (ÁREA RURAL) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E RUAS DO MUNÍCIPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência que e parte integrante do Edital 091/2021 do respectivo **Pregão Presencial nº 038/2021.**

Cláusula 2 - Por este instrumento, as partes resolvem, na melhor forma de direito e para que produza seus efeitos legais, rescindir, como de fato rescindido têm, a **Nota de Empenho:**

Data	Empenho	Valor	Credor	Secretaria
13/09/2021	8863/2021	R$ 6.934,40	M SIGNOR TRANSPORTES EIRELI	Secretaria de Municipal de Obras

Cláusula 3 - Desta forma, em cumprimento as Normas do Tribunal de Contas do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as partes outorgam-se, recíproca e mutuamente, ampla em função da Nota de Empenho ora rescindido, a qualquer tempo e a que título for.

Matupá/MT, 20 de outubro de 2021.

_____

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3839 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 09/03/2020;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na sede da Secretaria Municipal de Agricultura de Matupá, situada à Rua Periférica R-1, s/nº, Bairro ZP-01, Matupá – MT, fone: (66) 3595-1272 no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 ou das 13:00 às 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 anos (se for o caso);

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7. Cartão do PIS/PASEP;

8. Certidão de regularidade eleitoral;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e Mental (Admissional);

13. 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

16. Certificado de Curso Básico de Computação (com carga horária mínima de 20 horas);

17. Certificado de Curso de Boas Práticas de Fabricação – BPF (com carga horária mínima de 06 horas);

18. Certificado de Curso de Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle – APPCC (com carga horária mínima de 16 horas);

19. Declaração negativa de acúmulo de cargo público ou para cargos acumuláveis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

20. Declaração contendo endereço residencial;

21. Declaração de Bens;

22. Cópia do RG e CPF do cônjuge;

23. Cópia ou número de inscrição do RG e CPF de pai e mãe;

24. Cópia da Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão).

25. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue:

25.1. A inspeção médica terá carater eliminatório, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo;

25.2. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

ANEXO II

CARGO: AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

NOME	RG	P	CG	CE	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
ELIZIANI DA SILVA SANTOS DA CUNHA	**1089318-0**	**4**	**4**	**7**	**15**	**55º**	**Classificado(a)**

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 048/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 10 **de novembro de 2021 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, a “PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIRO QUÍMICO E LIMPEZA DE FOSSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT”. Maiores informações através do Edital nº. 0116/2021, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100

das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 22 de outubro de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RESOLUÇÃO CMS Nº 05 DE 21 DE OUTUBRO DE 2.021.

O Conselho Municipal de Saúde de Matupá, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 126 de 03 de Março de 1994.

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Compromisso N° 334/2021 que tem por objeto , o estabelecimento de critérios para o repasse de recurso financeiro ao Fundo Municipal de Saúde de Matupá/MT, proveniente da Resolução CIB n° 139/2015 e Portaria n ° 078/2021/GBSES, com a finalidade de Aquisição de 1 (um) Veículo de 07 lugares para atender ao Município de Matupá na Saúde.

§ 1° O Fundo Municipal de Saúde de Matupá , ora compromissado receberá o montante de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) desde que atender os critérios previstos neste Termo de Compromisso.

1. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

2. Considerando a **Reunião Ordinária do dia 21 de Outubro de 2021** do Conselho Municipal de Saúde de Matupá/MT.

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar o Termo de Compromisso N° 334/2021 que tem por objeto , o estabelecimento de critérios para o repasse de recurso financeiro ao Fundo Municipal de Saúde de Matupá/MT, proveniente da Resolução CIB n° 139/2015 e Portaria n ° 078/2021/GBSES, com a finalidade de Aquisição de 1 (um) Veículo de 07 lugares para atender ao Município de Matupá na Saúde.

Art.2º- Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Matupá - MT, 21 de Outubro de 2.021.

Francisco Carlos Vieira

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Matupá/MT

Homologada:

Bruno Santos Mena

Prefeito Municipal de Matupá/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1.235 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº. 011/21

"DISPÕE SOBRE A DESOBRIGAÇÃO AO CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO O OCUPANTE DO CARGO DE ADVOGADO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BRUNO SANTOS MENA, *prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;*

FAÇO SABER*, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º - O ocupante do cargo de Advogado fica desobrigado ao controle de frequência por ponto eletrônico.

Art. 2º - Ficará obrigado ao comparecimento em caso de convocação para participação nas reuniões das Comissões Permanentes caso necessário ou em qualquer momento por solicitação dos membros da Mesa Diretora ou Diretoria Administrativa.

Art. 3º - O controle das atividades se dará por relatório mensal a ser enviado ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do prefeito, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá - M

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº. 15/2021.

DATA: 30 DE SETEMBRO DE 2021

SUMULA: "DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS".

O DIRETOR DO PREVI-MUNI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;

CONSIDERANDO O DEVER DE ZELAR PELA QUALIDADE DAS COMPRAS E SERVIÇOS;

TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DO ARTIGO 67 DA LEI FEDERAL Nº.8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993;

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a servidora **MARIA REJANE LEITÃO DE ASSUNÇÃO**, portadora do **CPF nº. 457.915.032-53**, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos de aquisição e prestação de serviços celebrados com o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá.

Art.2° - A servidora deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos e emitirá relatório quadrimestralmente ou excepcionalmente, quando julgar necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados.

Parágrafo único – O relatório deverá ser enviado ao diretor executivo do PREVI-MUNI para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

_____

CLADI CARON

DEC. 3436/2021

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE CREDENCIAMENTO 06/2021 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados o processo licitatório do tipo chamada pública visando o CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS E/OU EMPRESAS ESPECIALIZADOS (AS) QUE TENHAM INTERESSE NOS SERVIÇOS MÉDICOS EM ORTOPEDIA AMBULATORIAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT. O envelope contendo os documentos de habilitação e a proposta de adesão será recebida pela Comissão Permanente de Licitação, no período de 28/10/2021 à 28/02/2022, das 08h00 às 11h00 (horário de Mato Grosso), de segunda-

feira a sexta-feira. Maiores informações através do Edital nº. 0114/2021, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fone (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT. 22 de outubro de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA – Presidente Substituta da Comissão de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI Nº 1.729 DE 22 OUTUBRO DE 2021

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a prorrogar o prazo de validade dos testes seletivos que se deram por força da Lei n° 1.482/2018 e Lei n° 1.494/2018, bem como os contratos temporários deles decorrentes, desde que ativos, até 31 de março de 2022 e dá outras providências".

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Extraordinária realizada no dia 22 de outubro de 2021 e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo municipal autorizado, em caráter excepcional, a prorrogar o prazo de validade dos testes seletivos que se deram por força da Lei n° 1.482/2018 e Lei n° 1.494/2018, bem como os contratos temporários deles decorrentes, desde que ativos, até 31 de março de 2022.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 22 de outubro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇAO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO N. 76/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA OU COMPULSÓRIA DE DEPENDENTES QUIMICOS/ALCOOLICOS OU DE TRANSTORNO DE COMPORTAMENTO (NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS), sendo vencedoras as empresas abaixo, conforme itens e valores constantes da relação anexa: **CENTRO DE TRATAMENTO RENASCER LTDA, CNPJ 36.108.672/001-62** o item 3, com o valor de R$103.968,00 (cento e três mil, novecentos e sessenta e oito reais); o item 8, com o valor de R$69.300,00 (sessenta e nove mil e trezentos reais). Perfazendo o valor total de R$173.268,00 (cento e setenta e três mil duzentos e sessenta e oito reais). **ASSOCIACAO RADAR BRASIL DE QUALIDADE DE VIDA, CNPJ 14.839.086/001-55** o item 2, com o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). **CENTRO DE APOIO RECANTO RENASCER, CNPJ 03.675.862/001-02** o item 6, com o valor de R$36.000,00 (trinta e seis mil reais); o item 5, com o valor de R$ 49.590,00 (quarenta e nove mil, quinhentos e noventa reais); o item 1, com o valor de R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais). Perfazendo o valor total de R$ 146. 790,00 (cento e quarenta e seis mil setecentos e noventa reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 380.058,00 (trezentos e oitenta mil e cinquenta e oito reais). O processo foi **HOMOLOGADO** em **22/10/2021.** LUISMAR DA SILVA MARTINS- Pregoeiro - Portaria 073/2021. M. D' Oeste, 25/10/2021.

RH
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 258/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 258/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***MARCUS VINICIUS GRANADO PARPINELLI*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações, Lei autorizativa nº 1.482 de 11 de Julho de 2018, inclusão autorizativa da prorrogação introduzida pela Lei nº 1.630 de 06 de Outubro de 2020 e inclusão autorizativa da prorrogação introduzida pela Lei nº 1.729 de 22 de Outubro de 2021.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, portador do RG nº 2178138-9 SSP/MT e CPF nº 036.127.931-01, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o **Sr. *MARCUS VINICIUS GRANADO PARPINELLI*****,** brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Mirassol D'Oeste/MT, portador do RG nº 19326262 SSP/MT e CPF nº 038. 442.511-97, resolvem celebrar o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 258/2018, contratado para o cargo de **ENGENHEIRO CIVIL,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, e, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 05 de novembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***31/03/2022*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 258/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 22 de outubro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA MÁRCIO JOSÉ RIGONI

Prefeito Municipal Secretaria de Infraestrutura

MARCUS VINICIUS GRANADO PARPINELLI

Contratado

Testemunhas:

_____

_____

PATRÍCIA C. MELQUIADES RAFAELLY DE PAULA MORAIS

RG. 1.571.540-0 SSP/MT RG. 1.390.785-9 SSP/MT

CPF. 004.623.601-56 CPF. 711.202.461-72

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 563 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

NOMEIA FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 058/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93; Decreto Municipal nº 2761/2014 e Instrução Normativa nº 50/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **KATIA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA,** inscrita no CPF. nº 007.963.882-10, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato de nº 058/2021** celebrado entre a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D' OESTE e a empresa MARCIO DE SOUZA QUEIROZ,inscrita noCNPJ de nº 32.966.507/0001-90, para o fornecimento de serviço de locação de equipamentos de monitoramento e serviços de segurança eletrônica, destinado a Vigilância Sanitária.

Art. 2º - Fica designado para substituir, nos impedimentos do titular, a servidora VLAUKÊNIA KLIPPEL MOREIRA, inscrito no CPF. de nº 782.978.422-15.

Art. 3º - Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 20 de outubro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

RH
CONTRATO Nº 068/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 068/2021

Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2019, que entre si celebram o município de Mirassol D'Oeste e ***ISABEL APARECIDA DO NASCIMENTO***, com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1.494 de 25 de outubro de 2018, Lei nº 1.505 de 22 de março de 2019 e Lei nº 1.640 de 22 de dezembro de 2020.

Pelo presente instrumento, considerando que não há candidato remanescente de Concurso Público, o Município de Mirassol D'Oeste/MT, representado pelo Prefeito Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, portador do RG nº 2178138-9 SSP/MT e CPF nº 036.127.931-01, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra **ISABEL APARECIDA DO NASCIMENTO,** brasileira, solteira, residente e domiciliada no município de Mirassol D'Oeste/MT, portadora do RG nº 2416107-1 SEJSP/MT e CPF nº 052.326.091-14, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O Presente Contrato será regido pelas cláusulas e condições a seguir mutuamente acordadas e, pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Mirassol D'Oeste - MT.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O Recolhimento previdenciário do presente contratado será feito ao Regime Geral da Previdência Social – INSS.

CLÁUSULA TERCEIRA:

A CONTRATADA prestará ao **CONTRATANTE** os serviços inerentes às funções do cargo de **MONITOR DE CRECHE**, com lotação na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, desempenhando as funções do cargo no *Centro de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho"*.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo serviço acima mencionado e prestado, a **CONTRATADA** perceberá a quantia equivalente a R$ 2.100,72 (Dois Mil e Cem Reais e Setenta e Dois Centavos), tendo como base o vencimento padrão no valor de *R$ 1.125,39* (Um Mil, Cento e Vinte e Cinco Reais e Trinta e Nove Centavos), pagos em moeda corrente nacional, até o dia 10 de cada mês, tendo direito a ter o reajuste aplicado ao salário dos funcionários públicos municipais durante o período da vigência deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA:

A jornada de trabalho da **CONTRATADA** será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA:

O presente contrato vigorará pelo prazo de *22 de outubro de 2021 a 17 de dezembro de 2021*, ou até homologação do concurso público, mediante convocação e apresentação do candidato, podendo ser prorrogado por excepcional interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá avisar a outra com antecedência.

CLÁUSULA OITAVA:

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que a **CONTRATADA** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias de trabalho até então, se a **CONTRATADA** incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores, Lei Complementar nº. 157, artigo 108, puníveis com a pena de demissão e/ou não desempenhar com eficiência as atribuições do cargo.

CLÁUSULA NONA:

É lícito ao **CONTRATANTE** aplicar as penalidades de advertência e suspensão a **CONTRATADA**, nos casos e termos previstos na Lei Municipal que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA DÉCIMA:

As situações e casos não expressamente tratados neste contrato, regem-se pelo disposto na Lei Complementar nº. 157 de 21 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO..... 05 - Secretaria de Educação e Cultura

UNIDADE..... 05.02 - Coordenadoria de Educação e Cultura

FUNÇÃO..... 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO..... 365 - Educação Infantil

ATIVIDADE..... 2022 - Man. Das despesas c/ o Ensino Infantil - Creches

NATUREZA DA DESPESA..... 31.90.04.00 - Cont. por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

Fica eleito o foro da Comarca de Mirassol D'Oeste - MT, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando assim justos e contratados, lavra-se o presente contrato em 03 (três) vias, de igual forma e teor, que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 20 de outubro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA WILSON JOSÉ DE MATOS

Prefeito Municipal Secretário de Ed. Esp. Lazer e Cultura

ISABEL APARECIDA DO NASCIMENTO

Contratada

Testemunhas:

_____

_____

PATRÍCIA C. MELQUIADES RAFAELLY DE PAULA MORAIS

RG. 1.571.540-0 SSP/MT RG. 1.390.785-9 SSP/MT

CPF. 004.623.601-56 CPF. 711.202.461-72

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº 055 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 055 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

,

O VEREADOR ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições e regimentais:

Considerando o Feriado Municipal do dia 28 de outubro (quinta-feira) Aniversario do Município de Mirassol D'Oeste e o Feriado Nacional do dia 02 de novembro (terça-feira) Dia de Finados;

Considerando o Decreto Municipal nº 4091 de 20 de outubro de 2021, que estabelece Ponto Facultativo nos dias 29/outubro e 01/Novembro, no âmbito dos órgãos municipais;

Considerando programação dispostas no calendário das Sessões Ordinárias divulgado no mural do Poder Legislativo e no Portal Transparência https://www.camaramirassoldoeste.mt.gov.br/index

R E S O L V E:

ARTIGO 1º. – Fica estabelecido **Ponto Facultativo nos dias 29 de outubro (sexta-feira) e 01 de novembro de 2021 (segunda-feira),** no âmbito da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste.

ARTIGO 2º. A **Sessão Ordinária será realizada no dia 03 de novembro de 2021 às 19:00horas**, conforme estabelecido no calendário anual das Sessões Ordinárias divulgado no mural do Poder Legislativo e no Portal Transparência **https://www.camaramirassoldoeste.mt.gov.br/index**

ARTIGO 3º. Nas datas mencionadas no Artigo 1º desta Portaria, serão mantidos os serviços considerados essenciais desde que convocado pela Presidente da Câmara o Servidor responsável pelos serviços.

ARTIGO 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Edifício Leocídio Pereira Benevides, em 22 (vinte e dois) de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um).

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

PRESIDENTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
REQUERIMENTO JUNTO A SEMA DE OUTORGA DE CAPTAÇÃO SUPERFICIAL

A Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, sob CNPJ nº 03.755.477/0001-75, torna público

que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Outorga para Captação

Superficial na Lagoa PARANOÁ.A ser realizada no município de Mirassol D'Oeste/MT na lagoa

PARANOÁ localizado nas coordenadas geográficas Latitude 14°21'50. 55"S e Longitude

52°24'50.89"O, no município Mirassol D'Oeste/MT

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 567 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

NOMEIA FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 059/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93; Decreto Municipal nº 2761/2014 e Instrução Normativa nº 50/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **JEANE DE SOUZA CINTRA,** inscrita no CPF. de nº 698.423.291-00, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato de nº 059/2021** celebrado entre a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D' OESTE e a empresa NOBE SOFTWARTE DE GESTÃO INTEGRADA LTDA,inscrita noCNPJ de nº 14. 108.730/0001-15, para o fornecimento de licença de uso de software sob modelo de computação em nuvem para gestão educacional.

Art. 2º - Fica designada para substituir, nos impedimentos da titular, a servidora **ELIZABET MOREIRA VALENSUELA LIMA**, inscrito no CPF. de nº 393.939.841-15.

Art. 3º - Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 22 de outubro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

DECRETO N.º 094/2021

"Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE dos servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela**

portaria 022/2019, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo.

SERVIDORES	CLASSE ATUAL	PROMOÇÃO
ADEILSON SILVA FREIRE	C/2	D/1
DEUZINHA DIAS FERREIRA	B/1	C/1
MARINETE SOARES GONÇALVES SILVA	B/2	C/1

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/10/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 20 de outubro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 093/2021

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	NÍVEL ATUAL	PROGRESSÃO
EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON	B/3	B/4
JONI CLEITON SOARES DE LIMA	C/1	C/2

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/10/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 20 de outubro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 002/2021

Local: NOBRES/MT

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOBRES-MT (PREVI-NOBRES)

Modalidade: Dispensa de Licitação

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Aviso de Contratação Direta

Data de propostas: 25/10/2021

Data de encerramento de propostas: 27/10/2021

Objeto: Contratação de Prestação de serviços administrativos correspondente a: A – Manutenção, preenchimento e envio no sistema CADPREV-WEB dos demonstrativos para o Ministério da Economia – Secretaria da Previdência: DAIR - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos e DIPR - Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses; B - Serviços de arquivos físicos e digitalizados em geral; C – Emissão e manutenção no sistema de Previdência: - APR - Autorização de Aplicação e Resgate; - CTC – Certidão de Tempo de Contribuição; - Folhas de Pagamentos de Inativos (Aposentados e Pensionistas) e Pessoal Civil; - GRCP – Guias de Recolhimentos de Contribuição Previdenciárias; - Processos de Aposentadorias; - Processos de Pensões; D – Elaboração e digitação de documentos (Ofícios, Declarações, Portarias, Comunicados e outros documentos pertinentes aos processos administrativos);

Informação complementar:

Email: previnobres@gmail.com

Endereço: Rua Miranda, s/nº, Ponte de Ferro – Centro de Cidadania CEP: 78.460-000

Nobres - MT, 22 de Outubro de 2021.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva

DECRETO N.º 092/2021

"Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE do servidor Público Municipal efetivo, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	CLASSE ATUAL	PROMOÇÃO
MAURICIO ALMEIDA DA SILVA	B/1	C/1

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/10/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 15 de outubro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 091/2021

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	NÍVEL ATUAL	PROGRESSÃO
DANIEL BARBOSA DE MELLO	C/2	C/3
GONÇALINA FRANCISCA DE ALMEIDA	C/3	C/4
JAKENICE RIBEIRO MACIEL CAFÉ	C/2	C/3
VANDERSON FERREIRA GOMES	C/2	C/3
TEODATON JESUS DE QUEIROZ	C/1	C/2

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/10/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 15 de outubro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 090/2021

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela**

portaria 022/2019, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.

SERVIDORES	NÍVEL ATUAL	PROGRESSÃO
JANIDES DE FRANÇA PAULINO	B/1	B/2
MOISES MARINE MIOTTO	A/1	A/2
VALDIONORA DAMACENO	B/1	B/2

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/10/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 15 de outubro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 637/2021

"Dispõe sobre Exoneração da Sra. ***Ivete Maria Almeida Xavier****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar a Sra. **Ivete Maria Almeida Xavier**, portadora do RG nº. 484 557 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 361.494.981-91, do cargo efetivo de Escriturário.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ano dia 21/02/1999, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de outubro de 2021.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2021

Aviso de Prorrogação de Licitação – Tomada de Preços nº. 006/2021

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.: Nº. 152/2021

MODALIDADE:TOMADA DE PREÇOS Nº.006/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO PRORROGADO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO BARRACÃO DO GINÁSIO DE ESPORTE DO DISTRITO DE JAPURANÃ, MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 10 (dez) de novembro de 2021 às 08:00 horas (horário local).

LOCAL: Sala de Reunião/Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes-MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 07:00 às 11:00 – 13:00 às 17:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: ***licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br***

Nova Bandeirantes/MT, 22 de outubro de 2021.

Andressa Cristine F. Moreira

Presidente da Comissão (Decreto n° 04/2021)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT

EXTRATO DO PROCESSO: N.085/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT, ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.089/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº.056/2021 PROCESSO Nº. 276/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ /MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CONTRATADO: **4D DESIGNER GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI - ME**

CNPJ: 13.278.238/0001-25

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°.089/2021 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº.056/2021, PROCESSO Nº.276/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ/MT, PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO VISUAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇOES CONSTANTES NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALOR: R$ 149.043,45 (Cento e Quarenta e Nove Mil, Quarenta e Três Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

DATA DA ADESAO: 22/10/2021

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/2002, e Decreto Federal nº. 7.892/2013.

Nova Brasilândia/MT, 22 de outubro de 2021.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, de 22 de Outubro de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
NICANOR FRANCO RIBEIRO (ESPÓLIO DE)	018.427.221-15	8981 /00021/2021
NICANOR FRANCO RIBEIRO (ESPÓLIO DE)	018.427.221-15	8981 /00022/2021
NICANOR FRANCO RIBEIRO (ESPÓLIO DE)	018.427.221-15	8981 /00023/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141

Cargo: SECR. MUN DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS / 12021

Data de afixação: 22/10/2021

Data de desafixação: 06/11/2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO APOSTILAMENTO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO APOSTILAMENTO

CONTRATO N° 039/2021

MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial/Registro de Preços nº. 009/2020.

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, no uso de suas atribuições legais, determina o Apostilamento da modalidade Pregão Presencial/Registro de Preços nº. 009/2020 de remanejamento de saldo dos itens do Contrato nº 039/2021 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura sendo a empresa **NÚBIA CAMPOS MASCARENHAS - ME**, CNPJ n° 11.819.880/0001-49.

REMANEJAR:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
87	KG	30	PAO - TIPO FRANCES, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA: FARINHA DE TRIGO, AGUA, FERMENTO BILOGICO, ACUCAR E SAL, PESANDO 50 GRAMAS	PROPRIA	R$ 14,10	**R$ 423,00**
91	Unid.	200	BOLO SIMPLES (BAUNILHA, FUBA DE MILHO) – PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TECNICAS ADEQUADAS DE MASSA PREPARADA COM FARINHAS OU AMIDOS, AÇUCAR, SAL FERMENTO, LEITE OVOS, GORDURA VEGETAL (ISENTO DE GORDURAS TRANS) E OUTRAS SUBSTANCIAS ALIMENTICIAS QUE CARACTERIZEM O PRODUTO – PESANDO 40 GRAMAS/ PEDAÇO	PROPRIA	R$ 1,90	**R$ 380,00**
92	Unid.	200	BOLO SIMPLES (CHOCOLATE E COCO) – PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TECNICAS ADEQUADAS DE MASSA PREPARADA COM FARINHAS OU AMIDOS, AÇUCAR, SAL FERMENTO, LEITE OVOS, GORDURA VEGETAL (ISENTO DE GORDURAS TRANS) E OUTRAS SUBSTANCIAS ALIMENTICIAS QUE CARACTERIZEM O PRODUTO – PESANDO 40 GRAMAS/ PEDAÇO	PROPRIA	R$ 1,95	**R$ 390,00**
93	Unid.	500	MINI PÃO DE QUEIJO: FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM BOLOR – PESANDO 40 GRAMAS	PROPRIA	R$ 0,60	**R$ 300,00**
95	Unid.	300	MINI SALGADOS VARIADOS – PESANDO 60 GRAMAS/ UNIDADE	PROPRIA	R$ 0,90	**R$ 270,00**
96	Unid.	200	SALGADOS VARIADOS – PESANDO 120 GRAMAS/ UNIDADE	PROPRIA	R$ 4,98	**R$ 996,00**
97	Unid.	150	SANDUICHE NATURAL –COM PAO APROPRIADO, QUEIJO RICOTA, PEITO DE PERU, E DEMAIS INGREDIENTES, EMBALAGEM APROPRIADA PESO 120 GRAMAS	PROPRIA	R$ 5,90	**R$ 885,00**
98	KG	15	TORTA SALGADA, RECHEDA, DIVERSOS SABORES, ASSADA	PROPRIA	R$ 40,00	**R$ 600,00**
99	KG	20	BOLO - COM FRUTAS CRISTALIZADAS, CONFEITADO, LEITE, OVOS, MARGARINA, SAL, ACUCAR, FERMENTO, CONTENDO GLUTEN, EM EMBALAGEM DE PAPEL ESPECIFICO	PROPRIA	R$ 40,00	**R$ 800,00**
TOTAL R$ 5.044,00						

Para:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
87	KG	30	PAO - TIPO FRANCES, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA: FARINHA DE TRIGO, AGUA, FERMENTO BILOGICO, ACUCAR E SAL, PESANDO 50 GRAMAS	PROPRIA	R$ 14,10	**R$ 423,00**
91	Unid.	200	BOLO SIMPLES (BAUNILHA, FUBA DE MILHO) – PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TECNICAS ADEQUADAS DE MASSA PREPARADA COM FARINHAS OU AMIDOS, AÇUCAR, SAL FERMENTO, LEITE OVOS, GORDURA VEGETAL (ISENTO DE GORDURAS TRANS) E OUTRAS SUBSTANCIAS ALIMENTICIAS QUE CARACTERIZEM O PRODUTO – PESANDO 40 GRAMAS/ PEDAÇO	PROPRIA	R$ 1,90	**R$ 380,00**
92	Unid.	200	BOLO SIMPLES (CHOCOLATE E COCO) – PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TECNICAS ADEQUADAS DE MASSA PREPARADA COM FARINHAS OU AMIDOS, AÇUCAR, SAL FERMENTO, LEITE OVOS, GORDURA VEGETAL (ISENTO DE GORDURAS TRANS) E OUTRAS SUBSTANCIAS ALIMENTICIAS QUE CARACTERIZEM O PRODUTO – PESANDO 40 GRAMAS/ PEDAÇO	PROPRIA	R$ 1,95	**R$ 390,00**
93	Unid.	500	MINI PÃO DE QUEIJO: FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM BOLOR – PESANDO 40 GRAMAS	PROPRIA	R$ 0,60	**R$ 300,00**
95	Unid.	300	MINI SALGADOS VARIADOS – PESANDO 60 GRAMAS/ UNIDADE	PROPRIA	R$ 0,90	**R$ 270,00**
96	Unid.	200	SALGADOS VARIADOS – PESANDO 120 GRAMAS/ UNIDADE	PROPRIA	R$ 4,98	**R$ 996,00**
97	Unid.	150	SANDUICHE NATURAL –COM PAO APROPRIADO, QUEIJO RICOTA, PEITO DE PERU, E DEMAIS INGREDIENTES, EMBALAGEM APROPRIADA PESO 120 GRAMAS	PROPRIA	R$ 5,90	**R$ 885,00**

98	KG	15	TORTA SALGADA, RECHEDA, DIVERSOS SABORES, ASSADA	PROPRIA	R$ 40,00	**R$ 600,00**
99	KG	20	BOLO - COM FRUTAS CRISTALIZADAS, CONFEITADO, LEITE, OVOS, MARGARINA, SAL, ACUCAR, FERMENTO, CONTENDO GLUTEN, EM EMBALAGEM DE PAPEL ESPECIFICO	PROPRIA	R$ 40,00	**R$ 800,00**
TOTAL R$ 5.044,00						

ASSINATURA: **14 de outubro de 2021.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N°.105/2019

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N°.105/2019.

CONCEDENTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

PROPONENTE:**INSTITUTO GERMINANDO SOM**

CNPJ: 23.874.115/0001-00

OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Termo de Colaboração Original por mais 12 (doze) meses**,** vigorando a partir de 17 de outubro de 2021 a 16 de outubro de 2022.

Valor total do aditivo do Termo de Colaboração será de **R$ 70.000,00 (setenta mil reais).**

ASSINATURA**: 15 de outubrode 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 61/2021

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 61/2021

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 61/2021.

ABERTURA: 05 de novembro de 2021 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:10 ás 07:30 horas;

OBJETO: Registro de Preço para a contratação de empresa especializada em prestação de Serviços para atender à demanda da Secretarias Municipais.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 22 de outubro de 2021.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 266/2021

PORTARIA Nº 266/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe** a servidora concursada abaixo relacionado com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 44, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 019/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Elevar em	Elevação de Classe
15	*SELIMARIO FERREIRA DA SILVA*	*09/10/2021*	*H*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 08 dias do mês de outubro de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 267/2021

PORTARIA Nº 267/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe ao** servidor concursado abaixo relacionado com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 1.º, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, conforme as datas das elevações anteriores e posse:

Matrícula	Servidores	Elevar em	Elevação para Classe
352	**ELZA GERMANO**	***08/10/2021***	***C***

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 08 dias do mês de outubro de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 268/2021

PORTARIA Nº 268/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005, 022/2005 e 019/2005 de 15 de dezembro de 2005, Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009 e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, a pedido, a partir de 19/10/2021,** a servidora**MARIA NERI FRETIAS**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2141501-3 SSP/

MT e CPF. 035.013.301-89, residente e domiciliada no Sitio Mariano s/nº, zona rural, Nova Lacerda, Mato Grosso, do cargo em provimento efetivo de**AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – *CLASSE A.***

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as **portarias n° 155/2020 de 29/05/2020 e termo de posse nº 037/2020 de 29/05/2020**.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 19 dias do mês outubro de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 270/2021

PORTARIA Nº 270/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 e 021/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença para tratar de interesses particulares** nos Termos do disposto no Artigo 137, Inciso VII, e no Artigo 150, ambos da Lei Complementar 021/2005, a Servidora **MARCILENE PEREIRA DA SILVA, matrícula 2155,** pelo prazo de 03 (três) anos consecutivos a partir de 26/10/2021 até 25/10/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 22 dias do mês de outubro de 2.021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 269/2021

PORTARIA N.º 269/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão Por Morte em favor da **Sra. EDINA CRISTINA DOS SANTOS** em decorrência do falecimento do servidor **Sr. *JAIR APARECIDO DOS SANTOS***."

A Secretária Municipal de Administração do Município de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no artigo 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, c/c art. 28, art. 7º inciso I, art. 30, inciso I da Lei Municipal n.º da Lei n.º 638, de 27/12/2012, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Lacerda/MT; com redação alterada pela Lei Municipal nº 873/2020, que dispõe sobre a previdência social dos servidores públicos do Município de Nova Lacerda /MT; Conforme Lei nº 021/2005 de 15/12/2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Nova Lacerda, Decreto n.º 1.530/2020, que dispõe sobre o reajuste anual dado aos servidores do Município de Nova Lacerda:

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE**, em decorrência do falecimento do **Sr. Jair Aparecido dos Santos**, brasileiro, portador do RG n.º 298243 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 274.492.621-34 servidor efetivo, no cargo de Motorista, Classe "E", Nível "II", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente matriculado sob nº 115, o equivalente a 100% (cem por cento) da cota, em favor, da **Sra. Edina Cristina dos Santos**, portadora do RG 0844921-0 – SSP/MT e inscrita no CPF nº. 992.927.691-20, na qualidade de cônjuge do *"de cujus"*, conforme processo administrativo do NOVA-PREV,n.º 2021.07.00029P, a partir de 03/06/2021, data do óbito, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **03 de junho de 2021**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Lacerda/MT, 20 de outubro de 2021.

CHRISTIANE FERREIRA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 55/2021

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 55/2021

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 55/2021.

ABERTURA: 05 de novembro de 2021 ás 13:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 13:10 ás 13:30 horas;

OBJETO: Registro de Preço para a contratação de Empresa especializada, para fornecimento de materiais e instrumental, Equipamento e Material Permanente, prezando pela qualidade e pelo melhor custo beneficio, para atender a demanda do Município.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 22 de outubro de 2021.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 270/2021

Data: 22 de outubro de 2021.

EMENTA: CONCEDE AJUDA DE CUSTO AOS MOTORISTAS DE AMBULÂNCIA LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME DISPOSIÇÃO DO ART. 163 E 165 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 725 DE 14 DE MARÇO DE 2016 – PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o ART. 163 C/C com o parágrafo único do art. 165 da Lei Complementar Municipal N.º 725 DE 14 DE MARÇO DE 2016 - PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA;

CONSIDERANDO que os motoristas das ambulâncias lotados na área da saúde exercem as atribuições fora da circunscrição municipal de forma contínua, contraindo despesas com tal deslocamento;

CONSIDERANDO que poderá ser concedida ajuda de custo ao servidor que diante da especificidade do cargo necessite se deslocar constantemente a outros municípios para cumprir as atribuições do cargo conforme disposição do parágrafo único do art. 165 da Lei Municipal N.º 725/2016 - **PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA** in verbis:

Art. 165 – Será concedido ajuda de custo de forma contínua ao servidor público que diante da especificidade do cargo necessite se deslocar constantemente a outros municípios para cumprir as atribuições do cargo;(grifo nosso)

CONSIDERANDO que a ajuda de custo, será de 30% (trinta) pontos percentuais tendo como referência o salário base do servidor conforme dispõe o art. 163 da Lei Municipal N.º 725 DE 14 DE MARÇO DE 2016 - **PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA** in verbis:

Art. 163 – A ajuda de custo será de 30% (trinta) pontos percentuais tendo como referência o salário- base e destina–se a compensar as despesas do servidor que, no interesse do serviço público deslocar do Município, por prazo certo.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT, e Lei Complementar Municipal n.º 725/2021 de 14 de março de 2021.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ajuda de custo de forma contínua de 30% do valor do salário base de referência aos Ilustríssimos Servidores Públicos Motoristas de Ambulância lotados na Secretaria Municipal de Saúde do Município conforme tabela a seguir:

DIVISÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NOME DO SERVIDOR	TIPO	CARGO	RG
Alessandro Dalfior Silva	CONCURSADO	MOTORISTA	126760-80 SSP/MT
Damião Bonetti do Nascimento	CONCURSADO	MOTORISTA	937975 SSP/MT
Fabio Soares de Oliveira	CONCURSADO	MOTORISTA	14701928 SSP/MT
Jose Leal de Souza	CONCURSADO	MOTORISTA	10380876 SSP/MT
Juscimar Gomes de Oliveira	CONCURSADO	MOTORISTA	19136927 SSP/MT
Paulo José dos Reis	CONCURSADO	MOTORISTA	15216276 SSP/MT
Reginaldo Cordeiro de Santana	CONCURSADO	MOTORISTA	857685 SSP/MT

Art. 2º. A ajuda de custo não poderá ser cumulada com outra verba indenizatória conforme disposição do Parágrafo Único do art. 163 da Lei Complementar Municipal n.º 725/2021 de 14 de março de 2021.

Art. 3º - Essa portaria entrará em vigor a partir de sua publicação retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 01 (um) dia de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um) revogando-se as disposições em contrário.

Nova Marilândia - MT, aos 22 (vinte e dois) dias de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um).

_____

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 001/2021

PORTARIA Nº. 001/2021

DATA: 22/10/2021.

EMENTA: DISPÕES SOBRE AS ORIENTAÇÕES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O RETORNO DE 100% DAS AULAS PRESENCIAIS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ESPORTE/CULTURAS/TURISMO por meio de seu Secretário Municipal JHON KLEITON NATAL GONÇALVES no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT, Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 com prorrogação de seus efeitos por meio da ADI 6625 do STF número único: 0110642-53.2020.1.00.0000 origem DF, Relator: Min. Ricardo Lewandowski e §8º do art. 35A da Lei Federal n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1.996 – Lei e Diretrizes de Base a Educação e no Decreto Municipal n.º 01/2021 de 15 (quinze) de janeiro de 2021 (dois mil e vinte).

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual n.º 11.367 de 10/05/2021 em que "Reconhece as atividades educacionais, escolares e afins como essenciais no Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 1134/2021, revoga os decretos estaduais que menciona, e dá outras providências.

CONSIDERANDO as deliberações constantes na Ata n.º 26/2021 do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, realizada na data de 21 de janeiro de 2021, no intuito de traçar as disposições do presente protocolo.

CONSIDERANDO a situação sanitária de estabilidade quanto aos casos de Covid-19 no Município de Nova Marilândia - MT

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° - Estabelecer diretrizes de organização e assiduidade para os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; para o cumprimento da jornada de trabalho presencial completa; e retorno de 100% das aulas presenciais na Rede Municipal.

Art. 2.º Fica determinado o retorno de todas as atividades presenciais a todos os servidores da Rede Municipal de Ensino e órgãos vinculados e estudantes, a partir do dia 25 de outubro.

I - Em caráter excepcional, poderá ser concedido aos servidores o regime de trabalho Home Office, desde que apresentado as devidas comprovações.

II - Os estudantes que estiverem em situação de isolamento ou quarentena obrigatória para Covid-19, bem como, para os que apresentarem comorbidade devidamente comprovada ou laudo médico, será assegurada a oferta de ensino na modalidade remota (online) ou híbrida (apostilada como encontros presenciais), sem prejuízo do seu aprendizado.

Art. 3.º Fica vedado o cumprimento de jornada de trabalho Home Office aos servidores pertencentes a qualquer grupo de risco que já tenham sido devidamente imunizados com 2 doses da vacina ou dose única para Covid-19.

Parágrafo Único: será exceção a vedação do *caput* deste artigo, os dispostos no inciso I do art. 2.º.

Art. 4° - Os servidores que em caráter excepcional necessitarem permanecer em regime de trabalho Home Office, deverão encaminhar no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, **Requerimento de Solicitação de Trabalho Home Office** formal a Secretaria municipal de Educação contendo em anexo, os comprovantes:

I - declaração emitida pela Secretaria Municipal de Saúde atestando que o servidor está na lista de espera de imunizante.

II - declaração emitida pela Secretaria Municipal de Saúde atestando que o servidor está na espera do transcurso do prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da segunda dose ou dose única, ou na espera para o recebimento da segunda dose de imunizante.

III - laudo/atestado médico que justifique a contraindicação para o recebimento de vacina contra Covid-19.

IV - laudo/atestado médico que justifique a impossibilidade do retorno ao trabalho presencial após a imunização completa e que não se enquadre em situação de licença médica.

V - laudo/atestado médico que justifique a impossibilidade do uso de qualquer categoria de equipamento de proteção individual - EPI.

§ 1º Os requerimentos apresentados serão encaminhados para o setor de Recursos Humanos para encaminhamento de Perícia Médica quando necessário.

§ 2º O laudo/atestado médico dos incisos III, IV e V do caput deste artigo, deve ter sido emitido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes da apresentação do **Requerimento de Solicitação de Trabalho Home Office**.

Art. 5.º Será considerado falta injustificável, a ausência do cumprimento da jornada de trabalho presencial do servidor no seu respectivo órgão de lotação, que não apresentar as devidas documentações exigidas no art. 4. º desta Portaria.

Parágrafo Único: as faltas que não forem justificadas, de que trata o *caput*, serão consideradas para fins de abandono de cargo ou falta de assiduidade, estando o servidor, sujeito as perdas remuneratórias, abertura de procedimento disciplinar e outras consequências funcionais previstas na legislação vigente.

Art. 6.º Para os servidores com caso confirmado para Covid-19, será observado a necessidade de afastamento por licença médica, quando o atestado com licença for superior a 3 (três) dias, no caso dos servidores efetivos, ser encaminhado para perícia médica se necessário.

Parágrafo Único: Os servidores contratados temporariamente deverão ser encaminhados para a perícia do INSS, com atestados superior a 15 (quinze) dias.

Art. 7.º A substituição de servidores será permitida em casos confirmados para covid-19 com atestado médico ou casos previstos no art. 4.º independentemente do seguimento ao qual represente.

Parágrafo Único: É de responsabilidade da equipe pedagógica realizar o plano de trabalho para os servidores que estiverem em Home Office.

SEÇÃO II

DO RETORNO DOS ALUNOS

Art. 8.º Fica determinado o retorno de todos os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino as aulas presenciais a partir do dia 25 de outubro de 2021.

Art. 9.º Os estudantes que se enquadrarem no disposto no inciso II do Art. 2.º, poderão permanecer ou retornar em aulas na modalidade home office.

Art. 10.º Não haverá mais o direito de escolha por parte dos pais ou responsáveis quanto ao envio, ou não dos filhos a escola.

Parágrafo Único: o não envio dos estudantes a escola, fere os direitos constituídos de crianças e adolescentes constituídos por meio da Lei n.º 8. 069 de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 11.º Será faltoso o aluno que não comparecer à unidade de ensino matriculado e não apresentar as devidas justificativas constantes no inciso II do Art. 2.º desta Portaria.

§ 1.º Na observância de faltas, deverá a unidade de ensino encaminhar a Secretaria Municipal de Educação um relatório informando o período faltoso, e as medidas adotadas para o comparecimento do estudante.

§ 2.º Será de incumbência da Secretaria Municipal de Educação, de porte do relatório encaminhado pelas Unidades sobre alunos faltosos:

a) Acionar o Coordenador do Programa Busca Ativa Escolar, para as providências de registros de casos;

b) Acionar o Conselho Tutelar, quando não sanada pela Busca Ativa;

c) Encaminhamento para o Ministério Público, quando não resolvido o caso pelos agentes dos itens a) e b).

Art. 12.º Casos excepcionais relacionados aos estudantes não citados nos artigos anteriores, devem ser encaminhados a secretaria municipal de educação para análise em conjunto com o Conselho Municipal de Educação.

SEÇÃO III

DO TRANSPORTE ESCOLAR E NUTRIÇÃO ESCOLAR

Art. 13.º Fica a Cargo do Chefe do setor de Transporte Escolar:

I - as redefinições das Linhas dos ônibus havendo a necessidade.

II - as redefinições de horários de saída dos ônibus para buscar os alunos e levar as escolas.

III - as realocações de motoristas quando necessário.

Art. 14.º É de responsabilidade da Secretaria de Educação e do Setor de Transporte Escolar, a definição dos locais de parada dos ônibus, atendendo as devidas necessidades e visando sempre a integridade e segurança do público atendido.

Art. 15.º É de responsabilidade do setor de Nutrição escolar realizar as devidas readequações nos cardápios das unidades de ensino atendendo as devidas faixas etárias.

Art. 16.º Será mantida a entrega de kits de alimentos como complementação a alimentação dos alunos havendo a disponibilidade de recursos.

SEÇÃO IV

DO CONTROLE DE ASSIDUIDADE DOS SERVIDORES EM HOME OFFICE

Art. 17.º O controle de assiduidade dos servidores em regime de Home Office, deverá seguir o seguinte pelas unidades:

I - o regime de trabalho Home Office será implementado, aos servidores que se enquadrarem no disposto do art. 4.º, e realizem atividades que permita a mensuração de sua produtividade e seu desempenho.

II - quando não se puder avaliar o desempenho e mensuração da produtividade, deverá ser avaliado pela Secretaria de Educação, como caso excepcional e aplicadas as medidas equivalentes.

III - a chefia imediata deverá:

a) Estabelecer os planos de Trabalhos, contendo as atividades compatíveis com as funções do servidor, definindo prazos e entregas a serem cumpridos.

b) Manter o monitoramento constante das atividades executadas, através de diferentes ferramentas existentes ou a que melhor se enquadrar na execução do trabalho.

c) Manter o controle e encaminhar a Secretaria de Educação relatórios das atividades sempre que solicitado.

IV - o servidor público deverá:

a) Estar acessível durante toda a sua jornada de trabalho, respeitando o isolamento social estabelecido pelos órgãos de saúde.

b) Manter contatos atualizados e ativos, bem como aplicativos e mensagens instantâneas ou outras ferramentas de tecnologia da informação.

c) Dar ciências a chefia imediata sempre que solicitado, apontando as eventuais dificuldades, dúvidas ou informações que possam atrasar ou prejudicar o cumprimento das atividades.

§ 1.º O descumprimento do inciso III, será considerado como falta injustificável, enquadrado e enquadrado nas legislações vigentes.

§ 2.º Em caso excepcional, o chefe imediato poderá convocar o servidor ou empregado contratado em atividades Home Office, para execução de atividades de cunho presencial, viagens de representação ou capacitação.

Art. 18.º O horário de funcionamento dos órgãos vinculados a Secretaria Municipal de Educação seguirá o horário definido pela administração pública.

I - Em caráter excepcional as unidades de ensino poderão estender o horário de atendimento para atender as demandas da zona rural.

II - Cada unidade será responsável pelo registro de frequência dos servidores lotados nas mesmas, e encaminhar a Secretaria de Educação sempre que solicitado.

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19.º Fica determinado a manutenção do uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC), conforme o orientado no Protocolo de Biossegurança para Retorno de Atividades Presenciais da Secretaria Municipal de Educação, salvo exceções já deferidas pela própria Secretaria.

Art. 20.º As unidades de ensino devem intensificar as orientações sobre o uso de máscara, aferição de temperatura, uso de álcool em gel 70%, higienização das mãos e higienização dos espaços de modo periódico.

Art. 21.º Os dispostos nesta Portaria se aplica a todos os servidores efetivos e estagiários lotados na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 22º Os casos omissos relacionados a aplicação desta Portaria, serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e encaminhados ao Conselho Municipal de Educação quando necessário.

Art. 23º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Marilândia-MT, 22 de outubro de 2021

_____

JHON KLEITON NATAL GONÇALVES

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR Nº 002/2021

EMENTA: CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADA NO EDITAL Nº 01/2019 – DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE NOVA MARILÂNDIA – MT

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA MARILÂNDIA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferido pela Lei Municipal Nº 664/2013, e a partir da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), TORNA PÚBLICO, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO MEMBRO CONSELHO TUTELAR:

CONSIDERANDO a renúncia da senhora Katia Patrícia Lima da Silva- RG N° 2380137-9 SSP/MT ao cargo de conselheira tutelar datado do dia 21/10/2021;

CONVOCA: I - Fica convocada a Sra. Géssica Almeida Miranda – RG Nº 2339742-0 SSP/MT para atuar no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município de Nova Marilândia - MT como titular do cargo, objetivando o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e atendimento aos direitos e interesses das crianças e adolescentes neste Município de Nova Marilândia –MT para comparecer junto a esse conselho no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desse edital para o a fim de apresentar os documentos necessários e exigidos para a posse e nomeação de Conselheira Tutelar, observando-se o disposto neste ato instrumental convocatório, sob as penas da lei. **II -** A seguir a RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (original e cópia), a serem apresentados, necessários ao cadastramento de pessoal e obrigatório para a posse: RG e CPF; Certidão de Nascimento ou Casamento; Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais; Carteira de reservista, se do sexo masculino; Comprovante de endereço atual; Carteira de habilitação na categoria preterida, no caso de motorista; Comprovante do grau de escolaridade referente ao cargo pleiteado; Carteira de trabalho, cartão ou documento oficial expedido pela instituição; Competente constando o cadastro de PIS/PASEP; Certidão de nascimento de filhos menores; Atestado de vacinação dos filhos menores de cinco anos de idade; Atestado escolar para filhos com idade igual ou maior a 7 anos; Declaração de bens e valores; Declaração de que n ão exerce outro cargo público; Atestados de Sanidade Física e Mental; Certidão Negativa de Tributo Municipal. **III -** O não comparecimento dentro do prazo implicará na desistência de sua classificação ao cargo de conselheira tutelar conforme edital de n.º 01/2019 da eleição do conselho tutelar;;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 22 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2021

_____

ILDEMAR DA SILVA PEREIRA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Nova Marilândia

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2021. PREGÃO PRESENCIAL 022/2021.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, com CNPJ 37.464.831/0001-24, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sr.ª ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, RESOLVE reajustar os preços da **EMPRESA KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA**, inscrito no CNPJ **00.445.400/0001-00**, neste ato representado pelo Sr. ALICE DE CEZARIO KIRST RG. nº 9035006106 SSP/RS e CPF/MF n.º 801.459.571-87, tendo em vista o contido na Ata de Registro de Preços n° 041/2021, oriunda do Pregão Presencial n° 022/2021, ajustam e celebram o presente Termo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais dispositivas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT,**conforme especificações e condições constantes na Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste Termo de Reequilíbrio encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

LOTE 06 - ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA - PARA ABASTECIMENTO EM **"BOMBA"** NO PERÍMETRO URBANO DO **MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT**. O PRAZO DE ENTREGA É IMEDIATO APÓS A ORDEM DE FORNECIMENTO, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE REQUISIÇÃO.					
ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UND	VALOR UND APÓS REAJUSTE
01	**LITRO**	**3.000**	**GASOLINA BOMBA**	**R$ 6,33**	**R$ 6,45**

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. LOTE 06 – O reajuste é justificável devia a Petrobrás anunciar o aumento dos preços de combustível e gás liquefeito (GLP) sendo a segunda alta em dez dias, a empresa em nota admite que repassou apenas parte da oscilação do preço do petróleo, afetado pelo crescimento da demanda mundial e pelo cambio. Esses ajustes são importantes para garantir que o mercado siga sendo suprido em bases econômicas e sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento as diversas regiões brasileiras, esse argumento tem sido usado de forma recorrente pela Petrobrás para justificar suas altas de preços em meio as pressões políticas.

de julho passado. A Petrobras não informou reajuste nos preços dos demais combustíveis.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2021, PREGÃO PRESENCIAL 022/2021 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 22 de outubro de 2021.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Contratante

_____

KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

CNPJ **00.445.400/0001-00**

ALICE DE CEZARIO KIRST

Detentor da Ata de Registro

TESTEMUNHAS:

_____/ _____

EMILY R. BUCHS DA CRUZ /ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

CPF: 061.821.981-17/ CPF: 017.985.851-38

NOTIFICAÇÃO POR ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 051/2021 – PREGÃO PRESENCIAL 027/ 2021

NOTIFICADA: WANDA MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 12.358.170/ 0001-21, com sede na Av. Brasil, nº 1.200W, na cidade de Tangará da Serra – Mato Grosso, neste ato representado pela sócia proprietária senhora **TALITA SUELEN CARBONERA**, brasileira, residente e domiciliada no Jardim Cidade Alta, nº 367-S, na cidade de Tangará da Serra – MT, portador da C.I. RG. nº 22149503 SSP/MT e CPF/MF n.º 040.454.391-02.

CONSIDERANDO os termos das Atas de Registro de Preços nº 051/2021, e oriundo do Processo Licitatório nº 027/2021 – Pregão Presencial, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MOBILIÁRIO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT, o qual esta empresa, ora notificada configura como fornecedora registrada;

CONSIDERANDO os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais tratam dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a Cláusula Quarta das referida Ata de Registro de Preços, o qual no seu item 4.2 estabelece o prazo de entrega do objeto;

CONSIDERANDO que o referido prazo não fora cumprido, conforme consta as solicitações realizadas pela NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS – NAD – REQUISIÇÃO, AUTORIZAÇÃO N°. 6179/2021, 6043/2021, 6039/2021, 6037/2021 PEDIDO Nº 1963/2021, datado do dia 24/09/2021, e seu descumprimento já está provocando graves transtornos ao Município de Nova Maringá – MT, uma vez que as mercadorias solicitadas ainda não foram entregues;

CONSIDERANDO queo descumprimento, total ou parcial do Contrato, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na Cláusula Sétima referida ATA e nos artigos 86 e 87 da lei 8666/93;

RESOLVE:

NOTIFICAR A EMPRESA WANDA MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 12. 358.170/0001-21, com sede na Av. Brasil, nº 1.200W, na cidade de Tangará da Serra – Mato Grosso, neste ato representado pela sócia proprietária senhora **TALITA SUELEN CARBONERA**, brasileira, residente e domiciliada no Jardim Cidade Alta, nº 367-S, na cidade de Tangará da Serra – MT, portador da C.I. RG. nº 22149503 SSP/MT e CPF/MF n.º 040.454.391-02, para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de **03 (Três) dias úteis**, a contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizado a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº 051/2021, Pregão Presencial 027/2021 e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Publique-se esta notificação através do Diário Oficial Eletrônicos dos Municípios – AMM/MT.

Gabinete de Prefeita de Nova Maringá/MT, 22 de outubro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 301/2021

Súmula: *"Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Inventário dos Bens Públicos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto n°. 021/2019 que dispõe a Instrução Normativa nº 003/2019 da Unidade Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT acerca de orientações a serem observadas no registro, controle, inventário e depreciação de bens móveis e imóveis do Município de Nova Maringá/MT no âmbito do poder executivo e dá outras providências.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Município de Nova Maringá – MT, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 2º A Comissão tem por finalidade fazer levantamento para localização dos bens públicos móveis e imóveis

Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

a) Deibson Clei de Campos Presidente

b) Cleverson Eduardo Allievi Membro

c) Cristiane Maria de Jesus Membro

d) Aguiar Jose dos Santos Membro

e) Maryhelen Birkahn Silva Membro

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria 245/2020 e as demais disposições em contrário.

Nova Maringá/MT, 22 de outubro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita de Nova Maringá/MT

NOTIFICAÇÃO POR ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2021 – PREGÃO PRESENCIAL 007/2021

NOTIFICADA: CAPITAL COMERCIO E. M. EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 37.934.286/0001-92, com sede na Rua Urubu Rei, Morada da Serra, na cidade de Cuiabá – MT, neste ato representada pelo sócio administrador senhor **DIOGO DREHMER RESENDE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida Doutor Hélio Ribeiro, Bairro Residencial Paiaguas, na cidade de Cuiabá – MT, portador da C.I. RG. nº 16413890 e CPF/MF n.º 023.885.861-86.

CONSIDERANDO os termos das Atas de Registro de Preços nº 013/2021, e oriundo do Processo Licitatório nº 007/2021 – Pregão Presencial, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE DE INFORMATICA, MOBILIARIO PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT, o qual esta empresa, ora notificada configura como fornecedora registrada;

CONSIDERANDO os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais tratam dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a Cláusula Quarta das referida Ata de Registro de Preços, o qual no seu item 4.2 estabelece o prazo de entrega do objeto;

CONSIDERANDO que o referido prazo não fora cumprido, conforme consta as solicitações realizadas pela NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS – NAD – REQUISIÇÃO, AUTORIZAÇÃO N°. 6178/2021, PEDIDO Nº 142/2021, datado do dia 24/09/2021, e seu descumprimento já está provocando graves transtornos ao Município de Nova Maringá – MT, uma vez que as mercadorias solicitadas ainda não foram entregues;

CONSIDERANDO queo descumprimento, total ou parcial do Contrato, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na Cláusula Sétima referida ATA e nos artigos 86 e 87 da lei 8666/93;

RESOLVE:

NOTIFICAR A CAPITAL COMERCIO E. M. EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 37.934.286/0001-92, com sede na Rua Urubu Rei, Morada da Serra, na cidade de Cuiabá – MT, neste ato representada pelo sócio administrador senhor **DIOGO DREHMER RESENDE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida Doutor Hélio Ribeiro, Bairro Residencial Paiaguas, na cidade de Cuiabá – MT, portador da C.I. RG. nº 16413890 e CPF/MF n.º 023.885.861-86, para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de **03 (Três) dias úteis**, a contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizado a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº 051/2021, Pregão Presencial 027/2021 e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Publique-se esta notificação através do Diário Oficial Eletrônicos dos Municípios – AMM/MT.

Gabinete de Prefeita de Nova Maringá/MT, 22 de outubro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITACAO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2021

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6543/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde MT, torna público a errata do Extrato do Termo de Dispensa de Licitação nº 34/2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios (https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/), n° 3.840, páginas 268 do dia 22 de Outubro de 2021, conforme abaixo:

ONDE SE LÊ:

VIGÊNCIA – 21 DE OUTUBRO DE 2021 A 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

LEIA-SE:

VIGÊNCIA – 21 DE OUTUBRO DE 2021 A 21 DE NOVEMBRO DE 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

PUBLIQUE-SE.

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 55/2021

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 55/2021

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 134/2021/PMNMV/GAB de 30 de Junho de 2021, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 55/2021, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **09/11/2021 às 09:00 horas** (Horário Oficial de Brasília) no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIL, DO TIPO PLAY-GROUNDS, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES E PRAÇA DA BIBLIA DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.***

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade Pregão, sob a égide da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações, firmado com a BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES e, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2021 – Campo Geral e também no site** www.bll.org.br.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 22 de Outubro de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

Publique-se.

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 009/2021.

Dispõe sobre alterações a serem adotadas pelo Poder Legislativo, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

EDER FERNANDES DA SILVA, VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, **no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:**

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.134/2021 de 01 de outubro de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto 190/2021 expedido pelo Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa assegurado pelo Regimento Interno da Câmara Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Revoga no todo o Decreto 006/201 deste poder Legislativo expedido em 30 de julho de 2021;

Art. 2º - O funcionamento de todas as atividades normais e expediente funcional na Câmara Municipal ficam definidas os seguintes horários;

I – Expediente de segunda-feira a sexta-feira das 07:00 as 13:00 horas.

II – As sessões legislativas ordinárias obeder-se-ão as Resoluções 007/2019 e Resolução 002/2021;

Art. 3º. É indispensável obediência ao Decreto Municipal 190/2021.

Art 4°. Quaisquer matéria ou proposta extra as obrigações do Poder Legislativo, ficarão sujeitas a deferimento da Mesa Diretora.

Art 5°. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, em 21 de outubro de 2021.

EDER FERNANDES DA SILVA

Vereador Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 1200053/2021 PMNO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2021

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: E.A.W SOLTYS (TECNOVA SEGURANÇA ELETRONICA E ENERGIA), inscrita no CNPJ sob o nº 10782960/0001-20, com sede Av. Mato Grosso, nº 851 – S – Centro – Nova Olímpia MT, fone 65 3332 1056/ 996139764, neste ato, representada pelo Sr. EDVALDO ALEXANDRO WIELGANCZUK SOLTYS, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 1460631-3- SSP/ MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.002.631-09, residente e domiciliado na Rua 28, nº 352 S – Jardim das Oliveiras – Nova Olímpia/MT

GLOBAL PARA CADA FORNECEDOR REGISTRADO SERÁ CONFORME ABAIXO:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
E.A.W SOLTYS (TECNOVA SESURANÇA ELETRONICA E ENERGIA), inscrita no CNPJ sob o nº 10782960/0001-20	R$ 163.989,70 (cento e sessenta e três reais e novecentos e oitenta e nove reais e setenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00.0146000000
06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.30.00.00.0102000000
05.050.0.4.12.361.0013.2078.3.3.90.30.00.00.0119000000
05.050.0.3.12.365.0012.2070.3.3.90.30.00.00.0115000000
05.050.0.1.12.122.0011.2037.3.3.90.30.00.00.0101000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00.0100000000
07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.30.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0026.2310.3.3.90.30.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0025.2191.3.3.90.30.00.00.0129000000
12.120.0.2.17.512.0010.2289.3.3.90.30.00.00.0100000000

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE PEÇAS PARA MANUTENÇAO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT.

VIGÊNCIA: 22/10/2021 ATÉ 22/10/2022.

Nova Olímpia - MT, 22 de outubro de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT.

Nelson Alves

Portaria 09/2017

CONTROLADOR INTERNO

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

OAB: 24323

ASSESSOR JURIDICO

O presente Extrato foi analisada e aprovada pelo Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS DA ISENÇÕES DE TAXA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021.

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS DA ISENÇÕES DE TAXA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada

pela **Portaria nº 237/2021, de 16 de setembro de 2021**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS DAS ISENÇÕES DE TAXAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021,** conforme descrito abaixo:

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
12167	10	EMILIA EVA HOEPPERS	DEFERIDO
12194	161	LUAN HENTRIQUE DA SILVA SANTOS	DEFERIDO
12187	172	MARCELLY DE FREITAS MASCARENHAS	DEFERIDO
12179	346	RAPHAEL VINICIUS CARVALHO DA SILVA	DEFERIDO
12220	164	THATIANY PRIETO CHIQUEZI SANTOS	DEFERIDO
12157	192	VANILTON MARTINS DE MELO	DEFERIDO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Olimpia/MT, 21 de outubro de 2021.

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 258 DE 21 OUTUBRO DE 2021.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

José Elpídio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu art.67;

R E S O L V E:

Designar os servidores para acompanhamento e Fiscalização da Ata de Registro de Preço nº 053/2021, referente ao Processo Administrativo 199/2021/PMNO, oriundo do Pregão 53/2021/PMNO, cujo o objeto**, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE PEÇAS PARA MANUTENÇAO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT**.

Art. 1º - designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT, para responder pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato oriundo do Pregão Nº 053/2021, **a** empresa **E.A.W SOLTYS (TECNOVA SESURANÇA ELETRONICA E ENERGIA), inscrita no CNPJ sob o nº 10782960/0001-20.**

Art. 2º Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretaria Municipal, firmado entre o município de Nova Olímpia – MT, e empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia MT, os servidores abaixo relacionados:

FISCAIS E TESTEMUNHAS DE CONTRATO.

Fiscal: Thereza Thomazia Antunes Bezerra De Lima

CPF: 01963035160

Suplente: Marcia Andreia Segabinazi Schefer

CPF: 83024310100

Fiscal: Poliana Sartori Masson

CPF: 70076758168

Suplente: Elizete Maria Da Silva

CPF: 97488607104

Fiscal: Gilmar Gomes Dos Santos

CPF: 61651028168

Suplente: Luciana De Freitas Alves

CPF: 45989966172

Responsáveis pelos objetos requisitados pela SECRETARIA: **Secretaria Municipal De Saúde, Secretaria Municipal De Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Art.3º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia - MT, 21 de outubro de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 363/2021

DATA: 22 de outubro de 2021

SÚMULA: "DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT,

O SR.° PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USA DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando a necessidade da instituição de comissão para avaliação de Imóveis da Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Constituída a Comissão de Avaliação de Imóveis da Administração Pública.

Art.2° A Comissão de que trata o artigo anterior será constituída pelos servidores abaixo relacionados:

KADE RICHARD DINIZ PORFIRIO- Engenheiro Civil.

DILMA APARECIDA GONCALVES VOINAROSKI- Secretária Municipal de Planejamento.

EDIVAN DE JESUS DA SILVA – Secretário Municipal de Indústria e Comercio.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 22 de outubro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 22/10/2021 22/11/2021

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 066/2021

DATA: 21 de outubro de 2021

SÚMULA: Decreta Luto Oficial de três dias em todo território do Município de Nova Santa Helena.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o falecimento do Sr. FERNANDO CARRARA, membro de uma família tradicional em nosso município, ocorrido no dia de hoje, dia 21 de outubro do corrente ano;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial dias 21, 22 e 23 de outubro, em todo território do Município de Nova Santa Helena, em homenagem póstuma ao Sr. Fernando Carrara.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 21 de outubro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural da Prefeitura Municipal no período de 21/10/21 a 21/11/21

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 008/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT, com sede na Praça João Alberto Zaneti, s/nº, Centro – CEP. 78.548-000, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, Torna Público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto Processo de Licitação na Modalidade Tomada de Preços n° 008/2021, regida pela Lei Federal n° 8666/93 e alterações posteriores, tendo como objeto a contratação de empresa para Execução da Obra de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais na Rua Pirajuí, com extensão de 13.435,48m² no Município de Nova Santa Helena, conforme planilha e cronograma de execução, com abertura prevista para o dia 12/11/2021 as 08:00 horas.

O edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT, no endereço acima, durante o horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00-min às 17h00min, ou através do e-mail: licitacao@novasantahelena.mt.gov.br. ou no site: www.prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br, maiores informações pelos telefones (66) 3523-1035/1036.

Nova Santa Helena – MT, 22 de outubro de 2021.

EDINALVA NUNES

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 013/2021

DISPÕE SOBRE A DESTITUIÇÃO DAS SECRETÁRIAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME PORTARIA DE NOMEAÇÃO 006/2021, E NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS MONTEIRO LOBATO, BRANCA DE NEVE E PROFESSOR JOSÉ ALVES GOVEA.

A Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer do Município de Nova Santa Helena/MT, no uso de suas atribuições legais, e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, da Lei Federal nº 9.394/1996 – LDB, da Lei complementar nº 49/1998, da Lei complementar nº 50/1998 e da Lei Estadual nº 7.040/1998, com suas alterações,

Resolve:

Art. 1º - Destituir a servidora JESSICA CARVALHO BARBOZA como secretária da escola municipal Monteiro Lobato.

Art. 2º -Destituir a Servidora CRISTIANE BOTELHO DE SOUZA, para exercer a função de Secretária das Escolas: E.M. Branca de Neve e E.E.I. Professor José Alves Govea.

Art. 3º Nomear a Servidora JESSICA CARVALHO BARBOZA , para exercer a função de Secretária das Escolas: E.M. Branca de Neve e E.E.I. Professor José Alves Govea e Monteiro Lobato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Secretaria de Educação do Município de Nova Santa Helena/MT, 15 de setembro de 2021.

Juliane Oscar de Souza Moura

Secretária Municipal de Educação,

Cultura, Desporto e Lazer

Por. 004/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2.021

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de sua Pregoeira Oficial, vem a público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 020/2.021, o qual teve por Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E KITS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES POR MEIO DE COMODATO DE ANALISADORES HEMATOLOGICOS. Empresa habilitada e vencedora/detentora: HABX COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS DE HOSPITAIS E LABORATORIOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 28.767.124/0001-16, com o valor global de R$52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

Nova Xavantina – MT, 22 de outubro de 2.021.

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP 037/2021
PROCESSO LICITATÓRIO 048/2021 EXCLUSIVO E REGIONALIZADO AS MPES

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT**, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria n° 153/2021, torna público que fará realizar licitação, regida pela Lei Federal 10.520/02, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Decreto Municipal 015/2021, na modalidade Pregão Presencial, ***Exclusivo e regionalizado as MPEs***, do tipo menor preço por item, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, fluidos e reagentes automotivos,** conforme especificado no anexo I – termo de referencia do edital. A sessão pública será no dia **08/11/2021 ás 08h00min (horário de local)**, na sala de licitações desta prefeitura. O edital completo está disponível no site oficial deste município www.novohorizontedonorte.mt.gov.br pode ser solicitado por e-mail licitanovohorizontedonorte@gmail.com, mais informações através do telefone (66) 3559-1137.

Novo Horizonte do Norte - MT, 22 de outubro de 2021.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 038/2021
PROCESSO LICITATÓRIO 050/2021

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT**, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria n° 153/2021, torna público que fará realizar licitação, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, cujo **Objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de material médico-hospitalar em atendimento as unidades básicas de saúde e hospital municipal,** conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital. A sessão pública será no dia **09/11/2021** às **09h00min (horário de Brasília/DF)**, através do Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital completo está disponível no site oficial deste município www.novohorizontedonorte.mt.gov.br e pode ser solicitado por e-mail licitanovohorizontedonorte@gmail.com ou pelo telefone (66) 3559-1137.

Novo Horizonte do Norte - MT, 22 de novembro de 2021.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às oito horas do dia 22 de outubro de 2021, objetivando o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, MANUTENÇÃO DE PAISAGISMO, LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS, TERRENOS BALDIOS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO – MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou – se vencedor do citado certame a seguinte licitante: **SILVIO SERVIÇO DE PAISAGISMO EIRELI -ME** com valor global de **R$ 711.600,00 (**setecentos e onze mil e seiscentos reais). Assim por terem apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 22 de outubro de 2021.

Mirian Biazotto

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
305 - PORTARIA Nº 305_2021 - FISCAL DE ARP N 115 E 116-2021 - FISCAL ZILVAN FERNANDES COSTA

PORTARIA Nº 305/2021

DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **ZILVAN FERNDANDES COSTA,** portadora do **RG 455159, SSP/MT** e **CPF nº 003.399.311-40**, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

ARP Nº. 115 – 116/2021 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDIMENTO ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT.

EMPRESAS:

ISABELA DO CARMO PINHEIRO03409615113, CNPJ: 26.950.851/0001-70;

LARA GUIMARAES AGUIAR, CNPJ: 24.320.126/0001-99;

GUIA TIPOALFA LTDA - ME, CNPJ: 10.979.697/0001-48.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 20 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
309- PORTARIA Nº 309_2021 - FISCAL DE CT 037-2021 - FISCAL SILVIO TARCISIO PACKER

PORTARIA Nº 309/2021

DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **SILVIO TARCISIO PACKER,** portador do RG nº 37557161 SSP/PR e CPF nº 524.301.899-68, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 037/2021 – LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SUAS REPARTIÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.

CONTRATADA: FELIX CERQUEIRA BARBOSA, inscrita no CPF sob o nº. 550.861.521-00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 20 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
308 - PORTARIA Nº 308_2021 - FISCAL DE ARP N 128-2021 - FISCAL ANDREIA PEREIRA LACERDA

PORTARIA Nº 308/2021

DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **ANDREIA PEREIRA LACERDA,** portadora do RG nº 15270688 SSP/MT e CPF nº 720.966.161-15, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

ARP Nº. 128/2021 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS DE VEICULOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT.

EMPRESA:

ANTONIO PEREIRA DE AMORIM 00660761106, CNPJ: 40.296.787/0001-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 20 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 307/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO

PORTARIA Nº 307/2021

DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **ANA FLÁVIA LUZ SOUSA,** portadora do RG nº 2287393-7 SSP/MT e CPF nº 037.820.221-90, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

ARP Nº. 121 – 125 – 126 e 127/2021 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAMISETAS E UNIFORMES, PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT.

EMPRESAS:

JKM COMERCIO INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E SILK-SCREEN LTDA, CNPJ: 00.773.352/0001-80;

S. M. GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA, CNPJ: 08.711.005/0001-34;

ORIGINAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 05.774.463/0001-58;

SCAPOLE MALHAS LTDA, CNPJ: 07.677.098/0001-65.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 20 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
306 - PORTARIA Nº 306_2021 - FISCAL DE ARP N 121-122-123-124-2021 - FISCAL LEANDRO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 306/2021

DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **LEANDRO DOS SANTOS,** portadora do **RG 20554311, SSP/MT** e **CPF nº 028.850.591-33**, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

ARP Nº. 121 – 122 – 123 - 124/2021 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS E MATERIAIS PARA ARTESANATO PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT.

EMPRESAS:

TEX NORTE COMERCIO DE TECIDOS LTDA, CNPJ: 74.149.493/0001-62;

CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP, CNPJ: 20.357.366/0001-20;

ORIGINAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 05.774.463/0001-58;

MULTUS COMERCIAL LTDA, CNPJ: 24.758.864/0001-24.

ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE AVIAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ: 19.496.182/0001-61.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 20 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
304 - PORTARIA Nº 304_2021 - FISCAL DE ARP N 117-118-119-120-2021 - FISCAL LEANDRO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 304/2021

DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **LEANDRO DOS SANTOS,** portadora do **RG 20554311, SSP/MT** e **CPF nº 028.850.591-33**, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

ARP Nº. 117 – 118 – 119 - 120/2021 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT.

EMPRESAS:

LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ME, CNPJ: 05.511.353/0001-70;

LARA GUIMARAES AGUIAR, CNPJ: 24.320.126/0001-01;

DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI, CNPJ: 37.227.550/0001-58;

MULTUS COMERCIAL LTDA, CNPJ: 24.758.864/0001-42.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 20 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
303- PORTARIA Nº 303_2021 - FISCAL DE CT 032-021 - FISCAL QUEILA GAMA DA SILVA MARQUES

PORTARIA Nº 303/2021

DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **QUEILA GAMA DA SILVA MARQUES,** portador do RG nº 2130611-7 SSP/MT e CPF nº 033.294.411-51, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 032/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT.

CONTRATADA: CASA CASTRO ATACADISTA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.994.342/0001-32.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 19 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
302- PORTARIA Nº 302_2021 - FISCAL DE CT 033-021 - FISCAL SAMANTHA PORTO DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 302/2021

DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **SAMANTHA PORTO DA SILVA LOPES,** portador do RG nº 16662644 SSP/MT e CPF nº 024.096.651-10, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 033/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E REAGENTES COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO F-LINE ECO READER F200, COM EXCLUSIVIDADE DE USO E AUTORIZADO NO MATO GROSSO PARA SEREM USADOS NO LABORATORIO MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT.

CONTRATADA: DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 26.792.580/0001-90.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 19 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
301- PORTARIA Nº 301_2021 - FISCAL DE CT 034-021 - FISCAL ANA FLÁVIA LUZ SOUSA

PORTARIA Nº 301/2021

DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **ANA FLÁVIA LUZ SOUSA,** portador do RG nº 2287393-7 SSP/MT e CPF nº 037.820.221-90, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 034/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR REPAROS NA REDE DE AGUA PEAD NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT.

CONTRATADA: EURO-SANEAMENTO COM. E SERV. DE MAT LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 34.675.723/0001-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 19 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
300- PORTARIA Nº 300_2021 - FISCAL DE CT 035-021 - FISCAL ANA FLÁVIA LUZ SOUSA

PORTARIA Nº 300/2021

DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **ANA FLÁVIA LUZ SOUSA,** portador do RG nº 2287393-7 SSP/MT e CPF nº 037.820.221-90, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 035/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REAGENTES, PELO QUAL SERÁ UTILIZADO PARA TRATAMENTO DE AGUA NA ESTAÇÃO DO ETA DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT E VILA TRINDADE.

CONTRATADA: INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.717.170/0001-45.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 19 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
299- PORTARIA Nº 299_2021 - FISCAL DE CT 036-021 - FISCAL ANA FLÁVIA LUZ SOUSA

PORTARIA Nº 299/2021

DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **ANA FLÁVIA LUZ SOUSA,** portador do RG nº 2287393-7 SSP/MT e CPF nº 037.820.221-90, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 036/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UM VEICULO DE CARGA TIPO SUV (SPORT UTILITY VEHICLE) ZERO KM PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.

CONTRATADA: SAINT EMILION AUTOMOVEIS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.579.490/0001-01.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 19 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 466-2021 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - 200 MIL ONIBUS

LEI MUNICIPAL Nº 466/2021

DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO PROCEDER NA INCLUSÃO NA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE DE ATIVIDADE E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE PARA A AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, considerando o disposto pelo § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso III, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Autoriza a inclusão na programação orçamentária vigente de atividade para a aquisição de veiculo para transporte escolar conforme seguinte estrutura na programação orçamentária:

ÓRGÃO	04	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	04.01	Gabinete da Secretária
Função	12	Educação
Sub-Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0040	Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
Atividade	1.021	Aquisição de Veiculo para Transporte Escolar

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
44.90.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	0122	285.333,00

Art. 2° - Autoriza a abertura de crédito Adicional Suplementar no valor de R$: 285.333,00 (duzentos e oitenta e cinco mil trezentos e trinta e três reais), na Lei Orçamentária Anual vigente, Lei Municipal nº. 444/2020, para a aquisição de veiculo para transporte escolar, a ser consignado na estrutura da programação orçamentária conforme artigo 1° desta Lei.

Art. 3° - Para amparar o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/1964, das transferências realizadas pela Secretaria de Estado de Educação - SEDUC por meio do Convênio nº 0801-2020.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Novo Santo Antônio/MT, em 20 de Outubro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 465-2021 ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR-EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - 600 MIL

LEI Nº 465/2021

DE 27 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA ATENDIMENTO A RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)** provenientes de excesso de arrecadação.

Art. 2º - O crédito adicional referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação conforme especificado abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 – AQUISIÇÃO DE VEICULO

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE: 0100

DOTAÇÃO: 359

Art. 3º - Para dar cobertura ao crédito aberto pelo artigo anterior, por excesso de arrecadação, serão utilizados recursos da Emenda Parlamentar 202125470003-CARLOS BEZERRA.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação por afixação nos locais de costume.

Art. 5º - revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio – MT, 27 de Setembro de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
63 - DECRETO Nº 63_2021 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

DECRETO Nº 63/2021

DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE NOVO SANTO ANTONIO - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais vigentes e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Conselheiros Titulares e Suplentes abaixo relacionados para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE** do município de Novo Santo Antônio – MT, com prazo de 02 (dois) anos:

1. Secretaria Municipal de Saúde

Waneska Barros Rego.....Titular

Lionete Ferreira Neves .....Suplente

2. Secretaria Municipal de Educação

Ildete Daniel Chagas.....Titular

Maiara Gonçalves Aguiar .....Suplente

3. Secretaria Municipal de Administração

Edilson da Cunha Guimarães .....Titular

Henrique de Sousa Cardoso .....Suplente

4. APEPASA

Jorge Iran da Silva Ramos .....Titular

Luisley Costa Alves .....
.....Suplente

5. Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Lourival da Silva Noleto.....
.....Titular

Vilmar Melquiades dos Santos.....
.....Suplente

6. Associação dos Pescadores

Antônio Raimundo Luz .....
.....Titular

Luiza Amorim da Costa.....
.....Suplente

7. Igreja Católica

Silvilane Soares Cardoso .....
.....Titular

Dinorá Silva Reis .....
.....Suplente

8. Igrejas Evangélicas

Rosângela Maria Luz Sousa .....
.....Titular

Nelsi Soares Dickmann.....
.....Suplente

9. Representantes dos trabalhadores da saúde

NIVEL SUPERIOR:

Iza Karolyne Silva de Assis.....
.....Titular

NIVEL MÉDIO (TÉCNICO):

Douglas Aires de Castro.....
.....Titular

Luzia dos Santos Abreu.....
.....Suplente

NIVEL MÉDIO:

Luis Alves de Souza Neto.....
.....Titular

Naslene Gomes de Brito.....
.....Suplente

10. DIRETORIA:

Presidente do Conselho:

Rosangela Maria Luz Sousa

Vice-Presidente:

Vilmar Melquiades dos Santos

Secretária:

Maiara Gonçalves Aguiar

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 20 de Outubro de 2021.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
61 - DECRETO Nº 61_2021 - PONTO FACULTATIVO DIA DO PROFESSOR

DECRETO Nº 61/2021

DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

DISPOE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DURANTE O FERIADO DO DIA DO PROFESSOR DO ANO DE 2021, NO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais vigentes e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando *O artigo 1º da Lei Municipal nº 303/2021.*

DECRETA:

Art. 1º- Feriado Municipal, o dia 15 de Outubro do corrente ano, em comemoração ao dia do Professor.

Parágrafo 2º – As normativas deste Decreto não implicam em qualquer reflexo no funcionamento da iniciativa privada do Município, que deverá seguir as definições das respectivas coletivas de cada segmento.

Art. 2º – Os serviços considerados essenciais, vigilância patrimonial, limpeza pública, plantões em hospital e serviços de saúde, cuja prestação não admita interrupção, deverão manter equipes em funcionamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 14 de Outubro de 2021.

ADAO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO 099/2021

Contrato nº. 099/2021 – Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 07/2021 – CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT**, **CNPJ: 15.023.971/0001-24**. CONTRATADA: **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, CNPJ: 04.096.738/0001-55.** Objeto: Processo de Inexigibilidade de licitação tem por objeto a **Aquisição de um acervo Bibliográfico não imobilizável**, **contendo 6.000 livros de estímulo e desenvolvimento,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga-MT, em conformidade com o Artigo 25, Inciso I da lei 8.666/93. **Data do Encerramento: 11/10/2021**. Departamento de Licitações e Contratos, em 22 de outubro de 2021.

LICITAÇÃO
COVID-19: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT.

Dispensa de Licitação 74/2021.

RATIFICAÇÃO:

Contratada: SAVIO DUARTE DORILEO - ME; CNPJ: 37.647.921/0001-50.

Objeto; Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de Material de Consumo para Assistência Odontológica na Atenção à Saúde e na Atenção Especializada para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Pandemia do COVI-19,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga/MT.

Fundamento Legal: com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Valor da contratação: R$: 7.723,70 (sete mil e setecentos e vinte e três reais e setenta centavos).

Data da contratação: 22/10/2021.

Dispensa de Licitação 74/2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Saúde, a Senhora **JANE RIBEIRO DE SOUZA** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT., 22 de outubro de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 074/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2021

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 074/2021 Pregão Presencial nº. 74/2021 - Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT**, **CNPJ: 15.023.971/0001-24**;**tendo por objeto:** Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material Betuminoso (Emulsão Asfáltica) para utilização na Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas**, **com Recursos Próprios e Recursos do FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência da ARP: 13/10/2021 A 13/10/2022**.Preços Registrados:

Empresa Vencedora			CNPJ da Empresa			Valor Total (R$)
EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA			04.420.916/0003-13			R$: 3.062.200,00
Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	991899	EMULSAO ASFALTICA CM 30 (TONELADA)	UNIDADE	180,00	7.050,0000	1.269.000,0000
2	991900	EMULSAO ASFALTICA RL -1C (TONELADA)	UNIDADE	200,00	3.950,0000	790.000,0000
3	991901	EMULSAO ASFALTICA RR -2C (TONELADA)	UNIDADE	240,00	4.180,0000	1.003.200,0000

Departamento de Licitações e Contratos, em 22 de outubro de 2021.

LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 92/2021 - "ELETRÔNICO"

"REGISTRO DE PREÇOS"

"Menor Preço ITEM"

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro, **Devenilson da Silva**, nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará **PREGÃO** na modalidade **ELETRÔNICO** com o objetivo de **REGISTRO DE PREÇO**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão, Decreto Municipal 1452/2018, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material Permanente para Assistência Odontológica na Atenção à Saúde e na Atenção Especializada para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Pandemia do COVI-19**), atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e termo de Referência do respectivo Edital. **Abertura da Sessão: Dia 10/11/2021. Às 09:00h (horário Brasília).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no SITE Oficial **www.paranatinga.mt.gov.br** e **www.bll.org.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga, sito Av. Brasil, 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou **–** Telefone 66-3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 22 de outubro de 2021. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO 076/2021

Contrato nº. 076/2021 – Processo de Dispensa de Licitação nº 42/2021 – CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT**, **CNPJ: 15.023.971/0001-24**. CONTRATADA: **LEONICE MARIA OLIVEIRA DE MOURA DA SILVA - ME, CNPJ: 29.508.432/0001-90.** Objeto: Contratação de Empresa Especializada em **Serviços de Dedetização**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias solicitantes de Paranatinga-MT, com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018. **Data do Encerramento: 11/10/2021**. Departamento de Licitações e Contratos, em 22 de outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 639/2021 - LICENÇA PRÊMIO VIVIELLI PEREIRA RIBEIRO

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **05/07/2016 à 05/07/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **VIVIELLI PEREIRA RIBEIRO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Monitora, a serem usufruídas no período de 03**/11/2021 à 31/01/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 643/2021 - LICENÇA PRÊMIO ROSANGELA NUNES BARBOSA

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **13/09/2016 à 13/09/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **ROSANGELA NUNES BARBOSA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Monitora, a serem usufruídas no período de **08/11/2021 à 07/12/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

COVID-19: DECRETO Nº 203/2021 - ATUALIZAÇÃO DAS MEDIDAS RESTRITIVAS - COVID-19

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre atualização das medidas restritivas para minimizar a proliferação, entre a população, do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde de uma pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que o princípio da Dignidade da Pessoa Humana bem como os valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa constituem fundamentos da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilização das medidas de preservação da vida, sem, contudo, deixar de garantir a subsistência das famílias pedra-pretenses;

CONSIDERANDO o fato de que o Plano Municipal de Imunização Municipal está em pleno andamento, cuja vacinação já alcançou aproximadamente 70% da população com a segunda dose, contemplando inclusive jovens de 12 anos acima;

CONSIDERANDO as informações presentes no Painel Epidemiológico N° 593 da Secretaria Estadual de Saúde, atualizado em 21/10/2021;

CONSIDERANDO que o Boletim Epidemiológico divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Rondonópolis, na data de 21/10/2021, informa que a taxa de ocupação dos leitos públicos encontra-se em aproximadamente 20% dos leitos disponíveis;

CONSIDERANDO que no Painel Epidemiológico divulgado pela Secretaria Estadual de Saúde o município de Pedra Preta encontra-se classificado como de risco baixo à transmissão da covid-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n° 1.134/2021, de 01/10/2021;

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar de toda população pedra-pretense;

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogadas as medidas restritivas previstas no Decreto n° 189/2021, de 30 de setembro de 2021.

Art. 2° Fica mantida, em todo o território municipal, a obrigatoriedade de dispensação de álcool 70% e do uso de máscara de proteção individual em espaços públicos e privados, inclusive para as pessoas que já estejam devidamente imunizadas.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente o Decreto 189/2021 e demais disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

=Prefeito Municipal=

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 642/2021 - FÉRIAS REGULARES HEBERTY MICHEL CAMPANIN DE OLIVEIRA

22 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de 14/09/**2020 à 14/09/2021**

RESOLVE:

ART.1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor **HEBERTY MICHEL CAMPANIN DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Procurador Municipal, lotado na Procuradoria-Geral do Município, a serem usufruídas no período de 08/11/2021**à 19/11/2021 e 08/08/2022 à 25/08/2022.**

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 08/2021

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N° 08/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO "

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através da sua Chefe do Departamento de Licitação e Contratos, Instituída pela Portaria n° 527/**2021**, de acordo com a Lei n° 8.666/93 e as alterações que a sucederam, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **TOMADA DE PREÇO**

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para a construção de um Campo de Futebol Society na Vila Garça Branca".

Data da Abertura: Dia 22/11/2021 ÀS 13hrs00min.

Cadastramento e Atualização de Cadastro das Empresas: As licitantes deverão encaminhar para a Comissão de Licitação a documentação de **Cadastro até o terceiro dia anterior** à data prevista para a abertura das propostas, nos termos do art. 22, §2º da Lei 8.666, de 1993.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, sito Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13h00min às 17h30min). Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br , junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 22 de Outubro de 2021.

---------- KÉSIA CRISTINA NUNIS DE CASTRO (Portaria 527/2021) Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

PORTARIA Nº 644/2021 - LICENÇA PRÊMIO VALDEMIR RODRIGUES PEREIRA

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **11/10/1999 à 11/10/2004.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO ao servidor **VALDEMIR RODRIGUES PEREIRA,** lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas, ocupante do cargo de Motorista, a serem usufruídas no período de **12/11/2021 à 09/02/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 641/2021 - LICENÇA PRÊMIO LUCIANA APARECIDA GONÇALVES

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **06/02/2012 à 06/02/2017.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **LUCIANA APARECIDA GONÇALVES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professora, a serem usufruídas no período de **08/11/2021 à 07/12/2022 e 18/10/2022 à 16/12/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 640/2021 - LICENÇA PRÊMIO ANA BEATRIZ DA SILVA DE SOUZA

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **16/09/2011 à 16/09/2016.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **ANA BEATRIZ DA SILVA DE SOUZA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Contínua/Merendeira, a serem usufruídas no período de **04/11/2021 à 01/02/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

DECRETO Nº 202/2021 - REGULAMENTA O PAGAMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Regulamenta o pagamento de décimo terceiro salário aos servidores do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o art. 7°, VIII, da Constituição Federal assegura o direito ao recebimento de décimo terceiro salário a todos os trabalhadores, inclusive aos servidores públicos;

CONSIDERANDO que nos últimos anos o pagamento do décimo terceiro salário aos servidores do Poder Executivo Municipal tem sido realizado no mês de aniversário do servidor;

CONSIDERANDO que no Recadastramento Funcional realizado por determinação do Decreto n° 021/2021, foi consultado aos servidores do Poder Executivo Municipal sobre qual seria a melhor forma de pagamento do décimo terceiro salário;

CONSIDERANDO que o Recadastramento Funcional realizado apontou que a grande maioria dos servidores indicou a intenção de recebimento do décimo terceiro salário em parcela única a ser paga no mês de dezembro de cada ano;

CONSIDERANDO que o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais estabelece que o décimo terceiro salário deverá ser pago com base na remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro do respectivo ano;

DECRETA:

Art. 1º A partir de 1° de janeiro de 2022 o pagamento do décimo terceiro salário dos servidores do Poder Executivo Municipal será pago, em parcela única, no mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. O efetivo pagamento do décimo terceiro salário deverá ocorrer até o dia 20 de dezembro de cada ano.

Art. 2º Fica determinado à Secretaria Municipal de Finanças que adote as medidas necessárias à criação de conta específica para aprovisionamento mensal dos recursos financeiros necessários à quitação do décimo terceiro salário dos servidores do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Para fins de controle dos gastos com pessoal, o acompanhamento quadrimestral das despesas deverá considerar os valores aprovisionados a que se refere o caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

=Prefeito Municipal=

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 645/2021 - LICENÇA PRÊMIO MARIA HELENA BORGES DE SOUSA

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **03/01/2013 à 03/01/2018.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **MARIA HELENA BORGES DE SOUSA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas no período de **01/11/2021 à 29/01/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1.883, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 1.883, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

Art.1º- **Nomear**, a Senhora **REGINA CÉLIA DE MOURA SOARES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0858698-5 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 529.096.301.87, para exercer o cargo em comissão de **Coordenadora do Setor de Cadastro e Documentação**, do Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do dispositivo no artigo 8º, VIII, “e”, “1”, da Lei Complementar nº 85, de 29 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20 de Outubro de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 90/2021.

LEI COMPLEMENTAR Nº 90, DE 21 DE OUTUBRO 2021.

“Dispõe sobre a concessão de isenção de 40% na alíquota em UPFM do Item 23 do Anexo VII – Taxa de expediente, da Lei Complementar nº 40/2014 e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedida a isenção de 40% (quarenta por cento) na alíquota do item 23 – TRANSFERÊNCIA DE PERMISSÃO, do Anexo VII –

Taxa de Expediente, da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2014.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 21 dias de Outubro de 2021.

Mauricio Ferreira De Souza

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 055, de 14 de junho de 2021, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2021**, regida pela Lei Federal 10. 520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Global** objetivando **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE HOTELARIA PARA SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM CAFÉ DA MANHÃ, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA".** Que será realizado às 13h30 do dia 12 de novembro de 2021, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 12hs às 18hs, ou pelo fone (66) 3575-5100.

Peixoto de Azevedo, 25 de outubro de 2021.

Natália Fernandes da Silva

Pregoeiro Oficial

LEI MUNICIPAL Nº 1.151/2021.

LEI MUNICIPAL Nº 1.151, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Conceder Isenção dos Juros e Multas de 90% no pagamento dos débitos relativos a Tributos Municipais inscritos na Dívida Ativa até o exercício de 2020 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º -Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção dos juros e multas de 90% (noventa por cento) no pagamento dos débitos relativos a tributos municipais inscritos na dívida ativa até o exercício de 2020, inclusive os ajuizados, desde que pagos a vista e com a devida atualização monetária.

Art.2º - O prazo de vigência da concessão da isenção que se refere o artigo 1º, será até 17 de dezembro de 2021.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 21 dias de Outubro de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 055, de 14 de junho de 2021, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2021**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Global** objetivando **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA EM BOTIJÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP P13, ÁGUA MINERAL EM GARRAFÃO DE 20 LITROS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS".** Que será realizado às 13h30 do dia 17 de novembro de 2021, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 12hs às 18hs, ou pelo fone (66) 3575-5100.

Peixoto de Azevedo, 25 de outubro de 2021.

Natália Fernandes da Silva

Pregoeiro Oficial

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 066/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 55, de Janeiro de 2021, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de **Pregão Eletrônico - SRP nº 066/2021**, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 040/2008, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** objetivando: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CLIMATIZADORES DE AR EVAPORATIVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS".**Início da Sessão **11/11/2021 - Horário: 13:30 horas** (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: **das 08h do dia 26/10/2021 às 11h do dia 11/11/2021** através do site www.bll.org.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br, informações pelo telefone: (66) 3575-5100, Local: Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 25 de Outubro de 2021.

Natália Fernandes da Silva

Pregoeiro Oficial

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 004/2021.

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 004/2021

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO COMO CONCEDENTE, O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, E DO OUTRO COMO PROPONENTE:

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT-CONSEG.

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/000131, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro,

na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, portador da RG n° 3.462.335-0 **S**SP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557. 409-49, residente e domiciliado na Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Jerusalém na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT-CONSEG,** estabelecida a Rua Cristal, 283, Centro, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº09.145.543/0001-71, neste ato representada pelo Presidente o **Sr. JERSIANE FERNANDES DOS SANTOS,** brasileira, residente e domiciliada neste Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº17570867-SSP-MT e inscrito no CPF sob nº022.986.131/84, doravante denominado simplesmente **PROPONENTE**, resolvem fazer aditivo no presente Termo de Fomento, conforme as cláusulas a seguir

I - **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente termo tem a finalidade de viabilizar todos os dispositivos da LEI MUNICIPAL Nº1.007, DE 22 DE JUNHO DE 2018, que autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros ao Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Peixoto de Azevedo-MT e dá outras providências em apoio a Polícia Civil e Polícia Militar.

II – DA ALTERAÇÃO

Pelo presente Instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do TERMO DE FOMENTO Nº004/2021:

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES: Inciso I, letra a:

Fica aditivado o valor do Termo de Fomento, no montante de R$12. 000,00(DOZE MIL REAIS).

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Com o aditivo o Termo de Fomento passará ao valor total de R$60. 000,00(SESSENTA MIL REAIS).

III – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Convênio original permanecem inalteradas.

IV – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem, justos e conveniados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo aditivo, que após lido e achado conforme, é assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 14 de Outubro de 2021

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo

CONCEDENTE

JERSIANE FERNANDES DOS SANTOS,

Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública

CONVENENTE

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: **LILIAN FERNANDA OLIVEIRA PORTELA**
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 000.332.301.37

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 073/2021

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 55, de Janeiro de 2021, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de **Pregão Eletrônico - SRP nº 073/2021**, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 040/2008, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** objetivando: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO (UPA), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Início da Sessão **22/11/2021 - Horário: 09:00 horas** (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: **das 08h do dia 26/10/2021 às 18:00 horas do dia 19/11/2021** através do site www.bll.org.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br, informações pelo telefone: (66) 3575-5100, Local: Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 25 de Outubro de 2021.

Natália Fernandes da Silva

Pregoeiro Oficial

TERMO DE CONVÊNIO N° 027/2021.

TERMO DE CONVÊNIO N°027/2021

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n° 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da CIRG n° 3.700.571-1, SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 502.469. 339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, n° 161, Bairro Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, ora denominado de **PROPONENTE** resolvem celebrar o presente Convênio conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio o repasse de recursos para custeio e manutenção do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo para promover formas articuladas de planejamento e execução de ações e serviços de saúde, com vista ao cumprimento dos princípios de integridade, equidade e universidade do atendimento dos pacientes dos Municípios participantes do CISVP, em conformidade com as metas e ações pactuadas no Termo de Compromissos e Metas 3021, aprovado pela Resolução CIB/MT Nº144/2021, conforme Detalhamento no Plano de trabalho. Repasse autorizado, conforme Portaria nº618/2021/GBSES (DOEMT 28065 de 17 de agosto de

2021 e Portaria nº789/2021/CBSES (DOEMT 28091 de 24 de setembro de 2021), e Lei Municipal nº1.150 de 15 de outubro de 2021

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

A fixação do valor total será de ***R$7.800.000,00(SETE MILHÕES E OITOCENTOS MIL REAIS).***

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago em 05(CINCO) parcelas, de OUTUBRO/2021 a FEVEREIRO/2022 sendo a do mês de OUTUBRO/2021 no valor **de R$2.600.000,00(DOIS MILHÕES E SEISCENTOS MIL REAIS)** e as parcelas de NOVEMBRO/2021, DEZEMBRO/2021, JANEIRO/2022 E FEVEREIRO/2022 serão de **R$1. 300.000,00(HUM MILHÃO E TREZENTOS MIL REAIS),** de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEIXOTO DE AZEVEDO.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor da parcela, conforme consta na clausula Terceira ***será depositado na conta corrente n° 13.491-0, agência 5916-1 do Banco do Brasil S/A de titularidade do Consorcio Intermunicipal de Saúde a Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

O valor a ser pago mensalmente pela concedente ao Proponente correrá à conta da dotação orçamentária

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 – SAÚDE

SUBFUNÇÃO 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA 0013 – ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ/ATIVIDADE 20 520– MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO 634 - 3371.70.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO

FONTE DE RECURSOS 142 – Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

O presente Convênio terá sua vigência a partir da assinatura até **30 DE ABRIL DE 2022,** sendo renovável, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES

7.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor, conforme consignado na cláusula segunda e terceira, até o quinto dia da assinatura deste convênio.

7.2 – Compete ao Proponente:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pela Concedente, dentro das finalidades conforme mencionado na cláusula primeira e no Plano de Trabalho em anexo.

b) A proponente terá que prestar contas através de Relatório de Gestão, bimestralmente, dos atendimentos realizados no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, no prazo de 30 (trinta) dias da última parcela realizada, levando a apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Saúde (CMS), bem como pelo Órgão Concedente, sob pena de que sejam interrompidos os repasses até que seja efetuada a prestação e, caso persista a falta, será solicitado a devolução dos recursos repassados se não apresentada a aprovação do Relatório de Gestão.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES

Será objeto de Termo Aditivo de valor e prazo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA OITAVA: DA EXTINÇÃO

O PRESENTE Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente ao Proponente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA; DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 15 de Outubro de 2021

_____

O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE/PROPONENTE

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Vanderlei Ferrari Nome: Aciomar Marques Carvalho

CPF: 507.680.349-49 CPF: **801.748.091-15**

PORTARIA Nº 1.674, DE 01 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 1.674, DE 01 DE OUTUBRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º- **Nomear**, o Senhor **LUIZ CARLOS SANTANA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 0318395-5 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 353.318.791.87, para exercer o cargo em comissão de **Chefe do Departamento de Saúde Comunitária**, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do dispositivo no artigo 8º, VI, "c", da Lei Complementar nº 85, de 29 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Outubro de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. EXTRATO DE ADESÃO AO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021. ATA DE RP Nº 002/2021 – SOB GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUACEMA-TO.

OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR, TIPO VAN 15+ 1 E MODELO 2021, 0KM DE FABRICAÇÃO NACIONAL, MOTOR POTÊNCIA MÁXIMA 130CV, TURBO INTERCOOLER, TIPO DE COMBUSTÍVEL DIESEL S50/S10, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 80LTS, CARGA ÚTIL 1.424 KG, COMPRIMENTO DO VEÍCULO (MM) 6.198MM: ENTRE EIXOS (MM) 4.332MM, CAMBIO MANUAL COM 06 MARCHAS 0 FRENTE E 01 (UMA) RÉ: DIREÇÃO HIDRÁULICA; TACÓGRAFO ORIGINAL DE FÁBRICA: FREIOS A DISCO, VENTILADOS NA DIANTEIRA E SÓLIDOS NA TRASEIRA COM ABS, TRAÇÃO 4X2 (CAPACIDADE TOTAL DE 16 PESSOAS), CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. **Data do aviso de intenção:** 19/10/2021. **Data da autorização da gestora:** 21/10/2021. **Aceite da empresa ALL CAR PROJETOS EIRELI, CNPJ 42.308.623/0001-76** em 20/10/2021. **TOTAL GERAL ADERIDO:** R$ 259.902,99. **CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES** – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PORTARIA Nº 455/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO Nº 004/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: NORTELAB COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora **"Lucia Alves Neves**", CPF nº 375.400.681-91, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal do Contrato nº 004/2021 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13/04/2021 revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 27 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Lucia Alves Neves**, CPF nº 375.400.681-91, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lucia Alves Neves

CPF nº 375.400.681-91

PORTARIA Nº 469/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2020 – PREGÃO Nº 045/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: COMERCIAL LUAR

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º-- Designar o servidor "**JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM**", portador do CPF nº **011.769.211-50** lotadona Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº112/2020, Pregão nº 045/2020 fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM, portador do CPF nº 011.769. 211-50** declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM

CPF nº 011.769.211-50

PORTARIA Nº 468/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2020 – PREGÃO Nº 040/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: ERICA DE FATIMA GENTIL (OLMI COMÉRCIO E INFORMÁTICA)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar a servidora **FABRICIA BENEDITA DE MATOS**, inscrita no CPF nº 056.504.921-66, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 100/2020, Pregão nº 040/2020, fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, FABRICIA BENEDITA DE MATOS, inscrita no CPF nº 056.504.921-66, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

FABRICIA BENEDITA DE MATOS

CPF nº 056.504.921-66

PORTARIA Nº 467/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2021 – PREGÃO Nº 029/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: GUIO NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA LTDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora **Larissa Magnes da Silva Santos**, CPF nº 024.234.691-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 061/2021, Pregão nº 029/2021 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao

local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13/04/2021 revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Larissa Magnes da Silva Santos**, CPF nº 024.234.691-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Larissa Magnes da Silva Santos

CPF nº 024.234.691-01

PORTARIA Nº 486/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO CONTRATO Nº 008/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA

Designação do Fiscal do Contrato – Memorando

ARTIGO 1º - Designar o servidor**"Jonathan Carlos Dias da Cruz", CPF nº 058.623.341-57,** Fiscal do Contrato nº 008/2020 que representará o gabinete do prefeito perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do dia 11/01/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 01 de outubro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Jonathan Carlos Dias da Cruz**, portador doCPF nº058.623.341-57, lotado no gabinete, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Jonathan Carlos Dias da Cruz

CPF n. 058.623.341-57

PORTARIA Nº 483/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2020 – PREGÃO Nº 045/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Juliana Macedo"**, portadora do CPF nº 000.048.681-70, lotada na Secretaria Municipal de Finanças Fiscal da Ata de Registro de Preços Nº 117/2020, Pregão nº 045/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do dia 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Juliana Macedo**, portadora do CPF nº 000.048.681-70, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Juliana Macedo

CPF nº 000.048.681-70

PORTARIA Nº 139/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO Nº 009/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: MONIZ FIGUEIRA E CIA LTDA

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS – 24/02/2021 Á 24/05/2021

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Lucia Alves Neves**", CPF nº 375.400.681-91, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, fiscal do Contrato nº 009/2021, Dispensa nº 03/2021 Fiscal que representará o gabinete, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o

contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 26 de abril de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Lucia Alves Neves**, CPF nº 375.400.681-91, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lucia Alves Neves

CPF nº 375.400.681-91

PORTARIA Nº 457/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: CENTRO AMERICA FROTAS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 A 12 DE OUTUBRO DE 2021

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Yara Neves Dutra**", CPF nº 721.871.401-30, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Fiscal do Termo de Contrato nº 005/2021 que representará a Secretaria perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como:indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, ”Yara Neves Dutra“ CPF nº 721.871.401-30, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Yara Neves Dutra

CPF nº 721.871.401-30

PORTARIA Nº 506 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

“Estabelece a atualização da REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais para o Município de Poconé/MT e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, no uso de poderes que lhes são conferidos de acordo com a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO as vantagens de se trabalhar com uma lista de medicamentos essenciais, selecionados por critérios embasados em evidências científicas, entre elas a melhoria da qualidade de atenção à saúde, mais eficácia na gestão dos medicamentos e prescrições médicas com qualidade. CONSIDERANDO a Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 que Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências CONSIDERANDO a Lei Complementar n. 101 de 4 de maio de 2000, que Estabelece Normas de Finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; CONSIDERANDO a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento; CONSIDERANDO a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. CONSIDERANDO a Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011 - que altera a Lei no 8.080, de

19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, em seu artigo 19P,

Inciso III, que regulamenta no âmbito de cada Município, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores municipais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada no Conselho Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO a Lei nº 7.968, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre a Política

Estadual de Medicamentos e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Art. 25 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 do que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) como a seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS. CONSIDERANDO a Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006 - que dispõe sobre o fornecimento de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e o monitoramento da glicemia capilar; CONSIDERANDO a Portaria nº 2.583/GM, de 10 de outubro de 2007 - que define o elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, nos termos da Lei nº 11.347, de 2006, aos usuários portadores de diabetes mellitus CONSIDERANDO a Portaria MS/GM Nº 1, de 2 de janeiro de 2015 que Estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2014 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2012. CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 3916/MS/GM de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS); CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 698/GM de 30 de março de 2006, que define que o custeio das ações de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do SUS, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do SUS. CONSIDERANDO a Portaria n. º 699/GM de 30 de março de 2006, que regulamenta as

Diretrizes Operacionais dos Pactos Pela Vida e de Gestão.

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 - Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. CONSIDERANDO a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS; CONSIDERANDO a Portaria nº 2.982 de 26 de novembro de 2009 - Aprova as normas de execução e de financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica. CONSIDERANDO o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 338, de 06 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica; CONSIDERANDO o disposto no Decreto do Ministério da Saúde nº 5813, de 22 de junho de 2006, que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 533, de 28 de março de 2012, que estabelece o elenco de medicamentos e insumos da Relação

Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME; CONSIDERANDO a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; CONSIDERANDO a Resolução RDC n. º 20, de maio de 2011, que dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CIB/MT n. º 245 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a homologação da Resolução CIB/MT "Ad Referendum" n. º 06 de 27 de novembro de 2013, referente ao elenco de medicamentos da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica para o Estado de Mato Grosso. CONSIDERANDO a Portaria n. 140/2015/GBSES, que estabelece a Relação Estadual de Medicamentos - RESME 2015 no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do estado de Mato Grosso por meio da atualização do elenco da Portaria Estadual nº225/2004, análise das demandas da Portaria GBSES nº172/2010 e judicial. CONSIDERANDO a Portaria SES/MT n. 139/2015 que atualiza a Lista de Medicamentos e

Insumos contemplados na Portaria n. 225/2004, e seus Pareceres Técnicos.

CONSIDERANDO a Portaria SMS n. º 259, de 03 de agosto de 2016, que "Cria e Institui a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) da Secretaria de Saúde de Poconé/MT, nomeia os membros e dá outras providências" CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 1.555, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 1.554, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.021 de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas; CONSIDERANDO a Lei n. º 3.820 de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras Providências. CONSIDERANDO o Decreto n. º 85.878 de 7 de abril de 1981, que estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências. CONSIDERANDO a Resolução n. º 596 de 21 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. CONSIDERANDO a Resolução n. º 578 de 26 de julho de 2013, que regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do Farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). CONSIDERANDO a Portaria n. º 1.660, de 22 de julho de 2.009, que Institui o Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária - VIGIPOS, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, como parte integrante do Sistema Único de Saúde - SUS. CONSIDERANDO a Lei Federal n° 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de diabetes. CONSIDERANDO a Portaria MS nº 2.583 de 10 de outubro de 2007, que define elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo SUS aos portadores de diabetes mellitus. CONSIDERANDO a Portaria 1.646 de 02 de outubro de 2015, que Institui o Cadastro

Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

CONSIDERANDO que, segundo a OMS, "medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem as necessidades sanitárias da maioria da população e, devem estar disponíveis com regularidade, em quantidades adequadas e em dosagens e formas farmacêuticas apropriadas" CONSIDERANDO que os Municípios são responsáveis pela seleção, programação, aquisição, armazenamento, controle de estoques e prazos de validade, distribuição e dispensação de medicamentos e insumos do componente básico da Assistência Farmacêutica, constantes na RENAME vigente. CONSIDERANDO a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva. CONSIDERANDO a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade. CONSIDERANDO que a Comissão de Farmácia e terapêutica é a instância multiprofissional, consultiva, deliberativa e educativa dentro de hospitais e outros serviços de saúde, responsável pela condução do processo de seleção, utilização, acompanhamento e avaliação do uso dos medicamentos e produtos para saúde, tendo atribuições e responsabilidades definidas em Regimento Interno. CONSIDERANDO a importância da Comissão de Farmácia e Terapêutica para a promoção do uso racional de medicamentos. CONSIDERANDO a existência de uma Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) de Poconé/MT, que elaborou uma Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) utilizando- se da medicina baseada em evidência.

RESOLVE: Capítulo I

Da Criação

Art.1º. Estabelece a Lista REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais que devem ser selecionados, adquiridos e distribuídos pelo município de Poconé/MT, anexo I. **Parágrafo Único.** A REMUME é composta pelo componente básico e no que compete, alguns especializados da assistência farmacêutica definidos em Portaria do Ministério da Saúde.

Art.2º. A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME compreende a seleção e a padronização de medicamentos e insumos indicados para o atendimento de doenças ou de agravos na atenção básica no âmbito do SUS, no Município de Poconé/MT.

Parágrafo Único: A REMUME poderá ser acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional

– FTN e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - PCDT, que subsidiará a prescrição e a dispensação e o uso de seus medicamentos.

Art.3º. O Elenco da Lista REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais da Atenção Básica deverão ser adquiridos com Recursos Próprios, e do Bloco de Assistência Farmacêutica, e dispensados pelo município de Poconé/MT pela Farmácia Municipal;

Art.4º. A Lista REMUME poderá ser atualizada continuamente, a qualquer momento ou quando necessário pela CFT - Comissão de Farmácia e Terapêutica do Município de Poconé/MT, utilizando o Formulário de Solicitação de Inclusão, Exclusão ou Substituição de Medicamentos na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME – SMS) – anexo II;

Art.5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 21 de outubro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

ANEXO I

RELAÇÃO MUNICIPAL DOS MEDICAMENTOS ESSENCIAIS "REMUME"

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ\MT SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Poconé/MT vem disponibilizar a atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, buscando definir uma Política Municipal de Medicamentos Municipal, que garanta o arsenal terapêutico necessário ao atendimento dos principais problemas de saúde circunscritos na assistência da rede Municipal, correlacionado com seu papel dentro do cenário sanitário do Município.

Esta relação de medicamentos teve como referência a RENAME e a RESME/MT, considerados essenciais porque foi elaborada com vistas nas necessidades prioritárias de

Saúde da população segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo como elaboradores a Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT.

A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) é uma medida

Indispensável para o Uso Racional de Medicamentos no contexto Municipal, portanto, deve ser empregada como parâmetro nas ações de saúde que envolva condutas terapêuticas baseadas em evidências científicas, sendo delineador das diversas atividades relacionadas ao ato de prescrição, dispensação, uso racional de medicamentos, diminuição de custos e manutenção da integralidade terapêutica.

A REMUME atualizada destina-se ao uso exclusivo dos pacientes atendidos nas unidades próprias da rede Municipal de saúde de Poconé/MT, sendo disponibilizados nas unidades farmacêuticas municipais.

Deste modo, este instrumento é um avanço considerável para a melhoria da assistência farmacêutica, sobretudo servindo de subsídio para atenção à saúde da população

Poconeana.

Cada medicamento foi designado pela denominação comum brasileira ou pela denominação comum internacional (DCB OU DCI) acompanhado de concentração, forma e apresentação farmacêutica, e local de sua distribuição, acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional – FTN, que subsidiará a prescrição e a dispensação e o uso de seus medicamentos.

2. REMUME 2021 - 2024

Relação Municipal de Medicamentos Essenciais

Medicamentos do Elenco Municipal que devem ser adquiridos e distribuídos pelo município.

ITEM	Código CATMAT/	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	FORMA FARMACÊUTICA
1	00058591	Acebrofilina	25 mg/ 5 ml	Xarope
2	380425-9	Acetilcisteina	600 mg	Granulado
3	306523-5	Ácido Acetilsalicílico	100 mg	comprimido
4		Ácido ascórbico	100mg/ml	Solução injetável
5	306534-0	Ácido Fólico	5mg	comprimido
6	306513-8	Aciclovir	200mg	Comprimido
7	306593-6	Albendazol	400mg	Comprimido mastigável
8	324013-4	Albendazol	40 mg/ml	Suspenção oral frasco com 10 ml
9	316204-4	Alendronato sódico	70mg	comprimido
10	324021-5	Alopurinol	300mg	comprimido
11	309739-0	Atenolol	25mg	comprimido
12	306753-0	Atenolol	50mg	comprimido
13	306815-3	Azitromicina	500mg	comprimido
14	0007506	Azitromicina	40mg/ml	Pó para suspensão oral de 600mg + frasco com 9 ml de diluente + seringa dosadora
15	309924-5	Benzilpenicilina Benzatina	600.000 UI	Pó para suspensão injetável
16	308192-3	Benzilpenicilina Benzatina	1.200.000 UI	Pó para suspensão injetável
17	314981-1	Brometo de Ipratrópio	0,25 mg/ml	Solução para inalação frasco com 20 ml
18	310814-7	Bromoprida	10mg	comprimido
19	310815-5	Bromoprida	5mg/ml	Solução injetável
20	310898-8	Butilbrometo de Escopolamina	10mg	comprimido
21	308288-1	Butilbrometo de Escopolamina	20mg/ml	Solução injetável
22	413708-6	Butilbrometo de Escopolamina + Dipirona	10mg + 250 mg	comprimido
23	316391-1	Butilbrometo de Escopolamina + Dipirona	4mg/ml + 500 mg/ml	Solução injetável
24	306861-7	Captopril	25 mg	comprimido
25	306863-3	Carbamazepina	200mg	comprimido
26	310886-4	Carbamazepina	20 mg/ml	Suspensão oral frasco com 100ml
27	316426-8	Carbonato de cálcio + colecalciferol	500mg + 400 UI	Comprimido
28	311064-8	Carbonato de Lítio	300mg	comprimido
29	311116-4	Carvedilol	6,25 mg	comprimido
30	315272-3	Carvedilol	12,5 mg	comprimido
31	306902-8	Cefalexina	500 mg	comprimido
32	00013131	Cefalexina	50 mg/ml	Suspensão oral frasco de 100 ml
33	334635-8	Cetoconazol	20 mg/g (2%)	Shampoo
34	314058-0	Cetoconazol	20 mg/g (2%)	Creme Tópico
35	307610-5	Cetoprofeno	50mg/ ml	Solução injetável
36	310906-2	Cetoprofeno	100mg	Comprimido
37	345980-2	Ciclobenzaprina	5mg	comprimido
38	310660-8	Cimetidina	150mg/ml	Solução injetavel
39	342366-2	Cinarizina	25 mg	comprimido
40	310711-6	Cinarizina	75 mg	comprimido
41	328143-4	Ciprofibrato	100mg	comprimido
42	333575-5	Citalopram	20 mg	Comprimido
43	307969-4	Clopidogrel	75 mg	Comprimido
44	314101-2	Clonazepam	2,5mg/ml	Solução oral frasco com 20 ml
45	306987-7	Clonazepam	0,5 mg	comprimido
46	306988-5	Clonazepam	2 mg	comprimido
47	0002234	Cloreto de Potássio	19,1 % (2,56 mEq/ML)	Solução injetável
48	254087-8	Cloreto de Sódio	0,90 % (0,154 mEq/ML)	Solução injetável
49	316229-0	Cloreto de sódio + Cloreto de Benzalcônio	0,9 % + 0,01 mg/ml	Solução Nasal
50	00010736	Cloridrato de Ambroxol	30 mg/ Ml	Xarope
51	306721-1	Cloridrato de Amiodarona	200mg	comprimido
52	00011543	Cloridrato de Amiodarona	50 mg/ml	Solução injetavel
53	306723-8	Cloridrato de Amitriptilina	25 mg	comprimido
54	306733-5	Cloridrato de Amoxicilina	500 mg	Cápsula
55	00018685	Cloridrato de Amoxicilina	250/mg	Pó para suspensão oral acompanhado de copo dosador
56	309764-1	Cloridrato de Amoxicilina + Clavulanato de potássio	500mg + 125 mg	Comprimido
57	309761-7	Cloridrato de Amoxicilina Clavulanato de potássio	50 mg/ml + 12,5 mg/ml	Suspensão oral
58	306971-0	Cloridrato de Ciprofloxacino	500mg	Comprimido
59	315884-5	Cloridrato de Clorpromazina	25mg	Comprimido
60	315885-3	Cloridrato de Clorpromazina	100mg	Comprimido
61	310976-3	Cloridrato de Dobutamina	12,5 mg/ml	Solução injetavel
62	311001-0	Cloridrato de Dopamina	5 mg/ml	Solução injetável
63	309744-7	Cloridrato de Epinefrina	1 mg/mL	Solução Injetavel
64	311185-7	Cloridrato de Fluoxetina	20 mg	Cápsula
65	0008823	Cloridrato de Lidocaína	2%	Gel Tópico
66	307845-0	Cloridrato de Lidocaína	2%	Solução Injetavel
67	00014886	Cloridrato de Lidocaína Hemitartarato de epinefrina	2% + 1:200.000	Solução injetável
68	316750-0	Cloridrato de Metformina	850 mg	Comprimido
69	316749-6	Cloridrato de Metformina	500 mg	comprimido

70	316788-7	Cloridrato de metoclopramida	10mg	Comprimido
71	316789-5	Cloridrato de metoclopramida	4 mg/ml	Solução oral frasco com 10ml
72	00010466	Cloridrato de metoclopramida	5mg/ ml	Solução injetável
73	329011-5	Cloridrato de Nortriptilina	50 mg	Comprimido
74	331994-6	Cloridrato de Paroxetina	20 mg	Comprimido
75	319663-1	Cloridrato de Prometazina	25 mg	Comprimido
76	319669-0	Cloridrato de Prometazina	25 mg/ ml	Solução injetavel
77	319844-8	Cloridrato de Propranolol	40 mg	comprimido
78	335558-6	Cloridrato de Sertralina	50 mg	comprimido
79	00011425	Cloridrato de Tiamina	300 mg	Comprimido
80	319641-0	Cloridrato de Tramadol	50 mg	Comprimido
81	307608-3	Cloridrato de Tramadol	50 mg/ml	Solução injetável
82	306992-3	Colagenase + Cloranfenicol	0,6 UI + 1%	Pomada tópica tubo de 30g
83	200172-1	Decanoato de Haloperidol	50 mg/ml	Solução injetável
84	307045-0	Dexametasona	1mg/g (1%)	Creme tópico tubo com 10 g
85	311252-7	Dexametasona	4mg/ml	Solução injetável
86	307043-3	Dexametasona	4 mg	Comprimido
87	314117-9	Dexametasona	0,1 mg/ml	Elixir
88	314123-3	Diazepam	5 mg	comprimido
89	307055-7	Diazepam	10mg	Comprimido
90	307062-0	Diclofenaco sódico	50mg	Comprimido
91	00022167	Diclofenaco sódico	75mg/3ml	Solução injetável
92	307117-0	Digoxina	0,25mg	Comprimido
93	316392-0	Dimenidrinato + piridoxidina + glicose + frutose	3 mg+ 5 mg+ 100mg +100 mg	Solução injetável
94	342609-2	Simeticona	75mg/ml	Emulsão Oral
95	316747-0	Dinitrato de isossorbida	5 mg	Comprimido sublingual
96	307120-0	Dipirona	500 mg	Comprimido
97	307122-7	Dipirona	500 mg/ ml	Solução oral frasco com 10 ml
98	307123-5	Dipirona	500 mg/ml	Solução injetável
99	- MS	Enantato de Noretisterona + Valerato de Estradiol	5mg + 50mg/ml	Solução injetável
100	314077-6	Espironolactona	25mg	Comprimido
101	-MS	Etinilestradiol + levonorgestrel	0,03 mg + 0,15 mg	Comprimido ou drágea
102	0007258	Fenitoína Sódica	100mg	Comprimido
103	316819-0	Fenobarbital	100mg	Comprimido
104	316596-5	Fenobarbital	40mg/ml	Solução oral
105	316636-8	Fitomenadiona	10mg/ml	Solução injetável
106	316640-6	Fluconazol	150mg	Capsula
107	00011426	Fosfato sódico de prednisolona	3 mg/ml	Solução oral frasco com 60 ml
108	316778-0	Furosemida	40mg	Comprimido
109	308825-1	Furosemida	10mg/ml	Solução injetável
110	316894-8	Glibenclamida	5 mg	Comprimido
111	318168-5	Haloperidol	5 mg	Comprimido
112	318171-5	Haloperidol	5mg/ml	Solução injetável
113	316657-0	Hidroclorotiazida	25 mg	Comprimido
114	308106-0	Hidrocortisona	500mg/ml	Solução injetável
115	335635-3	Hidroxido de Aluminio + Hidroxido de Magnesio	60 mg+ 40 mg	Suspensão oral frasco com 100 ml
116	350340-2	Ibuprofeno	300mg	Comprimido
117	316766-6	Ibuprofeno	50mg/mL	Solução oral Frasco 30mL
118	-	Insulina NPH	100 UI/ML	Solução injetável
119	-	Insulina Regular	100 UI/ml	Solução injetável
120	318045-0	Ivermectina	6 mg	Comprimido
121	337896-0	Levodopa + Benserazida	100 mg + 25 mg	Comprimido ou capsula
122	337675-3	Levodopa + Benserazida	200 mg + 50 mg	Comprimido
123	323508-4	Levodropropizina	6mg/ml	Xarope
124	318189-8	Levofloxacino	500mg	Comprimido
125	318328-9	Levotiroxina sódica	25 mcg	Comprimido
126	318330-0	Levotiroxina sódica	50 mcg	Comprimido
127	00053861	Loção oleosa a base de ácidos graxos (vitamina A e E + Lecitina de soja)	NR	Loção Oleosa Frasco com 100 ml
128	334427-4	Loratadina	10 mg	Comprimido
129	318352-1	Losartana Potássica	50 mg	Comprimido
130	322240-3	Maleato de Dexclorfeniramina	0,4 mg/ml	Xarope Frasco com 100 ml
131	316138-2	Maleato de Enalapril	10 mg	Comprimido
132	322588-7	Maleato de Enalapril	20 mg	Comprimido
133	308537-6	Maleato de Midazolan	15 mg/ 3ml	Solução injetável
134	324344-3	Metildopa	250 mg	Comprimido
135	316765-8	Metildopa	500 mg	Comprimido
136	316642-2	Metronidazol	100mg/g	Gel Vaginal com 10 aplicadores
137	317313-5	Metronidazol	400 mg	Comprimido
138	316952-9	Neomicina + Bacitracina	5 mg + 250 UI / g	Creme tópico tubo com 15g
139	0002834	Nifedipino	20 mg	Comprimido
140	318295-9	Nimesulida	100 mg	Comprimido
141	318296-7	Nimesulida	50mg/ml	Suspensão oral
142	318320-3	Nistatina	25.000 UI/g	Creme Vaginal
141	00015828	Nitrato de Miconazol	20 mg/g(2%)	Creme tópico
142		Noretisterona	0,35mg	Comprimido
143	336372-4	Olanzapina	10 mg	Comprimido
144	0233632-1	Óleo Mineral	NSa	Solução oral frasco
145	320134-1	Omeprazol	20 mg	Cápsula
146	319706-9	Paracetamol	500 mg	Comprimido
147	319704-2	Paracetamol	200mg/ml	Solução oral frasco com 10 ml
148	320080-9	Piroxican	20 mg	Cápsula
149	319618-6	Prednisona	20 mg	Comprimido
150	320532-0	Risperidona	1 mg	Comprimido
151	320041-8	Risperidona	2 mg	Comprimido
152	320159-7	Risperidona	3 mg	Comprimido
153	322966-1	Sais para Reidratação oral composto por: cloreto sódio + glicose + citrato de sódio + cloreto potássio	1,75 g+ 10 g+ 1,45 g +0,75 g+ 0,75 g	Pó para preparo de solução pacote com 13,95 g
154	320156-2	Secnidazol	1000mg (1g)	Comprimido
155	320622-0	Sivastatina	20 mg	Comprimido
156	00022171	Sulfadiazida de Prata	1%	Pote de 400g
157	320794-3	Sulfametoxazol + Trimetoprima	40 mg/ml + 8 mg/ml	Suspensão oral frasco 100 ml
158	320154-6	Sulfametoxazol + Trimetoprima	400mg + 80 mg	Comprimido
159	328771-8	Sulfato de Salbutamol	120,5 mcg/dose (equivalente a 100 mcg/dose de salbutamol)	Solução aerossol oral
158	320669-6	Sulfato Ferroso ++	25 mg/ml	Solução oral frasco com 30ml conta-gota
159	320044-2	Sulfato Ferroso ++	40 mg	Comprimido
160	308618-6	Tenoxican	20mg/ml	Solução injetável
161	318299-1	Valproato de sódio ou Acido Valproico	57,624 mg/ml (equivalente a 50 mg de acido valproico/ml)	Solução oral ou xarope frasco com 100 ml com copo-medidor
162	318300-9	Valproato de sódio ou Acido Valproico	288 mg (equivalente a 250 mg de acido valproico)	Cápsula ou comprimido
163	332323-4	Valproato de sódio ou Acido Valproico	576 mg (equivalente a 50 mg de acido valproico)	Cápsula ou comprimido
164	0000943	Vitaminas do complexo B, Vitaminas : Cloridrato de Tiamina (	4 mg + 1 mg+ 2 mg + 20 mg+ 3mg	Solução injetável

		VIT.b1); Riboflavina 5 Fosfato sódico (Vit. B2) ; Cloridrato de Piridoxina (Vit. B6), Nicotinamida (Vit. PP); Dexpantenol (Pro-Vit. B5)		
165		Vitaminas do complexo B, Vitaminas : Cloridrato de Tiamina (VIT.b1); Riboflavina (Vit. B2); Cloridrato de Piridoxina (Vit. B6); Nicotinamida (Vit. PP), Ácido Pantotênico	5 mg + 2 mg+ 2mg + 20 mg+ 2,76 mg	Comprimido Revestido

PORTARIA Nº 470/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2020 – PREGÃO Nº 045/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: MARIA JOSÉ DOS REIS NETO ME

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º-- Designar o servidor "**JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM**", portador do CPF nº **011.769.211-50** lotadona Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº113/2020, Pregão nº 045/2020 fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM, portador do CPF nº 011.769.211-50** declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM

CPF nº 011.769.211-50

PORTARIA Nº 456/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: CENTRO AMERICA FROTAS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 A 12 DE OUTUBRO DE 2021

ARTIGO 1º-- Designar o servidor "**Jonildo Luis Martins**", portador do CPF nº 352.636.951-87 lotadona Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Fiscal do Termo de Contrato nº 005/2021, fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa

execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Jonildo Luis Martins**, portador do CPF nº 352.636.951-87, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Jonildo Luis Martins

CPF nº 352.636.951-87

PORTARIA Nº 476/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2020 – PREGÃO Nº 045/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: G M COMÉRCIO E SERVIÇOS

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E :

ARTIGO 1º - Designar o servidor **JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM**, portador do CPF nº 011.769.211-50, lotado na Secretaria Municipal de Finanças Fiscal da Ata de Registro de Preços Nº 111/2020, Pregão nº 045/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pe-

las partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM**, portador do CPF nº 011.769.211-50 declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM

CPF nº 011.769.211-50

PORTARIA Nº 475/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2020 – PREGÃO Nº 044/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: MARCOS SACARDI BIUDES-ME

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E :

ARTIGO 1º - Designar o servidor "***FABRICIA BENEDITA DE MATOS"***, **inscrita no CPF nº 056.504.921-66,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças Fiscal da Ata de Registro de Preços Nº 110/2020, Pregão nº 044/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas

e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **FABRICIA BENEDITA DE MATOS**, **inscrita no CPF nº 056.504.921-66**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

FABRICIA BENEDITA DE MATOS

CPF nº 056.504.921-66

PORTARIA Nº 477/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2020 – PREGÃO Nº 045/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: L. BARRETO KATAYAMA EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar o servidor **JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM**, portador do CPF nº 011.769.211-50, lotado na Secretaria Municipal de Finanças Fiscal da Ata de Registro de Preços Nº 114/2020, Pregão nº 045/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM**, portador do CPF nº **011.769.211-50**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM

CPF nº 011.769.211-50

PORTARIA Nº 473/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de

1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2020 – PREGÃO Nº 047/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: META EXTINTORES LTDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Juliana Macedo"**, portadora do CPF nº 000.048.681-70, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, fiscal da Ata de Registro de Preços nº 121/2020, Pregão nº 047/2020 Fiscal que representará o gabinete, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Juliana Macedo,** portadora do CPF nº 000.048.681-70, lotada na Secretaria Municipal de Finanças declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Juliana Macedo

CPF nº 000.048.681-70

PORTARIA Nº 472/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2020 – PREGÃO Nº 045/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: MATHIC – DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITORIO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar a servidora **FABRICIA BENEDITA DE MATOS**, inscrita no CPF nº 056.504.921-66, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 118/2020, Pregão nº 045/2020, fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, FABRICIA BENEDITA DE MATOS, inscrita no CPF nº 056.504.921-66, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

FABRICIA BENEDITA DE MATOS

CPF nº 056.504.921-66

PORTARIA Nº 471/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2020 – PREGÃO Nº 045/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: ARENA MIX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º-- Designar o servidor "**JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM**", portador do CPF nº **011.769.211-50** lotadona Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº115/2020, Pregão nº 045/2020 fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM, portador do CPF nº 011.769. 211-50** declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM

CPF nº 011.769.211-50

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO Nº 507 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a aprovação do projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem nas vias: ***RUA TEREZA BOTAS, RUA PRIMAVERA, RUA 8 DE MARÇO, RUA ANDRELINA JOANA GOMES E RUA PEDRO GALDINO DA SILVA***, no município de Poconé/MT, e dá outras providências".

Sr. ATAIL MARQUES DO AMARAL, Prefeito Municipal de Poconé/MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, pela presente portaria, resolve:

ARTIGO 1° - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Poconé/MT, tornar público a **APROVAÇÃO DO PROJETO** de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais nas vias: ***RUA TEREZA BOTAS, RUA PRIMAVERA, RUA 8 DE MARÇO, RUA ANDRELINA JOANA GOMES E RUA PEDRO GALDINO DA SILVA***, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	TRECHO	RESPONSAVEL PELA ELABORAÇÃO
Termo de Aprovação de Projeto nº507/2021	Pavimentação Asfáltica e Drenagem nas vias: RUA TEREZA BOTAS, RUA PRIMAVERA, RUA 8 DE MARÇO, RUA ANDRELINA JOANA GOMES E RUA PEDRO GALDINO DA SILVA. A= 19.501,86	Andréa G. de Oliveira Matos Engenheira Civil CREA 1200044312 Rafael Nicodemos Moreschi Bruzzon Eng.º Sanitarista e Ambiental Crea 121366604-0

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

Engenheiro Civil: Carlina Falcão de Arruda Calábria

Crea RN 120.014.837-1

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Poconé, 21 de outubro de 2021

ATAIL MARQUES DO AMARAL Prefeito Municipal	**CARLINA FALCÃO DE ARRUDA CALÁBRIA** Engª Civil - CREA 120.014.837-1

PORTARIA Nº 478/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2020 – PREGÃO Nº 045/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: COMERCIAL PRIME DE MOVEIS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Juliana Macedo"**, portadora do CPF nº 000.048.681-70, lotada na Secretaria Municipal de Finanças Fiscal da Ata de Registro de Preços Nº 116/2020, Pregão nº 045/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Juliana Macedo**, portadora do CPF nº 000.048.681-70, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Juliana Macedo

CPF nº 000.048.681-70

PORTARIA Nº 466/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2021 – PREGÃO Nº 029/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora **Larissa Magnes da Silva Santos**, CPF nº 024.234.691-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 060/2021, Pregão nº 029/2021 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13/04/2021 revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Larissa Magnes da Silva Santos**, CPF nº 024.234.691-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Larissa Magnes da Silva Santos

CPF nº 024.234.691-01

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2021

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 101/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que está **CANCELADA** a licitação na modalidade de Pregão Presencial SRP n°039/2021, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT***, para readequação do Edital.

Poconé - MT, 22 de Outubro de 2021.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PORTARIA Nº 465/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2021 – PREGÃO Nº 029/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: GOLDENPLUS – COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora **Larissa Magnes da Silva Santos**, CPF nº 024.234.691-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 059/2021, Pregão nº 029/2021 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13/04/2021 revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Larissa Magnes da Silva Santos**, CPF nº 024.234.691-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Larissa Magnes da Silva Santos

CPF nº 024.234.691-01

PORTARIA Nº 464/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2021 – PREGÃO Nº 029/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora **Larissa Magnes da Silva Santos**, CPF nº 024.234.691-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 058/2021, Pregão nº 029/2021 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13/04/2021 revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Larissa Magnes da Silva Santos**, CPF nº 024.234.691-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Larissa Magnes da Silva Santos

CPF nº 024.234.691-01

PORTARIA Nº 463/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: CENTRO AMERICA FROTAS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 A 12 DE OUTUBRO DE 2021

ARTIGO 1º-- Designar o servidor "**Lauro Pereira Leite**", portador do CPF nº 980.188.171-20 lotadona Secretaria Municipal do Meio Ambiente Fiscal do Termo de Contrato nº 005/2021 fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, Lauro Pereira Leite, CPF 980.188.171.20, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lauro Pereira Leite

CPF 980.188.171-20

PORTARIA Nº 462/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: CENTRO AMÉRICA FROTAS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 A 12 DE OUTUBRO DE 2021

ARTIGO 1º - Designar a Servidora "**Laura Cristina da Silva", CPF nº 928.590.541-20** lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Fiscal do Termo de Contrato nº 005/2021 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **"Laura Cristina da Silva", CPF nº 928.590.541-20**, lotada na Secretaria Municipal de Cultura declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Laura Cristina da Silva

CPF nº 928.590.541-20

PORTARIA Nº 461/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: CENTRO AMERICA FROTAS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 Á 12 DE OUTUBRO DE 2021

ARTIGO 1º-- Designar o servidor "**Manoel Sotero Afonso Pereira**", portador do CPF nº 469.223.691-49 lotadona Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal do Termo de Contrato nº 005/2021 fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e con-

duta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Manoel Sotero Afonso Pereira**, portador do CPF nº 469.223.691-49 declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Manoel Sotero Afonso Pereira

CPF nº 469.223.691-49

PORTARIA Nº 479/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2020 – PREGÃO Nº 045/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar o servidor **FABRICIA BENEDITA DE MATOS"*,* inscrita no CPF nº 056.504.921-66**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças Fiscal da Ata de Registro de Preços Nº 119/2020, Pregão nº 045/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **FABRICIA BENEDITA DE MATOS*,* inscrita no CPF nº 056.504.921-66**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

FABRICIA BENEDITA DE MATOS

CPF nº 056.504.921-66

PORTARIA Nº 460/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: CENTRO AMERICA FROTAS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 Á 12 DE OUTUBRO DE 2021

ARTIGO 1º - Designar a Servidora "**JOCILENE CORREA ROCHA", CPF nº 050.230.821-48,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fiscal Do Termo de Contrato n° 005/2021 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **JOCILENE CORREA ROCHA, CPF nº 050.230.821-48** lotada na Secretaria Municipal de Administração declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

JOCILENE CORREA ROCHA

CPF nº 050.230.821-48

PORTARIA Nº 480/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2020 – PREGÃO Nº 048/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: META EXTINTORES LTDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Juliana Macedo"**, portadora do CPF nº 000.048.681-70, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, fiscal da Ata de Registro de Preços nº 122/2020, Pregão nº 048/2020 Fiscal que representará o gabinete, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua ga-

rantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Juliana Macedo,** portadora do CPF nº 000.048.681-70, lotada na Secretaria Municipal de Finanças declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Juliana Macedo

CPF nº 000.048.681-70

PORTARIA Nº 459/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: CENTRO AMERICA FROTAS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 A 12 DE OUTUBRO DE 2021

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Rafaela Neves Van Der Sand**", CPF nº 026.461.361-96, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico, Fiscal do Termo de Contrato nº 005/2021 que representará a Secretaria perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como:indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Rafaela Neves Van Der Sand**, CPF nº 026.461.361-96, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Rafaela Neves Van Der Sand

CPF nº 026.461.361-96

PORTARIA Nº 482/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO Nº 078/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: ERENDIRAH MAXIMA DE BALBINO E TRINDADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º-- Designar o servidor "**Manoel Sotero Afonso Pereira**", portador do CPF nº 469.223.691-49 lotadona Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal do Contrato nº 078/2020 fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/02/2021.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Manoel Sotero Afonso Pereira**, portador do CPF nº 469.223.691-49 declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Manoel Sotero Afonso Pereira

CPF nº 469.223.691-49

PORTARIA Nº 458/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: CENTRO AMERICA FROTAS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 A 12 DE OUTUBRO DE 2021

ARTIGO 1º-- Designar o servidor "**Joeldes Sebastião Ferreira Gomes**", portador do CPF nº 595.134.891-91 lotadona Secretaria Municipal de Infraestrutura, Fiscal do Termo de Contrato nº 005/2021 fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Joeldes Sebastião Ferreira Gomes**, portador do CPF nº 595.134. 891-91, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Joeldes Sebastião Ferreira Gomes

CPF nº 595.134.891-91

PORTARIA Nº 454/2021

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2020 – PREGÃO Nº 035/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: C. A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Lucia Alves Neves**", CPF nº 375.400.681-91, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 075/2020 – Pregão nº 035/2020 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13/04/2021, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 27 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Lucia Alves Neves**, CPF nº 375.400.681-91 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lucia Alves Neves

CPF nº 375.400.681-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO

AVISO DE ADESÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pontal do Araguaia-MT, torna público a adesão à ATA de registro de preços nº 015/2021, originada do Pregão Eletrônico nº 022/2021 (SRP), realizado pelo Município de São Félix do Araguaia/MT, referente ao CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE MÓVEIS EM GERAL, INFORMÁTICA ELTRODOMÉSTICOS, ELTROPORTATIL, TELEFONIA, CINE FOTOS, E ELTRONICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, conforme descrito nos itens da referida ata.

Empresa: OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI

CNPJ: 33.256.924/0001-02

Valor Total: R$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais)

Pontal do Araguaia-MT, 22 de outubro de 2021.

Alessandro dos Santos Oliveira

Presidente da CPL

Ratifico o ato de Adesão à ATA de registro de preços nº 015/2021, advinda do Pregão Eletrônico SRP nº 022/2021, da Prefeitura de São Félix do Araguaia-MT.

Pontal do Araguaia-MT, 22 de outubro de 2021

Adelcino Francisco Lopo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
COVID-19: DECRETO Nº89/2021

DECRETO Nº89, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

"Dispõe sobre a flexibilização de medidas para enfrentamento a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) a serem adotados pelo Poder

Executivo do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, e dá Outras Providências."

CLENEI PARREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência e,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, o Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado **pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;**

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo coronavírus, causador da doença denominada COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria Federal nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2);

CONSIDERANDO, que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

CONSIDERANDO, que o Governador do Estado de Mato Grosso por meio do DECRETO Nº 424, DE 25 DE MARÇO DE 2020, declarou estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Estadual, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto Na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 18, 23, II, 24, XII, e 30, I, da Constituição Federal, em especial a competência concorrente do Ente Municipal para a adoção de providências normativas e administrativas em âmbito local, e, também, considerando a decisão monocrática exarada pelo Ministro Marco Aurélio na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341 MC/DF (DJE 25/03/2020) e do Ministro Alexandre de Moraes na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 672 – DF;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº. 1.134, de 01 de outubro de 2021, que revogou os decretos estaduais 407, de 16 de março de 2020; nº 413, de 18 de março de 2020; nº 462, de 22 de abril de 2020; nº 510, de 03 de junho de 2020; nº 521, de 10 de junho de 2020; nº 537, de 29 de junho de 2020; nº 658, de 30 de setembro de 2020; nº 680, de 08 de outubro de 2020; nº 783, de 14 de janeiro de 2021; nº 837, de 01 de março de 2021; nº 874, de 25 de março de 2021, bem como suas respectivas alterações.

CONSIDERANDO que o Município não possuí nenhum caso ativo de COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Fica mantida no Município de Ponte Branca - MT, a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em espaços públicos e privados, inclusive para as pessoas que já estejam devidamente imunizadas.

Art. 2º A abertura de aulas presenciais em creches e escolas ficará a critério das próprias instituições de ensino, as quais deverão tomar todas as medidas sanitárias indicadas neste Decreto caso opte pelo retorno a aulas presenciais.

Art. 3º Ficam revogadas todas as medidas restritivas adotadas em Decretos Municipais anteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 20 de Outubro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Clenei Parreira da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 331/2021 ALTERAR O ARTIGO 2º DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 325/2021

PORTARIA Nº 331/2021

22/10/2021

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos: VI e IX do artigo 44º, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º - Alterar o artigo 2º da Portaria Municipal nº 325/2021 de 20 de outubro de 2021, que nomeia os servidores públicos para conduzir o Processo Administrativo Disciplinar, substituindo 01 membro da comissão, conforme segue:

Onde se lê:

NOME	SECRETARIA	MATRÍCULA
Eluis Adorno Aguiar	Sec. Mun. Administração	935
Elenir Afonso da Silva	**Sec. Mun. Educação, Cultura, Desporto e Lazer**	**100**
Fernanda Divina Soares	Gabinete do Prefeito	1241

.

Passando o mesmo ter a seguinte redação:

NOME	SECRETARIA	MATRÍCULA
Eluis Adorno Aguiar	Sec. Mun. Administração	935
Maria Zenaide de Araújo Silva	**Sec. Mun. Educação, Cultura, Desporto e Lazer**	**107**
Fernanda Divina Soares	Gabinete do Prefeito	1241

.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 22 de outubro de 2021.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 962/2021 DESAFETAÇÃO DE IMÓVEL PARTE DA RUA VII

LEI nº. 962/2021

21/10/2021

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO DE PARTE DA RUA VII E DA CONDIÇÃO DE PRAÇA PÚBLICAO IMÓVEL DENOMINADO DE LOTE 01 DA QUADRA 17 NO LOTEAMENTO TRÊS IRMÃOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica desafetado parte da Rua VII, entre as Ruas II e Rua I no Loteamento Três Irmãos, a desmembrar da matrícula n° 98 CRI de Porto Alegre do Norte, o trecho abaixo descrito.

I. Trecho da Rua VII, entre as Rua II e Rua I no Loteamento Três Irmãos, com área total de 591,43 m² e perímetro de 114,87 m com as seguinte medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **PM-06**, de coordenadas **N 8.797.571,5877**m e **E 430.079,1272**m; deste, segue confrontando com a Rua II, com os seguintes azimutes e distâncias: 23°24'41" e 13,42 m até o vértice **PM-01**, de coordenadas **N 8.797.583,9014**m e **E 430.084,4587**m; deste, segue confrontando com o Lote 01 da Quadra 17, com os seguintes azimutes e distâncias: 113°29'54" e 41,40 m até o vértice **PM-04**, de coordenadas **N 8.797.567,3944**m e **E 430.122,4255**m; deste, segue confrontando com a Rua I, com os seguintes azimutes e distâncias: 186°21'11" e 14,42 m até o vértice **PM-05**, de coordenadas **N 8.797.553,0601**m e **E 430.120,8295**m; deste, segue confrontando com o Lote 01 da Quadra 11, com os seguintes azimutes e distâncias: 293°57'17" e 45,63 m até o vértice **PM-06**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 51°00'**, fuso -22, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2°. Fica desafetado o imóvel denominado de lote 01 da quadra 17, do loteamento três irmãos, com área de 1.709,10 m² e perímetro de 75,93 m, da matrícula n° 8.861 CRI de Porto Alegre do Norte da condição de PRAÇAPÚBLICA o bem imóvel assim descrito abaixo.

I. Uma lote de terra urbana, com área 1.709,10 m² (mil e setecentos e nove metros e dez centímetros quadrados) e perímetro de 75,93 m situado no loteamento Três Irmãos na zona urbana da Cidade e Comarca de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, objeto da matrícula n° 8.861 CRI/PAN, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **PM-01**, de coordenadas **N 8.797.583,9014**m e **E 430.084,4587**m; deste, segue confrontando com a Rua II, com os seguintes azimutes e distâncias: 23°24'23" e 55,00 m até o vértice **PM-02**, de coordenadas **N 8.797.634,3749**m e **E 430.106,3072**m; deste, segue confrontando com a Rua VIII, com os seguintes azimutes e distâncias: 113°29'53" e 20,75 m até o vértice **PM-03**, de coordenadas **N 8.797.626,1015**m e **E 430.125,3364**m; deste, segue confrontando com a Rua I, com os seguintes azimutes e distâncias: 182°50'19" e 58,78 m até o vértice **PM-04**, de coordenadas **N 8.797.567,3944**m e **E 430.122,4255**m; deste, segue confrontando com a Rua VII, com os seguintes azimutes e distâncias: 293°29'54" e 41,40 m até o vértice **PM-01**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 51°00'**, fuso -22, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 3°. Autoriza a unificação do imóvel descrito no item I do art. 1° com o imóvel do item I do art. 2°.

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5°. Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte, em 21 de outubro de 2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 963/2021. AUTORIZA A DOAÇÃO DE UM LOTE DE TERRA AO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO ATRAVÉS DA SESP

LEI N° 963/2021.

21/10/2021

AUTORIZA A DOAÇÃO DE UM LOTE DE TERRA, DENOMINADO DE LOTE 01 DA QUADRA 17, AO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SESP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*"

Daniel Rosa do Lago, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP, um lote de terra denominado de lote 01 da Quadra 17 no Loteamento Três Irmãos, com área de 2.300,57 m² (dois mil e trezentos metros e cinquenta centímetro quadrado), situado na Rua II, S/n, Quadra 17, Lote 01, Três Irmãos em Porto Alegre do Norte.

Art. 2° A doação do imóvel destina-se única e exclusivamente a construção das instalações da **DELEGACIA DE POLICIA JUDICIARIA CIVIL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT**, unidade já existente, instalada, em funcionamento, porém em prédio cedido para atender a população.

Art. 3°. Fica o Poder Executivo autorizado a doação do lote descrito no art. 1° desta Lei por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 17, item I, alínea b, da Lei 8.666/93, tendo em vista relevante interesse a sociedade, posto que trata – se de melhorias a ser realizada nos atendimentos por parte da polícia civil para a sociedade, visando a justiça, a segurança, a saúde pública e a proteção individual e coletiva.

Art. 4°. Fica expressamente vedada à alienação do imóvel, objeto da presente doação a qualquer título e a alteração da destinação prevista nesta Lei.

Art. 5°. Para fins fiscal, atribui o valor ao imóvel descrito no art. 1° desta lei, de R$ 72.467,96 (Setenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos).

Art. 6°. A infração a qualquer dos dispositivos constantes da presente Lei, implicará na reversão da propriedade ao município de Porto Alegre do Norte/MT, incluindo todas as benfeitorias até então realizadas, sem resultar em qualquer ônus à municipalidade.

Art. 7°. Fica o Prefeito Municipal autorizado a assinar a competente Escritura Pública de Doação, na qual far-se-á constar os encargos e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 8°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação revogada as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte/MT, 21 de outubro de 2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 028/2021. TORNA-SE PÚBLICO A LEI 962/2021

EDITAL Nº 028/2021.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte **TORNA-SE PÚBLICO A LEI 962/2021, - "**AUTORIZA A DESAFETAÇÃO DE PARTE DA RUA VII E DA CONDIÇÃO DE PRAÇA PÚBLICAO IMÓVEL DENOMINADO DE LOTE 01 DA QUADRA 17 NO LOTEAMENTO TRÊS IRMÃOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.**

A LEI 962/2021, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 029/2021. TORNA-SE PÚBLICO A LEI 963/2021

EDITAL Nº 029/2021.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte **TORNA-SE PÚBLICO A LEI 963/2021, - "AUTORIZA A DOAÇÃO DE UM LOTE DE TERRA, DENOMINADO DE LOTE 01 DA QUADRA 17, AO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SESP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***"*

A LEI 963/2021, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº059/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº059/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2021

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso 24 do artigo 75, da Lei nº 8666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZA a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTUDOS HIDROLÓGICOS, ESTUDOS GEOTÉCNICOS E DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE DE CONCRETO PRÉ MOLDADO PROTENDIDO SOBRE O RIO SABINO, NA RODOVIA TRECHO NOVA FLORESTA PORTO ALEGRE DO NORTE COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 51,55 M E LARGURA DE 5,00 METROS TOTAL UMA AREA DE 257,75M².

Favorecido: FCK ENGENHARIA CONSULTORIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ: 11.422.746/0001-00 Valor: R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 22 de Outubro de 2021.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 329/2021 REVOGA A PORTARIA 232/2019

PORTARIA Nº 329/2021

21/10/2021

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 119 e 134 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º - **REVOGAR** a portaria 232/2019, datada de 18/09/2019 que concede a elevação de classe para a servidora pública municipal: Sra.ª KARINA LEITE DA CRUZ AMORIM, Matricula Funcional nº 1216, retornando-as imediatamente para a classe anterior à elevação, de acordo com o Artigo 41 da Lei Municipal 617/2010.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 20 de outubro de 2021.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 330/2021 EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 330/2021

22/10/2021

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos: VI e IX, do artigo 44º da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Exonerar a Senhora **FERNANDA BARBOSA RIBEIRO**, portadora da CIRG 1068981 2º VIA SSP/TO, CPF 046.748.231.45, Matricula Funcional nº 1409 do Cargo Comissionado de DIRETORA DE PROJETOS DE

CONSTRUÇÃO CIVIL, em caráter temporário, por termino da vigência da Portaria nº 193/2021 de 01/07/2021.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 22 de outubro de 2021.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRAO 85/2018

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 85/2018

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O **MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444, centro, Porto Esperidião-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do RG N.º 377790-SSP/MT e CPF: 299.631.761.00,residente e domiciliadonesta cidade de Porto Esperidião/MT. Doravante denominado **CONTRATANTE,** ea empresa: ***SOCIEDADE SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ Nº 05.870.713/0001-20, estabelecida à Rua Oriente Tenuta, 09, casa 09 Qda 01, Consil Cuiabá, MT, CEP 78.048-450. Neste ato representado pela senhora ELEIDE MARIA CORREA Portador do RG: 607983 SSP/MT e CPF:317.873.121-00.*** Denominada de **CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 85/2018, oriundo do INEXIGIBILIDADE 12/2018,** que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE OFEREÇA A MUNICIPALIDADE GESTÃO E GERENCAMENTO DE FROTAS POR SISTEMA DE GESTÃO AUTOMOTIVA, O QUAL REUNA DIVERSOS MÓDULOS OPERACIONAIS CAPAZES DE PRESTAR SERVIÇOS DE CONTROLE E INTERMEDIAÇÃO DE CONSUMO DE COMBUSTIVEL, MONITORAMENTO E LOCALIZAÇÃO VIA SATÉLITE, FISCALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE FROTAS COM GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS POR INTERMEDIAÇÃO EM REDE CREDENCIADA, ACOMPANHAMENTO E REGULAÇÃO DE CONTRATOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS BEM COMO GERAÇÃO DE TABELAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO.

O presente termo aditivo terá por finalidade **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, APARTIR DO DIA 23 de Outubro de 2021**, com **Validade até 30 Novembro de 2021**conforme o previsto na cláusula Sexta do **Contrato 85/2018**, **nos termos do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA DA PUBLICIDADE

O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais, conforme previsto em lei.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões deste processo Licitatório que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 22 de outubro de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SOCIEDADE SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA

CNPJ Nº 05.870.713/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO/SAD
DECRETO Nº 100/2021

“ AUTORIZA O PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DE UM TERRENO URBANO, LOCALIZADO NA AV. JOSE ANTONIO DE FARIA, NESTA CIDADE DE PORTO ESTRELA-MT”

.

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela-MT, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1° - Fica **autorizado** o desmembramento de um terreno urbano, localizado na AV. Jose Antonio da Faria, **Matricula nº 15.028** com uma área total de 1.728,00m², de propriedade do Sr. Humberto Pereira de Almeida, inscrito no CPF Nº 827.295.901-10, Tendo como resultante as áreas abaixo, conforme projeto e Memorial Descritivo que passa a fazer parte e integrar o presente Decreto.

Terreno 01: 864,00 m²

Terreno 02: 864,00 m²

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Porto Estrela-MT, 18 de Outubro de 2021

Eugenio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE PENSÃO

PORTARIA N.º 766/2021 Poxoréu/MT, 27 de Julho de 2021

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte em favor da Sra. Elizete Rocha Pacheco”

O Diretor Presidente do POXORÉU-PREVI, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso “II” da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de Dezembro de 2003, Artigo 7°, inciso “I”, § 1º e Art. 35, inciso “I” e Art. 36, inciso “I”, da Lei Municipal n.1.489/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de pensão por morte em favor da **Sra. ELIZETE ROCHA PACHECO** (esposa), portadora do RG n.º 0588280-0 SSP-MT, inscrita no CPF n.º 427.854.991-15 e Título Eleitoral 007720491813, zona “040”, Seção “0098”, pelo falecimento do servidor **Sr. JOSÉ NILTON PEREIRA PACHECO**, portador do RG n.º 0149113-0 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 104.470.321-00 e Título Eleitoral de n.º 006876151830, zona “040”, seção “0144”, efetivo no cargo de Motorista, Classe “B”, Nível “XX-VIII”, contando com um total de 11.044 dias, ou seja, 30 (trinta) anos, 02 (dois) meses e 26 (vinte e seis) dias trabalhados, lotado na Secretaria Municipal de Obras, com 100% por cento dos proventos de forma integral e vitalícia, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2021.07.013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2021, data do requerimento, conforme determinação legal.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 27 de Julho de 2021.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor-Presidente

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº - 31-2021 - FIXA CRITÉRIOS PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS PONTUAIS A SEREM FINANCIADOS COM RECURSOS DO FMDCA

RESOLUÇÃO N°. 031/2021 POXORÉU – MT, 22 DE OUTUBRO DE 2021.

Aprova a regulamentação para a seleção de propostas de projetos a serem financiados através de captação de recursos, na modalidade de projetos pontuais, por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência - FMDCA do município de Poxoréu - MT

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do município de Poxoréu – MT, criado pela Lei. n°. 529, datada de 14 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 10 da Lei 1.217, data de 23 de junho de 2008, combinado com o art. 10 do Regimento Interno do CMDCA homologado pelo Poder Executivo através Dec. N°. 034/217, datado de 20 de abril de 2017

CONSIDERANDO que é competência privativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberar sobre a destinação dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do adolescente;

CONSIDERANDO, a Resolução do CONANDA nº 137/2010 que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO, a Resolução do CONANDA nº 194/2017 que atribui aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente a responsabilidade de deliberar, por resolução própria, a aplicação de recursos do FMDCA, em redação dada ao parágrafo 2° do artigo 16 da Resolução 137, de 21 de janeiro de 2010 : **“§ 2º Os conselhos estaduais, municipais e distrital dos direitos da criança e do adolescente poderão afastar a aplicação da vedação prevista no inciso V do parágrafo anterior por meio de Resolução própria, que estabeleça as formas e critérios de utilização dos recursos, desde que para uso exclusivo da política da infância e da adolescência, observada a legislação de regência”**

CONSIDERANDO, a Resolução CMDCA nº 28/CMDCA/2021, datada de 14/07/201 que dispõe sobre as formas e critérios de utilização do recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO, a reunião plenária do CMDCA ocorrida no dia 20 de outubro de 2021 que aprovou o encaminhamento para estudo e elaboração dos procedimentos necessários para a implementação da modalidade de projetos pontuais financiados pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA.

CONSIDERANDO, o Parecer da Câmara Setorial Temática de Orçamento e Finanças, instituída pela Resolução CMDCA 026/CMDCA/2021, datada de 02/02/2021, ocorrida no dia 20 de outubro de 2021, cujos critérios e valores revisados e deliberados pelo plenário do CMNDCA em reunião da mesma data, com vistas ao regramento legal às entidades para inscrições das propostas de projetos pontuais a serem financiados através de captação de recursos por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência – FMDCA de Poxoréu;

CONSIDERANDO, o momento pandêmico pelo qual passamos, bem como a necessidade de realização de projetos pontuais, com duração de 1 a 4 dias com crianças e adolescentes que visem desenvolver os objetivos sociais buscados pelo CMDCA.

CONSIDERANDO que a proximidade do final de ano, bem como recuperar o os danos sofridos pelas crianças e adolescentes pela paralisação dos projetos durante o ano este ano de 2021, devido a pandemia, bem como curto tempo para encerramento do ano.

CONSIDERANDO, a reunião ordinária do CMDCA do dia 19 de outubro de 2021, conforme registros assentados na Ata nº. 071/2021, verso da Folha 154, 155 e verso do livro ata do CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a regulamentação, através de Resolução, para a seleção de propostas de projetos a serem financiados através de captação de recursos, na modalidade de projetos pontuais, por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência – CMDCA Poxoréu, conforme art. 10, § 2º da Resolução CMDCA n° 028/2021, datada de 14/07/2021.

Art. 2º - Fica determinada o valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) para destinação do financiamento dos projetos pontuais.

Parágrafo único. O valor descrito no caput será distribuído entre todas as instituições inscritas no CMDCA que apresentarem os projetos e forem aprovados na forma exigida, podendo as instituições apresentarem projetos de no máximo R$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 3º - Os projetos pontuais deverão ter duração de 1 a 4 dias, e deve ser trabalhado exclusivamente com crianças e adolescentes.

Art. 4º - Os projetos apresentados deverão ter objetivo social destinado ao Desenvolvimento da criança e Adolescente, com ensinamentos que os mesmos possam levar para sua vida cotidiana.

Art.5º - A apresentação dos projetos deverá ser realizada de forma escrita, através de requerimento com descrição dos objetivos, das atividades, dia da execução, local da execução, planilha orçamentária dos gastos, mediante Plano de Trabalho capaz de demonstrar minimamente:

a) Justificativa

b) objetivos; (Geral e Específicos)

c) Estratégias (com a caracterização do objeto pretendido, Publico-Alvo, Local de execução e data/Período de realização

d) Orçamento Físico-Financeiro (em que e como serão utilizados os recursos)

e) Cronograma de Execução e

e) Resultados Esperados

Art. 6º - A inscrição dos projetos pontuais deverá ser realizada de forma presencial no período de **27/10 a 01/11/2021** na Secretaria de Assistência Social, em horário comercial, a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único: A execução dos projetos pontuais deverão ocorrer até a data de 20/12/2021.

Art. 7º - Só poderão se inscrever as instituições que já estejam cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 8º - Os projetos inscritos serão analisados por Comissão do CMDCA, constituída especialmente para esta finalidade, dando publicidade aos projetos que atenderam as Normas de inscrição.

Parágrafo Primeiro: As propostas que eventualmente forem reprovadas pela Comissão/CMDCA, seus proponentes poderão apresentar recursos á Comissão no prazo de 02 (dois) dias contados da publicação do resultado, vedada a alteração ou mudança do projeto.

Parágrafo Segundo: Esgotado o prazo recursal e julgamento de eventuais recursos será lavrado Termo de Compromisso entre a Instituição e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até **o dia 12/11/2021**

Parágrafo Terceiro: Para assinatura do Termo de Compromisso compete as instituições apresentarem:

a) Cópia atualizada da Ata de eleição da Diretoria b) Cópia dos documentos Pessoais do Presidente e Tesoureiro c) Cópia das certidões fiscais da Instituição, que comprova a inexistência de pendencia fiscais junto à receita federal e receita municipal.

Art. 9º - Os projetos serão financiados através da Dotação orçamentária referente ao exercício de 2021:

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 001 - Secretaria Municipal de Assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 260 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

NATUREZA DA DESPESA:– Subvenções Sociais

Art. 10 - Aprovado o projeto e lavrado o termo de compromisso o valor contemplado para elaboração do projeto somente será depositado na conta bancária em nome da Instituição, não podendo ser transferido na conta de terceiros, ou de gerentes e presidentes da referida instituição.

Art. 11º - A prestação de contas do referido projeto deverá ser apresentada a Comissão até o dia 10/01/2022.

Parágrafo único: Deverá ser apresentada prestação de contas com planilha de gastos, notas fiscais e fotos que comprovam a realização do evento.

Art. 12º - Na divulgação do evento deverá ser mencionado que o referido projeto conta ao Financiamento do Fundo da Criança e Adolescente.

Art. 13° - Os envolvidos no projeto devem declarar anuência do uso das imagens pelo Poder Público para fins de divulgação da aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do adolescente e afins.

Art. 14º - O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA enviará a todas as instituições inscritas até dia 25/10/2021, oficio informando da referida Resolução, devidamente publicada em D.O AMM/MT.

Art. 15º - Os casos omissos e eventuais alterações serão dirimidos pela Comissão Específica eleita na Sessão Extraordinária do CMDCA, datada de 19/10/2021, com registros assentados na Ata nº. 071/CMDCA e publicados, mediante Resolução Complementar.

Art.16º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Poxoréu-MT., 22 de outubro de 2021.

LUCIA VOLTAN RIBEIRO

PRESIDENTE DO CONS. MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 160, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA DE Nº 160, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

“ NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art.1º**-** Nomear os membros para compor o Conselho Municipal do Esporte do Município de Reserva do Cabaçal- MT.

Art.2º-São Membros do Conselho Municipal do Esporte do Município de Reserva do Cabaçal- MT.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titulares:

Rafael dos Reis Farias – Vice-presidente

CPF: 041.665.251-40

Manoel Evangelista dos Santos

CPF: 441.734.071-49

Carlos Antônio Marques Nunes

CPF: 016.915.441-67

Suplentes:

Fabiana dos Reis Farias

CPF: 050.164.561-60

Edson Pereira Souza Junior

CPF: 062.661.041-99

Gustavo Gybson Patrício

CPF: 050.166.081-05

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titulares:

Marcos Manoel da Silva

CPF: 098.176.958-67

Alessandra Cristina de Souza - Tesoureira

CPF: 572.227.201-97

Joedson Neiva Barbosa

CPF: 875.224.201-30

Suplentes:

Adão Vulp Santana

CPF: 559.503.021-68

Juliana Gonçalves Negris

CPF: 031.101.651-04

Ademir Negris

CPF: 923.778.401-59

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Titulares:

Marcos Marques Valério - Presidente

CPF: 265.867.031-15

Leandro Correa Machado

CPF: 026.504.691-29

Katiuscia dos Santos Garcia - Secretária

CPF: 951.356.001-59

Suplentes:

Natally Maria Ventura da Cruz

CPF: 006.825.821-66

Pedro Rodrigues

CPF: 393.757.141-87

Janderson Gustavo de Oliveira Rodrigues

CPF: 057.428.641-16

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal. Estado de Mato Grosso, 20 de outubro de 2021.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Jonas Campos Vieira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 163/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA DE N.º 163/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"TRANSFERE OS SERVIDORES DAS SECRETARIAS CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Transferir os servidores abaixo relacionados de Secretaria conforme necessidade da Administração desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT.

Marlan Pereira Marques - ***da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria de Educação***

Renilda Leopoldina Negres - ***da Secretaria de Administração para Secretaria de Assistência Social***

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 22 de outubro de 2021.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N. 162/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA DE N. 162/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"NOMEIA A SENHORA SYNARA MIRANDA AO CARGO DE COORDENADORA DE PROGRAMAS E PROJETOS DE SAUDE VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR a Senhora **SYNARA MIRANDA** ao **CARGO COORDENADOR DE PROGRAMAS E PROJETOS DE SAUDE VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal** - MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 20 de Outubro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 20 de Outubro de 2021.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 159/2021

PORTARIA N.º 159/2021

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de* ***Pensão por Morte*** *em favor do* ***Sra***. ***Maria José Germano,*** *em decorrência do falecimento do servidor* ***Sr. José Guilherme Filho***. *"*

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.° 103/2003, c/c Art. 7, inciso I; art. 28, inciso I, art. 30, inciso I da Lei n.º 378/2006 com redação alterada pela Lei Complementar n.º 694 de 23 de junho de 2020, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município de Reserva do Cabaçal. Lei Complementar n.º 61 de 26 de Outubro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores públicos do município de Reserva do Cabaçal, com posterior reajuste dado pelo Decreto n.º 27 de 28 de maio de 2019;

Resolve:

Art. 1º CONCEDER o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento da **SR. JOSÉ GUILHERME FILHO**, portadora da cédula de identidade n.º 1048307-1 SJ/MT, inscrita no CPF sob o nº 042.721.038-06, servidor aposentado no cargo de Vigilante, Classe "03", Nível "V", lotado na Secretária Municipal de Educação, ato devidamente homologado pelo acórdão n.º 684/2019 do Tribunal de Contas do Estado de MT, em favor da **SRA**. **MARIA JOSÉ GERMANO,** cônjuge do *de "cujus",* portadora da cédula de Identidade nº 7.969.452 SSP/SP, e do CPF sob nº 474.572. 011-49, o equivalente a 100% (cem por cento) da cota, conforme processo administrativo do **RESER-PREVI** sob **nº. 2021.07.00008P**, a partir de 23/07/2021, data do óbito, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **23 de julho de 2021**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

RESERVA DO CABACAL – MATO GROSSO, 22 de outubro de 2021.

CLAUDIANA SOARES GONÇALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇA DO RESER-PREVI

Homologo:

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº. 15/2021 PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO

O Município de reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso inscrito no C. N.P.J. sob nº. 01.367.788/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, sito à Av. Mato Grosso, nº. 221, neste ato representada por seu Prefeito, o Excelentíssimo Sr. **Jonas Campos Vieira** residente a Av. Cáceres, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1150597-4 SSP/MT, CPF nº. 842. 810.061-68, doravante denominada de "CONTRATANTE"; e de outro lado a empresa: NS CONSTRUTORA LTDA-ME, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 14.039.081.0001/48, estabelecida à Rua Portugal, nº 2665, Bairro Jardim Paulista, CEP 78.237-000 na cidade de Cuverlândia – MT, representada neste ato pelo seu representante legal, Sr. Adilson Pereira de Mendonça doravante denominada "CONTRATADA", resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem;

1. Cláusula Primeira – Do prazo de vigência do contrato

1.1 – O prazo de vigência do contrato nº. 15/2021, que se finda em 24 de Outubro de 2021, previsto em sua cláusula VIII- Da VIGÊNCIA e ALTERAÇOES, fica prorrogado até 29 de Janeiro de 2022, tendo sua prorrogação por mais 120 (cento e vinte) dias corridos a contar de 29 de Setembro de 2021 (data está de recebimento da ordem de serviço).

1.2 - A prorrogação do prazo da vigência do contrato, se encontra consubstanciada no art. 57, § 1º, II e § 2º e no art. 65, II da Lei 8.666/93.

2. Cláusula segunda – Do Objeto do Contrato

2.1 – O objeto do contrato permanece inalterado.

3. Cláusula Terceira – Do Valor do Contrato

3.1 – O valor total do contrato permanece inalterado, sendo um valor Global de R$ 671.454,28 (Seiscentos e Setenta e Um Mil e Quatrocentos Cinquenta Quatro Reais e Vinte Oito Centavos).

4.0 – Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária

4.1 – As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas nas dotações a seguir:

05 – SECRETARIA MUN. DE OBRAS **001 – GABINETE DO SECRETARIO**	**RED.173 – 15.451.0005.1011 4.4.90.51 FONTE 0.1.24** **RED.799 – 15.451.0005.1011.4.4.90.51 FONTE 0.1.00**

5.0 – Cláusula Quinta – Das disposições Gerais

5.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Paço Municipal da Prefeitura de Reserva do Cabaçal, em Reserva do Cabaçal-MT, 18 de Outubro de 2021.

DRº PAULO CASTRO DA SILVA

Assessor Jurídico

OAB/MT Nº.

CONTRATANTE CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL JONAS CAMPOS VIEIRA Prefeito Municipal	**N S CONSTRUTORA LTDA-ME** Adilson Pereira de Mendonça Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 138/2021

EXTRATO DO CONTRATO 138/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Juridica

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 03.250.803/0001-92

OBJETO: registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos da atenção básica e hospitalar , materiais hospitalares e de saúde bucal , além dos reagentes laboratoriais para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde deste município, Mato Grosso

DATA DA ASSINATURA 22/10/2021

DO VALOR: R$ 5.056,60 (Cinco mil e cinquenta e seis reais e sessenta centavos) DA VIGENCIA: 12 meses

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa Juridica FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 137/2021

EXTRATO DO CONTRATO 137/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Juridica

MED OESTE HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 31.441.210/0001-49,

OBJETO: registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos da atenção básica e hospitalar , materiais hospitalares e de saúde bucal , além dos reagentes laboratoriais para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde deste município, Mato Grosso

DATA DA ASSINATURA 22/10/2021

DO VALOR: R$ 140.422,90 (Cento e quarenta mil quatrocentos e vinte e dois reais e noventa centavos)

DA VIGENCIA: 12 meses

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa Juridica MED OESTE HOSPITALAR EIRELI

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 133/2021

EXTRATO DO CONTRATO 133/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Juridica

C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

CNPJ: 26.457.348/0001-04

OBJETO

registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos da atenção básica e hospitalar , materiais hospitalares e de saúde bucal , além dos reagentes laboratoriais para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde deste município, Mato Grosso

DATA DA ASSINATURA 22/10/2021

DO VALOR: R$ 33.030,88 (Trinta e três mil trinta reais e oitenta e oito centavos) para

DA VIGENCIA: 12 meses

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa Juridica C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 134/2021

EXTRATO DO CONTRATO 134/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Juridica

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR-LTDA

CNPJ: 02.520.829/0001-40

OBJETO

registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos da atenção básica e hospitalar , materiais hospitalares e de saúde bucal , além dos reagentes laboratoriais para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde deste município, Mato Grosso

DATA DA ASSINATURA 22/10/2021

DO VALOR: R$ 180.150,00 (Cento e oitenta mil, cento e cinquenta reais)

DA VIGENCIA: 12 meses

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa Juridica DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR-LTDA

,,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 135/2021

EXTRATO DO CONTRATO 135/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Juridica

INOVAÇÕES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

CNPJ: 32.138.304/0001-06

OBJETO

registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos da atenção básica e hospitalar , materiais hospitalares e de saúde bucal , além dos reagentes laboratoriais para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde deste município, Mato Grosso

DATA DA ASSINATURA 22/10/2021

DO VALOR: R$ 1.675,20 (Mil seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)

DA VIGENCIA: 12 meses

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa Juridica INOVAÇÕES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 136/2021

EXTRATO DO CONTRATO 136/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Juridica

PRÓ – REMEDIOS INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI

CNPJ: 05.159.591/0001-68

OBJETO: registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos da atenção básica e hospitalar , materiais hospitalares e de saúde bucal , além dos reagentes laboratoriais para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde deste município, Mato Grosso

DATA DA ASSINATURA 22/10/2021

DO VALOR: R$23.180,40(Vinte e três mil cento e oitenta reais e quarenta centavos)

DA VIGENCIA: 12 meses

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa Juridica PRÓ – REMEDIOS INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EU, Luiz Carlos – Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, FAÇO SABER que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o presente processo licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 006/2021 as empresas: **CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI'S LTDA,** inscrita no CNPJ nº 37.853.101/0001-15, representada por seu procurador o Sr. **MAXSON EVANGELISTA RIBEIRO,** solteiro, portador do CPF 045.080.581-67 e RG nº 20278292 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá e a empresa **ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.806.018/0001-73, representada por seu procurador Sr. **CARLOS ROBERTO VITOR DA SILVA**, portador do CPF 788.903.901-82 e RG nº 967875 SSP/MT, que se sagram vencedoras do certame. Cujo objeto é a o "**AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS"**.

RIO BRANCO – MT, 22 de Outubro de 2021.

LUIZ CARLOS

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITURA
DECRETO NO 106/GAB/PMR/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PODER EXECUTIVO

*Designa o servidor **Anderson José Guilherme**, fiscal dos contratos administrativos da Unidade Administrativa Secretaria Municipal de Educação e Cultura.*

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º. Designo o *servidor **Anderson José Guilherme**,* fiscal dos contratos administrativos e das Atas de Registro de Preços da Unidade Administrativa Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo Único. Compete ao fiscal acompanhar todas as fases da execução dos contratos da Unidade, especial, a conferência na entrega e na prestação de bens e serviços de qualquer natureza, a exceção das obras e outros serviços de engenharia, praticando todos os demais atos necessários a comprovar a efetiva e adequada entrega e/ou prestação dos serviços antes de certificar, se anuir, as notas fiscais, recebidos e outros.

Art. 2º. O fiscal não se exime das responsabilidades decorrentes de prejuízo ao erário que der causa em decorrência da presente designação, bem como, se sujeita as sanções administrativas, civis e penais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia/MT, 21 de outubro de 2021.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

GABINETE DA PREFEITURA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO Nº 006/2021-PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e J. J COMERCIO DE GASES EIRELI, CNPJ n. 30.957.043/0001-20

Objeto: Prorrogação de valor contrato nº 006/2021, que tem por objeto fornecimento de oxigênio medical

Licitação: Dispensa de Licitação nº 003/2021 - proc. Adm. nº 013/2021-SEMUSA e apenso proc. Adm. nº 0894/2021-SEMUSA

Contrato Administrativo nº 006/2021-PMR

Fundamentação: Decisão Administrativa nº 052/2021/GAB/PREFEITO, sub-cláusula 2./2.3 da Clausula Segunda, do Contrato nº 006/2021 c/c inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666 de 1993.

Class. Orç. 05.02.03.01.10.301.0116.2143.3.3.90.30-03600 – Empenho nº 01391- R$ 4.080,00

Assunto: Prorrogação do valor - vigência: 27/02/2022.

Ass. 27/08/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE MEMBRO PARA COMPOSIÇÃO DA SUB-COMISSÃO TÉCNICA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2021

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis torna público, para conhecimento dos interessados, e todos os representantes legais das empresas. Considerando o pedido de exoneração do membro técnico Sr. Hemerson rodrigues Silva, portaria nº 29.041, de 01 de setembro de 2022. Solicita a convocação do 3º sorteado dos membros técnicos interno o Sr. Diego Cândido Utida, para compor a subcomissão técnica que irá proceder à análise e ao julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas no âmbito da concorrência pública nº 01/2021, que tem por objeto a contratação de agência de publicidade para a prestação de serviços de publicidade.

Rondonópolis - MT, 18 de outubro de 2021.

Paula Cristiane Moraes pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 98/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O senhor José Carlos Junqueira de Araújo, prefeito municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do art. 25, inciso i, da lei federal n.º 8.666, de junho de 1993, ratifica o processo de inexigibilidade de licitação n.º 98/2021, com fulcro no parecer jurídico n.º 144/2020, que apreciou o processo administrativo na modalidade de inexigibilidade de licitação, e diante da situação fática, de acordo com a lei de licitações, manifestou a favor do licitante: Camila Rotta Pereira & cia Ltda, com endereço na rua Presidente João Goulart, nº 957 – Vila Aurora, Cep: 78.740-034, Rondonópolis MT, inscrito no CNPJ: 30.671.850/0001-82.

Credenciamento de empresas especializadas e/ou profissionais na prestação de serviços médicos especializados em dermatologia, de forma complementar aos serviços oferecidos no município de Rondonópolis MT, conforme termo de referência anexo encaminhado pela secretaria municipal de saúde.

Valor da inexigibilidade: r$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinquenta reais). Publique-se no átrio desta prefeitura, no diário oficial do tribunal de contas do estado (TCE), diário oficial do município – Diorondon e no jornal de circulação local a tribuna e jornal estadão mato grosso, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 20 de outubro 2021.

José Carlos Junqueira de Araújo

Prefeito municipal de Rondonópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 0138/2021

OBJETO

Objeto do presente instrumento é a. **Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de conservação e manutenção rodoviária correspondente ao plano anual de trabalho e orçamento – PATO.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 063/2021, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

URBANIZE PROJETOS E CONSULTORIA, inscrita no C.N.P.J nº 40.718.849/0001-10,

DATA DA ASSINATURA: 19 DE OUTUBRO 2021

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2021

EXTRATO DE CONTRATO REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2021

Extrato de Contrato nº 001/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COVEIRO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O SR. MOISES GONÇALO DE SIQUEIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

MOISES GONÇALO DE SIQUEIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 002/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COVEIRO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O SR. BENEDITO MAXIMO DE SOUZA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

BENEDITO MAXIMO DE SOUZA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 003/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COVEIRO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O SR. ELIAS LEANDRO DE OLIVEIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ELIAS LEANDRO DE OLIVEIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 004/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OPERADOR DE ETA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O SR. SILVERIO MARTINHO DE ALMEIDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

SILVERIO MARTINHO DE ALMEIDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 01 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 005/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OPERADOR DE ETA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O SR. ANTONIO DA CUNHA MACEDO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ANTONIO DA CUNHA MACEDO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 006/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OPERADOR DE ETA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O SR. ANTONIEL CORSINO LEMES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ANTONIEL CORSINO LEMES

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 007/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FARMACEUTICA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). CAMILA VIEIRA DE OLIVEIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 4.278,07

CAMILA VIERA DE OLIVEIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 008/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). HELLIZANDRA MIKAELE SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

HELLIZANDRA MIKAELE SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 009/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). MARIA MONALIZA PAULA XIMENES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

MARIA MONALIZA PAULA XIMENES

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 010/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). LOURENÇO ZATTAR DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.812,55

LOURENÇO ZATTAR DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 011/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ANA PAULA DAMASCENO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ANA PAULA DAMASCENO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 012/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPEUTA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). CAROLINA VERONICA DE PAULA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 2.600,31

CAROLINA VERONICA DE PAULA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 013/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). GERALDA MERCEDES DO COUTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

GERALDA MERCEDES DO COUTO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 014/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). DULCINEIA ARRUDASILVA SAMPAIO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

DULCINEIA ARRUDA SILVA SAMPAIO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 015/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). KATIANE DA SILVA BRAUM, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

KATIANE DA SILVA BRAUM

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 016/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). SIMONE VALÉRIA PINHEIRO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 13.376,02

SIMONE VALÉRIA PINHEIRO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 017/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICÓLOGA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). PAULA DE MIRANDA FERREIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 2.600,31

PAULA DE MIRANDA FERREIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 018/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ANDREY JUNIOR DE A. MAGALHÃES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 13.376,02

ANDREY JUNIOR DE A. MAGALHÃES

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 019/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). VITOR HIROSHI N. MOTIZUKI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 13.376,02

VITOR HIROSHI N. MOTIZUKI

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 020/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). TALES BELFORT CARVALHO LUSTOSA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 13.376,02

TALES BELFORT CARVALHO LUSTOSA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 021/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). AMANDA SANTANA ARAUJO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 13.376,02

AMANDA SANTANA ARAUJO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 022/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). MARIOZINHO DE ABREU, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.812,55

MARIOZINHO DE ABREU

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 023/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). DARCI SANTANA DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

DARCI SANTANA DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 024/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADOR FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). THALLYSSON OSNAN ALMEIDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.114,66

THALLYSSON OSNAN ALMEIDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 025/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE CUIDADOR FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JOANA ALINE PEREIRA DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

JOANA ALINE PEREIRA DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 026/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADOR FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). BISMARK NEVES DE CAMPOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.114,66

BISMARK NEVES DE CAMPOS

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 027/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE CUIDADOR FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JOÃO BATISTA DE FRANÇA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

JOÃO BATISTA DE FRANÇA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 028/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). CELIA APARECIDA DE ALMEIDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

CELIA APARECIDA DE ALMEIDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 029/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). FABIOLA DE OLIVEIRA FREITAS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.114,66

FABIOLA DE OLIVEIRA FREITAS

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 030/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). PRISCILA EVANGELISTA DE LIMA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 13.376,02

PRISCILA EVANGELISTA DE LIMA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 031/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). TAYNE PAULA DE PAULA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 4.450,92

TAYNE PAULA DE ALMEIDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 032/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ISABELA MARIA DE ALMEIDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.114,66

ISABELA MARIA DE ALMEIDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 033/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ALEX VITOR OURIVES NINCE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 4.450,92

TAYNE PAULA DE ALMEIDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 034/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). LUIS CARLOS DE OLIVEIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.812,55

LUIS CARLOS DE OLIVEIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 035/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). VIRMA LUIZA DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.114,66

VIRMA LUIZA DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 036/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICA ADMINISTRATIVA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). SHIRLEY MARIA DE ARAUJO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

SHIRLEY MARIA DE ARAÚJO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 037/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUARDA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). DINO AVELINO DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

DINO AVELINO DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 038/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). PATRICIA CAROLINA ANTUNES DE ARRUDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 4.450,92

PATRICIA CAROLINA ANTUNES DE ARRUDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 039/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). LUZENIL FERREIRA DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

LUZENIL FERREIRA DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 040/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). GISLAINE APARECIDA DE LIMA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 4.450,92

GISLAINE APARECIDA DE LIMA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 041/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JOSELINA AGOSTINHA DA SILVA PINTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

JOSELINA AGOSTINHA DA SILVA PINTO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 042/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). SANTINA MARQUES DE BRITO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

SANTINA MARQUES DE BRITO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 042/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). SANDRA HALTUNCKE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

SANDRA HALTUNKE

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 044/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). WHUDSON CALEBE DE LIMA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.114,66

WHUDSON CALEBE DE LIMA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 045/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JAIME HUMBERTO ALVES PEREIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 4.450,92

JAIME HUMBERTO ALVES PEREIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 046/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ELSON MANOEL DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.812,55

ELSON MANOEL DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 047/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). IRINEU RODRIGUES DE OLIVEIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

IRINEU RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 04 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 048/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

APARECIDA RODRIGUES DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 07 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 049/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). LAUDELINA VITOR DE OLIVEIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

LAUDELINA VITOR DE OLIVEIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 07 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 050/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). CELIA APARECIDA RODRIGUES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

CELIA APARECIDA RODRIGUES

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 051/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). WILLER DA CRUZ ZAGHETTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 13.376,02

WILLER DA CRUZ ZAGHETTO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 052/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ARLINDO CORREA DA COSTA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ARLINDO CORREA DA COSTA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 053/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ADAILSON JOSE BONFIM, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ADAILSON JOSE BONFIM

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 054/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ADRIANO LEANDRO DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ADRIANO LEANDRO DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 055/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). BENEDITO JOÃO DOS SANTOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

BENEDITO JOÃO DOS SANTOS

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 056/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). BENEDITO MARCIO DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

BENEDITO MARCIO DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 057/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). CAIO FELIPE A. DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

CAIO FELIPE A. DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 058/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). DEJALMA OLIVEIRA DE CARVALHO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

DEJALMA OLIVEIRA DE CARVALHO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 059/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). DINALVA DA SILVA LEMES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

DINALVA DA SILVA LEMES

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 061/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). DIONEZIA AMORIM BEZERRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

DIONEZIA AMORIM BEZERRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 062/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). FLORENTINO MARIANO DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

FLORENTINO MARIANO DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 063/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). IVAN JOSÉ DOS SANTOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

IVAN JOSE DOS SANTOS

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 064/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JOEL FIGUEIREDO MARTINS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

JOEL FIGUEIREDO MARTINS

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 065/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JUDITE DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

JUDITE DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 066/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JAIME JOÃO DE P. FERREIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

JAIME JOÃO DE F. FERREIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 067/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JOÃO ROSA DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

JOÃO ROSA DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 068/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). MELINTINO RODRIGUES DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

MELINTINO RODRIGUES DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 069/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). MARCOS VINICIUS JACOB DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

MARCOS VINICIUS JACOB DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 070/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). NATALINA JACOB DE ALMEIDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

NATALINA JACOB DE ALMEIDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 071/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). MILTON RAMOS DE SOUZA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

MILTON RAMOS DE SOUZA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 072/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). NOELSON DE FIGUEIREDO OLIVEIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

NOELSON DE FIGUEIREDO OLIVEIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 073/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). SEBASTIÃO VENTURA DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

SEBASTIÃO VENTURA DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 074/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). VILSON LEONCIO FERREIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

VILSON LEONCIO FERREIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 075/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). RAFAELA AVELINA FERREIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

RAFAELA AVELINA FERREIRA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 076/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ZILDINEIA DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ZILDINEIA DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 077/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). MAURI ALVES DE ROMA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.812,55

MAURI ALVES DE ROMA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 11 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 078/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). CRISTINA RODRIGUES DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,06

CRISTINA RODRIGUES DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 14 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 080/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ANTONIO FERREIRA DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ANTONIO FERREIRA DA SILVA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 081/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ERMES ROSA DE ALMEIDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ERMES ROSA DE ALMEIDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 082/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ROZANA SILENE DO ESPIRITO SANTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ROZANA SILENE DO ESPIRITO SANTO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 083/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ADRIANO FERREIRA LEMES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

ADRIANO FERREIRA LEMES

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 084/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). MARIA CONCEIÇÃO SAMPAIO DE ALMEIDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

MARIA CONCEIÇÃO SAMPAIO DE ALMEIDA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 085/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JOARDI SILVA CAMARGO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.268,06

JOARDI SILVA CAMARGO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 086/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). VITORIA EMILIA KWECINSKI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,06

VITORIA EMILIA KWECINSKI

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 087/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ANA CLAUDIA PRADO GOSME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,06

ANA CLAUDIA PRADO GOSME

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 088/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ANDREIA DA SILVA FONTES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 4.450,92

ANDREIA DA SILVA FONTES

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 089/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). GIOVANA AMARAL PONCIANO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 4.450,92

GIOVANA AMARAL PONCIANO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 090/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE –

MT E O (A) SR (A). ANDRE VENDRUSCULO DE SOUZA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 1.672,00

ANDRE VENDRUSCULO DE SOUZA

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 091/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JULIANA OLIVEIRA RIBEIRO TAQUES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 4.450,92

JULIANA OLIVEIRA RIBEIRO TAQUES

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

Extrato de Contrato nº 092/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). NATHALIA SILVA ARAÚJO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Valor Mensal R$ 13.376,02

NATHALIA SILVA ARAÚJO

Contratado

Alex Steves Berto

Contratante

Rosário Oeste, 18 de janeiro de 2021.

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 184 - 2021

PORTARIA Nº 184/2021

de 22 de Outubro de 2021

"Dispõe nomeação de membros para compor a Comissão Especial de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário Oeste – MT, e da outras providencias".

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Decreto Municipal 157/2017 que cria a comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Rosário Oeste e da outras providencias;

Considerando a necessidade de promover uso racional de medicamentos no Município de Rosário Oeste para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso de medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;

Considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais da saúde;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam nomeados para compor Comissão Especial de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário Oeste – MT as seguintes pessoas;

Camila Vieira de Oliveira	Farmacêutica
Deisellu A. Torquato da Silva	Odontologia
Florindo Neves	Enfermeiro
Thiago Monaco de Araujo	Médico
Vitor Hiroshi Nunes Motizuki	Médico

Artigo 2º - O serviços desempenhados pelos membros ora nomeados, embora sejam considerados serviços públicos relevantes, não serão em hipótese alguma remunerados.

Artigo 3º - Cada membro nomeado deverá preencher o Formulário de Declaração de Conflito de Interesses, conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde, que permanecerá a disposição na própria Secretaria.

Artigo 4º - A Comissão Especial de Farmácia e Terapia terá prazo de 15 (quinze) dias para elaboração e publicação de Regimento Interno.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 22 de Outubro de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2021

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: "Contratação de Empresa Especializada, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição futura e fracionada **de MATERIAL PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE BOMBA DE POÇO ARTESIANO**", do tipo **MENOR PREÇO/ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09h00-min, do dia 10/11/2021**. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Fone: (65) 3233-1211/1200 (dias úteis, das 07:00 às 11horas e das 13:00 as 16:00hs). Email: licitacao2saltodoceu@gmail.com

Salto do Céu - MT, 22 de Outubro de 2021.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Fica Retificado a publicação do SEGUNDO TERMO ADITIVO (VIGÊNCIA/CONTRATO) ao Contrato nº 029/2021, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM), no Diário Oficial de Contas e no Diário Oficial da União, ambas no dia 21/10/2021, onde se lê: PRIMEIRO TERMO ADITIVO...; passa a ler somente: ...SEGUNDO TERMO ADITIVO...

Maria Inês Pereira da Silva

Presidenta da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0153/SAD/2021

PORTARIA N° 0153/SAD/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO LICENÇA DE SAÚDE-AUXILIO DOÊNÇA PARA SERVIDORA EM CARGO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sra. **JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Considerando o Laudo Médico apresentado pela servidora que passou por uma avaliação clinica com a Dra Virginia Queiroz Campos Leal, CRM-MT 6937 a mesma não se encontra em condições para retornar ao serviço.

Art. 1 ° - Fica prorrogado a licença de saúde por incapacidade ao serviço, a servidora em cargo Efetivo do dia 01/10/2021 até o dia 29/12/2021 para a Sra. **ROSIVANY SILVA LOPES,** inscrito no **CPF: 569.003.761-34** e matricula 422, ocupante do Cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2021.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 20 DE OUTUBRO 2021.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0155/SAD/2021

PORTARIA N° 0155/SAD/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DE SAÚDE-AUXILIO DOÊNÇA PARA SERVIDOR EM CARGO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

CONSIDERANDO o Comunicado de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social INSS, apresentado no departamento de Recursos Humanos do servidor efetivo da Prefeitura Municipal.

Art. 1 ° - Fica prorrogado a licença de saúde por incapacidade ao serviço, ao servidor em cargo efetivo do dia 15/10/2021 até o dia 19/10/2021, para o Sr. **WESLEY PEREIRA DA SILVA**, inscrito no CPF: **007.070.561-52**, ocupante do Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos a partir do dia 15 de outubro de 2021.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0152/SAD/2021

PORTARIA Nº 0152/SAD/2021 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 inciso III e 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato celebrado através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos Fiscais de Atas de Registro de Preços são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **DYEISSONN CORREA LEITE,** Fiscal Substituto - **LARA AGUIAR RIBEIRO,** comodos Fiscais de Atas de Registro de Preços nº 050/2021 à 057/2021, que tem como objeto Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para atender a demanda das Secretarias Da Prefeitura Do Município De Santa Cruz Do Xingu-MT, em conformidade com as especificações, de acordo com a necessidade, conforme descrito no Termo **Pregão Eletrônico nº 010/2021**, **Processo Licitatório 045/2021.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento Fiscais de Atas de Registro de Preços nº 050/2021 à 057/2021, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei; II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto dos Fiscais de Atas de Registro de Preços nº 050/2021 à 057/2021. III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento; IV – Emitir relatório; **Art. 3º** - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário. **Art. 4º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 18 DE OUTUBRO DE 2021.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0151/SAD/2021

PORTARIA Nº 0151/SAD/2021 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 inciso III e 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato celebrado através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Con-

trato 039/2021 são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **ALTAMIRO CORREIA LEITE JUNIOR,** Fiscal Substituto - **DYEISSONN CORREA LEITE,** comoFiscais do Contrato 039/2021, que tem como objeto Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as Secretarias Municipais de Santa Cruz Do Xingu-MT, em conformidade com as especificações, de acordo com a necessidade, conforme descrito no Termo **Pregão Eletrônico nº 008/2021**, **Processo Licitatório 029/2021.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato 039/2021, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei; II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato 039/2021; III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento; IV – Emitir relatório; **Art. 3º** - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário. **Art. 4º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE OUTUBRO DE 2021.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 0167/2021

DECRETO MUNICIPAL N° 0167/2021 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sra. **JORAILDES SOARES DE SOUSA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeado o Servidor em cargo de Comissão, o Sr. **DENILSON KUERWALT CAMARGO,** inscrito no **CPF: 044.858.031-47**, no cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE OUTUBRO DE 2021.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0154/SAD/2021

PORTARIA N° 0154/SAD/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO LICENÇA DE SAÚDE-AUXILIO DOÊNÇA PARA SERVIDORA EM CARGO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sra. **JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Considerando o novo atestado apresentado pela servidora que passou por uma avaliação médica onde a mesma não se encontra em condições para retornar ao serviço.

Art. 1 ° - Fica prorrogado a licença de saúde por incapacidade ao serviço, a servidora em cargo Efetivo até o dia 19/11/2021 a Sra. **ROSILENE PEREIRA DE SOUZA,** inscrito no **CPF: 498.502.291-87** e matricula 370, ocupante do Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir do dia 20 de outubro de 2021.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 22 DE OUTUBRO 2021.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2021 CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA CULTURA PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS, EM FORMATO DE FESTIVAL DO ISOLAMENTO SOCIAL

Considerando o atendimento dos incisos III, do aporte emergencial provenientes a Lei Emergencial da Cultura Aldir Blanc nº 14.017/2020, de 29 de junho de 2020 que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Nº 06, de 20 de março de 2020 e ainda as recomendações da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), torna pública a programação e normatização referente aos recursos emergenciais destinados a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município;

Considerando a alteração da lei nº 14.017/2020 de 29 de junho de 2020,para estender a prorrogação do auxilio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recurso dos estados e municípios.

Considerando o atendimento do Plano de Ação do Município de Santa Rita do Trivelato/MT visando executar a abertura de editais de Premiação para profissionais da cultura, artistas, espaços culturais, entidades, cooperativas, associações, coletivos e grupos culturais, grupos tradicionais e coletivos de diversidades.

Considerando os cálculos dispostos na Lei o município receberá R$ 33. 985,52 (Trinta e Três Mil, Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Cinquenta e Dois Centavos);

Considerando a organização e a programação da utilização dos recursos leva em consideração o que foi determinado do Plano de Ação Emergencial.

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em sintonia com a Comissão Cultural, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o processo de **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA CULTURA PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS**. para o fim de contratação de serviços, considerando as normas e exigências estabelecidas na legislação pertinente e vigente, citadas neste Edital e em seus anexos, nos seguintes termos:

1 - O OBJETO

1.1 - O presente Edital tem por escopo o credenciamento de trabalhadores da cultura de qualquer manifestação cultural e/ou segmento artístico com vistas à prestação de serviços culturais, na promoção de conteúdos culturais conforme as especificações e condições constantes deste Edital, contemplando os pré-requisitos e valores pré-fixados.

1.2 - Serão credenciadas propostas de natureza cultural que atendam aos objetivos previstos do o Plano de Ação Emergencial (LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC) de Santa Rita do Trivelato/MT, sempre seguindo os critérios deste Edital, nas diversas linguagens artísticas.

1.3 - O pedido de credenciamento aprovado e sua respectiva contratação poderão ser efetivados a qualquer tempo até 20 de dezembro de 2021 (prazo de vigência do Edital) ou enquanto houver disponibilidade orçamentária e financeira.

1.3.1 - As inscrições e pedidos de credenciamento realizados após o prazo definido no cronograma entrarão na ordem de classificação para as novas e eventuais contratações pelos mesmos critérios que os demais, formando espécie de cadastro reserva para novos contratos.

1.4 - É vedada a cessão ou transferência do Contrato de Prestação de Serviço oriundo deste Edital, total ou parcial, bem como a subcontratação parcial do seu objeto.

1.5 - A realização desta, segunda rodada de contratos, selecionará até 19 (dezenove) ações culturais credenciadas previamente, em consonância com os segmentos e áreas temáticas dispostas neste Edital, perfazendo um investimento total de ***R$ 33.985,52 (Trinta e Três Mil, Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Cinquenta e Dois Centavos)***, distribuídos conforme tabela abaixo:

PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2020				
CADA PROPONETE PODERÁ APRESENTAR APENAS UM PROJETO				
O PROPONENTE DEVERÁ PREENCHER TAMBÉM A FICHA CADASTRAL DE ARTISTA, EMPRESA OU ESPAÇO DE EVENTOS				
PROJETOS PARA PROPONENTES PESSOA FÍSICA				
Nº	**Projetos Culturais**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
01	Realização de apresentações, palestras, espetáculos, atividades e projetos culturais gratuitos à população, que poderão ser executados presencialmente em eventos do municipio.	R$ 3.000,00	02	R$ 6.000,00
02	Apresentação musical individual ao vivo presencial de mínimo 1h30 de duração, em eventos do municipio.	R$ 1.500,00	04	R$ 6.000,00
03	Apresentação musical de duplas ou trio ao vivo presencial de no mínimo 1h30 de duração,em eventos do municipio.	R$ 2.500,00	02	R$ 5.000,00
04	Oficinas de artesanato realizadas presencialmente, com carga horária de no mínimo 5h de duração, que poderá ser dividida em até 3 encontros. Sendo trabalho manual com tematica de natal, sendo que o objeto executado ficará para o departamento de cultura, para decoração de natal.	R$ 1.569,36	07	R$ 10.985,52
05	Confecção, doação ou exposição de produtos culturais tangíveis de artes visuais, artes plásticas ou artesanato em/para departamento de cultura, organizações culturais e sociais.	R$ 1.500,00	04	R$ 6.000,00
TOTAL			**19**	**R$ 33.985,52**

1.6 - Os trabalhos contratados deverão ser executados por meio de plataformas digitais, transmitidos nas redes sociais do próprio credenciado, e nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT e deverão citar **obrigatoriamente** as hashtags:

#culturaemacao

1.6.1 – Em todos os trabalhos executados há a obrigatoriedade de se postar na rede social do contemplado, o qual deverá citar o perfil oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

1.1.2 – O trabalho do artista contemplado deverá ser entregue e protocolado na Recepção da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT e direcionado para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cito à Avenida Flávio Luís, 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato/MT.

Posteriormente, no ato da entrega da nota fiscal, o Contratado deverá apresentar a gravação ou cópia do conteúdo do seu trabalho cultural.

2 – CONDIÇÕES QUE SÃO NECESSÁRIAS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1 - As propostas inscritas serão analisadas em igualdade de condições pela equipe técnica Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em sintonia com a Comissão Cultural, observando os requisitos deste Edital, não havendo, contudo, direito subjetivo à contratação.

2.2 - Poderão participar deste credenciamento todos os artistas compreendidos no Art. 4º da Lei Federal nº 14017/2020, à qual se compreende como trabalhador (a) da cultura a pessoa que participa da cadeia produtiva dos segmentos artísticos e culturais descritos no art. 8º da referida Lei, incluídos artistas, produtores, técnicos, curadores, oficineiros e professores de escolas de arte.

2.3 - Poderão participar do credenciamento pessoas físicas maiores de 18 anos, e Microempreendedores Individuais (MEI).

2.4 - Não será permitida a participação de Microempreendedor Individual para representação de terceiros.

2.5 - Somente serão admitidos a participarem deste credenciamento, os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e nos seus anexos.

2.6 - Não será admitida a participação de pessoas que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou os declarados inidôneos, na forma dos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8. 666/93.

2.7 - O prazo de vigência do credenciamento será até 06/11/2021, a contar da sua publicação na imprensa oficial, podendo ser renovado por editais complementares, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal e disponibilidade orçamentária e financeira.

3 - DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

3.1 - O processo de credenciamento será conduzido por Comissão de Credenciamento, composta por 02 (dois) representantes da Comissão Cultural, e terá as seguintes atribuições:

I - Acompanhar todo o processo de credenciamento;

II - Receber os pedidos de inscrições dos interessados;

IIII - Conferir os documentos em todas as etapas do credenciamento;

IV - Elaborar a lista de credenciamento e encaminhar para publicação;

V - Resolver os casos omissos.

3.1.1 – A Comissão de Credenciamento enviará os credenciados para serem acompanhados ou impugnados pelos membros titulares do Conselho Municipal de Política Cultural, caso constatem irregularidades dos credenciados. E emitirão parecer.

4 - PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO

4.1 - DA INSCRIÇÃO

4.1.1 - As inscrições seguirão o cronograma do item 5.6, devendo ser acompanhadas de todas as informações e documentos comprobatórios para a pontuação a que se refere a tabela constante do item 6.1.2.

4.1.2 - Para fins de participação na primeira rodada de contratação, estarão abertas as inscrições no período de 25/10 a 06/11/2021, nos seguintes meios:

PRESENCIALMENTE: realizadas exclusivamente por meio da entrega de todos os documentos exigidos, de forma impressa e assinada, no protocolo do Departamento Municipal de Cultura, no horário de funcionamento das (8h às 11h e das 13h às 17h). O protocolo será realizado na Recepção da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, cito à Avenida Flávio Luís, 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato/MT, CEP: 78.453 - 000.

4.1.3 - A inscrição é composta pelos seguintes documentos:

I - Ficha de Inscrição: preenchida em todos os campos, com a indicação expressa em quais opções o candidato irá propor sua atuação **(Anexo I)**.

II - Termo de Autorização de Uso de Obras: direitos autorais **(Anexo II)**.

III - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, de utilização de propriedade intelectual, pelo Departamento de Cultura e Turismo e ou instituições e pessoas que ele indicar, em seus canais de comunicações e nas das instituições parceiras e autorizadas, para fins de divulgação de atividade cultural desenvolvida no município **(Anexo III)**.

IV - Termo de Anuência, assinado por todos os participantes da atividade **(anexo IV)**.

V - Documentação necessária à comprovação dos pontos de classificação previstos na tabela contida no item 6.1.2 deste Edital.

VII - O proponente deverá preencher também a ficha cadastral de artista, empresa ou espaço de eventos.

4.1.4 - Disposições Gerais da Inscrição:

4.1.4.1 - A credenciada deverá manter, durante a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, estando apta a contratação a qualquer tempo.

4.1.4.2 - Não serão aceitas inscrições que possuam no repertório e na reprodução, músicas, textos ou imagens que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres à situação de constrangimento, bem como manifestações de homofobia ou discriminação racial, apologia ao uso de drogas ilícitas, pornografia, conteúdos de cunho político-eleitoral, ou que incentivem a violência.

4.1.4.3 - A Contratada será responsável pelo fornecimento da estrutura física, tecnológica e equipamentos necessários para a realização da ação cultural objeto do seu contrato.

4.1.4.4 - As pessoas interessadas, deverão preencher todos os itens do formulário, podendo credenciar-se nas diversas áreas disponíveis, apontando com clareza sua escolha no ato de inscrição.

5 - DA SELEÇÃO

5.1 - A Comissão de Credenciamento concluirá pela seleção das interessadas, observados os critérios de pontuação e classificação estabelecidos pelo item 6.1.2 deste Edital.

5.2 - Não poderá ser habilitada a pessoa que deixar de prestar informações complementares solicitadas pela Comissão de Credenciamento, mediante comunicação via e-mail indicado no formulário de inscrição.

5.3 - A Comissão de Credenciamento divulgará a lista dos interessados que tiverem suas inscrições indeferidas, em separado do Resultado Preliminar, divulgados no site oficial da Prefeitura Municipal.

5.4 - As comunicações oficiais relativas ao processo de seleção e convocação para contratação serão divulgadas no site oficial da Prefeitura Municipal, devendo os interessados manterem-se vigilantes quanto às publicações, sendo de sua inteira responsabilidade por eventual perda de prazo.

5.5 - A divulgação da lista dos credenciados não impõe à Administração a obrigação de celebrar o Contrato da Prestação de Serviços.

5.6. A execução do credenciamento e primeira rodada de contratação observará o seguinte cronograma:

CRONOGRAMA	
Publicação do Edital de Credenciamento no sítio www.santaritadotrivelato.mt.gov.br e Aviso de Edital no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.	25/10/2021
Período para Inscrições (1ª Contratação)	26/10 à 06/11/2021
Publicação no site da Prefeitura Municipal das inscrições Indeferidas e Resultado Preliminar de Credenciamento.	09/11/2021
Encerramento do prazo de recurso administrativo face às inscrições Indeferidas e Resultado Preliminar de Credenciamento.	11/11/2021
Publicação no site da Prefeitura Municipal da decisão de mérito dos recursos administrativos.	12/11/2021
Publicação no site da Prefeitura Municipal do Resultado Final do Credenciamento.	12/11/2021
Publicação no site da Prefeitura Municipal e Imprensa Oficial do Termo de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação.	12/11/2021
Publicação no site da Prefeitura Municipal do Termo de Convocação para Assinatura de Contrato.	13/11/2021
Prazo Final para Assinatura do Contrato.	20/11/2021
Início das Apresentações e disponibilidades públicas.	26/11/2021

6 - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

6.1 - A seleção dos credenciados, de acordo com a demanda do Departamento Municipal de Cultura, deverá obedecer aos seguintes critérios:

6.1.1 - Pertinência entre a natureza da demanda e as categorias e subcategorias dos credenciados. A proposta apresentada deverá estar de acordo com os objetivos deste Edital.

6.1.1.1 - A nota ou pontuação quanto à "Pertinência da Proposta ao Edital", não poderá ser 0,0 (zero), caso aconteça, a proposta será desclassificada e o pedido de credenciamento indeferido.

6.1.2 - Os artistas selecionados serão classificados pela total da pontuação alcançada, segundo a seguinte Tabela:

ITEM	**CRITÉRIO PARA PESSOA FÍSICA - Projetos (01 ao 11)**	**PONTUAÇÃO**
01	Pertinência da proposta ao Edital	40
02	Possui apenas 01 dependente	10
03	Possui 02 dependentes	20
04	Possui 03 dependentes ou mais	30
05	Renda familiar abaixo de 3 salários mínimos	10
06	Renda familiar abaixo de 2 salários mínimos	20
07	Renda familiar abaixo de 1 salário mínimo	30
08	Pessoa acima dos 50 anos	10
09	Pessoa acima dos 60 anos	20
10	Pessoa com deficiência	10
11	Não possui moradia própria	10
12	Possui doença crônica	10
13	Recebe auxílio do Bolsa Família	10
ITEM	**CRITÉRIO PARA PESSOA JURÍDICA Projeto (01)**	**PONTUAÇÃO**
01	Pertinência da proposta ao Edital	40
02	Regularidade da empresa (FGTS, INSS, RFB, ISSM)	40
03	Pertinência com o Fit Cultural	40
04	Pertinência da empresa com as áreas de artes visuais e audiovisuais	60
05	Análise de currículo de experiência na área do projeto	60

Atenção: *As informações e documentação comprobatórias para pontuação e classificação desta Tabela, deverão ser encaminhadas na forma do item 4.1.1 deste Edital.*

6.1.3 - Se houverem propostas com pontuação iguais, a classificação levará em consideração a idade dos artistas, dando prioridade para aqueles mais velhos, seguido pelos outros conforme classificação decrescente de idade.

6.2 - Deverá ser observada regra de rodízio, de tal maneira que uma vez prestado o serviço por um dos credenciados, este só tornará a ser selecionado novamente pela Administração Pública por este edital quando for oportunizada a contratação aos próximos credenciados, também aptos à prestação do serviço em igualdade de condições, de acordo com cada novo edital complementar publicado.

6.3 - O credenciado só poderá ser contratado no máximo 3 (três) vezes durante a vigência deste edital, respeitando a regra do rodízio.

6.4 - Os credenciados selecionados para prestação de serviços nas programações serão convocados pela via eletrônica (publicação no site da Prefeitura Municipal), devendo encaminhar, se necessário, a documentação complementar para elaboração de contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5 - É vedada a cessão ou transferência do Contrato, total ou parcial, bem como a subcontratação parcial do objeto.

6.6 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização do serviço e entrega de Nota Fiscal, devidamente liquidada e sendo descontados os encargos e tributos pertinentes.

6.7 - O pagamento pelo serviço prestado será realizado por meio de ordem bancária, tendo como beneficiário exclusivamente a pessoa contratada.

6.8 - A convocação dar-se-á de acordo com as necessidades, metas planejadas e programadas e a disponibilidade financeira e orçamentária, durante o período de vigência deste edital.

6.9 - Será respeitado pela Contratante o prazo mínimo de 3 (três) dias entre a contratação e a data de efetiva prestação do serviço, para fins de produção.

6.10 - O ato de convocação conterá, resumidamente, objeto, dia e horário da apresentação dos artistas.

6.11 - Caso a convocada não apresente a documentação exigida para assinatura do Termo de Contrato ou se recuse a assiná-lo, no prazo máximo de 02 dias úteis, será convocada a próxima credenciada da lista, respeitada a ordem de classificação.

6.12 - A execução dos serviços somente será autorizada após a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, em conformidade com suas cláusulas.

7 - DA REMUNERAÇÃO

7.1 - Os serviços e valores para remuneração do artista ou grupo são fixados pela Tabela deste Edital.

8 - RECURSOS

8.1 - Da decisão da habilitação / classificação e da convocação, caberá recurso, no prazo de 01 (dia) útil da publicação no Site da Prefeitura Municipal, devendo o recurso ser protocolado no setor de protocolo, utilizando como modelo o formulário integrante deste edital.

8.2 - A decisão sobre o mérito do recurso será publicado no site da Prefeitura Municipal.

9 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - As condições de pagamento serão previstas no Contrato de Prestação de Serviços, considerando as especificidades da prestação do serviço artístico, a duração e o custo previsto para este, ressaltando o interesse público, conforme as determinações da Lei Federal 8.666/93.

9.2 - Os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta corrente, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

9.2.1 - Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

9.3 - Sempre que solicitado, o credenciado deverá apresentar os documentos utilizados para credenciamento e contratação.

10 - RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial dos serviços poderá ensejar rescisão do contrato, que poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante, nos termos do artigo 58, inciso II da Lei Federal n.° 8.666/93.

10.2 - A rescisão do Contrato de Prestação de Serviços implicará no descredenciamento.

11 - DO DESCREDENCIAMENTO

I – Incidir em transgressão as regras do Edital e/ou Contrato Administrativo;

II – Deixar o credenciado de apresentar as atualizações dos documentos solicitados;

III – Recusar-se o credenciado, quando convocado, a assinar o Contrato de Prestação de Serviços;

IV - Forem procedentes as denúncias sobre má prestação do serviço.

12 - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – A Prefeitura Municipal poderá prorrogar, adiar, revogar ou anular o presente Credenciamento, na forma da Lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

12.2 - É facultada à Comissão de Credenciamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de processos.

12.3 - A inscrição do proponente implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

13 – ANEXOS DESTE REGULAMENTO

a) ANEXO I – Ficha de Inscrição

b) ANEXO II – Termo de autorização de uso de obras - direitos autorais

c) ANEXO III – Termo de autorização de uso de imagem e voz

d) ANEXO IV - Termo de Anuência

g) ANEXO V - Formulário para recursos

h) ANEXO VI - Ficha Cadastral de Artista

i) ANEXO VII - Ficha Cadastral de Empresa ou Espaço de Eventos

Santa Rita do Trivelato/MT, 20 de outubro de 2021.

Egon Hoepers

Prefeito Municipal

Paulo Madson Vieira da Silva

Secretário Municipal de Educção e Cultura

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO - PESSOA FÍSICA		
NOME COMPLETO:		
NOME ARTÍSTICO:		
TELEFONE:	**E-mail:**	
ENDEREÇO COMPLETO (Rua, Av., Núm., Bairro):		
CPF:	**R.G.:**	**Órgão Expedidor:**

IDENTIFICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	
RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
SEGMENTO CULTURAL:	
TELEFONE:	**E-mail:**
ENDEREÇO COMERCIAL (Rua, Av., Núm., Bairro):	
CNPJ:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
CPF:	**RG:**
ENDEREÇO DO REPRESENTANTE LEGAL (Rua, Av., Núm., Bairro):	

INFORMAÇÕES SOBRE A PROPOSTA		
TÍTULO DO PROJETO CULTURAL:		
FORMATO DO PROJETO CULTURAL: Marque apenas o item que corresponde ao seu projeto. ( ) Apresentação Musical com 01 integrante ( ) Apresentação Musical com 02 ou 03 integrantes ( ) Apresentação Instrumental ( ) Gravação Musical Inédita ( ) Palestra Cultura Popular ( ) Palestra Dança, Corpo e Mente ( ) Debate com 02 integrantes sobre: A Importância da Cultura para a Sociedade ( ) Debate com 02 integrantes sobre: A Importância da Dança na vida dos Praticantes ( ) Contação de Histórias ( ) Oficina de Artesanatos ( ) Exposição de Artesanatos ( ) Publicação de Livro Literário ( ) Produção e Exposição fotográfica da História do Município composto de 35 unidades ( ) Serviço de Produção Audiovisual para atender a Lei Aldir Blanc ( ) Produção de Documentário Histórico Cultural		
SEGMENTO ARTÍSTICO / CULTURAL: ( ) MUSICA, ( ) LITERATURA, ( ) AUDIOVISUAL, ( ) CULTURAS TRADICIONAIS ( ) OUTRO ( ) CULTURA POPULAR ( ) ARTESANATO ( ) ARTES VISUAIS ( ) TEATRO ( ) PRODUÇÃO		
DURAÇÃO:	**FORMATO:** **( ) CONTEÚDO GRAVADO ANTES DE POSTAR**	
O QUE SERÁ REALIZADO?		
COMO SERÁ REALIZADO?		
EQUIPE ENVOLVIDA		
NOME:	**FUNÇÃO:**	**CPF:**

_____

Nome Completo e Assinatura

ANEXO II

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE OBRAS

- DIREITOS AUTORAIS -

Eu, _____ abaixo assinado, nacionalidade _____ (estado civil), _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF sob n.º _____, e-mail _____ residente e domiciliado na Rua_____ _____ nº _____ considerando os direitos assegurados aos autores de obras literárias, artísticas, intelectuais e científicas insculpidos nos incisos XXVII e XXVIII do art. 5º da Constituição Federal, bem como nos termos da Lei Federal n.º 9.610/98 e dos Decretos n.º 57.125/65 e n.º 75.699/75, pelo presente termo e sob as penas da lei declaro e reconheço ser o único titular, ou ser um representante oficial de um coletivo, dos direitos morais e patrimoniais de autor da obra _____ _____ (música, texto, filme, fotografia, gravura, pintura, palestra, etc.), intitulada _____ _____ e por conseguinte AUTORIZO a utilização e/ou exploração da mencionada obra, meu produto proveniente das ações do CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA CULTURA PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS, EM FORMATO DE FESTIVAL DO ISOLAMENTO SOCIAL – n º01/2020.

A presente autorização é concedida a título da contratação de serviço artístico-cultural de forma irrestrita e contemplando, dentre outros meios, a reprodução parcial ou integral, inclusive através da internet, nos canais oficiais e redes sociais; a edição; adaptação, transformação, para fins de promoção (teasers); tradução para qualquer idioma, inclusive libras; inclusão em fonograma ou produção audiovisual; utilização, direta ou indireta, mediante execução musical; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; inclusão em base de dados, armazenamento em computador, microfilmagem e demais formas de arquivamento do gênero.

Por ser expressão de minha livre e espontânea vontade firmo este termo sem que nada haja, no presente ou no futuro, a ser reclamado a título de direitos autorais conexos ou qualquer outro.

Santa Rita do Trivelato/MT, _____de _____de 2020.

Autor da autorização (assinatura)

ANEXO III

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu,_____, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____, residente à Rua _____, nº _____, na cidade de São José dos Quatro Marcos, estado de Mato Grosso, AUTORIZO o uso de minha imagem e voz em fotos ou filme/s produzidos para minha participação no **CREDENCIAMENTO DE PROJETOS PARA SELEÇÃO E PREMIAÇÃO COM FINALIDADE DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS, EM FORMATO DE ISOLAMENTO SOCIAL. – EDITAL DE CHAMAMENTO nº 02/2020.**

A presente autorização é concedida sem ônus financeiro para ser utilizado em todas as suas modalidades e, em destaque das seguintes formas:

(I) Sites e redes sociais. (II) Cartazes, postagens e outros formatos de divulgação online. (III) Divulgação em geral. (IV) Demais modelos expositivos ao público.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Santa Rita do Trivelato/MT, ____ de _____ de 2020.

_____

ASSINATURA

ANEXO IV

TERMO DE ANUÊNCIA DOS ENVOLVIDOS

(Para todos os membros do seu projeto)

Eu, _____, portador do RG nº_____, inscrito no CPF: _____, residente no endereço: _____ _____ _____, declaro ter ciência desta inscrição e que participo como integrante do trabalho: _____ _____, na função de: _____ _____ _____ _____.

Por ser verdade, firmo o presente:

Santa Rita do Trivelato/MT, _____ / _____ / 2020.

_____

(assinatura do declarante)

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA RECURSOS

Eu, _____, portador do documento de identidade nº_____, sob o CPF:_____, inscrito no **CREDENCIAMENTO DE PROJETOS PARA SELEÇÃO E PREMIAÇÃO COM FINALIDADE DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS, EM FORMATO DE ISOLAMENTO SOCIAL – nº 02/2020**, apresento o presente recurso:

A decisão objeto de contestação refere-se a:_____

_____

_____

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são: _____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:

_____

_____

Santa Rita do Trivelato/MT, _____de_____de 2020.

_____

Assinatura do Recorrente

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E A COMISSÃO CULTURAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

ANEXO VI

FICHA CADASTRAL:

DE ARTISTA, PRODUTOR OU TRABALHADOR CULTURAL

Nº de Registro _____ Data do Registro _____

NOME

_____

NOME DO PAI

_

NOME DA MÃE

_____

RG _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR _____ DATA _____

CPF _____ DATA DE NASCIMENTO _____

ENDEREÇO

_____ Nº _____

BAIRRO _____ CEP _____

MUNICÍPIO _____ ESTADO _____

E-MAIL

_____

CONTATO CELULAR _____ FIXO _____

GRAU DE INSTRUÇÃO

_____

QUANTAS PESSOAS RESIDEM COM VOCÊ

_____

FAIXA DE RENDA FAMILIAR POR PESSOA

_____

NOME ARTÍSTICO

_____

ÁREA DE ATUAÇÃO CULTURAL:

( ) ARQUIVOS E MUSEUS ( ) ARTE DIGITAL

( ) ARTES CÊNICAS ( ) ARTES VISUAIS ( ) ARTESANATO

( ) AUDIOVISUAL ( ) CIRCO ( ) CULTURA POPULAR

( ) DANÇA ( ) DESIGN ( ) FOTOGRAFIA

( ) MODA ( ) MÚSICA ( ) TEATRO

( ) CULTURA AFRO-BRASILEIRA ( ) PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

( ) LITERATURA, LIVRO E LEITURA ( ) PRODUTORES E TÉCNICOS

EM CASO DE NENHUMA ACIMA, CITE QUAL

_____

CASO PERTENÇA A GRUPO, CITE

_____

TEMPO DE ATUAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

_____

CITE ALGUMAS ATUAÇÕES PROFISSIONAIS NA CULTURA

_____

_____

_____

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

( ) Recebo Auxílio Emergencial ( ) Recebo Benefícios Previdenciários

( ) Recebo Seguro Desemprego ( ) Recebo Remuneração Registrada

( ) Recebo na Carteira de Trabalho ( ) Nenhuma das alternativas anteriores

DECLARAÇÕES

( ) Declaro que resido no município de São José dos Quatro Marcos

( ) Declaro sob as penalidades da lei que as informações prestadas são verdadeiras

OBRIGATÓRIO ANEXAR CÓPIA DO CPF – RG E PORTFÓLIO CULTURAL

Secretaria e/ou Comissão Cultural Representante	***Artista, Produtor ou Trabalhador Cultural***

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E A COMISSÃO CULTURAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

ANEXO VII

FICHA CADASTRAL

DE EMPRESA E ESPAÇO DE EVENTO CULTURAL

Nº de Registro _____ Data do Registro _____

NOME FANTASIA: _____

RAZÃO SOCIAL:_____

CNPJ:_____

DATA DE CRIAÇÃO:_____

ENDEREÇO:_____ Nº:_____

BAIRRO:_____ CEP:_____

MUNICÍPIO:_____ ESTADO: _____

E-MAIL: _____

CONTATO CELULAR: _____ FIXO: _____

ÁREA PRINCIPAL DE ATUAÇÃO: _____

OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO CULTURAL:_____

_____

_____

_____

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAIL:_____

_____CPF:_____

ÁREA DE ATUAÇÃO CULTURAL:

( ) ARQUIVOS E MUSEUS ( ) ARTE DIGITAL

( ) ARTES CÊNICAS ( ) ARTES VISUAIS ( ) ARTESANATO

( ) AUDIOVISUAL ( ) CIRCO ( ) CULTURA POPULAR

( ) DANÇA ( ) DESIGN ( ) FOTOGRAFIA

( ) MODA ( ) MÚSICA ( ) TEATRO

( ) CULTURA AFRO-BRASILEIRA ( ) PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

( ) LITERATURA, LIVRO E LEITURA ( ) PRODUTORES E TÉCNICOS

EM CASO DE NENHUMA ACIMA, CITE QUAL _____

TEMPO DE ATUAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL _____

CITE ALGUMAS ATUAÇÕES PROFISSIONAIS NA CULTURA_____

_____

_____

_____

_____

DECLARAÇÕES

( ) Declaro ter finalidade cultural de acordo Estatuto e/ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

( ) Declaro sob as penalidades da lei que as informações prestadas são verdadeiras.

OBRIGATÓRIO ANEXAR CARTÃO CNPJ E PORTFÓLIO CULTURAL

Secretaria e/ou Comissão Cultural Representante	***Proprietário da Empresa ou Espaço de Evento***

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0531/2021

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO LUIZ CARLOS FIDALSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor **LUIZ CARLOS FIDALSKI**, portador do RG nº 474.006 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 344.711.971.34, no período de 03/11/2021 a 02/12/2021, referente ao período aquisitivo de 05/02/2020 a 04/02/2021.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 22 DE OUTUBRO DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0533/2021

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CLAUDECI MARIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora CLAUDECI MARIA DA SILVA, portadora do RG nº 1.598.710 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 893. 204.684.00, no período de 03/11/2021 a 02/12/2021. Referente ao período aquisitivo de 03/05/2020 a 02/05/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0529/2021

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA FABIANA SILVA NALINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica concedido licença saúde a servidora **FABIANA SILVA NALINI,** portadora do RG nº: 1276206-7 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 870.581.201.10, servidora efetiva ocupa o cargo de TECNICO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - MONITOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo assim fica afastado no período de: 19/10/2021 a 17/01/2022.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO AO CONTRATO Nº 121/2021

EXTRATO AO CONTRATO Nº 121/2021

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Trivelato/MT, **EMPRESA CONTRATADA: TABELIONATO DE NOTAS E REG. CIVIL DAS PESSOAS NAT. DO MUN. DE SNT. RITA DO TRIVELATO COMARCA DE NOVA MUTUM-MT**; **Vigência do Contrato**: 20/10/2021 até 20/11/2021**; VALOR DO CONTRATO R$ 21.400,30; OBJETO DO CONTRATO:** Lavratura de 02(duas) escrituras públicas de Desapropriação de partes ideais dos imóveis matriculados sob o nº 412 e 414 CRI – Nova Mutum, conforme Processo de INEXIGBILIDADE de Licitação nº 008/2021. 20/10/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0530/2021

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA MARCIA RUTH PAITER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica concedido licença saúde a servidora **MARCIA RUTH PAITER,** portadora do RG nº: 377.260 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 432.825.631.91, servidora efetiva ocupa o cargo de PROFESSOR - 30 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo assim fica afastado no período de: 14/10/2021 a 12/01/2022.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO AO CONTRATO Nº 124/2021 125/2021 126/2021 127/2021

EXTRATO AO CONTRATO Nº 124/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2021

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Trivelato/MT, **EMPRESA CONTRATADA: ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 19.496.182/0001-61**; Vigência do Contrato**: 22/10/2021 até 22/10/2022**; VALOR DO CONTRATO R$ 432.551,00; OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE TECIDOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT -** resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021 **– 22/10/2021**.

EXTRATO AO CONTRATO Nº 125/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2021

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Trivelato/MT, **EMPRESA CONTRATADA: CYAN PAPELARIA E MAT. DE INF. EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. 20.357.366/0001-20; **Vigência do Contrato**: 22/10/2021 até 22/10/2022**; VALOR DO CONTRATO R$ 180.362,40; OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE TECIDOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT -** resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021 **– 22/10/2021**

EXTRATO AO CONTRATO Nº 126/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2021

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Trivelato/MT, **EMPRESA CONTRATADA: MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. 20.847.096/0001-35; **Vigência do Contrato**: 22/10/2021 até 22/10/2022**; VALOR DO CONTRATO R$ 106.560,00; OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE TECIDOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT -** resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021 **– 22/10/2021**

EXTRATO AO CONTRATO Nº 127/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2021

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Trivelato/MT, **EMPRESA CONTRATADA: ELO TEXTIL LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº. 28.844.636/0001-39; **Vigência do Contrato**: 22/10/2021 até 22/10/2022**; VALOR DO CONTRATO R$ 106.560,00; OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE TECIDOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SE-**

CRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT - resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021 **– 22/10/2021**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0532/2021,

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LEA FERREIRA DA SILVA HUNGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora LEA FERREIRA DA SILVA HUNGER, portadora do RG nº 113174-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 837. 404.491-87, no período de 03/11/2021 a 02/12/2021. Referente ao período aquisitivo de 05/08/2019 a 04/08/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 22 de Setembro de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0528/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066 a 075/ 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear as servidoras **SUILLA ANTONIA FIFELIS MACEDO**, inscrita no CPF nº 045.576.671-12 (titular) e **CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS**, inscrita no CPF nº 028.434.539-33 (suplente) representando a secretaria municipal de educação e cultura e **DANIELE CRISTINA DA SILVA EMER**, inscrita no CPF nº 026.554.101-81 (titular) e **VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ SILVA**, inscrita no CPF nº 000.164.601-03 (suplente) representando as demais secretarias para fiscalização das **Atas de Registro de Preços**:

Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa INOVA COMERCIAL & TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 21.286.632/ 0001-33- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa OLMI INFORMATICA LTDA - EPP – CNPJ Nº. 00.789.32/ 0001-17 – INSC. EST. 13.341.049-9- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/ 2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa NVF COMERCIO E SERVICOS DE CLIMATIZACAO EIRELI e nome fantasia NVF AR CONDICIONADO, CNPJ Nº 41.401.446/0001-05- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/ 2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI inscrita no CNPJ sob o n.º. 19.031.878/0001-12 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa R.F.B. JUNIOR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 41.048.291/0001-79- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa SUPER UTIL COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 15.392.562/0001-03- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa ARAUJO CASTRO COMERCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º. 36.136.393/0001-02 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº. 13.201.732/0001-91- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 12.358.170/0001-21 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa REPRIMAG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 65.149.197/0002-51- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0528/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066 a 075/ 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear as servidoras **SUILLA ANTONIA FIFELIS MACEDO**, inscrita no CPF nº 045.576.671-12 (titular) e **CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS**, inscrita no CPF nº 028.434.539-33 (suplente) representando a secretaria municipal de educação e cultura e **DANIELE CRISTINA DA SILVA EMER**, inscrita no CPF nº 026.554.101-81 (titular) e **VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ SILVA**, inscrita no CPF nº 000.164.601-03 (suplente)

representando as demais secretarias para fiscalização das **Atas de Registro de Preços**:

Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa INOVA COMERCIAL & TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 21.286.632/0001-33- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa OLMI INFORMATICA LTDA - EPP – CNPJ Nº. 00.789.32/0001-17 – INSC. EST. 13.341.049-9- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa NVF COMERCIO E SERVICOS DE CLIMATIZACAO EIRELI e nome fantasia NVF AR CONDICIONADO, CNPJ Nº 41.401.446/0001-05- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI inscrita no CNPJ sob o n.º. 19.031.878/0001-12 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa R.F.B. JUNIOR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 41.048.291/0001-79- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa SUPER UTIL COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 15.392.562/0001-03- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa ARAUJO CASTRO COMERCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º. 36.136.393/0001-02 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº. 13.201.732/0001-91- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 12.358.170/0001-21 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa REPRIMAG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 65.149.197/0002-51- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0532/2021,

DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LEA FERREIRA DA SILVA HUNGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora LEA FERREIRA DA SILVA HUNGER, portadora do RG nº 113174-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 837.404.491-87, no período de 03/11/2021 a 02/12/2021. Referente ao período aquisitivo de 05/08/2019 a 04/08/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 22 de Setembro de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0528/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066 a 075/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear as servidoras **SUILLA ANTONIA FIFELIS MACEDO**, inscrita no CPF nº 045.576.671-12 (titular) e **CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS**, inscrita no CPF nº 028.434.539-33 (suplente) representando a secretaria municipal de educação e cultura e **DANIELE CRISTINA DA SILVA EMER**, inscrita no CPF nº 026.554.101-81 (titular) e **VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ SILVA**, inscrita no CPF nº 000.164.601-03 (suplente) representando as demais secretarias para fiscalização das **Atas de Registro de Preços**:

Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa INOVA COMERCIAL & TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 21.286.632/0001-33- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa OLMI INFORMATICA LTDA - EPP – CNPJ Nº. 00.789.32/0001-17 – INSC. EST. 13.341.049-9- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa NVF COMERCIO E SERVICOS DE CLIMATIZACAO EIRELI e nome fantasia NVF AR CONDICIONADO, CNPJ Nº 41.401.446/0001-05- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/

2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI inscrita no CNPJ sob o n.º. 19.031.878/0001-12 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa R.F.B. JUNIOR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 41.048.291/0001-79- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa SUPER UTIL COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 15.392.562/0001-03- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa ARAUJO CASTRO COMERCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º. 36.136.393/0001-02 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº. 13.201.732/0001-91- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 12.358.170/0001-21 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. Ø ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT - Empresa REPRIMAG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 65.149.197/0002-51- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0525/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **Egon Hoepers**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando a Lei Municipal nº 028 de Abril de 2001, dispõe sobre a instituição do conselho municipal de cultura e dá outras providências, fixando o prazo de 4 (quatro) anos para atuação de seus membros, sendo admitido recondução;

RESOLVE:

Art.1º. Ficam nomeados os representantes para atuar junto ao Conselho Municipal de Cultura no prazo de 4 (quatro) anos, sendo admitido recondução:

Chefe de Departamento Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Titular: Celma Regina Mendes dos Santos – CPF: 028.434.539-33

Suplente: Suilla Antonia Fidelis Macedo – CPF: 045.576.671-12

Representantes do Departamento de Administração

Titular: Vanderleia Pereira da Cruz Silva – CPF: 000.164.601-03

Suplente: Daiane de Jesus Pereira Silva Gomiero – CPF: 040.446.831-40

Representantes da Câmara Municipal

Titular: Edson de Almeida Zanetti – CPF: 062.050.331-94

Suplente: Cleiton Martinelli Taborda – CPF: 006.811.921-60

Representantes dos Músicos

Titular: Gonçalina Nunes Almeida – CPF: 011.627.581-20

Suplente: Jefersson Rodrigues da Silva – CPF: 014.406.451-08

Representantes dos Artistas Plásticos

Titular: Eurides Benedita Lemes – CPF: 405.312.521-91

Suplente: Edineia Silva da Luz – CPF: 000.907.231.47

Representante dos Artesões

Titular: Antonia Maria Maximo Kleme **-** CPF: 014.068.511-16

Suplente: Darlan Pereira Lima – CPF: 037.188.441-17

Representantes de Clubes Sociais

Titular: Thiago de Medeiros Deluqui – CPF: 004.496.341.67

Suplente: Fernanda Delfina da Silva Akerley Marques – CPF: 038.832.461-90

Representante de Rotary Clube ou Lions Clube

Titular: Carolina Corassa Vieira – CPF: 704.884.361-68

Representante dos Servidores Municipais

Titular: Wilmar Erasmo da Silva – CPF: 023.219.191-32

Suplente: Alessandra da Silva Cardoso Frares – CPF: 021.896.781-02

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO AO CONTRATO Nº 122/2021

EXTRATO AO CONTRATO Nº 122/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2021

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Trivelato/MT, **EMPRESA CONTRATADA: CLAUDINEI TONIETTI EPP**, inscrita no CNPJ nº 28.732.430/0001-17; **Vigência do Contrato**: 20/10/2021 até 22/10/2022**; VALOR DO CONTRATO R$ 324.135,95; OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER AOS PROGRAMAS**

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – 22/10/2021.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO AO CONTRATO Nº 123/2021

EXTRATO AO CONTRATO Nº 123/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2021

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Trivelato/MT, **EMPRESA CONTRATADA: CARVALHO MIRANDA EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 11.502.318/0001-97**; Vigência do Contrato**: 22/10/2021 até 22/10/2022**; VALOR DO CONTRATO R$ 77.299,56; OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – 22/10/2021**.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0526/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 120/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores LEOMIR ORTEGA**,** inscrito no CPF/MF sob o nº 017.111.339-06 (titular) e JANDIR DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.194.959-01 (suplente) para **Fiscalização do Contrato nº 120/2021**, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE SOLOS (LABORATÓRIO DE SONDAGEM) DE ESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E CAPA SELANTE TSD, VINCULADA NA TOMADA DE PREÇO N° 008/2021 E NA TOMADA DE PREÇO N° 009/2021**, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 051/2021.

Art. 2º.A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC

Valor destinado: ***R$ 33.985,52 (Trinta e três mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)***

DADOS BÁSICOS:

Ente Recebedor: **04.205.596.0001/17 - SANTA RITA DO TRIVELATO**

Fundo Recebedor: **PREFEITURA DE SANTA RITA DO TRIVELATO**

Órgão Recebedor: **72084 - MTur - Ministério do Turismo**

Programa: **07208420200002 - MTUR/SECULT - ALDIR BLANC – MUNICÍPIOS**

Fundo Repassador: **37.930.861/0001-89 - FUNDO NACIONAL DA CULTURA**

Diagnóstico/Justificativa:

Recebimento de recurso para atendimento dos incisos III, conforme previsto na Lei nº 14.017/20, que prevê editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

Objetivos a serem alcançados:

Com o aporte emergencial provenientes a Lei Emergencial da Cultura Aldir Blanc nº 14.17/2020, atendendo os critérios estabelecidos no Decreto nº 10.464/2020, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Rita do Trivelato – MT executará a abertura de editais de Premiação para profissionais da cultura, artistas, espaços culturais, entidades, cooperativas, associações, coletivos e grupos culturais, grupos tradicionais e coletivos de diversidades, cadastrados no **Cadastro Municipal de Profissionais da Cultura, artistas, empresas, pontos de cultura, entidades, associações e grupos culturais do município de Santa Rita do Trivelato-MT**para a realização de atividades culturais instituídas no regulamento de participação, com premiação de mínimo ***R$ 1.000,00 (um mil reais)*** e no máximo ***R$ 3.000,00 (oito mil reais),*** totalizando ***R$ 33.985,52 (Trinta e três mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)***

que beneficiarão 19 propostas culturais no inciso III.

Valores de Repasse para Beneficiário:

ESPECÍFICO - ***R$ 33.985,52 (Trinta e três mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)***

Recursos Próprios: ***0,00 (Zero Reais e Zero Centavos).***

META:

Inciso III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de

produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

AÇÃO:

Nome da Ação: Realização de Edital de Premiação no valor total de ***R$ 33.985,52 (Trinta e três mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)***, para profissionais da cultura, artistas, espaços culturais, entidades, cooperativas, associações, coletivos e grupos culturais, grupos tradicionais e coletivos de diversidades, cadastrados no ***Cadastro Municipal de Profissionais da Cultura, artistas, empresas, pontos de cultura e entidades culturais, associações e cooperativas de cultura do município de Santa Rita do Trivelato – MT.***

Valor da ação: ***R$ 33.985,52 (Trinta e três mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)***

SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA FÍSICA

Descrição da Ação:

Abertura de Edital de premiação no valor total de ***R$ 33.985,52 (Trinta e três mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)***para profissionais da cultura, artistas, representantes de espaços culturais, representantes de entidades e pontos de cultura, representantes de cooperativas e associações, representantes de coletivos e grupos culturais, grupos tradicionais e coletivos de diversidades sem CNPJ, cadastrados no ***Cadastro Municipal de Profissionais da Cultura, artistas, empresas, pontos de cultura e entidades culturais, associações e cooperativas de cultura do município de Santa Rita do Trivelato/MT***, que serão distribuídos nas seguintes categorias, segmentos e valores:

Lei nº 14.017/2020 - INCISO III					
SEGMENTO CULTURAL	**CATEGORIA**	**PROJETO/ATIVIDADE/ PROPOSTA**	**PREMIAÇÃO**	**QUANTIDADE DE PROPOSTAS**	**TOTAL/ R$**
TODOS	COLETIVOS CULTURAIS, GRUPOS CULTURAIS E COLETIVOS DE DIVERSIDADE	Realização de apresentações, palestras, espetáculos, atividades e projetos culturais gratuitos à população, que poderão ser executados presencialmente em eventos do municipio.	R$ 3. 000,00	02	R$ 6. 000,00
MÚSICA	ARTISTAS INDIVIDUAIS DO SEGMENTO DA MUSICA	Apresentação musical individual ao vivo presencial de mínimo 1h30 de duração, em eventos do municipio.	R$ 1. 500,00	04	R$ 6. 000,00
MÚSICA	ARTISTAS DUPLA OU TRIO DO SEGMENTO DA MUSICA	Apresentação musical de duplas ou trio ao vivo presencial de no mínimo 1h30 de duração,em eventos do municipio.	R$ 2. 500,00	02	R$ 5. 000,00
ARTESANATO	OFICINA DE ARTESANATO	Oficinas de artesanato realizadas presencialmente, com carga horária de no mínimo 5h de duração, que poderá ser dividida em até 3 encontros. Sendo trabalho manual com tematica de natal, sendo que o objeto executado ficará para o departamento de cultura, para decoração de natal.	R$ 1. 569,36	07	R$ 10. 985,52
ARTES VISUAIS, ARTES PLÁSTICAS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL	PRODUTOS CULTURAIS TANGIVEIS	Confecção, doação ou exposição de produtos culturais tangíveis de artes visuais, artes plásticas ou artesanato em/para departamento de cultura, organizações culturais e sociais.	R$ 1. 500,00	04	R$ 6. 000,00
TOTAL GERAL				**19**	**R$ 33. 985,52**

Os critérios de participação, os instrumentos de inscrição e a documentação necessária serão publicados no *Edital Emergencial da Cultura de Santa Rita do Trivelato MT*. A Comissão Cultural de Santa Rita do Trivelato acompanhará as etapas de elaboração do edital, bem como as regras de participação e contrapartidas. E também auxiliará no processo de divulgação e mobilização para a ampla participação e a livre concorrência dos segmentos culturais.

Comitê de enfrentamento emergencial efetuará a analise dos critérios de segurança de prevenção ao contágio do COVID-19 para as atividades que optarem pela modalidade presencial de realização das propostas apresentadas do edital, considerando as proibições estabelecidas no decreto municipal, estadual e federal vigente no período de realização da atividade proposta.

As propostas serão analisadas por uma comissão instituída e nomeada por meio de decreto ou portaria composta por representantes de técnicos onde serão considerados os seguintes critérios: a regularidade na documentação para o recebimento do recurso, a proposta cultural apresentada, a documentação comprobatória, o mérito da ação, o impacto cultural no município, a necessidade e a contrapartida cultural da proposta. Receberão os recursos de premiação as propostas classificadas dentro do quantitativo disponível estabelecido no regulamento para cada categoria de ação.

Caso não seja atendido todo o quantitativo de propostas disponíveis para determinado segmento, será realizado o remanejamento do recurso para outras categorias/segmento que possua propostas aprovadas, porém não contempladas para o recebimento do recurso da premiação. O remanejamento tem como objetivo garantir o amplo atendimento às propostas aptas para o recebimento da premiação, e assim atender os objetivos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

Paulo Madson Vieira da Silva

Secretário Municipal de Educção e Cultura

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO

Retifica-se o Regulamento para o concurso de decoração natalina 2021-publicado no diário oficial ANO XVI | N° 3.836 no dia 18 de Outubro de 2021 por motivos formais.

Onde se lê:

“NATAL QUE BRILHA” 2021

REGULAMENTO PARA CONCURSO DE DECORAÇÃO NATALINA

7.7. Os casos omissos e não previstos neste regulamento serão resolvidos pelos membros da Comissão de Avaliação do Concurso de Decoração Natalina – Natal que Brilha.

Lê se:

“CIDADE QUE BRILHA” 2021

REGULAMENTO PARA CONCURSO DE DECORAÇÃO NATALINA

7.7. Os casos omissos e não previstos neste regulamento serão resolvidos pelos membros da Comissão de Avaliação do Concurso de Decoração Natalina – “Cidade que Brilha”.

Santa Rita do Trivelato/MT, 22 de Outubro de 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2021

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2021

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE AVIAMENTOS, MATERIAL PARA ARTESANATO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Eletrônico nº 009/2021, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 14/10/2021, sagrou-se vencedor as empresas, conforme segue abaixo:

5500	**19.496.182/0001-61**	**ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE AVIAMENTOS**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
229753	AGULHA PARA COSTURA Nº 06 (PARA BORDAR)	CORRENTE AGULHA DE BORDAR	UNIDADE	50,0000	8,2500	412,5000
229756	COLA PERMANENTE 250 ML	DELTA COLA BRANCA	UNIDADE	50,0000	9,4900	474,5000
229757	PAPEL CARBONO PARA COSTURA, PACOTE C/ 10 UNID, CORES VARIADAS	TRAMA PEROLA PARA ARTESANATO	PACOTE	10,0000	47,0000	470,0000
229762	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 08, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	TIGRE PINCEL CHATO	UNIDADE	40,0000	10,3900	415,6000
229771	ESTENCIL PARA PINTURA SIMPLES 20X25 - DIVERSAS FIGURAS	OPA ESTENCIL PARA PINTURA	UNIDADE	100,0000	12,4900	1.249,0000
229773	ESTENCIL PARA PINTURA SIMPLES 14X14 - DIVERSAS FIGURAS	OPA ESTENCIL PARA PINTURA	UNIDADE	100,0000	4,2900	429,0000
229774	EVA LISO, MEDINDO 40X60CM PCT C/ 10 FOLHAS - CORES VARIADAS	ARANHA ETIQUETA	PACOTE	50,0000	0,9900	49,5000
229777	ADESIVOS INSTANTANEOS - FRASCO COM 20GR	LEONORA ADESIVO INSTANTANEO	UNIDADE	30,0000	9,9900	299,7000
229779	ARGOLAS PLASTICAS COM DIAMENTRO DE 75 MM	JOWAMA ARGOLA PLÁSTICA	UNIDADE	100,0000	0,8000	80,0000
229780	ARGOLAS PLASTICAS COM DIAMENTRO DE 30MM	JOWAMA ARGOLA PLÁSTICA	UNIDADE	100,0000	0,2000	20,0000
229787	KITS PARA CRAQUELE, 37ML, CAIXA C/ 2 UNIDADES - CORES VARIADAS	ACRILEX CRAQUELE	CAIXA	30,0000	18,9900	569,7000
229790	TINTA FOSCA PARA ARTESANATO P.V.A 100ML - CORES VARIADAS	ACRILEX TINTA PARA TECIDO	UNIDADE	100,0000	34,0000	3.400,0000
229791	TOALHA DE MAO PARA BORDAR MEDINDO 25X36CM - CORES VARIADAS	ESTILOTEX TOALHA LAVABO	UNIDADE	100,0000	5,8800	588,0000
229795	FITA DE CETIM Nº 12 LARGURA 50MM, PECA COM, 10M - CORES VARIADAS	SISASUL FIO DE SISAL	UNIDADE	100,0000	19,4900	1.949,0000
229809	CESTA EM VIME TAMANHOS E FORMATOS DIVERSOS	ARANHA CESTA DE VIME	UNIDADE	100,0000	9,9900	999,0000
229812	COLA QUENTE BASTAO FINO	ACRILEX COLA PERMANENTE	UNIDADE	100,0000	16,9900	1.699,0000
229816	GLITER PACOTE 1 KG - CORES VARIADAS	LEONORA GUARDANAPO DECOUPAGE	UNIDADE	20,0000	9,7800	195,6000
229819	TINTA JATEADO 100ML - CORES VARIADAS	ACRILEX TINTA PARA TECIDO	UNIDADE	20,0000	34,0000	680,0000
229821	VERNIZ VITRAL 100 ML - CORES VARIADAS	ACRILEX VERNZ GERAL	UNIDADE	50,0000	49,9900	2.499,5000
229822	HIDRO VITRAL - CORES VARIADAS 100 ML	ACRILEX HIDRO VITRAL	UNIDADE	50,0000	18,9900	949,5000

229825	AGULHA DE MAO PARA BORDAR Nº 22 - PCT C/ 10 UNIDADES	CIRCULO AGULHA BORDAR PONTO RUSSO	PACOTE	5,0000	14,9900	74,9500
229829	AGULHA PARA BORDAR PONTO RUSSO Nº 12	CORRENTE AGULHA DE BORDAR	UNIDADE	30,0000	2,5000	75,0000
229832	AGULHA PARA BORDAR JUTA Nº 24 - PACOTE COM 10 UNIDADES	CORRENTE AGULHA DE BORDAR	UNIDADE	5,0000	7,4900	37,4500
229836	LINHA DE CROCHE, COM NO MINIMO 1000M, IGUAL OU SUPERIOR A LINHA DE CROCHE CLEA - CORES VARIADAS	CIRCULO LINHA DE CROCHE	UNIDADE	100,0000	19,9900	1.999,0000
229838	BARBANTE CRU Nº 08, COM NO MINIMO 457M	ROMA BARBANTE CRU	UNIDADE	100,0000	19,4900	1.949,0000
229843	FRALDAS COM ESPACO PARA PINTAR E BORDAR CAIXA COM 5 UNIDADES	INCOMFRAL FRALDA PINTE E BORDE	CAIXA	30,0000	37,6300	1.128,9000
234962	AGULHAS PARA BORDAR VAGONITE - COM 10 UNIDADES N° 5	CIRCULO AGULHA DE BORDAR	PACOTE	10,0000	3,9900	39,9000
				Total Fornecedor:		**22.733,30**

5680	**20.357.366/0001-20**	**CYAN PAPELARIA E MAT DE INFORMATICA EIRELLI - EPP**

Itens

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
229754	TINTA DIMENSIONAL EM RELEVO ACRIPUFF 35ML, PACOTE C/ 12 UNID CORES A ESCOLHER	ACRILEX TINTA DIMENSIONAL EM RELEVO ACRI	PACOTE	20,0000	55,0000	1.100,0000
229758	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 00, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	LEONORA PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 6	UNIDADE	40,0000	1,5000	60,0000
229759	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 02, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	LEONORA PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 8	UNIDADE	40,0000	1,3000	52,0000
229760	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 04, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	LEONORA PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 10	UNIDADE	40,0000	1,3000	52,0000
229761	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 06, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	LEONORA PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 12	UNIDADE	40,0000	1,4000	56,0000
229763	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 10, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	LEONORA PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 00	UNIDADE	40,0000	1,2000	48,0000
229764	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 12, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	LEONORA PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 2	UNIDADE	40,0000	1,1000	44,0000
229765	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 00 PELO DE MARTA, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 141	LEONORA PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 4	UNIDADE	40,0000	1,2000	48,0000
229767	TINTA DE TECIDO CLAREADOR, 37 ML, PACOTE COM 12 UNIDADES	ACRILEX TINTA FOSCA PARA ARTESANATO PVA	PACOTE	50,0000	8,5000	425,0000
229768	TINTA DE TECIDO PACOTE COM 12 UNIDADES 37 ML - CORES A ESCOLHER	ACRILEX TINTA DIMENSIONAL EM RELEVO GLIT	PACOTE	100,0000	120,0000	12.000,0000
229770	CANETA ACRILPEN PARA TECIDO - CORES A ESCOLHER	ACRILEX CANETA ACRILPEN PARA TECIDO - CO	UNIDADE	50,0000	5,0000	250,0000
229776	EVA ATOALHADO, MEDINDO 40X48CM - PCT C/ 5 FOLHAS	LEONORA EVA ESTAMPAS VARIADAS, PACOTE CO	PACOTE	50,0000	33,0000	1.650,0000
229778	ARGOLAS PLASTICAS COM DIAMENTRO DE 120MM	LAD ARGOLAS PLÁSTICAS COM DIAMETRO DE 12	UNIDADE	100,0000	0,6000	60,0000
229784	FITA CREPE 18CM X 50MT BRANCA	CINDERELA FITA DE CETIM Nº 12, 50 MM, PE	UNIDADE	50,0000	14,0000	700,0000
229786	VERNIZ GERAL 500 ML	ACRILEX VERNIZ VITRAL 100ML - CORES VARI	UNIDADE	30,0000	16,6900	500,7000
229794	BORDADO INGLES, COM 50MM DE LARG E 13,70 DE COMPRIMENTO	NYBC BORDADO INGLÊS, COM 50MM LARGURA -	UNIDADE	100,0000	14,0000	1.400,0000
229810	FIO DE SIZAL 700/2, NOVELO DE 250G	SETTA FIO PARA COSTURA 70 GR - DIVERSAS	UNIDADE	10,0000	5,4000	54,0000
229813	COLA QUENTE BASTAO GROSSO	ACRILEX COLA EM GERAL PARA DECOUPAGE	UNIDADE	100,0000	11,0000	1.100,0000
229817	PACOTE DE PEROLA - PACOTE 500 GR	CCA PANO DE PRATO COM BAINHA PARA ARTESA	UNIDADE	20,0000	9,0000	180,0000

229818	MEIA PEROLA PARA ARTESANATO - PACOTE 500 GR	NYBC MIÇANGAS PARA BORDAR - PCTE 500GR -	UNIDADE	10,0000	28,0000	280,0000	
229820	VERNIZ FOSCO 100 ML	ACRILEX VERNIZ FOSCO 100ML	UNIDADE	30,0000	13,0000	390,0000	
229823	ACQUA BETUME	ACRILEX ACQUA BETUME	UNIDADE	30,0000	7,0700	212,1000	
229827	NOVELO DE LA C/100 GRAMAS - CORES VARIADAS	CIRCULO NOVELO DE LÃ COM 100 GRAMAS - CO	UNIDADE	50,0000	8,0000	400,0000	
229833	TOALHA PARA BORDAR PONTO RUSSO 30X45CM	CAMESA TOALHA DE BANHO INFANTIL, 90X70CM	UNIDADE	100,0000	39,0000	3.900,0000	
229840	BARBANTE CRU Nº 12, COM NO MINIMO 307M	CIRCULO BARBANTE BARROCO DECORE LUXO 180	UNIDADE	100,0000	16,0000	1.600,0000	
229846	TOALHA DE BANHO INFANTIL, MEDINDO 90X70CM COM ESPACO PARA PINTAR E BORDAR	ESTILOTEX TOALHA DE MÃO PARA BORDAR MEDI	UNIDADE	30,0000	3,0000	90,0000	
229850	TELA PARA PINTURA SIMPLES 30X40CM	GUEDES TELA PARA PINTURA SIMPLES 30X40CM	UNIDADE	100,0000	7,0000	700,0000	
229851	TELA PARA PINTURA SIMPLES 40X60CM	GUEDES TELA PARA PINTURA SIMPLES 40X60CM	UNIDADE	100,0000	15,0000	1.500,0000	
229857	MICANGAS PARA BORDAR (PACOTE 500 GRAMAS) - CORES VARIADAS	LAD MEIA PÉROLA PARA ARTESANATO - PCTE 5	UNIDADE	20,0000	44,0000	880,0000	
229859	ZIPER DE METAL 06CM - CORES DIVERSAS	NYBC ZIPER DE METAL 06CM - CORES VARIADA	UNIDADE	50,0000	1,2500	62,5000	
229860	ZIPER DE METAL 30CM - CORES DIVERSAS	NYBC ZIPER DE METAL 30CM - CORES VARIADA	UNIDADE	50,0000	3,0000	150,0000	
229861	ZIPER DE METAL 15CM - CORES DIVERSAS	NYBC ZIPER DE METAL 15CM - CORES VARIADA	UNIDADE	50,0000	1,8000	90,0000	
229862	ZIPER DE METAL 50CM - CORES DIVERSAS	NYBC ZIPER DE METAL 50CM - CORES VARIADA	UNIDADE	50,0000	4,0000	200,0000	
229864	FIO PARA COSTURA 70GR - DIVERSAS CORES	ADERE FITA CREPE 18X50 MT BRANCA	UNIDADE	100,0000	3,0000	300,0000	
229866	ETIQUETAS DIVERSAS	LEONORA EVA ATOALHADO PACOTE COM 5 FOLHA	UNIDADE	50,0000	37,0000	1.850,0000	
					Total Fornecedor:	**32.384,30**	

6706	**20.847.096/0001-35**	**MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI**					
Itens							
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**	
229750	TECIDO EM FELTRO, LARG 1,40M CORES VARIADAS	ADAR	METRO LIN	200,0000	16,6500	3.330,0000	
229751	TECIDO EM FELTRO ESTAMPADO, LARG 1,40M ESTAMPAS VARIADAS	SAO GERALDO	METRO LIN	50,0000	19,9000	995,0000	
229752	TECIDO PATCHWORK TRICOLINE ESTAMPADO, LARG 1,50 M	SANTA RITA	METRO LIN	200,0000	19,9000	3.980,0000	
229755	TINTA DIMENSIONAL EM RELEVO GLITER 35ML PACOTE C/ 12 UNID CORES A ESCOLHER	GLITTER	PACOTE	20,0000	9,3500	187,0000	
229769	TECIDO DE ALGODAO PARA PINTURA, LARG. 0,70CM	ESTILOTEX	METRO LIN	200,0000	7,9000	1.580,0000	
229775	EVA ESTAMPAS VARIADAS, MEDINDO 40X60CM, PCT C/ COM 10 FOLHAS - CORES VARIADAS	DUBFLEX	PACOTE	50,0000	16,1900	809,5000	
229781	GUARDANAPOS PARA DECOPAGE, MEDINDO 33X33CM - PCT C/ 5 FOLHAS	GLITTER	PACOTE	30,0000	53,0000	1.590,0000	
229783	SELANTE UNIVERSAL PRIME 250 ML	MURAL COLOR	UNIDADE	50,0000	28,4300	1.421,5000	
229788	COLA CASCOREX 500 GRAMAS	CLASSE	UNIDADE	50,0000	0,5500	27,5000	
229789	MASSA PRONTA PARA BISCUIT, PACOTE COM 1KG - CORES VARIADAS	J E L	PACOTE	20,0000	15,5000	310,0000	
229792	PANO DE PRATO COM BAINHA, MEDINDO 65X40CM PARA ARTESANATO BRANCO	NYBC	UNIDADE	100,0000	9,0000	900,0000	
229793	PASSA FITA, COM 5CM DE LARGURA E 13,70M DE COMPRIMENTO - COR BRANCA	ACRILEX	UNIDADE	30,0000	14,8800	446,4000	
229799	MDF BAU QUADRADO GRANDE 30X30	M ARTS	UNIDADE	100,0000	7,2000	720,0000	

229800	MDF BAU QUADRADO MEDIO 25X25	M ARTS	UNIDADE	100,0000	9,8000	980,0000	
229801	MDF BAU QUADRADO PEQUENO 10X20	M ARTS	UNIDADE	100,0000	24,0500	2.405,0000	
229802	MDF CAIXA 10X10X5CM	M ARTS	UNIDADE	100,0000	12,6000	1.260,0000	
229803	MDF CAIXA 15X15X5CM	M ARTS	UNIDADE	100,0000	15,4000	1.540,0000	
229804	MDF CAIXA 20X20X5CM	M ARTS	UNIDADE	100,0000	35,0000	3.500,0000	
229805	MDF CAIXA REDONDA 20X20X7CM	M ARTS	UNIDADE	100,0000	44,8000	4.480,0000	
229806	MDF PORTA CHAVES 4 PINOS	M ARTS	UNIDADE	100,0000	41,0000	4.100,0000	
229807	MDF PORTA TALHERES	M ARTS	UNIDADE	100,0000	18,4500	1.845,0000	
229808	MDF RECORTES EM DIVERSOS MODELOS MEDIDO DE3,5CM A 8,00CM	M ARTS	UNIDADE	100,0000	16,9000	1.690,0000	
229811	CORDA CRUA MEDIA	SAO JOSE	METRO LIN	50,0000	3,8800	194,0000	
229814	CADERNO PEQUENO CAPA DURA 96 FOLHAS	PANAMERICANA	UNIDADE	200,0000	3,3700	674,0000	
229815	MUSGO PARA ARTESANATO - PACOTE COM 50GRS	ASP	UNIDADE	20,0000	3,9900	79,8000	
229824	TECIDO JUTA COR CRU FECHADA, LAR 1,00M	SANTA RITA	METRO LIN	200,0000	14,4900	2.898,0000	
229826	PASTA PARA MODELAGEM PARA ARTESANATO - 250 ML	THEOTO	UNIDADE	50,0000	2,3900	119,5000	
229828	TECIDO DE PONTO RUSSO PARA BORDAR, LARG 1,50M	SAO GERALDO	METRO LIN	200,0000	18,4900	3.698,0000	
229830	BASTIDOR PLASTICO PEQUENO 18CM	MERITA	UNIDADE	100,0000	13,9000	1.390,0000	
229831	BASTIDOR PLASTICO MEDIO 25CM	EUROROMA	UNIDADE	50,0000	15,5000	775,0000	
229834	TECIDO PARA BORDAR VAGONITE, LAR 1,40M	PERIPAN	METRO LIN	200,0000	10,4900	2.098,0000	
229839	BARBANTE CRU Nº 10, COM NO MINIMO 366M	MERITA	UNIDADE	100,0000	14,0000	1.400,0000	
229841	BARBANTE BARROCO DECORE LUXO 180M - CORES VARIADAS	EUROROMA	UNIDADE	100,0000	15,1500	1.515,0000	
229844	CUEIROS LISOS, MEDINDO 08X100CM - PACOTE COM 3 UNIDADES	PRINCES	PACOTE	30,0000	14,5000	435,0000	
229845	BODY INFANTIL TAMANHO RN/P - CORES VARIADAS	PRINCES	UNIDADE	50,0000	12,9900	649,5000	
229847	PALITOS DE PICOLE QUADRADO CRU - PACOTE COM 100 UNIDADES	IMPORTADO	UNIDADE	10,0000	21,9000	219,0000	
229848	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO 60 MM - PCT COM 30 UNIDADES	ISOESTE	PACOTE	20,0000	12,9000	258,0000	
229849	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO 75 MM - PCT COM 25 UNIDADES	ISOESTE	PACOTE	20,0000	12,9000	258,0000	
229852	TELA PARA PINTURA SIMPLES 20X30CM	GUEDES	UNIDADE	100,0000	4,5400	454,0000	
229853	TELA PARA PINTURA SIMPLES 18X24CM	GUEDES	UNIDADE	100,0000	3,9400	394,0000	
229854	TELA PARA PINTURA SIMPLES 09X12CM	GUEDES	UNIDADE	100,0000	2,7900	279,0000	
229855	TELA PARA PINTURA SIMPLES 15X15CM	GUEDES	UNIDADE	100,0000	3,4900	349,0000	
229856	TECIDO OXFORD ESTAMPADO, LAR 1,50M - ESTAMPAS A ESCOLHER	NORTEX	METRO LIN	200,0000	10,1500	2.030,0000	
229863	ZIPER DE METAL 60CM - CORES DIVERSAS	RUBINHO	UNIDADE	50,0000	3,9000	195,0000	
229865	LINHA PARA COSTURA COM NO MINIMO 1.829M - CORES DIVERSAS	SETTA	UNIDADE	100,0000	4,9900	499,0000	
					Total Fornecedor:	**58.957,70**	

7300	11.753.137/0001-33	NONATO DA SILVA & CIA LTDA					
Itens							
Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
229772	ESTENCIL PARA PINTURA SIMPLES 10X10 - DIVERSAS FIGURAS	ACRILEX	UNIDADE	100,0000	3,9000	390,0000	
229782	COLA EM GERAL PARA DECOPAGE 120 ML	LEONORA	UNIDADE	50,0000	0,9900	49,5000	
229785	FITA DUPLA FACE FIXA FORTE VHB 19MM X 2M - TRANSPARENTE	KIT	UNIDADE	100,0000	6,4400	644,0000	
229796	FITA DE CETIM Nº 09 LARGURA 38MM, PECA COM 10M - CORES VARIADAS	KIT	UNIDADE	50,0000	3,2900	164,5000	
229797	FITA DE CETIM Nº 01 LARG 07MM, PECA COM 10M - CORES VARIADAS	ADERE	UNIDADE	50,0000	15,9900	799,5000	
229798	FITA DE CETIM Nº 03 LARGURA 15 MM PECA COM 10M - CORES VARIADAS	KIT	UNIDADE	50,0000	1,7900	89,5000	
229837	BARBANTE CRU Nº 06, COM NO MINIMO 610M	PIRATININGA	UNIDADE	100,0000	16,2400	1.624,0000	
229858	LINHAS PARA COSTURA ESTOJO COM 100 UNIDADES - CORES DIVERSAS	MAGMA	UNIDADE	5,0000	137,4400	687,2000	
				Total Fornecedor:		4.448,20	
				Total Geral:		118.523,50	

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 14 de outubro de 2021.

Dieniffer Moura da Silva

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 36A/2021. PREGÃO: N° 036/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 36A/2021.

PREGÃO: N° 036/2021

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua assinatura.

O Município de SANTA TEREZINHA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 15.031.669/0001-18 com sede administrativa a Rua 25, s/n, Centro, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, servidor publico, residente e domiciliado na Avenida 05 s/nº, nesta cidade de Santa Terezinha – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 445076689– SSP/SP e CPF nº 359.215.228-99, doravante designado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa **J. PRESSI EIRELI,** inscrita CNPJ: **16.501.192/0001-50**, com sede em Vila Rica-MT, representada pelo senhor Jurandir pressi, inscrito no CPF Nº844.180.871-68, brasileiro, casado, empresário daqui por diante, denominadas simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 1.823/2006, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Pregão nº 36/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO COM TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO CAÇAMBA, CAMINHÃO MUCK, CAMINHÃO PRANCHA,MOTONIVELADORA, PÁ CARREGADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA DE PNEU,ROLO COMPACTADOR, CAMINHÃO PIPA E DEMAIS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA CONFORME TERMO DE REFERENCIA.**conforme especificações e condições constantes no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2021** e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO**, através SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS, no seu aspecto operacional, com apoio da ASSESSORIA JURÍDICA, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD	VALOR HORA	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviço de **Retroescavadeira** com tração 4x4, potência mínima de 85 HP, peso operacional mínimo de 7 ton. Com operador .	500 horas	R$ 175,00	R$ 87.500,00
02	Prestação de serviço com **Caminhão Caçamba Basculante** de capacidade mínima 12m³. 6x4.Com motorista (Diária).	300 diárias	R$ 695,00	R$ 208.500,00
03	Prestação de serviço com **Caminhão tanque pipa, trucado ,peso bruto total 23.000 KG carga útil máxima 15.935 KG, distancia entre os eixos**	120 diárias	R$ 620,00	R$ 74.400,00

	4,8 M, potencia 230 cv, inclusive tanque para transporte de agua com capacidade 15.000 litros. Com motorista			
04	Serviço de **Caminhão Munck** no mínimo capacidade operacional de 06 toneladas ,com elevação de no mínimo 15 metros. Com motorista	50 horas	R$ 180,00	R$ 9. 000,00
05	Prestação de serviço de **locação de caminhão e reboque –carreta do tipo prancha** ,com carroceria aberta com capacidade de 23 toneladas, 03 eixos , cap. Carga 20.000-37.000 kg, cavalo 440 cv ou superior traçado 6x4,guincho de cabo rampa hidráulica. Com motorista.	5.000 km	R$ 5,10	R$ 25. 500,00
07	Prestação de serviço de locação de **compactador manual soquete vibratório**.	12 meses	R$ 1. 290,00	R$ 15. 480,00
08	**Prestação de serviço de locação de distribuidor de agregados/ asfalto rebocável**, com engates externos tipo "calota" com regulagem de distancia para atração em rodagem traseira em caminhões basculantes .	100 diárias	R$ 79,00	R$ 7. 900,00
09	Prestação de serviço de locação de caminhão distribuidor espargidor / asfalto.	100 diárias	R$ 99,00	R$ 9. 900,00
11	Prestação de serviço de locação de **maquina extrusora de concreto para guias e sarjetas** ,motor a diesel potencia mínima 14 cv. com motorista	12 meses	R$ 5. 820,00	R$ 69. 840,00
13	Prestação de serviço de **Rolo Compactador de pneus** autopropulsor com capacidade de 9,8 A 27 ton, potencia 100hp Com operador.	100 horas	R$ 179,00	R$ 17. 900,00
14	Prestação de serviço de **Rolo Compactador liso** autopropulsor com capacidade de 9,8 A 27 ton, potencia 100hp Com operador.	100 horas	R$ 134,00	R$ 13. 400,00
16	Prestação de serviço de locação de maquina cortadora de piso/ asfalto. Motor- 4 Tempos Potência: 13 HP Combustível: Gasolina Capacidade de Combustível: 6,5 Litros Profundidade Máxima de Corte: 18 cm Diâmetro Externo Máximo do Disco: 45 cm Diâmeto Interno do Disco: 25,4 mm (1") Transmissão: Polias com 3 Correias Capacidade Tanque de Água: 30 Litros	100 Diárias	R$ 119,00	R$ 11. 900,00
17	Prestação de serviço de **trator de esteira** - lâmina frontal com largura mínima de 3,0 metros, motor diesel, potencia mínima de 92 cv, d4 e/ou similar. Com operador incluso.	300 horas	R$ 250,00	R$ 75. 000,00
18	Prestação de serviço de locação de **vassoura mecânica rebocável para asfalto.**	100 Diárias	R$ 87,00	R$ 8. 700,00
19	**Prestação de serviço de locação de tanque para estocagem** com volume mínimo de 30.000 litros 30 toneladas para asfalto isolado termicamente, com pés de apoio instalado no local a ser definido pela contratada.	3.000 horas	R$ 25,00	R$ 75. 000,00

VALOR TOTAL POR EXENSO:709.920,00(setecentos e nove mil e novecentos e vinte reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos no edital e termo de referencia, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, num prazo de no máximo de **24 (vinte e quatro)** horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.4. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.5. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, além das leis trabalhistas, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta PREFEITURA;

5.8. Indenizar terceiros e/ou à própria PREFEITURA mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.9 Responsabilizar-se pelo transporte dos maquinários até os locais a serem executados os serviços.

5.10 Os serviços deverão ser executados no local indicado pela contratante, no prazo máximo **de 48 (quarenta e oito) horas,** contados a partir do recebimento da NAD – Nota de Autorização de Despesa.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.2. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.3. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.4. Emitir relatório especificando os locais onde foram realizados os serviços, o trabalho realizado, bem como a quantidade de horas trabalhados por dia.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a emissão da nota fiscal eletrônica, que deverá ser atestada pelo fiscal do contrato.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do objeto licitado, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. O Contratante não efetuará pagamento de **título descontado, ou por meio de cobrança em banco**, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual

apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com PREFEITURA e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ATA;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a prefeitura, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da PREFEITURA, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta PREFEITURA e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela ASSESSORIA JURÍDICA;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela ASSESSORIA JURÍDICA;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2021**, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. FISCALIZAÇÃO

14.1 Ficará a cargo do(a) servidor(a) nomeado pro portaria, o acompanhamento e fiscalização da ata de registro de preços.

15. USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ADESÕES)

15.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02;

15.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou

não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas;

15.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, limitando a quantidade máxima de até **05 (cinco) "caronas**" (entidades ou órgão não participante), que aderirem, para **cada item registrado**.

15.4. A Secretaria Municipal de Administração será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, por meio do Setor de Licitações.

16. DO FORO

16.1 As partes contratantes elegem o foro de Vila Rica-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da Prefeitura, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santa Terezinha - MT, 20 de outubro de 2021.

_____

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

J. PRESSI EIRELI,

CNPJ: **16.501.192/0001-50**

DETENTORA

LICITAÇÃO E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 38/2021. PREGÃO: N° 038/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 38/2021.

PREGÃO: N° 038/2021

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua assinatura.

O Município de SANTA TEREZINHA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 15.031.669/0001-18 com sede administrativa a Rua 25, s/n, Centro, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, servidor publico, residente e domiciliado na Avenida 05 s/nº, nesta cidade de Santa Terezinha – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 445076689– SSP/SP e CPF nº 359.215.228-99, doravante designado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** e de outro lado, e a empresa **FRIOLAR COMERCIO E SERVIÇOS DE ELETRODOMESTICO LTDA-ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 36.850.598/0001-55, estabelecida a rua trinta e três, lote da cruz III, quadra 78, nº 32,bairro santa cruz na cidade de Cuiabá– MT, representada neste ato por seu Administrador Srº **LUIZ CARLOS MACHADO** , portador do RG n.º 05316979SJ/MT CPF: 318.356.861-68, daqui por diante, denominadas simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 1.823/2006, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Pregão nº 38/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado Split,

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua assinatura.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preço caberá ao Setor de Compras no seu aspecto operacional, à Secretaria solicitante quanto ao recebimento do material e fiscalização e a Coordenadoria Jurídica nas questões legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE Nº ....

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	FABRICANTE	UNIT.	TOTAL
2	20	und	Ar condicionado- tipo air Split system modelo hi wall com capacidade de 12.000 btus. Potência de 2 hp, na voltagem de 220v, monofásico, garantia total de equipamento de 01 ano para defeito de fabricação de 03 anos para defeitos de compressor e contra corrosão com selo procel classe A, companha controle remoto sem fio. Und	ELGIM	1.740,00	34.800,00
TOTAL						34.800,00

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, despesa de frete, carga e descarga, etc.)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Após a emissão da Nota Fiscal e antes do envio dos produtos, a Empresa deverá enviar por e-mail cópia da Nota Fiscal.

5.2. Os produtos deverão ser entregues, na No Almoxarifado da Prefeitura Municipal de santa terezinha, rua 25 s/n centro, fone (66) 3558 1414, **no horário das** 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, **com as despesas de carga e descarga correndo por conta da Empresa Vencedora.**

5.3. O prazo de entrega dos produtos será de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data da Autorização de Fornecimento.

5.4. As quantidades totais poderão ser alteradas, bem como as datas de entrega, a critério da Secretaria, conforme necessidades detectadas, observadas as normas legais vigentes.

5.5. Ocorrendo queda na qualidade de qualquer produto durante o fornecimento, reserva-se ao Município o direito de rescindir o Contrato com o fornecedor.

5.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

5.7. Prestar e dar garantia dos produtos fornecidos, pelo período de 12 (doze) meses.

5.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões e especificações do Edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

5.9. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, caso constatada divergência na especificação.

5.10. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do equipamento, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA.

5.11. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

5.12. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.13. Comunicar imediatamente à Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

5.14. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

5.15. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura.

5.16. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

5.17. As Autorizações de Fornecimento advindo do presente Registro Preços somente poderão ser expedidas pelo Setor de Compras.

5.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.19. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

5.20. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correram por conta exclusiva da contratada.

5.21. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da feitura da “Nota de Empenho”, a sessão será retomada e as demais chamadas, na ordem de classificação, para nulo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

6.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências.

6.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

6.5. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

6.6. Efetuar o pagamento á contratada, nas condições estabelecidas no edital.

6.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO EMPENHO

7.1. Após a emissão da Nota Fiscal e antes do envio dos produtos, a Empresa deverá enviar por e-mail cópia da Nota Fiscal.

7.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular perante a Receita Estadual, a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As dotações serão informadas no ato da solicitação, de acordo com a secretaria solicitante.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

9.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do material (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

9.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a, garantida prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

11.1.1. Notificação / Advertência;

11.1.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude

fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº 038/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o empenho decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Santa Terezinha - MT, 21 de outubro de 2021.

_____

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

TRANSPORTADORA E AUTO

SOCORRO TIGRÃO-LTDA,

C.N.P.J./MF n.º 13.794.493/0001-20

DETENTORA

LICITAÇÃO E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 36B/2021. PREGÃO: N° 036/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 36B/2021.

PREGÃO: N° 036/2021

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua assinatura.

O Município de SANTA TEREZINHA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 15.031. 669/0001-18 com sede administrativa a Rua 25, s/n, Centro, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, servidor publico, residente e domiciliado na Avenida 05 s/nº, nesta cidade de Santa Terezinha – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 445076689– SSP/SP e CPF nº 359.215.228-99, doravante designado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** e de outro lado, e a empresa **TRANSPORTADORA E AUTO SOCORRO TIGRÃO-LTDA**, inscrita no C. N.P.J./MF sob o n.º 13.794.493/0001-20, estabelecida a rua Ayrton senna nº 180 Bairro setor sul, na cidade de confresa– MT, representada neste ato por seu Diretor Srº bertier da silva filho, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 1558768ssp/go, residente a rua Ayrton senna nº 180 Bairro setor sul, na cidade de confresa– MT, daqui por diante, denominadas simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/ 2002, e Decreto Municipal nº. 1.823/2006, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Pregão nº 36/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8. 666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO COM TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO CAÇAMBA, CAMINHÃO MUCK, CAMINHÃO PRANCHA,MOTONIVELADORA, PÁ CARREGADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA DE PNEU,ROLO COMPACTADOR, CAMINHÃO PIPA E DEMAIS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA CONFORME TERMO DE REFERENCIA.**conforme especificações e condições constantes no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2021** e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO**, através SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS, no seu aspecto operacional, com apoio da ASSESSORIA JURÍDICA, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD	VALOR HORA	VALOR TOTAL
12	Prestação de serviço de **Motoniveladora** com potência mínima 130 HP. Com operador.	400 horas	R$ 244,00	R$ 97. 600,00
06	Prestação de serviço de **Pá Carregadeira**, potência mínima de 152 HP, peso operacional mínimo de 10 ton. Com operador .	300 horas	R$ 124,00	R$ 37. 200,00
10	Prestação de serviço de **Escavadeira Hidráulica com esteira** com peso operacional de no mínimo 20 ton. Com operador .	800 horas	R$ 329,00	R$ 263. 200,00

15	Prestação de serviço de **Rolo Compactador pé de carneiro**, peso operacional mínimo de 10 ton. Com operador.	12 meses	R$ 17.580,00	R$ 210.960,00

VALOR TOTAL POR EXENSO: 608.960,00 (seiscentos e oito mil e novecentos e sessenta reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos no edital e termo de referencia, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, num prazo de no máximo de **24 (vinte e quatro)** horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.4. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.5. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, além das leis trabalhistas, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta PREFEITURA;

5.8. Indenizar terceiros e/ou à própria PREFEITURA mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.9 Responsabilizar-se pelo transporte dos maquinários até os locais a serem executados os serviços.

5.10 Os serviços deverão ser executados no local indicado pela contratante, no prazo máximo **de 48 (quarenta e oito) horas,** contados a partir do recebimento da NAD – Nota de Autorização de Despesa.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.2. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.3. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.4. Emitir relatório especificando os locais onde foram realizados os serviços, o trabalho realizado, bem como a quantidade de horas trabalhados por dia.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a emissão da nota fiscal eletrônica, que deverá ser atestada pelo fiscal do contrato.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do objeto licitado, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. O Contratante não efetuará pagamento de **título descontado, ou por meio de cobrança em banco**, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com PREFEITURA e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ATA;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a prefeitura, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da PREFEITURA, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta PREFEITURA e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela ASSESSORIA JURÍDICA;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela ASSESSORIA JURÍDICA;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2021**, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. FISCALIZAÇÃO

14.1 Ficará a cargo do(a) servidor(a) nomeado pro portaria, o acompanhamento e fiscalização da ata de registro de preços.

15. USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ADESÕES)

15.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02;

15.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas;

15.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, limitando a quantidade máxima de até **05 (cinco) "caronas**" (entidades ou órgão não participante), que aderirem, para **cada item registrado**.

15.4. A Secretaria Municipal de Administração será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, por meio do Setor de Licitações.

16. DO FORO

16.1 As partes contratantes elegem o foro de Vila Rica-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da Prefeitura, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santa Terezinha - MT, 20 de outubro de 2021.

_____

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

TRANSPORTADORA E AUTO

SOCORRO TIGRÃO-LTDA,

C.N.P.J./MF n.º 13.794.493/0001-20

DETENTORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DECRETO Nº 068/GP/2021

DECRETO Nº 068/GP/2021

"DECLARA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL NO DIA 29 DE OUTUBRO E DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2021 QUE MENCIONA".

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Artigo. 1° - Fica declarado ponto facultativo, nos órgãos da administração pública municipal, no dia 29 de outubro e dia 01 de novembro de 2021.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos plantões necessários às atividades de caráter essencial, bem como às atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em SantoAntônio de Leverger/MT, 21 de outubro de 2021.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP 017-2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2021 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2021 – SRP {PRORROGAÇÃO}

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger - MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial 017/2021, objetivando o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO DE FORMA PARCELADA *PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT*.**

A sessão será realizada às 09h00min do dia 12 de Novembro de 2021, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Setor de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.*leverger.mt.gov.br*, ou solicitar ao Setor de Licitações pelo e-mail *licitacao@leverger.mt.gov.br.*

Santo Antonio do Leverger – MT, 21 de outubro de 2021.

_____ Lidiane Batista de Rezende Pregoeira

Portaria 037/GP/2021

EXTRATO DE ADITIVOS CONTRATOS Nº 055/2020, Nº 057/2020, Nº 065/2020 , Nº 056/2020, Nº 061/2020, Nº 059/2020.

EXTRATO DE ADITIVOS CONTRATOS nº 055/2020, nº 057/2020, nº 065/2020 , nº 056/2020, nº 061/2020, nº 059/2020. Processo Administrativo: 051/2020 Pregão Eletrônico 007/2020Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes, com prorrogação **de mais 90 (noventa) dias**.Extrato do segundo termo aditivo do contrato nº 055/2020 HOSPVIDA LTDA;Extrato do primeiro termo aditivo do contrato nº 057/2020 LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;Extrato do segundo termo aditivo do contrato nº 065/2020 LIGIA MARIA CARNEIRO;Extrato do primeiro termo aditivo do contrato nº 056/2020 LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;Extrato do segundo termo aditivo do contrato nº 061/2020 ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA;Extrato do primeiro termo aditivo do contrato nº 059/2020 DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.DATA DA ASSINATUTA: 21/10/2021 VIGENCIA 12 MESES.Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires Prefeita Municipal

ERRATA - EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°021/2021

Errata

EXTRATO DO SEGUNDOTERMO ADITIVO DO CONTRATO N°021/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 017/2021 PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2021 CONTRATO Nº 021/2021 - SEGUNDO TERMO ADITIVO

Onde-se lê

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DOS PREÇOS DO CONTRATO Nº 001/2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, TORNA-SE PÚBLICO **O EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 001/2021** PARA O SEGUINTE OBJETO: **O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DOS PREÇOS DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES NA DATA DE 21/10/2020, NOS TERMOS PREVISTOS O ART. 65, II, "D", DA LEI Nº 8.666/93.**

ITEM	CODIGO TCE	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR CONTRATUAL	VALOR REQUILIBRIO
1	50028-3	DIESEL COMUM	362.160,000	R$ 5,069	R$ 5,489
2	0000758	DIESEL S-10	468.720-000	R$ 5,099	R$ 5,597
3	149108-3	GASOLINA	155.040,00	R$ 5,897	R$ 6,499
4		ETANOL	54.600,000	R$ 4,329	R$ 4,899

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT,** inscrito no CNPJ n.º 03.507.555/0001-12.**CONTRATADA: COMERCIAL VILLA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 02.005.520/0002-01, com sede na Rodovia MT 261, S/N, KM 48, Porto de Fora, Santo Antônio do Leverger-MT**DATA DE ASSINATURA: 21/10/2021**Os efeitos financeiros decorrentes do Reequilíbrio Econômico Financeiro vigoram a partir de **21/10/2021.**

Leia-se:

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO N° 021/2021 PARA O SEGUINTE OBJETO:

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DOS PREÇOS DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES NA DATA DE

21/10/2020, NOS TERMOS PREVISTOS O ART. 65, II, “D”, DA LEI Nº 8.666/93.

ITEM	CODIGO TCE	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATUAL	VALOR REQUILIBRIO
1	50028-3	DIESEL COMUM	R$ 5,069	R$ 5,489
2	0000758	DIESEL S-10	R$ 5,099	R$ 5,597
3	149108-3	GASOLINA	R$ 5,897	R$ 6,499
4		ETANOL	R$ 4,329	R$ 4,899

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT, inscrito no CNPJ n.º 03.507.555/0001-12.

CONTRATADA: COMERCIAL VILLA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 02.005.520/0002-01, com sede na Rodovia MT 361, S/N, KM 48, Porto de Fora, Santo Antônio do Leverger-MT

DATA DE ASSINATURA: 21/10/2021.

Os efeitos financeiros decorrentes do Reequilíbrio Econômico Financeiro vigoram a partir de 21/10/2021.

Santo Antônio do Leverger –MT, 21 de Outubro de 2021.

Francieli Magalhaes de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP 019-2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 067/2021 PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2021 – SRP

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger - MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial 019/2021, objetivando o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS, CAMISAS, BONÉS, UNIFORMES, MASCARAS, MOCHILAS, AVENTAL, JALECOS , PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER – MT.**

A sessão será realizada às 08h00min do dia 16 de Novembro de 2021, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Setor de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.*leverger.mt.gov.br*, ou solicitar ao Setor de Licitações pelo e-mail *licitacao@leverger.mt.gov.br.*

Santo Antonio do Leverger – MT, 21 de novembro de 2021.

_____ Lidiane Batista de Rezende Pregoeira

Portaria 037/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO-DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - ZORAYMA DE OLIVEIRA BRITO
EXTRATO DO QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO PREGÃO ELETRONICO N° 013/2021. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2021. CONTRATO Nº 028/2021.

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO

PREGÃO ELETRONICO N° 013/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2021.

CONTRATO Nº 028/2021.

Para fins de restabelecer o Reeequilíbrio Econômico Financeiro inicial, bem como a relação entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante, na Ata de Registro de Preço nº 010/2021, que, respectivamente, a empresa ***BOM JESUS COM. DE PETROLEO LTDA* - CNPJ: 03.646.889/0001-77** *e a Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT, pactuaram para a justa remuneração do fornecimento de* **Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum, Óleo S10 Comum,** para manutenção das frotas de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT, realiza-se através do presente termo, o **terceiro termo de apostilamento** relativo aos reajustes verificados nos preços dos mesmos, ART. 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

Ficam ratificados os reajuste dos preços dos combustíveis praticados a partir de 22/10/2021, alterando assim a **cláusula primeira, número 1.1. 1 do contrato n. º 028/2021**, firmado com a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT.

Assim, as demais claúsulas do contrato original, permanecem inalteradas.

Item	Descriminação	Valor da licitação após o 3º equilíbrio econômico-financeiro (R$)	Valor do reajuste(R$) por Lts	Valor Reajustado
1	GASOLINA COMUM	7,36	0,24	7,60
3	ÓLEO DIESEL COMUM	6,06	0,05	6,11
4	ÓLEO DIESEL S10 COMUM	6,17	0,02	6,19

São Felix do Araguaia - MT, 22 de outubro de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2021.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 034/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, TIPO: UMA (01) BOMBA DE ALTA PRESSAO E QUATRO (04) BICOS INJETORES PARA MAQUINA PA CARREGADEIRA KOMATSU

WA200 DA SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT. RECURSO PRÓPRIO.

EMPRESA FAVORECIDA: LUCAS GABRIEL P. S. YUDJA JURUNA, CNPJ de nº 32.586.359/0001-89, com sede A 10A, Rua Presidente Kennedy, nº 119, Bairro Centro, na cidade de Confresa-MT, CEP 78652-000, TEL: (66) 98400-1498, e-mail: salvatore9745@gmail.com. Representado pelo Senhor: LUCAS GABRIEL PEREIRA DE SOUSA YUDJA JURUNA**.**

VALOR GLOBAL: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais);

PRAZO DE VIGENCIA: 60 (sessenta) dias;

***FUNDAMENTO LEGAL**: **ART. 75, INCISO II,** da Lei Federal n.º 14.133/21.*

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista na Lei Federal n° 14.133/21, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

São Félix do Araguaia - MT, 22 de outubro de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal.

PMSFA/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2021.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT**, no uso de suas atribuições, torna pública a Contratação Direta: **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2021**. Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 034/2021 – TENDO COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, **TIPO: UMA (01) BOMBA DE ALTA PRESSAO E QUATRO (04) BICOS INJETORES PARA MAQUINA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA200** DA SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT. RECURSO PRÓPRIO. BASE LEGAL Artigo 75, Inciso II caput, da Lei nº 14.133/21. **EMPRESA FAVORECIDA: LUCAS GABRIEL P. S. YUDJA JURUNA,** CNPJ de nº 32.586.359/0001-89, com sede A 10A, Rua Presidente Kennedy, nº 119, Bairro Centro, na cidade de Confresa-MT, CEP 78652-000, TEL: (66) 98400-1498, e-mail: salvatore9745@gmail.com. Representado pelo Senhor: LUCAS GABRIEL PEREIRA DE SOUSA YUDJA JURUNA, inscrito no CPF sob o nº 065.253.671-90 E RG de nº 25270516 SSP/MT. **VALOR GLOBAL: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais); PRAZO DE VIGENCIA: 60** (sessenta) dias; ***FUNDAMENTO LEGAL**:* **ART. 75, INCISO II** da Lei Federal n.º 14.133/21.

São Félix do Araguaia - MT, em 22 de outubro de 2021.

GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PORTARIA Nº 070/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI PORTARIA Nº 1.199/2021, DE 01/10/2021 - RESCISÃO ANTECIPADA, A PEDIDO, DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 123/2020, EM NOME DE CLEIDES NUNES SILVA

PORTARIA Nº 1.199/2021, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre a rescisão antecipada, a pedido, do Contrato Temporário nº 123/2020, em nome da Senhora CLEIDES NUNES SILVA, na função de AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando:

I - que o Contrato nº 123/2020 foi emitido em 27/05/2020, com vigência de 27/05/2020 até 28/02/2021;

II - a prorrogação do Contrato nº 123/2020 pelo 1º aditivo de 26/02/2021, com nova vigência de 28/02/2021 até 01/07/2021 e pelo 2º aditivo de 01/07/2021, com nova vigência de 01/07/2021 até 01/04/2022; e

III - que a contratada requereu, em 01/10/2021, rescisão antecipada do contrato acima, sendo o último dia trabalhado em 01/10/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir antecipadamente, a pedido, o Contrato Temporário nº 123/2020, emitido em 27/05/2020, com vigência inicial de 27/05/2020 até 28/02/2021, já prorrogado pelo 1º aditivo até 01/07/2021 e pelo 2º aditivo até 01/04/2022, em nome da Senhora CLEIDES NUNES SILVA, Brasileira, Convivente, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 020.283.171-08 e Identidade 1.805.003-4 - SSP-MT, na função de AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS).

Art. 2º A remuneração mensal será devida até o dia 1º de outubro de 2021, último dia trabalhado, calculada *pro rata temporis,* juntamente com as verbas rescisórias, de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

EURÍPEDES TAVARES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI PORTARIA Nº 1.248/2021, DE 18/10/2021 - RESCISÃO ANTECIPADA, A PEDIDO, DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 146/2021, EM NOME DE JENIFFER AMARO RODRIGUEZ GUIDA

PORTARIA Nº 1.248/2021, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre a rescisão antecipada, a pedido, do Contrato Temporário nº 146/2021, em nome da Senhora JENIFFER AMARO RODRIGUEZ GUIDA, na função de AGENTE ADMINISTRATIVA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando:

I - que o Contrato nº 146/2021 foi emitido em 20/09/2021, com vigência de 15/09/2021 até 01/04/2022; e

II - que a contratada requereu, em 18/10/2021, rescisão antecipada do contrato acima, sendo o último dia trabalhado em 18/10/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir antecipadamente, a pedido, o Contrato Temporário nº 146/2021, emitido em 20/09/2021, com vigência inicial de 15/09/2021 até 01/04/2022, em nome da Senhora **JENIFFER AMARO RODRIGUEZ GUIDA,** Brasileira Naturalizada, Casada, Médica, inscrita no CPF sob o nº 709.800.991-10 e Identidade RG nº 3.418.101-6 - SSP-MT, 1ª Via expedida em 03/02/2020, na função de **AGENTE ADMINISTRATIVA.**

Art. 2º A remuneração mensal será devida até o dia 18 de outubro de 2021, último dia trabalhado, calculada *pro rata temporis*, juntamente com as verbas rescisórias, de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/ 2021.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 033/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, TIPO: REVISÃO DA BOMBA INJETORA E REVISÃO NOS BICOS DO **ONIBUS PLACA QBQ 2624,** CHASSI-9532E82W3ER429805 MOD/15.190 EOD E. HD ORE ANO 2014 E ONIBUS V/W15.190 EOD E. HD ORE CHASSI-9532E82W8ER406424 ANO 2010, **PLACA OBL8F41** DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT. RECURSO PRÓPRIO.

EMPRESA FAVORECIDA: LUCAS GABRIEL P. S. YUDJA JURUNA, CNPJ: 32.586.359/0001-89, com sede a Avenida Canaã nº 134, Centro, Confresa - MT, CEP 78652-000, TEL (66) 984001498 ou 984314262. Denominada Contratada. Representado pelo Sr. LUCAS GABRIEL DE SOUSA YUDJA, inscrito no CPF sob o nº. 065.253.671-90. E RG nº 25270516 SSP - MT.

VALOR GLOBAL: R$ 23.400,00 (VINTE E TRÊS MIL E QUATROCENTOS REAIS);

PRAZO DE VIGENCIA: 60 (SESSENTA) DIAS;

FUNDAMENTO LEGAL*:* ART. 75, INCISO II da Lei Federal n.º 14.133/21.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista na Lei Federal n° 14.133/21, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

São Félix do Araguaia - MT, 22 de outubro de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal.

PMSFA/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2021.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 081/2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT*, no uso de suas atribuições, torna pública a Contratação Direta:* ***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 081/2021****. Modalidade:* ***DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 033/2021 –*** TENDO COMO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, TIPO: REVISÃO DA BOMBA INJETORA E REVISÃO NOS BICOS DO ONIBUS PLACA QBQ 2624, CHASSI-9532E82W3ER429805 MOD/15.190 EOD E. HD ORE ANO 2014 E ONIBUS V/W15.190 EOD E. HD ORE CHASSI-9532E82W8ER406424 ANO 2010, PLACA OBL8F41 DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT.** RECURSO PRÓPRIO. **EMPRESA FAVORECIDA: LUCAS GABRIEL P. S. YUDJA JURUNA,** CNPJ de nº 32. 586.359/0001-89, com sede A 10A, Rua Presidente Kennedy, nº 119, Bairro Centro, na cidade de Confresa-MT, CEP 78652-000, TEL: (66) 98400-1498, e-mail: salvatore9745@gmail.com. Representado pelo Senhor: LUCAS GABRIEL PEREIRA DE SOUSA YUDJA JURUNA. **VALOR GLOBAL: R$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais); PRAZO DE VIGENCIA: 60** (sessenta) dias; ***FUNDAMENTO LEGAL****:* **ART. 75, INCISO II** da Lei Federal n.º 14.133/21.

São Félix do Araguaia - MT, em 22 de outubro de 2021.

GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PORTARIA Nº 070/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE ANULAÇÃO

TERMO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO

TORNA-SE NULO E SEM EFEITO O EXTRATO DO CONTRATO N° 121/ 2021, DA CONTRATADA BALPAS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, QUE FOI PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL NO DIA 22 DE OUTUBRO DO ANO DE 2021, NA EDIÇÃO N°3.840

São José do Povo – MT; 22 de Outubro de 2021.

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ATA 001/2021 – CONSELHO CURADOR / FUNPREV

Ata 001/2021 – Conselho Curador / FUNPREV

Aos (15) quinze dias do mês de outubro do ano de (2021) dois mil e vinte e um, às 13h, na Câmara Municipal – cito Rua João Francisco Duarte, 715 de São José do Povo/MT. Reuniram se os servidores municipais para uma reunião com pauta: - Renovação dos membros do Conselho Curador do FUNPREV- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo. Com a palavra o Presidente do Conselho Aristóteles Alves, explanou aos servidores que o Conselho Curador de acordo como Art.70,§ 2 da Lei 808 de 26 de Junho de 2020, precisa ser renovado, no texto da Lei 563/2013 o mesmo possuía validade de 2 anos, mas de acordo com a adequação da legislação do Regime Próprio de previdência dos Servidores Públicos do município de são José do povo- FUNPREV- em razão das alterações promovidas no sistema previdenciário pela Emenda Constitucional nº 103/2019, no qual foi aprovada a Lei 808/2020, diz no Art.70 § 2 que foi alterado o mandato de 2 para 4 anos. Contamos também com a presença do Gestor/ Secretário de Administração José Lucas Cadidé Lellis. Continuando a palavra o Presidente informou que será necessária à renovação do Conselho e precisamos de novos membros para estar integrando ao Conselho Curador, houve alguns debates e foram nomeados para fazer parte do Conselho os seguintes servidores: Para o Poder Executivo Érica Dias de Souza Santos, José Leonardo de Souza, para o Legislativo foram nomeados Ezequiel Alves de Souza, Maria Aparecida Vieira dos Santos, representantes dos servidores municipais ficaram, Valdevan Camilo de Fretas, Ângela Maria Brasiliano, Maria de Lourdes Guimarães Rodrigues, Aparecida Porfirio Alves, Ademir Soares de Carvalho, Marlete Costa de Oliveira. Eleitos por unanimidade. Com a palavra a Sr. Aristóteles Alves, declarou empossados os novos conselheiros para compor o Conselho Curador. Não havendo nada mais a tratar encerra-se a reunião, que vai assinada por mim, que lavrei o presente Ata e os demais presentes._____

SECRETARIA DE GABINETE DECRETO N° 68/2021 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

“Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Curador do FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do povo/MT, e dá outras providências.”

IVANILDO VILELA DA SILVA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que confere A Lei or-

gânica Municipal e considerando o disposto do Art., 1º e VI da Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998 e nos Art. 66 § 1º da Lei Municipal 316 de 16 de junho de 2005, Art.70 § 2 da Lei Municipal 808 de 26 de Junho de 2020.

Decreta:

Art. 1º Ficam nomeados como membros do Conselho Curador, para mandato de 4 (quatro) anos conforme o cargo para quais foram designados ou eleitos.

Representantes do Poder Executivo

* Érica Dias de Souza Santos CPF. 015.438.561-10

*José Leonardo de Souza CPF. 915.595.371-91

Representantes do Poder Legislativo

* Ezequiel Alves de Souza CPF: 775.330.031-87

* Maria Aparecida Vieira dos Santos CPF: 838.968.051-34

Representantes dos Servidores Públicos Municipais- Efetivos

* Valdevan Camilo de Freitas CPF: 318.207.351-68

* Ângela Maria Brasiliano CPF. 568.873.021-87

* Maria de Lourdes Guimarães Rodrigues CPF. 568.205.181-53

* Aparecida Porfírio Alves CPF: 631.607.061-68

*Ademir Soares Carvalho CPF: 621.286.471-34

*Marlete Costa Oliveira CPF: 040.321.111-54

Ar. 2º Os servidores acima nomeados serão regidos pela Lei 808 de 26 de Junho de 2020, e seu Regimento Interno.

Ar. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo 21 DE OUTUBRO DE 2021

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2021

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Eletrônico para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ROLO COMPACTADOR, DISTRIBUIDOR AGREGADO E MOTONIVELADORA PARA PAVIMENTAÇÃO NO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO MT.** Data de Abertura: às 09h00min, do dia 10 de novembro de 2021, horário de Brasília, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h00 às 11h00, e das 13h ás 17h, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: **www.saojosedorioclaro.mt.gov.br** e **www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO** São José do Rio Claro – MT, 22 de outubro de 2021. Tatiane Ilma Grolli Baggio– Pregoeira Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO 12 - 4ºBIMESTRE/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**6.453.000,00**	**6.452.000,00**	**8.548.532,01**	**132,49**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.169.000,00	1.168.000,00	1.598.893,28	136,89
IPTU	998.000,00	997.000,00	1.086.394,55	108,97
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	171.000,00	171.000,00	512.498,73	299,71
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	929.000,00	929.000,00	2.624.683,95	282,53
ITBI	900.000,00	900.000,00	2.626.644,71	291,85
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	29.000,00	29.000,00	-1.960,76	-6,76
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.455.000,00	2.455.000,00	3.008.718,51	122,55
ISS	2.198.000,00	2.198.000,00	2.113.853,89	96,17
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	257.000,00	257.000,00	894.864,62	348,20
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.900.000,00	1.900.000,00	1.316.236,27	69,28
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**35.500.000,00**	**35.500.000,00**	**29.598.153,96**	**83,38**
Cota-Parte FPM	15.800.000,00	15.800.000,00	12.415.029,17	78,58
Cota-Parte ITR	2.500.000,00	2.500.000,00	506.392,11	20,26
Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	1.154.402,88	57,72
Cota-Parte ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	15.422.268,91	102,82
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	100.060,89	100,06
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**41.953.000,00**	**41.952.000,00**	**38.146.685,97**	**90,93**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.561.900,00	2.162.499,17	1.978.144,57	91,47	1.924.997,55	89,02	1.879.089,12	86,89	0,00
Despesas Correntes	1.510.900,00	2.161.193,69	1.978.144,57	91,53	1.924.997,55	89,07	1.879.089,12	86,95	0,00
Despesas de Capital	51.000,00	1.305,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.769.694,00	8.240.845,89	7.071.465,03	85,81	6.100.572,75	74,03	5.997.784,11	72,78	0,00
Despesas Correntes	4.600.000,00	7.512.233,35	6.364.894,49	84,73	5.519.200,75	73,47	5.503.232,56	73,26	0,00
Despesas de Capital	169.694,00	728.612,54	706.570,54	96,97	581.372,00	79,79	494.551,55	67,88	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	187.500,00	117.500,00	21.210,49	18,05	21.210,49	18,05	21.210,49	18,05	0,00
Despesas Correntes	182.500,00	112.500,00	21.210,49	18,85	21.210,49	18,85	21.210,49	18,85	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	155.500,00	162.615,78	100.149,16	61,59	97.284,16	59,82	94.432,12	58,07	0,00
Despesas Correntes	154.500,00	161.615,78	100.149,16	61,97	97.284,16	60,19	94.432,12	58,43	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	44.500,00	21.995,70	2.627,70	11,95	2.627,70	11,95	2.627,70	11,95	0,00
Despesas Correntes	39.500,00	21.995,70	2.627,70	11,95	2.627,70	11,95	2.627,70	11,95	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	3.029.000,00	3.111.265,31	2.074.197,75	66,67	1.806.526,05	58,06	1.738.297,62	55,87	0,00
Despesas Correntes	2.986.000,00	2.715.665,31	1.684.197,75	62,02	1.416.526,05	52,16	1.348.297,62	49,65	0,00
Despesas de Capital	43.000,00	395.600,00	390.000,00	98,58	390.000,00	98,58	390.000,00	98,58	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**9.748.094,00**	**13.816.721,85**	**11.247.794,70**	**81,41**	**9.953.218,70**	**72,04**	**9.733.441,16**	**70,45**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	11.247.794,70	9.953.218,70	9.733.441,16
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**11,247,794,70**	**9,953,218,70**	**9,733,441,16**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	5.722.002,90		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	5.525.791,80	4.231.215,80	4.011.438,26
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15 5% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**29,49**	**26,09**	**25,52**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2021 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	194.891,08	0,00	194.891,08	42.834,28	152.056,80	0,00	0,00
Empenhos de 2019 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1]
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
	(w)	(x)	(y)	(z)	(aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	
		(a)	(b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	6.913.000,00	6.913.000,00	4.778.438,87	69,12
Proveniente da União	6.283.000,00	6.283.000,00	3.305.580,17	52,61
Proveniente dos Estados	630.000,00	630.000,00	1.472.858,70	233,79
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	70.000,00	70.000,00	46.769,37	66,81
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6,983,000,00**	**6,983,000,00**	**4,825,208,24**	**69,10**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.498.100,00	3.692.386,27	1.763.339,26	47,76	1.652.146,56	44,74	1.638.987,60	44,39	0,00
Despesas Correntes	4.167.100,00	3.339.654,02	1.755.506,13	52,57	1.651.453,43	49,45	1.638.294,47	49,06	0,00
Despesas de Capital	331.000,00	352.732,25	7.833,13	2,22	693,13	0,20	693,13	0,20	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	3.080.900,00	4.424.223,33	2.187.272,51	49,44	1.646.499,88	37,22	1.617.400,66	36,56	0,00
Despesas Correntes	1.418.000,00	2.474.879,86	1.964.892,51	79,39	1.426.499,88	57,64	1.397.400,66	56,46	0,00
Despesas de Capital	1.662.900,00	1.949.343,47	222.380,00	11,41	220.000,00	11,29	220.000,00	11,29	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	812.500,00	831.798,52	204.908,43	24,63	169.407,43	20,37	168.641,43	20,27	0,00
Despesas Correntes	797.500,00	816.798,52	204.908,43	25,09	169.407,43	20,74	168.641,43	20,65	0,00
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	144.500,00	139.000,00	73.742,01	53,05	73.742,01	53,05	73.742,01	53,05	0,00
Despesas Correntes	134.500,00	129.000,00	73.742,01	57,16	73.742,01	57,16	73.742,01	57,16	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	155.500,00	43.071,34	8.322,05	19,32	8.322,05	19,32	8.322,05	19,32	0,00
Despesas Correntes	130.500,00	33.071,34	8.322,05	25,16	8.322,05	25,16	8.322,05	25,16	0,00
Despesas de Capital	25.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	196.000,00	2.982.686,65	1.358.984,47	45,56	1.097.551,37	36,80	1.090.751,51	36,57	0,00
Despesas Correntes	18.000,00	2.912.736,65	1.303.514,47	44,75	1.042.081,37	35,78	1.035.281,51	35,54	0,00
Despesas de Capital	178.000,00	69.950,00	55.470,00	79,30	55.470,00	79,30	55.470,00	79,30	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**8.887.500,00**	**12.113.166,11**	**5.596.568,73**	**46,20**	**4.647.669,30**	**38,37**	**4.597.845,26**	**37,96**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.060.000,00	5.854.885,44	3.741.483,83	63,90	3.577.144,11	61,10	3.518.076,72	60,09	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	7.850.594,00	12.665.069,22	9.258.737,54	73,10	7.747.072,63	61,17	7.615.184,77	60,13	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.000.000,00	949.298,52	226.118,92	23,82	190.617,92	20,08	189.851,92	20,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	300.000,00	301.615,78	173.891,17	57,65	171.026,17	56,70	168.174,13	55,76	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	200.000,00	65.067,04	10.949,75	16,83	10.949,75	16,83	10.949,75	16,83	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	3.225.000,00	6.093.951,96	3.433.182,22	56,34	2.904.077,42	47,66	2.829.049,13	46,42	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**18.635.594,00**	**25.929.887,96**	**16.844.363,43**	**64,96**	**14.600.888,00**	**56,31**	**14.331.286,42**	**55,27**	**0,00**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes[3]	8.887.500,00	11.303.537,24	5.546.768,73	49,07	4.621.269,30	40,88	4.575.345,26	40,48	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**9.748.094,00**	**14.626.350,72**	**11.297.594,70**	**77,24**	**9.979.618,70**	**68,23**	**9.755.941,16**	**66,70**	**0,00**

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO SUPLEMENTAR Nº088/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 88/2021

SÚMULA: "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal n.º 1295/2020, e em consonância com a Lei Federal 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 4.320/64, destinadas a atender as seguintes dotações orçamentárias:

01	**CAMARA MUNICIPAL**	
001.01.031.0001.20020	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO	
Cód. Reduzido	**13**	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	16.000,00
	SUBTOTAL	**16.000,00**
	TOTAL	**16.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serão utilizados os recursos provenientes de Anulação Total ou Parcial de Dotações em conformidade com o parágrafo 1 inciso III do artigo 43 da Lei 4.320/64.

01	**CAMARA MUNICIPAL**	
001.01.031.0001.20020	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO	
Cód. Reduzido	**3**	
3190040000	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	11.000,00
001.01.031.0002.10020	CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DO LEGISLATIVO	
Cód. Reduzido	**23**	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00
	SUBTOTAL	**16.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO

GABINETE DO PREFEITO

TOTAL	**16.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal
São José do Rio Claro, 1 de Setembro de 2021

LEVI RIBEIRO
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 039/2021

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Eletrônico para **AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS A FIM DE ATENDER A SECRETARIA DE AGRICULTURA/INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.**

Data de Abertura: às 09h00min, do dia 11 de novembro de 2021, horário de Brasília, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h00 às 11h00, e das 13h ás 17h, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: **www.saojosedorioclaro.mt.gov.br** e **www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO** São José do Rio Claro – MT, 22 de outubro de 2021. Tatiane Ilma Grolli Baggio– Pregoeira Oficial.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO 12 - 1ºBIMESTRE/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**6.453.000,00**	**6.452.000,00**	**823.282,22**	**12,76**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.169.000,00	1.168.000,00	64.897,82	5,56
IPTU	998.000,00	997.000,00	117,91	0,01
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	171.000,00	171.000,00	64.779,91	37,88
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	929.000,00	929.000,00	90.587,69	9,75
ITBI	900.000,00	900.000,00	90.513,02	10,06
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	29.000,00	29.000,00	74,67	0,26
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.455.000,00	2.455.000,00	340.031,77	13,85
ISS	2.198.000,00	2.198.000,00	312.786,31	14,23
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	257.000,00	257.000,00	27.245,46	10,60
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.900.000,00	1.900.000,00	327.764,94	17,25
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**35.500.000,00**	**35.500.000,00**	**7.044.057,36**	**19,84**
Cota-Parte FPM	15.800.000,00	15.800.000,00	3.369.597,56	21,33
Cota-Parte ITR	2.500.000,00	2.500.000,00	271.367,32	10,85
Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	245.817,87	12,29
Cota-Parte ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	3.132.955,54	20,89
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	24.319,07	24,32
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**41.953.000,00**	**41.952.000,00**	**7.867.339,58**	**18,75**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.561.900,00	1.508.394,27	733.542,64	48,63	681.602,65	45,19	661.955,89	43,88	0,00
Despesas Correntes	1.510.900,00	1.467.394,27	733.542,64	49,99	681.602,65	46,45	661.955,89	45,11	0,00
Despesas de Capital	51.000,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.769.694,00	5.282.587,24	1.940.965,85	36,74	916.988,89	17,36	885.621,45	16,76	0,00
Despesas Correntes	4.600.000,00	4.807.795,70	1.625.868,31	33,82	821.930,95	17,10	790.563,51	16,44	0,00
Despesas de Capital	169.694,00	474.791,54	315.097,54	66,37	95.057,94	20,02	95.057,94	20,02	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	187.500,00	187.500,00	5.556,60	2,96	2.815,00	1,50	2.815,00	1,50	0,00
Despesas Correntes	182.500,00	182.500,00	5.556,60	3,04	2.815,00	1,54	2.815,00	1,54	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	155.500,00	155.500,00	27.511,38	17,69	27.511,38	17,69	25.853,70	16,63	0,00
Despesas Correntes	154.500,00	154.500,00	27.511,38	17,81	27.511,38	17,81	25.853,70	16,73	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	44.500,00	39.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	39.500,00	34.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	3.029.000,00	2.677.081,69	359.692,60	13,44	198.085,64	7,40	147.381,24	5,51	0,00
Despesas Correntes	2.986.000,00	2.649.081,69	359.692,60	13,58	198.085,64	7,48	147.381,24	5,56	0,00
Despesas de Capital	43.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**9.748.094,00**	**9.850.563,20**	**3.067.269,07**	**31,14**	**1.827.003,56**	**18,55**	**1.723.627,28**	**17,50**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.067.269,07	1.827.003,56	1.723.627,28
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**3,067,269,07**	**1,827,003,56**	**1,723,627,28**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	1.180.100,94		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	1.887.168,13	646.902,62	543.526,34
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15 5% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**38,99**	**23,22**	**21,91**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2021 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	194.891,08	0,00	194.891,08	42.834,28	152.056,80	0,00	0,00
Empenhos de 2019 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	(não aplicado)[1]
	(w)	(x)	(y)	(z)	(aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	
		(a)	(b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	6.913.000,00	6.913.000,00	718.471,59	10,39
Proveniente da União	6.283.000,00	6.283.000,00	597.563,81	9,51
Proveniente dos Estados	630.000,00	630.000,00	120.907,78	19,19
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	70.000,00	70.000,00	1.024,43	1,46
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6.983.000,00**	**6.983.000,00**	**719.496,02**	**10,30**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.498.100,00	3.488.905,21	14.084,26	0,40	1.980,00	0,06	1.980,00	0,06	0,00
Despesas Correntes	4.167.100,00	3.407.905,21	6.944,26	0,20	1.980,00	0,06	1.980,00	0,06	0,00
Despesas de Capital	331.000,00	81.000,00	7.140,00	8,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	3.080.900,00	4.525.093,17	1.375.377,71	30,39	102.765,39	2,27	54.772,85	1,21	0,00
Despesas Correntes	1.418.000,00	2.522.193,17	1.152.997,71	45,71	102.765,39	4,07	54.772,85	2,17	0,00
Despesas de Capital	1.662.900,00	2.002.900,00	222.380,00	11,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	812.500,00	756.471,60	32.676,13	4,32	14.105,24	1,86	660,00	0,09	0,00
Despesas Correntes	797.500,00	741.471,60	32.676,13	4,41	14.105,24	1,90	660,00	0,09	0,00
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	144.500,00	144.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	134.500,00	134.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	155.500,00	50.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	130.500,00	25.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	196.000,00	738.574,30	517.215,41	70,03	496.896,48	67,28	434.049,41	58,77	0,00
Despesas Correntes	18.000,00	715.574,30	517.215,41	72,28	496.896,48	69,44	434.049,41	60,66	0,00
Despesas de Capital	178.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**8.887.500,00**	**9.704.044,28**	**1.939.353,51**	**19,99**	**615.747,11**	**6,35**	**491.462,26**	**5,06**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.060.000,00	4.997.299,48	747.626,90	14,96	683.582,65	13,68	663.935,89	13,29	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	7.850.594,00	9.807.680,41	3.316.343,56	33,81	1.019.754,28	10,40	940.394,30	9,59	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.000.000,00	943.971,60	38.232,73	4,05	16.920,24	1,79	3.475,00	0,37	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	300.000,00	300.000,00	27.511,38	9,17	27.511,38	9,17	25.853,70	8,62	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	200.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	3.225.000,00	3.415.655,99	876.908,01	25,67	694.982,12	20,35	581.430,65	17,02	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**18.635.594,00**	**19.554.607,48**	**5.006.622,58**	**25,60**	**2.442.750,67**	**12,49**	**2.215.089,54**	**11,33**	**0,00**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes[3]	8.887.500,00	9.654.244,28	1.889.553,51	19,57	615.747,11	6,38	491.462,26	5,09	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**9.748.094,00**	**9.900.363,20**	**3.117.069,07**	**31,48**	**1.827.003,56**	**18,45**	**1.723.627,28**	**17,41**	**0,00**

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO 12 - 2ºBIMESTRE/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**6,453,000,00**	**6,452,000,00**	**2,241,869,81**	**34,75**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1,169,000,00	1,168,000,00	563.028,24	48,20
IPTU	998,000,00	997,000,00	379.890,09	38,10
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	171,000,00	171,000,00	183.138,15	107,10
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	929.000,00	929.000,00	250.187,63	26,93
ITBI	900.000,00	900.000,00	250.112,96	27,79
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	29.000,00	29.000,00	74,67	0,26
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.455.000,00	2.455.000,00	764.690,46	31,15
ISS	2.198.000,00	2.198.000,00	703.147,55	31,99
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	257.000,00	257.000,00	61.542,91	23,95
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.900.000,00	1.900.000,00	663.963,48	34,95
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**35.500.000,00**	**35.500.000,00**	**13.795.806,07**	**38,86**
Cota-Parte FPM	15.800.000,00	15.800.000,00	5.990.093,14	37,91
Cota-Parte ITR	2.500.000,00	2.500.000,00	304.843,73	12,19
Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	539.800,00	26,99
Cota-Parte ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	6.910.864,76	46,07
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	50.204,44	50,20
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	100,000,00	100,000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	100,000,00	100,000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**41,953,000,00**	**41,952,000,00**	**16,037,675,88**	**38,23**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.561.900,00	1.740.452,20	1.134.766,48	65,20	1.095.752,60	62,96	1.078.659,17	61,98	0,00
Despesas Correntes	1.510.900,00	1.712.452,20	1.134.766,48	66,27	1.095.752,60	63,99	1.078.659,17	62,99	0,00
Despesas de Capital	51.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.769.694,00	5.565.032,42	3.780.764,59	67,94	2.540.417,14	45,65	2.496.381,12	44,86	0,00
Despesas Correntes	4.600.000,00	5.200.240,88	3.092.846,05	59,48	2.164.524,49	41,62	2.120.488,47	40,78	0,00
Despesas de Capital	169.694,00	364.791,54	687.918,54	188,58	375.892,65	103,04	375.892,65	103,04	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	187.500,00	167.500,00	20.850,49	12,45	20.721,49	12,37	20.721,49	12,37	0,00
Despesas Correntes	182.500,00	162.500,00	20.850,49	12,83	20.721,49	12,75	20.721,49	12,75	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	155.500,00	150.500,00	50.230,78	33,38	50.230,78	33,38	48.005,55	31,90	0,00
Despesas Correntes	154.500,00	149.500,00	50.230,78	33,60	50.230,78	33,60	48.005,55	32,11	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	44.500,00	39.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	39.500,00	34.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	3.029.000,00	3.183.594,34	1.139.992,45	35,81	905.428,39	28,44	848.184,02	26,64	0,00
Despesas Correntes	2.986.000,00	2.770.594,34	749.992,45	27,07	515.428,39	18,60	458.184,02	16,54	0,00
Despesas de Capital	43.000,00	413.000,00	390.000,00	94,43	390.000,00	94,43	390.000,00	94,43	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**9.748.094,00**	**10.846.578,96**	**6.126.604,79**	**56,48**	**4.612.550,40**	**42,53**	**4.491.951,35**	**41,41**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	6.126.604,79	4.612.550,40	4.491.951,35
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**6,126,604,79**	**4,612,550,40**	**4,491,951,35**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	2.405.651,38		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	3.720.953,41	2.206.899,02	2.086.299,97
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15 5% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**38,20**	**28,76**	**28,01**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2021 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	194.891,08	0,00	194.891,08	42.834,28	152.056,80	0,00	0,00
Empenhos de 2019 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	(não aplicado)[1]
	(w)	(x)	(y)	(z)	(aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	
		(a)	(b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	6,913,000,00	6,913,000,00	2,576,366,67	37,27
Proveniente da União	6,283,000,00	6,283,000,00	1,676,369,95	26,68
Proveniente dos Estados	630,000,00	630,000,00	899,996,72	142,86
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	70,000,00	70,000,00	7,204,24	10,29
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6,983,000,00**	**6,983,000,00**	**2,583,570,91**	**37,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.498.100,00	3.476.905,65	737.920,81	21,22	491.941,26	14,15	433.163,63	12,46	0,00
Despesas Correntes	4.167.100,00	3.427.905,65	730.780,81	21,32	491.941,26	14,35	433.163,63	12,64	0,00
Despesas de Capital	331.000,00	49.000,00	7.140,00	14,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	3.080.900,00	4.666.414,97	1.758.781,87	37,69	1.024.791,66	21,96	926.073,58	19,85	0,00
Despesas Correntes	1.418.000,00	2.753.514,97	1.536.401,87	55,80	804.791,66	29,23	706.073,58	25,64	0,00
Despesas de Capital	1.662.900,00	1.912.900,00	222.380,00	11,63	220.000,00	11,50	220.000,00	11,50	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	812.500,00	831.798,52	140.549,42	16,90	67.634,81	8,13	67.634,81	8,13	0,00
Despesas Correntes	797.500,00	816.798,52	140.549,42	17,21	67.634,81	8,28	67.634,81	8,28	0,00
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	144.500,00	139.500,00	18.437,29	13,22	18.437,29	13,22	16.410,22	11,76	0,00
Despesas Correntes	134.500,00	129.500,00	18.437,29	14,24	18.437,29	14,24	16.410,22	12,67	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	155.500,00	50.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	130.500,00	25.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	196.000,00	2.680.633,17	682.826,81	25,47	594.665,81	22,18	557.311,81	20,79	0,00
Despesas Correntes	18.000,00	2.597.683,17	641.726,81	24,70	553.565,81	21,31	537.211,81	20,68	0,00
Despesas de Capital	178.000,00	82.950,00	41.100,00	49,55	41.100,00	49,55	20.100,00	24,23	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**8.887.500,00**	**11.845.752,31**	**3.338.516,20**	**28,18**	**2.197.470,83**	**18,55**	**2.000.594,05**	**16,89**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.060.000,00	5.217.357,85	1.872.687,29	35,89	1.587.693,86	30,43	1.511.822,80	28,98	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	7.850.594,00	10.231.447,39	5.539.546,46	54,14	3.565.208,80	34,85	3.422.454,70	33,45	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.000.000,00	999.298,52	161.399,91	16,15	88.356,30	8,84	88.356,30	8,84	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	300.000,00	290.000,00	68.668,07	23,68	68.668,07	23,68	64.415,77	22,21	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	200.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	3.225.000,00	5.864.227,51	1.822.819,26	31,08	1.500.094,20	25,58	1.405.495,83	23,97	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**18.635.594,00**	**22.692.331,27**	**9.465.120,99**	**41,71**	**6.810.021,23**	**30,01**	**6.492.545,40**	**28,61**	**0,00**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes[3]	8.887.500,00	11.795.952,31	3.288.716,20	27,88	2.194.470,83	18,60	1.997.594,05	16,93	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**9.748.094,00**	**10.896.378,96**	**6.176.404,79**	**56,68**	**4.615.550,40**	**42,36**	**4.494.951,35**	**41,25**	**0,00**

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO 12 - 3ºBIMESTRE/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**6.453.000,00**	**6.452.000,00**	**4.267.612,78**	**66,14**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.169.000,00	1.168.000,00	1.059.749,02	90,73
IPTU	998.000,00	997.000,00	741.178,35	74,34
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	171.000,00	171.000,00	318.570,67	186,30
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	929.000,00	929.000,00	354.758,90	38,19
ITBI	900.000,00	900.000,00	354.659,66	39,41
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ITBI	29.000,00	29.000,00	99,24	0,34
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.455.000,00	2.455.000,00	1.876.528,61	76,44
ISS	2.198.000,00	2.198.000,00	1.405.825,24	63,96
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ISS	257.000,00	257.000,00	470.703,37	183,15
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.900.000,00	1.900.000,00	976.576,25	51,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**35.500.000,00**	**35.500.000,00**	**20.987.194,61**	**59,12**
Cota-Parte FPM	15.800.000,00	15.800.000,00	8.991.950,04	56,91
Cota-Parte ITR	2.500.000,00	2.500.000,00	372.109,69	14,88
Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	807.341,94	40,37
Cota-Parte ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	10.740.568,88	71,60
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	75.224,06	75,22
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**41.953.000,00**	**41.952.000,00**	**25.254.807,39**	**60,20**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.561.900,00	1.920.368,86	1.546.625,75	80,54	1.490.064,92	77,59	1.462.949,36	76,18	0,00
Despesas Correntes	1.510.900,00	1.908.063,38	1.546.625,75	81,06	1.490.064,92	78,09	1.462.949,36	76,67	0,00
Despesas de Capital	51.000,00	12.305,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.769.694,00	6.651.999,17	5.362.731,92	80,62	4.198.531,35	63,12	4.193.847,93	63,05	0,00
Despesas Correntes	4.600.000,00	6.302.207,63	4.656.161,38	73,88	3.722.631,80	59,07	3.717.948,38	58,99	0,00
Despesas de Capital	169.694,00	349.791,54	706.570,54	202,00	475.899,55	136,05	475.899,55	136,05	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	187.500,00	117.500,00	20.970,49	17,85	20.970,49	17,85	20.970,49	17,85	0,00
Despesas Correntes	182.500,00	112.500,00	20.970,49	18,64	20.970,49	18,64	20.970,49	18,64	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	155.500,00	158.340,00	81.261,57	51,32	78.056,95	49,30	77.276,62	48,80	0,00
Despesas Correntes	154.500,00	157.340,00	81.261,57	51,65	78.056,95	49,61	77.276,62	49,11	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	44.500,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	39.500,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	3.029.000,00	2.905.695,01	1.552.330,86	53,42	1.351.255,54	46,50	1.286.789,34	44,29	0,00
Despesas Correntes	2.986.000,00	2.510.095,01	1.162.330,86	46,31	961.255,54	38,30	896.789,34	35,73	0,00
Despesas de Capital	43.000,00	395.600,00	390.000,00	98,58	390.000,00	98,58	390.000,00	98,58	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**9.748.094,00**	**11.777.903,04**	**8.563.920,59**	**72,71**	**7.138.879,25**	**60,61**	**7.041.833,74**	**59,79**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	8.563.920,59	7.138.879,25	7.041.833,74
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**8.563.920,59**	**7.138.879,25**	**7.041.833,74**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	3.788.221,11		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	4.775.699,48	3.350.658,14	3.253.612,63
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15 5% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**33,91**	**28,27**	**27,88**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2021 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	194.891,08	0,00	194.891,08	42.834,28	152.056,80	0,00	0,00
Empenhos de 2019 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	6,913,000,00	6,913,000,00	3,605,500,31	52,16
Proveniente da União	6,283,000,00	6,283,000,00	2,488,630,07	39,61
Proveniente dos Estados	630,000,00	630,000,00	1,116,870,24	177,28
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	70,000,00	70,000,00	21,327,47	30,47
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6,983,000,00**	**6,983,000,00**	**3,626,827,78**	**51,94**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.498.100,00	3.288.038,02	1.269.171,91	38,60	1.215.600,06	36,97	1.188.061,45	36,13	0,00
Despesas Correntes	4.167.100,00	3.239.038,02	1.261.338,78	38,94	1.214.906,93	37,51	1.187.368,32	36,66	0,00
Despesas de Capital	331.000,00	49.000,00	7.833,13	15,99	693,13	1,41	693,13	1,41	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	3.080.900,00	4.893.739,22	1.926.504,61	39,37	1.342.228,82	27,43	1.301.856,80	26,60	0,00
Despesas Correntes	1.418.000,00	2.845.520,35	1.704.124,61	59,89	1.122.228,82	39,44	1.081.856,80	38,02	0,00
Despesas de Capital	1.662.900,00	2.048.218,87	222.380,00	10,86	220.000,00	10,74	220.000,00	10,74	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	812.500,00	831.798,52	201.387,39	24,21	132.653,23	15,95	125.871,63	15,13	0,00
Despesas Correntes	797.500,00	816.798,52	201.387,39	24,66	132.653,23	16,24	125.871,63	15,41	0,00
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	144.500,00	139.500,00	36.555,71	26,20	36.555,71	26,20	34.528,64	24,75	0,00
Despesas Correntes	134.500,00	129.500,00	36.555,71	28,23	36.555,71	28,23	34.528,64	26,66	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	155.500,00	37.414,11	2.664,82	7,12	2.664,82	7,12	2.414,11	6,45	0,00
Despesas Correntes	130.500,00	27.414,11	2.664,82	9,72	2.664,82	9,72	2.414,11	8,81	0,00
Despesas de Capital	25.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	196.000,00	2.979.176,65	1.094.474,81	36,74	822.989,81	27,62	822.479,81	27,61	0,00
Despesas Correntes	18.000,00	2.906.226,65	1.039.004,81	35,75	781.889,81	26,90	781.379,81	26,89	0,00
Despesas de Capital	178.000,00	72.950,00	55.470,00	76,04	41.100,00	56,34	41.100,00	56,34	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**8.887.500,00**	**12.169.666,52**	**4.530.759,25**	**37,23**	**3.552.692,45**	**29,19**	**3.475.212,44**	**28,56**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.060.000,00	5.208.406,88	2.815.797,66	54,06	2.705.664,98	51,95	2.651.010,81	50,90	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	7.850.594,00	11.545.738,39	7.289.236,53	63,13	5.540.760,17	47,99	5.495.704,73	47,60	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.000.000,00	949.298,52	222.357,88	23,42	153.623,72	16,18	146.842,12	15,47	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	300.000,00	297.840,00	117.817,28	39,56	114.612,66	38,48	111.805,26	37,54	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	200.000,00	61.414,11	2.664,82	4,34	2.664,82	4,34	2.414,11	3,93	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	3.225.000,00	5.884.871,66	2.646.805,67	44,98	2.174.245,35	36,95	2.109.269,15	35,84	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**18.635.594,00**	**23.947.569,56**	**13.094.679,84**	**54,68**	**10.691.571,70**	**44,65**	**10.517.046,18**	**43,92**	**0,00**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes[3]	8.887.500,00	11.560.037,65	4.480.959,25	38,76	3.534.092,45	30,57	3.460.512,44	29,94	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**9.748.094,00**	**12.387.531,91**	**8.613.720,59**	**69,54**	**7.157.479,25**	**57,78**	**7.056.533,74**	**56,96**	**0,00**

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 037/2021

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Eletrônico para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, DE ACORDO COM A EMENDA PARLAMENTAR N° 12271.662000/1140-02.** Data de Abertura: às 09h00min, do dia 09 de novembro de 2021, horário de Brasília, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h às 11h, e das 13h ás 17h, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: **www.saojosedorioclaro.mt.gov.br** e **www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO** São José do Rio Claro – MT, 22 de outubro de 2021. Tatiane Ilma Grolli Baggio– Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 034/2021 – Processo Administrativo nº 3838/2021

A Prefeitura Municipal torna público seu interesse de aderir aAta de Registro de Preços nº. 112/2021, proveniente do Pregão Eletrônico nº. 041/2021, realizada pela Prefeitura Municipal de Tapua /MT. Essa adesão visa à AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

São José do Xingu – MT, 22 de outubro de 2021.

FABIO DA SILVA BARROS

Secretário de Obras

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 821/2021

LEI MUNICIPAL Nº 821/2021 São José do Xingu – MT, 14 de outubro de 2021.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA ESPECIAL DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PARA OS SERVIDORES PÚBLICO ESTÁVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Exmo. Sr.º SANDRO JOSÉ LUZ COSTA, Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir e implantar no âmbito da Administração Pública Municipal "Programa Especial de De-

missão Voluntária" para os servidores públicos estáveis da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT.

§ 1º- Os servidores públicos municipais que se enquadrem no Programa Especial de Demissão Voluntaria, terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Lei para efetuarem sua adesão.

§ 2º- a partir da adesão a municipalidade analisará sobre o deferimento e estabelecerá o prazo de desligamento conforme a necessidade da Administração principalmente no caso de professores que deverão cumprir o ano letivo de 2021 para desligamento somente á partir desta conclusão.

Art. 2.º - O Servidor Público estável da Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, poderá requerer exoneração do cargo efetivo que ocupa e como medida de incentivo para adesão ao programa, a título de incentivo ao pedido de desligamento voluntário, ao servidor será paga uma indenização correspondente a 50% de 01 (um) mês de remuneração equivalente ao último vencimento do servidor, para cada ano de efetivo exercício na Administração Pública Municipal, valor este que será limitado a 20 (vinte) vezes.

§ 1.º - O "Programa de Demissão Voluntário" não se aplica aos servidores estáveis que restarem prazo de 48 (quarenta e oito) meses ou menos de contribuição previdenciária para aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social.

§ 2.º - Na ocorrência de declaração de vacância do cargo público, estabelecida pelo art. 45 da Lei Complementar 007/2004 não será deferido o requerimento de adesão ao "Programa Especial de Demissão Voluntária" ao impetrante, salvo aquele que tomou posse em outro cargo público nos termos do inciso III do art. 45 da Lei Complementar 007/2004 e encontrar-se em pleno exercício de suas atribuições institucional.

§ 3.º - O tempo de efetivo exercício será computado, desde que devidamente averbado na Prefeitura Municipal de São José do Xingu –MT, todo o tempo de efetivo exercício incorporado para todos os efeitos legais nos termos do artigo 8º das disposições transitórias da Lei Orgânica Municipal.

§ 4.º - As verbas oriundas de décimo terceiro salário, férias e licença prêmio, não serão contabilizadas no limite máximo do caput do art. do 2º e deverão ser pagas em pecúnia antes da efetivação do programa de demissão voluntária.

Parágrafo único – Fica convencionado que os servidores que respondem o processo administrativo ou processos judiciais por Improbidade Administrativa, não poderão fazer adesão ao Programa de demissão voluntaria (PDV).

Art. 4.º - O Servidor Público estável que aderir ao "Programa Especial de Demissão Voluntária", fica assegurado o exercício pleno de suas atribuições até a conclusão definitiva do processo, que ocorrerá apenas após a sua regular homologação e publicação decisória em órgão da imprensa oficial do município.

Art. 5º - Os requerimentos de adesão ao "Programa Especial de Demissão Voluntária" deverão ser protocolados voluntariamente pelo servidor público estável no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal impedido de recontratar a qualquer tempo o servidor estável que aderir ao "Programa de Especial de Demissão Voluntária" que trata esta Lei, salvo contratação decorrente de aprovação em novo concurso público deflagrado pelo ente. Depois de 80 anos de desligamento, sendo vedado o retorno ao mesmo cargo.

Art. 7º - Fica expressamente proibido qualquer espécie de constrangimento funcional e moral visando persuadir, pressionar e/ou coagir servidores estáveis a aderir ao "Programa Especial de Demissão Voluntária".

§ 1º - O Prefeito Municipal se obriga de oficio, quando comunicado oficialmente pelos servidores efetivos da Procuradoria Jurídica Municipal e/ou Unidade de Controle Interno, deflagrar abertura de inquérito administrativo nas hipóteses das ocorrências supracitadas, independente de apresentação de prova material, restando necessário apenas a simples formulação da possibilidade de ter ocorrido a falha administrativa a ser apurada no respectivo processo, sob pena de responder solidariamente nas possíveis ações cominatórias aplicadas pela legislação brasileira pertinente.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal instituirá e nomeará Comissão composta de 03 (três) membros e determinará a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais responsabilidades de agente público e/ou servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com atribuições do seu cargo nos termos dos artigos 191 ao 202 da Lei Complementar 007/2004.

§ 3º - Comprovada a denúncia do autor, se Agente Político e/ou ocupante de Cargo em Comissão, o Chefe do Poder Executivo deverá proceder com a exoneração *ad nutum* de suas funções a bem do serviço público e determinar representação judicial com o intuito de responsabilizar criminalmente e/ou civilmente o autor pelos danos causado.

§ 4º - Comprovada a denúncia do autor, se servidor público da Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso aplicam-se os dispositivos do Estatuto do Servidor Público Municipal na forma da Lei Complementar 007/2004.

Art. 8.º - As demais normas e procedimentos necessários a consecução das atividades de instituição e implantação do "Programa Especial de Demissão Voluntária" deverão ser normatizadas por meio de Decretos, Portaria e Instruções Normativas.

Art. 9.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM, 14 DE OUTUBRO DE 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Publique – se Registre – se Cumpre –se.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE INTENSÃO DE ADESÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE INTENSÃO DE ADESÃO

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 033/2021 – Processo Administrativo nº 3771/2021

A Prefeitura Municipal torna público seu interesse de aderir aAta de Registro de Preços nº. 07/2020, referente ao Pregão Presencial nº. 05/2020, realizada pela Prefeitura Municipal de Cuiabá /MT. Essa adesão visa à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ONDE SE LÊ

Realizada pela Prefeitura Municipal de Cuiabá /MT**.**

LEIA - SE

Realizado por CISPAR (Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba.

São José do Xingu – MT, 22 de outubro de 2021.

Mural da Prefeitura Municipal

São José do Xingu/MT

PUBLICADO NO MURAL

São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

DENILSON ANTÔNIO P.M.SILVA

Pregoeiro Municipal.

Dec. nº 082/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

PREVIQUAM
RESOLUÇÃO N.º 002/2021 - CONSELHO CURADOR / PREVIQUAM

RESOLUÇÃO nº. 002/2021

Estabelece o Regimento do Conselho Curador do **PREVIQUAM** – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso.

O CONSELHO CURADOR do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Quatro Marcos, PREVIQUAM, usando das prerrogativas que lhe são asseguradas pelo Art. 67, inciso I da Lei Complementar n.º 006 de 01 de Junho de 2005, e decreto n.º 136 de 30/08/2021, estabelece e aprova o **REGIMENTO INTERNO** do órgão, o qual consta os seguintes termos:

CAPITULO – I – DOS OBJETIVOS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 1º - O CONSELHO CURADOR é um órgão deliberação e direção superior do PREVIQUAM – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de São José dos Quatro Marcos.

Art. 2º - São de competência do CONSELHO CURADOR, entre outras que lhe forem atribuídas por Lei ou por deliberação de seu Plenário, as seguintes:

I – elaborar seu Regimento Interno;

II – votar o relatório anual do Diretor Executivo, com as contas de cada exercício;

III – aprovar o quadro de pessoal do PREVIQUAM;

IV – decidir sobre qualquer questão administrativa que lhe seja submetida pelo Diretor Executivo ou pelo Conselho Fiscal, pelo Comitê de investimento do Previquam e por segurados do Previquam.

V – julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Diretor Executivo, não sujeitos a revisão daquelas autoridades;

VI – apreciar sugestões e encaminhar medidas pendentes a introduzir modificações nos presentes estatutos, bem como resolver os casos omissos;

VII – baixar e alterar os regulamentos gerais do PREVIQUAM;

VIII – escolher seu Secretário dentre os conselheiros;

IX-Propor alteração na legislação do Previquam e encaminhar ao Diretor (a) do Previquam para que seja enviada ao chefe do poder Executivo Municipal, para que seja encaminhada ao poder legislativo Municipal.

X – eleger o Presidente e Vice – Presidente.

CAPITULO – II – DA COMPOSIÇÃO

Art.º 3º – O CONSELHO CURADOR DO PREVIQUAM é composto, por **06 (seis)** membros, sendo **02 (dois)** representantes do Poder Executivo, **01 (um)** representante do Poder Legislativo, **02 (dois)** representantes dos segurados e **01 (um)** representante dos Inativos.

Parágrafo único – Os membros do Conselho Curador representantes do Poder Executivo e do Legislativo, serão informados pelos chefes dos Poderes respectivos e os representantes dos segurados e inativos pela direção do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SISPQUAM), por indicação da Diretoria, através de solicitação oficial do Diretor Executivo do Previquam, aos poderes e entidade.

Art. 4º - O CONSELHO CURADOR se reunirá com maioria simples, ou seja, 04 (quatro) Conselheiros, no mínimo **04 (quatro) vezes por ano**, sendo realizada nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro, na sede do Previquam no horário e dia a ser definido pelo Presidente do Conselho Curador, em caráter **ordinário**, e **extraordinário** sempre que for convocado.

Parágrafo único – A convocação para reunião extraordinária será feita pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros, com 12 (doze) horas de antecedência e pauta definida e ou assuntos diversos.

Art. 5º - As reuniões ordinárias do CONSELHO CURADOR obedecerão a um calendário previamente aprovado pelo plenário, definindo os meses, dia e hora de acordo com o Art. 4° deste regimento.

Art. 6º - O plenário do Conselho Curador é a instância máxima de recursos do PREVIQUAM, sem prejuízo de outras instâncias legais do Fórum Civil.

Art. 7º - O Presidente do Conselho Curador tem direito, ao voto comum, bem como ao voto de Minerva.

Art. 8º - Na ausência do presidente haverá um vice – presidente com as mesmas atribuições, e com direito o voto de Minerva.

Parágrafo único – Na ausência do presidente e vice – presidente, assumirá presidência o secretário com as mesmas atribuições e com direito o voto Minerva.

Art. 9º - Ausente o secretário do Conselho, o Presidente ou “Presidente do Dia” designará um dos conselheiros para secretário do dia.

Art. 10º - Inexistindo o **“QUORUM”** mencionado no art. 4º, o plenário aguardará **15 (quinze) minutos** para completá-lo e, persistindo a falta de quorum o presidente designará nova data e horário para reunião, saindo os presentes convocados.

Art. 11º - O Conselheiro que deixar de comparecer mais de **02 (duas)** reuniões ordinárias consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas sem motivo justificável, será advertido e poderá ser afastado definitivamente deste conselho.

Art. 12º - Após ser comunicado pela secretaria do conselho, do afastamento de seu represente, o órgão que indicou o mesmo terá o prazo de **15 (quinze) dias** para efetuar a substituição.

Art. 13º - Outros casos de afastamento de membros do Conselho serão definidos em resolução do Plenário, adotando-se igual procedimento para outros tipos de punições aos membros do CONSELHO CURADOR.

Art. 14º - As faltas por motivo de doença, justificadas dentro de **72 (setenta e duas) horas**, não serão computadas.

CAPITULO III – DAS DELIBERAÇÕES

Art. 15º - Todas as matérias passiveis de deliberação do Conselho Curador do PREVIQUAM, poderão ser protocoladas na sua própria secretária facultativas.

Art. 16º - Protocolada a pauta, a secretaria do Conselho encaparará o (autuar) o processo e terá um prazo, para as providencias necessárias e encaminhar a Presidente para despacho de distribuição, o Presidente colocará em pauta em apreciação de acordo com a necessidade de urgência da matéria.

Art. 17º - Ao receber os processos da secretaria a presidência terá prazo contando-se da data do recebimento para despachar a distribuição.

Art. 18º - A distribuição das matérias será feita aos membros do Conselho Curador, onde um conselheiro poderá se inscrever para falar contrário a matéria, e um conselheiro poderá se inscrever para falar favorável a matéria, ninguém se manifestando o presidente poderá colocar em votação.

Art. 19º - A matéria será levada ao plenário do conselho para deliberação, após estar presente em ofício de convocação ou por ventura poderá ser incluída na pauta do dia através de assuntos diversos.

Art. 20º - Nas reuniões plenárias, o Conselho Curador votará as matérias em pauta ou incluídas através de assuntos diversos para deliberação do mesmo.

Art. 21º - Será considerada aprovada a matéria que obtiver votação favorável da maioria simples dos conselheiros.

Art. 22º - A matéria rejeitada pelo Plenário poderá ser reapresentada sob a mesma forma a qualquer momento.

Art. 23º - Se o conselheiro decidir, reapresentar a matéria poderá fazê-lo aprimorando com novas e mais amplas informações, argumentações ou justificativas.

Art. 24º - Conselheiro terá o tempo definido pelo presidente para falar sobre a matéria.

Art. 25º - Todo encaminhamento de processo ou documento sempre será feito via secretaria do Conselho, à qual caberá controlar sua tramitação fornecendo, em qualquer momento, informações aos interessados do mesmo.

Parágrafo único – sempre que encaminhar ou receber documentos a secretaria e protocolará.

Art. 26º - Aprovada uma matéria pelo plenário do conselho, o presidente terá **03 (três) dias úteis**, para publica - lá mediante resolução.

Art. 27º - As resoluções serão publicadas por afixação em mural, na sede do Previquam.

Art. 28º - As votações serão abertas, tendo o conselheiro terá até **10 (dez) minutos** para expor a matéria e cada conselheiro até **05 (cinco) minutos** para justificar seu voto, a pedido de um conselheiro com apoio da maioria dos presentes a votação poderá ser secreta.

Art. 29º - O proponente de item da pauta sujeita a votação terá até **10 (dez) minutos** para defende-la, caso deseje.

Art. 30º - As questões de ordem terão prioridade sobre qualquer outra.

Art. 31º - Somente serão aceitas como questão de ordem àquelas que atentarem contra a legislação ou contra este regimento.

Art. 32º - Durante os pronunciamentos, é vedada a interrupção da linha de raciocínio do orador, competidos de apartes.

Parágrafo único – Os apartes deverão ser espontaneamente concedidos pelo orador, segundo seu próprio juízo.

Art. 33º - qualquer Conselheiro mencionado em pronunciamento de outro, poderá usar o recurso replica, usando para tanto o mesmo tempo, que o orador, que o citou, tiver usado.

Art. 34º - Não haverá treplica.

Art. 35º - Tendo usado a palavra uma vez, ou dispensado seu uso o Conselheiro não poderá se pronunciar de novo sobre a matéria exceto no caso mencionado no Art. 13.

Art. 36º - É facultado a um conselheiro ceder a outro o seu tempo de pronunciamento.

Art. 37º - O Conselheiro que se atrasar mais de 30 (trinta) minutos no comparecimento das reuniões, terá ausência registrada, podendo participar da mesma, se assim o desejar, porem sem qualquer interferência.

Art. 38º - Todas as reuniões do Conselho Curador serão lavradas atas.

CAPITULO – IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39º - A matéria cujo teor exige normas não existentes ou previstas neste regimento, somente deliberadas após o estabelecimento da mesma, aprovada em plenário, as quais passarão daí por diante a fazerem parte deste regimento.

Art. 40º - Esta resolução será alterada pelo plenário sempre que proposta de alteração for aprovada pela maioria simples dos seus membros.

Art. 41º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Plenário do Conselho Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São Jose dos Quatro Marcos/MT.

São José dos Quatro Marcos – MT, 28 de Setembro de 2021.

Jairo de Lima Souza

Presidente do CCP

Claudiney Alves Ribeiro

Vice Presidente do CCP

Samuel Leandro Rosa

Secretário do CCP

Dulcimar Mazete Justimiano dos Santos

Membro do CCP

Wanderson Alves Libralão

Membro do CCP

Jose Lima Rogerio

Membro do CCP

OUVIDORIA
COVID-19: DECRETO Nº 165, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Atualiza as medidas de disseminação do novo Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. JAMIS SILVA BOLANDIN**, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.134, de 01 de outubro de 2021 - que atualiza as medidas de combate à disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a redução do número óbitos e de casos confirmados para COVID-19 - conforme dados do Painel Epidemiológico da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a redução dos casos confirmados para COVID-19 local apontados nos últimos Boletins Informativos da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a ampliação da vacinação contra a COVID-19 e o aumento na distribuição de doses imunizantes, conforme painel de informações do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização constante das medidas não farmacológicas de combate à disseminação do mencionado vírus,

DECRETA:

Art. 1º Fica mantida, em toda municipalidade de São José dos Quatro Marcos, a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em espaços públicos e privados, inclusive para as pessoas que já estejam devidamente imunizadas.

Parágrafo único As medidas dispostas neste Decreto podem ser alteradas a qualquer momento considerando o contexto pandêmico.

Art. 2º Ficam determinadas as seguintes deliberações sobre a Educação:

§1º Fica permitido às unidades particulares de educação básica o funcionamento de suas atividades com 100% de seus educandos, de forma presencial.

§2º Fica mantido às unidades da educação básica do Governo do Estado de Mato Grosso em São José dos Quatro Marcos, o funcionamento das atividades letivas em conformidade com a legislação vigente ao ente Estadual.

§3º Fica permitido às unidades educacionais públicas municipais o retorno de suas atividades com 50% de seus educandos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, em formato híbrido; e de 100% de seus educandos do Ensino Fundamental II, de forma presencial.

§4º Fica permitida às unidades particulares de ensino superior e cursos técnicos a retomada gradativa das atividades letivas, em conformidade com o Plano de Ação institucional aprovado pelo órgão de vigilância da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o disposto no Decreto nº 150/2021 e demais disposições contrárias.

São José dos Quatro Marcos-MT, 22 de outubro de 2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PREVIQUAM
RESOLUÇÃO N.º 001/2021 CONSELHO FISCAL / PREVIQUAM

RESOLUÇÃO 001/2021 CONSELHO FISCAL/PREVIQUAM

CONSELHO FISCAL

REGIMENTO INTERNO

CAPITULO I

DA COMPOSIÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 1º O Conselho Fiscal do Previquam, instituído pela Lei Complementar n.º 006 de 05 de Junho de 2005, Artigo 70, Inciso I, será de 05 (cinco) membros sendo 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes, designados pelo (Sispquam) Sindicato dos Servidores Públicos de São José dos Quatro Marcos/MT, para mandato de 03 (três) anos.

Artigo 2º O Conselho Fiscal do Previquam, tem seguinte composição:

I – 01 Presidente:

II – 01 Secretário:

III – 01 Membro:

Artigo 3º A Presidência do Conselho Fiscal será exercida por um dos seus membros escolhidos dentre eles e auxiliado (a) por um secretário (a).

Artigo 4º Compete ao Conselho Fiscal:

I – acompanhar e avaliar a implantação do plano de aplicação de recursos;

II – deliberar sobre prestação de contas e dos relatórios de execução orçamentária e financeira do Previquam;

III – analisar os relatórios de aplicações financeiras;

IV – propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao Previquam;

V – fiscalizar a administração do Previquam, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros fatos;

VI – decidir sobre sua própria organização, mediante a aprovação de seu Regimento Interno;

VII – deliberar outros assuntos de interesse do Previquam;

VIII – julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes, dos despachos atinentes a processo de benefícios.

Artigo 5º Cabe ao Presidente do Conselho Fiscal do Previquam.

I – Presidir as reuniões, orientar os debates, tomar votos e votar;

II – emitir votos de qualidade aos casos de empates;

III – convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – requisitar dos órgãos que participam do sistema Previquam, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, controle e avaliação das atividades e serviços do Previquam;

V – solicitar estudos e pareceres sobre matérias de interesse do Conselho Fiscal, bem como constituir comissões de assessoramento ou grupos técnicos para tratar de assuntos especifico, quando julgar necessário;

Artigo 6º Cabe aos membros do Conselho Fiscal do Previquam;

I – zelar pelo fiel comprimento e observância dos critérios estabelecidos na legislação pertinente ao Previquam;

II – participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

Artigo 7º O Conselho Fiscal reunir-se a:

I – ordinariamente 12 (doze) vezes por ano, ou seja, mensalmente, data a ser definida pelo presidente ou maioria dos seus membros;

II – extraordinariamente, por convocação do Presidente com antecedência de 12:00 horas.

Artigo 8º Os membros do Conselho Fiscal, após a convocação terão o prazo máximo de 12:00 horas da data marcada para justificar ausência, se caso faltar por três reuniões ordinárias, poderá ser substituído pelo 1º suplente, será comunicado ao conhecimento do Presidente do Conselho Fiscal.

Artigo 9º As reuniões do Conselho Fiscal serão instaladas com maioria simples de seus membros, (02) dois conselheiros presentes.

Artigo 10º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal, assim se for necessário, pelo Diretor Executivo do Previquam, pelo Presidente do Conselho Curador, ou por maioria simples dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – As reuniões poderão ser convocadas pelo Diretor Executivo ou pelo Presidente do Conselho Fiscal, e serão realizadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir do ato da convocação.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 11º As deliberações do Conselho Fiscal com relação as alterações deste Regimento Interno deverão contar com a convocação de no mínimo da maioria absoluta.

Artigo 12º O secretário do Conselho Fiscal, será exercido por um dos seus membros.

Artigo 13º Os casos omissos e as duvidas suscitas quanto a aplicação deste Regimento Interno serão resolvidas em decisão plenária do Conselho Fiscal.

São José dos Quatro Marcos – MT, 23 de Setembro de 2021.

Luciene Soares Bonfim Ricci

Presidente

Maria do Carmo Silva

Secretário

Pedro Rodrigues da Silva

Membro

Celia Dias Rodrigues

Membro Suplente

Fatima Almorone de Azevedo Botelho

Membro Suplente

ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 13/2021** – Tipo de Licitação: Menor Preço por Item.OBJETO: "***REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES E SERVIÇOS DE DUPLAGEM E RECAPAGEM EM PNEUS (Itens fracassados)"***. Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **08/11/2021 às 09h. (horário de Brasília).** Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (65) 3251-2110/1955. Pregoeira Vanessa da Rocha Avelino - Portaria 304/2021. PMSJQM, 22/10/2021

ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL n.º 21/2021 – Tipo de Licitação: Menor Preço Global. OBJETO: ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RESTAURAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ÁRVORE NATALINA, COMPOSTA POR ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, COBERTURA EM FESTÃO ARAMADO, ILUMINAÇÃO EM STROBOS E ADEREÇOS LED."*** Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **05/11/2021 às 08h.** Obtenção do edital pelo site: www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (65) 3251-2110/1955. PREGOEIRA VANESSA DA ROCHA AVELINO - Portaria 304/2021. PMSJQM, 22/10/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

REAVISO DE LICITAÇÃO

REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2021

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA CONFECÇÃO DE PORTÕES, GRADES, JANELAS, ESTRUTURAS METÁLICAS, ENTRE OUTROS COM INCLUSÃO DE MATERIAIS,** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **25 de outubro de 2021- as 14:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 às 18:00 horas ou pelo site WWW.saopedrodacipa.mt.gov.br. Informações: tel. (0**66)3418-1500. São Pedro da Cipa, 08 de Outubro de 2021. **Marciana da Silva Cherubim Pregoeira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº. 170/2021

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 001/21, para servidores do Quadro em Geral da prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, Senhor **Elson Farias de Sousa**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Art. 1º Nomear a Comissão do Processo Seletivo Simplificado, abaixo relacionados e seus respectivos cargos, para desempenharem as funções de acompanhamento desde a homologação do Edital de abertura até final de todo o processo.

Presidente: Aleandro da Silva Costa

Secretário: José Aurelio Aguiar Brito

Membro; Valdivino Barreira Oliveira

Membro; Danila Costa Amorim

Membro; Raquel Alves Dos Santos

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Nova Dourada/MT, 18 de outubro de 2021.

Elson Farias de Sousa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 553/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **VANESSA ALVES RODRIGUES DOS SANTOS** servidora efetiva, admitida em 11/10/2018, com matricula no RH nº. 1835, nocargo de **Agente da Administração Pública III – Auxiliar de Saneamento, lotada** na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura Municipal, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$:1.416,65 (Um Mil, Quatrocentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Cinco Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 545/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **TATIELE CAROLINE DA SILVA NORONHA**, servidora efetiva, admitida em 22/10/2018, com matricula no RH nº. 1841, nocargo de **Técnico da Saúde III – Fiscal em Vigilância Sanitária,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 1.449,60 (Um Mil, Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais, Sessenta Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 544 /2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **SOLANGE GONCALVES DA SILVA**, servidora efetiva, admitida em 10/10/2018, com matricula no RH nº. 1831 no cargo de **Agente da Administração Pública III – ApoioAdministrativo Nutrição,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento **desta Prefeitura Municipal**, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao**

valor de R$: 1.416,65 (Um Mil, Quatrocentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Cinco Centavos), em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 543/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **LUCIENE APARECIDA ALVES DE SOUZA LOGA**, servidora efetiva, admitida em 22/10/2018, com matricula no RH nº. 1840 no cargo de **Agente da Administração Pública III – ApoioAdministrativo Nutrição,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento **desta Prefeitura Municipal**, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$:1.416,65 (Um Mil, Quatrocentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Cinco Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 542/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **HEMERSON JOSE DA SILVA COSTA** servidor efetivo, admitido em 17/10/2018, com matricula no RH nº. 1838, nocargo de **Agente da Administração Pública III – Auxiliar de Saneamento,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura Municipal, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$:1.416,65 (Um Mil, Quatrocentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Cinco Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 541/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **JEIZIANE MENDONÇA DA SILVA**, servidora efetiva, admitida em 11/10/2018, com matricula no RH nº. 1833 no cargo de **Técnico de Nível Superior I – Psicólogo,** lotada naSecretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura Municipal, **da ClasseA – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$:3.129,81 (Três Mil, Cento e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Um Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/SMEC/2021

Estabelece normas e fixa as datas para o início do ano letivo de **2022** nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Tabaporã-MT, período de matrículas dos alunos para Educação Infantil e Ensino Fundamental de Nove Anos, quadro de vagas, remoção, férias, aos técnicos e apoios administrativos educacionais, técnico de desenvolvimento infantil, bem como critérios para atribuição de aulas/turmas para os professores efetivos e turno de trabalho dos técnicos - desenvolvimento infantil, administrativo e apoios -nutrição, infraestrutura e vigilância, etc.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de Tabaporã, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº. 9.394/96, Lei Complementar nº. 010/2011, Lei Municipal nº. 1080/2017 e Lei Municipal nº 218/99;

Considerando as Políticas da Secretaria de Estado de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares da Educação Básica da Rede de Ensino;

Fundamentação legal:

Resolução Normativa nº 002/2015-CEE-MT

Portaria nº 603/2020/GS/SEDUC/MT

Portaria 567/2021/ GS/SEDUC/MT- Calendário Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino de 2022

Instrução Normativa Nº 014/2021/GS/SEDUC/MT, e outros em vigor.

RESOLVE:

SEÇÃO I – Matrícula

Art. 1º. – Regulamentar o processo de rematrícula e matrícula dos alunos nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Tabaporã para o ano letivo de 2022.

Art. 2º – Cada escola deverá elaborar e publicar o seu edital de matrículas respeitando a seguinte norma:

Art. 3º. Para o ingresso no primeiro ano do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 06 (seis) anos de idade completos até o dia **31/03/2022**. Os alunos que completarem 06 anos após 31/03/2022, conforme Legislação Federal (censo escolar) deverão ser matriculados na ***Educação Infantil.***

I. 1° Ciclo – 6 a 8 anos;

II. 2° Ciclo – 9 a 11 anos;

III. 3° Ciclo – 12 a 14 anos;

Art. 4º. Para os alunos com deficiência inclusos nas escolas organizadas em Ciclo de Formação Humana haverá flexibilidade de três anos para a matrícula, conforme parâmetros abaixo:

I - 1º Ciclo

a) 1º ano: de 6 a 9 anos;

b) 2º ano: de 7 a 10 anos;

c) 3º ano: de 8 a 11 anos;

II – 2º Ciclo

a) 1º ano: de 9 a 12 anos;

b) 2º ano: de 10 a 13 anos;

c) 3º ano: de 11 a 14 anos;

Art. 5º. - A quantidade de alunos do Ensino Fundamental de 09 anos por unidade escolar será distribuído da seguinte forma:

1º ciclo – 23 a 27 alunos.

2º ciclo – 25 a 30 alunos.

3º ciclo - 27 a 35 alunos.

Art. 6º - Para Educação Escolar localizada na **zona rural** será distribuído da seguinte forma:

1º Ciclo – 15 a 25 alunos;

2º Ciclo – 20 a 25 alunos;

Art. 7º. – Na Educação Infantil determinar o período letivo de 2022, com funcionamento em regime integral, com mínimo de 200 dias letivos, e carga horária mínima de sete (07) horas diárias, aos alunos de creche em idade de 04 meses aos 03 anos 11 meses e 29 dias.

Art. 8º - A quantidade de alunos da **Educação Infantil** será distribuída da seguinte forma:

Berçário I - 04 meses a 11 meses: de 08 a 10 alunos;

Berçário II – 01 ano: de 10 a 15 alunos;

Maternal I - 02 anos: de 15 a 18 alunos;

Maternal II - 03 anos: de 20 a 23 alunos;

Pré I - 04 anos: de 20 a 25 alunos;

Pré II - 05 anos: de 20 a 25 alunos;

§ 1º - Para o atendimento dos alunos de Creche até 03 anos 01 TDI – técnico de desenvolvimento infantil por turma. Sendo que as TDIs efetivas deverão lotar 50% (cinquenta por cento) em cada turno, matutino/vespertino.

Art. 9º - Estabelece critérios para o atendimento na escola do campo que funciona no Assentamento Projeto Pai Herói:

I - Todos os alunos que utilizam o transporte escolar que vem de todas as linhas do campo que estão com idade e/ou matriculados no 1º e 2º ciclos (1º ao 6º ano), no período matutino;

II - Moradores do setor industrial, jardim campineiro (chácaras) e adjacentes;

Parágrafo Único - Quanto ao transporte escolar a secretaria de educação indicará o ponto exclusivo, não abrindo exceções.

Art. 10 – Será utilizado o "Espaço Compartilhado", que funciona na Rua Elaine Cristina, 74 que atenderá os alunos II Ciclo da Escola Municipal Menino Jesus.

Art. 11 - As rematrículas deverão ocorrer no período de **16/11/2021 a 17/12/2021.**

Art. 12 - As matrículas de alunos novos deverão ocorrer no período de **01/12/2021 a 04/02/2022.**

Art. 13 - Nas unidades escolares do ensino regular, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, devidamente comprovada através de laudo médico, será no máximo 02 (dois) alunos para compor uma turma.

Art. 14 – O transporte escolar atendera a demanda na seguinte forma:

I – Americana do Norte no período matutino;

II – Nova Fronteira no período matutino;

III – Na Sede no período matutino;

SEÇÃO II – NÚMERO DE TURMAS, QUADRO DE PROFISSIONAIS, QUADRO DE VAGAS E REMOÇÃO

Art. 15 – Define sobre a composição de turmas:

§ 1º - Nas unidades escolares que não conseguirem compor as turmas, conforme prevê esta normativa, a composição de turmas ficará condicionada à análise e deferimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 16 – Define sobre o **Quadro de Profissionais, Quadro de Vagas**:

§ 1º - Divulgação do Quadro de Vagas existentes para solicitação de **remoção 16/11/2021** pela SMEC**.**

Art. 17 – Estabelece prazo e critérios para **remoção**:

§ 1º - O levantamento das vagas disponibilizadas para a remoção será realizado seguindo critérios de conveniência e oportunidade da rede municipal, levando-se em consideração a necessidade atual e futura de profissionais efetivos em cada unidade de ensino, bem como as mudanças estruturais previstas no âmbito da educação.

§ 2º - Serão considerados os seguintes critérios para classificação, nesta ordem:

I. Tempo de efetivo/estável exercício profissional na rede municipal de ensino, no cargo;

II. Qualificação profissional, considerando o nível de enquadramento do professor na carreira;

§ 3º - A contagem do tempo de exercício profissional, na forma prevista nos Anexos, será realizada com base nos dados cadastrados no Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos do município de Tabaporã (data de admissão), sendo que **não** serão considerados como de efetivo exercício os seguintes afastamentos:

a) Cessão para outros órgãos, exceto a celebrada através de convênio de municipalização;

b) Disponibilidade em outros órgãos;

c) Mandato eletivo;

d) Mandato classista;

e) Licença para trato de interesses particulares;

f) Licença especial remunerada;

g) Afastamento para curso de especialização;

h) Afastamento irregular.

§ 4º - A pontuação referente à qualificação profissional, na forma prevista no Inciso II deste artigo, será automaticamente atribuída de acordo com o nível de enquadramento do professor, registrado no Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos do município de Tabaporã.

§ 5º - A avaliação da assiduidade prevista no Inciso III abrangerá o período desde a data de admissão**,** e serão levadas em consideração todas as ausências ao trabalho, inclusive as justificadas e/ou abonadas,licenças e os demais afastamentos legalmente admitidos, **excetuando-se** apenas os afastamentos em virtude de férias, licença prêmio, serviços obrigatórios por lei (serviço eleitoral), participação em júri popular, licença gestante e afastamento para curso especialização.

Art. 18 - Em caso de empate na classificação terá preferência para a escolha o candidato que, nesta ordem:

a) Apresentar maior nível/habilitação no vínculo utilizado na inscrição;

b) Apresentar maior tempo de serviço na rede municipal de educação no vínculo utilizado na inscrição;

c) Ter maior idade, levando em consideração o dia, o mês e o ano de nascimento.

Art. 19 - O resultado da análise considerando a classificação de pontuação de títulos dos profissionais.

§ 1º - O período de **remoção** para os profissionais da educação (Professores, Técnico Administrativo Educacional (TAE / TDI) e Apoio Administrativo Educacional (infraestrutura/ nutrição/vigilância) será de **18/11/2021**.

§ 2º - A remoção se dará de acordo com art. 47 da Lei Municipal nº 1.080/2017, de acordo com a ordem de entrega do pedido na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 3º - O profissional da educação básica terá direito à remoção decorrido o período de estágio probatório;

SEÇÃO III – FÉRIAS

Art. 20 - Determinar que as férias dos professores da Educação Básica, apoio administrativo educacional (nutrição e infraestrutura) ao final do ano corrente, seja no seguinte período: **21/12/2021 à 19/01/2022**, conforme escala.

I - ao término do 1º semestre letivo e pelo prazo de **15 dias, de 11 de julho a 25 de julho de 2022**, período de recesso escolar destinadas aos alunos e professores em sala de aula, de articulação da aprendizagem e de recursos multifuncionais;

II – O servidor efetivo lotado nesta secretaria que não completou o período aquisitivo, deverá usufruir das férias no período estipulado, porém só receberá a gratificação constitucional de 1/2, quando completar o referido período.

SEÇÃO IV – CONTAGEM DE PONTOS

Art. 21 - Cada unidade escolar formará a sua Comissão de inscrição e contagem de pontos até o dia **10/11/2021**, sendo este um presidente e três membros, de acordo com Lei Complementar 010/2011;

§ 1º – A comissão deverá ser composta: pelo Diretor, por um Professor, pelo Presidente ou membro do CDCE e por um Técnico Administrativo Educacional.

§ 2º - Período de inscrição e entrega dos documentos dos servidores efetivos para contagem de pontos será de **12/11/2021** por unidade escolar.

§ 3º – No ato da inscrição o candidato deverá apresentar a relação de documentos do anexo I e ficha de pontuação devidamente preenchida e assinada (anexos);

a) professor com duas cadeiras (da rede municipal) deverá preencher duas fichas, uma para cada matrícula.

b) Para os servidores que possui outro vínculo empregatício em outra rede deverá apresentar a declaração constando os horários de trabalho.

§ 4º - A contagem de pontos para professores efetivos dar-se-á conforme critérios estabelecidos no (anexo II).

§ 5º - A contagem de pontos para Apoio e Técnico Administrativo Educacional dar-se-á conforme critérios estabelecidos no (anexo II).

Art. 22 - Os professores efetivos que se interessarem nas aulas excedentes deverão informar no ato da inscrição;

§ 1º – A divulgação dos resultados da contagem de pontos deverá ser no dia **17/11/2021**;

§ 2º - O recurso será **18/11/2021.**

Art. 23 – Estabelece critérios para atribuição de aulas adicionais/excedentes:

I – O professor efetivo da unidade com maior titulação;

III – O professor que na atribuição de 2020 concluiu o ano letivo de 2021 na turma;

IV – Não será atribuído aulas excedentes o professor que estiver em gozo de Licença Prêmio ou agendadas, Licença Saúde no decorrer do ano letivo;

V – Após a atribuição o profissional assinará um termo de compromisso com a instituição;

§ 1º - A desistência em 2021 implicará perca de 5,0 na atribuição para o próximo período, exceto em casos de saúde comprovada;

§ 2º - Cada Unidade Escolar deverá encaminhar a Secretaria de Educação a relação dos professores interessados nas **aulas excedentes** com sua respectiva contagem de pontos em ordem de classificação até **22/11/2021**.

SEÇÃO V– ATRIBUIÇÃO

Art. 24 - A Atribuição de classes e/ou aulas nas unidades escolares seguirá o calendário proposto.

§ 1º - A Atribuição de aulas acontecerá no **período matutino** no dia **03/12/2021 às 11:30 horas** em cada unidade escolar, incluindo: Coordenação Pedagógica, Articulação e Sala de Recurso (se de direito).

§ 2º - Haverá atribuição de um professor para as turmas de período integral do berçário e Maternal I e II, conforme ata de reunião do Conselho Municipal de Educação.

§ 3º - Aos professores que integrarem o quadro efetivo através de remoção atribuirão suas aulas após os professores pertencentes ao quadro atual da escola, conforme sua classificação na Relação de Contagem de pontos.

§ 4º - As turmas livres (como aulas excedentes) serão atribuídas no dia **07/12/2021 as 11:30** aos professores efetivos com carga horária de até 20 (vinte) horas semanais.

§ 5º - Quanto ao I Ciclo orientamos a atribuição dando continuidade no ciclo (1 ao 3 ano) retornando ao início;

a) Ao final do ciclo o professor que tiver interesse poderá atribuir aula no primeiro ano.

§ 6º – As turmas do **II Ciclo serão atribuídas por unidocência** preferencialmente aos professores de área de acordo com a ordem de classificação;

a) Ao final do ciclo o professor que tiver interesse poderá atribuir aula no quarto ano.

§ 7º - Os professores de Educação Física que não completarem a carga horaria semanal de 30 horas em sala, deverão elaborar Projeto de Ginastica Laboral, e completar carga na Educação Infantil;

I - quando da atribuição aos professores candidatos a contrato temporário, caso deste ter vínculo com outra rede, em cargo licitamente acumulável, o candidato deverá comprovar documentalmente que há compatibilidade de horários para cumprimento da jornada regular, e das horas atividades, para atribuição, nos termos da Lei, não podendo ultrapassar a jornada máxima de 20 h/a semanais;

II - e no caso de aulas excedentes, atribuir sempre que possível aos professores efetivos da própria unidade educacional, não ultrapassando a 20 h/a, observando:

a) não atribuir aulas excedentes a professores que tenham previsão de afastamento superior a 30 (trinta) dias no decorrer do próximo ano letivo;

b) em se tratando de contratado temporário, deverá ser observado o histórico de afastamento nos anos anteriores, não devendo ser feita a respectiva atribuição, caso tenham se afastado do exercício das suas atividades por mais de 60 dias consecutivos ou não, exceto quando se tratar de licença gestacional;

c) quando o professor efetivo se afastar, por qualquer motivo, e por período superior 30 (trinta) perderá direito às aulas excedentes, exceto quando se tratar de licença gestacional.

Art. 25 – Não haverá contagem de pontos aos professores seletistas, sua atribuição será feita conforme classificação do Processo Seletivo, de acordo com o quadro de turmas de cada unidade escolar, **no dia 10/12/2021** na sede SMEC, nos distritos nas unidades.

§ 1º - Caso não haja número de vagas suficientes na unidade que atuaram em 2021, os mesmos serão encaminhados à SMEC para a lotação em 2022, e/ou distrato se for necessário;

Art. 26 – Durante o curso do ano letivo, não serão permitidas alterações nas atribuições realizadas no quadro de pessoal, exceto quando decorrente de:

a) substituições aos professores com afastamento legal;

b) junção de turmas;

c) desmembramento de turmas;

d) distrato/cessação;

e) posse de servidor mediante concurso público municipal;

f) retorno de titular ao cargo;

g) remoção de efetivo;

§ 1º - Ao caso de alteração do quadro, decorrente de junção/divisão de turmas/diminuição de alunos, ou outros que incorra em alteração no número de cargos disponíveis, **deverá ocorrer adequação no quadro de servidores** e, se necessário implicará em distratos, a equipe gestora deverá considerar o profissional de menor classificação, observar o ciclo da folha de pagamento de forma a evitar custos com pagamentos indevidos e multas contratuais.

§ 2º - O professor regente de sala de aula, efetivo e/ou de contrato temporário, tem o direito a hora atividade correspondente ao disposto em Lei podendo exceder ao cômputo de 20 (vinte) horas/aulas mais 10 (dez) horas atividades, devendo estas serem cumpridas no horário de atendimento da unidade escolar, junto aos pares, em conformidade com o PPP da unidade escolar com o devido acompanhamento do Coordenador Pedagógico.

§ 3º - O contratado temporário, que tiver previsão de afastamento no decorrer do ano letivo, não poderá ser contratado nas funções que não admitem substituições (ex: sala de recursos, articulador, projetos, entre outros);

§ 4º - Aos gestores das unidades escolares (Diretor, TAE e Coordenador Pedagógico) que descumprirem o disposto no item anterior, caberá a responsabilidade administrativa sobre o ato.

§ 5º - É vedado ao servidor contratado, na função de Professor/TAE/ AAE, após a distribuição das aulas e/ou vagas/funções, desistir destas para assumir outras durante o ano letivo, uma vez que a cada novo processo de atribuição deverá ser observado o disposto na Instrução Normativa de Atribuição de Aulas/jornada de trabalho, em vigência, seguindo o processo de classificação;

Art. 27 – O coordenador pedagógico trabalhará em regime de dedicação exclusiva, cumprindo jornada semanal de 40 horas, de modo que contemple os dois turnos de funcionamento da unidade escolar, realizando suporte a seus pares.

Art. 28 – Mediante diagnóstico, necessidade comprovada e apresentação do projeto de articulação a escola de Ensino Fundamental de nove (09) anos da rede municipal organizada por Ciclos de Formação Humana **poderá ter professor articulador por cada ciclo** com carga horária semanal de 30 horas, o qual deverá contemplar igualmente os **dois turnos** matutino e vespertino (03 horas por período) ou seja com carga diária de 06 (seis) horas.

I – As unidades que atendem I e II Ciclo com dois turnos terão direito de Articulação:

a) Professor Articulador para atender um no I Ciclo e um II Ciclo;

b) A unidade que não atende ao II Ciclo completo (EM Lili Maria Konzen);

c) Exceto a unidade que atende somente um período (EM Moacir Semensato);

§ 1º. Para assegurar o direito de ter professor articulador da aprendizagem a unidade escolar deverá disponibilizar espaço físico e ambiência pedagógica;

§ 2º. A atribuição do professor articulador de aprendizagem considerará o diagnóstico dos desafios de aprendizagem da unidade escolar.

§ 3º. O diagnóstico deve considerar os anos letivos 2020/2021 atípicos, através do ensino remoto irá fundamentar o projeto de mediação das aprendizagens da articulação do coletivo dos Ciclos da unidade escolar.

§ 4º. O Projeto de Articulação deverá:

I – prioritariamente estar relacionado ao processo de alfabetização;

II - estar contemplado no Projeto Político Pedagógico e Plano Estratégico (Pandemia) anexado no Sistema online (PPP) para fins de análise;

III - ser acompanhado e validado pela Assessoria Pedagógica Municipal para análise final;

IV – Atribuição de aula no dia **03/12/2021 às 11:30 horas;**

§ 5º. Cabe a equipe gestora analisar perfil para exercer a função de professor articulador, tendo como referência o diagnóstico dos desafios de aprendizagem, e as seguintes considerações:

I - ser prioritariamente professor efetivo;

II - ter prioritariamente formação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior e experiência docente em alfabetização nos últimos 02 anos;

III - disponibilidade de atendimento aos alunos no contra turno e **não apresentar acúmulo de cargos e/ou funções;**

§ 6º. A articulação estabelece como prioridade o processo de alfabetização:

I - Não poderão concorrer à atribuição na função de professor articulador de aprendizagem os profissionais que estiverem nas situações funcionais abaixo:

a) aposentados em uma cadeira por não atenderem ao regime de 30h;

b) em processo de aposentadoria para o ano de 2020/2021;

c) em readaptação de função;

d) indisponibilidade de horário para fazer a interlocução com o (s) professor (es) do ensino comum para que possa desenvolver o trabalho no contra turno;

e) em constante Licença para Tratamento de Saúde;

f) estiver em gozo de Licença Prêmio ou agendadas no decorrer do ano letivo;

Art. 29 - O docente para candidatar-se à função de professor da SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, conforme perfil estabelecido nos parágrafos a seguir:

§ 1º - Para candidatar-se à função de professor da SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL o docente efetivo ou na falta deste, contratado temporariamente, deverá preencher a ficha de inscrição do anexo II desta Portaria, conforme perfil estabelecido nos parágrafos a seguir, por ordem de prioridade:

a) Licenciatura Plena em Pedagogia (ou Normal Superior) com habilitação em Educação Especial;

b) Licenciatura Plena em Pedagogia (ou Normal Superior) com especialização na área de Educação Especial;

c) Licenciatura Plena em Pedagogia (ou Normal Superior) com especialização em Psicopedagogia e formação continuada específica (Atendimento Educacional Especializado - AEE ou nas áreas de conhecimento e necessidades educativas do aluno);

d) Licenciatura Plena em outras áreas e formação continuada específica (Atendimento Educacional Especializado – AEE) ou nas áreas de conhecimento e necessidades educativas do aluno.

§ 2º - A organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) considera as peculiaridades de cada aluno - alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados, por isso, para se planejar o atendimento não resta saber as causas, diagnóstico, prognóstico da suposta deficiência do aluno.

I - Antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças;

II - Há alunos que freqüentarão o AEE mais vezes na semana e outros, menos. Sendo possível atender aos alunos em pequenos grupos, se suas necessidades forem comuns a todos.

§ 3º - O Projeto Político Pedagógico da Escola deverá contemplar o AEE como uma das dimensões das diversidades da escola. Por fazer parte desta organização o PPP estipulará o horário no período oposto ao que frequentam na escola comum sendo proporcional às necessidades indicadas no plano de AEE;

I - Não poderão concorrer à atribuição na função de professor de sala de recursos multifuncionais os profissionais que estiverem nas situações funcionais abaixo:

a) aposentados em uma cadeira por não atenderem ao regime de 30h;

b) em processo de aposentadoria para o ano de 2021/2022;

c) em readaptação de função;

d) indisponibilidade de horário para fazer a interlocução com o(s) professor(es) do ensino comum para que possa desenvolver o trabalho no contra turno **e não apresentar acúmulo de cargos e/ou funções;**

e) em constante Licença para Tratamento de Saúde;

f) estiver em gozo de Licença Prêmio ou agendadas para o ano letivo;

g) o professor terá a carga horária distribuída devendo contemplar igualmente os **dois turnos** (03 horas por período) todos os dias;

h) para assegurar o direito de ter professor da sala de recursos multifuncional a unidade escolar deverá disponibilizar sala de aula, não sendo possível utilizar outros ambientes para esse trabalho.

i) para as unidades escolares que atendem alunos deficientes com graves transtornos neuro-motores (crianças que em decorrência da deficiência apresente mobilidade reduzida ao ponto de comprometer sua autonomia de ir ao banheiro e se alimentar, sendo, portanto, dependente de apoio externo) e alunos com autismo, inclusos nas turmas regulares será garantido 01 (um) TAE/AUXILIAR DE TURMAS de modo a proporcionar autonomia ao aluno.

§ 4º. - A disponibilidade ou contratação do TAE/AUXILIAR DE TURMAS, com regime de trabalho de 30 horas, apenas se justifica quando comprovada a necessidade através de avaliação pedagógica do(s) aluno(s) juntamente com os laudos médicos, e está condicionada a análise e parecer da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, podendo o TAE auxiliar mais de uma turma que atende alunos com deficiência.

Art. 30 – Dispõe sobre a Atribuição De Regime/Jornada De Trabalho:

§ 1º – Será atribuído o turno de trabalho aos Apoios Administrativos Educacionais (Infraestrutura, nutrição e vigilância) AAE, Técnicos Administrativos Educacionais-TAE conforme critérios do anexo, que excederem ao número definido por unidade escolar, ficarão como remanescentes a serem redistribuídos pela SMEC, nas escolas onde houver vaga.

I - Apoios Administrativos Educacionais (infraestrutura, nutrição) com carga horária diária de 06 (seis) horas com horário de almoço;

II - Técnicos Administrativos Educacionais-TAE, com carga horária de 06 (seis) horas, deverá contemplar os dois turnos, sendo 03 (três) horas por período todos dias. Com exceção a escola que atendam apenas um turno;

§ 2º - A SMEC, após o processo de atribuição de regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional-TAE e Apoio Administrativo Educacional-AAE efetivo e/ou estabilizado efetuará a redistribuição dos servidores que ficaram remanescentes, exceto nos casos de problemas de saúde comprovados.

§ 3º - Aos Técnicos de Desenvolvimento Infantil-TDI efetivo, fará a distribuição dos horários de expediente, sendo 50% período matutino e 50% no período vespertino (um TDI efetivo para cada turma) onde atenderão de forma que contemple a realidade e as necessidades da unidade escolar, observando o descanso para o almoço.

SEÇÃO VI – HORA ATIVIDADE

Art. 31 - **A hora atividade deverá ser cumprida no horário de atendimento da unidade escolar, junto aos pares com o devido acompanhamento do coordenador pedagógico;**

§ 1º - Caberá ao gestor escolar e coordenador pedagógico o acompanhamento do cumprimento das horas atividades, sendo responsabilizados administrativamente, pela omissão.

§ 2º - O acompanhamento das Horas Atividades, tanto para professor efetivo quanto para professor contratado temporariamente, deverá ser registrado em Livro Específico.

§ 3º. Além das horas destinadas à sala de aula, compõe a jornada de trabalho dos professores o período destinado à hora-atividade.

§ 4º. Entende-se por hora-atividade aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola.

§ 5º. A hora atividade deverá ser cumprida integralmente no âmbito da unidade escolar, em horário diferente da atribuição de sala de aula, de acordo com o turno de funcionamento da unidade escolar e de atendimento ao aluno, conforme Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, com o acompanhamento da equipe pedagógica.

§ 6º. O professor efetivo que possui dois vínculos na rede, com jornada semanal limitada a 60 (sessenta) horas, deverá cumprir integralmente a hora-atividade dos vínculos na unidade escolar, devendo realizar sua atribuição em unidades que atendam nos dois turnos.

§ 7º. Para o cumprimento da jornada de trabalho semanal das horas atividades, deverão observar-se as seguintes orientações:

a) atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar;

b) Participação no Projeto Formação Continuada e demais atividades de capacitação previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e ao aperfeiçoamento profissional;

c) preparação e avaliação do trabalho didático (incluindo o Diário Eletrônico);

d) Atividades propostas pela Unidade Escolar, tais como: reuniões pedagógicas, assembleias e outros e à articulação com a comunidade.

SEÇÃO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - Compete à Assessoria Pedagógica desta secretaria orientar, acompanhar e fiscalizar a composição de turmas, bem como, a organização do Quadro de Pessoal e fazer cumprir o disposto nesta normativa.

Art. 33 - Período para estudos, planejamento, revisão do PPP, PDE e outros programas, de **20/01/2022 à 04/02/2022**.

Art. 34 - Os professores efetivos e/ou estabilizados que participaram do processo de atribuição de classes e/ou aulas, construirão o plano de trabalho docente anual (cronograma de trabalho e atividades pedagógicas), incluindo, objetivamente, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades;

Art. 35 - Será de responsabilidade da Equipe Gestora a articulação da construção do plano de trabalho docente anual (cronograma de trabalho e atividades pedagógicas), incluindo, objetivamente, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades;

§ 1º - Caberá ainda, à Equipe Gestora, como monitora e mediadora do cumprimento das horas atividades juntamente com o coletivo de professores da unidade escolar, fazer cumprir o estabelecido nos documentos oficiais;

I - definir a forma de operacionalização das horas atividades, bem como o acompanhamento e avaliação que deverá ocorrer bimestralmente;

II - assegurar o registro do processo de participação (presença em atividades internas e externas);

III - encaminhar os casos de não cumprimento das horas atividades a Assessoria Pedagógica do município (SMEC) para desconto em folha de pagamento, conforme disposto em lei vigente;

§ 2º - É de competência da Equipe Gestora a distribuição das turmas, se houver demanda, a disponibilização nos dois turnos com as mesmas turmas;

Art. 36 - O Técnico Administrativo Educacional-TAE, terá a responsabilidade na inserção e gerenciamento dos dados e demais informações da unidade escolar, solicitadas pela SMEC.

§1º - Compete ao técnico administrativo educacional da unidade fazer os lançamentos de atribuições, seja de servidores efetivos e/ou dos contratos temporários, no sistema Educarlex, mantendo o quadro de pessoal e dados dos alunos das unidades devidamente atualizados fazendo substituições de professores e criando senhas de acesso em conformidade com esta normativa sob pena de responsabilização.

§ 2º - A Equipe Gestora da unidade educacional que descumprir as orientações normativas em qualquer momento do ano letivo, omitindo classes e/ ou aulas, praticando ação que caracterize *NEPOTISMO* no processo de atribuição de classes e/ou aulas/ jornada de trabalho, ou atos que venham comprometer a *LEGALIDADE e TRANSPARÊNCIA* no processo de atribuição, poderá ser responsabilizada pelos seus atos na forma da lei.

§ 3º - É vedada a inscrição/atribuição de candidato a contrato temporário que possui parentesco até 3º grau civil com a Equipe Gestora da unidade educacional de interesse.

§ 4º - Para efeito de controle do cumprimento da jornada de trabalho do professor caberá a responsabilidade ao Coordenador Pedagógico que, mensalmente deverá entregar o relatório das faltas (hora/aula e hora/atividade) a serem lançadas no Módulo de Assiduidade, no caso dos servidores Apoio Administrativo Educacional-AAE, Técnico Administrativo Educacional-TAE, os servidores em Readaptação de Função e servidores em atribuição de função (diretor, coordenador) a responsabilidade caberá ao técnico administrativo educacional.

Art. 37 – A unidade escolar para ter direito a sala de recurso terá que atender no contra turno.

Art. 38 – O início do ano letivo de **2022**, será dia **07 de fevereiro de 2022.**

Art. 39 – Para os servidores efetivos/estáveis e/ou seletista a ausência do servidor, por motivo de tratamento de saúde, terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação do atestado médico, quando possível, ou comunicar ao seu superior hierárquico e/ou Departamento Administrativo da SMEC.

§ 1º - Os servidores efetivos são beneficiários do Previporã, já os seletistas e/ou diarista/avulsos são beneficiários do INSS, cujo atestados a partir de décimo sexto (16) dia é de responsabilidade do beneficiário agendar perícia através do 135 ou no APP meu INSS;

§ 2º - A não apresentação do atestado médico pelo servidor (não excluindo equipe gestora), no prazo estabelecido no parágrafo anterior, caracterizará falta injustificada ao servidor, acarretando o desconto do dia de serviço.

§ 3º - Em caso de ausência devido a estudos cujo direitos garantidos em lei, o servidor deverá apresentar o atestado de freqüência (falta justificada).

Art. 40 – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a qualquer momento, poderá designar Equipe de Supervisão Técnica para desenvolver atividades inerentes ao cumprimento do funcionamento do ano letivo de 2022, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino bem como das Leis, Portarias, Instrução Normativa e Editais que estabelecem critérios para o mesmo.

Art. 41 – No decorrer do ano letivo se houver a possibilidade acontecerá a revitalização da Biblioteca Pública Municipal com a remoção de TAE habilitado.

Art. 42 - Os servidores (professor 60/50/40h/30h) diretor, coordenador, TAE terão de cumprir sua jornada de trabalho todos os dias letivos abrangendo os **dois turnos de atendimento da unidade escolar com o horário de almoço determinado de no mínimo 01 (uma) hora.**

Art. 43 - É responsabilidade do diretor da unidade escolar a abertura e o fechamento do prédio;

§ 1º - Acompanhar, fiscalizar o cumprimento das horas diárias dos servidores, o registro em folha ponto, ainda carimbar e assinar as mesmas – atestando o cumprimento da carga horária;

§ 2º - Nenhum professor cumprirá horas atividade sem o acompanhamento dos gestores (diretor/coordenador);

Art. 44 - Os seletistas terão seus contratos aditivados de acordo com legislação, caso não houver demanda os mesmos serão rescindidos;

Art. 45 - As cópias dos documentos apresentados para contagem de pontos não serão devolvidas e, após o término do processo e, decorridos 05 (cinco) anos, os documentos poderão ser incinerados, conforme estabelecido em legislação que trata da temporalidade dos documentos públicos;

Art. 46 – O agendamento de Licença Prêmio para gozo em 2022**,** levando em consideração:

I - o servidor que tenha o maior número de licenças vencidas e/ou a mais tempo;

II – o servidor em tratamento de saúde, mediante apresentação de atestado médico;

III – o servidor em processo de aposentadoria devidamente comprovado com a simulação do Previporã atualizada;

§ 1º - A SMEC encaminhará via e-mail para as unidades escolares a relação de servidores com direito adquirido no dia **10/11/2021;**

I – Atendendo ao disposto em lei, será disponibilizado 05 licenças por período, sendo 3 professor, 2 AAE, TAE, TDI.

II – Será de responsabilidade de o Gestor Escolar divulgar e encaminhar a lista de interessados indicando o período até o dia **12/11/2021**;

III – No dia **29/11/2021** a SMEC enviará e-mail para as unidades escolares contendo a Relação de servidores que gozarão das licenças Prêmio em 2022.

Art. 47 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Tabaporã-MT, 25 de outubro de 2021.

Denivaldo de Oliveira Souza

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Decreto nº 4.249/2021

Anexo I – 2021

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO

1. DADOS PESSOAIS:
Nome do Servidor (a): _____ Dt Nasc:____/_____/____ End._____nº_____Complemento:_____Bairro:_____

Cidade_____CEP:_____Telef: Res: _____Cel.:_____ Email:_____Matrícula: _____Dt.Admissão:____/____/_____ RG: _____Exp:_____UF:_____Dt. Exp.:___/___/____CPF:_____ Escola: _____ Pontuação_____		
2. Opção por aulas excedentes ( ) sim ( ) não		
_____ Assinatura do (a) Servidor(a)	Comissão de Contagem de Pontos da Escola	___/____/____ Data

ANEXO II

PONTOS DA CLASSIFICAÇÃO POR CLASSE/NÍVEL

NIVEL/CLASSE	A	B	C	D	E
1	101	201	301	401	501
2	102	202	302	402	502
3	103	203	303	403	503
4	104	204	304	404	504
5	105	205	305	405	505
6	104	206	306	406	506
7	107	207	307	407	507
8	108	208	308	408	508
9	109	209	309	409	509
10	110	210	310	410	510
11	111	211	311	411	511
12	112	212	312	412	512

Fonte de Pesquisa: holerite

Desempate: Data de admissão, Idade, doador de sangue

Anexo III

DISTRIBUIÇÃO DA EQUIPE GESTORA POR UNIDADE

Critérios para dimensionamento da Equipe Gestora, conforme Artigo 80 da Lei Municipal nº 1.080, de 29 de agosto de 2017				
Categoria/ Porte	Nº de Alunos	DIRETOR	COORDENADOR PEDAGÓGICO	TAE – Técnico Adm. Educacional
I	Mínimo 100	1	0	1
II	Até 150 - 399	1	1	1
III	400 ou mais	1	2	2

Anexo IV - 2021

PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE (SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL)

ATIVIDADES:

? Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos de forma a construir um plano de atuação para eliminá-las (MEC/SEESP, 2009);

? Produzir materiais tais como textos transcritos, materiais didático-pedagógicos adequados, textos ampliados, gravados, como, também, poderá indicar a utilização de softwares e outros recursos tecnológicos disponíveis (MEC/SEESP,2010);

? Elaborar e executar o Plano do Atendimento Educacional Especializado - AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos educacionais e de acessibilidade (MEC/SEESP, 2009);

? Organizar o tipo e o número de atendimentos (MEC/SEESP,2009);

CAPACIDADES PARA:

? Identificar e reconhecer as necessidades e habilidades do aluno;

? Trabalhar em parceria com o(s) professor(es) do ensino comum garantindo a participação do(s) aluno(s) nas atividades escolares;

? Orientar as famílias para o seu desenvolvimento e participação no processo educativo;

? Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos para serem usados pelo educando no processo de aprendizagem;

? Indicar e orientar o uso de equipamentos específicos e de outros recursos existentes no

contexto familiar e na comunidade;

? Articular com gestores e professores para elaboração do PPP numa perspectiva inclusiva;

? Articular, juntamente com a Equipe Gestora, ações sincronizadas com a Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura e demais segmentos sem perder o foco do AEE, na medida em que a participação de outros atores amplia o caráter interdisciplinar do serviço. (adaptado de MEC,SEESP, 2010);

ATITUDE:

? Conhecer e Implementar a Proposta Política Pedagógica da Unidade Escolar;

? Contribuir para a inclusão dos alunos no processo de aprendizagem;

? Fortalecer as identidades social, econômica, afetiva e cognitiva do aprendiz e suas relações com a escola;

? Atuar de forma colaborativa com o professor regente para definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do educando com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação com o grupo;

? Promover condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola;

? Planejar no coletivo;

CONHECIMENTO:

? Ter experiência na educação especial;

? Ter formação inicial ou continuada relacionada a temas da educação especial;

? Sobre a proposta pedagógica (PPP & PDE) da escola;

? Planejar as intervenções pedagógicas dentro das matrizes de capacidades;

? Sobre o perfil dos alunos;

Anexo V - 2021

TAE/AUXILIAR DE TURMAS

ATIVIDADES:

? Atuar junto ao(s) aluno(s) auxiliando o(s) professor (es) no(s) cuidado(s) básico(s) de vida diária da(s) criança (s) nas diversas turmas caso haja necessidades;

? Responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias, mantendo um diálogo constante entre família e escola;

? Acompanhar as crianças, junto às professoras e demais funcionários em atividades extra classe;

? Participar de capacitações de formação continuada;

? Auxiliar nas refeições, alimentando as crianças quando necessário visando a autonomia dos mesmos.

CAPACIDADE:

? Atender o(s)educando (s) respeitando sua dificuldade de locomoção, permanente ou

transitórias;

? Participar ativamente, no processo de adaptação e permanência da(s) criança(s) na Unidade

Escolar, atendendo a(s) sua(s) necessidade(s);

? Participar do processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.

ATITUDE:

? Incentivar a(s) criança(s) a conviver com seus pares;

? Participar de todas as atividades desenvolvidas pelo professor;

? Participar das reuniões pedagógicas e de grupos de estudos, na Unidade Escolar;

? Participar das formações propostas pela Gerência de Educação Especial;

CONHECIMENTO:

? Conhecer a Proposta Política Pedagógica da Escola;

? Buscar formação continuada relacionados a temas da Educação Especial;

Anexo VI – 2021

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS NORMAS PARA O ANO LETIVO DE 2022

MÊS	DATA	OCORRÊNCIA	RESPONSÁVEL
	25/10/2021	Divulgação da Instrução Normativa	SMEC
	10/11/2021	Comissão de Contagem de Pontos	Escolas
	10/11/2021	Lista de Servidores c/ direito de Licenças Prêmio via e-mail	SMEC
	11-12/11/2021	Período de inscrição para Contagem de Pontos	Escolas
N	12/11/2021	Lista de Interessado em Licença Prêmio via e-mail	Escolas
O	16/11/2021 à 17/12/2021	Rematrículas	Escolas
V	16/11/2021	Elaboração e Divulgação do Quadro de Vagas	SMEC
E	17/11/2021	Divulgação do Resultado da contagem de pontos	Escolas
M	18/11/2021	Recurso do resultado da contagem de pontos	Escolas
B	18/11/2021	Solicitação de remoção	Protocolar SMEC
R	22/11/2021	Encaminhar a SMEC interessados em aulas excedentes com a pontuação	Escolas
O	29/11/2021	Deferimento ou Indeferimento Remoção	SMEC
	29/11/2021	Deferimento ou Indeferimento Licença Prêmio	SMEC
DE	01/12/2021 à 04/02/2022	Matrículas Novas	Escolas
ZE	03/12/2021 – 11:30 h	- Atribuição de aula para professores efetivos, sala de recurso e articulação (se de direito), - Atribuição de turmas/turno de trabalho dos TAE	Escolas

MBRO		Técnico Desenvolvimento Infantil - TDI - Atribuição do turno AAE (nutrição, infraestrutura)	
	004-07/12/2021	Solicitação de Remoção	Protocolar na SMEC
	07/12/2021 – 11:30 h	-1º Atribuição dos professores removidos -2º Atribuição de aulas livres (excedentes) serão atribuídas aos professores efetivos com carga horária de até 20 (vinte) horas semanais dos professores efetivos	ESCOLAS
	10/12/2021	Atribuição de Seletistas na sede SMEC, distritos ESCOLAS	SMEC
	21/12/2021 à 19/01/2022	Férias Coletivas	Escolas/SMEC
JANEIRO	20/01/2022 a 04/02/2022	Continuação das Matrículas Novas	Escolas
	20/01/2022	Posse dos diretores – 09 horas	Câmara de Vereadores
	21/01 à 04/02/2022	Período de Estudos, Planejamento, Revisão do PPP, PDE e outros programas, Formação Continuada, Coordenadores, Educação Infantil,	Escolas
FEVEREIRO	07/02/2022	Início do Ano Letivo	Escolas

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº. 540/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** a servidora **Sra. Maria Alves Teixeira**."

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o Art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC 47/2005, c/c Art. 83-A, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal nº. 482 de 14/12/2004, com alteração dada pela Lei Municipal nº. 564, de 21/06/2006, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tabaporã/MT; Lei Municipal nº. 986 de 02/06/2015, que dispõe sobre Reestruturação do Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Tabaporã/MT, e dá outras providências; e ainda a Lei Municipal nº. 1.213 de 12/03/2020, altera o anexo II da Lei Municipal nº. 986/2015, concedendo a revisão salarial dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Tabaporã/MT;

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** a servidora Sra. **Maria Alves Teixeira,** portadora do RG nº. 3157262-6 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 759.955.731-87, residente e domiciliada neste Município, servidora Efetiva, no cargo de Agente de Limpeza, com carga horária de 40 horas semanais, Classe "E", Nível "28", lotada na Câmara Municipal de Tabaporã, devidamente matriculada sob o n°. 02, contando com 30 (trinta) Anos, 02 (dois) Meses e 16 (dezesseis) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, calculado com base na remuneração do cargo efetivo e com direito a paridade,** conforme processo administrativo do PREVIPORÃ nº. 2021.04.00017P, a partir da data de 25/10/2021, até posterior deliberação.

Artigo 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Tabaporã/MT, 25 de Outubro de 2021.

PAULO KATSUMI TAKEDA Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 554/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **LUCIENE OLIMPIO TORRES**, servidora efetiva, admitida em 08/10/2018, com matricula no RH nº. 1826, nocargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 1.612,62 (Um Mil, Seiscentos e Doze Reais, Sessenta e Dois Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 555/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 03/11*/2021, com término em 02/12/2021*, *referente ao período aquisitivo de 18/11/2019 à 17/11/2020,* a Senhora ***HANNA PAULA LUDKE*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1500, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 546/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **RANIELE EUGENIA CLAUDINO RODRIGUES**, servidora efetiva, admitida em 15/10/2008, com matricula no RH nº. 1836, nocargo de **Técnico da Saúde II – Técnico em Enfermagem,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 2.319,35 (Dois Mil, Trezentos e Dezenove Reais e Trinta e Cinco Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 549/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **TALYTTA MAGALHAES MELGAREJO ROSAS**, servidora efetiva, admitida em 22/10/2018, com matricula no RH nº. 1846, nocargo de **Especialista da Saúde II – Fisioterapeuta** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.623,99(Três Mil, Seiscentos e Vinte e Três Reais, Noventa e Nove Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 547/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **JULIANA BERTON FERREIRA**, servidora efetiva, admitida em 22/10/2018, com matricula no RH nº. 1848, nocargo de **Especialista da Saúde II – Bioquímico/Farmacêutico** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.593,39 (Três Mil, Quinhentos e Noventa e Três Reais, Trinta e Nove Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 550/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **NATALIA GENELICE DA SILVA SANTANA**, servidora efetiva, admitida em 15/10/2018, com matricula no RH nº. 1837, nocargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 1.612,62 (Um Mil, Seiscentos e Doze Reais, Sessenta e Dois Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 548/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **MARCIANA MAXIMO COWASKI**, servidora efetiva, admitida em 22/10/2018, com matricula no RH nº. 1842, nocargo de **Especialista da Saúde II – Psicólogo** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.623,99(Três Mil, Seiscentos e Vinte e Três Reais, Noventa e Nove Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 552/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO**do Senhor **VICTOR HUGO BORK BARBOSA**, servidor efetivo, admitido em 08/10/2018, com matrícula no RH nº. 1828, nocargo de **Agente da Administração Pública III – Auxiliar de Saneamento**,**da Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 1.416,65 (Um Mil, Quatrocentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Cinco Centavos)**, em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Atualmente o servidor supracitado está investido em função de confiança de Coordenador de Projetos, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento **desta Prefeitura Municipal**, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.090/2017.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA- LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA** – CNPJ 03.788.239/0001-66, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tangará da Serra (SEMMEA), a **LOP (Licença de Operação Provisória)** de uma jazida de empréstimo para extração de latossolo vermelho argiloso e cascalho laterítico para Obras Civis Públicas, localizada na **Sítio São Jorge III**, Estrada Sete Morros, S/N, km 75, Distrito de São Jorge, Zona Rural, no Município de Tangará da Serra – MT. Secretário Municipal de Infraestrutura MARCOS SCOLARI. Tangará da Serra, 22 de outubro de 2021.

SAMAE
TERMO ADITIVO N. 034/2021/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 034/2021/SAMAE

TIPO	CONTRATO N. 020/SAMAE/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N. 30/2019/SAMAE – EXTRAIDO DA ATA 038/SAMAE/2019.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado n Av. Brasil, 2.350-E, Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.728.004/001-03, com sede na Rua da Azaleias, n.º 257, Sala 4, Jardim Botânico, em Sinop/MT, CEP: 78.556-088, adiante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE REFORMULAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DE BANCO DE DADOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA, HOSPEDAGENS, SUPORTE TÉCNICO, CONTAS E TREINAMENTO DE PESSOAL PARA O WEBSITE OFICIAL E OUVIDORIA ON-LINE PARA O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA – SAMAE, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO EXCLUSIVO DO SAMAE.** Com supedâneo no art. 57 e Art. 40 Inc. XI da Lei 8.666/93. **R$ 18.308,64 (DEZOITO MIL, TREZENTOS E OITO REAIS E SESSENTA E QUATRO).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 16 de outubro de 2021 até 16 de outubro de 2022.**

SAMAE
CONTRATO N. 038/2021/SAMAE

CONTRATO N. 038/2021/SAMAE

TIPO	Contrato n. 23/2020/SAMAE – DISPENSA N. 006/2020/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**TELEFÔNICA BRASIL S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, sediada na Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini, Nº 1.376, Bairro Cidade Monções, em São Paulo/SP, representada por seu Diretor Presidente, **CHRISTIAN MAUAD GEBARA**.
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA O SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA - MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93. **R$ 7.898,31 (Sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 16 de outubro de 2021, com prazo até 16 de janeiro de 2022.**

SAMAE
CONTRATO N. 041/2021/SAMAE

CONTRATO N. 041/2021/SAMAE

TIPO	Contrato n. 041/SAMAE/2021 – Inexigibilidade nº 005/2021/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**Empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI**, inscrita no CNPJ: 06.132.270/0001-32, localizada na Rua Lourenço Pinto, nº 196, CJ. 301, 3º andar, Centro, Curitiba – PR, CEP 80.010-160, representada pela Sócia Proprietária **Sra. KÊNIA GORSKI DOS REIS.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÔNICA DE PESQUISA, CAPACITAÇÃO, ORIENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DE INFORMAÇÕES NA ÁREA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.** Com supedâneo na Lei 8.666/1993. R$ 8.990,00 (Oito mil, novecentos e noventa reais).
PRAZO	**Tangará da Serra - MT, 18 de outubro de 2021, com prazo até 18 de outubro de 2022.**

SAMAE
TERMO ADITIVO N. 039/2021/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 039/2021/SAMAE

TIPO	CONTRATO N.021/SAMAE/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2019/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado n Av. Brasil, 2.350-E, Paço Munici-

	pal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**MAX PERSON COMUNICAÇÃO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.777.857/0001-55, como sede na Avenida Marechal Deodoro, n.º 1523-B, Sala 02, Centro Norte, em Cuiabá/MT, CEP: 78.005-100, adiante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. EDIMAR RODRIGUES CUNHA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇA E CONDIÇÕES DE USO DE PLATAFORMA WEB PARA COMUNICAÇÃO INTERATIVA VIA APLICATIVO MULTI PLATAFORMA DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS E CHAMADAS DE VOZ PARA SMARTPHONES-CANAL DE ATENDIMENTO ON-LINE VIA CHAT, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMAE-TANGARÁ DA SERRA-MT.** Com supedâneo no art. 57 da Lei 8.666/93. **R$ 59.920,00 (Cinquenta e nove mil, novecentos e vinte reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2021 até 18 de outubro de 2022.**

SAMAE
CONTRATO 040/2021/SAMAE

CONTRATO 040/2021/SAMAE

TIPO	**Contrato n**. 040/SAMAE/2021 – **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 090**/2021/SAMAE **– DISPENSA DE LICITAÇÃO** N. 16/2021/SAMAE.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**JOAS PESSOA DE MORAES,** inscrita no **CNPJ: 00.321.209/0001-57,** localizada à Rua Antônio Barbeiro Herrero, nº 307 - Centro, Tangará da Serra/MT, CEP: 78300-000, representada pelo Sr. **JOAS PESSOA DE MORAES.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIRADA, REINSTALAÇÃO DE BOMBA E INSTALAÇÃO DE RELÊ DE NÍVEL NA BOMBA DO POÇO ARTESIANO LOCALIZADO NA ENTRADA DO RESIDENCIAL ALTO DA BOA VISTA E NA BOMBA DO POÇO ARTESIANO DO PÁTIO DA IGREJA DO JARDIM TARUMÃ, (VISANDO LEVANTAR QUAIS AS MANUTENÇÕES EMERGENCIAIS ESPECÍFICAS NECESSÁRIAS NO EQUIPAMENTO).** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 6.486,00 (Seis Mil, quatrocentos e oitenta e seis reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2021, com prazo até 18 de novembro de 2021.**

SAMAE
CONTRATO N. 038/2021/SAMAE

CONTRATO N. 038/2021/SAMAE

TIPO	Contrato n. 23/2020/SAMAE – DISPENSA N. 006/2020/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**TELEFÔNICA BRASIL S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, sediada na Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini, Nº 1.376, Bairro Cidade Monções, em São Paulo/SP, representada por seu Diretor Presidente, **CHRISTIAN MAUAD GEBARA**.
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA O SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA - MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93. **R$ 7.898,31 (Sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 16 de outubro de 2021, com prazo até 16 de janeiro de 2022.**

SAMAE
TERMO ADITIVO N. 037/2021/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 037/2021/SAMAE

TIPO	CONTRATO N. 054/SAMAE/2017 – INEXIGIBILIDADE N. 003/2016/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado na Av. Brasil, 2.350-E, Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**BANCO DO BRASIL S/A**, inscrita no CNPJ sob o n. 00.000.000/0001-91, estabelecida no Setor de Autarquias Norte, Quadra. 5, Lote B, Torre Norte, Brasília/DF, CEP 70040-912 neste ato representado pelo por seu procurador **RICARDO NUNES DA CRUZ.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, QUE DEVERÃO PRESTAR OS SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DAS FATURAS DE ÁGUA E OUTROS SERVIÇOS, DE QUALQUER CONSUMIDOR, EMITIDAS E DISTRIBUÍDAS PELO SAMAE, QUE DEVERÃO SER AUTENTICADAS MECANICAMENTE OU ATRAVÉS DE PAGAMENTO PELA INTERNET, DÉBITO AUTOMÁTICO, CORRESPONDENTE BANCÁRIO, AUTOATENDIMENTO E RECEBIMENTO NO CAIXA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** Com supedâneo no art. 57, § 4º da Lei 8.666/93. **R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais.).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 02 de outubro de 2021 até 02 de outubro de 2022.**

SAMAE
TERMO ADITIVO N. 036/2021/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 036/2021/SAMAE

TIPO	Contrato n. 037/SAMAE/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2021/SAMAE (Ata de Registro de Preços).
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**ELIZABETE ROSA FERREIRA (MARMITARIA DA BETH), inscrita no CNPJ: 13.448.620/0001-30,** localizada na Rua Vereador Ramon Sanches Marques, nº 1207-S, Lote 08, Qd. 08, Jardim Itapirapuã, Tangará da Serra/MT, CEP: 78300-000, representada por **ELIZABETE ROSA FERREIRA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Termo tem por objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (MARMITEX), PARA OS FUNCIONÁRIOS DOS DEPARTAMENTOS: TÉCNICO, GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OPERACIONAL DO SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 6.539,68, (Seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 14 de outubro de 2021, com prazo até 29 de dezembro de 2021.**

SAMAE
TERMO ADITIVO N. 035/2021/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 035/2021/SAMAE

TIPO	CONTRATO n. 062/SAMAE/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N. 28/2018/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado n Av. Brasil, 2.350-E, Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**MARCOS S BIUDES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.257.279/0001-03, localizada na Rua Dom Pedro I, nº 224, Jardim Independência, em Cuiabá/MT, CEP: 78031-020, adiante denominado CONTRATADO, neste ato representado por **MARCOS SACARDI BIUDES.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS (COPIADORA/IMPRESSORA/SCANNER), COM MATERIAL DE CONSUMO INCLUSO (TONER, CILINDRO E OUTROS), COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL INCLUINDO PEÇAS DE REPOSIÇÃO E MÃO DE OBRA TÉCNICA, EXCETO PAPEL.** Com supedâneo no art. 57 da Lei 8.666/93. **R$ 19.800,00 (DEZENOVE MIL E OITOCENTOS REAIS).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 17 de outubro de 2021 a 17 de outubro de 2022.**

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
ALTERAÇÃO DE FORNECEDOR- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2021- PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2021

ALTERAÇÃO DE FORNECEDOR- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2021- PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2021- REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS,** para atender programa de alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e suprir necessidades das demais Secretarias do município, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Dept. de Licitações, torna público que, tendo em vista a solicitação de cancelamento da ata de registro de preços pelas Secretarias de Infraestrutura e Assistência Social que alegaram a inexecução contratual da licitante primeira colocada **CAFÉ CANADÁ LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.798.344/0001-00, promoveu a alteração de Fornecedor, conforme Termo de Aditivo firmado entre as partes, que também poderá ser acessado na íntegra, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br. Tangará da Serra- MT, 22 de Outubro de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Depto de Licitações e Contratos.

FORNECEDOR REGISTRADO: M7 COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI- CNPJ Nº 13.553.837/0001-00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.
47	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, EMBALAGEM À VÁCUO DE 500G, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ – ABIC. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA / ANVISA E A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO LÍQUIDO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN	13076	3 FAZENDAS	R$ 11,28

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 070/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 070/2021-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE KITS DE PROTEÍNA PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, parte Integrante do Edital. **Realização: 11 de Novembro de 2021 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** www.comprasnet.gov.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **25 de Outubro de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra- MT, 22 de Outubro de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 070/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 070/2021-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE KITS DE PROTEÍNA PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, parte Integrante do Edital. **Realização: 08 de Novembro de 2021 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** www.comprasnet.gov.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **25 de Outubro de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra- MT, 22 de Outubro de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
AVISO DE RESULTADO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2021

AVISO DE RESULTADO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2021. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra no Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, Objeto: **REGISTRO DE PREÇO** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA, A SER REALIZADA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, REFRIGERADOR, FREEZER E BEBEDOURO, INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS,**a fim de atender a demanda das Secretarias deste município**,**conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos I, parte Integrante do Edital,torna público o resultado e homologação do certame acima referido o qual poderá ser acessado na íntegra, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra-MT, 22 de Outubro de 2021. Dalila Cristian Fernandes da Paz- Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO PP 085/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 147/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA CASCATA, LOCALIZADA NA PRAÇA 07 DE SETEMBRO NO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 08/11/2021

HORÁRIO: 08h00min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. HAVENDO MAIS DE 03 PARTICIPANTES A REALIZAÇÃO DO CERTAME SERÁ NO GABINETE DO PREFEITO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR **E**

TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00-min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2500.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 22 DE OUTUBRO DE 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

PREVITER
PORTARIA N.º 014/2021

"Dispõe sobre a retificação da Portaria n. 005/2021 que concedeu o ***benefício de Pensão por Morte*** *ao cônjuge Sr.* ***Antoninho Alves de Oliveira*** *em decorrência do falecimento da segurada* ***Sra. Deolinda de Oliveira".***

O Prefeito do Município de Terra Nova do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 005/2021 – PREVITER, publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AMM, na data de 17 de Maio de 2021, Ano XVI. Nº 3. 729, que concedeu o benefício Pensão por Morte ao Sr. **Antoninho Alves de Oliveira,** brasileiro, portador da cédula de identidade nº 2461598-6 SEJUSP/MT e CPF n.º 253.499.880-34, **a partir de 13 de abril de 2021**, conforme processo administrativo do **PREVITER, n.º 2021.07.00003P.**

Onde se Lê: (...) Considerando o disposto art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal de 1998, com redação da EC 41/2003 (...)

Lêia-se:(...) Considerando o disposto art. 40, §7º, da Constituição Federal de 1988, com redação da EC 103/2019 (...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Terra Nova do Norte/MT, 22 de outubro de 2021.

MADALENA APARECIDA ORTIZ GUERMANDI

Diretora Executiva PREVITER

Homologo:

Pascoal Alberton

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 217/2021

DATA: 19 DE OUTUBRO DE 2021

SÚMULA: RETIRA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DO QUADRO DE ATIVOS SRA. LOURDES DE FATIMA DE OLIVEIRA,E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - Retirar do quadro de servidores ativo Sra**. LOURDES DE FATIMA DE OLIVEIRA,** brasileira, inscrita no RG nº 3194588-0 SSP/MT no CPF sob nº 655.745.321.15 no cargo efetivo de **AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, desde 09 de junho de 2005, em conformidade com a portaria nº 013/2021 do Fundo Social dos Servidores do Município de Terra Nova do Norte – MT, processo administrativo nº 2021.02.00001P PREVITER, a qual concede **Aposentadoria Idade,** a partir de 18.10.2021.

ART. 2° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 19 DE OUTUBRO DE 2021.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 218, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR PASCOAL ALBERTON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia Comissão Processante Administrativa para apurar as responsabilidades de multa imputada a Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT, pelo auto de infração 123188, do processo 5871/2017.

I. PRESIDENTE (A): PRISCILLA TUANY KLOCK, Matrícula nº 4638, portadora do RG nº. 20594844 SSP/MT, e inscrita no CPF 024.744.931.82;

II. SECRETÁRIO (A): CLEIDYANE FATIMA VICENTE DA SILVA, Matrícula nº 4611, portadora do RG nº. 2263271-9 SSP/MT, e inscrita no CPF 044.748.091.06;

III. MEMBRO (A): PAULO RICARDO DA SILVA, Matrícula nº 363, portador do RG nº 1050991-7 SJ/MT, e inscrito no CPF sob nº 844.384.871.53.

Art. 2º **-** A comissão processante será assessorada no que couber, pela Procuradoria Jurídica do Município e terá um prazo de 60(sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º **-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte um.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO Nº536/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Ricardo Ader Miranda de Moraes, do cargo em comissão de Gerente – DNS 06,da Secretaria Municipal de Saúde,com efeito, a partir de 05de outubro de 2021.

.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 22de outubro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 184/2021

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60, e de outro lado, Senhora MARILIA BELFIORE PALACIO ARRUDA, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG n. 43.471.379-X, inscrita no CPF n. 362.995. 098-13 e no CRP n. 18/04572. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 25, II, c/ art. 13, VI, da Lei n. 8.666/1993, no Comunicado de Inexigibilidade de Licitação n. 11/2021, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 40/2021 da Secretaria de Saúde, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 753419/2021. OBJETO: O objeto deste Contrato é a contratação de pessoa física para supervisão de equipes do Centro de Atenção Psicossocial Transtorno Mental – CAP's II de Várzea Grande - MT, no campo saúde mental em geral com ênfase na intervenção de situações de emergências, desastres e pandemia, para desenvolver trabalho junto à equipe pelo prazo de 10 meses. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais). UO: SEC. DE SAÚDE FONTE: 0102/0142/0146/0342. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 10 (Dez) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, sendo vedada sua prorrogação. FISCALIZAÇÃO: A Fiscalização ficará a cargo dos FISCAL DE CONTRATO A Secretaria Municipal de Saúde designa os Servidores: FISCAL DE CONTRATO: servidor SORAYA DANNIZA BARBOSA MITER SIMON, brasileiro, coordenadora de saúde mental, portador da Cédula de Identidade RG n. 029.557-6 SSP/MT e inscrito no CPF n. 314.551.901-87; SUPLENTE DE FISCAL DE CONTRATO: servidor MARIANE MORAES FAVA, cargo de gerente, matrícula: 142091, portador da Cédula de Identidade RG n. 1362724-4 SSP-MT e inscrito no CPF n. 003968781-30.

DATA DE ASSINATURA: 18.10.2021.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal De Saúde

Contratante

MARILIA BELFIORE PALACIO ARRUDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 152/2021

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, a empresa OI S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 76.535.764.0001-43. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A lavratura do presente contrato decorre da realização de Adesão na Ata de Registro de Preços n. 036/2020, vinculado ao PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS n. 036/2020/PMC, da Prefeitura do Município de Cuiabá - MT, realizado com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar do Município de Cuiabá - MT n. 192 de 05 de outubro de 2009, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto do Município de Cuiabá - MT n. 5.011 de 21 de fevereiro de 2011, Decreto do Município de Cuiabá - MT 5.456, de 24 de fevereiro de 2014 e subsidiariamente pela Lei N. 8.666/93 e alterações posteriores. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO E SERVIÇOS VINCULADOS – INSTALAÇÃO E ASSINATURA, NAS MODALIDADES LOCAL, COM DISCAGEM DIRETA A RAMAL – DDR, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - LDN E TERMINAIS NÃO RESIDENCIAIS, SERVIÇOS DE 0800, para atender as unidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, com ligações originadas de terminais fixos a ser executado de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes do Termo de Referência. VALOR GLOBAL: Dá-se a este contrato o valor total de R$ 371.366,96 (trezentos e setenta e um mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FONTE: 0100. UO: PROCURADORIA GERAL FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0101/0115049000/0115051000. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0101. UO: SECRETARIA DE DESENV. URBANO FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE SERV. PÚBLICOS FONTE: 0100. UO: SEC. DE SAÚDE FONTE: 0102/0142/0146. VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme permissivo contido no Artigo 57, Inciso IV da Lei Federal 8.666/93. FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: A Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato a servidora Fernanda Deitos Almeida Pereira, portadora da Cédula de Identidade RG n.3390520-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.006.860.761-09; e Fiscal Suplente o servidor José Abreu de Lucena Junior, portador da Cédula de Identidade RG n.1280647-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 905.852.161-34. A Procuradoria Municipal que designa neste ato, a servidora Pauline Ferraz, portadora da Cédula de Identidade RG n.2094026-2 SSP/MT, CPF n. 032. 216.551-26; e Fiscal Suplente a servidora Edna de Souza Melo, portadora da Cédula de Identidade RG n.633-798 SSP/MT, CPF n. 615.724.971-49. A Secretaria Municipal de Assistência Social, que designa neste ato a servidora Lucilene da Costa, portadora da Cédula de Identidade RG n.297. 253 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 654.794.081-00; e Fiscal Suplente o servidor Matheus Wiclefer de Souza Campos, portador da Cédula de Identidade RG n.2643714-7 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.056.685. 981-52. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, que designa neste ato o servidor Valderi Carneiro da Silva, portador da Cédula de Identidade RG n.413611 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.326.037.031-53; e Fiscal Suplente a servidora Alice Aparecida Candido da Silva, portador da Cédula de Identidade RG n.22878530 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.041.773.241-40. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte de Lazer, que designa neste ato, o servidor Aroldo Pascoal de Moraes portador da Cédula de Identidade RG n.824105 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.487.309.551-49; e Fiscal Suplente o servidor Sandra Mara de Souza Borges, portador da Cédula de Identidade RG n. 554891 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.535.611.551-20. A Secretaria Municipal de Saúde, que designa neste ato, a servidora Juliane Souza Rosa, portadora da Cédula de Identidade RG n.2186225-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.046.646.741-98; e Fiscal Suplente a servidora Débora Regina Neris Regis, portador da Cédula de Identidade RG n.1867939-0 e inscrito no CPF sob o n.032.766.411-86. A Secretaria Municipal de Defesa Social que designa neste ato, o servidor Roberto Augusto Dias, portador da Cédula de Identidade RG 106119274 SSP/MT e inscrito no CPF n. 795. 422.981-53; e Fiscal Suplente o servidor Alexander Gouveia Ortiz, portador da Cédula de Identidade RG n.809.424.901-34 SSP/MS e inscrito no CPF sob o n.809.424.901-34. A Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, que designa neste ato, a servidora Catarina Marques de Assis, portador da Cédula de Identidade RG n.1625461-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 009921791-06; e Fiscal Suplente o servidor Ricardo Augusto de O. Souza portador da Cédula de Identidade RG n. 0773829-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 495.412.001-25

.DATA DE ASSINATURA: 28.09.2021.

ANDERSON RODRIGO DO NASCIMETO SILVA

Secretaria de Administração

BRENO GOMES

Secretaria de Serviços Públicos

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria de Saúde

ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA

Secretaria de Assistência Social

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretaria de Defesa Social

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação

JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA

Procuradoria Geral

Contratante

OI S/A

Contratada

PORTARIA Nº. 1083/2021

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ALINE BRUEHMUELLER ALE FERNANDES**
MATRICULA	92273
CARGO	Médica Ginecologista
PROCESSO N°	540323/2018
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**05.04.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	01.10.2021 a 30.10.2021

SERVIDOR	**DEBORA BRANDÃO DE OLIVEIRA SOUZA**
MATRICULA	84904
CARGO	Bioquímico
PROCESSO N°	616234/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**09.03.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	31.10.2021 a 28.01.2022

SERVIDOR	**ODETE RAMOS DA SILVA**
MATRICULA	37564
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	308654/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**21.09.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	01.10.2021 a 29.12.2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de outubro de 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1.082/2021

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 1005/2021,** somente com relação ao servidor, **CRISTINA CARVALHO,** matrícula nº 9398**,** exercendo o cargo de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**,lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que concedeu 30 (dias) de Licença Prêmio, **quinquênio de 21.11.2013/2018.**

Onde se lê: período de gozo de 01.10.2021 a 26.12.2021;

Leia-se: período de gozo de 01.10.2021 a 30.10.2021**.**

Paço Municipal "Couto Magalhães" Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de outubro de 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº. 02/2021

Processo nº 757322/2021. ObjetoAquisição de materiais de consumo: água mineral em copo de 200ml, café em pacote de 500g, copo descartável 180 ml, filtro para café descartável n° 103 e fósforo maço com 10 caixinhas contendo 40 unidades, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.Contratadas:1)NABELLA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI, CNPJ: 27.981.389/0001-50 - (café), valor total R$ 6.980,00 (seis mil, novecentos e oitenta reais), 2)MARIA FERNANDA FORTI TINELLI, CNPJ: 43.566.802/0001-76 (água mineral), valor total R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)., 3) RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, CNPJ: 08.117.493/0001-56 (copo descartável), valor total R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais).4)ROYAL MT COMERCI VAREJISTA E ATCADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, CNJP:40.014.934/0001-05 (coador descartável café), valor total R$ 2.028,80 (dois mil, vinte e oito reais e oitenta centavos).5)RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, CNPJ: 08.117.493/0001-56 (fósforo), Valor Total R$ 736,00 (setecentos e trinta e seis reais)..Vigência: 03 (três)meses. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande-MT, 22 de outubro de 2021.Anderson Rodrigo do Nascimento. Silva. Secretário Municipal de Administração.

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N. 03/2021

Processo n° 744941/2021. Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia para construção da Câmara Municipal de Vereadores de Várzea Grande localizado na Avenida Castelo Branco, Bairro Água Limpa no Município de Várzea Grande – MT. Destarte as análises sobrescritas e atendendo ao item 12.12 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** as informações da Equipe técnica da Secretaria de Viação e Obras, tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e **DECLARA: HABILITADA** a licitante: **CONENGE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** CNPJ nº 14.930.440/0001-52, e, **INABILITADA** a licitante: **TL ENGENHARIA EIRELI** CNPJ nº 06.122.117/0001-24 por desatendimento ao subitem 9.3.2 do Instrumento Convocatório. A CPL abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 14 do Edital e alínea "a" do Inciso I e Art. 109 da Lei 8.666/93. O presente documento encontra-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 22 de outubro de 2021. **Silvia Mara Gonçalves -** Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

ADESÃO Nº 38/2021

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 23/2020, oriunda da Concorrência por Registro de Preços Nº 02/2020 do Consórcio Intermunicipal

da Área Mineira da Sudene - CIMAMS.Processo nº759954/2021. Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 23/2020, oriunda da Concorrência Por Registro de Preços Nº 02/2020, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na elaboração das peças técnicas e gráficas necessárias e indispensáveis à execução de obras públicas com tipologias e complexidades variadas e outras atividades correlatas, por unidades de medidas (M, M², M³, KVA), a fim de atender as necessidades da Secretaria de Viação e Obras do Município de Várzea Grande/MT. Os itens pleiteados para adesão são os de Construção Civil Especializada (Hospital/ Unidade Especializada de Saúde/ Laboratórios/ Patrimônio Histórico), totalizando o valor de **R$ 3.348.800,00 (Três Milhões Trezentos e Quarenta e Oito Mil e Oitocentos Reais)**, cuja empresa vencedora: **PAS - PROJETO, ASSESSORIA E SISTEMA EIRELICNPJ nº 08.593.703/0001-82**.Desse modo **AUTORIZO** a **ADESÃO** aos itens supracitados da Adesão à Ata de Registro de Preços nº 23/2020, oriunda da Concorrência Por Registro de Preços Nº 02/2020/ Consórcio Intermunicipal da Área Mineira da Sudene - CIMAMS, conforme condições e quantitativos previstos no Termo de Referência, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Várzea Grande-MT, 22 de outubro de 2021. **Luiz Celso de Morais Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras.

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N. 04/2021

Processo n° 751533/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem nas ruas: 133, 7 Parte 1, 7 Parte 2, 8 Parte 1, 8 Parte 2, 8 Parte 3, A, D, E, H-2, SD e SD 207, localizadas no Bairro Jardim Adália no Município de Várzea Grande/MT. Destarte as análises sobrescritas e atendendo ao item 12.12 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** as informações da Equipe técnica da Secretaria de Viação e Obras, tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e **DECLARA: HABILITADAS** as licitantes: **A I FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI (EPP)** CNPJ nº 24.683.120/0001-07 e **MTSUL CONSTRUÇÕES LTDA** CNPJ nº 06.232.484/0001-80, e, **INABILITADA** a licitante: **WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI LTDA** CNPJ 30.515.116/0001-24 por desatendimento ao subitem 7.3.1 e a alínea "b" do subitem 9.5.1.2 do Instrumento Convocatório. A CPL abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 14 do Edital e Art. 109 da Lei 8.666/93. **O presente documento encontra-se disponibilizado no** site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 22 de outubro de 2021. **Silvia Mara Gonçalves -** Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N. 26/2021

Processo n° 753104/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem nas ruas: AC, D1, X, B1 e T1, localizadas no Bairro Canelas no Município de Várzea Grande/MT. Destarte as análises sobrescritas e atendendo ao item 12.12 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** as informações da Equipe técnica da Secretaria de Viação e Obras, tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e, uma vez que as demais licitantes preenchem todos os requisitos, **DECLARA: HABILITADAS** as licitantes: **A I FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI (EPP**) CNPJ sob nº 24.683.120/0001-07, **MTSUL CONSTRUÇÕES LTDA** CNPJ sob nº 06.232.484/0001-80, **VM CONSTRUÇÕES LTDA** CNPJ 08.225.968/0001-28, **CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA** CNPJ 03.076.083/0001-90 e **UNIDAS CONSTRUTORA LTDA** CNPJ 01.865.426/0001-70, e, **INABILITADA** a licitante: **WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI LTDA** CNPJ 30.515.116/0001-24 por desatendimento ao subitem 7.3.1 do Instrumento Convocatório. A CPL abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 14 do Edital e Art. 109 da Lei 8.666/93. **O presente documento encontra-se disponibilizado no** site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 22 de outubro de 2021. **Silvia Mara Gonçalves -** Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 048/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

A Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – MT, torna público para conhecimento de todos que a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2021, Objeto:** Futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de domínio.com.br e manutenção de sítio eletrônico com 50 contas de e-mail, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT, cuja sessão de habilitação e abertura de propostas ocorreu no dia **19/10/2021** às 09h foi declarada **DESERTA**, por ausência de participantes/interessados. Diante da ausência de participantes, fica designada **NOVA DATA DE ABERTURA** para o dia **04/11/2021 às 09:00 hrs (**horário de **Brasília/DF).**

O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, sito Av. Gov. Júlio Campos 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: **www.dae.varzeagrande.mt.gov.br.**

Outras informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações e Contratos o DAE/VG – Fones: (65)3688-9600 / 3688-9609, e-mail: licitacaodae@gmail.com.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA - DAE/VG

CARLOS ALBERTO S. DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE/VG

RESULTADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

EDITAL Nº 01/2021/CMDM-VG

A COMISSÃO ELEITORAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE VÁRZEA GRANDE/MT, conforme Resolução nº 01/2021/CMDM-VG publicada em 05 de março de 2021 e considerando a análise dos documentos apresentado pela instituição Pastoral da Mulher Marginalizada - PMM na fase recursal, torna pública a divulgação do resultado da interposição de recurso referente ao Edital n 01/2021/CMDM VG que dispõe dispõe sobre o Processo Eleitoral dos Representantes da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no biênio 2021/2023:

Instituição	Resultado da Inscrição
Pastoral da Mulher Marginalizada - PMM	Recurso Deferido

Várzea Grande - MT, 22 de outubro de 2021.

Comissão Eleitoral

Conselho Municipal de Direitos da Mulher - Várzea Grande/MT

PORTARIA Nº415/2021/GS/VG/MT

"**Retifica a Portaria nº 0226/2020/GS/SMECEL/VG/MT, que dispõe sobre jurídico-administrativos para organização de ano letivo de 2021-Calendário Escolar, Férias Coletivos e os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazerde VárzeaGrandeMT –SMECEL/VG para disciplinar o processo anual de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e de regime/jornada de trabalho dos Técnicos, pertencentes ao quadro de profissionais da Educação lotação no Órgão Central e nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino".**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA,no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art.1º. RETIFICAR a Portaria nº 0226/2020/GS/SMECEL/VG/MT,que dispõe sobre jurídico-administrativos para organização de ano letivo de 2021-Calendário Escolar, Férias Coletivos e os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazerde VárzeaGrande MT – SMECEL/VG para disciplinar o processo anual de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e de regime/jornada de trabalho dos Técnicos, pertencentes ao quadro de profissionais da Educação lotação no Órgão Central e nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, a fim de correção de mero erro material.

I – Onde se lê:

Art.9º (...)

a) (...) b) Férias Coletivas: de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

II – Leia-se:

Art.9º (...)

a) (...) b) Férias Coletivas:de 27 de dezembro de 2021a 25 de janeiro 2022

Art.2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 0226/2020/GS/SMECEL/VG/MT.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publica-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 18 de outubro de 2021.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE CONCIDADE

DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2021

O Presidente do Conselho da Cidade, nos termos da Lei Municipal nº 4. 151/2016, especialmente em seu artigo 29, parágrafo único, que dispõe sobre a convocação das assembleias do Conselho da Cidade de Várzea Grande, **CONVOCA** os integrantes do Conselho a fazerem-se presentes na 8ª Reunião Ordinária, a se realizar de forma presencial, no dia 03 de novembro de 2021, às 08:30horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, em Várzea Grande/MT, para tratar da seguinte ordem do dia:

1. Construção dos condomínios horizontais denominados Florais Sevilha, Florais Madri e Florais Barcelona, pertencentes à empresa GINCO PLATINUM Incorporações Ltda;

2. Construção do condomínio residencial vertical denominado Cerejeiras, Mangabeiras e Laranjeiras (Barrakasas), de propriedade da empresa MRV Engenharia Ltda;

3. Ampliação do Supermercado Comper;

4. Entre outros assuntos correlatos ao Concidade.

Várzea Grande-MT, 22 de outubro de 2021

João Carlos Cardoso

Presidente do Conselho da Cidade

PORTARIA Nº 1084/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 764796/2021,

RESOLVE:

Conceder àservidora**PAMELA CRISTINA DE LIMA RHODEN,**matrícula 135204, exercendo o cargo de Profissional de Nível Superior do SUS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde,**02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **08/10/2021 a 08/10/2023.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,22 de outubrode 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 038/CORREG. GERAL/ 2021.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art.9º e Art. 23 a 29 todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº 003/2021 de 20 de janeiro de 2021;

Considerando recebimento de documentos encaminhado a esta Corregedoria através daCI nº 007/Subcmt/2021, apontando o possível cometimento de transgressão disciplinar praticado pelo servidor A.R.A. DA S.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores Anerson **Miranda** de Amorim, matricula nº 3562, **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127 e **Sumara** Ambrosio Evangelista, matricula 86827, nomeada pela Portaria 003/2021 de 20 de janeiro de 2021, sediada na Rua Gonçalo Gomes nº 412, Bairro da Manga, para, sob a Presidência do Sr.Anerson Miranda de Amorim, instaure **SINDICÂNCIA** que apure no prazo de 30 (trinta) dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Público de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes na denúncia supra mencionada e demais documentos que acompanham a denúncia, em tese, com indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidor, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos

Art. 2º. Esta Portaria entra em Vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 22 de outubro de 2021.

Evandro Homero Dias

Corregedor Geral – GMVG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO Nº.114, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"Constitui o Comitê Pró-asfaltamento e Integração Vila Bela/Brasil – San Ignácio/Bolívia pela MT-199".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os aspectos positivos na integração e pavimentação asfáltica da rodovia existente entre as cidades de Vila Bela e San Ignácio, para o desenvolvimento local e regional, constatado, portanto matéria de relevante interesse público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Comitê de Pró-asfaltamento e integração Vila Bela/Brasil – San Ignácio/Bolívia pela MT-199 na qual será constituída pelos membros:

I – Pedro Lacerda,brasileiro, casado, pecuarista**,**portador do RG sob o nº 0380313-9 SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº 043.703.091-15, na condição de presidente do respectivo Comitê;

II – Marlon Góis Valério, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº6128491-5 e inscrito no CPF sob o nº 065.328.318-77, na condição de vice-presidente do respectivo Comitê;

III –**Daiana Fernanda Marin Macedo,** matricula 4246, portadora do RG nº 1538035 e inscrita sob o CPF nº 007.973.101-50, na condição de representante da Secretaria Municipal de Administração;

IV -**Vicente dos Santos**, vereador, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 465952 SSP-MT e inscrito sob o CPF nº 304.667.501-10, na condição de representante da Secretaria de Obras;

V -**Edclei Lopes Coelho,** vereador, casado, portador do RG nº 714428 SSP-MT e inscrito sob o CPF nº 901.043.661-68, na condição de representante do Poder Legislativo Municipal;

VI -**Dalton Frazão de Almeida dos Santos**, vereador, solteiro, portador do RG nº 15250032 SSP-MT e inscrito sob o CPF nº 001.899.481-40, na condição de representante do Poder Legislativo Municipal;

VII – **Márcio Camargo de Lima**, matricula 2159, portador do RG nº 21568090 e inscrito sob o CPF nº 038.821.201-26; na condição de membro;

VIII - Paulo Tripoloni, brasileiro, casado, pecuarista, inscrito sob o CPF 536.488.388-49, na condição de membro;

IX - Sidnei GasquesBordoni, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG 027 709 SSP-MT e inscrito sob o CPF nº 041 237 351-34, na condição de membro;

X-Sebastião Douglas Xavier, brasileiro, casado, portador do RG nº 12. 250.364- SSP e inscrito sob o CPF nº 032.272.828-28, na condição de membro;

XII - Luciano Coelho Barbosa, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 088.289 SSP-MS e inscrito sob o CPF nº 286.225.731-72, na condição de membro;

XII - Dartagnan Pádua Maia, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 6003690 SSP e inscrito sob o CPF nº 706091108-10, na condição de membro;

XIII - Silvano dos Santos, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 0547141-9 e inscrito sob o CPF nº 405.152.491-49, na condição de membro;

XIV- Junior Ribeiro, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 08062137 SSP-MT e inscrito sob o CPF nº 095.870.697-22, na condição de membro;

XV - Mauro Gouveia, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG 3. 707.003 SSP-MG e inscrito sob o CPF nº 570343976-00, na condição de membro;

XVI - Roberto Jonas Macedo, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 224.2297 SSP-MG e inscrito sob o CPF nº 393.223.606-82, na condição de membro;

XVII - Acácio Neves Francisco, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 606604 SSP-MS e inscrito sob o CPF nº 004.290.159-68, na condição de membro.

Art. 2º.A atuação do presente Comitê terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado.

Art. 3º. Consiste como objetivo principal deste Comitê, a atuação conjunta de atores da Administração Municipal, bem como da sociedade civil, na obtenção de recursos para formulação de projeto e viabilização da pavimentação asfáltica na rodovia estadual MT-199.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vila da Bela da SantíssimaTrindade – MT, 22 de outubro de 2021.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 412, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

"**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO/NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO N. 001/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT.**

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público em 21 de novembro de 2018, publicado Diário Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Mato Grosso* do dia 22 de novembro de 2018 e mural público do Edifício-Sede desta Prefeitura Municipal na mesma data;

CONSIDERANDO a disposição do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1.988;

CONSIDERANDO ainda o disposto no "Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade" (Lei 424/1992), em especial o art. 16, que regulamenta a posse e exercício no cargo público;

RESOLVE:

Art. 1°. Convocar o candidato ao cargo elencado no Anexo I desta Portaria, obedecido à ordem de classificação, a comparecer no Setor de Recursos Humanos no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, localizada na Rua Dr. Mario Correa, n. 205, Centro, no período

das **07h30m às 12h30m**, no prazo máximo de **30 (trinta)** dias a partir da data da publicação desta Portaria, para apresentar os documentos exigidos, e posteriormente serem empossados no cargo público.

Art. 2º. Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada, que comprove:

I. Cédula de Identidade;

II. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

III. Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII. Cartão do PIS/PASEP;

VIII. Certidão de Quitação Eleitoral e serviço militar;

IX. Título de Eleitor;

X. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio do candidato, demonstrando que o mesmo não possua condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de assumir cargo público de qualquer natureza;

XI. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico especializado em Medicina do Trabalho;

XII. 01 (uma) foto 3x4, colorida;

XIII. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

XIV. No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a previsão do Edital;

XV. Comprovante de Escolaridade;

XVI. Declaração contendo endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e dados de conta bancária, estes para fins de percebimento da remuneração;

XVII. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

XVIII. Declaração de bens e valores.

Parágrafo único. É a partir do exercício que o servidor fará jus à percepção da remuneração pelo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 3º. A nomeação é realizada exclusivamente no Regime Estatutário, e **a** jornada de trabalho é aquela definida no Edital do Concurso.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS do mês de OUTUBRO DO ANO de dois mil E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

ANEXO I

PORTARIA N. 412/2021

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L. P.	C.G.	INF.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
325554	MAURO PASCHOAL CREMA	19/02/1993	9,0	12,0	8,0	48,0	77,0		77,0	2

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, em 22 de outubro de 2021.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS Nº 012/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E MAURO PASCHOAL CREMA, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na lei municipal 002/2006 de 26 de junho de 2006 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este termo aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objeto alterar a cláusula sétima do contrato nº 012/2021, modificando o prazo de valida-

de do contrato que passa a ser findo em 15/11/2022, em a substituição à servidora NAYRA RINALDI BENTO, ou até que a mesma retorne as atividades a ela inerente.

CLAUSULA SEGUNDA - ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alterada por este termo aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este termo em três (03) vias, igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade –MT, 14 de outubro de 2021.

***JACOB ANDRE BRINGSKEN* PREFEITO MUNICIPAL**

CONTRATANTE

MAURO PASCHOAL CREMA CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PORTARIA N.413/2021

"DESIGNA SERVIDOR (A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CRISTIANE SCATOLIN,** brasileira, residente e domiciliada a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 14273683 SSP/MT e CPF n. 950.582.571-49, Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos firmados entre a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade - MT e as empresas relacionadas abaixo:

CONTRATO N.	EMPRESA:	OBJETO	VALOR
088/2021	ALESSANDRO MATUCARI SUPEPI 030.729.881-70, CNPJ n. 29.639.227/0001-63	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R$ 4.452,80
089/2021	EDMAR BRAZ TASSI, CPF n. 536.470.921-34	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R$ 1.637,80
090/2021	MANOEL SUPEPI, CPF n. 378.812.301-00	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R$ 381,90
091/2021	MARTA MARIA GOUVEIA, CPF n. 650.983.151-15	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R$ 1.927,20
092/2021	ROBSON GUIDO MOURÃO PRADO, CPF n. 039.471.121-14	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R$ 12.416,00
093/2021	ROGERIO LIMEIRA DE OLIVEIRA, CPF n. 255.171.202-00	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R$ 3.512,00
094/2021	SIRO LEITE RIBEIRO, CPF N. 395.801.131-49	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R$ 4.539,10
095/2021	VITORIO MARCADELLA, CPF n. 280.537.291-34	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R$ 12.416,00

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 22 de outubro de 2021**.**

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE RESCISÃO UNILATERAL E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA(LUZ LED)

AVISO DE RESCISÃO UNILATERAL E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

EMPRESA LUZ LED INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA (CNPJ N° 32.617.419/0001-83)

Assunto: Rescisão Unilateral da Ata de Registro de Preço N° 014/2021 e Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Vila Rica/MT, conforme Art. 79, inciso I, 80, incisos III e IV, e 87, incisos III e IV da Lei n° 8.666/93.

Por inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preço n° 014/2021 (conforme processo em anexo), a empresa ficará impedida de licitar e contratar com Município pelo prazo de 02 (dois) anos.

Este comunicado entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Vila Rica / MT, 21 de Outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°036/2020(SUP. BEGE)

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°036/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto o REAJUSTE do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 095/2020 na modalidade Pregão Eletrônico n° 025/2020 de acordo com a planilha abaixo:

ADITIVO DE REAJUSTE – LOTE Nº 04 – (LEITE)

ITEM PRODUTO VALOR REGISTRADO % DE REAJUSTE VALOR FINAL

2 Leite longa vida - UHT integral, teor de matéria gorda composta carboidratos, proteínas, gorduras totais e saturadas, gorduras trans og, fibra alimentar og, sódio e cálcio, recipiente hermético em tipo tetra pak com 1 litro e validade de no mínimo 90 dias, com registro no ministério da agricultura R$ 5,02 21,52% R$ 6,10

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

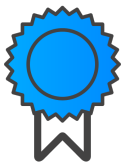
DATA: Vila Rica/MT, 22 de Outubro de 2021.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

BEGE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (00.236.070/0001-43) - CONTRATADA

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Oct 24 23:31:24 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)